

ISSN: 2237-9967

VOL.

13  
Nº 24

JUL-DEZ/2024

# o dispositiva

Revista Interinstitucional dos Programas de  
Pós-Graduação em **Comunicação Social**  
da PUC Minas e da UFMG

UFMG



PUC Minas

## // Expediente

### **Revista Dispositiva, v. 13, n. 24, jul a dez de 2024**

Dossiê - Em busca de um local: territorializar a crítica e a historiografia das mídias

#### **Editores do Dossiê**

Prof. Dr. Bruno Guimarães Martins (UFMG)

Profª Drª. Christina Ferraz Musse (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Profª Drª. Rachel Bertol (Universidade Federal Fluminense)

#### **Editores Executivos**

Profª Drª. Ana Karina de Carvalho Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Pablo Moreno Fernandes Viana (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Profª Drª. Verônica Soares da Costa (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

#### **Conselho Científico (ordem alfabética)**

Camila Quesada Tavares (Universidade Federal do Maranhão)

Cynthia Mara Miranda (Universidade Federal do Tocantins)

Debora Cristina Lopez (Universidade Federal de Ouro Preto/Universidade Federal do Paraná)

Denise Carvalho (Universidade Estadual de Campinas)

Edson D'Almonte (Universidade Federal da Bahia)

Elisa Piedras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Fernanda Carrera (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Gabriela Borges (Universidade do Algarve/Universidade Federal de Juiz de Fora)

Igor Sacramento (Fundação Oswaldo Cruz/Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Jeder Janotti Junior (Universidade Federal de Pernambuco)

Jose Luiz Aidar Prado (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Juliana Freire Gutmann (Universidade Federal da Bahia)

Markus Stauff (University of Amsterdam)

Mauro Porto (Tulane University)

Nuno Manna (Universidade Federal de Uberlândia)

Patrícia Rossini (School of Social and Political Sciences)

Peter W. Schulze (University of Cologne)

Rafael Barbosa Fialho Martins (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Rafael Grohmann (Universidade de Toronto)

Raquel Recuero (Universidade Federal de Pelotas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Silvio Koiti Sato (Escola Superior de Programa e Marketing)

Tamires Ferreira Coêlho (Universidade Federal de Mato Grosso)

Thaiane Oliveira (Universidade Federal Fluminense)

Wendy Willems (London School of Economics and Political Science)

#### **Assistência Editorial (Projeto FAPEMIG APQ-04928-23)**

Adrielle Aparecida da Silva Ferreira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Gracila Ferreira Vilaça (Universidade Federal de Minas Gerais)

José Lemos Monteiro Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

#### **Equipe de Divulgação Científica (Projeto FAPEMIG APQ-02807-22 | 34947)**

Eduardo Lopes Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais)

Samuel Rubens (Universidade Federal de Minas Gerais)

André Veloso (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

## Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas

Coordenação: Prof. Dr. Conrado Moreira Mendes

Colegiado: Prof. Dr. Marcio de Vasconcellos Serell e Profª Drª. Fernanda Nalon Sanglard

## Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG

Coordenação: Prof. Dr. Carlos Frederico de Brito D'Andréa

Subcoordenação: Prof. Drª. Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

## // Indexadores



**REVISTA DISPOSITIVA, BELO HORIZONTE,**  
V. 13, N. 24, JUL/DEZ (2024) //  
ISSN: 2237-9967 //  
DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-9967>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 13 - 3º andar - Coração  
Eucarístico - Belo Horizonte/MG - CEP: 30535-901.

Universidade Federal de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich)  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - Sala 4234  
- 4º andar - CEP: 31270-901 - Belo Horizonte/MG

contato principal: [dispositiva@pucminas.br](mailto:dispositiva@pucminas.br)

Este obra está licenciado com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D612 Dispositiva [recurso eletrônico]: v. 1, n. 1 (2012- ) - Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

Semestral.

ISSN 2237-9967 - versão eletrônica

Nota: 2012 até o momento (versão on-line)

2012 a 2013 (semestral)

2014 a 2015 (anual)

2016 (semestral até o momento)

Continuação de: Dispositiva

Título da capa: Revista Interinstitucional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas e da UFMG

(v. 1, n. 1, 2012 - v. 3, n. 1, 2014 ; v.5, n. 2, 2016 - v. 11, n. 19, 2022) -

Dispositiva: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas

(v. 4, n. 1, 2015 - v. 5, n. 1, 2016) - Parceria entre as revistas Dispositiva e

a Revista Estudos de Jornalismo ISSN: 2182-7044

(v. 11, n. 20, 2022 até o momento) - Revista Interinstitucional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas e da UFMG.

Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva>>

I. Comunicação Social - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.

CDU: 659.3(05)

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

// **Sumário**

// **Editorial**

**Espaço-mídia-tempo: desafios historiográficos contemporâneos**

Bruno Martins, Christina Musse, Rachel Bertol ..... 6

// **Artigos Dossiê**

**O território das pesquisas em torno do binômio comunicação e territorialidades**

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, Flávia Mayer dos Santos Souza, Naiara Beje Souza do Nascimento, Rafael Paes Henriques ..... 16

**História das mídias em redes e conexões: em busca de novas interpretações**

Marialva Carlos Barbosa, Maria de Fátima Tomaz ..... 31

**O curso, o carro, a avenida: o carnaval de Salvador pelas reportagens fotográficas da Renascença nos anos 1910 e 1920**

Henrique Sena dos Santos ..... 45

**Reinados e lança-perfumes, 1925-1975: o carnaval de São Félix-BA pelas narrativas orais e jornalísticas**

Valdelice da Conceição Santos, Daniela Abreu Matos ..... 67

**Futebol feminino, memória e ativismo local: re(des)territorializando" coberturas midiáticas de esporte em Cachoeira/BA como forma de (re)existência**

Fellipe Moreira, Itania Gomes ..... 86

**Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará**

Daniel Macêdo ..... 101

**Demandas feministas em portais online no Pará: uma análise da presença de temas e fontes na comunicação regional**

Rayza Sarmento, Adriany Vanessa S. da Silva de Lima ..... 121

**Etnomídias indígenas: Rádio Yandê e Mídia Indígena:** educomunicação e produção de contranarrativas

Cláudio Henrique Vieira ..... 134

**A progação do discurso do sexo:** o papel do jornal Estado de Minas na difusão de estereótipos de gênero entre as décadas de 1930 e 1980

Amanda Diniz Ferreira ..... 153

**Corpos midiáticos:** um breve percurso cartográfico sobre os padrões estéticos de jornalistas da TV aberta brasileira

Karen B. Santarem Rodrigues, Renata Rezende Ribeiro ..... 168

**O local do jornalismo em Florianópolis (SC):** direcionamentos de um *survey* para encontrar um lugar para o jornalismo

Lucas Santos Carmo Cabral, Gabriela Bregolin Grillo ..... 188

**Reconfigurações editoriais no telejornal MeioDia/PR da RPC Ponta Grossa:** valorização das pautas populares, VT desconstruído e precarização da atividade jornalística

Cintia Xavier, Manoel Moabis Pereira dos Anjos ..... 202

**História do Jornalismo no Rio Grande do Norte:** O Natalense, o primeiro jornal

Gustavo Leite Sobral, Juliana Bulhões Alberto Dantas ..... 214

## // Resenha

**A imprensa de papel, esse vivo objeto**

Frederico de Mello Brandão Tavares ..... 227

**A força do heterogêneo**

Elton Antunes ..... 234

## // Artigos tema livre

**Não é só futebol:** os casos racistas envolvendo o jogador Vini Jr.

Aline da Fonseca Pinna ..... 238

<b>Entre medalhas e invisibilidades:</b> a discreta cobertura do judô feita pelo site do <i>Globo Esporte</i> Eduardo Ritter .....	258
<b>Da adesão à rejeição:</b> interações no Instagram a partir de conteúdos jornalísticos transmídia Marcos Carvalho Macedo .....	273
<b>Imagens de Pagu:</b> autobiografia e retrato, narrativas e memória na construção sobre a jornalista Márcia Rodrigues da Costa, Ana Paula Dessupoio Chaves .....	292
<b>A paisagem do pornô <i>mainstream</i> online:</b> narrativas e identidades Gabriela Bercht .....	316

**EDITORIAL: ESPAÇO-MÍDIA-TEMPO:  
DESAFIOS HISTORIOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS****SPACE-MEDIA-TIME:  
CONTEMPORARY HISTORIOGRAPHICAL CHALLENGES**

Bruno Martins <sup>1</sup>  
Christina Musse <sup>2</sup>  
Rachel Bertol <sup>3</sup>

29 de maio de 1919. Sobral, interior do Ceará. Astrônomos britânicos e brasileiros participam de uma expedição científica quando observam, por meio de um telescópio, o eclipse solar. O objetivo era obter uma prova fotográfica da teoria da relatividade. O sucesso do experimento de observação ficou registrado em uma fotografia reproduzida por jornais do mundo inteiro, configurando um acontecimento midiático que contribuiu para disseminar uma nova verdade científica e lançar sua nova estrela, o físico alemão Albert Einstein. Desde então, com esta comprovação de especulações teóricas, espaço e tempo não poderiam mais ser compreendidos como categorias absolutas, mas passam a ser pensados solidariamente, ganhando em nossa língua um singelo hífen que revela sua relação de interdependência: espaço-tempo. Hoje, na entrada do Museu do Eclipse em Sobral, encontramos uma estátua de Einstein fundida em bronze, sentado sobre uma pedra, vestido em bermudas e sandálias, onde lemos a seguinte frase: “A questão que minha mente formulou foi respondida pelo radiante céu do Brasil”. Cumpre destacar, para os objetivos deste editorial de introdução ao dossiê “Em busca de um local”, a importância da articulação entre a observação de um fenômeno e sua “prova” fotográfica, assim como do registro fotográfico com sua projeção midiática, pois tais relações implicam a verdade científica tanto ao dispositivo quanto ao acontecimento midiático. E, cumpre ainda afirmar, a um local específico que define o ponto de observação.

É muito difícil mensurar os diversos desdobramentos de uma descoberta capaz de reconceituar categorias tão abrangentes como tempo e espaço, entretanto, desejamos fazer um breve panorama trazendo alguns poucos exemplos que se aproxi-

1 Professor e pesquisador associado no departamento de Comunicação Social da UFMG, bruno.morca@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5373587413061913> <https://orcid.org/0000-0002-1238-3729>

2 Professora titular do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, cferrazmusse@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5736151077996505>

3 Professora no Departamento de Comunicação Social da UFF e no quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da mesma instituição, rachelbertol@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/6048950036951543> <https://orcid.org/0000-0001-8411-4002>

mam mais diretamente do campo da comunicação. Não sem debates e resistências, presentes até hoje, grosso modo, as humanidades reagiriam à revelação da qualidade “relativa” do espaço-tempo com a incorporação do pragmatismo da experiência à reflexão sobre a linguagem (Dewey, 1934), sendo sua dimensão dinâmica e processual o que permite cunhar conceitos ambíguos que buscam descrever e apreender seus movimentos e constantes transformações. Dessa forma, para mencionar apenas dois exemplos, emergem noções como a de cronotopo para compreender gêneros discursivos (Bakhtin, 1937) e *transculturação*, descrevendo, desde uma outra perspectiva, as dinâmicas e migrações culturais (Ortiz, 1940; Rama, 2008).

Na segunda metade do século XX, análises de formas discursivas e de suas condições de possibilidade seriam reveladoras de sua qualidade temporal e performativa, reposicionando a linguagem, o discurso e os meios de comunicação para a construção e a percepção desta dobra autorreflexiva (Austin, 1962; Rorty, 1967; Foucault, 1966; Innis, 1951). Ainda hoje, reflexões acadêmicas das mais diversas disciplinas desdobram-se da compreensão de relações espaço-temporais favorecendo, por exemplo, a emergência de uma perspectiva de análise decolonial que subverte supostas ordens e centralidades promovendo deslocamentos que tornaram possíveis elaborações contemporâneas. Como exemplo, a apropriação dos estudos culturais ao modo do *cosmopolitismo do pobre* (Santiago, 2004) ou, mais recentemente, a noção de *futuro ancestral* (Krenak, 2022), conceitos cujas questões políticas são reveladas a partir de disputas espaciais concretas e simbólicas.

Acreditamos ser relevante incrementar a crítica historiográfica contemporânea ao definir os meios de comunicação como objeto, permitindo relacioná-lo de diferentes maneiras a seus supostos fins (Agamben, 1996). Ao ser definida como meio, uma história da mídia pode desautomatizar suposições iluministas e libertárias, ao mesmo tempo em que evita sua centralidade, passando a funcionar como uma espécie de pivô permitindo relacionar presente, passado e futuro. Trata-se de estabelecer um ponto de observação a partir dos meios de comunicação e dispositivos técnicos específicos (Kittler, 1986) com o objetivo de problematizar tanto pressuposições de centralidade quanto de neutralidade, buscando alternativas para repensar as relações entre antigo e novo, passado e presente, entre fenômenos de longa duração e a efemeridade do cotidiano.

Saltamos de uma anedota histórica a um breve panorama histórico-conceitual, com o objetivo de traçar relações por vezes inusitadas entre localidades aparentemente insignificantes e as transformações históricas. Tais relações dependem de uma sensibilidade ao local e aos processos de comunicação que acreditamos serem relevantes aos pesquisadores do campo. Problematizar relações espaço-temporais incluindo a descrição dos meios de comunicação, independentemente da matriz terminológica (o local, o regional, o nacional, o mundial, o territorial, o fronteiro), torna-se relevante em seu contraponto ao cotidiano, ao efêmero, à tradição, ao geracional, ao histórico. Parece-nos ser justamente um viés comunicacional, com ênfase nos meios, nas mediações e nas midiatizações, o que permite realizar tal contraponto, cuja fórmula sintética podemos representar como *espaço-mídia-tempo*. Não se pode ignorar que a mídia apre-

sentada como característica a construção de uma realidade espaço-temporal específica, justamente a partir de uma experiência de deslocamento que remete à linguagem e a outras formas midiáticas, indicando a importância da investigação arqueológica capaz de demonstrar camadas sobrepostas e, dessa forma, explicitar as particularidades que constituem uma cultura dos meios de comunicação.

Para apreender as complexidades espaço-temporais do mundo contemporâneo, não basta apenas observar atentamente os meios de comunicação, mas também é necessário acoplar múltiplas perspectivas sociais e identitárias, tais como etnia, gênero, classe social, geração etc., pois estas perspectivas aproximam os fenômenos de suas especificidades locais e culturais. É em nível local que se travam, na atualidade, disputas midiáticas decisivas pela atenção e pela formação de consensos. Pensar a história das mídias aprofundando esses aspectos implica levar em conta as relações sociais com o meio ambiente e a ecologia, com a construção de saberes locais e comunitários (reconhecendo sua variedade epistêmica), a relação da sociedade com a natureza, o papel da memória social para as disputas identitárias e a invenção de imaginários. Essas questões trazem desafios historiográficos para a investigação da história das mídias, em cenários de disfunções climáticas cada vez mais extremas e de intensificação da comunicação em ambientes de mídia digital, que reposicionam continuamente a relação dos indivíduos com suas localidades e redes de convívio.

As possibilidades de manipulação da informação, crescentes com a popularização dos mecanismos de inteligência artificial e a “caixa preta” dos algoritmos controlados por conglomerados transnacionais, têm potencial para influir nas percepções de realidade dos diferentes agentes sociais (Cesarino, 2022). Até que ponto, por exemplo, os movimentos contemporâneos de negacionismo, como na ciência e na história, podem ser relacionados a esses contextos midiáticos? Se as mídias tendem a criar corpos abstratos, estereotipados e efêmeros, cabe analisar como o embate realizado no cotidiano das relações sociais, nas ruas e nas partilhas dos espaços públicos e privados – nas localidades, enfim – podem levar a novas camadas de ressignificação da vida social.

Neste sentido, esboçamos alguns tópicos que foram importantes para a elaboração deste dossiê, mas cujo objetivo é apontar caminhos possíveis para que esforços de pesquisa possam manter uma inspiração política no “local”, sem deixar de lado a natureza de deslocamento espaço-temporal que caracteriza os meios de comunicação. Mais uma vez, trata-se de caminhos que podem inspirar pesquisadores e não um programa a ser cumprido.

- **O local e a mídia:** problematizar as relações entre acontecimento e acontecimento midiático a partir dos deslocamentos espaço-temporais constitutivos da mídia; compreender as transformações espaço-temporais com o aparecimento e o estabelecimento de novas mídias em locais e situações específicas; correlações entre espaços sociais e espaços midiáticos, territórios e discursos midiáticos; historiografia de nacionalismos e regionalismos a partir da história midiática; histórias do aparecimento e estabelecimento de

padrões e estereótipos na mídia e suas relações com as particularidades do cotidiano local;

- **História e historiografia das mídias e dos discursos midiáticos:** relacionar transformações técnicas e estruturais nas mídias e sua relação com localidades e temporalidades específicas; exercícios historiográficos de mídias locais; tensões historiográficas diante do reconhecimento do conhecimento tradicional e suas formas de transmissão não escritas; história dos discursos específicos aos meios de comunicação; deslocamentos temporais e espaciais observados a partir da história da mídia e de seus discursos;
- **Arqueologia das mídias:** traçar relações entre desenvolvimento técnico-científico e dispositivos midiáticos específicos, considerando-se implicações territoriais e políticas; tecnodiversidade contemporânea;
- **Dimensões afetivas e identitárias no espaço-tempo midiático:** compreender de que maneiras relações afetivas e identitárias se apresentam e são representadas no discurso midiático ao longo de sua história; comunicação das emoções e afetos a partir de uma história da mídia; relacionar modificações midiáticas a transformações afetivas diversas nas relações cotidianas com a família, a comunidade, a amizade, a vizinhança etc.; autorrepresentação do corpo e da identidade na perspectiva de uma história da mídia;
- **Histórias de consumo e da recepção das mídias:** descrições de diferentes formas de apropriação e usos não programados de dispositivos midiáticos; diferenças geracionais nos usos e recepção das mídias; relações particulares entre migrações culturais e usos de dispositivos midiáticos ao longo da história;
- **Mídia, história e verdade:** história e historiografia da mídia / verdade; descrição de transformações midiáticas em relação ao estabelecimento de regimes de representação e verdade; crise de representação e mídia, história intelectual e anti-intelectualismo; processos de territorialização e desterritorialização observados a partir da história da mídia; verdades alternativas na história da mídia;
- **Poética e estética midiática em perspectiva histórica:** compreender as potencialidades expressivas e criativas, assim como o desenvolvimento de novas sensibilidades e afecções a partir da história dos dispositivos midiáticos; investigar relações entre transformações midiáticas e modificações na percepção espaço-temporal.

Apresentaremos um panorama dos artigos que compõem este dossiê, em diálogo com a proposta conceitual. Dois artigos que trabalham em diálogo mais direto com o campo da comunicação, promovendo uma espécie de autorreflexão, foram escolhidos para abrir o conjunto. Em primeiro lugar, **“O território das pesquisas em torno do binômio comunicação e territorialidades”**, de Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, Flávia Mayer dos Santos Souza, Naiara Beje Souza do Nascimento e Rafael Paes Henriques, apresenta como o interesse no encontro entre comunicação e territorialidades

caracteriza o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo, que adotou o binômio como área de concentração. Assim, as dissertações desenvolvidas no programa, cuja primeira turma ingressou em 2014, constituem material privilegiado para compreender a construção dessa intersecção. Interessa problematizar: que noções assinalam certo movimento dos estudos comunicacionais em direção aos dos territórios/territorialidades? O artigo se debruça sobre as vinte primeiras dissertações defendidas (2015-2017), com suporte da análise de conteúdo. Essa visada sinaliza a potência da articulação com as noções de espaço, territorialidades, território e lugar, e a abertura de outras perspectivas.

Dando sequência às reflexões mais amplas no campo da comunicação, temos **“História das mídias em redes e conexões: Em busca de novas interpretações”**, de Marialva Barbosa e Fátima Tomaz. O objetivo do artigo é mostrar que a formação de redes de pesquisa em torno dos estudos que envolvem as mídias, conectando comunicação e história, é um caminho possível para se pensar de maneira não hegemônica e não cristalizada os processos históricos regionais e locais. Posicionando a categoria do espaço como central para a reflexão histórica, as autoras apresentam como a formação de redes pode ser realizada sem deixar de pensar nos localismos, descrevendo possibilidades metodológicas utilizadas por redes de pesquisadores reunidos em sociedades científicas como a Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia - ALCAR, a Rede Latino-americana de História da Mídia - RELAHM e a Asociación de Historiadores de la Comunicación - AsHisCom. Além disso, apresentam os resultados de um estudo em rede realizado por dezenas de pesquisadores brasileiros e cuja publicação em livro se encontra resenhada no último texto que compõe este dossiê. É um artigo relevante, e mesmo incontornável, para se compreender a relação espaço-tempo nos estudos dos processos históricos e sua relação com o campo da Comunicação.

Em **“O curso, o carro, a avenida: o carnaval de Salvador pelas reportagens fotográficas da ‘Renascença’ nos anos de 1910 e 1920”**, Henrique Sena dos Santos é o flâneur, que percorre com o olhar as imagens publicadas na revista ilustrada (1916-1931), ao registrar o cotidiano das ruas da capital baiana, tomadas pelos primeiros automóveis a circular pela cidade. Símbolo da Modernidade, os veículos que desfilam nos cursos da burguesia branca em ascensão substituem os corpos negros dos entrudos e dos batuques. O espaço das ruas ganha, assim, ares civilizados, ordenados, que se contrapõem ao que era considerado descontrolado, bárbaro. Na sua forma de narrar, a imprensa flerta com as elites, e destaca, nas reportagens fotográficas, a Bahia idealizada pela República e pelo progresso, apagando do espaço urbano os traços da sua ancestralidade. O artigo nos permite perceber como os periódicos atuaram para a propagação de novos hábitos e relações da população com o espaço público, compactuando com projetos de higienização e embranquecimento, reiterando a ideia da experiência da cidade como texto, imagem e representação (Gomes, 1994).

Valdelice da Conceição Santos e Daniela Abreu Matos apresentam a cidade de São Félix, no Recôncavo Baiano, a 110km da capital Salvador, como a protagonista do artigo **“Reinados e lança-perfumes, 1925-1975: o carnaval de São Félix-BA pelas narrativas orais e jornalísticas”**. Pequena, com pouco mais de 11 mil habitantes, em

2022, a cidade poderia cair no esquecimento, mas ela nos é revelada com todo o seu encantamento. As autoras investigam os vestígios do passado, nas notícias veiculadas em dois jornais impressos, e também entrevistam três personagens, que rememoram as festas de Momo, seja nas ruas de São Félix, ou nos bailes dos clubes da cidade. A oralidade revela a potência da memória, como experiência. Neste caso, não importa a exatidão, mas a emoção. Os idosos relembram os Carnavais da infância e adolescência, em narrativas marcadas pelas reticências, pelos esquecimentos, mas plenas de sentido e envolvimento. Os dados secundários (os jornais impressos) são extraídos de 67 textos de edições do "Correio de São Félix", de 1934 a 1970, e dois textos de duas edições do jornal "A Vanguarda", de 1924 e 1925. A partir das narrativas de periódicos e das narrativas dos foliões sobre os carnavais saio-felistas se estabelece uma memória coletiva essencial para o processo de formação identitária do município.

Também como forma de pertencimento, em **"Futebol feminino, memória e ativismo local: "re(des)territorializando"** coberturas midiáticas de esporte em Cachoeira/BA como forma de (re)existência", Fellipe Moreira e Itânia Gomes defendem a positividade de um movimento de desterritorialização para compreender as potências das jogadoras femininas no Cachoeira Futebol Clube.

Recuperando em arquivos da imprensa relatos de um acontecimento climático extremo no século XIX, Daniel Macêdo aborda, em **"Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará" as migrações decorrentes de "catástrofes"**, como algo que constitui processo de urbanização moderna. Com olhar atento às variações semânticas no tratamento dos corpos migrantes, utilizando-se das ferramentas digitais no acesso a arquivos de natureza diversa, tais como relatos memorialísticos, notícias e fotografias, o autor apresenta uma visão multifacetada do processo migratório do "retirante e flagelado" que se caracteriza a partir de sua origem não urbana, o "sertanejo". Enfrentando a complexidade espaço-temporal a partir do "sertão" e do momento histórico que antecede a Abolição, o pesquisador contribui para a construção de uma historicidade localizada e particularizada.

Na contracorrente do processo de desterritorialização promovido pelas plataformas digitais, em **"Demandas feministas em portais online no Pará: uma análise da presença de temas e fontes na comunicação regional"**, Rayza Sarmento e Adriany Vanessa S. da Silva de Lima apontam, em uma pesquisa "quali-quantitativa", a força do ativismo identitário para ressignificar dois portais de notícias. No mesmo sentido, buscando compreender a mídia como lugar estratégico para a perspectiva da educomunicação, em **"Etnomídias indígenas: Rádio Yandê e Mídia Indígena"**, de Cláudio Henrique Vieira, lemos a análise de duas iniciativas que promovem uma afirmação identitária contracolonial a partir dos coletivos de povos originários que ocupam espaços midiáticos e promovem um educação intercultural.

Adotando uma perspectiva da "sociologia de gênero", Amanda Diniz Ferreira apresenta em **"A propagação do discurso do sexo: o papel do jornal Estado de Minas na difusão de estereótipos de gênero entre as décadas de 1930 e 1980"** uma análise da pouca variação de estereótipos masculinos e femininos cristalizados pela

publicidade impressa ao longo do século XX. Já o artigo de Karen B. Santarém Rodrigues e Renata Rezende Ribeiro, **“Corpos Midiáticos: Um breve percurso cartográfico sobre os padrões estéticos de jornalistas da TV aberta brasileira”**, analisou 227 jornalistas de 19 telejornais de alcance nacional, pertencentes a sete emissoras da TV aberta brasileira, para interpretar que corpo midiático é este que (não) representa a diversidade brasileira. As autoras percebem que as características eurocêntricas ainda predominam entre os profissionais. Mulheres e homens brancos, magros, heterossexuais e, no máximo, de meia-idade são maioria no vídeo, ao contrário da população do país, marcada pela diversidade. O padrão de qualidade televisivo exclui os corpos desviantes e grotescos do espaço dos telejornais, reservando-os para os programas de auditório. A máquina de Narciso (Sodré, 2021) evidencia como o controle sobre os corpos é inseparável do momento atual do capitalismo, capaz de moldar desejos e medos humanos, em escala acelerada e globalizante. Acompanhado de gráficos e tabelas, o texto desnuda preconceitos estruturais, que revelam o país patriarcal, machista e racista, que se insinua entre nós.

Lucas Santos Carmo Cabral e Gabriela Bregolin Grillo, autores de **“O local do jornalismo em Florianópolis (SC): Direcionamentos de um survey para encontrar um lugar para o jornalismo”**, realizam uma sondagem de audiência buscando compreender, a partir de um estudo de recepção, os interesses e as demandas em relação ao noticiário local, sendo a relação entre o que se identifica com uma realidade específica e compartilhada o que torna possível um comum dentre os habitantes da cidade.

Ao realizar uma análise formal do telejornalismo vespertino através da observação direta, a leitura do artigo **“Reconfigurações do Telejornalismo regional: valorização das pautas populares, VT desconstruído e precarização da atividade jornalística”**, de Cintia Xavier e Manoel Moabis Pereira dos Anjos, nos direciona tanto para a importância das pautas locais como para as modificações da linguagem do telejornal.

Em **“História do Jornalismo no Rio Grande do Norte: O Natalense, O primeiro jornal”**, somos apresentados a uma história que se repete em diferentes localidades nas primeiras décadas do século XIX, quando, após a liberação da imprensa com a chegada da família real portuguesa, diversos periódicos surgiram por todo o território do então Império do Brasil, sendo muitos deles ainda desconhecidos. Cumpre dizer que os acervos em hemerotecas digitais facilitam esta pesquisa que aparece como um grande campo arqueológico. Dessa forma, pesquisas descritivas neste campo são importantes para que as práticas jornalísticas atuais possam ser melhor compreendidas.

No penúltimo artigo do dossiê, Frederico de Mello Brandão Tavares discorre sobre a vitalidade da **“Imprensa de papel, esse vivo objeto”**, ao analisar o conjunto de quatro coletâneas editadas a partir de um programa de pesquisa, desenvolvido junto à Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, de 2013 a 2023, reunindo pesquisadores da Argentina, México, Chile e Brasil, além de investigadores europeus. Nas duas primeiras obras, livros, revistas, jornais, folhetos, suplementos e semanários são ressignificados: mais do que simples repositórios de imagens e textos, eles dão materialidade ao projeto civilizatório Moderno. Para serem devidamente estudados, precisam ser

disponibilizados à consulta pública. Assim, a terceira obra do programa de pesquisa vai discutir os repositórios hemerográficos digitais. Finalmente, o quarto e último livro lança olhares sobre a produção impressa, em especial da Argentina, contextualizando-a historicamente, e revelando os diálogos que estabelece com outros países. A tessitura do papel parece, assim, dar forma a esta grande “comunidade imaginada” da América Latina (Anderson, 1989). Percebemos no trabalho a potência da pesquisa efetuada através das redes de investigação, capazes de descortinar semelhanças e diferenças que constituem o grande mosaico das identidades do continente.

Finalmente, na resenha que fecha o dossiê, **“A força do heterogêneo”**, Elton Antunes empreende uma leitura crítica e panorâmica de “História da Imprensa no Brasil do século XIX”, obra coletiva que conta com a participação de algumas dezenas de pesquisadores, organizada por Marialva Barbosa, Ana Paula Goulart Ribeiro e Antonio Hohlfeldt.

Além dos textos do Dossiê, completam a 24ª edição da Dispositiva cinco artigos de Tema Livre. **“Não é só futebol: os casos racistas envolvendo o jogador Vini Jr.”**, de Aline da Fonseca Pinna, reflete sobre as problemáticas do racismo no ambiente do futebol. Ainda nas discussões sobre Comunicação e Esporte, **“Entre medalhas e invisibilidade: a discreta cobertura do judô feita pelo site do Globo Esporte”**, de Eduardo Ritter, problematiza as escassas matérias publicadas sobre o esporte no mês de março de 2024, ano em que ocorreram os Jogos Olímpicos de Paris.

O artigo **“Da adesão à rejeição: Interações no Instagram a partir de conteúdos jornalísticos transmídia”**, de autoria de Marcos Carvalho Macedo, busca identificar as respostas dos usuários do Instagram às estratégias transmídia promovidas através do perfil do Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, em reportagens audiovisuais desdobradas em podcasts. Márcia Rodrigues Costa e Ana Paula Dessupoio assinam **“Imagens de Pagu: Autobiografia e retrato, narrativas e memória na construção sobre a jornalista”**, texto que verifica os entrelaçamentos e discordâncias entre a memória construída por Patrícia Galvão, Pagu, em cartas e as memórias criadas sobre ela em registros fotográficos. Em **“A paisagem do pornô mainstream online: narrativas e identidades”**, Gabriela Bercht analisa, com base nos referenciais dos estudos culturais e feministas, as narrativas, as identidades e os operadores perceptivos que são colocados em jogo e se tornam hegemônicos nas representações pornográficas disponíveis on-line.

Esta edição foi produzida com recursos do Edital 005/2022 – Apoio a ações de divulgação da ciência, da tecnologia e da inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Processo APQ 02807-22, do Projeto “Da comunicação à divulgação científica: plataformas de mídias sociais para popularização do conhecimento científico publicado na revista Dispositiva”. Contou, ainda, com recursos do edital 008/2023 – Programa de Apoio a Publicações Científicas e Tecnológicas, Projeto APQ 04928-23, intitulado “Aperfeiçoamento editorial e novas práticas de edição e divulgação da revista Dispositiva”.

Boa leitura!

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**. Notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [1996].
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1962.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do Romance. São Paulo: UNESP, 1998 [1937].
- BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória. Revista **Matrizes**, v.13, n.1, p. 13-25, jan./abr. 2019.
- CARDOSO, R. (Org.) **O design brasileiro, antes do design**. Aspectos da história gráfica (1870-1960). São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994 (2v.).
- CESARINO, L. **O mundo do avesso**. Verdade e política no mundo digital. São Paulo: Ubu, 2022.
- COSTA, Camila. Teoria da relatividade: como o eclipse solar no Ceará há 100 anos transformou Einstein em celebridade mundial. **BBC News Brasil**, 24 de maio de 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48296017?xtor=AL-%5B73%5D-%5Bpartner%5D-%5Bmicrosoft%5D-%5Bblink%5D-%5Bbrazil%5D-%5Bbizdev%5D-%5Bisapi%5D>. Consultado em 9 de dezembro de 2024.
- CRARY, J. **Técnicas do observador**. Visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed PUC-Rio, 2017.
- COULDRY, N. & HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge, UK, Maiden, MA: Polity Press, 2017.
- DEWEY, J. **Art as experience**. New York: Penguin, 2005 [1934].
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**. Pensar a partir do mundo caribenho, São Paulo: UBU Editora, 2022.
- FONSECA, G. et al. (Orgs.) **Temporalidades e espacialidades nos processos comunicacionais**. Belo Horizonte: SeloPPGCom/UFMG, 2023. Disponível em <https://seloppgcomufmg.com.br>.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1966].

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GUMBRECHT, H. U. Em 1926. **Vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

INNIS, Harold. O viés da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2011 [1951].

KITTLER, F. A. **Gramofone Filme Typewriter**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Ed. Uerj, 2019 [1986].

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LISSOVSKY, M. **O sumiço da senzala**. Tropos da raça na fotografia brasileira. Devires. Belo Horizonte, V. 13, n. 1, p. 34-65, 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**. Comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

ORTIZ, F. **Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar**. Madrid: Cátedra, 2002 [1940].

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones El Adariego, 2008.

RORTY, Richard. **The linguistic turn**. Recent essays in Philosophical Method. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1967.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1968.

SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre**. Crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

## O TERRITÓRIO DAS PESQUISAS EM TORNO DO BINÔMIO COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

### THE TERRITORY AROUND RESEARCHES OF THE COMMUNICATION AND TERRITORIALITIES BINOMIAL

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer <sup>1</sup>

Flávia Mayer dos Santos Souza <sup>2</sup>

Naiara Beje Souza do Nascimento <sup>3</sup>

Rafael Paes Henriques <sup>4</sup>

#### Resumo

O conceito de território ganha novos contornos quando aplicado aos estudos sobre a Comunicação. Nesse sentido, o interesse no encontro comunicação e territorialidades caracteriza o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo, que adotou o binômio como área de concentração. Assim, as dissertações desenvolvidas no programa, cuja primeira turma ingressou em 2014, constituem material privilegiado para compreender a construção dessa intersecção. Interessa problematizar: que noções assinalam certo movimento dos estudos comunicacionais em direção aos dos territórios/territorialidades? O artigo se debruça sobre as vinte primeiras dissertações defendidas (2015-2017), com suporte da análise de conteúdo. Essa visada sinaliza a potência da articulação com as noções de espaço, territorialidades, território e lugar, e a abertura de outras perspectivas.

#### Palavras-chave

comunicação; geografias da comunicação; pós-graduação; territorialidades; território.

#### Abstract

The concept of territory takes on new contours when applied to Communication studies. Consequently, the interest in the intersection of communication and territorialities characterizes the Postgraduate Program in Communication at the Federal University of Espírito Santo, which has adopted this binomial as its area of concentration. Therefore, the dissertations produced in the Program constitute privileged material for understanding the construction of this intersection. What notions are mobilized for the debate on communication and territorialities in the dissertations of the Program? Our focus is on the first twenty defended dissertations (2015-2017), supported by content analysis. This perspective highlights the potential of articulation with notions of space, territorialities, territory, and place, as well as the opening of other perspectives.

#### Keywords

communication; geographies of communication; postgraduate; territorialities; territory.

1 Doutora em Comunicação, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), anacarolina.temer@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2142-5855>, <http://lattes.cnpq.br/2424054335258827>.

2 Doutora em Educação, Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), flavia.m.souza@ufes.br, <https://orcid.org/0000-0003-3724-8109>, <http://lattes.cnpq.br/7612159350183081>.

3 Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), naiarabeje@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0003-8788-889X>, <http://lattes.cnpq.br/1402714925428467>.

4 Doutor em Filosofia, Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), rafael.henriques@ufes.br, <https://orcid.org/0000-0002-1812-5886>, <http://lattes.cnpq.br/4260742302003843>.

## Introdução

O conceito de território destaca-se como um dos mais largamente difundidos da Geografia, com tamanha força e potência, que justificam o seu transbordamento para outros campos (Haesbaert, 2023), alcançando, com isso, os estudos comunicacionais. Mais ainda, “[...] ampliando-se da esfera analítica das Ciências Sociais (e também naturais, tendo em vista sua importância na Etologia) para a esfera normativa da ação política e do uso como categoria da prática no cotidiano do senso comum e de muitas lutas sociais” (Haesbaert, 2023, p. 1).

Decerto, o conceito deslizou para a comunicação. No entanto, Moreira (2019) registra que, até então, o movimento se dava mais em direção oposta, de modo que foram os geógrafos que, em suas pesquisas, convocaram a comunicação em seus estudos. A autora considera, assim, que, nos anos 1950, no País e no exterior, o processo de revisão conceitual empreendido pela geografia – para que o campo pudesse estar mais perto das transformações sociais em curso – constitui um dos marcos para a aproximação entre geografia e comunicação (Moreira, 2017).

No contexto brasileiro, a fundação da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), em 1977, e os debates organizados pela entidade começam a despertar a atenção para esse eixo de encontro (Melo, 2014). Contudo, Moreira (2019) acentua que, no âmbito da comunicação, até 2009, são rarefeitas as pesquisas desenvolvidas contendo referências à geografia.

A partir de então, contribui para romper esse cenário de pouca visibilidade da geografia, a formação de um grupo de pesquisa com estudiosos das duas áreas em um dos principais eventos de comunicação do Brasil, o congresso da Intercom. No ano seguinte, vários verbetes reunidos na Enciclopédia Intercom de Comunicação (2010) já dão pistas do potencial dessa conexão, estabelecendo diálogo com a obra de autores como Milton Santos, Rogério Haesbaert, entre outros.

Compondo os esforços no sentido de aproximação com a geografia, especialmente, por meio do debate acerca dos conceitos de território e territorialidades, podemos mencionar a aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (PósCom/Ufes), em 2013. Posteriormente, outras iniciativas também assinalam interesse nessa perspectiva de estudos. Assim, tem-se o surgimento do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR), em 2018; e a criação de linhas de pesquisa em torno da temática como no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFGM) – que, a partir de 2021, passou a contar com a linha Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades.

Nesse contexto, interessa-nos refletir sobre o encontro comunicação e territorialidades no âmbito das dissertações desenvolvidas no PósCom/Ufes. O programa é o único na área de Comunicação no ES, bem como o primeiro do País a adotar como

área de concentração o binômio comunicação e territorialidades, caracterizada junto a Capes de maneira a abarcar:

Estudos da comunicação na produção das territorialidades, bem como das práticas processos, produtos midiáticos em ambientes particulares. Territorialidades são entendidas aqui como processos que constituem os vários espaços geográficos clássicos, assim como aquelas unicidades formadas a partir de interfaces socioeconômicas, políticas e culturais, considerando-se que territórios de quaisquer naturezas se articulam também por meio de nexos comunicacionais. Tem-se como antecedente que a produção da vida tem uma dimensão ordinária, da ordem do corpo, da matéria, do espaço/tempo, sempre atravessada pela seta da virtualidade e da transcendência. A contemporaneidade é resultado de múltiplos movimentos que se dão mais em razão de comunicações midiáticas do que dos deslocamentos físicos. Antigas e novas formas de agregações peculiares se mobilizam em torno da comunicação e expressam seus traços particulares, estabelecendo-se um corpus ainda pouco explorado pela pesquisa em Comunicação (Ufes, [201-?]).

Portanto, a investigação tem como característica certa endogenia, uma vez que mira o desenvolvimento interno das pesquisas de mestrado. Nesse cenário, torna-se relevante pontuar que o estudo derivou do percurso de Autoavaliação e do Planejamento Estratégico empreendido no PósCom, ações essas que fizeram parte da Avaliação Quadrienal realizada pela Capes, no período 2017 – 2020. Ao mesmo tempo, extrapola os contornos do programa, ao considerar que as pesquisas circulam e suas repercussões – até pelo fato do ineditismo da área de concentração –, sejam como potencialidades ou como limites, fazem com que estejam inseridas e participem do território dos estudos comunicacionais.

O PósCom está organizado em torno de duas linhas de pesquisa: Comunicação e Poder, bem como Estéticas e Linguagens Comunicacionais (até 2017 chamada de Práticas e Processos Comunicacionais). Nos estudos desenvolvidos na linha Comunicação e Poder, destaca-se em estudar:

as contradições e conflitualidades presentes em produtos culturais midiáticos, explorando seus efeitos sociais em dimensões territoriais. Analisa as relações de poder estabelecidas em fenômenos comunicacionais que incidem na estruturação de formas de consciência, percepção, memória, ideologias e resistências. O objetivo é investigar as configurações e mutações das mídias e suas manifestações no contexto da globalização das comunicações. Estuda tecnologias, discursos, conversações, imagens e opinião pública em redes e mídias sociais de internet e os respectivos impactos provocados nas instâncias de poder e contrapoder, que alteram diferentes territorialidades. Investiga também o jornalismo como forma de conhecimento, buscando compreender criticamente seu papel na contemporaneidade (Ufes, [201-?]).

Já a linha Estéticas e Linguagens Comunicacionais demarca como interesse pesquisar o binômio:

[...] a partir das estéticas, linguagens e discursos presentes nas práticas, processos e produtos comunicacionais, como estratégias de construção de sentido na vida cotidiana. Abriga investigações acerca dos processos de mediação como parte das sociabilidades contemporâneas, contemplando os seguintes eixos temáticos: cidade e cultura; consumo e publicidade; corpo e imagem; mídia e identidade; tecnologias e novos arranjos midiáticos; cibercultura; audiovisualidades; educomunicação (Ufes, [201-?]).

O estudo compõe pesquisa mais ampla, que se destina a investigar o desenvolvimento científico do binômio Comunicação e Territorialidades nas dissertações defendidas no período de 2015 até 2022, abarcando a produção de sete turmas e, portanto, o total de 86 dissertações<sup>5</sup>. Entre os interesses, estão identificar os temas das pesquisas e as aproximações estabelecidas com o encontro comunicação e territorialidades; caracterizar o desenvolvimento do binômio nos estudos; mapear os principais autores visitados para a construção do debate, bem como as obras de referência; elencar as noções movimentadas nessa perspectiva; entre outros.

O recorte apresentado neste artigo reúne os resultados parciais da pesquisa, debruçando-se sobre as dissertações defendidas nos primeiros anos do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades – entre 2015 e 2017, abarcando um total de 20 dissertações. Tem como questão de investigação: que conceitos são mobilizados para o debate comunicação e territorialidades nas dissertações do programa?

Em torno da questão, o artigo organiza-se contendo mais três seções. No tópico a seguir, intitulado Contornos da Pesquisa, discorreremos sobre o caminho metodológico para a construção desta metapesquisa, os instrumentos construídos e o arcabouço da análise de conteúdo. Na sequência, passamos para os Territórios das Dissertações, com a exposição e análise dos dados reunidos, chegando às noções convocadas nos estudos. Encerramos em Reterritorializações, estimulando que os resultados encontrados possibilitem revisões e aprofundamentos em dissertações futuras.

## Contornos da Pesquisa

Como mencionado, o artigo apresenta recorte de pesquisa que abarca várias dimensões de interesse acerca do desenvolvimento do binômio comunicação e territorialidades nas dissertações do PósCom/Ufes. Dessa maneira, muitas etapas de planejamento, coleta, organização e análise de dados antecederam a construção do que é aqui exposto – processo que sintetizamos a seguir, no Quadro 1, a fim de fornecer uma visão panorâmica capaz de sinalizar a amplitude do estudo.

Apresentamos as linhas gerais da pesquisa macro e aprofundamos o detalhamento da etapa diretamente relacionada com a proposta do artigo, objetivando expressar a preocupação com a confiabilidade do estudo. Especificamente, buscamos dar maior precisão à coleta e ao tratamento dos dados obtidos dos resumos. Segundo Sampaio e Lycarião (2021, p. 36):

<sup>5</sup> Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

A ideia de confiabilidade, deve-se esclarecer, não almeja anular essa subjetividade [referem-se aqui às decisões inerentes ao processo de interpretação], mas padronizar, a partir de sucessivos testes e processo de treinamento, as formas com que diferentes codificadores compreendem as mesmas categorias analíticas.

**Quadro 1 - Percurso da pesquisa**

<b>Fase</b>	<b>Natureza dos dados</b>	<b>Materiais coletados nas dissertações</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Software empregado</b>
1	Quantitativa	Títulos das dissertações. Geral e separação por linha de pesquisa	Identificar temas, conceitos e metodologias, em especial, as aproximações estabelecidas no eixo comunicação e territorialidades	Excel WordClouds. com
2	Quantitativa	Títulos das dissertações. Geral e separação por linha de pesquisa	Caracterizar o binômio comunicação e territorialidades, conforme os títulos das dissertações, recortando os termos imediatamente ligados às noções de território ou territorialidade	Não se aplica
3	Quantitativa	Palavras-chave. Geral e separação por linha de pesquisa	Identificar temas, conceitos e metodologias, em especial, as aproximações estabelecidas no eixo comunicação e territorialidades	Excel WordClouds. com
4	Quantitativa	Referências/ autores. Geral e separação por linha de pesquisa	Identificar os autores recorrentes nas dissertações	Excel
5	Quantitativa	Referências / obras	A partir dos autores recorrentes, mapear as obras recorrentes nas dissertações	Excel
6	Quantitativa	Resumo e Sumário. Geral e separação por linha de pesquisa	Extrair as noções mobilizadas nas dissertações que apontem o movimento dos estudos comunicacionais em direção aos dos territórios/territorialidades	Excel

Fonte: Elaborado pelos autores

A ênfase na exposição da estruturação da pesquisa relaciona-se, ainda, ao princípio da replicabilidade, também caro à análise de conteúdo, fornecendo pistas que permitam a outros pesquisadores a realização, verificação e/ou continuidade do estu-

do. Outro aspecto importante nessa direção é a acessibilidade dos materiais analisados (Sampaio; Lycarião, 2021). Registramos que as dissertações defendidas no período mencionado estão disponíveis no site do programa, acompanhadas de metadados como orientador/a, banca, resumo, ano de defesa.

Assim, o acesso aos documentos, consulta e retirada das informações de interesse foram realizados pesquisa por pesquisa. Como estamos em fase avançada do estudo, temos reunido em arquivo no Excel, os dados organizados conforme o Quadro 2:

**Quadro 2 - Planilha de dados coletados**

N.	Data da Defesa	Título	Palavras-chave	Linha de pesquisa	Autor(a)	Orientador(a)	Resumo	Sumário
----	----------------	--------	----------------	-------------------	----------	---------------	--------	---------

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além disso, a partir da numeração das dissertações, também no Excel, foram elaboradas planilhas específicas para registro de outros aspectos de interesse da pesquisa. Na quarta etapa, por exemplo, extraímos os autores dispostos nas Referências das dissertações e, considerando os autores mais recorrentes (presentes em um pouco mais de 30% das dissertações), voltaremos às dissertações para coletar as obras desses autores identificados e, com isso, mapearmos os materiais também mais intensamente utilizados como fonte nas pesquisas.

Certas especificidades emergiram no decorrer do processo. Algumas poucas dissertações não traziam palavras-chave (duas, no total), linha de pesquisa (nesse caso, utilizou-se como critério a verificação do(a) professor(a) orientador(a) e a identificação da linha de pesquisa a qual está vinculado(a), o que possibilitou a complementação de dados) e duas delas não estavam disponíveis para consulta.

Realizamos pré-testes em várias etapas, procedimento indispensável considerando a quantidade de dados com os quais precisamos lidar ao trabalhar a totalidade de dissertações dos oito anos selecionados. Desse modo, testamos o modo como coletamos as informações, construímos padrões de coleta, fizemos treinamentos para tal, revisamos os instrumentos e procedimentos com frequência, com o intuito de preservar a confiabilidade do estudo.

Nessa etapa especificamente, que faz parte da fase 6 e fundamenta a elaboração deste artigo, o percurso de construção da pesquisa está minuciosamente caracterizado:

a) definição da questão central – que noções são mobilizadas para o debate comunicação e territorialidades nas dissertações do programa?

b) estabelecimento dos critérios para a coleta – que termos ou noções serão coletados? Padronização para atendimento dos critérios da análise de conteúdo, em especial, transparência e replicabilidade.

c) coleta de dados nas primeiras 20 primeiras dissertações defendidas no Pós-Com, nas aproximações das noções de território, territorialidades, territorialização (prefixos re e des, entre outros desdobramentos possíveis).

d) revisão do procedimento de coleta com:

d. 1) complementação da questão, para melhor delimitação do interesse do estudo: Que noções são mobilizadas para a aproximação com a especificidade comunicação e territorialidades nas dissertações do programa? De maneira que foi desenvolvida uma pergunta mais específica e em sintonia com os interesses do estudo, sendo, então, adotada como principal guia para a pesquisa: Que noções assinalam certo movimento dos estudos comunicacionais em direção aos dos territórios/territorialidades?<sup>6</sup>

d. 2) detalhamento do procedimento de coleta. Primeiramente, optamos pela ampliação do léxico de interesse, possibilitado pela leitura de resumos e sumários desse primeiro conjunto de dissertações.

Nessa perspectiva, recorreremos, também, à categorização temática dos artigos apresentados no Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação, da Intercom, elaborada por Moreira (2019). A autora investigou toda a produção em artigo (189, no total) apresentada nos primeiros dez anos do Grupo, entre 2009 e 2018. A partir da análise de conteúdo dos resumos e, ainda, dos artigos, a pesquisadora construiu 19 eixos temáticos, que forneceram pistas de noções que poderiam ser observadas nos Resumos das dissertações do PósCom. Assim, com base na classificação, adotamos na coleta as noções de: fronteira, espaço urbano e espaço digital, considerados apenas como espaço<sup>7</sup>. Realizamos, ainda, coleta dos termos dispostos próximos às noções de território, territorialidades e outras recorrentes, para melhor caracterização do que interessa à dissertação em foco (por exemplo, “novas territorialidades”); coleta, no âmbito do resumo, de autores mencionados que contribuam na especificidade que nos mobiliza.

Estendemo-nos na descrição dessa etapa, pois a coleta dos dados tem sintonia direta com as inferências construídas. A revisão do percurso, a volta às dissertações para complementar a coleta de dados dos resumos e o diálogo com as categorias propostas por Moreira (2019) visam a possibilitar transparência ao estudo.

A coleta dos dados do resumo das vinte dissertações foi minuciosamente planejada pela equipe. No entanto, considerando a intenção de manter a unidade de parâmetros estabelecidos e maior controle dessa etapa, apenas um membro da pesquisa se dedicou à tarefa.

e) no Excel, criamos colunas diferenciadas que proporcionassem possibilidades de gráficos para melhor compreensão das informações.

e. 1) padronização de termos (adoção do plural, em casos que ora o termo estava no singular, ora no plural);

e. 2) união de termos que contribuem para entender a caracterização das noções (ex.: interessa-nos compreender a intensidade ou não da noção de “novas territorialidades”, o que demanda considerar o conjunto de termos, daí termos de escrevê-los sem espaço, para que o software possa nos fornecer outras possibilidades de resultados, um pouco mais complexas).

<sup>6</sup> As questões centrais foram muito importantes para o direcionamento da leitura dos resumos.

<sup>7</sup> Optamos por não trazer o conceito de cidade, pois parecia, em grande parte, sinalizar apenas a cidade abarcada na pesquisa.

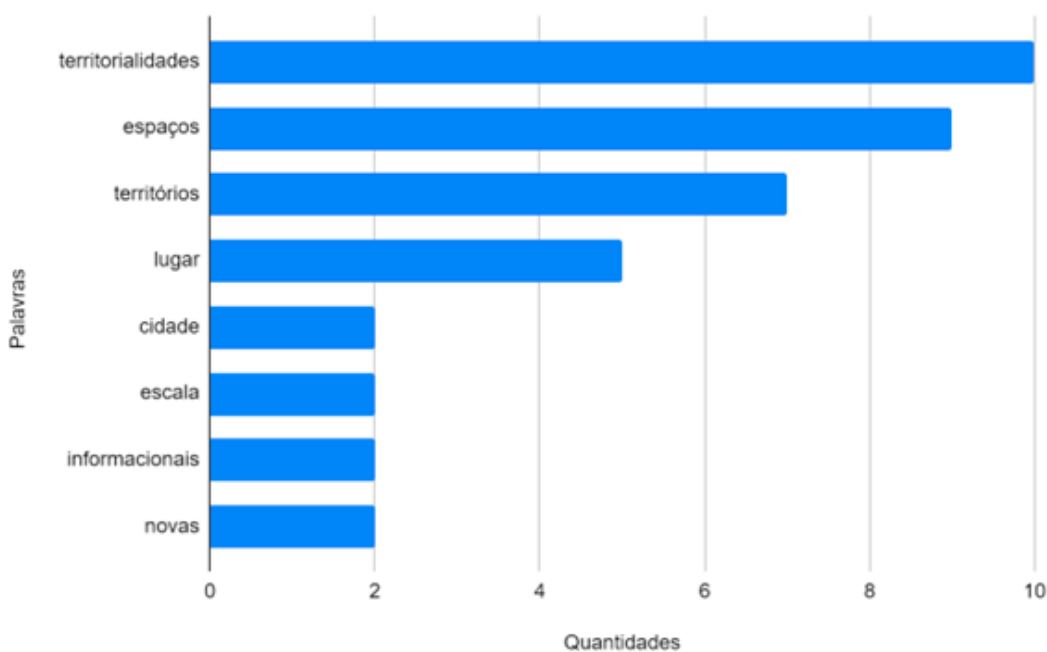
## Territórios das Dissertações

Adentramos, a partir de agora, nos territórios das dissertações do PósCom, por meio dos resumos, recorrendo aos procedimentos e critérios adotados, em busca das noções mobilizadas para o debate comunicação e territorialidades, assim como dos conceitos que demarcam certo movimento dos estudos comunicacionais em direção aos/dos territórios/territorialidades.

Primeiramente, é relevante mencionar que seis pesquisas não continham no Resumo pistas dos nossos interesses. Observamos, também, que a coleta no resumo levou, por vezes, à repetição de uma noção, no entanto, acrescentando particularidades. Em uma dissertação, por exemplo, no resumo coletamos os termos: territorialidade informacional; territorialidade geográfica; territorialidades; espaço. Com isso, três menções à noção de territorialidade tiveram origem em uma única dissertação. De um lado, podemos inferir que o dado pode gerar distorção na pesquisa. De outro, a caracterização da noção é importante para o estudo. Vale considerar, ainda, que tomando como corpus 20 dissertações, foi possível retornar à planilha de coleta e contabilizar que tal noção especificamente esteve presente em sete dissertações, não se tratando de algo isolado.

No Gráfico 1, apresentado a seguir, reunimos os termos mais frequentes nos Resumos, adotando a padronização de termos (adoção do plural), para melhor visualização dos dados:

**Gráfico 1 - Noções recorrentes nos resumos das dissertações**



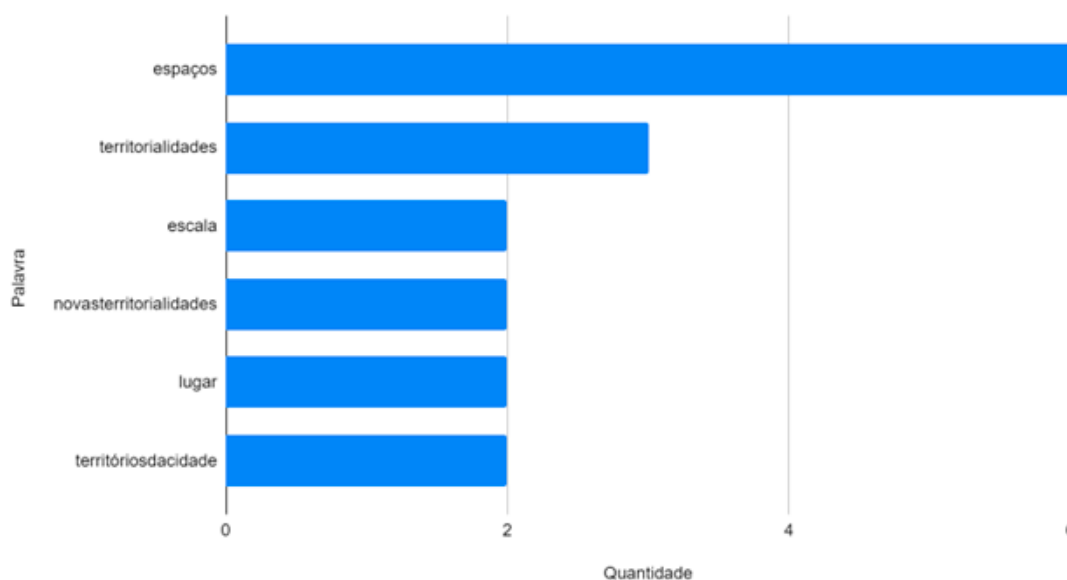
Fonte: Elaborado pelos autores

Na fase 1 da pesquisa, a noção de territorialidades foi, também, a que mais destacadamente expressou a aproximação com a área de concentração do programa (Souza, Rocha, Nascimento, Henriques, 2023). A noção de espaço, por sua vez, não se destacou na fase 1 e foi inserida na busca por influência da categorização de Moreira (2019) – já relatada aqui. Espaço recebeu o total de nove menções; sendo seguido por territórios (sete repetições); e lugar (cinco). O total de 28 termos foram mencionados apenas uma vez.

O interesse pela caracterização das noções, ou modos como os pesquisadores do PósCom têm construído articulações, levou-nos a considerar os termos vizinhos às noções de interesse, ou seja, os dispostos antes e/ou depois delas, de maneira que passamos a tomar o conjunto como unidade de valor. Assim, se a palavra “nova” isoladamente gera estranheza no gráfico anterior, parecendo irrelevante; agora, podemos visualizar que ela faz sentido à pesquisa, já que alguns estudos abordam “novas territorialidades”.

Do mesmo modo, se parece deslocado no gráfico o termo “informacionais”, a visão ampliada nos leva a compreender que se refere a territorialidades e territórios. Por outro lado, esse procedimento torna as recorrências mais escassas e, novamente, os termos isolados (que não estavam acompanhados de outros que pudessem caracterizá-lo) permaneceram como os mais frequentes. Essa estratégia de organização dos dados é resumida no Gráfico 2, exposto na sequência.

**Gráfico 2 – Noções (e caracterizações) recorrentes nos resumos das dissertações**



Fonte: Elaborado pelos autores

Certamente, torna-se mais difícil encontrar recorrências nessa etapa, em que buscamos traços com maior especificidade. De imediato, emergiram as noções que não foram adotadas junto a aspectos que as caracterizassem.

A noção de espaço teve, nessa fase, seis repetições. Apresentou redução em comparação com o Gráfico 1, pois, em algumas pesquisas, foi caracterizada como espaço de poder, espaços públicos de interação, espaço urbano. Por sua vez, o conceito de territorialidades que, no Gráfico 1, destacou-se como o mais frequente, com dez menções; no Gráfico 2, parece com menos intensidade, tendo três repetições, ao passo que projeta outro interesse de pesquisa, as “novas territorialidades”. A definição de escala permaneceu com a mesma frequência nos dois gráficos.

Já a noção de territórios que, no primeiro gráfico, obteve sete repetições; no Gráfico 2, não chega a aparecer isoladamente – o que significa que foram vários os modos como os autores especificaram os territórios abordados em suas pesquisas. A única recorrência encontrada, com duas menções, foi a noção de territórios da cidade.

Caminhamos, então, para a visualização do que é rarefeito. Nessa perspectiva, reunimos as abordagens identificadas nas dissertações no Quadro 3. Trazemos, na primeira linha de cada coluna, as noções mais amplas (o que explica o fato de algumas terem maior frequência) e, tomando-as como ponto de partida, seguimos para os desdobramentos encontrados que revelam suas peculiaridades (tendo, a maioria, uma menção apenas).

**Quadro 3 - Espelho geral das noções acionadas nos resumos**

<b>Espaços (6 menções)</b>	<b>Territorialidades (3 menções)</b>	<b>Territórios</b>	<b>Lugar (2 menções)</b>
espacialidades	novas territorialidades (2 menções)	territórios da cidade (2 menções)	lugar da pichação
espaços de poder	comunicação e territorialidades	Ciberterritório	lugar de destaque
espaços públicos de interação	territorialidade geográfica	apropriação do território	lugar de violência
espaço urbano	territorialidade global e local	território nacional	lugar histórico
imaginação espacial	territorialidade informacional	território do sistema	
	territorialidade simbólica	territórios físicos	
		territórios informacionais	

Fonte: Elaborado pelos autores

Tornam-se visíveis, então, alguns eixos a partir dos quais as pesquisas são desenvolvidas no programa, organizados, especialmente, conforme as noções de espaço, territorialidades, território e lugar, bem como os desdobramentos ou deslizamentos deles decorrentes.

A noção de territorialidade que perpassa grande parte dos estudos territoriais no Brasil foi desenvolvida por Sack (Dias; Ferrari, 2013). Para o autor, territorialidade consiste em uma estratégia atravessada por interesses e objetivos que delimita acesso diferenciado a pessoas, objetos, relações. Nesse sentido, abarca tanto os que detêm o controle, quanto os que estão a ele submetidos.

O autor acentua que a noção é chave para a compreensão de como isso ocorre, as razões que se movem nessa direção e, sobretudo, a importância de pensar os efeitos da territorialidade, “[...] o que ela pode fazer” (Sack, 2013, p. 80). Parte dessa reflexão se deixa entrever na síntese da noção de territorialidade proposta por Haesbaert (2023, p. 6): “[...] conjunto de propriedades que são a condição para a existência de um território”. Podemos inferir, ainda, que as territorialidades atuam como forças que podem operar para a conservação de uma determinada situação/circunstância e, para transformações, estão em movimento, conforme os propósitos em jogo.

Esse entendimento nos auxilia a discorrer sobre as abordagens desenvolvidas nas dissertações, que abrem caminho para o debate de territorialidades: novas (ou seja, compondo um conjunto recém constituído de propriedades); marcadas pela geografia (como em territorialidade geográfica e territorialidade global e local); e outras que orbitam em torno da comunicação, informação e linguagem (comunicação e territorialidades, territorialidade informacional e territorialidade simbólica).

Especialmente em relação às novas territorialidades, voltamos aos resumos para termos clareza do que estava sendo proposto nas dissertações. Primeiramente, na dissertação de Bianchi (2017), a autora se refere às “[...] novas práticas comunicacionais no que diz respeito à produção de imagens, que, na condição de discurso, dão vida a novas formas de apropriação do território, balizando outros modos de ser e estar no mundo e criando novas territorialidades”. Na pesquisa de Sangalli (2017), encontramos “[...] a sociedade midiaticizada e as redes sociais na internet como fonte de novas territorialidades”. As novas territorialidades, portanto, encontram-se em estreita relação com a comunicação, decorrem dela ou são por ela forjadas, sendo reveladoras da frutífera especificidade comunicação e territorialidades.

Quanto às noções de espaço e território, Santos (2000, p. 26) diz ter renunciado à procura por diferenciá-los, uma vez que os pequenos pontos que os distinguem acabam por nos afastar do debate que realmente importa. Porém, o pesquisador faz uma ressalva:

[...] não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual (Santos, 2000, p. 26).

Seguindo essa perspectiva e considerando que nossa opção neste artigo foi trabalhar a partir do resumo, não temos em mãos os contornos precisos dos fundamentos debatidos nas dissertações. Com isso, não descartamos a existência de diferenciações

no debate sobre espaço e território nas pesquisas realizadas. Por outro lado, o que nos interessa problematizar e valorizar aqui são as possibilidades alargadas (nesse primeiro conjunto de dissertações) que saltam aos olhos.

Espaço, espacialidades, espaço urbano, espaços públicos, imaginação espacial, espaço de poder dão pistas de um vasto leque de perspectivas; assim como território, territórios da cidade, ciberterritório, território nacional, território do sistema, territórios físicos, apropriação do território. Cobrem um espectro que vai da face material à imaterial; abarcam a nação, a cidade, o ciber; o físico, a apropriação, a imaginação; a unidade; e o sistema; entre outras variações como as que assinalam a esfera do poder.

No que tange à ideia de lugar, Santos (2006) destaca que vários geógrafos a colocam em uma posição central. O autor comenta que cada lugar, com a sua especificidade, tem a feição do mundo, e, assim, também conservando certa sintonia com o mundo, cada lugar apresenta suas singularidades. Nessa perspectiva, compreende que “[...] o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil” (Santos, 2005, p. 259).

No que tange às pesquisas do PósCom, o interesse em se debruçar sobre o lugar se deu em busca de especificidades como pichação, violência e história. Esses três modos de caracterizar o lugar parecem apontar para singularidades e atuar como sede de resistência. A sede é um “[...] ponto de concentração” (Amora, 2014, p. 806), de maneira que apresenta a capacidade de atrair, de convergir. Portanto, nela, estão reunidas forças, o que sinaliza a abertura de possibilidades para o debate acerca do lugar da pichação, lugar de violência, lugar histórico.

## Reterritorializações

Escolher nomear de reterritorializações as observações que decorrem dessa etapa da pesquisa significa deixar explícito ao leitor duas intencionalidades.

Primeiramente, recorreremos às reterritorializações para acentuar as dinâmicas que envolvem esse esforço de investigação, em curso. Na trilha da pesquisa, alguns passos já foram dados, mas é importante pensarmos no caminho que ainda é necessário percorrer. Assim, se neste artigo abordamos 20 dissertações, os apontamentos que trazemos já implicaram em revisões do processo de pesquisa (algumas apresentadas no Quadro 1), contribuem para pensar modos de lidar com o universo de 86 dissertações e conservam alguma provisoriedade, pois, no movimento ao encontro com a totalidade do corpus, outras facetas poderão se revelar. O próprio território da pesquisa requer o entendimento desse dinamismo.

Outra intencionalidade é própria do fazer ciência e, também, do compromisso de um programa de pós-graduação. Envolve entender que o território das pesquisas desenvolvidas no PósCom consiste em assumir uma postura de voltar ao território, submetê-lo à crítica, avaliar suas potencialidades e fraquezas. Com isso, fomentar outras pesquisas – compreendendo também as limitações de alcance desse estudo, que esbarram no próprio traçado do estudo, uma vez que estabeleceu como recorte a visa-

da dos resumos das dissertações e o protocolo de investigação exposto – que possam rever, revisar, aprofundar ou abrir perspectivas.

O levantamento das noções mobilizadas para o debate comunicação e territorialidades sinalizam a multiplicidade de abordagens. Os quatro eixos mapeados contribuíram para esclarecer ou lembrar que pesquisar na especificidade comunicação e territorialidades pode conduzir a aproximações outras que não sejam somente por meio das noções de territorialidades e territórios.

Essa afirmativa pode soar menos importante, mas, na primeira fase da pesquisa (vide Quadro 1), quando lidamos com os títulos das 86 dissertações (a totalidade de estudos nos primeiros oito anos do programa), com a finalidade de identificar temas, conceitos e metodologias relacionados ao binômio, os dados coletados sugeriram outro cenário. Considerando como frequência máxima de palavras que atravessavam os vários títulos onze e o mínimo de nove, foi possível entrever o interesse por: narrativas (onze menções), análise (dez), discurso (dez), mulheres (dez), Facebook (nove), territorialidades (nove).

A observação das palavras-chave das dissertações, no intervalo entre o máximo de menções (18), e o mínimo de nove repetições, tivemos: Jornalismo (18), comunicação (17), territorialidades (15), cinema (10), Facebook (nove), discursos (nove). O sobrevoo a partir dos títulos e palavras-chave reuniu pistas que se concentram mais em torno de temas e conceitos do que em metodologias. E, especialmente, quanto ao binômio comunicação e territorialidades, o que expressa é uma certa preferência em travar a aproximação principalmente considerando o debate das territorialidades. No entanto, enveredar para o interior das dissertações, por meio dos resumos, permitiu, de fato, melhor compreensão da variedade de movimentos dos estudos comunicacionais em direção aos/dos territórios/territorialidades.

A investida nos resumos revelou um território de noções e possibilidades de debate mais ampliado, em especial, em torno dos quatro eixos comentados – espaço, territorialidades, territórios e lugar, assim como os deslizamentos que deles decorrem, apontando contornos um pouco mais precisos.

As abordagens identificadas conservam, por vezes, traços que recuperam o ângulo geográfico mais clássico, podendo travar debates que envolvem o Estado-nação, ora rumando mais para o âmbito da geopolítica (como sugerido em territorialidade geográfica, territorialidade global e local, território nacional). As perspectivas se destinam, também, para os estudos em territorialidades – sejam as novas, a informacional ou a simbólica, incluindo as tradicionais – de maneira a valorizar o seu potencial de fundar, isto é, instituir territórios.

As pesquisas apontam, ainda, a fertilidade dos debates com base na noção de lugar, que abrem perspectivas, por meio das singularidades que o caracteriza, para refletir sobre história, violência, pichação, entre muitos outros.

Dessa maneira, os eixos assinalam constructos com força de proporcionar diferentes combinações e derivações. Somente a observação dessas vinte dissertações sinalizou quase o mesmo número de possibilidades de abordagens (vide Quadro 3), confirmando a potência dos estudos nessa especificidade.

Fadul e Moreira (2019, p. 8), ao fazerem o levantamento dos 10 anos do GP Geografias da Comunicação da Intercom, em busca dos temas que compõem os artigos acolhidos nos eventos, destacam que “o guarda-chuva ‘das geografias’ é manifestamente generoso”, por abrigar diversas temáticas e perspectivas. Essa primeira visada acerca do território conceitual das pesquisas em comunicação e territorialidades do PósCom, enveredando pelas noções mobilizadas, parece apontar, também, para um guarda-chuva generoso, nos quais os vínculos e desdobramentos multiplicam-se.

## Referências

AMORA, Antonio Soares. Sede. In: AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 806.

BIANCHI, Ana Clara Magnago. **Discurso fotográfico no Instagram: a cidade de Vitória sob o olhar de seus usuários**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. Apresentação. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 11-15.

ENCICLOPÉDIA Intercom de Comunicação. **Dicionário brasileiro do conhecimento comunicacional: conceitos (termos, expressões e referências indispensáveis ao estudo da área)**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v. 1.

FADUL, Anamaria; MOREIRA, Sonia Virgínia. Prefácio. In: MOREIRA, Sonia Virgínia et al. (Orgs.). **10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2019. p. 7-8. Disponível em: [https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/10\\_anos\\_geografia28082019.pdf](https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/10_anos_geografia28082019.pdf). Acesso em: 26 mar. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707>. Acesso em: 7 maio 2024.

MELO, José Marques de. Geografia da Comunicação: itinerário brasileiro. **Triade: comunicação, cultura e mídia**. Sorocaba, SP, v. 2, n. 3, p. 8-17, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/1929/1721>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MOREIRA, Sonia Virginia. Geografias da Comunicação, uma disciplina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-16. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3294-1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MOREIRA, Sonia Virginia. Da invisibilidade à visibilidade da Geografia na Comunicação: Travessias de territórios em uma década. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2019. p. 1-11. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0388-1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf). Acesso em: 13 mar. 2024.

SANGALLI, Heryck Luiz Jacob. **A morte na territorialidade digital: espetáculo, consumo e gestão do medo nas redes sociais**. 2017. 277f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. [Entrevista cedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Flávia Mayer dos Santos; ROCHA, Glauber Pinheiro; NASCIMENTO, Naiara Beje Souza do; HENRIQUES, Rafael Paes. O binômio comunicação e territorialidades em dissertações realizadas no Espírito Santo. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES, 08, 2023, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/poscomufes/issue/view/1617>. Acesso em: 23 out. 2024. UFES. **Comunicação Social**. PósCom. Apresentação. Disponível em: <https://comunicacao-social.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/POSCOM>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Recebido em: 07 jun. 2024  
Aprovado em: 09 set. 2024

## HISTÓRIA DAS MÍDIAS EM REDES E CONEXÕES EM BUSCA DE NOVAS INTERPRETAÇÕES

### HISTORY OF MEDIA IN NETWORKS AND CONNECTIONS IN SEARCH OF NEW INTERPRETATIONS

Marialva Carlos Barbosa <sup>1</sup>  
Maria de Fátima Tomaz <sup>2</sup>

#### Resumo

O objetivo do artigo é mostrar que a formação de redes de pesquisa em torno dos estudos que envolvem as mídias, conectando comunicação e história, é um caminho possível para se pensar de maneira não hegemônica e cristalizada os processos históricos regionais e locais. Essa abordagem teórica e metodológica favorece estudos observados por uma lente que reduz a escala de análise, para perceber tramas muitas vezes encobertas, permitindo a construção de sínteses a partir de um olhar que enfatiza primeiramente as singularidades do local. Trata-se, portanto, também, de uma atitude política que quer romper com silenciamentos e lógicas hegemônicas que enfatizam frequentemente processos oriundos dos centros de poder.

#### Palavras-chave

comunicação; história; redes de pesquisa; espaço.

#### Abstract

The objective of the article is to show that the formation of research networks around studies involving the media, connecting communication and history, is a possible way to think about regional and local historical processes in a non-hegemonic and crystallized way. This theoretical and methodological approach favors studies observed through a lens that reduces the scale of analysis, to perceive plots that are often hidden, allowing the construction of syntheses from a perspective that primarily emphasizes the singularities of the location. It is, therefore, also a political attitude that wants to break with silences and hegemonic logics that often emphasize processes originating from the centers of power.

#### Keywords

communication; history; research networks; space.

<sup>1</sup> Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Doutora e Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. E-mail: marialva153@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>. CV: <http://lattes.cnpq.br/9819532476888552>.

<sup>2</sup> Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, na Linha de Pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação da professora doutora Marialva Carlos Barbosa. E-mail: tomazfm@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5321-5353>. CV: <https://lattes.cnpq.br/9914499090015082>.

## Introdução

A metáfora de fios que se entrelaçam, se cruzam e se conectam formando tramas singulares que resultam por vezes harmônicas, mas, sobretudo, extensivas, configurando territorialidades aparentemente ilimitadas do ponto de vista dos nós que se conectam (ou podem se conectar), emerge diante do nome redes. Por outro lado, o século em que nos movemos é também definido pela lógica de redes que se aproximam (e se distanciam) numa miríade de possibilidades. O século XX inaugurou as redes telemáticas que ganharam, a partir de então, permissividades sempre crescentes, cujo fim ninguém pode prever. Vivemos nas redes e em redes (Castells, 1999)<sup>3</sup>.

O segundo aspecto que devemos considerar, quando postulamos a construção de redes de pesquisadores em estudos que abordam dinâmicas históricas, é, por um lado, a dimensão do espaço e, por outro, a escolha entre estudos que privilegiam particularismos ou generalizações. Ambas as questões são extremamente importantes para a história e, como tal, objeto de discussões acaloradas há décadas.

O terceiro aspecto refere-se ao fato de, para a história, tempo e espaço serem formas conceituais que poderíamos definir como primevas para a ação historiadora. O pressuposto de Agnes Heller (1993) de que a história produz reflexões sobre a historicidade humana e que esta se dá na dimensão do tempo e do espaço, coloca, portanto, a espacialidade no centro da trama histórica. Para a história, não há possibilidade de articular qualquer problemática sem considerar que homens e mulheres, ao empreenderem atos de vida num espaço, que é também de natureza temporal, constroem-se como seres históricos. A dimensão humana é um *a priori* histórico, e ser historicidade, como diz Agnes Heller (1993), é ser tempo e espaço. Assim, três conceitos sempre foram chaves para dar conta de qualquer análise histórica: tempo, espaço e grupos humanos.

Num primeiro momento do artigo vamos mostrar, brevemente, como a categoria espaço é central na reflexão histórica, referindo-nos a algumas revisões conceituais ao longo do século XX. Incluímos também considerações sobre a questão na escolha da ênfase entre particularismos ou generalizações, fundamental também para se pensar os localismos e, por conseguinte, a formação de redes que é guiada também pelo *locus* da análise. Na sequência, apresentamos possibilidades metodológicas de estudos envolvendo redes de pesquisadores em torno dos temas históricos da mídia e sua importância, tendo em vista o caso brasileiro e sua especificidade de ex-colônia, incluindo-se a desigualdade como marca dominante, a partir de um regime de escravidão que durou quatro séculos, e que define a longa história do seu território. Para isso, apresentamos, brevemente, resultados de um estudo realizado em rede, envolvendo dezenas de pesquisadores que olharam para o XIX, como sendo o século do jornal. Apresentamos, por fim, outras iniciativas em curso, para produzir uma história que avance a partir da formação de redes de pesquisadores.

3 O conhecimento, a informação e a organização em rede não são categorias que emergiram recentemente, já que, historicamente, assinalam a vida cotidiana, as relações de poder, e até mesmo a emergência dos primeiros jornais no mundo, no Brasil, em suas regiões e localidades. Porém, o que há de novo, no contemporâneo, é a centralidade das redes digitais, já que a sociedade em que vivemos é a sociedade do indivíduo em rede que, por sua vez, é a sociedade das linguagens que disseminam conteúdos simbólicos e afirmam significações e práticas culturais. Sob esse prisma, segundo Castells (1999), o sistema comunicacional contemporâneo possui três grandes tendências: é global, mas sem deixar de ser local; é interativo e busca maior horizontalidade.

## Espaço e especializações: divisões dos territórios de domínio

A questão do espaço assume tal centralidade nos estudos que colocam a teoria da história na trama reflexiva, que poderíamos dizer que se configura numa espécie de território dentro de outro território. É o espaço, entendido como territorialidade reflexiva, que deságua em abordagens que colocam em prevalência também subespecialidades sem fim. Claro que esta tendência é observada em diferentes domínios do conhecimento e vem sendo construída de maneira emblemática desde, pelo menos, o final do século XIX, ganhando aspecto superlativo no século XX. Essas subespecialidades, que constituem as dimensões, as abordagens e os domínios da história (Barros, 2002), passam a ser percorridas pelos historiadores, que se tornam integrantes de espécies de redes, ao se definirem, por escolha própria, como pertencentes a um desses universos, elegendo, em suma, sua especialização. Assim, podemos anunciar, por exemplo, que fazemos uma história cultural ao priorizar determinado tipo de enfoque, escolhendo uma dimensão histórica; ou elegendo uma abordagem, ou seja, a maneira como lidamos, por exemplo, com as fontes (micro-história, história oral etc.); ou ainda os domínios nos quais o pesquisador (ao lado de outros tantos) particulariza sua análise. Este último aspecto diz respeito aos agentes históricos que são destacados nas pesquisas, sendo a história das mídias, neste sentido, a escolha de um domínio da história. Advogamos que, ao eleger o domínio das mídias, que sejam introduzidas abordagens do que denominamos olhar comunicacional (Ribeiro; Barbosa, 2024). Este olhar deve incluir com particular atenção o contexto comunicacional, ao lado de outros que permitem reflexões importantes ao perceber a existência de um “mundo lá fora”, para além do comunicacional, e que se refere à complexidade das tramas contextuais em suas diversas dimensões.

Aquilo que passa a ser objeto dos estudos, ao particularizar domínios, abordagens e dimensões, constitui um caminho que, para adensar e ampliar o escopo de análise, deve ser percorrido pelos pesquisadores, que se aproximando desses universos subespecializados, estão, a rigor, filiando-se a um *lócus* teórico como se fossem personagens de uma rede imaginária de pesquisa. Como afirma Barros (2002), esse fenômeno de pulverização dos saberes que ocorreu com a ciência de maneira geral, decorre, simultaneamente, da fragmentação de espacialidades e de perspectivas, não exclusivas também do pensamento científico, mas fruto direto da modernidade e da pós-modernidade.

A história fragmentada em dimensões (econômica, política, social, cultural etc.) se distribui também em novos domínios (religiosidade, vida privada, imprensa, por exemplo), correndo, entretanto, o perigo de esquecer que o mundo humano não pode ser dissociado do social, do político, do cultural etc. Há que se considerar também que a história é sempre múltipla, mesmo quando escolhemos examiná-la a partir de perspectivas específicas. Por outro lado, devemos considerar, como alerta Barros (2002, p. 212), que “uma determinada ação historiográfica (uma pesquisa, por exemplo) não deve servir de pretexto a uma insuficiente hiper-especialização que por vezes é bem intencionada, mas por outras vezes é preguiçosa ou oportunista”.

Considerando-se o agrupamento do domínio das mídias, observa-se exatamente esta extensiva fragmentação de perspectivas, fazendo com que as mídias se multipliquem a partir das especificidades das formas, dos conteúdos, enfim, dos múltiplos territórios midiáticos. Mas num mundo humano que é sempre social, político, cultural e mental ao mesmo tempo, a história das mídias seria apenas aquela que diz respeito aos objetos midiáticos ou das representações que emanam das suas discursividades? Evidentemente que não. A historiografia da mídia deve considerar o complexo sistema midiático encravado em tramas temporais que particularizam processos que devem ser vistos desde os fluxos, as tramas, os circuitos, as trocas comunicacionais.

Mas o espaço comunicacional no qual as pessoas se movem e se moveram sempre faz com que a história das mídias seja um domínio no qual este contexto comunicacional interfere no mundo fabricado permanentemente por relações humanas. Assim, há que incluir abordagens que ultrapassem a ideia do midiático como particularismo, inserindo o território das mídias a partir de abordagens específicas, e, evidentemente, sem desprezar os complexos e múltiplos contextos históricos.

### **Espaço-tempo: domínio da história**

Para os historiadores, refletir sobre a questão do espaço envolve a possibilidade de múltiplas abordagens. Desde aquelas mais tradicionais que, denominando-o como social, fazem do conceito uma das chaves para a compreensão da dinâmica histórica, até as que o percebem como submetido a “jogos de escalas” (Ravel, 1998). Há que se considerar ainda que, mais do que o estudo do homem no tempo, tal como definiu Marc Bloch (1993, p. 29), em meados do século XX, rompendo com a ideia de que a história estuda apenas o passado, é da história o domínio do espaço-tempo. Aliás, a definição de Bloch foi essencial para abrir caminhos para a inclusão do espaço como dimensão temporal da experiência ou da expectativa, tal como Koselleck (2006) se referiu às suas categorias meta-históricas. Se acrescentarmos a isto o fato de que as transformações que afetam a vida humana se dão num espaço político, geográfico, ou, até mesmo, da imaginação, englobados muitas vezes pelo nome de espaço social, percebe-se que em história as articulações espaço-tempo são fundamentais para a compreensão e interpretação<sup>4</sup>.

As revisões conceituais, articuladas em múltiplas discussões teóricas ao longo do século XX, por outro lado, ampliaram o debate em torno da questão da temporalidade e, ao mesmo tempo, passaram a perceber a dinâmica do espaço em outros jogos conceituais. O espaço passou a ser visto como lugar de relações vividas no tempo. Diante do esfacelamento das nações e da lógica que as dividia em função da construção do nacional como ideologia dominante desde os séculos XVIII e XIX, não cabia mais pensar nos termos do Estado territorial moderno ou do Estado Nação.

Desde a segunda metade do século XX, a problemática do espaço também se deslocou para revisões que atestavam a emergência de territórios libertos do domínio eurocêntrico, que dominaram as visões historiográficas por séculos. Na mesma discus-

<sup>4</sup> Para aprofundamento da relação espaço, tempo e história cf. Barros, 2006.

são passou-se a incluir temáticas que moldavam territórios de exclusão, como a história dos povos coloniais, ao mesmo tempo em que havia uma luta para que os até então considerados “povos sem história”, os diferentes grupos qualificados como outros, os excluídos, os subalternos, pudessem fazer eclodir suas práticas historiadoras.

O espaço se configura não como uma dimensão meramente geopolítica, mas como lugar de significações, no qual a forma como se olham e analisam as representações do passado indica o distanciamento, a amplitude ou o microcosmo, enfim, as escolhas diante daquilo que está sendo considerado. O olhar de perto permite ver não apenas a árvore, mas os galhos, as folhas, os veios das folhas, numa dimensão microscópica. O olhar de longe descortina a árvore num ambiente mais amplo, fazendo parte do mesmo cenário outras árvores, construindo a densa mata verde indiferenciada, mas ao mesmo tempo capaz de ser identificada como uma floresta.

A discussão sobre a espacialidade envolve, portanto, a questão das escolhas metodológicas, em que o movimento dos particularismos em direção às generalizações se relaciona também aos jogos de escala. Ao chamar atenção para as maneiras como os historiadores deveriam manejar conceitualmente a categoria espaço, Cardoso já alertava, nos idos de 1980, para os perigos que corriam, já que poderiam “cair prisioneiros de construções espaciais inadequadas, um espaço que se apresenta como um fato ou como um dado” (1981, p. 187).

Para a história, o conceito sempre foi indissociável da categoria tempo. É sempre espaço-tempo, seja porque as aberturas do presente em direção ao passado, possibilitando a análise histórica, indicam a transfiguração de um espaço em outro (o presente no passado); seja por ser o tempo ele mesmo um lugar.

Em meio às transformações das análises históricas a partir da segunda década do século XX, no movimento que ficou conhecido como *École des Annales*<sup>5</sup>, a primeira aproximação teórica que a disciplina fez para incluir novas abordagens foi com a Geografia, dando origem, por exemplo, ao clássico trabalho de F. Braudel sobre o Mediterrâneo (1949)<sup>6</sup>. Propondo a fundação de uma verdadeira “geo-história”, o historiador francês se debruçou sobre o espaço – no caso o Mediterrâneo – como um lugar quase imóvel, permitindo ver, assim, a longuíssima duração, que fazia com que o tempo durando se transformasse em espaço de permanências. O espaço era, sem dúvida, o tema de Braudel e não o tempo. Dizia ele: “fixar os tempos dos problemas humanos tais como os vemos, estendidos no espaço e, se possível, cartografados, numa geografia inteligente: sim, sem dúvida, mas fixá-los não apenas para o presente e no presente, fixá-los no passado, levando-se em conta o tempo” (Braudel, 1949, p. 9)<sup>7</sup>.

O destaque aos aspectos conjunturais e estruturais da história continuou prevalecendo na segunda geração dos *Annales*, determinando a emergência de múltiplos espaços que se fixavam ou se moviam ao sabor dos acontecimentos imóveis, quase intrigas, como diz Ricoeur (1994), ou daqueles que mais do que marolas eram vagas

5 Sobre a *École des Annales* e a aproximação dos historiadores com teóricos de outras disciplinas para incluir problemáticas e objetos até então não considerados, cf. por exemplo Dosse (1992) e Burke (1992), entre outros.

6 Num primeiro momento, o grande influenciador da aproximação da História com a Geografia foi Vidal de La Blanche. Nos anos 1930, a escola geográfica francesa tinha grande prestígio e influência sobre o conjunto das ciências humanas, que resultou em grandes monografias de caráter regional. Sobre o tema cf. Dosse (1992).

7 Para uma análise da obra de Braudel como uma “quase-intriga” na qual se destaca a imobilidade dos tempos a partir da apropriação temática do espaço como organizador narrativo, ver Ricoeur, 1994, p. 296-310.

gigantes nos mares das incertezas das épocas. O acontecimento emergia na duração de maneira violenta, transformando a conjuntura imediata. Tempo curto do acontecimento, tempo longo e tempo longuíssimo, as durações da história produziam a aproximação definitiva do tempo durando como espaço. A ele se juntava outra concepção fundamental: a do tempo como lugar, isto é, passagem em direção ao passado, permitindo o encontro com mundos distantes e desconhecidos.

Na história do tempo longuíssimo incluiu-se posteriormente as chamadas histórias não-humanas, tais como aquelas de ordem geológica, como o clima, nas quais a articulação com os territórios da Geografia continuou preponderante. Sobre esse movimento do qual fez parte Le Roy Ladurie (1967), afirmava Michel Vovelle: "com essa história, outro tempo se instala, e não é o tempo dos homens" (1993, p. 72).

Se a aproximação inicial com a Geografia permitiu a ampliação das abordagens, passando os historiadores a utilizarem, na sequência, postulados científicos de diversas disciplinas, por outro ampliou o espectro de problemas da reflexão histórica. Não cabe aqui se referir a este longo processo, mas apenas destacar aspectos que consideramos relevantes para a argumentação central do texto.

Assim, a escolha metodológica pode ser vista, também, como um arbitrário espacial. Ao eleger o caminho das histórias particulares, como síntese de um processo histórico mais amplo, como faz com sucesso a micro-história, se estaria, a rigor, olhando o espaço teórico-conceitual a partir de um "jogo de escalas" (Revel, 1998).

Paul Ricoeur (2007) afirma que, em cada escala, é possível ver coisas que não são vistas em outra escala e cada escala tem sua própria regra. A análise dependerá sempre do lugar em que se está, da distância em que se coloca e, sobretudo, do que se quer ver.

Como remarca Bernard Lepetit (1998, p. 90), a problemática da escala na sua relação com a construção do objeto teórico permite pensar em termos geográficos e arquitetônicos e envolve duas questões principais: a da medida e a do objetivo potencial da escala, que estabelece uma homologia entre a realidade e sua imagem e, em cada uma dessas esferas, uma relação de proporção entre as partes. Para ele, também a existência dos lugares materiais, que são referidos como representação, fornece pontos de apoio mais sólidos do que aqueles possíveis de ser encontrados quando se elege a categoria tempo desconectada da dimensão espacial, como se isso fosse possível, por toda a argumentação que desenvolvemos.

Assim, a análise está submetida a um processo de pesquisa não separado do sentido de inteligibilidade histórica do mundo. O modelo, sempre decorrente de um processo, é uma redução capaz de reter o objeto em algumas dimensões, dinâmicas e passíveis de mudanças. A escolha de uma escala modifica a organização dos objetos considerados e as representações em diferentes escalas não são projeções de realidades que se encontram por trás delas mesmas. A complexidade do mundo permite a multiplicação das escalas de observação, resultando num processo de pesquisa que não conhece (e nem deve conhecer) a palavra fim (LePetit, 1998, p. 100).

Como remarca Roger Chartier (2009), não há superioridade epistemológica entre a micro ou a macro análise. A rigor, os recortes macro-históricos são espécies de

laboratórios que permitem analisar, por exemplo, mecanismos de poder característicos de uma estrutura sociopolítica de um tempo e lugar determinados. Esses mesmos recortes numa perspectiva microscópica, como no caso do célebre estudo sobre Menocchio, o moleiro de Friuli, realizado por Carlo Ginzburg (1987), dão acesso muitas vezes a crenças e ritos que as fontes omitem ou evitam e que revelam uma “uma base cultural partilhada” por muitos. Nesse sentido, não há oposições, nem lutas entre uma técnica de observação micro-histórica e uma descrição macro antropológica (Chartier, 2009, p. 54-56)<sup>8</sup>.

Giovanni Levi, por seu turno, observa que a escolha de escala de observação – ou seja a espacialidade no sentido amplo – pressupõe a adoção de um instrumento analítico não neutro, ao mesmo tempo em que não está naturalmente inscrita na realidade. “A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver” (1998, p. 203). Assim, “variar a objetiva, não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (Revel, 1998, p. 20).

Para alguns autores, a emergência das microanálises também apresenta limites metodológicos, o que produziu muitas críticas. Na história não haveria mais história e sim histórias de e para determinados grupos definidos pelas posições de onde falam. Os grandes objetos teriam sido abandonados em favor de uma “história em migalhas”, utilizando-se a expressão que dá nome ao livro de François Dosse (1992). A crença do indivíduo como sendo o mundo, encarnado em pluralidades, levaria a uma infinidade de enfoques explicativos, como já enfatizamos no início do texto.

Mudar as escalas de representação, entretanto, é mais do que escolher um tamanho maior ou menor, ou seja, uma dimensão espaço territorial específica: é transformar o conteúdo da representação (Revel, 1998, p. 20). O espaço, como variável de escalas, fornece formas possíveis de re-apresentação de significados humanos no mundo. Torna-se lugar dos possíveis, no sentido da ampliação das possibilidades humanas, destacando-se não só os recursos dos grupos constituídos como sociedades, mas, sobretudo, cada indivíduo. Assim, percepções do mundo interior, como fracasso, incerteza, dor, ódio, vilania, em uma palavra, o mundo das emoções, passam a ser visualizadas como estratégias do indivíduo que viaja para o mundo em busca de generalizações.

## Redes: um olhar plural

Estas considerações iniciais sobre a questão do espaço, que incluem também a reflexão em torno da escolha dos particularismos ou das generalizações, são centrais para a proposta de construção de pesquisas que sejam originárias de territórios culturais diversos, para a partir deste primeiro movimento (dos particularismos) tentar a construção de sínteses históricas. É neste sentido que advogamos a urgência do gesto da formação de redes de pesquisa, para aprofundar diversos territórios de domínios.

<sup>8</sup> Não cabe neste texto um aprofundamento da micro-história e do paradigma indiciário proposto por C. Ginzburg. Para maior percepção da questão cf. Revel (1998, p. 15- 38), Burke (1992) e Ginzburg (1989).

No que diz respeito à história das mídias isso é ainda mais urgente, já que a construção de cenários que incluem apenas grandes centros, igualmente centros hegemônicos de poder, produz sínteses artificiais de um território midiático complexo que se esparrama pelo vasto território denominado Brasil. E o esforço que este tipo de análise exige é incompatível com a pesquisa de um único pesquisador.

Por outro lado, sem a pluralidade dos territórios utiliza-se um “nós” que é falso, mascarando-se diferenças profundas em uma dada região, em que um grupo dominante defende seus interesses como se fossem daquela região. É preciso pensar o território – estando presente no conceito diversas dimensões e sentidos – adentrando em espaços físicos-culturais, com grande carga simbólica, com posições que se constituem para além do sentido geográfico/espacial e caminha em direção às questões identitárias relacionadas a aspectos históricos, sociais, econômicos, raciais, entre outros.

Em suma, deve-se adotar a “lógica do lugar”, que possui uma função de base na estrutura dinâmica global, o que segundo Muniz Sodré (2019) explicita a articulação que há entre a organização do território e as relações sociais. Em *O terreiro e a cidade* (2019), o autor destaca a importância da relação entre o homem e o espaço e explicita a capacidade que tem o meio físico de afetar o comportamento, provocando afetações igualmente simbólicas. Ou seja, o território é força motriz que engendra ou refreia as ações.

Portanto, no nosso entendimento, a produção de sínteses históricas que resultem na inclusão de diversos territórios geográficos/culturais, em uma palavra, históricos, só é possível através da formação de redes de pesquisa, de forma que, a partir dos particularismos se possa caminhar em direção às generalizações mais complexas. Só com pesquisas encravadas em territórios culturais múltiplos, considerando não apenas a adição, mas a conexão entre temas e pesquisadores, se pode produzir as necessárias e complexas sínteses históricas. Diante desta afirmação podemos acoplar outra pergunta: ainda são desejáveis nos estudos de história das mídias as sínteses históricas?

O hiper recorte é a tendência dominante dos estudos de Comunicação, como já remarcamos. A escolha de estudos monográficos e o abandono deliberado de reflexões de fenômenos mais gerais são a expressão mais evidente das pesquisas que majoritariamente se realizam. Isso resulta em estudos, por vezes, extremamente particularizados, ainda que saibamos, conforme enfatizado anteriormente, ser esta a tendência – a da hiperespecialização – dos campos de conhecimento desde o século XX. “O grande mundo e as grandes teorias explicativas cedem lugar aos pequenos mundos, espacialidades hiper localizadas, recortes estreitos, pedaços de tempos em desalinho” (Barbosa, 2024, p. 157).

Este hiper recorte traz muitos problemas, entre eles, talvez o mais importante, o esfacelamento da possibilidade de interpretações dos fenômenos em sua amplitude. Assim, o desconhecimento das especificidades dos processos, comparativamente, e o abandono das explicações que aproximam ou distanciam aspectos que foram pesquisados e interpretados leva a recortes que não conseguem abordar aquilo que está em conexão. Assim, o hiper recorte se, por um lado, pode resultar no aprofundamento teórico-conceitual e analítico, por outro impede a construção de cenários reflexivos que

possam melhor manejar, no caso dos estudos históricos dos meios, uma pesquisa que pretende produzir sínteses interpretativas.

E as sínteses são importantes por muitos motivos, mas talvez o principal deles seja de natureza educacional: para os níveis intermediários, para os que ainda não estão no Olimpo das reflexões acadêmicas e científicas, pois para os jovens que ingressam na universidade é fundamental, num mundo de esfacelamento conceitual, que haja o esforço de produzi-las, falando de um mundo em que estão imersos e que não é governado apenas pela fragmentação. As obras de síntese são, portanto, fundamentais do ponto de vista didático.

Além desta razão quase singela, há outra que assume claramente uma dimensão política. A perspectiva metodológica das pesquisas realizadas em redes, capazes de construir concepções plurirregionais, permite realizar estudos que rompam com silenciamentos e lógicas macroestruturais e hegemônicas que silenciam, sempre, os que estão (porque foram lá colocados) à margem. Enfatiza-se, sempre, a voz dos que já têm voz estridente, já que ocupam lugares privilegiados nos múltiplos centros de poder e de domínio (Barbosa; Borges, 2024)<sup>9</sup>. Assim, as sínteses históricas decorrentes dos trabalhos realizados a partir de redes de pesquisa têm também o objetivo político de dar voz e produzir ruidosos barulhos onde impera habitualmente o silêncio.

Há ainda uma terceira razão, de natureza teórica-metodológica: há que se considerar as singularidades dos territórios histórico-midiáticos, percebendo suas peculiaridades. E isso só pode ser alcançado em pesquisas realizadas em rede, de forma a que, partindo das particularidades, possa-se chegar a sínteses interpretativas, em que o comunicacional é também contexto e não apenas (muitas vezes exclusivamente) o “mundo lá fora”. Se o mundo lá fora é importante, o mundo comunicacional é determinante para a inclusão do olhar contextual do comunicacional. Circuitos, trânsitos, trocas, que se adensam a partir das mídias, ganham centralidade nestes contextos assim considerados<sup>10</sup>.

Com isso, perde espaço a utilização da imprensa apenas como mediadora através das representações de seus discursos – estudos que ainda são frequentemente realizados na comunicação –, em favor da sua percepção como ator social num contexto que, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, institui-se pela ordem comunicacional. A perspectiva histórico-comunicacional, na nossa interpretação, permite dar voz aos múltiplos trânsitos culturais, ao se destacarem formas de produção e de circulação em ambientes midiáticos que se transformam sem cessar.

A construção de redes de pesquisa possibilita, no caso dos estudos históricos das mídias, ultrapassar as interpretações extremamente recortadas e, ao mesmo tempo, a dificuldade de se produzirem sínteses numa dimensão temporal estendida. As redes de pesquisadores, atuando de maneira colaborativa, instauram reflexões nos espaços nos quais os pesquisadores se situam e pesquisam, a partir da perspectiva de uma história que se conecta a partir de territórios que se reconhecem e, ao mesmo tempo,

9 No mesmo texto há uma extensa discussão sobre a questão do lugar, espaço, território e, também, em torno da reflexão da percepção de uma história que ultrapasse também o geral e o local em favor de uma lógica pluridimensional, cf. Barbosa; Borges, 2024.

10 Como exemplos deste tipo de abordagem, em relação à imprensa, desvendando inclusive os caminhos metodológicos adotados, citamos Barbosa, 2022a e 2022b

se desconhecem. As tramas tecnológicas do século XXI, por outro lado, colocam à disposição facilidades, favorecendo o desenvolvimento de estudos em redes.

Na fase final deste texto e a partir de algumas experiências, descrevemos pesquisas realizadas por novas redes de pesquisadores que se dedicam à história das mídias, seguindo uma tradição renovada existente neste domínio, já que até mesmo algumas das instituições científicas da área tiveram sua origem em redes de pesquisadores. A própria constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), em 2008, teve origem na Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR), criada em 2001, nome em homenagem a Alfredo de Carvalho, que liderou o movimento de constituição de uma rede de pesquisa no início do século XX<sup>11</sup>.

## Redes em ação

Quando, em 2018, diversos pesquisadores, por exemplo, pensaram a formação de uma rede para produzir pesquisas sobre a imprensa do século XIX, o objetivo era, sobretudo, construir uma síntese histórica sob a égide de questões que privilegiassem o contexto comunicacional. Ao mesmo tempo, tinha-se como proposta deslocar o olhar interpretativo da capital imperial, o Rio de Janeiro, ainda privilegiado nas abordagens, para outros territórios. Assim, embora houvesse pesquisas em profusão, sobretudo de caráter monográfico sobre a imprensa desse período, havia a carência de obras de síntese, numa perspectiva teórica mais contemporânea. Foram esses os principais aspectos que motivaram a formação desta rede de pesquisa.

Para investigar a imprensa do período, avançando análises a partir das especificidades de territórios culturais/políticos, numa perspectiva em que a imprensa fosse o ator principal de muitos cenários históricos, seria necessário o trabalho de diversos pesquisadores. A formação de redes de pesquisa em que os ecos das reflexões de territorialidades múltiplas fossem ouvidos e colocados em relação parece ser uma proposta metodológica exequível como caminho a ser seguindo.

Para isso, foi escolhido um coordenador por região - considerando a maneira como era geográfica e politicamente o Brasil dividido no século XIX, isto é, o Oeste Marítimo, os Governos Gerais do Leste e os Governos do Interior. O Oeste Marítimo incluía o Grão-Pará, o Maranhão e as demais províncias do Norte. Já os Governos Gerais do Leste englobavam a Bahia e os governos secundários de Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. E, finalmente, os Governos do Interior incluíam Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Um estudo analítico estabelecendo os marcos teóricos, temporais e metodológicos foi discutido previamente e encaminhado aos coordenadores, que, assim, constituíram suas redes de pesquisa, tendo como centralidade aspectos comuns a todos os participantes e organizados a partir do coordenador geral.

<sup>11</sup> Alfredo de Carvalho coordenou pesquisadores de vários estados para desenvolver e publicar, na data comemorativa do centenário da implantação da imprensa no Brasil (1908), o estudo "Gênese e progresso da imprensa periódica no Brasil". A proposta era listar todos os periódicos lançados durante os cem anos da imprensa no país. A obra foi publicada em 1908 pela Revista do IGHB (Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro), uma das instituições à qual Alfredo de Carvalho era associado. Ainda na América Latina, devemos nos referir a Red de Historiadores de la Prensa em Iberoamérica (1999-2011), criada pela historiadora mexicana Celia del Palacio Montiel e a ReHiMe, Red de Historia de los Medios, fundada pela pesquisadora argentina Mirta Varela (<http://www.rehime.com.ar/>). Cf. também <https://redealcar.org/sobre/>.

Dificuldades ao longo do caminho impediram que todas as províncias estivessem representadas. Para um trabalho que se iniciou em 2018, muitos foram os esforços no sentido de englobar uma multiplicidade representativa de territórios. Ao final, mais de meia centena de pesquisadores realizaram a tarefa de pensar a História da Imprensa no Brasil, sobretudo no Primeiro Reinado, sob a perspectiva comunicacional<sup>12</sup>.

Devemos ainda nos referir como experiência de produção de uma história conectada da mídia na América Latina a constituição da Rede Latino-americana de História da Mídia (RELAHM), criada em 2018, e coordenada inicialmente por Marialva Barbosa (UFRJ-Brasil), Ana Paula Goulart Ribeiro (UFRJ-Brasil) e Eduardo Gutierrez (Universidad Javeriana - Colômbia) e que permanece sob coordenação geral, a partir de 2024, de Ana Paula Goulart Ribeiro. A rede reúne mais de 50 pesquisadores de diversos países da América Latina que estudam as mídias<sup>13</sup>.

A interpretação da imprensa no século XIX proposta na pesquisa finalizada pela Rede de Pesquisa de História da Imprensa no Brasil do século XIX (Barbosa, Ribeiro e Hohlfeldt, 2024) e que estamos descrevendo mais detidamente também objetivou fugir das reflexões que se fazem sem visualizar detidamente, nas fontes e em outros arquivos (o dos territórios locais), os traços de vida que permaneceram, impedindo a reprodução de falas cristalizadas em outras épocas. O acesso a acervos específicos permitiu novas interpretações lançadas em direção a um passado sempre complexo. Com um olhar cuidadoso, o objetivo era, em suma, reinterpretar uma história que está sempre aberta a novas análises diante dos desafios teóricos que a pesquisa historiográfica sobre a imprensa e as mídias, de maneira mais geral, vem construindo.

São os vínculos, as figurações imaginativas, os diálogos duradouros, o olhar que procura vestígios e indícios em *modus operandi* comunicacionais que permitem acessar e interpretar movimentos humanos tão distantes. Um olhar histórico-comunicacional nada mais faz do que reconhecer o comunicacional humano como essência da história (Ribeiro e Barbosa, 2024, p. 31).

## Considerações finais

A história está permanentemente submetida aos processos de reinterpretação e reanálises, já que é preciso considerar o conhecimento sempre como provisório e dependente de questões que, sem cessar, se antepõem aos olhares dos pesquisadores.

12 Foram os coordenadores regionais: Netília Seixas, Pará; Roseane Pinheiro, Maranhão; e Ana Regina Rego, Piauí (Oeste-Marítimo); Herica Lene, Bahia; Aline Grego, Pernambuco; Gisely Hime, São Paulo; Mauro César Silveira, Santa Catarina; e Aline Strelow, Rio Grande do Sul (Leste); Phillippe Jacome, Minas Gerais; e Rosane Borges, Goiás e Mato Grosso (Governos do Interior). No que diz respeito especificamente ao Rio de Janeiro, a rede foi coordenada pela própria coordenadora geral, Marialva Barbosa.

13 Podemos ainda citar, no que se refere ao Brasil, duas outras redes de pesquisa que objetivam, em diferentes propostas, conectar aspectos teóricos da comunicação em sua relação com a dimensão do histórico e/ou do memorável. A primeira, a Rememora, Rede Brasileira de Pesquisadores de Memória e Comunicação, fundada em São Paulo, em 2018, que reúne pesquisadores da Comunicação e outras áreas, desenvolve pesquisas, em torno da temática da memória, buscando refletir sobre o memorável em amplas dimensões (cf. <https://rederememora.wordpress.com/quem-somos/>). A segunda, a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais, fundada em 2015, ao privilegiar a questão temporal para a compreensão dos fenômenos comunicacionais, articula alguns conceitos-chaves da história com as reflexões sobre o comunicacional. A rede reúne grupos de pesquisa de 9 programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil (cf. <https://mapeamentocultural.ufba.br/projetos-de-pesquisa/historicidades-dos-processos-comunicacionais>). Por fim, cabe remarcar, como perspectiva em curso, a constituição da Rede de História da Imprensa no Brasil do século XX (2024), e que dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela Rede de nome homólogo que se ocupou da história da imprensa no século XIX. A Rede objetiva desenvolver teórica e metodologicamente pesquisa sobre a imprensa do século XX, também a partir de uma rede de pesquisadores envolvendo todas as regiões do Brasil. A Rede História da Imprensa no Brasil do século XX tem coordenação geral de Marialva Barbosa (UFRJ); Rosana Borges (UFG) e Tércio do Amaral (UEPE); e coordenação executiva de Fátima Tomaz (UFRJ).

Questões emergentes, portanto, promovem mudanças de rumos ou complementariedades interpretativas. Além disso, o avanço da pesquisa empírica é essencial para que novas fontes possam ser exploradas e para que fontes já conhecidas sejam escrutinadas e analisadas, lançando novas luzes para processos que se pensava já conhecidos.

Mesmo em relação a temáticas exaustivamente estudadas, como a imprensa no século XIX, no exemplo que apresentamos da pesquisa realizada em rede, sempre há lacunas a serem preenchidas. No caso, podemos apontar a cristalização das expectativas do que acontecia na Corte como sendo válido para todas as territorialidades existentes, como uma delas. A outra é a ausência de perspectivas teóricas e metodológicas que considere o comunicacional também como contexto a ser considerado.

Neste olhar, os processos e trânsitos comunicacionais são fundamentais para a compreensão de práticas que colocam a imprensa no centro da análise. Por outro lado, no contexto comunicacional ganham prevalência circuitos, trânsitos, trocas, sociabilidades que se adensam a partir da explosão da palavra impressa, como já remarcamos. Há que se perceber os periódicos como mediadores do campo político, mas também os personagens que participavam ativamente de diversos movimentos culturais, aglutinando, divulgando, promovendo debates de ideias. Este mesmo olhar permite escrutinar trânsitos culturais entre diferentes regiões de um espaço em construção, possibilitado pela expansão de uma ordem impressa sob a forma de periódicos. São eles, portanto, mediadores e atores culturais privilegiados, a partir de novas formas de produção e circulação comunicacionais, permitindo trocas culturais de diversas ordens.

A concepção plurirregional da reescrita da história da imprensa brasileira, do ponto de vista metodológico, parte do princípio de que os veículos de jornalismo não estão soltos no mundo, uma vez que sempre se constituem a partir de redes e conexões (Barbosa; Gutiérrez, 2022)<sup>14</sup>. Deste modo, independente da escala, as pesquisas históricas da imprensa requerem enfoques metodológicos também conectados, capazes de fortalecer o local em relação ao global e de localizar o global perante o local.

Por outro lado, pensa-se o passado a partir do lugar temporal de localização daqueles que realizam a pesquisa. Portanto, são tramas movidas sempre pelo tempo de vivência do pesquisador que fazem emergir questões não pensadas anteriormente. Não podemos dizer que o passado não existiu, mas podemos percebê-lo a partir de novas lentes iluminadas, sempre, pelas questões do presente.

Assim, ao pontuar a historiografia da imprensa no Brasil do século XIX, falou-se, sobretudo, de um lugar marcado pela exclusão, colonização, escravização e enraizamento de um pensamento conservador e patrimonialista excludente. Essas questões que eclodem com veemência na contemporaneidade permitem perceber a conexão não apenas situada num espaço, mas sobretudo num espaço-tempo cujo território dos domínios se fazem a partir do contemporâneo. Do presente até o passado e do passado até o presente, num jogo de interconexão e complementariedade que se deixa ver no

<sup>14</sup> Não cabe no escopo deste trabalho a discussão sobre a perspectiva teórico-metodológica a ser adotada na escolha da abordagem histórica privilegiada para os estudos históricos em rede, entre a escolha da perspectiva da "conexão", da "comparação" ou mesmo de uma história "global". Há que se considerar ainda que as discussões historiográficas sobre as perspectivas teóricas e metodológicas em torno da temática (história comparada, história atlântica, história transnacionais, histórias conectadas, história cruzadas etc.) tem como uma das dimensões reflexivas a superação do chamado nacionalismo metodológico. Sobre o tema, consultar as obras de Sebastian Conrad (2019) e de Diego Olstein (2015).

esforço reflexivo. É isso, em suma, que nos une como redes, fazendo emergir esos temporais nos domínios da história.

## Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. O tempo presente. Brasil – 1980-2010. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

BARBOSA, Marialva; BORGES, Rosana. Redes y conexiones como perspectivas metodológicas em los estudios histórico-culturales de la prensa en Brasil: entre lo local y lo nacional. **História Caribe**, vol. 19, p. 27-55, 2024. <https://doi.org/10.15648/hc.44.2024.3891>

BARBOSA, Marialva e GUTIÉRREZ, Eduardo. História da mídia: comparar ou conectar? **Revista Internacional de Historia de la Comunicación**, No. 18 (2022): p. 126-141. <https://dx.doi.org/10.12795/RIHC.2022.i18.08>.

BARBOSA, Marialva; Ribeiro, Ana Paula G. e Hohlfeldt, Antonio (org.). **História da imprensa no Brasil do século XIX**. Porto Alegre: ediPUCRS; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2024.

BARBOSA, Marialva. Circuitos comunicacionais da imprensa no Brasil do século XIX: olhares sobre o momento inicial. **MATRIZES**, 16(1), 77-99. 2022a. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p77-99>

BARBOSA, Marialva. Olhares improváveis para a imprensa do Maranhão no início do século XIX: vestígios como teias de significação. In: Matos, Marcos Fábio Belo; Araújo, Roni César Andrade de; Pinheiro, Roseane (org.). **200 anos da imprensa no Maranhão (O campo histórico)**, v. 1. São Luís: EDUFMA, 2022b, p. 18-45.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo. Interações necessárias. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 460-476, jul/dez 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>.

BARROS, José D'Assunção. **O campo histórico**. Rio de Janeiro: Celta, 2002.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: A.Colin, 1949.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro F. **Introducción al trabajo de la investigación histórica**. Conocimiento, método e historia. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

DOSSE, François. **A história em migalhas.** Dos Annales à Nova História. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LADURIE, E. Le Roy. **L'histoire du climat depuis l'An Mil.** Paris: Flammarion, 1967.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: RAVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: RAVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

OLSTEIN, Diego. **Thinking history Globbaly.** Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e BARBOSA, Marialva. A imprensa no século XIX: um olhar histórico comunicacional. In: BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HOHFELDT, Antonio (org.). **História da Imprensa no Brasil do século XIX.** Porto Alegre: ediPUCRS; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2024.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa I.** Campinas: Papirus, 1994.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2019.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Recebido em: 11 ago. 2024  
Aprovado em: 30 nov. 2024

## **O CORSO, O CARRO, A AVENIDA: O CARNAVAL DE SALVADOR PELAS REPORTAGENS FOTOGRÁFICAS DA RENASCENÇA NOS ANOS 1910 E 1920**

### **THE CAR, THE CORSO, THE AVENUE: SALVADOR CARNIVAL THROUGH PHOTOGRAPHIC REPORTS OF THE RENASCENÇA IN THE 1910S AND 1920S**

Henrique Sena dos Santos<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O objetivo deste artigo é propor uma discussão entre o espaço público e a mídia pela relação entre o carnaval e a imprensa ilustrada em Salvador nas primeiras décadas do século XX. Por meio da análise da editoração das imagens, dos objetos e das pessoas retratadas em fotogravuras de reportagens fotográficas da revista ilustrada *Renascença*, que foi publicada na capital baiana entre 1916 e 1931, busca-se compreender como o modo de noticiar e, principalmente, exibir a festa momesca pela revista ilustrada se constituía em forma de produção de uma cultura visual urbana que passava significativamente pela produção de um espaço público mediado por imagens aproximava a capital baiana de uma modernidade protagonizada pelas elites e classe média que disputavam com as camadas populares a presença e o uso do espaço público urbano.

#### **Palavras-chave**

carnaval; mídia; espaço; imagem; revistas ilustradas.

#### **Abstract**

The objective of this article is to propose a discussion between public space and media through the relationship between carnival and the illustrated press in Salvador in the first decades of the 20th century. Based on an analysis of the editing of images, objects and people portrayed in photogravures of photographic reports from the illustrated magazine *Renascença*, which was published in the capital of Bahia between 1916 and 1931, we seek to understand how the way of reporting and mainly displaying the momesque festival through illustrated magazine constituted a form of production of an urban visual culture that significantly involved the production of a public space mediated by images, bringing the capital of Bahia closer to a modernity led by the elites and middle classes who competed with the popular classes for the presence and use of space urban public.

#### **Keywords**

carnival; media; space; image; illustrated magazines.

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), [henrisena@ufrb.edu.br](mailto:henrisena@ufrb.edu.br), <https://orcid.org/0000-0001-6320-1430>, <http://lattes.cnpq.br/1785213369056262>.

## Introdução

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, é possível observar em Salvador e em várias cidades do Brasil o desenvolvimento de práticas carnavalescas inspiradas nos ideais de modernidade. Através dos cursos das chamadas grandes sociedades carnavalescas que promoviam desfiles cujos adereços, fantasias e temáticas remetiam aos carnavais europeus de Nice e Veneza, as elites e classes médias passaram a acreditar e defender a exibição de um carnaval no espaço público tido como civilizado e ordeiro, inclusive responsável pela produção de uma imagem de país moderno, expressa na ideia de adoção de uma cultura urbana cosmopolita (Cunha, F., 2008; Cunha, M., 2001; Pereira, 2004).

Um carnaval dito civilizado buscava, sobretudo, contrapor-se ao considerado tradicional e bárbaro entrudo que, ocorrendo nas ruas e protagonizado pelos grupos populares, envolvia uma série de formas de festejar com inspirações afro-brasileiras, como as batucadas, os afoxés e os desfiles que homenageavam personagens e tradições africanas (Albuquerque, 2009; Fry; Carrara; Martins-Costa, 1988; Silva, 2018; Vieira Filho, 1995). A tentativa de substituição do entrudo pelo carnaval também era uma forma de disputar o espaço público com as camadas populares que historicamente experimentavam aquele espaço por meio de outras sociabilidades, como a capoeira, o trabalho, o candomblé, entre outras manifestações (Braga, 1995; Ferreira Filho, 1998; Fraga Filho, 1996; Oliveira, 2004; Reis, 2019).

Sem dúvida, um dos grandes agentes do projeto de modernização do País pelo carnaval foram os jornais e as revistas. Naquele momento, a imprensa – transcendendo o caráter estritamente político, vinculado à defesa de posicionamentos de grupos, dentro ou fora do poder instituído – modernizava-se e, assim, começou a se comprometer com a difusão da informação, em consonância com as mudanças em curso no início do século XX.

Nessa direção, os periódicos foram um importante lugar de propagação de novos hábitos comportamentais que envolviam uma nova interação com um espaço público (Barbosa, 2009; Martins; De Luca, 2008). A divulgação de vários tipos de notícias em diversos formatos pela imprensa não só contribuiu para a aproximação e o contato dos leitores com a novidade e os acontecimentos não mais restritos à sua localidade, como também incutiu neles uma nova e moderna forma de sentir e apreender a própria notícia e a informação (Gumbrecht, 1998).

Seguramente, a importância da imprensa na divulgação de uma nova forma de perceber e se perceber em um espaço urbano em transformação se deu especialmente pela sua capacidade de produzir e difundir em série diferentes tipos de imagem como fotografias, pinturas, cartazes, desenhos, charges e caricaturas. Especialmente através da mobilização do recurso do clichê, técnica que permitia transferir uma imagem para o papel, a imprensa passou a exibir, principalmente com as reportagens fotográficas, um cotidiano moderno, apresentando aos leitores e leitoras um modo de ser e estar no espaço urbano que passava fundamentalmente pelo estímulo à presença das elites nas

praças e avenidas, a partir dos passeios pelas cidades e das práticas esportivas, por exemplo (Machado Júnior, 2006; Mauad, 1990; Sousa, 2000).

Embora a grande parte da imprensa tenha aderido às diversas inovações no campo da comunicação, não se pode negar que, naquele período, foram as revistas ilustradas o principal produto midiático. Ao permitir que suas páginas abrigassem um material não tão denso como os livros ou efêmero e predominantemente noticioso como os jornais, as revistas ilustradas produziram um conteúdo mais variado e fartamente ilustrado. Elas incorporaram intensamente o uso do clichê como um modo de visualizar o espaço urbano na lógica da modernização e do progresso no Brasil e no mundo (Cardoso, 2011; Lins; Oliveira; Velloso, 2010; Martins, 2001).

No caso do carnaval, em várias cidades e capitais do Brasil, é possível identificar periódicos produzindo uma ampla cobertura da festa, colocando a sua forma de organização através dos cursos de carros enfeitados, desfiles de agremiações carnavalescas e bailes em clubes sociais privados como um inequívoco atestado de civilização (Cunha, F., 2008; Cunha, M., 2001; Lazzari, 2001). Esse movimento era reforçado por uma elite intelectual que, composta por escritores, literatos e romancistas, passava a produzir um farto material como artigos, poemas e crônicas refletindo sobre a importância do carnaval para a renovação dos costumes da sociedade brasileira e, conseqüentemente, a afirmação de uma nacionalidade moderna (Pereira, 2004).

Portanto, na relação entre o carnaval, os ideais de modernidade e civilidade e as mídias impressas no início do século XX, as revistas ilustradas e suas imagens foram uma das principais mediadoras do modo como a festa de momo deveria ser exibida, vista e vivenciada no espaço público. Nesse sentido, o objeto deste artigo é discutir como se deu esse processo em Salvador a partir da revista *Renascença*, o principal mensário ilustrado e de variedades editado e publicado na capital baiana entre os anos 1910 e 1920.

Analisando os aspectos da materialidade da revista e o modo como os editores do mensário produziram um conteúdo sobre o carnaval na forma de reportagens fotográficas, busco compreender como a *Renascença*, através de uma pedagogia visual que orientava as classes médias e elites a se verem e se reconhecerem como agentes e protagonistas da transformação do espaço urbano na chave da modernidade, apresentou um carnaval nas ruas de Salvador como uma experiência moderna não apenas pelo que suas imagens mostravam/não mostravam, mas pela própria materialidade e suporte das imagens.

Do ponto de vista teórico, este artigo aborda as imagens sob a perspectiva da cultura visual de William John Mitchell (2006; 2019) e da antropologia da imagem de Hans Belting (2006), abordagens que pensam a imagem não como um reflexo da sociedade, mas como agente que também produz e organiza uma ordem social. Já para pensar a ideia de espaço urbano, o presente trabalho dialoga com as abordagens de Henri Lefebvre (2016; 2017) e Marcel Roncayolo (1990; 1999), autores que compreendem aquela categoria em uma concepção aberta e dialética. Em outras palavras, o espaço “não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por

este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e suas estética, ou seja, sua ideologia” (Lefebvre, 2016, p. 82).

Ao final, concluímos que as revistas ilustradas não apenas noticiaram um carnaval moderno; mas, no processo de mediação dessa manifestação, constituíram o próprio evento e o modo como ele deveria disputar o espaço público que, naquele momento, era predominante ocupado pelos populares, não só durante o carnaval como em outros momentos do cotidiano de Salvador.

## A Renascença e o carnaval

A *Renascença* foi uma revista ilustrada e de variedades fundada em 1916 por José Dias da Costa e Diomedes Gramacho. Surgiu como um empreendimento derivado da Fotografia Lindemann, importante estúdio fotográfico de Salvador. O estabelecimento era fruto de uma sociedade entre Guilherme Gaensly e Rodolpho Lindemann, firmada em 1888 com nome de Photographia Gaensly & Lindemann. Após o fim da parceria, em 1900, Lindemann continuou com estúdio, produzindo paisagens e retratos.

Já no início do século XX, em 1906, Lindemann vendeu sua empresa para José Dias da Costa. Após dois anos, o novo dono propôs uma parceria com Diomedes Gramacho, então fotógrafo da Photographia Artística. Eles reformaram o estúdio que também passou a produzir pequenos filmes e oferecer serviços de tipografia e clichêria. Com a reorganização da empresa, eles passaram a fornecer clichês para algumas revistas ilustradas e jornais do período como a *Revista do Brasil* (1906-1912), *O Norte* (1910) e a *Gazeta de Notícias* (1912). Também tentaram produzir o seu próprio impresso, *A Objectiva* (1912), que parece não ter alcançado êxito ou regularidade diante da inexistência de informações a seu respeito.

De periodicidade mensal, *Renascença* era considerada pelos seus responsáveis como uma revista ilustrada de variedades que pode ser observada na diversidade de temáticas apresentadas que passeavam pelo mundanismo, política, religião, esporte, moda e cinema. Esses assuntos eram apresentados em muitos formatos: crônicas, poemas, contos, perfis, cartas, artigos. Os temas também apareciam nas muitas seções que compunham *A Renascença*. “Correspondência Sentimental”, com frases sobre a mulher; “Beliscos”, com comentários indiscretos sobre as pessoas que passeavam pelas ruas ou frequentavam cinemas, bares e teatros da cidade; e “Bahia Social” e “Chronica Mundana”, com notas, artigos e reportagens sobre os eventos sociais, são alguns dos exemplos.

A revista geralmente era publicada com uma média de 50 páginas. Porém, em edições especiais, aquele número costumava ser ultrapassado. *A Renascença* custava \$500 réis uma edição avulsa e \$5.000 uma assinatura por 12 meses. Esse valor aumentava para \$600 e \$7.000 réis para vendas para o interior do estado. Pelo tipo de conteúdo produzido, podemos afirmar que o perfil do público leitor do periódico era constituído pelas elites e classes médias baianas do momento, isto é, profissionais liberais, grandes empresários, capitalistas, comerciantes e intelectuais (Borges, 1992). Esses grupos não

apenas liam a revista, como faziam parte dela. Eles sistematicamente apareciam na *Renascença* quando publicava retratos de filhos e esposas de capitalistas, comerciantes, médicos, instantâneos de casamentos, aniversários e outros eventos sociais das chamadas “distintas famílias baianas” e poemas e crônicas de professores, escritores e advogados.

Na verdade, em alguma medida, a revista também formava o seu próprio leitor, visto que o seu conteúdo ensinava determinados grupos a como se comportar como classes médias e elites em um período que as transformações exigiam desse público um comportamento menos provinciano e mais cosmopolita, especialmente no modo de se exibir no espaço público.

Como um empreendimento da Lindemann, os clichês originados de fotografias se destacavam na *Renascença*, ajudando a caracterizá-la enquanto um periódico ilustrado. Em algumas edições, identificamos a presença de 70, 80 e até 100 fotogravuras. Existia um amplo uso da imagem fotográfica nos mais variados formatos e suportes. Grandes, pequenas, retangulares, avulsas ou na forma de mosaicos e montagens compondo reportagem fotográficas. As fotogravuras eram, para os editores da revista, um atestado de sua qualidade e da imprensa baiana, credenciando a Lindemann ser a legítima representante de uma imagem moderna da Bahia.

As fotogravuras tentavam produzir uma visualidade urbana para Salvador que passava especialmente pela produção de um espaço que deveria ser protagonizado pelas elites e classes médias de Salvador o principal público leitor da revista. Um exemplo sintomático desse processo pode ser observado na publicação de clichês de diversos instantâneos acompanhadas do título “Em frente a nossa Anschutz” ou da expressão “diante da nossa Kodak”.

Eram flagrantes de pessoas, em especial de jovens mulheres brancas, fotografadas pelas principais e mais atuais máquinas fotográficas compactas do período, daí o nome do título que remetia às câmeras portáteis utilizadas pelos fotógrafos da revista que também buscava sugerir aos leitores o progresso da revista e a sua capacidade de produzir um conteúdo de qualidade, lançando mão dos equipamentos mais modernos. Essas imagens retratavam o cotidiano de mulheres frequentando espaços como missas, lojas, clubes sociais, praças esportivas, carnavais e cinemas. Elas se constituíam em uma estratégia de mediar a relação das pessoas com o espaço da cidade de modo que uma atividade cotidiana como caminhar nas ruas, poderia adquirir novos significados quando fotografada e publicada em série em uma revista ilustrada.

Em um momento no qual a imprensa baiana carecia de uma revista ilustrada de variedades, uma vez que a *Revista do Brasil*, o então principal periódico do gênero, parou de ser editada em 1912, a *Renascença* surgiu para suprir a demanda dos leitores por um tipo de publicação que apresentasse aos baianos e baianas imagens de sociabilidades urbanas considerada modernas.

A historiografia da imprensa no País e no mundo tem demonstrado com as revistas ilustradas assumiram uma centralidade na imprensa enquanto a principal mídia responsável por noticiar o novo, mas também por estimular e constituir a própria novidade

(Knauss *et al.*, 2011; Lins; Oliveira; Velloso, 2010; Martins, 2001; Mauad; Louzada; Souza, 2021). Nesse sentido, o surgimento da Renascença está articulado à emergência de uma imprensa ilustrada de caráter mundial que conectava o mundo a partir da difusão e circulação de uma visualidade moderna (Satterthwaite; Thacker, 2023).

Por outro lado, não se pode desconsiderar o contexto local baiano de reordenamento socioespacial em função do processo de intensificação das reformas urbanas que, embora presentes desde o século XIX, encontraram um ponto alto na administração de J. J. Seabra, entre 1912-1916 (Leite, 1996; Pinheiro, 2011). Entre as obras realizadas, podemos citar a reforma da região portuária e, especialmente, a construção da Avenida Sete, considerada a principal e mais moderna artéria da cidade naquele momento. Em resumo, a *Renascença* parece ter surgido tanto como uma forma de apresentar uma cidade que se modernizava, mas também uma demanda de um determinado público interessado em consumir e se ver em imagens de uma cidade em transformação.

Em relação ao carnaval, pelo volume de textos, desenhos e fotografias encontradas, podemos afirmar que aquela festa era um evento distinto, a começar pela capa da revista. Em vários anos de sua circulação, sempre nas edições de fevereiro ou março, a sua capa era composta por fotografias ou desenhos simbolizando a festa de momo e suas possibilidades. Na capa da Figura 1, por exemplo, o autor brinca com a ideia de como o carnaval permitia possibilidades de sociabilidades como o flerte e os encontros amorosos que deveriam ser compensados com a ida à missa no dia seguinte ao término do festejo.

**Figura 1 - Capa de uma edição de carnaval com desenho assinado por Edgard Pereira**



Fonte: Renascença, 1926, p. 1

Em algumas dessas capas, é possível ler a inscrição edição especial de carnaval, o que parece apontar que os editores, no número de carnaval, esforçavam-se para produzir um vasto conteúdo sobre a temática através de contos, crônicas e fotografias. Pela nossa interpretação, podemos supor que essas edições não eram criadas exclusivamente para o carnaval. Parecem que eram números regulares, mas com um conteúdo mais voltado para a festa de momo. De toda sorte, isso já é um bom indicativo da importância do tema para os responsáveis pela *Renascença*.

Ao folhearmos as páginas de uma edição lançada no período de carnaval, podemos ver que a temática não se restringiu apenas à divulgação de textos e fotografias sobre o que foi o evento de um determinado ano. Embora os instantâneos e as poses fotográficas preenchessem a absoluta maioria do espaço destinado ao acompanhamento do festejo, ainda existia um lugar considerável para a publicação de uma série de artigos, notas, comentários, crônicas, contos, charges, caricaturas, entre outros gêneros textuais e pictóricos que gradativamente pareciam educar o leitor sobre a importância não só do carnaval, mas, principalmente, de um modo muito específico de participar, ver e conhecer o festejo.

Em um artigo de nome "O Carnaval", escrito por Antonio Augusto Garcia, chefe de redação da revista, é apresentado ao leitor e à leitora como os povos do velho mundo, bem como os "bárbaros" brincavam o carnaval. Sobre os que "congregam em volta do mediterrâneo e os descendentes destes, na América" (Garcia, 1921, p. 5), estes "o consideravam, sempre, como um louco divertimento isento de toda e qualquer hipocrisia e cheio de perturbadoras alegrias" (Garcia, 1921, p. 5). Já os ingleses, por exemplo, Garcia (1921, p. 5) diz que "o adotaram espalhadamente, nas circunstâncias mais sérias da sua existência: nas ocasiões de propaganda eleitoral, principalmente". Desenvolvendo o artigo, o nosso colunista tece algumas linhas sobre o costume carnavalesco dos assim chamados de negros e bárbaros:

Os pretos da costa do Calabar parecem haver fornecido o modelo dos nossos mais sortidos cordões.

Os do Haiti se contentam com um lenço de madras, de vivas cores, parecidos com os de Alcobaça, que lhes cobre a carapinha, envergando camisões enormes como resto do disfarce.

Os Nghanmgos de Cuba, também negros e que formavam sociedades secretas semelhantes às dos nossos antigos Guayamús, eram célebres na Havana pelas suas músicas e cantarolas carnavalescas.

Tanto esses negros, como aqueles selvagens modernos como a maioria dos hodiernos povos mulçumanos e, notadamente os de Safi em Marrocos, capricham e caricaturar o traje europeu e as maneiras dos civilizados.

São carnavais grosseiríssimos que se celebram no mês de Moharrem, que é o primeiro do ano dos sectários de Mafoma. Eles se repetem com maior loucura no mês do Ramadã, depois das prolongadas abstinências ordenadas pelo profeta no respeitadíssimo Alcorão. São estes os costumes dos bárbaros em matéria de disfarce, é bom não esquecer que entre os civilizados, em matéria eleitoral, as barbaridades dos res-

pectivos hábitos nos são bem conhecidas pelo clarão que sobre eles lança a luz dos fósforos em que bastante se disfarçam eleitores de ultra-tumba (Garcia, 1921, p. 5).

Retornando aos considerados povos civilizados, Antonio Garcia encerra o seu texto ao comentar os “muito conhecidos tradicionais carnavais de Veneza, de Roma, de Nápoles, de Nice, de Cadiz, de Sevilha, de Madrid (hoje, o mais artístico de todos), de Binche, na Bélgica, (mais divertido do que outro qualquer na sua singeleza)” (Garcia, 1921, p. 5). Por fim, não podia ficar de fora o “famosíssimo do Rio de Janeiro, aquele que já mereceu a duplicata num mesmo ano; que já alterou o calendário, festejando-o no meio do nosso inverno de junho e que é, sem dúvida alguma, o festejo mais do nosso gosto e mais enraizado dos nossos atuais costumes” (Garcia, 1921, p. 5).

Imaginamos que esse texto assume uma função notadamente pedagógica ao tentar construir na mente dos leitores e leitoras a imagem de uma hierarquia carnavalesca na qual seria possível ver desde as práticas consideradas mais bárbaras e exóticas que, “naturalmente” associadas aos negros, estariam no “passado”, tal como o entrudo, desde as festas mais luxuosas e elegantes, que não apenas estariam no presente e futuro do carnaval como também próximas da Bahia em um sentido geográfico. Afinal, ao encerrar o artigo com o famosíssimo festejo do Rio de Janeiro colocando-o como o evento mais do “nosso gosto”, o colunista parece oferecer a possibilidade de o leitor se imaginar enquanto praticante de um carnaval atualizado e em consonância com o progresso da capital do seu País.

**Figura 2 - Trecho de uma reportagem fotográfica do carnaval de 1917**



Fonte: Renascença, 1917, p. 21-22

Apesar da existência de um conteúdo diversificado sobre o carnaval, o que se destacava mesmo eram as reportagens fotográficas registrando as festas nos vários espaços da cidade. Em uma edição de carnaval, em uma estimativa conservadora, foi possível identificar mais de 40 imagens entre instantâneos e retratos posados. Elas aparecem em vários formatos e tamanhos, retratando o carnaval de algumas formas. A Figura 2 é um bom indicativo de o quanto as fotogravuras eram o grande destaque da cobertura do carnaval pela *Renascença*.

Publicada em página dupla, trata-se de uma grande montagem com vários clichês justapostos apresentando o carnaval de diferentes maneiras: crianças posando fantasiadas nos estúdios da Lindemann e adultos flagrados desfilando em pranchas carnavalescas montadas através da adaptação dos bondes elétricos. Com essa imagem, os editores da *Renascença* procuravam demonstrar o quanto Salvador, pelo carnaval, estava alcançando uma experiência urbana moderna expressa não apenas nos desfiles em carros requintados ou em crianças fantasiadas de pierrôs e colombinas, mas na existência de uma revista ilustrada moderna, responsável por exibir uma imagem adequada da festa e da cidade.

Embora a montagem citada ajude a pensar a ideia de um espaço moderno em construção mediado pelo carnaval exibido em revista, existiu um outro tipo de imagem que foi fundamental para esse processo. As fotogravuras envolvendo os carros que formavam um curso automotivo carnavalesco. Vejamos com mais detalhes alguns desses clichês.

### **O curso carnavalesco, os clichês e o espaço urbano de Salvador**

O desfile automotivo de carnaval era uma das principais formas que os editores da *Renascença* escolheram para exibir o carnaval de Salvador. Mais de cem clichês eram com os automóveis assumindo parte fundamental da composição dos instantâneos fotográficos. Das fotogravuras identificadas, a grande maioria tinha um formato grande, geralmente ocupando meia ou uma página inteira. Poucos eram os clichês de carros de tamanho pequenos.

O formato predominante era o retangular em sentido horizontal. Quanto ao suporte, quase não identificamos textos que lhes acompanhavam. O que prevalecia era o título e/ou legenda. Além da exibição dos grandes clichês, ainda existia a estratégia de produção de grandes mosaicos justapondo mais de uma fotografia, como podemos ver na Figura 3.

**Figura 3 - Um típico exemplo de reportagem fotográfica sobre o carnaval: um clichê formado pela justaposição de várias fotografias**



Fonte: Renascença, 1917, p. 27

É bem provável que esses mosaicos fossem feitos com um único e grande clichê que foi produzido pela montagem e colagem de várias fotografias. Seguramente, essas montagens buscavam conferir uma grandeza ainda maior às imagens pictóricas que, dependendo do tamanho, se fossem dispostas de um modo isolado ou individual, não teriam o mesmo impacto visual. Mais uma vez, a montagem também não deixa de se constituir em um atestado da qualidade gráfica da revista ratificando o papel da *Renascença* na construção de imagem de cidade moderna para os baianos e para o Brasil.

Podemos acrescentar que as fotografias do carnaval nas ruas eram capturadas exclusivamente durante o dia e parecem ter uma ótima iluminação e definição, de modo que não encontramos dificuldade em perceber os detalhes dos registros. Finalmente, apesar de considerarmos esses instantâneos enquanto em movimento. Isto é, não eram posados, parece-nos que os carros e as pranchas poderiam parar diante da câmera para realizar o registro fotográfico. Em outras palavras, as fotografias não aparentam terem sido capturadas totalmente com os carros em movimento, mas em um momento específico para que fossem objeto das lentes.

As câmeras fotográficas da Lindemann já permitiam tirar fotografias em movimento com um mínimo de qualidade, de modo que não era necessário que o carro parasse totalmente para se fazer um registro. Por outro lado, a velocidade consideravelmente reduzida dos veículos permitia que um registro fotográfico de qualidade pudesse ser feito sem a necessidade de parar o carro totalmente. Não se pode descartar que a presença dos fotógrafos da imprensa durante curso era percebida, valorizada e desejada.

Na grande parte dos registros (como o que destacamos na Figura 4), os passageiros dos veículos, se não estão posando para o fotógrafo, estão olhando diretamente para ele. Portanto, não podemos descartar que, minimamente, as reportagens fotográficas poderiam estar mediando o carnaval de modo que, em alguma medida, a maneira como se brincava estava relacionada com a forma que a festa era visualizada em instantâneos em revista.

**Figura 4 - Dois grandes clichês de fotografias flagrando mulheres no curso automotivo e olhando para o fotógrafo**

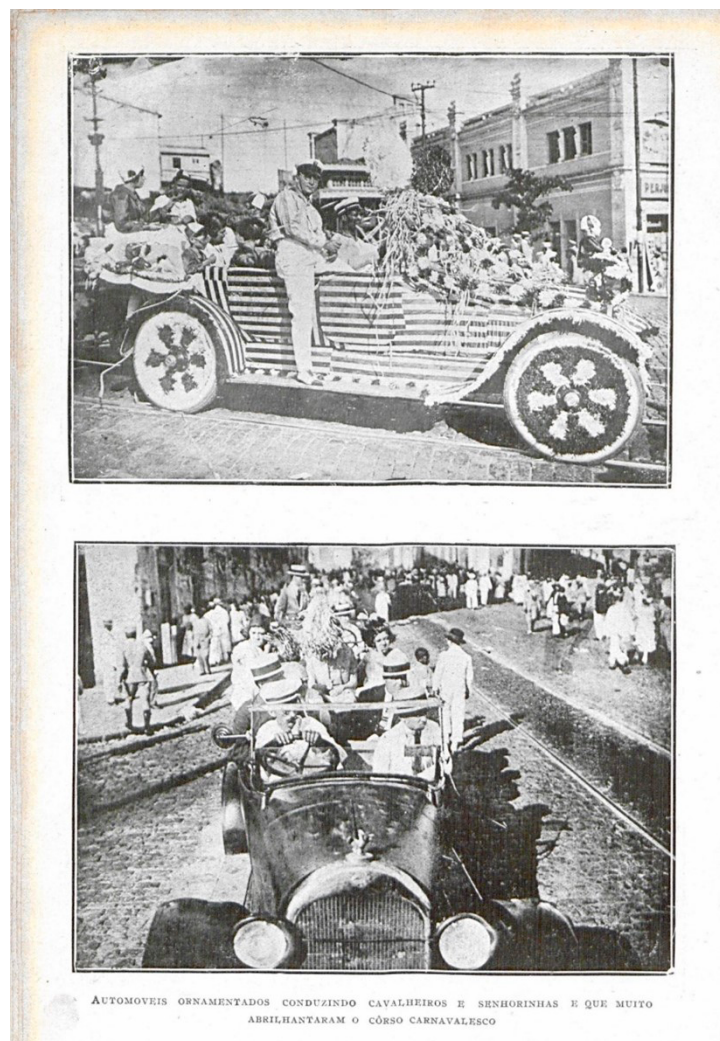


Fonte: Renascença, 1927, p. 23

No que tange aos planos e sentidos das imagens pictóricas, o que chama a atenção do nosso olhar são os carros e as pessoas no plano central das gravuras. Os veículos e passageiros, com exceção de poucas fotografuras localizadas, são capturados de lado, de modo que, no clichê, seja possível captar todas as pessoas acomodadas no veículo, desde as que estão sentadas na frente, quanto as que vão no fundo do auto. Diga-se de passagem, o modelo dos carros eram de capota aberta, possibilitando acomodar mais pessoas ao fundo do veículo.

Em algumas fotografias, pelas suas legendas e seus planos, podemos identificar que esses veículos, ao menos pelas páginas da *Renascença*, percorriam, entre outros itinerários, um trajeto que descia a Rua Chile, passava pela Praça Castro Alves, seguindo em direção à Avenida Sete. Nesse trajeto, Antonio Vianna (1984, p. 47), conhecido memorialista da cidade, lembrou que “os automóveis levavam duas horas para atravessar a Avenida Sete”. Alguns desses registros mostram vários veículos fazendo esse trajeto, um após o outro, o que caracterizava um corso, conforme podemos ver na figura a seguir.

**Figura 5 - Corso carnavalesco automotivo. No clichê, na parte inferior da página, um raro registro de um carro fotografado de frente: Nos planos, é possível ter uma dimensão do corso**



Fonte: *Renascença*, 1923, p. 34

O trajeto adotado pelo corso envolvia desfilar pelas Rua Chile e Avenida Sete, os principais espaços públicos da cidade para elites naquele momento. Imaginamos que o corso em ruas relativamente amplas, reformadas e recém-construídas seria um modo de conjugar, em uma única imagem, a modernidade do espaço físico, do costume carnavalesco e do próprio automóvel. Assim, é possível pensar que o carnaval era possibilidade de exibição dos carros pelas ruas remodeladas da cidade em um momento que a posse do veículo era mais uma sinal de distinção social e menos de mobilidade (Giucci, 2004).

Algo que nos chamou bastante atenção foi a proximidade com que as fotografias eram tiradas. Se não fossem as legendas ou os aspectos da paisagem urbana que aparecem em segundo ou terceiro plano dos clichês, seria muito difícil, apenas pelas imagens, identificar em que local de Salvador ocorriam os cursos.

Apesar do préstito ser realizado nas consideradas mais modernas ruas e avenidas de Salvador, a maioria dos instantâneos retratou carros e pessoas neles de muito perto, de modo que não é possível ver ou ter uma dimensão da paisagem urbana ao fundo. Diante da nitidez das fotografias, é possível perceber que as imagens procuram focar bem as pessoas que estavam nos autos.

Registrar a dinâmica do carnaval na forma de corso, de maneira que as imagens possibilitassem ter uma visão mais panorâmica do festejo não parecia ser uma preocupação dos responsáveis do periódico. Imaginamos que o interesse dos editores em registrar individualmente os veículos e os seus passageiros esteja relacionado à ideia de destacar os foliões e seus carros como uma forma que produzisse uma visualidade e visibilidade das pessoas não só participando do festejo, mas se exibindo no evento. Ao que parece, tal operação guarda relações com a própria dinâmica comercial do mensário, à medida que suas páginas também funcionavam com uma espécie de vitrine da ascensão social de comerciantes, empreendedores e outros personagens das classes médias e abastadas soteropolitanas.

Talvez, registrar o carro individualmente pudesse ser uma forma de produzir, no imaginário dos leitores e leitoras, a vontade de não só ver o carnaval de Salvador pelas suas páginas, mas participar ou se exibir nele o que demandaria no mínimo o aluguel do veículo. Também não se pode desconsiderar que a exibição de vários carros poderia ser um atestado visual do quanto o espaço público de Salvador era moderno por ter em seu cotidiano uma legítima máquina dos novos tempos. Estar em cima de um carro ainda poderia produzir uma sensação de estar vivendo uma experiência moderna típica de uma grande cidade.

Além disso, seguramente, apreciar o carnaval em cima de um carro constitua-se um claro sinal de distinção social e racial ainda mais naqueles tempos em que os automóveis ainda não tinham uma funcionalidade tal como conhecemos hoje em função da quase inexistência de estradas e espaços para manutenção e abastecimento dos veículos.

Aos nossos olhos, tal distinção parece ficar ainda mais evidente quando, em alguns registros fotográficos, vimos que o carro também era decorado. Temos a sen-

sação de que essa prática poderia ser um modo de estar mais em evidência, de ser a atenção dos olhos e das câmeras. Afinal, diante de um modismo no qual as famílias baianas e a classe média correm para alugar um carro e sair pela avenida, ter um automóvel temático seria um modo de visualmente se destacar e buscar uma centralidade.

Não obstante, se considerarmos que, talvez, um carro alugado não poderia ser decorado em função das possíveis exigências contratuais, podemos supor que os autos temáticos, muito provavelmente, eram de propriedade dos que os caracterizavam. Isso indica a existência de um conjunto de pessoas ainda mais distinto, aqueles que podiam comprar um veículo. Assim, embora os carros indiquem uma diferenciação dos grupos sociais, poderia existir alguma disputa em busca de maior visibilidade. O nosso argumento tenta encontrar algum respaldo quando passamos a olhar para o clichê da figura a seguir.

**Figura 6 - Grande clichê destacando o carro decorado de Lanat**



Fonte: Renascença, 1925, p. 2

Grande, retangular, com legenda mais detalhada e, principalmente, ocupando meia página da revista, o carro decorado é um personagem muito conhecido da cidade naqueles anos: o engenheiro Henrique Lanat. Ele foi o responsável por trazer o primeiro

carro, o quarto no Brasil, para a capital baiana, em 1901 (Carvalho, 2023). Lanat morava em uma fazenda de sua propriedade, perto do Barbalho e era proprietário da Natal Automóveis, incumbido pela importação de veículos e peças de reposição. Decorar os carros para o carnaval era uma prática recorrente de Lanat.

Todavia, podemos supor que tal gesto, em alguma medida, indica uma forma de diferenciação em um ambiente já altamente distinto. Talvez, a decoração dos veículos Lanat era um modo de estar ainda mais em evidência, especialmente naquele momento no qual as revistas ilustradas possibilitavam que a sua imagem fosse perpetuada e não apenas ficasse restrita aos três dias de festejo.

O tamanho, a disposição e o suporte do clichê do carro de Lanat e de outros também nos permite pensar outros valores que os editores atribuíam aos cursos carnavalescos. É provável que o grande formato das imagens não esteja apenas relacionado ao desejo de colocar o desfile automotivo como um elemento central do carnaval. O tamanho das imagens permite ver os detalhes dos carros, como a decoração dos pneus, do para-choque etc., além dos passageiros.

Tal nível de detalhes, só visto em imagens de grandes proporções, possivelmente conferia, na mente e nos corações da época, mais realismo, suntuosidade e deslumbramento ao carnaval. Além disso, o fato de o veículo estar em primeiro plano de um modo muito destacado na imagem, coloca-o como um objeto significativamente maior em relação a outros objetos e pessoas que faziam parte do universo carnavalesco.

Assim, a materialidade dessas imagens, especialmente no que tange ao seu tamanho e plano, talvez possa ter contribuído para que, aos olhos do leitor e da leitora, o carro assumisse um tamanho muito diferente do modo como ele podia ser visto na rua ou mesmo em outras fotografias como enquadramentos e planos diferentes. Daí, podemos especular que o carro poderia assumir uma monumentalidade que colocaria as imagens do carnaval de Salvador na mesma trajetória de glamour e espetáculo que os carnavais do Rio de Janeiro e da França. Em outras palavras, a imagem de um carro decorado em pleno carnaval Salvador também adquiria uma monumentalidade em função da sua forma de exibição nas páginas revista.

## Considerações finais

Acreditamos que as diversas reportagens fotográficas do curso carnavalesco automotivo podem ser pensadas também como uma forma de disputa do espaço público com uma população negra, pobre e subalternizada que, historicamente, ocupava as ruas e outros logradouros públicos de Salvador. Em uma cidade cuja estrutura física era marcada pela grande presença de gente negra nas ruas que – mesmo com a “modernização” urbana, foram menos substituídas por longas e amplas avenidas do que reformadas –, a participação das elites e classes médias em cima dos automóveis, seus e/ou alugados, contribuía, tanto para não dividir espaço público com os populares, como também expulsá-los para as margens das vias públicas.

Uma vez que não era possível concorrer, com cotoveladas e empurrões, com os carros que, em fila, passavam a ser, ao menos para as páginas das revistas ilustra-

das, uma das visualidades centrais do carnaval. A inviabilização da população também ocorria pela restrição do acesso aos veículos. Afinal, quem podia pagar pela sua compra e/ou aluguel? Quem poderia subir e desfilar na Avenida Sete? Certamente, poucas pessoas. Para uma parte da imprensa baiana, era no curso automotivo elegante que o carnaval, a Bahia e Salvador progrediam:

É assim que tem progredido, entre nós, o Carnaval. Ainda muita gente se lembra dos importunos “não-me-sujes”, que eram garotos semi-nus com os corpos pintados de graxa negra, ameaçando emporcalhar todo o mundo com a sua pintura. Ao depois, os barulhentos cordões de caixas de bombos, perturbando, durante meses, com os seus ensaios fora de horas, o silêncio noturno da cidade. E ainda as embaixadas africanas, os sambas, os filhos de África, asselvajando as festas de Momo, mais com o jeito de festas do Congo do que da Bahia [...]  
Agora, não. É a elegância do automóvel, é a graça das plumas dos chapéus femininos seletas aos ventos nas corridas dos autos, é o jogo das serpentinas e dos lança-perfumes. Muito bem! (Gazeta de Notícias, 1913, p. 1.)

Embora a prática do curso automotivo carnavalesco anteceda a existência da Renascença, são suas fotografias em revista que contribuíam para a produção de outros sentidos sobre aquele tipo de comportamento no impresso. De modo que podemos nos arriscar afirmando que a decantada “elegância” do carnaval em alguma medida se dá em função da possibilidade de ser fotografado e visualizado em série em uma revista ilustrada.

A presença de grandes imagens de carros desfilando na mais moderna avenida de Salvador em séries de reportagens fotográficas na principal e mais consumida revista ilustrada da cidade contribuiu para mediar uma prática já existente, fomentando ainda mais um desejo das elites e classes médias em ver e se verem no espaço público em cima dos carros e tentando silenciar as práticas carnavalescas populares que ainda ocorriam nas ruas. Além disso, o registro fotográfico nas páginas de uma revista contribuía para a constituição de um arquivo imagético responsável por difundir, distribuir, resguardar e perpetuar uma imagem de uma cidade civilizadamente festiva não só para os baianos, mas para o País.

Portanto, a mídia e as imagens não atuaram como um reflexo de um espaço público já constituído e dado. Pelo contrário, com base em Roncayolo (1990), consideramos que a Renascença ajudou a produzir um espaço público, pois as reportagens fotográficas da revista estimulavam um público leitor/visualizador a ver, ocupar, sentir e constituir um espaço urbano como uma forma de se reconhecer como integrante de um determinado grupo social.

Esse movimento também pode ser compreendido como uma disputa não apenas na forma como os grupos deveriam ocupar o espaço, mas como este deveria ser visualizado. A presença de imagens em série na Renascença também tentava disputar o imaginário sobre o que seria o carnaval de Salvador através de outras imagens da festa momesca na cidade produzidas por outros sujeitos.

As próximas fotografias dão uma boa dimensão de como o carnaval da cidade, em tempos anteriores aos carros e à Renascença, que, ao ser registrado de modo mais panorâmico ou até mais próximo, permitia ver as pessoas se aglomerando e circulando pelas ruas que, agora, passavam a ser ocupadas, quase em sua totalidade, pelos carros, expulsando a população para o passeio.

Na Figura 7, de cerca de 1910, é possível ver o Largo do Teatro, atual Praça Castro Alves, tomada por uma multidão para acompanhar o cortejo de um dos clubes carnavalescos que faziam desfiles temáticos durante a festa momesca. É importante notar que – ainda que existisse um cortejo que ocupava um lugar central na avenida, fazendo com que população povoasse as margens do logradouro para acompanhar o desfile – o modo como o fotógrafo registrou a imagem parece querer expressar a festa em uma dimensão mais coletiva envolvendo os cursos, mas também o público que acompanhava essas exibições.

**Figura 7 - Desfile de agremiação carnavalesca no Largo do Teatro por volta de 1910**



Fonte: Instituto Moreira Salles, s.d.

Figura 8 – Carnaval no Largo do Teatro por volta de 1910



Fonte: Instituto Moreira Salles, s.d

Já na fotografia acima, a dimensão coletiva parece estar no fato de o fotógrafo não ter estabelecido o foco nas pessoas, individualmente ou em grupo. Ali parece que a intenção foi registrar o movimento das ruas. Assim, a imagem, se não conseguiu capturar uma diversidade de pessoas, ao menos não se fixou em algum objeto ou pessoas de modo que tal enfoque se constituísse enquanto elemento central do carnaval.

Não sabemos a autoria dessas imagens, talvez pudessem ser de um dos muitos estrangeiros que, com uma câmera, procuravam registrar os costumes e as tradições dos países que visitava. Tais fotografias servem de indício para demonstrar como o olhar dos editores da Renascença, de alguma forma, procurava disciplinar a festa na rua, organizando-a visual e espacialmente de um modo que invisibilizasse uma possível diversidade de formas de brincar e ver o carnaval que existiam na cidade.

Em resumo, ao tomarmos uma mídia imprensa para pensar a constituição do espaço público, acreditamos que as imagens do carnaval nas ruas de Salvador pela Renascença não estavam somente registrando uma imagem já constituída da festa. Muito mais do que isso, as fotografuras – quando pensadas na sua materialidade, conteúdo e medialidade como tem defendido Hans Belting (2006) – também ajudavam a produzir a própria imagem do carnaval e educar um determinado grupo social a ocupar o espaço público como forma de exibição e afirmação de uma ideia de cidade que estava disputa.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BELTING, Hans. Imagem, mídia e corpo: Uma nova abordagem à iconologia. **Revista de Comunicação, cultura e teoria de mídia** - Ghrebh, São Paulo, n. 8, p. 32-60, jul. 2006. Disponível em: [https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/Ghrebh/Ghrebh-8/04\\_belting.pdf](https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/Ghrebh/Ghrebh-8/04_belting.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.

BORGES, Dain. **The family in Bahia**, Brazil, 1870 - 1945. Stanford: Stanford University Press, 1992.

BRAGA, Julio Santana. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo et al. (Org.). **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011. p. 17-40.

CARVALHO, Adele Sá Martins Belitardo. **Atrás do trio elétrico: percursos histórico-urbanos através de carnavais de Salvador**. 2023. 272 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-07122023-101859/fr.php>. Acesso em: 22 out. 2024.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e Careta (1908-1921)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2008.tde-08072008-145100>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 1, n. 21-22, p. 239-256, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20968>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Brasília: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.

FRY, Peter; CARRARA, Sérgio; MARTINS-COSTA, Ana Luiza. Negros e brancos no Carnaval da República Velha. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GARCIA, Antonio Augusto da Silva. Carnaval. **Renascença**, Salvador, ano 5, n. 68, 15 fev. 1921.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Salvador, ano 3, n. 105, 13 jan. 1913.

GIUCCI, Guillermo. **A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **A modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

INSTITUTO MOREIRA SALLESa. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/18166>. Acesso em: 20 fev. 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLESb. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/18167>. Acesso em: 20. fev. 2023.

KNAUSS, Paulo et al. **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

LAZZARI, Alexandre. **Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi: Neblí, 2016.

LEITE, Rinaldo. **E a Bahia civiliza-se...** Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916. 1996. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3\\_e\\_a\\_bahia\\_civiliza-se.\\_ideais\\_de\\_civilizacao\\_e\\_cenas\\_de\\_anti-civilidade\\_em\\_um\\_contexto\\_de\\_modernizacao\\_urbana.\\_salvador.\\_1912-1916.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_e_a_bahia_civiliza-se._ideais_de_civilizacao_e_cenas_de_anti-civilidade_em_um_contexto_de_modernizacao_urbana._salvador._1912-1916.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia; VELLOSO, Mônica Pimenta. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro, 189 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2374>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MARTINS, Ana Luisa. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. 1990. 570 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MAUAD, Ana Maria; LOUZADA, Silvana; SOUZA, Luciano Gomes de. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. *Fotocinema. Revista Científica de Cine y Fotografía*, Málaga, n. 22, p. 221-254, 2021. Disponível em: <https://revistas.uma.es/index.php/fotocinema/article/view/11713>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MITCHELL, William John Thomas. **La ciencia de la imagen: Iconología, cultura visual y estética de los medios**. Madrid: Akal, 2019.

MITCHELL, William John Thomas. Mostrar o ver: uma crítica à cultura visual. *Interin*, São Pa, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450754009.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Pelas ruas da Bahia criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador Republicana (1912-1937)**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/11\\_pelas\\_ruas\\_da\\_bahia\\_criminalidade\\_e\\_poder\\_no\\_universo\\_dos\\_capoeiras\\_na\\_salvador\\_republicana\\_1912-1937.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/11_pelas_ruas_da_bahia_criminalidade_e_poder_no_universo_dos_capoeiras_na_salvador_republicana_1912-1937.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

PEREIRA, Leonaro Affonso de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos – Paris, Rio e Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2011.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RENASCENÇA. Salvador, ano 1, n. 10, fev. 1917.

RENASCENÇA. Salvador, ano 7, n. 101, fev. 1923.

RENASCENÇA. Salvador, ano 9, n. 123, fev./mar. 1925.

RENASCENÇA. Salvador, ano 10, n. 135, mar. 1926.

RENASCENÇA. Salvador, ano 11, n. 148, mar. 1927.

RONCAYOLO, Marcel. **La Ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990.

RONCAYOLO, Marcel. **Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduado de História da PUC-SP, São Paulo, v. 18, p. 91-96, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10978>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SATTERTHWAITE, Tim; THACKER, Andrew. **Magazines and Modern Identities: Global Cultures of the Illustrated Press, 1880-1945**. New York: Bloomsbury Visual Arts, 2023.

SILVA, Jéssica Santos Lopes da. **O “império das circunstâncias”**: carnaval e disputas políticas nos pós-abolição (Salvador, 1890-1910). 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31888>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

VIANNA, Antônio. **Casos e coisas da Bahia. Salvador**: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues Vieira. **A Africanização do Carnaval de Salvador**: recriação do espaço carnavalesco (1876-1930). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

Recebido em: 14 ago. 2024

Aprovado em: 16 out. 2024

## REINADOS E LANÇA-PERFUMES, 1925-1975 O CARNAVAL DE SÃO FÉLIX (BA) PELAS NARRATIVAS ORAIS E JORNALÍSTICAS

### KINGDOMS AND PERFUME LAUNCHER, 1925-1975 SÃO FÉLIX' CARNIVAL (BA) THROUGH ORAL AND JOURNALISTIC NARRATIVES

Valdelice da Conceição Santos <sup>1</sup>  
Daniela Abreu Matos <sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo apresenta resultados de um estudo sobre as memórias e os arquivos do carnaval em São Félix, Recôncavo da Bahia, durante o período de 1925-1975. As dimensões culturais e sociais do carnaval de São Félix foram analisadas a partir das publicações em dois periódicos locais – A Vanguarda e Correio de São Félix – e dos relatos memoriais de três foliões. Esse conjunto narrativo impulsionou o exercício de uma análise cultural que, ao compreender os textos enquanto formas culturais, arrisca uma leitura sempre instável e conjuntural da realidade vivida. Nesse caminho, o estudo evidenciou uma São Félix entrelaçada às múltiplas práticas culturais e que acompanhava o movimento cultural e social do País, revelando que o carnaval foi um instrumento de sociabilidade, que proporcionou intercâmbio cultural entre foliões, fortaleceu laços identitários e explicitou tensões sociais vividas.

#### Palavras-chave

memória; narrativas; carnaval; São Félix.

#### Abstract

This article presents results of a study on the memories and archives of carnival in São Félix, Recôncavo da Bahia, during the period 1925-1975. The cultural and social dimensions of the São Félix carnival were analyzed based on publications in two local newspapers – Jornal A Vanguarda and Correio de São Félix – and the memorial reports of 03 revelers. This narrative set encouraged the exercise of a cultural analysis that, when understanding texts as cultural forms, risks an always unstable and conjunctural reading of the lived reality. Along this path, the study highlighted a São Félix intertwined with multiple cultural practices and that accompanied the country's cultural and social movement, revealing that carnival was an instrument of sociability, which provided cultural exchange between revelers, strengthened identity ties and explained social tensions experienced.

#### Keywords

memory; narratives; carnival; São Félix.

1 Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/MDS, valdelicecsantos@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-9047-1636>, <http://lattes.cnpq.br/4432762106893568>.

2 Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), [daniela.matos@ufrb.edu.br](mailto:daniela.matos@ufrb.edu.br), <https://orcid.org/0000-0002-3859-8488>, <http://lattes.cnpq.br/5704919732927582>.

## Introdução

A cidade de São Félix, situada a cerca de 110km de Salvador, capital da Bahia, tem uma população estimada em 11.026 habitantes, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Integra o Recôncavo da Bahia, sendo um território marcado tanto pelas forças coloniais quanto pelas resistências afro-indígenas<sup>3</sup>. No início do século XX, o carnaval chegou a essa região, inicialmente como festa privada e, com o tempo, ganhando as ruas da cidade. Ele foi realizado entre as décadas de 1920 e 1970, composto por bailes em clubes sociais e blocos de rua.

O carnaval era um dos principais espaços de encontro dos sanfelixtas com habitantes de cidades circunvizinhas. Por meio do carnaval, havia partilha de sentimentos, histórias, conhecimento, emoções e mesmo de outras culturas. Nesse sentido, argumentamos que a festa contribuía para fortalecer as relações sociais e constituir traços da identidade cultural local. No processo de pesquisa, foram encontrados dois jornais locais da época que trazem relatos de episódios reveladores sobre práticas sociais e culturais do carnaval sanfelixta. Também ainda é possível acessar o festejo por meio de narrativas de foliões do período. Portanto, falar do carnaval nessa cidade é dialogar com o passado no presente por meio de textos jornalísticos e dos relatos dos foliões que vivenciaram e experimentaram essa festividade.

Este artigo apresenta um recorte de um projeto de pesquisa iniciado em 2012, cujo objetivo era analisar as dimensões culturais e sociais de São Félix, com base nas narrativas de periódicos e de memoriais dos foliões sobre os carnavais sanfelixtas<sup>4</sup>. Nesse sentido, o estudo buscou compreender a constituição de identidades sanfelixtas, segundo as relações cotidianas expressadas nas narrativas sobre o carnaval, seja nos documentos de época, seja no relato oral dos brincantes. Nosso argumento indica que a memória coletiva construída desse tempo se torna essencial para o processo de formação identitária do município, uma vez que contribuiu para o sujeito se sentir pertencente a esse território.

## Lugares de memória: entre arquivos e relatos orais

A memória é uma forma de conservar e relembrar experiências, vivências e demais aspectos relacionados ao passado que se faz presente. Para Halbwachs (1990), a memória não é apenas individual, porque outras pessoas também estão envolvidas nela, e sim um fenômeno coletivo e social. Isso porque “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (Halbwachs, 1990, p. 26).

3 Há uma vasta bibliografia disponível sobre o Recôncavo da Bahia conforme diferentes olhares – históricos, sociológicos, demográficos, comunicacionais, etc. Contudo, gostaríamos de destacar algumas obras literárias contemporâneas que nos ajudam a compreender e interpretar esse território e suas formas de vida, tais como: “Água de Barrela”, de Eliana Alves Cruz; “Salvar o Fogo”, de Itamar Viera Junior; “Cachoeira & a inversão do mundo”, de Maira Vale; “Memórias de uma menina da ladeira”, de Lucineide Souza; “Cartas à Tereza” e “Casamendoeira”, de Deiseane Barbosa.

4 Como produtos resultantes desse projeto, temos o Rádio-documentário “Lembranças de outros carnavais e micaretas” e a dissertação “Entre Memórias e Vivências: narrativas do carnaval de São Félix (BA) (1926-1975)”.

Na proposta construída por Pierre Nora (1993), o conceito de lugares de memória é central ao seu argumento e explicita uma dupla condição que os constitui, entre parar o tempo e continuar se metamorfoseando para que faça sentido. Nas palavras do autor, “é isso que os torna apaixonantes” (p. 22). Ele explica, ainda, que o lugar de memória apresenta três dimensões, que coexistem simultaneamente: material, simbólica e funcional.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 22).

Uma característica comum dos lugares de memória, trazida por Pollak (1992), são as lembranças coletivas que têm a função simbólica de construção de vínculos. Para o autor, os elementos que constroem a memória individual ou a coletiva, são os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles “vividos por tabela” – que seriam os que o sujeito nem sempre participou, mas toma como vividos.

Itala Maduell (2015), ao discutir o jornal impresso como lugar de memória, observa três sentidos do jornal, destacando sua importância como um meio que produz memória. Para ela, os sentidos propostos podem ser entendidos como:

material, tratando-se de um produto cultural, disponível para consulta em bibliotecas e bancos de dados; funcional, por seu caráter de prestação de serviços e informação; e, por último, pelo que representa no imaginário social: ‘Só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica’ (Maduell, 2015, p. 34).

Ana Regina Rêgo também frisa a importância das narrativas jornalísticas para a memória. Segundo ela, “o jornalismo torna-se influente na conformação da memória coletiva e no imaginário simbólico de um povo” (Rêgo, 2014, p. 48).

Sendo assim, a narrativa jornalística é uma peça importante para o processo de construção da memória coletiva, a qual contribui, conseqüentemente, para a formação das identidades locais, uma vez que aborda aspectos das práticas cotidianas. Ainda segundo a pesquisadora, o jornalismo também exerce influência no imaginário simbólico de um povo:

consideramos o jornalismo como lugar de memória, a partir de novos olhares sobre o texto jornalístico em um momento posterior a seu tempo de produção, pois o texto jornalístico continua, mesmo situado no passado e falando sobre um determinado presente; a reunir as três condições essenciais de consolidação de um lugar mnemônico, ou seja: material, funcional e simbólica (Rêgo, 2014, p. 48).

Assim, o jornalismo apresenta narrativas que são essenciais para compreender aspectos temporais da sociedade. Logo, desempenha uma função social e histórica na

sociedade, além de contribuir para a compreensão das práticas culturais, por meio do seu testemunho no formato de narrativas. A pesquisadora Christa Berger (2014) também pontua as potencialidades da narrativa jornalística:

A narrativa jornalística é o fio que costura as demais narrativas. Informa a eclosão do acontecimento, acompanha as repercussões, registra o retorno simbólico do acontecimento, anunciando o lançamento de livros, filmes e exposições, traz relatos dos que vivenciaram o acontecimento, acompanha as intrigas que o mantêm em pauta e subsidia a narrativa da história. E o fio da narrativa jornalística e da narrativa histórica é a memória, composta por lembranças, compromissos, não-ditos e silêncio que emolduram a narrativa do acontecimento (Berger, 2014, p. 28).

Ainda nessa visão jornalística, destacam-se, aqui, os jornais impressos os quais acumulam, ao longo dos tempos, aspectos sociais, políticos e culturais dos indivíduos – dos que narram e dos que são narrados, nos diferentes gêneros textuais. O jornal pode trazer informações significativas para elucidação ou comprovação de fatos, como os eventos culturais, tanto sobre o presente quanto sobre o passado. Rêgo (2014) ressalta o valor do referido documento:

Esse lugar de memória do jornalismo, fator constituinte e importante da memória coletiva e da memória histórica, visto que com suas imagens, mensagens, informações, notícias, etc, intervém e influi diretamente no imaginário simbólico coletivo, é fonte para as pesquisas históricas, assim como também é um componente imperativo para o desenvolvimento de uma conduta socialmente e eticamente responsável (Rêgo, 2014, p. 53).

Vale assinalar que, para além dos lugares de memórias, existe a memória recuperada pela oralidade – das ações e das relações sociais – expressadas no cotidiano pela linguagem e nas tradições culturais. Assmann (2016) traz o conceito de memória comunicativa, que se pode articular à oralidade. Essa memória é formada por um passado recente, expressada na dimensão social com a interação cotidiana, na qual o indivíduo compartilha suas memórias com outras pessoas de maneira informal. Ela “não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar; não é cultivada por especialistas e não é convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada ou estabilizada por nenhuma forma de simbolização material” (Assmann, 2016, p. 119). Assim, a memória comunicativa é exteriorizada através da oralidade.

Em princípio, destaca-se que as narrativas orais são lembranças em que o sujeito busca rememorar acontecimentos passados que fazem parte de sua história de vida ou que integram seu grupo social. Logo, são marcadas por vozes diversas e atemporais.

Narrativas Oraais a linguagem falada pela pessoa a obriga a buscar vocabulário próprio, organizar seu discurso de acordo com seus valores, sua forma de ver o mundo, sua constituição cultural (crenças, valores, hábitos) e sua história de vida (de onde veio, como se formou, quais suas trajetórias, por onde passou e com quem conviveu). Enfim, após

a elaboração de todos esses elementos, o sujeito que conta a história se remete ao passado, ao que foi e ao que fez, à sua história de vida. E nessa relação entre a narrativa do passado e a lembrança do mesmo, se dá e se encontra a sua memória (Perazzo, 2015, p. 128).

Pode-se entender que o narrador discorre conforme o seu ponto de vista e de sua convicção. Assim, “a memória em seu processar comporta uma multiplicidade de tempos. No ato de lembrar, a memória busca um tempo que já passou com os interesses do tempo presente, ou seja, o tempo passado é trazido na carruagem do tempo presente” (Teles, 2007, p. 161). Às vezes, essas memórias são de vivências e de experiências de terceiros; no entanto, podem ser somadas à memória de quem narra.

Nesse sentido, nota-se que a memória é dinâmica e pode ser encontrada em diferentes formatos comunicacionais. Portanto, entender a história de uma festa popular, como o carnaval, por meio dessas memórias, ajuda a compreender, também, práticas culturais e sociais e subjetividades do indivíduo ou de grupos de uma comunidade.

## Modos de fazer

Adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa documental e de campo. Por sua vez, o instrumento escolhido para coleta de dados primários (pesquisa de campo) é a entrevista narrativa. Esse modelo de entrevista, embora seja com profundidade, não é constituído por perguntas estruturadas. Isso possibilita que os entrevistados tenham mais liberdade para expor suas histórias.

Segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 93), a entrevista narrativa “tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado [...] a contar a história sobre um acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 93). A escolha dessa entrevista se deve por entender que ela é um instrumento capaz de provocar os entrevistados a compartilharem, com liberdade, suas experiências e vivências dos carnavais sanfelixtas, que, conseqüentemente, entrecruzam-se em diferentes contextos da cidade, também fundamentais para a pesquisa.

Muylart e colegas sobre as características desse modo de interação enquanto instrumento de pesquisa, eles afirmam que:

As narrativas, dessa forma, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio-histórico. Não se tem acesso direto às experiências dos outros, se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida (Muylart *et al.*, 2014, p.195).

As entrevistas aconteceram individualmente com três brincantes dos carnavais de São Félix, residentes na cidade, em dias diferentes (13/01, 17/08 e 06/09 de 2022<sup>5</sup>).

5 As conversas foram realizadas no período pandêmico da Covid-19, com autorização do Comitê de Ética. Duas delas foram feitas na casa dos entrevistados e uma na casa da pesquisadora, seguindo todos os protocolos de segurança à saúde, adotados no período da Covid-19 (máscara, distanciamento e álcool 70%). Além disso, tanto a pesquisadora quanto os entrevistados tinham sido vacinados contra a Covid-19.

A escolha dos entrevistados se justifica por relações de proximidade e devido ao fato de a pesquisadora possuir certo grau de amizade com eles e saber da ligação deles com o carnaval. O diálogo aconteceu espontaneamente com uso de pequenas perguntas que serviram como guia. Assim, a partir do material transcrito integralmente, foi realizada a categorização dessas narrativas nos moldes de uma análise de conteúdo categorial.

Esses relatos memoriais foram compartilhados por Terezinha de Jesus, nascida em 1936 na comunidade da Baixa Fria, em São Félix. Ela aprendeu costura e bordado ainda jovem e a produzir doces cristalizados e de calda – que fez questão de nos dizer que já foram exportados para Itália e Alemanha. Frequentou carnavais em Salvador, Cachoeira e em São Félix – nos desfiles de rua. Mas ela conta que a alegria de brincar o carnaval não foi mais a mesma depois que jogaram o lança-perfume no seu olho em um dos carnavais de Salvador.

Já Raimundo Moreira nasceu em 1944, em São Félix. Ele lembra que aprendeu muita coisa com o pai, um estivador muito conhecido na cidade por prestar serviços aos navios vindos da capital baiana, os quais descarregavam mercadorias nos portos do rio Paraguaçu, em São Félix. No carnaval, sempre participou como folião, mas nunca quis usar vestimenta carnavalesca. Esteve presente nos festejos da rua e no Clube Floresta, pois aproveitava a sua condição de jogador do time e não pagava o ingresso.

Por fim, a entrevistada Gisélia da Silva nasceu em 1948, no município de Cachoeira, mas ressalta que é moradora de São Félix desde 1957. Participou ativamente de diversas festas populares existentes na cidade, bem como dos ternos de Cigano, de Mudança, das Banhistas e da Cozinheira. Em relação ao carnaval, ela recorda que começou a ir ainda criança, com a mãe. Em uma dessas participações, teve o desprazer de experimentar o lança-perfume nos olhos. Mas isso não a fez desistir do festejo. Participou de desfiles nas ruas e no Clube Floresta, no qual se recorda dos concursos de rainha e das marchinhas.

Por sua vez, os dados secundários (os jornais impressos) são constituídos por sessenta e sete textos de edições do jornal *Correio de São Félix*, de 1934 a 1970, e dois textos de duas edições do jornal *A Vanguarda*, de 1924 e 1925 (únicas que fazem referência ao carnaval). Ambos os jornais circulavam na cidade e região e algumas de suas edições estão disponíveis no Arquivo Público Municipal de São Félix.

O jornal *A Vanguarda*, fundado em 1924, circulou na cidade somente até 1925; já o *Correio de São Félix* foi publicado a partir de 29 de abril de 1934, passou por uma primeira interrupção de atividades entre 1975 e meados da década de 1980 e uma segunda interrupção nos primeiros anos do século XXI, voltando a ser publicado com regularidade em 2013 até os dias atuais.

Figura 1 – Jornal *Correio de São Félix*, ano XXV, nº 1.226, 31 jan. 1959



Fonte: Arquivo Público Municipal Júlio Ramos de Almeida.

A dimensão interpretativa foi fundamentada na análise cultural, em que se refletiu os deslizamentos do texto (dos jornais e dos entrevistados) e seu contexto. Nesse sentido, a análise cultural ajuda a explicar processos socioculturais, nos quais dimensões políticas, econômicas e identitárias podem ser observadas por meio de práticas e de modos de vida dos indivíduos.

Tomando essa perspectiva analítica, em diálogo com Raymond Williams, Moraes (2016, p. 31) argumenta que “o que a análise cultural deve apontar, segundo o autor, são as interpretações, as alternativas históricas e os específicos valores contemporâneos através dos quais são trazidos para o presente uma obra, o acervo ou a experiência dos sujeitos de determinado período, de dado lugar”, ainda que também destaque para as dificuldades e desafios dessa apreensão.

No tocante à organização dos procedimentos analíticos, o mapa visual (FIGURA 2), construído no contexto da pesquisa mostra que o ponto inicial foi a leitura teórica; posteriormente, leitura e organização do material empírico; e pesquisa de campo, paralelamente. Ressaltando que a leitura dos textos teóricos fez parte de todo processo da pesquisa, de forma cíclica. Desse modo, a análise cultural foi utilizada como guia para delinear diferentes dinâmicas sociais, históricas e culturais, no período em que ocorreu

o carnaval em São Félix. Foram observados práticas, rituais e modos de vida vinculados ao carnaval, além de acontecimentos históricos e demais eventos que atravessaram o referido período.

**Figura 2 - Mapa visual da análise cultural**



Fonte: Elaboração própria

## Carnaval nos arquivos de jornais

O carnaval sanfelixta é descrito no jornal *Correio de São Félix* como uma festa da liberdade, da loucura, da quebra de rotinas e da inversão do regime dominante, ou seja, os foliões assumiriam papéis que gostariam de exercer na sociedade nos dias normais. “Os bailes, nas noites de Sábado, Domingo, e Terça Feira foram uma causa a Louca nos salões da Atlética. Dançou-se, cantou-se, pulou-se até ‘José’ chegar ao romper do dia” (Lemos, 1951, p. 1).

Tais características são apontadas pelo pesquisador Paulo Miguez como traços que marcam a festa como *tempo extraordinário*. “Inversão dos sentidos, aparente modificação das regras do cotidiano, rituais libertadores, prazer, fartura, permissividade, extroversão, vícios, música e dança, comidas e bebidas, compõem esse ‘tempo extraordinário’ que rege a ordem carnavalesca” (Miguez, 2006, p. 21).

Esse termo *tempo extraordinário* “deve ser considerado como ‘sagrado’ porque é a negação da rotina diária. Por esta via é possível se pensar na interrupção da luta diária e dos acontecimentos do dia-a-dia para se conquistar um espaço utópico e por isso ‘sagrado’” (Sebe, 1986, p. 16). Logo, segundo os textos acessados, os foliões sanfelixtas viam no carnaval uma oportunidade de extravasar os desejos reprimidos pela labuta diária, assim como os foliões de outras partes do País.

O jornal *A vanguarda* aponta que a festa modificou a rotina da cidade, dando-lhe um novo aspecto. “E durante trez dias, São Félix teve um movimento, poucas vezes re-

gistrado, que lhe dava a aparência de uma grande cidade” (Carnaval em São Félix..., 1925, p. 1). Nota-se que a principal característica dada ao carnaval foi a de uma festa alegre: “Foram em grande número os mascarados que animaram com os ditos e com a **sua ruidosa alegria** as ruas da cidade” (Carnaval em São Félix..., 1925, p. 3, grifos nossos).

A mesma característica prevalece em anos posteriores. O samba e as batucadas tornaram a festa mais divertida: “Vem aí o trem da alegria. Pela cidade, fora das camadas de elite, também se fala no carnaval. No povo aliaz está a elite do samba e das batucadas” (Carnaval ‘ta’ chegando..., 1953, p. 5). Em 1957, um terno foi organizado a fim de materializar o carnaval como, de fato, uma festa sinônimo de alegria popular. “O TERNO DA ALEGRIA desfilou pela cidade, merecendo aplausos pela cooperação emprestada ao nosso carnaval” (Somente..., 1957, p. 2).

Nota-se, então, que os relatos jornalísticos retratam um carnaval da liberdade e da alegria ao tempo em que questionam uma certa divisão social entre o carnaval da elite e do povo. Trata-se de tema bastante presente nos diferentes registros aqui sistematizados e no conjunto de reflexões teóricas sobre a relação do carnaval com a cultura brasileira.

Chamam atenção dois trechos do *Correio de São Félix* referentes ao carnaval de 1968 e de 1974, período em que o Brasil passava sob o regime da Ditadura Militar – (1964 a 1985). Na edição de 1968, foi publicada uma nota com restrições de alguns públicos, com definições de normas e controles, desestabilizando a ideia anterior de uma festa de “liberdade”. A nota diz: “Se já, avisamos que não será permitida a entrada de môças estranhas no quadro social, e rapazes, portadores de bebidas, trajando shorts” (Floresta futebol..., 1968, p. 3).

Já a menção da matéria de 1974 faz referência à presença de um delegado de polícia: “O delegado de Polícia em exercício, sr. Júlio da Silva Fraga, prestor elogiável assistência, embora sem necessidade da interferência para manutenção de ordem” (Floresta com tres..., 1974, p. 2). Assim, podemos perceber que a figura do delegado tinha o propósito de regular, coibir alguns atos vistos como ilegais e garantir a “ordem” da festa, e, com isso, o folião tinha sua liberdade festiva restringida. Verifica-se, portanto, que os foliões sanfelixtas experimentaram uma contradição entre um espaço da “suspensão” do tempo e da rotina diária e, também, da demarcação de controle.

Referente às manifestações de “elegância”, nota-se que, nos clubes sociais, o carnaval é destacado como uma “festa da elite” e “para a elite” sanfelixta. Conforme um trecho de uma publicação do jornal *A Vanguarda*, os primeiros bailes dançantes de carnaval sanfelixta se iniciam em um espaço social de uma escola, em 1925. Depois de os foliões saírem às ruas no sábado, o domingo foi reservado para a festa privada.

Observa-se, em dois trechos da narrativa jornalística, que o público-alvo do folgado não era a classe baixa: “Uma festa verdadeiramente de requinte fidalga, que honra para a nossa elite [...] o tom de verdadeira elegancia o presidiu” (Carnaval em São Félix, 1925, p. 3). Além disso, para reforçar a ideia de que a festa era para a elite, personagens que integravam a “corte” sanfelixta, como rainha, princesas e rei, demarcavam

os espaços fechados com a ideia de nobreza. “A magestosa rainha e suas adoráveis príncезinhas do carnaval deste anno parece que transferiram a corte do céu para o imponente salão da Atlética” (Lemos, 1951, p. 1).

Também foi destaque nos jornais o carnaval nos clubes como uma festa “de família” e de ordem social. Ou seja, uma festa conservadora, marcada por medidas normativas de prevenção da moral e dos bons costumes. Observa-se que a presença da família, incluindo as mulheres, eram destacadas como uma condição de respeito. Era comum a participação familiar nos bailes, como pontua a narrativa abaixo:

Terminado ás 3 horas da madrugada, o grito do carnaval do Floresta, prejudicou na frequencia feminina pelas chuvas daquela noite, foi erigido em sucesso devido ao **numero elogiavel de familias**, fantasias e figuras da sociedade local, muritibana e cachoeirana (A hora..., 1960, p. 4, grifos nossos).

Assim, percebe-se que essas barreiras, quase sempre simbólicas, é uma das características das relações sociais e raciais vividas no Brasil, principalmente, pós-abolição. Na década de 1930, por exemplo, constitui-se fortemente o mito da democracia racial brasileira que prometia solucionar o problema da identidade nacional sob uma ideia de miscigenação que escondia a tensão e a violência das relações raciais no Brasil.

Nesse caso, haveria um país plural com branco, negro e indígena convivendo em harmonia. Porém, esse mito se desfaz rapidamente, mesmo aqui nos registros jornalísticos sobre um carnaval no interior do Brasil em que já se determinava explicitamente quem seria bem-vindo naquele lugar “familiar”, como se percebeu nas narrativas apresentadas.

Já em relação aos elementos da cultura carnavalesca, aparecem em destaque o confete, a serpentina e o lança-perfume, que começaram a fazer parte da história dos carnavais de São Félix desde os primeiros bailes, em 1925. Conforme o jornal *A Vanguarda*, ocorreram “verdadeiras batalhas de lança-perfumes e de confetti” (Carnaval em São Félix, 1925, p. 1). O *Correio de São Félix* também menciona os símbolos nos bailes de clubes. “Houve no local verdadeiras batalhas de **lança-perfumes e de confetti**, e decorrendo tudo sempre com a maior cordialidade” (Carnaval em São Félix, 1925, p. 1, grifos nossos).

Segundo relatos do *Correio de São Félix*, tais elementos trouxeram modificações na forma de brincar, os quais deram oportunidade para os foliões inovar em seus bailes, passando a ter aspectos de animação dentro dos clubes, como é descrito no jornal: “Cruzavam-se as serpentinas; confetis choviam como as estrelinhas do céu; gladiavam-se os foliões a jactos de lança-perfumes como espadachins em combate colectivo” (Lemos, 1951, p. 1). Nas ruas, observa-se a presença de outros elementos culturais: “**Todos os blocos e cordões** vieram à nossa redacção, fazendo-se, na Avenida Salvador Pinto, em frente às nossas officinas, o ponto em que o carnaval teve mais animação e brilhantismo” (Carnaval..., 1925, p. 1, grifos nossos).

A prancha também é citada nos desfiles de rua, ela conduzia a rainha e as princesas. "O bairro do Botafogo, apresenta amanhã, uma bela prancha apresentando com o sequito a sua Rainha do carnaval" (Carnaval 'ta' chegando, 1953, p. 5). O desfile da rainha era uma das marcações do carnaval de clubes, pois mostrava à cidade que a festa era governada por pessoas da "corte", mulheres não negras, filhas das famílias mais ricas da localidade.

**Figura 3 - Rainha do Carnaval da Associação Atlética, 1953**



Fonte: Souza<sup>6</sup>, 2022, p. 45

**Figura 4 - Desfile da rainha e das princesas**



Fonte: Blog Dilermando Lemos<sup>7</sup>, 1951

6 SOUZA, O. F. O. de. Carnaval. In: SOUZA, O. F. O. de. História da Cultura de São Félix no Recôncavo Baiano. 2022. p. 45.

7 Disponível em: <http://dilalemos.blogspot.com/search?q=carnaval+1951>. Acesso em: 7 jun. 2012.

O elemento de maior impacto registrado nos jornais do período observado foi o trio elétrico, que modificou a maneira de brincar na rua. Salvador já vivia o fenômeno do trio elétrico desde o início de 1950. “O TRIO ELETRICO patrocinado pela prefeitura, recebeu merecida acolhida havendo revolucionado a cidade tendo seus componentes, entre esses, José Candido e Americo Ferreira, sob organização de Carlos Maia, dando notavel impulso às festas de rua” (Somente..., 1957, p. 2). Para Miguez (2016), de fato, é um elemento que deu novo aspecto à festa:

Do ponto de vista do gestual, da dança carnavalesca, o trio elétrico cria uma nova forma de “brincar Carnaval”. As pessoas “pulam” ao som do trio elétrico. O que quer dizer, dançam com movimentos simples e livres, executando, individualmente, uma coreografia espontânea e ímpar (Miguez, 2006, p. 87).

Assim, verifica-se que as narrativas dos jornais trouxeram diferentes aspectos existentes em São Félix, os quais comunicam experiências e imaginários. Dessa maneira, tais veículos tornam-se valiosos suportes de memória, ou seja, contribuem para a compreensão da memória social e coletiva, como pontuou Rêgo (2014).

## A folia nos bailes e no corpo

Os três foliões entrevistados são idosos e moradores de São Félix. Não foram especificadas datas nas narrativas, porém, com base no período de nascimento deles e a afirmação de participarem dos bailes ainda criança, entende-se que as histórias presenciadas aconteceram por volta de 1950 a 1970, mas vale ressaltar que outras histórias de suas lembranças, contadas pelos pais e avós, são anteriores a esse período.

Para compreender as dinâmicas do carnaval na comunidade sanfelixita e as relações dos entrevistados nesse processo, tornou-se interessante apresentar alguns relatos da participação deles nos festejos:

Eu ia com minha mãe. Minha mãe segurava a minha mão, não deixava eu sair. **Um dia jogaram lança-perfume no meu olho.** Eu gritei como o quê, que parecia pimenta (risos). Eu ia assim, mas não sai de baiana, essas coisas não. Minha mãe me levava, eu ia assim com ela, na base de uns sete anos, uns oito anos, que ela morreu eu fiquei com onze anos. (Gilselia da Silva, informação verbal<sup>8</sup>, grifos nossos).

[...] os pais da gente não deixavam a gente sair cedo não. A gente só saía com nove anos de idade. [...] Eu ia com um colega. [...] Colega mais velho, já entendeu? [...] Era pulando, junto com os colegas. As meninas passavam, **a gente pegava lança-perfume e jogava nas costas.** Porque naquele tempo não jogava no olho não, jogava nas costas das meninas pra abusar. Brincando assim no lança-perfume só naquele chapéu [risos]... todo enfeitado e tchiiin: toma lança-perfume. (Raimundo Moreira da Silva, informação verbal<sup>9</sup>, grifos nossos).

8 Entrevista cedida por SILVA, Gilselia de. **Entrevista III.** [set. 2022]. Entrevistadora: Valdelice Conceição Santos. São Félix, 2022. 1 arquivo.mp3 (26 min. e 10 seg.).

9 Entrevista cedida por SILVA, Raimundo M. da. **Entrevista II.** [ago. 2022]. Entrevistadora: Valdelice Conceição Santos. São Félix, 2022. 1 arquivo.mp3 (20 min. e 38 seg.).

Meu primeiro carnaval eu passei em Salvador e nessa época era o lança-perfume. Lança-perfume era um negócio que hoje é confete, mas **na minha época era o lança-perfume, um perfume muito gostoso que era de spray, mas o povo fazia perversidade, jogava dentro do olho da pessoa.** Ardia mesmo que pimenta, você levava mais de uma hora assim ôh, ceguerrante. E aí eu tomei raiva assim, 7 anos, 8 anos eu não fui mais. (Terezinha de Jesus Oliveira da Silva, informação verbal<sup>10</sup>, grifos nossos).

As narrativas, ainda que contenham peculiaridades dos foliões, perpassam por similaridades no que diz respeito às sensações resultantes dessas experiências e aos elementos simbólicos do festejo. O lança-perfume também aparece nos relatos dos entrevistados, conforme a fala de Raimundo da Silva, era uma diversão para ele e para o grupo de amigos; à medida que, para as demais entrevistadas, era um item usado com requintes de perversidade. Ou seja, representava, ao mesmo tempo, desejos, diversão, alegria, medos e frustrações.

Outras recordações que os entrevistados tiveram no período narrado revelam mais momentos de socialização de foliões, inclusive os espaços onde aconteciam os carnavais.

Eu já saí no carnaval aqui uma vez, era já velha. [...] Entrou um prefeito uma vez, Eduardo José de Macedo, e ele fez o carnaval de São Félix e aí **fizeram os blocos das idosas** e eu participei. Era a camisa, era a camisa. Ele deu as camisas e saia todo mundo de... todo mundo pintado e eu aproveitei e me pinte também e sai no carnaval. [...] **Aqui era bom, tinha baile.** O povo ia pra baile fantasiado (Terezinha de J. O. da Silva, informação verbal, grifos nossos).

Tinha o carnaval de clubes, sempre teve. Aqui tinha a Associação Atlética e o Floresta, tinha o Ferroviário. [...] **O carnaval antigamente seria um caminhão trio, triozinho** que antigamente não era cantado, era só no cavaquinho e fazia acompanhamento com os outros instrumentos. Não existia a voz assim não, era só no disco mesmo. Nos clubes que botava, aquele disco, - já entendeu? - do carnaval. (Raimundo M. da Silva, informação verbal, grifos nossos).

Olha, **em São Félix tinha carnaval na praça. Era um caminhão e um som em cima tocando. E tinha os bailes. Na Atlético só tinha os ba-rões, as pessoas que tinham condições.** As outras pessoas iam para o Floresta e para o Ferroviário. O mais falado era o Floresta e o Atlético. Então, esse pessoal vivia assim. Tinha disputa. **No Floresta tinha concurso de beleza,** rainha de carnaval. Um ano foi Gilca, um ano foi Ivone. Pois bem, tinha concurso de rainha e de princesa. (Gilselia da Silva, informação verbal, grifos nossos).

Assim como já foi identificado nas matérias dos jornais, anteriormente, os entrevistados também caracterizavam o carnaval como uma festa alegre, marcada por

<sup>10</sup> Entrevista cedida por SILVA, Terezinha de J. O. da. **Entrevista I.** [jan. 2022]. Entrevistadora: Valdelice Conceição Santos. São Félix, 2022. 1 arquivo.mp3 (38 min. e 24 seg.).

rituais como o concurso de rainha e de princesa, bailes à fantasia nos clubes e de blocos na rua. Raimundo da Silva e Gilselia da Silva também mencionam um carnaval de rua mais moderno, com aparato semelhante aos carnavais de Salvador: “caminhão”, um “triozinho”, revelando uma modernização do festejo. O jornal *Correio de São Félix* também pontuou a presença de um trio ainda nos anos de 1960.

Outro trecho relevante está na fala de Gilselia da Silva, de que havia clubes destinados a determinados grupos sociais, corroborando com relatos do jornal *Correio de São Félix* sobre as demarcações sociais no âmbito da festa: “Na Atlética só tinha barrão[...] as outras iam para o Floresta e o Ferroviário”. E, ainda, aquelas pessoas que não iam aos clubes e experimentavam apenas os blocos e cordões de rua, conforme o Sr. Raimundo Ferreira relata que “o povo mais fraco” brincava na rua mesmo: “Não ia pro clube, esse clube – eu esqueço o nome toda hora – não ia pro Atlética porque não tinha condições, mas podia brincar à vontade” (Raimundo M. da Silva, informação verbal).

Não era tão caro, **era também selecionado**. Como eu te falei, **as pessoas da alta sociedade era que participavam lá. As outras pessoas vinham pra o Floresta**. Aí tinha concurso de beleza, essas coisas todas. Todo ano tinha rainha e princesa, todo ano. **A Atlética [...] era fechado, tinha porta, janela..., o Floresta não, tinha abertura nas laterais e as pessoas podiam tomar fresco e tudo e lá era fechado**. Eu nunca fui lá não (Gilselia da Silva, informação verbal, grifos nossos).

**Figura 5 – Correio de São Félix, ano 87, n. 2.579, fev. 2022 <sup>11</sup>**



Fonte: Arquivo pessoal da autora da pesquisa

As dinâmicas que caracterizam os espaços festivos – rua e clube – também são marcantes nas narrativas orais que trazem elementos significativos que ajudam a caracterizar a festa em ambos os ambientes.

<sup>11</sup> A imagem da Figura 5 refere-se à publicação do Espaço Memória Viva de fevereiro de 2022, no jornal *Correio de São Félix*, a qual traz uma fotografia de 1935 do cortejo do bloco “As Catarinas” – manifestação cultural local, hoje inexistente na cidade.

No da rua o bloco saia tocando e as pessoas iam entrando. Cada um ia chegando, e outros iam saindo. **Iam entrando no meio da charanga.** Agora tinha vez que tinham umas pessoas, assim, que usavam máscara... careta, chamava careta. **Tinha careta, mandu, cabeçorra**<sup>12</sup>... **tudo isso tinha no carnaval de rua.** E era antes de 'de noite.' Que de noite tinha os bailes. Aí de noite nos bailes já não tinha negócio de bloco. [...] Antigamente os blocos era cercado de corda. Tinha o cordeiro pra não deixar entrar ninguém diferente no bloco. Agora assim, todo mundo de vestimenta, né? (Gilselia da Silva, informação verbal, grifos nossos).

**[...] Aqui o carnaval era no porto, pra o povo mais fraco brincar na rua. Quem tinha dinheiro ia pra o clube, quem não tinha ia pra rua. O carnaval era assim. [...] Agora tinha os blocos. Saia os blocos no carnaval, cada um com sua vestimenta [...]** No clube era... era roupa normal. Não precisava de... Depois que foi chegando uma pessoa se arrumando, se vestindo na roupa de carnaval, entendeu? Mas antes ia como se fosse, assim, na rua. **[...] No de rua era selecionado porque as pessoas não podiam comprar vestimenta pra participar dos blocos, era tudo com roupa, com roupas iguais.** Aí saía pela rua desfilando com o conjunto, né? Tocando e tal, num carro. Um carro de som no carnaval, agrupando os blocos. **Tinha corda para segurar, pra proteger o pessoal do bloco.** O porto ali de São Félix ficava cheio de gente. [...] Tinham as barraquinhas para tomar cerveja, né? (Raimundo M. da Silva, informação verbal, grifos nossos).

Nota-se um elemento no carnaval, não visto nos relatos de jornais, que é a presença de corda nas ruas, usada para separar os participantes dos blocos dos demais foliões. Componente que simboliza uma hierarquia social na ocupação do espaço público da festa e que se reproduz na relação bailes X rua, mas também na rua com a distinção blocos de corda X folião comum (contemporaneamente chamado de folião pipoca). Algo semelhante a outras experiências carnavalesca, como de Salvador, que perdura até os dias atuais com os "blocos de trio" e "camarotes". Raimundo da Silva ainda fala sobre a presença de um trenzinho, que arrastava os blocos, e das roupas padronizadas usadas nos foliões, que seria uma espécie de abadá.

Os bailes, que aconteciam após os blocos de rua, não desfrutavam de tais componentes, havia ainda mais formalidade. A rua aparece como um espaço que, além de propiciar aos foliões uma sociabilidade, os identificam como brincantes mais livres de regras hierárquicas. Ainda assim, notamos as marcações de estratificação social nos dois ambientes festivos, segundo os relatos.

Na rua, apenas participava dos blocos quem tinha condições para comprar vestimentas, caso contrário, acompanhava nos cantos da rua, fora dos blocos. Isso já não era possível nos clubes, por se tratar de um espaço fechado, não havia nenhum tipo de participação não autorizada. Observa-se, ainda, na rua uma competição, não institucio-

12 Tanto a cabeçorra quanto o mandu são tipos de fantasias (máscaras) usadas na Festa D'Ajuda, em Cachoeira. A cabeçorra é uma cabeça bem grande, com duas aberturas no lugar dos olhos, feita com papel e cola, e é usada sobre a cabeça do personagem. Já o mandu é um personagem caracterizado com um lençol florido sobre uma arupemba, amarrado na cintura, que forma uma cabeça enorme; na direção da cintura fica presa uma vara na horizontal que dá formato dos braços; e é vestido de paletó, gravata, calça social e sapatos velhos, imitando um anão. A Festa D'Ajuda é um evento popular que acontece na cidade de Cachoeira desde o século XIX, em data móvel, entre outubro e novembro. Nesse festejo, os brincantes saem por diversas ruas da cidade, acompanhados de orquestras e charangas, a maioria deles vai fantasiado. A festa é Patrimônio Imaterial pelo Decreto nº 17.590, 4 de maio de 2017.

nalizada, entre os blocos, como: a exibição de número de brincantes, de vestimentas e de fantasias.

Nota-se, também, que se depositava grande expectativa nos festejos carnavalescos da cidade de São Félix. Houve significativa mudança na rotina do local, de maneira simbólica e estrutural. Terezinha de Jesus se recorda dos doces vendidos naquele período e afirma que eram comercializados apenas alimentos mais tradicionais, típicos da festa. Já Raimundo da Silva e Gilselia ressaltam a movimentação que ocorria na cidade no período carnavalesco.

Eu era pequena. **Tinha as mulheres vendendo doce**, cada qual com a sua... com seu balaiozinho. Ora, tem um nome. Com suas... era até de tábua, eu esqueci o nome, mas com suas barraquinhas. Todo mundo vendendo seus doces: era ponã, era queijada, aquelas bolachinhas enroladas na mão. Não é hoje como vende tudo. Vende tudo hoje que você queira. Vende fruta hoje nas festas, o que você queira, mas antigamente não. (Terezinha de J. O. da Silva, informação verbal, grifos nossos).

Muito movimentada, né? Muita gente de fora participava, vinha apreciar o carnaval. Era a alegria. Você sabe, né? **Eu não podia ir, ficava chorando, quando era menino (risos)**. Ficava em casa chorando, doido pra ir pro carnaval.[...] Vinha gente de Cruz das Almas, Muritiba, entendeu?... Salvador. Vinha os carros pra fazer o carnaval. De Salvador... vinha no navio Paraguassu, o pessoal vinha de Salvador e soltava; ficava em Cachoeira pra fazer o carnaval em Cachoeira e em São Félix (Raimundo M. da Silva, informação verbal, grifos nossos).

Ficava movimentada. O povo tem saudade até hoje, os mais velhos, né? Porque agora tem muita gente nova. Eu tenho setenta e quatro anos, então, eu vi muita coisa.

[...] Vinha gente de fora também, mas o pessoal aqui participava (Gilselia da Silva, informação verbal).

A fala de Raimundo da Silva leva a imaginar uma São Félix agitada, com seu povo eufórico para apreciar a festa, a ponto de aguçar a curiosidade dele, quando criança, que se entristecia por não ter conseguido participar daquele festejo contido no seu imaginário. Aqui, o carnaval se apresenta novamente como um contraponto à vida cotidiana, no sentido de quebrar a rotina de trabalho e proporcionar um momento de lazer, de encontro e de intercâmbio cultural e social entre os brincantes. Além disso, reforça que a referida festa popular constituiu um mosaico artístico de múltiplos processos e práticas culturais.

Percebe-se que perpassa, em todas as narrativas, lugares que evocam memórias, seja no sentido material, funcional ou simbólico – memórias estas que podem ser classificadas como memória cultural (Assmann, 2016). Destacam-se comportamentos ritualizados como as danças, o desfile dos ternos, o uso de máscaras e os bailes. Também é lembrado componentes festivos, a exemplo da charanga, do lança-perfume, do confete, da serpentina e dos cordões; e os espaços festivos: o porto – que é a avenida Salvador Pinto – e os clubes sociais.

Notamos que as festas carnavalescas ganharam fama e prestígio popular, pois a brincadeira trazia forte expressão cultural e se tornou uma das referências na cidade e na região, atravessando algumas gerações. A fala dos três entrevistados leva a imaginar uma São Félix agitada, com seu povo eufórico para apreciar a festa. Além disso, reforça que a referida festa popular constituiu um mosaico artístico de múltiplos processos e práticas culturais.

## Considerações finais

As narrativas jornalísticas e orais contribuíram para refletir sobre os acontecimentos vivenciados entre 1925 e 1975 na cidade e como o carnaval se constituiu ao longo do tempo. Relatos dos jornais *Correio de São Félix* e *A Vanguarda* e narrativas orais mostram uma São Félix marcada pelo ritual festivo do carnaval e suas complexidades. Nota-se, ainda, que a cidade se manteve atualizada das novidades do mundo carnavalesco, pois diversos elementos incrementados vieram das grandes cidades como Salvador e Rio de Janeiro. Além disso, há uma experiência ambígua dos foliões, a qual estava imbricada entre liberdade e controle, devido à censura imposta na sociedade.

As narrativas memoriais que os foliões elaboraram sobre os carnavais sanfelixtas permitiram compreender subjetividades e aspectos simbólicos ritualizados e reiterados. Foi possível construir quadros de referências do cotidiano local com memórias que não são limitadas ao período festivo, mas que correspondem também a diversos movimentos culturais, econômicos e sociais, inclusive, ligados a outras cidades.

Dessa maneira, esses dados mostram uma São Félix presa à discriminação econômica e a preconceitos raciais, que, muitas vezes, aconteciam explicitamente, assim como visto nos relatos jornalísticos e nas narrativas dos brincantes. Porém, evidencia-se, ainda, uma cidade de um povo que soube encontrar estratégias de afirmação identitária, utilizando-se de diversos elementos para recriar eventos e reorganizar espaços festivos populares.

Também se percebe que perpassa em todas as narrativas, lugares que evocam memórias, seja no sentido material, funcional ou simbólico. Entre esses lugares, destacam-se elementos ritualizados como fantasias, ternos, concurso de rainha e cordões. Além da charanga, do lança-perfume, do confete, da serpentina, das máscaras e dos espaços festivos. Ou seja, as narrativas revelam que as memórias dos foliões se cruzam entre diferentes eventos e práticas cotidianas, em que os sujeitos sanfelixtas buscam laços de afirmação e de reconhecimento.

## Referências

A HORA do rei momo. **Correio de São Félix**, São Félix, ano XXV, n. 1.272, 20 fev. 1960. p. 4.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. Trad. Méri Frotscher. **Revista História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-128, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagens som: manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BERGER, C. Potencialidades das narrativas históricas e jornalística. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; MIRANDA, Marcela (Orgs.). **Narrativas do jornalismo & narrativas da história**. Porto, Portugal: Mediaxxi Formalpress, 2014. p. 17-31.

CARNAVAL EM SÃO FÉLIX. Alegria popular – os blocos – O concurso dos blocos – A avenida – A animação dos folguedos – Várias notas. **Jornal A Vanguarda**, São Félix, ano 2, n. 27, 1 mar. 1925.

CARNAVAL “TA” chegando. **Jornal Correio de São Félix**, São Félix, ano XIX, n. 917, 7 fev. 1953. p. 5.

FLORESTA COM TRES grandes bailes. **Correio de São Félix**, São Félix, ano 43, n. 2.193, 15 fev. 1974. p. 2.

FLORESTA FUTEBOL Clube. **Correio de São Félix**, São Félix, ano XXXVI, n. 1.668, 15 fev. 1968. p. 3.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **São Félix**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felix/panorama>. Acesso em: 27 maio 2024.

LE MOS, A. de. Na associação Atlética. **Correio de São Félix**, São Félix, ano XVII, n. 815, 10 fev. 1951. p. 1.

MADUELL, I. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 4, n. 1, p. 31-39, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4007/2352>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MIGUEZ, P. C. **Carnaval baiano: as tramas da alegria e a teia de negócios**. 2006. 235f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://academiadosamba.com.br/monografias/paulomiguez.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

MORAES, A. L. C. A análise cultural: um método de procedimentos em pesquisas. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação, v. 4, n. 7, p. 28-36, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/12490> Acesso em: 15 maio 2022.

MUYLAERT, C. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm USP**, v. 48, n. 2, p. 193-199, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyX-VhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 12, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 7 nov. 2021.

PERAZZO, P. F. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS, v. 16, n. 30, p. 121-131, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol16n30.2754>. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/2754](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2754). Acesso em: 11 out. 2022.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 1-16, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 16 nov. 2020.

RÊGO, A. R. Jornalismo: temporalidades, ética e memória. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha e MIRANDA, Marcela (Orgs.). **Narrativas do jornalismo & narrativas da história**. Porto, Portugal: Mediaxxi Formalpress, 2014. p. 33-55.

SEBE, J. C. **Carnaval**, Carnavais. São Paulo: Ática, 1986.

SOMENTE a chuva estragou o brilhantismo do carnaval. Os clubes, a prefeitura admirável homenagens ao rei Momo. **Jornal Correio de São Félix**, São Félix, ano XXIII, n. 1.127, 9 mar. 1957. p. 2.

TALLES E. L. História oral: Entre teoria e prática. Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 1, ano 1, p. 160-164, out. 2007.

WILLIAMS, R. Teoria cultural. In: WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em: 15 ago. 2024  
Aprovado em: 05 out. 2024

## FUTEBOL FEMININO, MEMÓRIA E ATIVISMO LOCAL: RE(DES)TERRITORIALIZANDO COBERTURAS MIDIÁTICAS DE ESPORTE EM CACHOEIRA/BA COMO FORMA DE (RE)EXISTÊNCIA

### WOMEN'S FOOTBALL, MEMORY AND LOCAL ACTIVISM: REARTICULATING MEDIA COVERAGE OF SPORT IN CACHOEIRA/BA AS A FORM OF RESISTANCE

Fellipe Moreira <sup>1</sup>  
Itania Gomes <sup>2</sup>

#### Resumo

O artigo busca refletir sobre a desarticulação de coberturas hegemônicas, masculinas e centrais de futebol em Cachoeira/BA – considerando sua temática e também as condições sobre quem (e como) produz e conduz. Busca ressignificar a ideia de esporte e jornalismo esportivo na cidade com base na transmissão de torneios que não são considerados relevantes historicamente, como os femininos e de zonas rurais. A mídia é considerada como um vetor de contribuição com o ativismo para desconstrução do previamente dado – em um movimento entendido por Haesbaert (2021) como desterritorialização. Essa luta aparece como força de registro para (re)construção de memória documentada do esporte feminino na cidade agindo, em alguma escala, como potência de transformação.

#### Palavras-chave

mídia; território; futebol feminino; ativismo; desterritorialização.

#### Abstract

The article discusses how it is possible to dismantle hegemonic, masculine and central coverage of football in Cachoeira/BA – as a theme and also as who (and how) produces and conducts it. As well as giving new meaning to the idea of sport and sports journalism in the city by broadcasting tournaments that are not considered historically relevant, such as women's tournaments and tournaments in rural areas. Perceiving the media as a vector of contribution to activism to deconstruct what was previously given - in a movement understood by Haesbaert (2021) of deterritorialization, this struggle appears as a force of record for (re)construction of documented memory of women's sport in the city acting, on some scale as a power of transformation.

#### Keywords

media; territory; women's football; activism; deterritorialize.

1 Mestrando em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), moreirafelli-pern@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-6812-7030>, <https://lattes.cnpq.br/0637658035031933>.

2 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), itania@ufba.br, <https://orcid.org/0000-0001-8876-7318>, <http://lattes.cnpq.br/1249313747086140>.

## Introdução

É rotineiro, nos estudos sobre futebol, abordagens sobre aspectos que envolvem regras e situações técnicas pontuais sobre a modalidade. Quando relacionados à comunicação, geralmente a mídia aparece sendo analisada, também de forma técnica coberturas, falas, jargões, estilos, números, profissionais, condutas, audiências, performances, etc. O corriqueiro, o dado, o comum, o confortável, o hegemônico. Sem conflitos, sem tensão. O que engaja a realização deste artigo é o movimento contrário, de instabilizar o que está articulado nas relações de poder, num processo metodológico associado à contextualização radical, segundo Lawrence Grossberg (2010). Não desassociar os preconceitos e as hostilidades que envolvem o futebol e suas violências em várias escalas. Não o ato esportivo, mas a cultura criada e reproduzida em volta dele; e que a mídia, historicamente, reproduziu e reproduz de alguns modos.

No Brasil, mulheres passaram quatro décadas sem poderem jogar futebol por causa do decreto de Getúlio Vargas, em abril de 1941, que dizia não ser da natureza delas esse tipo de atividade. O que é violento por si só em muitas camadas, mas, não era o único problema. E por mais que existam pessoas que não pratiquem, não significa que os problemas não existem, apesar das exceções.

A garantia da lei, do estado, do governo, dos decretos, significa mesmo uma garantia? Para além da teoria, do papel, do carimbo da política pública assinada pelo Poder Executivo. O mínimo da obtenção de algo que deveria ser um direito natural anula todas as outras camadas de preconceitos, deslegitimações e problemas enfrentados? Em relação a quem torce, a quem cobre jornalisticamente, a quem realiza o trabalho de arbitragem, a quem joga, a quem trabalha. Isso perpassa a falta de oportunidade de trabalho, assédios em inúmeras escalas, deslegitimações, insultos, abordagens desrespeitosas, desmotivação, traumas, pressão estética, condições psicológicas e afins. Que vem de todo lado.

A desigualdade de gênero é latente no esporte, mas aparece em diversas outras áreas da sociedade. Essa invisibilização causada pela falta de equidade tem sido abordada cada vez mais nas pesquisas de diversos campos do saber, sobretudo de comunicação e mídias. O Coletivo Marta é um exemplo de grupo que se debruça sobre estudos comunicacionais e de culturas esportivas. Uma das pesquisas culminou num observatório de desigualdade de gênero no esporte. Apesar dos avanços nos últimos anos com promoção de algumas políticas de realização de campeonatos e transmissões, é notório que o problema é estrutural e se desenvolve em muitas camadas.

O levantamento desse observatório gerou alguns dados que demonstram algumas escalas de desigualdades a partir de algumas situações no mundo esportivo. Foi identificado que, apenas em 2020, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) veio a distribuir o pagamento igualitário de diárias e premiações entre homens e mulheres da seleção de futebol. Somente em 2019, Pia Sundhage foi a segunda mulher a treinar a seleção. A pesquisa constatou, também, após um levantamento de 2021 da Gênero e Número, que apenas 2,7% dos gestores de clubes de futebol no Brasil são mulheres.

Apenas 5 dos 25 principais clubes do país têm mulheres em cargos de gestão. De 255 gestores, apenas 7 são mulheres. A própria CBF, criada em 1979, nunca teve uma mulher à frente da entidade e não tinha até 2020 um departamento exclusivo para o desenvolvimento do futebol feminino. Suas 24 diretorias sempre foram ocupadas por homens (Oliveira; Pereira, 2021, p. 4).

O observatório ainda pontua que essas questões vão bem mais além do que o futebol profissional. Perpassam por todas as modalidades, sobretudo pelos acessos, desde à época da escola, passando pela adolescência e vida adulta. Assim como os outros meios que envolvem a própria prática em si, como as transmissões, historicamente ocupadas por homens, apesar de uma breve e recente inserção feminina nos microfones – mas raramente com o poder da caneta.

Assim como a própria mídia, canais de televisão, jornais impressos, sites de notícia, rádio e afins, que noticiam os acontecimentos relacionados ao esporte feminino. Em muitos casos, de forma sexualizada. Geralmente assinada, produzida e publicada por homens. Ou com uma participação massiva masculina opinando e respondendo questões sobre o futebol feminino. Sem contar as outras violências explícitas que ocorrem e são potencializadas nos campos, estádios e outras praças esportivas – mas não só lá.

Esse Relatório corrobora que os casos de assédio e misoginia não são fatos isolados no mundo do esporte profissional [...] Constatamos que muitas das ocorrências são reflexos de uma sociedade que ainda se encontra estruturada nos modelos patriarcais e machistas, onde homens fizeram declarações, comentários e/ou “brincadeiras” que não tinham a “intenção” de ferir, mas que são falas misóginas e que perpetuam os estereótipos negativos relacionados às mulheres. (Oliveira; Pereira, 2021, p. 82).

O observatório de desigualdades conseguiu identificar canais alternativos como uma potência de transformação, a exemplo do *Dibradoras*, produzidos e assinados por mulheres. Outro exemplo é o grupo As damas do esporte. A partir desse gancho, ainda pensando em pesquisas do Coletivo Marta, desta feita, para o editorial online da categoria “Mulher e Esporte”<sup>3</sup>, tem uma discussão que perpassa a necessidade de reinvenção do jornalismo esportivo escrita por Paola Laredo (2020). O que dialoga fortemente com a proposta da discussão que feita neste artigo, com um recorte mais local de uma cidade do interior da Bahia.

É levantada a ideia de que o jornalismo praticado considerado “hegemônico” possui um sistema de comportamentos extremamente técnicos e táticos. Sem considerar as questões envolvendo o futebol – não como contexto de regras – mas todo entorno, pensando na mídia, em quem joga, em quem assiste e em toda massa que se afeiçoa pelo esporte de diversas maneiras.

3 Disponível em: <https://revistamarta.com/2020/06/20/editorial-1/>.

Quando nos deparamos com racismo, sexismo, violência, corrupção ou qualquer outro tema mais amplo, podemos notar claramente a dificuldade que o jornalismo esportivo encontra ao tentar lidar com esses assuntos. Falta uma discussão crítica e social de um cenário mais amplo que envolve o esporte em relação à sociedade e ao ambiente em que ele está inserido. Afinal de contas, o esporte não é uma bolha isolada de tudo – por mais que muitas vezes seja, sim, tratado dessa maneira. Falta também ouvir fontes diferentes das que tradicionalmente são ouvidas, que acrescentem diferentes perspectivas e pontos de vista ao debate (Laredo, 2020).

Pensar contexto, neste caso, é olhá-lo como relações interpessoais na ótica das relacionalidades. Grossberg (2010, p. 30) entende como “conjuntos e trajetórias de relações pessoais que estabelecem sua exterioridade a si mesmo”. O corpo feminino, historicamente, não está relacionado com a ocupação de alguns espaços ditos como masculinos. Mariana Cardoso Pena (2022) alavanca o debate sobre a experiência feminina nos espaços tidos como “consagrados” para homens:

Atrelados ao biológico naturalizado, corpos femininos foram marcados, aprisionados pelo sexo e pela sexualidade, e excluídos de atividades consideradas masculinas. Isso acarretou uma desigualdade que impede que meninas concretizem certas experiências e explorem todo o seu potencial (Pena, 2022, p. 61).

Refletir sobre esse potencial também está anexado com a ideia da ocupação dos mais diversos âmbitos da área: tanto de ser jogadora, ou possivelmente uma repórter, uma escritora e coisas afins. Mariana Cardoso Pena (2022) classifica a trajetória das mulheres no esporte como “repleta de histórias de proibições e empecilhos” (p. 61). Porque, junto à uma concepção oriunda de uma construção extremamente misógina e sexista, o “potencial” visto nas mulheres na relação com o esporte é de: a beleza para satisfazer. Entendida como “adereço”, por Pena.

Nessa conjuntura, a mulher foi (e continua sendo) tratada como um “adereço” no universo do futebol brasileiro: para embelezar o espaço, acompanhar ou para satisfazer os olhares dos homens frequentadores. E, os mecanismos midiáticos reforçam, sob leis de reprodução sexistas, esse cenário de violência simbólica contra o gênero. É como se, a elas pudesse caber apenas a estranheza, à exceção de um corpo fora do lugar em um ambiente exclusivamente masculino (Pena, 2021, p. 73).

Pensando contexto a partir do território geográfico em que este artigo se debruça, em Cachoeira, Bahia, o futebol feminino em sua prática e cobertura jornalística não foge dessa estrutura. Com uma análise de conjuntura, apontada por Grossberg (2010, p. 40) como uma “escolha política baseada na luta política e possibilidades que são melhor abordadas em um determinado nível de análise”, nota-se, primeiramente, que apenas em 13 de março de 2021 veio a ser criado um time de futebol feminino com o nome

de Cachoeira: CFC (Cachoeira Futebol Clube). Talvez, com fins de politicagem, visto o abandono do time pelo Poder Executivo que forneceu o uniforme e nada mais. O time (sobre)vive de rifas e contribuições de populares. Mas, ainda assim, apenas em 2021.

Se já ocorrem obstáculos pré-definidos (machismo, misoginia e outras violências de gênero, raça e sexualidade) só pela existência do time, sem o trabalho de emissão através de um meio aos receptores, no caso, a população cachoeirana, fica ainda mais difícil ter visibilidade. Os jogos do time citado, por exemplo, aconteciam aos domingos às 8h da manhã. A divulgação se limitava à “boca a boca” nas esquinas e ruas da cidade, à família e a postagens em algumas redes sociais.

Em relação à mídia local, por se tratar de uma cidade no interior com pouco mais de 30 mil habitantes, existem especificidades que se debruçam bastante com as vivências comunitárias. No futebol, duas emissoras sediadas na cidade fazem o trabalho de cobertura: A Rádio e TV *Web Olha a Pititinga* e a Rádio *A Voz do Cucuí*<sup>4</sup>. Ambas sempre voltaram seus trabalhos de transmissão dos jogos de futebol – e dos debates nos programas esportivos – para a seleção masculina da cidade e também para o torneio local que acontece anualmente no estádio municipal.

Entretanto, a partir de 2018, houve um engajamento do *Olha a Pititinga* para transmitir torneios de times de zona rural, torneios de bairro e campeonatos femininos. Torneios e modalidades estas que, no histórico da cidade, dificilmente eram pautados e colocados em foco. O que, conseqüentemente, teria o potencial de gerar ainda mais identificação no sentido comunitário.

Diferentemente de rádios comerciais, essas emissoras oferecem seu espaço para exposição de dilemas da comunidade, com o enfoque no dia a dia da população da sede, zona rural e distritos de Cachoeira. Oportunizando, ainda, que jovens pudessem ter experiência na comunicação, como no projeto “Comunicadores Mirins”, que oferece espaço de aprendizado e atuação, também na área esportiva de onde saíram, por exemplo, Jéssica Soares e Naiane Santos, mulheres cachoeiranas que já atuaram em transmissões esportivas – e são novamente citadas um pouco mais à frente.

São locutores de Cachoeira, transmitindo eventos da cidade, com personagens locais para pessoas das localidades. E se isso é expandido, para bairros, zonas rurais, homens, mulheres e não apenas algo central como a seleção do município, o vínculo só é fortalecido. No caso dos torneios femininos, abre-se uma reflexão maior quando se observa as disputas de poder, violências históricas, falta de equidade e outras questões desiguais que podem começar a ser desarticuladas com mais força com a presença da mídia, sobretudo local, em memórias, discursos e narrativas.

O Documentário<sup>5</sup> *Da Quadra ao estádio: o futebol feminino cachoeirano resiste*, da jornalista Júlia Maciel, denuncia que, nem sequer no arquivo público municipal existia algum tipo de documento relacionado à modalidade em seus 187 anos – contando a partir da emancipação política. Os times genuinamente femininos não existiam. Havia clubes fundados para homens jogarem que, por esforço popular das jogadoras e alguns

4 Para saber mais: <https://www.olhaapititinga.com.br/> – Rádio Web, fundada em 2014.

<https://www.solutudo.com.br/empresas/ba/cachoeira/ongs-e-entidades-sociais/associacao-de-radio-comunitaria-a-voz-do-cucui-12224065> – Rádio Comunitária, fundada em 2019.

5 Link do documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=zIEinX3aVY4>.

entusiastas, acabavam formando uma modalidade feminina para disputar alguns torneios “não oficiais” nas quadras de bairros e também no centro da cidade.

Para engatar o debate, é preciso compreender o que contexto e a análise de cultura significam para os estudos culturais. Segundo Itania Gomes (2011, p. 42-43), “sua crucial vinculação com a história visa descobrir as tendências do passado e identificar as leis que regem a mudança”. Entender os aspectos negligenciados do passado ajuda a valorizar os avanços produzidos ao longo dos anos, apesar de muitos entraves no caminho, e projetar futuros possíveis – de modos de vida na relação da mulher com o esporte em múltiplas camadas.

Em diálogo com Raymond Williams (1979), Itania Gomes (2011, p. 44) ainda afirma que quem analisa um fenômeno precisa observar as temporalidades sociais e “estar atento a certo senso de movimento, de processo histórico, de conexões com o futuro e o passado, de articulações complexas entre esses elementos dominantes e os residuais e emergentes”, que, segundo Williams (1979, p. 126), o residual aparece como “algo formado no passado e ativo no processo cultural efetivo do presente”.

Nesse caso, uma cultura machista reproduzindo diversos tipos de violências. E, por emergente, o entendimento de “novos significados e valores, novas práticas, novas relações sendo continuamente criados”. Essa definição de emergente dialoga com a potência de mudança do avanço nas discussões que não anulam as raízes do problema, mas que oferecem novas possibilidades de combate dentro do que é possível no tempo e no espaço.

A criação do campeonato e, conseqüentemente, o engajamento da mídia local para transmiti-lo aparece como uma luta emergente. O que também desterritorializa, de alguns modos, a forma de pensar esporte e jornalismo esportivo em Cachoeira, em que a mídia e o que é noticiado participam da produção de contextos.

## **Mulheres e estádio: ‘Re(des)territorializando’ o espaço do (não) vivido**

O movimento de desterritorializar o esporte e as coberturas de jornalismo esportivo na cidade dialoga com os pensamentos de Haesbaert (2021). Mas, antes, acionamos a noção de territorialidade com base em Rogério Haesbaert (2014). Para o autor, se o território se configura uma noção instável e que envolve as relações de poder no e pelo espaço, a territorialidade diz respeito aos modos como nos engajamos conforme os territórios.

Para os objetivos deste artigo, trata-se marcadamente de refletir acerca da política cultural sobre os territórios. Para Haesbaert (2014, p. 64), o território tem um sentido material e simbólico, com ênfase nas relações de poder no espaço. Já a territorialidade “é também uma dimensão imaterial [...] enquanto imagem ou símbolo de um território, [...], e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural”. Ou seja, a territorialidade se relaciona aos discursos, construções e disputas sobre os territórios – informando afetos, relações de poder e imaginários acerca dos territórios. Nesse sentido, a princípio, engaja-se para desarticular a ideia de território apenas como geográ-

fico (cidade, estado, país), a fim de observar como espaço do vivido, das relações, dos afetos, das lutas, das resistências, dos engajamentos.

Assim, articulamos os afetos às territorialidades, tomadas enquanto engajamento afetivo sobre territórios. Para Grossberg (2010, p. 194), o “afeto está sempre organizado por dispositivos discursivos e culturais, que por sua vez são lugares/agentes da produção do real e da luta em torno dele, na forma de hábitos e costumes”. Ou seja, os afetos evidenciam os nossos modos de estar no mundo, reaproximando os afetos da política e das relações com o poder. À medida que atravessam relações de poder, sentidos e valores, sendo parte da disputa de hegemonia, e podem ser mobilizados em diferentes agendas, os afetos “são lugares de trabalho e luta (não unilaterais) para mover a sociedade – nas disposições e partilhas afetivas – em suas possíveis direções” (Farias; Gomes, 2021).

Arturo Escobar (2015) aponta a defesa da vida como essencial ao se debruçar nas discussões sobre dinâmicas territoriais, que pode vir por movimentos sociais que são enfatizados na relação com a dimensão da vida ou dimensão ontológica. Esse debate de ocupação das mulheres na relação com o município de Cachoeira, tanto no aspecto da prática do futebol, quanto no diálogo com as dinâmicas e estratégias comunicacionais, pensando no debate proposta por Escobar (2015, p. 3), aparece com o vetor de ocupação “de um mundo, que procura transformar os muitos mundos existentes num só”. Um “pluriverso”, que adentra no mundo individual-coletivo e também de mercado. São múltiplos mundos – de vida.

Nessas ontologias, os territórios são espaços-tempos vitais de toda comunidade de homens e mulheres; entretanto, não é apenas isso, mas também o espaço-tempo de inter-relação com o mundo natural que circunda e é parte constitutiva dele. Ou seja, a inter-relação gera cenários de sinergia e de complementaridade, tanto para que o mundo dos homens e mulheres como para a reprodução do resto dos outros mundos que circundam o mundo humano (Escobar, 2015, p.6).

O primeiro campeonato cachoeirano de futebol feminino oficial disputado no “Estádio 25 de Junho” foi em 2022 – em 2021 houve um torneio inicial, mas não chegou a ser um campeonato. Antes, jamais aconteceu uma competição na principal praça esportiva da cidade. O território do estádio não foi vivenciado nem pelas jogadoras que só tiveram acesso tardiamente, como pelas desportistas engajadas nas transmissões esportivas. O “25 de Junho” foi, por muito tempo o espaço do (não) vivido. E, se vivido, apenas numa perspectiva de “sobras”, do tempo que acabava restando dos homens que detinham o poder do uso do campo e elas faziam seus “babas” ou “peladas” (jogos amadores). Mesmo se pensarmos no estádio como espaço vivido por algumas torcedoras, ainda assim, vivido sofrendo retaliações e algumas violências.

A jornalista Cristiana Menezes foi a primeira mulher em Cachoeira a cobrir uma partida de futebol no rádio, em 2017, pela Rádio Web *Olha a Pititinga*, mas da modalidade masculina. Depois dela, profissionais como Jéssica Soares e Naiane Santos participaram das jornadas esportivas como plantonistas, repórteres e comentaristas.

Observando historicamente, e expandindo brevemente a discussão para o território nacional, através do mapeamento de Raphaela Xavier Ferro (2021), notamos que a presença feminina na mídia nem sequer era cogitada para o esporte. Em 1970, houve o primeiro grande marco: transmissões inteiramente femininas pela *Rádio Mulher*. Entretanto, devido ao preconceito que era bem mais evidente naquela época, muitas mulheres sentiram-se desmotivadas a continuar. A emissora começou a inserir homens para fazer as transmissões. Segundo Ferro (2021, p. 7), “depois dessa primeira incursão feminina nas transmissões radiofônicas, houve atividades isoladas e esporádicas”.

Ainda com as informações coletadas por Ferro (2021), muitos anos depois, em 2014, Renata Silveira foi pioneira na narração de futebol no rádio em Copas do Mundo depois de vencer um concurso da Rádio Globo do Rio de Janeiro. Dois anos depois, Clairene Giacobe começou sua carreira de narração esportiva na Rádio Estação Web. Em 2017, Isabelly Moraes se destacou no cenário nacional por ser a primeira mulher a narrar futebol em um veículo mineiro – *Rádio Inconfidência*.

Em 2018, Letícia Beppler estreou pela Rádio *Melhor FM*. No mesmo ano, Elaine Trevisan, que fez sua primeira narração pela *Web Rádio Poliesportiva*. Valéria Possamai também surgiu no ramo, fazendo narração de futebol pela *Rádio Grenal*. Duda Gonçalves pela *Rádio Inconfidência* e Luciana Zogaib pela *Rádio RPC* foram outros nomes que vieram em sequência. A Luciana teve destaque também por ser a primeira mulher a narrar uma final de Copa Libertadores, naquela ocasião, entre Flamengo e River Plate pela *Rádio Ferj*.

Apesar da ausência – ou pouca presença – de mulheres na cobertura que também é um ponto a ser contextualizado, o fato de haver transmissões de jogos de futebol femininos, dado também os avanços tecnológicos que permitem a visualização das imagens do jogo e não somente o áudio, aparece como um movimento de desarticulação do que já está dado, assim como o crescimento gradativo no número de profissionais comparado a outras décadas.

Haesbaert (2021) debate esse movimento como múltiplo, oferecendo possibilidades:

Por isso desdobramos o debate entre multiterritorialidade e desterritorialização – pois muitas vezes aquilo que era visto como destruição de territórios se referia, na verdade, à sua “multiplicação”. De algum modo, embora muito mais intensificada hoje, sempre teríamos vivido numa dinâmica entre múltiplos territórios (Haesbaert, 2021, p. 272).

Esses múltiplos territórios conversam com a ideia de pluriverso e de uma política ontológica dos corpos do Arturo Escobar (2015), pois ele propõe a criação, o fortalecimento e as buscas de possibilidades de ser por alguns mundos contra um mundo hegemônico. É fazer, ao mesmo tempo, um movimento de promoção da modalidade que não é tão consumida, fazendo com que se crie hábito de estar pautado nos noticiários locais, o que antes, nem era cogitado.

Fazendo do “25 de Junho” e qualquer outro estádio esportivo um espaço do vivido para quem quiser viver e não somente para homens, sobre homens e por ho-

mens. Isso sem ignorar o fato de que, para desterritorializar, é preciso reterritorializar – de onde vem também o ousado termo ‘Re(des)territorializar’ adaptado de junções de palavras do conceito de Haesbaert, colocado no título desta produção. Como se fosse, para ele, um tipo de “desmaterialização” ou “compreensão do espaço-tempo”.

Haesbaert (2021, p. 274-275) marca o resgate da concepção desse pensamento através de uma “linha de fuga”, saída, ou “debilitamento territorial” de todo processo “inerente e social”. Compreender as relacionais demarcadas também conforme a compreensão do espaço e o tempo como modo de vida. Fazer isso é romper o que já está estabelecido e abrir potências de novas possibilidades.

Pensar no respeito, sem reproduções de atitudes e falas misóginas e colocar no costume da população, assim como na modalidade masculina, a possibilidade de acompanhar as mulheres – caso seja do interesse do expectador. Mas, para haver interesse, é preciso que haja possibilidade de escolha. Interesse pessoal, não no sentido de um interesse vindo da construção social machista que coloca a mulher como não pertencente de esporte. É um processo de marcação com engajamentos afetivos que proporcionam (re)existências.

De qualquer forma, é fundamental ressaltar que a noção de desterritorialização está intimamente associada à ideia de limite, de delimitação, pelo simples fato de que quando os limites do território são colocados em questão é que a desterritorialização se torna mais evidente (Haesbaert, 2021, p. 277).

Limites esses do nós versus elas. Elas lá, nós aqui. Elas na cozinha, nós no estádio. Elas são frágeis, nós somos viris. Elas não sabem o que é bola, nós entendemos de tudo. Nós podemos, elas não. São fechamentos de fronteiras – o preconceito estrutural. E o movimento do surgimento do campeonato e das transmissões, dados seus devidos problemas também estruturais, abrem fronteiras e limites como expansão de territórios: vistos, falados, transmitidos, vivenciados, compartilhados, projetados.

Nessa perspectiva, entra, ainda, o aspecto comunitário como forma de vida citado por Haesbaert (2021) em uma ótica que ressalta o corpo como território. De suas vivências e resistências. Do que é íntimo, do que é luta, do que é afeto, do que afeta e como afeta. Na ótica dele em diálogo com Cruz Hernandez (2017) do corpo feminino e de outros grupos considerados dissidentes. Segundo Haesbaert (2021, p. 175 citando Cruz Hernandez, 2017, p. 43), “revela a concretude de inúmeras outras escalas de opressões e resistência”. São corpos territórios em luta, por território (sendo espaço e sendo modo de vida também).

## Em busca de um local: Registro e construção de memória

O documentário de Júlia Maciel (2023) também traz a fala de uma das jogadoras do CFC Cachoeira, Crislane Mascarenhas, destacando que, mesmo sendo jogadora do time que representa a cidade, nunca ficou sabendo da existência de outras jogadoras

antes da sua geração. Que não imaginava que mulheres que ela conhece e até tem relação amistosa jogaram futebol no passado.

A construção de um documentário sobre a temática, a transmissão dos jogos de futebol, os debates nas mesas redondas de programas esportivos e outras movimentações – dentro e fora da comunicação – ainda serve como potência de registro e construção da memória. O pensamento de Grossberg (2010) pode ilustrar esse processo como uma reorganização das forças nos meios por reunir “heterogeneidades” pela expressão de um ritmo entre os elementos.

Colocar o que geralmente não é posto em pauta. O que é diferente, o que não é corriqueiro. O que faz a abertura para outros territórios e meios – articulando interior e exterior – para abrir fronteira, conseqüentemente como lugar de encontro. É como se fosse sendo desconstruída a lógica estabelecida de fronteiras. Do que foi dito antes como nós versus elas. As práticas e relações, a partir desse movimento, vão sendo tensionadas, bagunçadas. Vai se provocando conflito(s)... Torcer os contextos também pode ser entendido como “contextualizar radicalmente”. Re(torcer) e torcer novamente. Segundo Grossberg (2010, p. 21), “é a prática ou trabalho transformador de fazer, desfazer e refazer relações e contextos, de estabelecer novas relações a partir de velhas relações ou não relações, de traçar linhas e mapear conexões”.

As coberturas da Rádio Web *A Voz do Cucuí* não ficam registradas em nenhum espaço audiovisual de nenhuma plataforma digital na internet. Já as da Rádio Web *Olha a Pititinga* têm vídeos salvos no canal do *YouTube*<sup>6</sup>. Notou-se que o maior destaque para as transmissões que permanecem do canal mesmo depois do jogo ter acabado são as das finais dos torneios – em 2023, semifinal também –, mas a emissora já fez jogos de outras fases e rodadas. Foi possível encontrar o último jogo do Campeonato Feminino de Cachoeira de 2022 (Revelação de Santo Amaro vs Independente de Cruz das Almas); 2023 (Unidas pela Bola vs Independente de Cruz das Almas); e 2024 (CFC Cachoeira vs Revelação de Santo Amaro).

Outro torneio encontrado foi o Campeonato Baiano Feminino de Futebol 2023. Este, a nível estadual. A partir da parceria entre o time do Leônico com a Liga Cachoeirana de Desportos (LCD), houve uma fusão e algumas jogadoras de Cachoeira foram convocadas para atuar no certame. Foram encontradas transmissões dos jogos: Leônico Cachoeira vs Atlético de Alagoinhas; Leônico Cachoeira vs Astro; e Leônico Cachoeira vs Bahia – este, sendo a primeira vez que o Esporte Clube Bahia dessa modalidade jogou em terras cachoeiranas.

São jogos narrados de forma radiofônica (ritmo, entonação, linguagem, além das vinhetas e trilhas sonoras do rádio) porque a transmissão também é feita via exclusivamente por ondas sonoras, mas detém do poder da imagem dos lances dos jogos. Normalmente feitas por um narrador, repórter e um plantonista técnico. Em alguns casos, com a presença de comentarista.

Não foi possível dimensionar a audiência do público que acompanhou os jogos especificamente pelo rádio – incluindo o site com um player para a rádio, e no aplicativo/

6 Disponível em: <https://youtube.com/@olhaapititinga1603?si=MPYevbDO7y4X1Xzh>.

site “*Rádios Net*”<sup>7</sup>. Mas, somando os jogos salvos no *YouTube*, foram contabilizados 7.729 acessos nas partidas.

Todas as transmissões foram feitas exclusivamente por homens. O que é um ponto a se refletir sobre a ocupação das mulheres também nesses espaços, por mais que a pauta da cobertura seja o futebol feminino. Ainda assim, dada a história de que, apenas em 2021, foi criado um time na cidade e somente depois houve a disputa de um campeonato oficial, os principais eventos relacionados a mulheres e futebol nos últimos anos foram transmitidos. De algum modo, começa a se criar conexões entre o público e as possibilidades de se acompanhar algo diferente do masculino, embora hajam camadas de violências que vão além de disponibilizar um *link* de acesso a uma partida.

Algumas dessas conexões podem ser mapeadas, como a relação da sociedade cachoeirana com o consumo de esportes, com a presença de um recente time feminino com o nome da cidade, da apresentação dessas atletas para o público, da conexão com a história que pode ser construída a partir de agora, da rearticulação do modo de enxergar futebol na cidade e de pensar no que é transmitido pela mídia local. De conhecer atletas, de saber o que está ocorrendo. Para haver visibilidade, é preciso propagar. E a mídia tem um importante papel nisso, embora não a única.

O apelo a certas lógicas ou processos que parecem de alguma forma escapar do contexto não é necessariamente um afastamento do contextualismo radical, mas uma demanda por uma análise mais aprofundada da complexidade do contexto tanto em termos de escala espacial quanto de duração temporal, ampliando a possibilidade que a análise de um contexto (como uma conjuntura, como veremos) se abre para uma multiplicidade de contextos sobrepostos, de contextos operando em diferentes escalas e do que poderíamos chamar de contextos embutidos. (Grossberg, 2010, p. 28).

As relações espaço-temporais podem ser debatidas com base em memórias, narrativas (ou narração, no caso, de futebol), pensando o vínculo comunitário da rádio local como uma espécie de ativismo midiático de transmitir a luta em busca de um “lugar” como forma de resistência, aqui, relacionada a desigualdades de gênero e raça no futebol. Lugar este, negligenciado, sabotado e negado em alguma escala historicamente.

Em 28 de abril de 2024, o CFC Cachoeira conseguiu seu primeiro título na competição em sua curta história ao vencer o Revelação de Santo Amaro pelo placar de 3x1. A jogadora Jéssica Oliveira foi autora do último gol da partida. Criticada, xingada, vaiada e desacreditada por torcedores e pessoas na rua. Não romantizando a superação, mas percebendo – ao analisar contexto e relações que envolvem os territórios e vivências – que aquele gol não foi só para dar números finais a partida.

Tecnicamente falando, foi um gol de placa por ela ter disparado do campo defensivo, driblado as jogadoras de defesa – incluindo a goleira – e marcando o gol. O que mostrou qualidade. O que pode gerar oportunidades futuras de expansão na carreira com um gol antológico e histórico. Que foi registrado pela transmissão. Posteriormente,

7 Disponível em: <https://www.radios.com.br/aovivo/radio-web-olha-a-pitinga/69327>.

compartilhado nas redes sociais. Que foi narrado, filmado, comentado. Ele garantiu o título, mas também foi um gol de protesto: contra o descaso, a falta de apoio, a falta de credibilidade, de dinheiro, de visibilidade, além de diversas outras camadas de violências.

Seu corpo estava no território do não vivido por décadas. E seu corpo também foi território. Por isso, diante de uma conjuntura extremamente violenta em muitos aspectos, que não vai deixar de reproduzir violências só por causa desse gol, mas, ao mesmo tempo, enxergando como um marco. Um gol que, pela regra, valeu um ponto no placar, mas que arrancou sorrisos e choros nas arquibancadas pela torcida que se fazia presente. Pelas torcedoras de outras gerações que nunca puderam ocupar aquele espaço e, hoje, estão vendo outras fazendo isso. Pelas crianças que pulavam e apontavam para as jogadoras se imaginando lá no futuro. Pelos presentes que as jogadoras receberam de quem estava assistindo a partida. Mesmo entendendo que não está tudo bem, que os desafios não foram sanados, mas antes nem sequer havia nada.

Essa reflexão ainda dialoga com as lógicas de contextualização descritas por Grossberg (2010). A primeira seria a do meio (localização). Ela, assim como as outras, pode ser pensada em múltiplas camadas, que pode ser a cidade, a região, mas, sobretudo, o espaço vivenciado no esporte, as relações que circundam os contextos.

Outra maneira é a de território (lugar) que marca as ocupações, os pertencimentos, movimentações corporais de marcação de engajamentos, nesse caso, o engajamento de quem joga, de quem luta, de quem jornalisticamente também coloca seus afetos para afetar. Ele ainda aponta a lógica ontológica, que descreve as formas de existência e as maneiras de estar no espaço-tempo, dentro desse contexto de relações pessoais, as aparições e os movimentos na conexão com o esporte e com a mídia cachoeirana.

Esse exemplo ilustra a materialidade da tese de como a mídia pode afetar a configuração das vivências dessas jogadoras, de suas famílias, conhecidos, amigos e (des)conhecidos também. Para dar a ver, tornar visto, visualizado, compartilhado. Afeta a configuração da mídia, porque influencia nos processos comunicacionais, nas estratégias de transmissão, na desarticulação do hegemônico. Na diversidade de possibilidades quando se pensa em esporte.

A jornalista Bárbara Lima fez a cobertura fotográfica de forma independente da partida da final de 2024. É outro exemplo de engajamento para possibilitar registros e construção de memória para uma modalidade que, do pouco que foi praticada no passado, ficou presa apenas aos olhos das pessoas que estavam presentes.

As mídias independentes e as redes sociais aparecem como forte potência de documentação – o dá a ver. E essa movimentação de desterritorialização de pautas, seja de forma independente ou não, contribui com a evolução, mesmo que, em alguma pequena camada, na relação com grupos socialmente excluídos e invisibilizados, nesse caso, as mulheres cachoeiranas e o futebol. Quem imaginou no passado um álbum de fotografias sobre um título em um campeonato feminino em Cachoeira?

Figura 1 - Fotografias do título do Cachoeira Futebol Clube



Fonte: Bárbara Lima – Instagram: @barbaralimajpg

Se uma das atletas do time, Crislane, disse no documentário da jornalista Júlia Maciel que nem fazia ideia de como era o cenário do futebol feminino antes da sua geração, com essas movimentações, as coisas tendem a mudar de alguma forma. As futuras gerações crescerão com outro arcabouço, sobretudo audiovisual. Saberão quem foi Jéssica, assistir o gol que ela fez. Saberão do time fundado, de quem foram as atletas, capitã, etc. E com mais possibilidades, principalmente quando a mídia se faz presente, de denunciar o descaso, os preconceitos, a falta de zelo e outras problemáticas.

## Considerações finais

A construção da memória e dos registros na relação com a falta dela do passado, com base no conteúdo gerado para as novas gerações, é uma possibilidade de potência de transformação em uma determinada escala, que pode fazer com que, a forma de pensar esporte, de consumir, de transmitir e de praticar esporte em Cachoeira sejam ressignificadas aos poucos. Longe de uma perspectiva de que todos os problemas foram sanados, mas enxergando avanços.

A narração, a transmissão, a fotografia, a filmagem, a emissão e a participação da mídia como um todo tem um poder muito grande de registro. Pode oferecer possibilidades de alcance, de protestos, de falas, de vozes, de corpos. Se considerarmos as novas plataformas digitais e redes sociais como espaço de compartilhamento, re-compartilhamento, registro e eternização desses registros tornam-se maiores, levando em consideração, também, o caráter amador do futebol em Cachoeira, diferentemente de outras praças esportivas que têm o futebol como algo profissional.

Nota-se, mais ainda, a importância e a potência do engajamento afetivo da mídia comunitária com o esporte, à medida que a mídia também é uma representação do

torcedor pela proximidade entre as pessoas que normalmente se conhecem, vindas de uma cidade pequena em número de habitantes que compartilham, geralmente, gostos em comum. Sobretudo, pela questão da relação com o próprio time que tem o nome da cidade e que pode ser cada vez mais propagado em prol da criação de adeptos, de torcedores, de apoiadores, tanto no sentido de vibração, quanto que possam oferecer oportunidades de melhora.

De modo mais detalhado, essas modulações discursivas na mídia cachoeirana influencia nas vivências subjetivas; Coletivas: pensando, também, na luta dos engajamentos femininos na relação com o esporte nos espaços que são concretos: o Estádio 25 de Junho, outros campos de futebol, participação em torneios; Virtuais: na questão da audiência, recepção, visibilidade (principalmente no tocante às migrações e adaptações da mídia com as redes sociais e plataformas digitais); Simbólicas: no sentido de representatividade, inspiração, autoestima, afetos; Imaginárias: de perspectivas de futuro e, principalmente, de desarticulação do que está previamente dado em relação a presenças femininas no esporte – distantes de perspectivas de submissão, sexistas e misóginas.

## Referências

CRUZ, Hernández, D. T. (2017). **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, 12(1), 35-46.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio? **Desenvolvimento e Meio-Ambiente**, v. 35, dez. 2015, DOI: 10.5380/dma.v35i0.43541. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>. Versão em Português disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/territorios-de-diferenca-a-ontologia-politica-dos-direitos-ao-territorio/>. Acesso: 16 maio 2024.

FERRO, Raphaela Xavier de Oliveira. Narradoras em transmissões esportivas no Brasil: Mapeamento histórico da presença feminina na narração em veículos de rádio, televisão e internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Remoto. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-hj/raphaela-xavier-de-oliveira-ferro.pdf>. Acesso: 16 maio 2024.

GOMES, Itania. Raymond Williams e a hipótese cultural da Estrutura de Sentimento. In: GOMES, Itania Maria Mota; JANOTTI JR., Jeder (Orgs.). **Comunicação e Estudos Culturais**. Salvador: Edufba, 2011.

GOMES, Itania; JÁCOME, Phellipy; BERTOL, Rachel; MORETTIN, Eduardo. Figuras de historicidade como cartografia tátil: a questão da fronteira. In: HISTORICIDADES DOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS, 12., ago. 2022, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2022.

GROSSBERG, Lawrence. The Heart of Cultural Studies. In: GROSSBERG, Lawrence. **Cultural Studies in the Future Tense**. Durham; London: Duke University Press, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi) territorial/ de(s) colonial na “América Latina”. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia UFF, 2021.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. RJ: Bertrand, 2014.

LAREDO, Paola. O jornalismo esportivo precisa se reinventar. **Revista Marta**, 2020. Disponível em: <https://revistamarta.com/2020/06/20/editorial-1/>. Acesso em: 25 out. 2024.

MACIEL, Júlia. **Da quadra ao estádio:** o futebol feminino cachoeirano resiste. Cachoeira: UFRB, out. 2023. YouTube: @juliamaciel9279. Disponível em: <https://youtu.be/zIEin-X3aVY4?si=-0ym0guwVIFV6T-C>. Acesso em: 8 jun. 2024.

OLIVEIRA, GOMES, **Fluxos ativistas indígenas:: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil.** Revista Eco-Pós, 24(2), 277–308, 2021.

OLIVEIRA, Júlia; PEREIRA, Vivian. **Observatório das Desigualdades de Gênero no Esporte (ODGE).** 2021. Trabalho Prático (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PENA, Mariana Cardoso. **A experiência das mulheres nos espaços consagrados do “masculino”:** uma leitura socioterritorial dos estádios de futebol. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura** (Trad. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

Recebido em: 15 ago. 2024  
Aprovado em: 20 out. 2024

## ENTRE RETIRANTES E FLAGELADOS: PALAVRAS E SIGNIFICAÇÕES DOS SERTANEJOS MIGRANTES EM TESTEMUNHOS DA SECA DE 1877 NO CEARÁ

### BETWEEN RETIRANTES AND FLAGELADOS: WORDS AND MEANINGS OF MIGRANT SERTANEJOS IN TESTIMONIES OF THE 1877 DROUGHT IN CEARÁ

Daniel Macêdo <sup>1</sup>

#### Resumo

Com a demarcação da seca de 1877, as ondas migratórias à Fortaleza mobilizaram a nomeação de sujeitos tidos como “estranhos” tomando-os como *retirantes e flagelados*. Diferente de sinônimos, as palavras constituem-se como significações distintas que consideram condições de possibilidades das agências em meio a um dado espaço-tempo. Nessa direção, este artigo mobiliza, principalmente, textualizações de Rodolpho Teóphilo e de José do Patrocínio a fim de discutir as proposições de sentidos em que tais palavras se enredam como desígnios à presença do sertanejo em espaços urbanos; e, com isso, firmam-se como testemunhas das relações com a seca.

#### Palavras-chave

seca de 1877; retirante; sertanejo; flagelado; testemunho.

#### Abstract

With the demarcation of the drought of 1877, the waves of migrants to Fortaleza gave rise to the naming of subjects considered to be “strangers” by referring to them as *retirantes and flagellados*. Unlike synonyms, words are constituted as meanings that consider the conditions of possibility of agencies in the midst of a given space-time. With this in mind, this article mainly uses textualizations by Rodolpho Teóphilo and José do Patrocínio to discuss the propositions of meanings in which these words become entangled as designs for the presence of the sertanejo in urban spaces; and, with this, they establish themselves as witnesses to relations with the drought.

#### Keywords

drought of 1877; retreatant; sertanejo; flagellates; testimony.

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da CAPES e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. <http://lattes.cnpq.br/5305837096746775> <https://orcid.org/0000-0002-1415-7792>

## Introdução

As observações sobre a seca no território que hoje nomeia-se por Nordeste são registradas desde o início do período colonial e, como aponta o historiador Frederico Neves (1992), constituem-se aporte fundamental das proposições que mobilizam imaginários sobre a região. Esta preocupação também é partilhada pelo historiador Durval Albuquerque Jr. (1998) ao investigar os períodos de seca em momentos históricos diversos para, com isso, pensá-la em diferença a um fenômeno biogeográfico marcado pela sazonalidade dos períodos de escassez hídrica.

Ao desnaturalizarem a seca de um predisposto natural, Neves (1992) e Albuquerque Jr. (1998) estão entre os muitos pesquisadores que, assim como Djacir Menezes (2018) em seus escritos seculares, dedicam atenção às relações políticas que a fundamentam como um processo social. Há profundas tensões acadêmicas nas compreensões sobre o que se entende por “seca”. De modo particular, as proposições de Albuquerque Jr. (1998; 2011; 2013) chama-nos a conferir as “condições de possibilidade” com as quais os desígnios da palavra tanto revelam as tensões contextuais que as embasam, quanto os significados que com ela se enredam ao espaço-tempo.

Em diálogo com o filósofo francês Michel Foucault (2017) que propõe as “condições de possibilidade” como um parâmetro pelo qual as elaborações de sentidos atenuam-se por relações de poder e de saber intimamente ligadas ao espaço, ao tempo e às agências que são possíveis em um dado contexto; o esforço de Albuquerque Jr. tem sido de interpelar diferentes contextos a fim de notar como a palavra “seca” (Albuquerque Jr., 1995; 1998) articula-se em significações possíveis conforme as tensões sociais em que emergem, transitam, atuam e em que emprega-se na elaboração de outras palavras, como “Nordeste” (Albuquerque Jr., 2011) e “nordestino” (Albuquerque Jr., 2013).

Ao questionar os sentidos possíveis em torno da “seca” de acordo com as condições de possibilidade em um dado espaço-tempo, podemos notar as particularidades associadas ao termo quando utilizado pelo agrônomo João de Deus Oliveira Dias (1949). Em suas pesquisas, ele a identifica como um fenômeno natural que impõe o “nomadismo” aos agrupamentos indígenas observados pelos primeiros colonizadores. Ou quando utilizada pelo coronel João Câmara (1933) que, em seu *Almanache* patrocinado pelo Instituto do Ceará, retoma períodos entre os anos 1734-1749 e 1790-1794 do século XVIII para admitir os períodos de escassez hídrica como uma experiência rural em que os penantes eram acobertados pelos fazendeiros a quem prestavam serviços – dinâmica que convencionou-se chamar por “paternalismo”.

Assim, diferente de um desígnio comum e estável, é justo conferirmos como uma palavra pode se tornar diversa em razão das condições de possibilidade que respaldam suas inscrições. Revelam-se, então, como zonas de tensão em que as significações exercidas ficam sensíveis em meio aos fundamentos de suas adaptações contextuais, aos movimentos que as enredam e que com elas são possíveis.

Com especial atenção de Albuquerque Jr. (1998, p. 17), a seca iniciada em 1877, ao ser anunciada como a “grande catástrofe”, conferiu-se como um marcador em que

o termo se redesigna segundo as condições de possibilidade daquele contexto histórico. O pesquisador evidencia que, em termos quantitativos, o número de mortes por desnutrição foi deveras inferior a outros momentos. Contudo, somente a partir dessa situação que a palavra “seca” se tornou objeto de debate recorrente nas Assembleias provinciais.

Ao utilizar textos realizados por grupos políticos, religiosos, artísticos e oligárquicos, Albuquerque Jr. (1998) questiona as produções tomando notas dos fundamentos desse espaço-tempo e desses agentes em que a seca se requalifica como uma “catástrofe” que toma formas e que admite origens diferentes a depender de quem a narra.

Em cada uma das versões discutidas por Albuquerque Jr. (1998), encontramos as relações particulares que diferentes grupos exercem com o espaço-tempo e pelas quais mobilizam sentidos à seca – em especial, a seca de 1877 como um marco histórico. Partilham, assim, vínculos particulares nas textualizações do micro em que atuam com elementos que se articulam ao macro das tensões nacionais e dos fluxos históricos. Como discutem Bruno Leal e Daniel Macêdo (2024), praticam vínculos horizontais e verticais em que os acontecimentos conferem suas multidimensionalidades como catástrofes cotidianas.

A fim de contribuir com as discussões lançadas por Albuquerque Jr. (1998; 2011; 2013) ao problematizar a seca de 1877 como um marco, interessa considerarmos as espacialidades que enredam as relações locais e por onde se conferiam vinculações regionais e nacionais em que a “seca” se formata como dispositivo simbólico.

Para isso, tomo o Ceará como um espaço relevante. Assim, é justo considerarmos três elementos importantes. O primeiro é a ascensão do Ceará à província imperial, tornando Fortaleza como capital em 1799. Para além de um desígnio territorial, elenca de modo complexo um rearranjo das relações sociais com a seca que se dá a ver como um processo articulado ao tempo e às transformações espaciais. O Ceará do charqueado e da cultura do couro, majoritariamente compreendido no bioma que convencionou-se chamar por caatinga, conferiu com o “paternalismo” um modo particular de relações com a seca; que em muito se difere das dinâmicas entre senhorios e senzalas possíveis na cultura canavieira dos territórios úmidos de Pernambuco.

Essa dicotomia – fortemente explorada por Djacir Menezes (2018) ao publicar *O outro Nordeste* discutindo os aspectos sociais em torno do que propõe como uma vida “pastoril” – marca as experiências rurais embasadas na lida com gados e com caprinos em meio à aridez da caatinga como aspectos estruturantes da cultura e da economia do Ceará; que, por sua vez, já não sucumbem as homogeneizações da região que se propunha na obra *O Nordeste*, escrita por Gilberto Freyre (2004).

O segundo item diz respeito ao início das atividades portuárias em Fortaleza, em 1808. A cidade se tornou um dos principais pontos de acesso à Europa, sobretudo à corte britânica com quem as elites cearenses desenvolviam parcerias econômicas (Ipece, 2010; Iplance, 1982) e figurando-a como uma opção promissora para superação das catástrofes atribuídas à seca. Com o burburinho do progresso, relatado por Câmara (1933), a seca de 1844 e 1845 via os primeiros sinais de ruptura com o que chamamos

por “paternalismo” a partir dos sertanejos – ainda que pouco volumosos – que emergiam ao local buscando trabalhos no porto da nova capital.

Já o terceiro refere-se à criação da Estrada de Ferro de Baturité (EFB) em 1871. Com isso, o alargamento das conexões entre os sertões e o porto, ampliando as condições tanto para alcançar o mar em busca do progresso que vinha por ele, como para integrar as obras de construção que modernizariam o Ceará e ampliariam projeções de vida aos sertanejos em detrimento da subsistência conferida pelo “paternalismo”.

Assim, com a ampliação das formas de acessar a capital e com as promessas de emprego decorrentes das obras de infraestrutura, historiadores como Frederico Neves (2005) e Tanísio Vieira (2002) admitem as questões citadas como marcadores importantes para, na seca de 1877 no Ceará, demarcar uma efetiva ruptura dos sertanejos ao modelo de “paternalismo” a partir de ondas migratórias para centros urbanos.

Conforme os três elementos, em meio a quase um século de transformações sociais marcado pela urbanização de Fortaleza, podemos admitir um aspecto fundamental que diferencia a seca de 1877 das anteriores: o intenso fluxo migratório de sertanejos para a capital que, em ruptura com o “paternalismo”, deslocou a seca de 1877 no Ceará de seu pressuposto rural para torná-la visível e sensível nos espaços urbanos.

É na presença de corpos que inscrevem as secas nas ruas de uma cidade embalada sob os signos do progresso que, em Fortaleza, podemos tomar a chegada e a permanência desses perfis como uma “emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade”, nos termos de Albuquerque Jr. (2011, p. 34). Com a transitoriedade das condições de possibilidades, o autor admite a confecção de “novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e se dizia”.

Com as migrações, outras qualidades de relações sociais emergiram com a seca que, por sua vez, tornaram-se possíveis com/a partir da presença de sertanejos nos espaços urbanos. Tais relações ocorrem em, entre outras coisas, palavras empregadas para significar os perfis.

Outra condição, fundamentada pelas migrações, articula-se com as experiências das secas emergentes aos espaços urbanos, produzindo um vocabulário característico; com o qual, ao indagá-lo, encontramos pistas das relações sociais que o fundamentam. Isto é, em diálogo com Michel Foucault (2007), admito que as palavras se constituem como aportes que já não designam uma ocorrência ou substancializam uma coisa, ao passo que se firmam em significações pelas quais o contexto de emprego deixa ver as entramações e as lógicas sociais que a estruturam.

Trata-se de, ao valorizarmos as condições de possibilidades que se dão com o deslocamento de sertanejos na seca de 1877 no Ceará, considerarmos que um conjunto de termos foram criados e que palavras foram redesignadas para afirmar os significados elaborados por meio das relações possíveis nesse espaço-tempo. Afinal, como propõe Albuquerque Jr. (1998, p. 7), as transformações sociais também acontecem no “nível dos enunciados e dos conceitos” que, “embora ligados a uma estrutura social, possuem uma lógica interna” que as permeiam em um dado presente. Entre retirantes e

flagelados, os sertanejos em migrações foram alçados sob palavras que posicionavam corpos diante da seca; ao passo que tais significações nomeadas tornaram-se princípios dos marcos da “grande catástrofe” da seca de 1877.

Para conhecer esse vocabulário e questionar as nomeações atribuídas aos migrantes, realizei um percurso por arquivos, hemerotecas, bibliotecas e coleções reunindo textos que, de modo fragmentários, posicionam-se como testemunhos diante das experiências sociais com a seca e como tomadas de posição conforme das palavras que se empregam. Entre os textos encontrados, opto por trabalhar com os escritos memorialísticos do farmacêutico Rodolpho Teóphilo e com as narrativas do jornalista José do Patrocínio como aportes para localizar o uso social dos termos de acordo com os lugares sociais que esses perfis praticavam. Recorro também a escritas historiográficas que, em suas imersões com textos, contribuem para leituras das condições de possibilidade com as quais se dão tais textualizações.

Importante ressaltar que considero “texto” nos termos elaborados por Bruno Leal (2018) em que, diferente de aportes conclusivos, constituem-se como articulações das textualidades nas quais os contextos e as agências exercidas tornam-se visíveis. Em detrimento de estruturas verborrágicas, urgem como elaborações com as quais significações podem ser manejadas sem uma necessária presunção da forma – ainda que esta importe nas experiências com os textos.

Nesse sentido, podemos considerar que todo texto é um testemunho das operações performativas de sua própria textualização; visto que, ao encontrá-los, somos também chamados a testemunhar esse momento a partir dos significados que elaboramos aos acontecimentos. Em diálogo com Selligmann-Silva (2022, p. 131), considero que “o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação”. Por isso, interpelar as palavras é um gesto para conferir as tensões e as implicações nas relações com a seca que se ligam ao vocabulário construído com ela.

Determinadas palavras alçam a envergaduras particulares que testemunham as dinâmicas sociais de um dado contexto sócio-histórico. *Entre retirantes e flagelados*, termos interpelados ao longo deste texto, apontam qualidades distintas aos *sertanejos* que passam a figurar os cenários urbanos, conferindo presenças que ganham formas nas ruas, nas ações políticas e, ainda, no vocabulário. Diferente de significados estáveis, são como processos que as palavras podem ser vertidas como testemunhos das relações sociais com a seca em que, nesse exercício entre vocabulários, também me ponho a testemunhar esta história – com as contradições que me são próprias a envolver-me em leituras de textos e indagações às palavras.

É nesse ato duplo que – como uma experimentação metodológica em textualidades midiáticas com base nas proposições reunidas por Bruno Martins *et al.* (2019) – este trabalho volta-se a práticas de leituras dos textos a fim de questionar os usos das palavras para narrar a presença de sertanejos nos centros urbanos ao tomá-las como testemunhos das relações sociais exercidas com a seca. A fim de, com elas, constituir meus próprios testemunhos no exercício de escrita ao articular uma história a partir das conflitualidades frente às palavras lidas, interpeladas e escritas.

## Testemunhando palavras, mirando vocabulários das secas

O imaginário de progresso urbano, aliado às promessas de emprego em obras de infraestrutura nacional, deslocou a seca de 1877 do “mundo dos fazendeiros” para as ruas de Fortaleza, como discute o historiador Frederico Neves (2005, p. 117) ao identificar que os sertanejos eram tidos como sujeitos estranhos na cidade. Naquele período, a população da capital saiu de 30.372 habitantes e ultrapassou a marca de 100 mil com a chegada das pessoas que ali aportavam, como observa Tanísio Vieira (2002) em investigações historiográficas sobre as transformações urbanas da cidade.

A chegada expressiva de sertanejos nas capitais colocava em desassossego tanto a vida que fora construída pelas famílias urbanas da capital; quanto o projeto moderno de cidade conectada à Europa que construía. Afinal, “as ruas ocupadas por uma multidão de pedintes andrajosos, a perambular pelas casas e praças, em busca de ajuda, de esmolas e alimentos, davam a sensação de uma cidade ocupada”, constata Neves (2000a, p. 72) ao discutir os incômodos dos cidadãos com essa presença tida como “inoportuna”.

A seca de 1877 e os processos de ocupação da cidade foram narrados pelo farmacêutico Rodolpho Teóphilo a partir das relações que nutria com migrantes ao atuar em frentes de assistência humanitária. Em meio a tempos epidêmicos de varíola, o sanitarista ficou conhecido por adentrar os espaços ocupados pelos pobres e vaciná-los a fim de reduzir a mortalidade e de ampliar as – escassas – condições de vida.

Ao circular em meio aos famintos, munido de um diário, Teóphilo era um homem letrado que via a cidade ao relacionar-se com os retirantes e que anotava o que observava, conferindo testemunhos sobre tais encontros. Os escritos de Teóphilo (1901; 1922), de caráter memorialísticos, são referências clássicas ao se formatarem como apontamentos dos entendimentos recorrentes acerca da seca em meio à aristocracia da capital. Em seus textos, encontramos pistas sobre os debates que circulavam na capital e sobre os aspectos morais que permeiam conflitos inerentes à ocupação urbana e às lógicas de convivialidade naquele período sob o ponto de vista de um perfil tinha na escrita uma forma de atuação política.

**Figura 1 - Rodolpho Teóphilo em vacinação no Morro do Moinho em 1877**



Fonte: Arquivo Nirez

O que configura a identidade do sertanejo, para Rodolpho Teóphilo (1922), é a articulação entre corpos e experiências rurais. Trata-se de um “*homem do campo no campo*” que constitui práticas culturais a partir do mundo de sentidos que lhe é possível nos ciclos comunais com a terra e com o pastoril e, destacando aspectos de resiliência, é tido como um perfil bondoso a quem a seca e a cidade corrompem.

O *sertão* não é, nos apontamentos de Teóphilo, um território preciso; mas uma espacialidade marcada pela lida rural que configura um modo particular de ser e de viver. Nesse rumo, articula-se às proposições de Albuquerque Jr. (2011, p. 67), ao conferir a existência de percepções do sertão como um “lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras” e um abrigo de um certo modo de vida que “é muito mais um espaço substancial, emocional; do que um recorte territorial preciso”.

A palavra *sertanejo* está intimamente ligada à vida no sertão e, com a ruptura dessa relação com o espaço a partir das migrações, o *homem do campo na cidade* pedia um novo termo. Já não podiam ser sertanejos, dado que já não habitavam no sertão; ao passo em que, marcados pela estranheza que produziam ao mobilizar signos atribuídos ao mundo rural no espaço urbano, passaram a ser chamados de *retirantes*.

A alcunha *retirante* surge, para além da afirmação do êxodo, como um apontamento sobre a despertença daquele corpo e das práticas que realiza ao admitido no espaço urbano. Ao se fazer parte de Fortaleza a partir das latrinas, ante a impossibilidade de permanecer no sertão, retirantes tanto tensionam as sociabilidades angariadas pelo projeto moderno de cidade; quanto são por elas tensionadas, desmontando o ideário atribuído ao sertanejo para constituir outros modos de viver por meio das experiências com a cidade.

A despertença desses corpos afetados pela cultura urbana – ao passo que é delas constituinte – “contaminou” os sertanejos ao tornarem-se *retirantes*. Para Teóphilo (1922, p. 365), “entre essa onda maltrapilha vomitada pela miséria, se encontrava em muito pequena escala a pureza dos costumes, a honestidade e a gratidão”. Isto é, à medida que o termo retirante qualifica a condição do sertanejo na capital, do *homem do campo na cidade*, admite-se que as qualidades das adesões e rupturas dessas experiências são variáveis; podendo existir retirantes que mantêm os valores associados aos sertões – sendo este um ato de resistência – e outros que foram maculados pela seca.

Ao constatar a dificuldade de encontrar esses primeiros perfis, Teóphilo (1922, p. 365) identifica que os maculados se viam por todas as partes apontando que “o vício parecia ter contaminado todos os famintos. Viam-se em todas as idades criaturas pervertidas”. A contaminação indicada por Teóphilo (1922) aponta que *sertanejos* aprenderam, nos cruzos com a cidade e com a miséria, uma sociabilidade que já existia nas vielas de Fortaleza, mas que não era tida como “natural” aos homens do campo.

O *retirante*, assim, difere-se do *flagelado* nos escritos de Teóphilo (1901; 1922). Enquanto o primeiro diz sobre a condição de despertença; o segundo refere-se às rupturas com as pactuações morais pelos sujeitos ao serem assolados pela catástrofe da seca que, sob viés determinista, é sinalizada como capaz de corromper os corações puros e a bondade humana.

O *flagelado*, ao marcar no/com o corpo os signos de decadência moral do *sertanejo*, é uma palavra que forja uma percepção sobre a seca à medida que a presença catastrófica desses corpos no espaço urbano firmava-se como um componente estranho da modernização, como um problema revelado com a outridade desse desígnio. Ao mirar o ano de 1877 como um marco, Albuquerque Jr. (1995, p. 112) propunha que a invenção da seca buscava denunciar “a decadência deste espaço e a necessidade de se voltar os olhos do Estado e para resolver ‘o seu problema’”. Com os escritos de Teóphilo, noto que o *flagelado* é uma palavra forjada no esforço de incorporar a decadência atribuída aos *retirantes* que não coadunavam aos pressupostos morais imaginados para a cidade.

\*\*\*

Os apontamentos de Teóphilo (1901, 1922), textualizados conforme as sensibilidades ao caminhar por Fortaleza, eram duvidados pelos habitantes da Guanabara, sede do Império. Ainda que os horrores da seca fossem narrados no Parlamento e que as afirmações realizadas pelos representantes do Norte circulassem nos jornais. Tais anotações constituíam-se como objeto de disputa em torno dos recursos da Coroa.

No sentido de construir uma imagem para criar um marcador da seca de 1877, Albuquerque Jr. (1995, p. 117) chama a atenção para o papel exercido pela imprensa que, em sua avaliação, contribuiu “para demonstrar à própria elite nortista que a seca era um tema capaz de mobilizar a opinião pública não só das províncias por ela diretamente afetada, como de todo o país”.

Entre as narrativas jornalísticas sobre *retirantes e flagelados*, interessam-me as elaborações realizadas por José do Patrocínio. Ele acompanhava as discussões no Parlamento sobre o tema e, com os fortes questionamentos sobre a veracidade sobre a seca de 1877, foi enviado pelo *Jornal Gazeta de Notícias* numa incursão para testemunhar o que se dizia sobre os flagelos da seca na região.

Tais escritos, intitulados como “Viagem ao Norte”, são considerados ao longo desta pesquisa como um esforço de conferência das histórias pelas quais admite-se um lugar decisivo ao jornalista para afirmação sobre a dinâmica das capitais frente ao que era debatido no Parlamento. A experiência de Patrocínio textualizou-se em produções diversas, a exemplo do livro *Os Retirantes* e de outras obras literárias que foram exploradas por Neves (2007). Quero, aqui, deter-me nas produções jornalísticas considerando o peso político que elas exerceram, ainda em 1877, na confecção do imaginário sobre a seca com base no confronto do jornalista com os *flagelados* em Fortaleza.

Partindo das incursões com tais publicações em outros trabalhos em que discutimos as narrativas elaboradas nas colunas de jornais, podemos notar que Patrocínio traça suas textualizações segundo o encontro com os perfis que julga estranhos ao espaço urbano. Isto é, conforme as experiências com as imagens cotidianas da cidade neutra, Patrocínio escreve em sua coluna sobre as prostitutas, os famintos, os pedintes e outras figuras como *flagelados* pela seca e pelas quais testemunhava seu estranhamento com a presença desses perfis nas cidades portuárias.

Entre os raros registros visuais dos *flagelados*, estão as fotografias realizadas em Fortaleza por Joaquim Antônio Correia em trabalho conjunto com José do Patrocínio. Em carte-de-visite, perfis selecionados das ruas foram montados em estúdios a fim de elaborar uma narrativa visual que, com o realismo das fotografias como discutem Macêdo, Sales e Santana (2024), tornassem críveis as pestilências desolantes da cidade de Fortaleza que se inscreviam na presença daqueles corpos.

**Figura 2 - Carte-de-visite "Secca de 1877/78"**



Fonte: Brasileira Fotográfica/Arquivo Nacional

A montagem dos corpos moribundos com legendas que articulam aspectos do horror, da fome, da miséria e dos abandonos às moralidades constituem, nessa narrativa visual, aportes para o que a obra reitera por *flagelados*: figuras corrompidas pela seca em situação de sobrevida e maculadas pela fome. A produção cumpriu papel importante ao incitar modos de imaginar os flagelos da seca e, com isso, a "contaminação" da bondade pelas vicissitudes e pelos males que urgem com a miséria. Com as imagens, produzidas em duplo tomo para serem enviadas ao *Jornal Gazeta de Notícias* e ao Imperador como uma cobrança política para tomada de posições diante dessas fotografias, Macêdo, Sales e Santana (2024) discutem a proposição de significações "monstruosas" aos migrantes a partir da montagem de tais narrativas.

As narrativas de Patrocínio, ao circularem em jornais, articulam-se como parte das imagens que compõem o primeiro contato com a região para muitos brasileiros naquele período. Como argumenta Albuquerque Jr. (2017, p. 234), a:

longínqua e abstrata materialidade do que era designado pelo conceito *seca do Ceará* ganha, nas imagens de textos jornalísticos e nas fotografias que os acompanha, uma figurabilidade, uma encarnação, uma dizibilidade e uma visibilidade" que o pesquisador considera serem "decisivas para a construção do agregado sensível e significativo chamado *seca*.

Contra os *flagelados*, ao serem despidos dos valores morais atribuídos aos sertanejos para encarnarem as práticas tidas como pervertidas na capital, recaiu o julgo de homens como Teóphilo (1901; 1922), que lhes destituem a humanidade, que os tomam figuras animais; e de jornalistas como José do Patrocínio que, ao tomá-los

como corrompidos pela seca, julga os *retirantes* e propõe contornos para os imaginários sobre a seca e sobre a cidade a partir dos *flagelados* que narra.

As percepções morais de ambos são testemunhos importantes para conferirmos como a chegada dos *flagelados* em bandos no decorrer de 1877 espalhavam estranhamentos entre os *cidadãos*, pois imaginavam “que os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e os estabelecimentos comerciais em busca de comida, para satisfazer sua fome animal e biológica, e, embriagados pela violência desencadeada, destruíssem o próprio tecido social”, como aponta Frederico Neves (2005, p. 119).

Os *retirantes*, tidos como *estranhos*, também *estranhavam* a cidade portuária e construía, a partir das tensões com tais paragens, sociabilidades singulares a partir dos modos de (vi)ver em Fortaleza. Os moradores da capital também produziram alterações nos ritos cotidianos com o contato com os *flagelados* que transitavam nas ruas. O confronto com “pobres, famintos e doentes, no mais grave estágio em que ainda é possível sobreviver” afetou “profundamente a vida dos habitantes da capital”, qualifica Neves (2005, p. 114).

O projeto de uma cidade uniformizada pela moral colonial confrontava-se com os modos diversos de praticar a cidade que insurgiam nos corpos e nas práticas dos *retirantes*. Sob o argumento de retomar a cidade ocupada pelos *flagelados* e avançar nos planos de modernização, as elites em aliança com o regime imperial empreenderam duas medidas combinadas: o desmonte das aglomerações no centro da cidade e o envio dos retirantes para postos de trabalho em obras de infraestrutura.

No que diz respeito à primeira, os retirantes foram manejados para áreas que Rodolfo Teóphilo (1922, p. 1000) classifica como “inadequadas” por estarem a “barlavento da cidade”. Localizadas no entorno da capital, os espaços reuniam os *flagelados* em barracas dispersas sob as árvores facilitando a disponibilização das políticas sanitárias, das iniciativas de caridade e das convocatórias ao trabalho. Afinal, ainda que as obras fossem retomadas, o número de migrantes reunidos era superior ao que as iniciativas conseguiam comportar e nem todos se dispunham ao trabalho em razão das sequelas físicas e das condições clínicas que encarnavam. A esses lugares de amontoamento conferiu-se o nome de *abarracamentos*.

Já a segunda, com obras viabilizadas com a ampliação de recursos da Coroa, foi possível com a incidência política das classes dominantes do Norte que tinham na seca de 1877 “um tema que sensibiliza nacionalmente”. A esse respeito, Albuquerque Jr. (1998) discute os esforços realizados para “politizar a seca colocando-a no centro das atenções, sobrepô-la a qualquer outro problema da região, tornando-a a saída e a fórmula para carrear recursos para a região”. Com isso, angariar recursos; que, por sua vez, voltavam-se à realização das obras do *progresso* e que salvariam os *flagelados* a partir do trabalho – dado que, como aponta Neves (2000b), o trabalho era tido como uma prática moralizante naquele período.

A combinação entre a higienização social do centro da capital a partir dos abarracamentos com a oferta de trabalhos conferiu, para Neves (2013, p. 70, grifo do autor), o modo como as elites desenvolveram uma política de assistência “absorvendo uma

população desvalida e enfraquecida, cujo esforço até a morte foi empregado na construção de uma infraestrutura para o *progresso*! A adesão dos *retirantes* a essa dinâmica que os vertia em *trabalhadores* era recompensada pelo sistema de pagadorias que, ora em dinheiro, ora em víveres, retribuíam o esforço que realizavam.

As pagadorias eram um sistema desregulado em que, frequentemente, as retribuições aos trabalhadores eram faltosas. Ao pesquisar as ações coletivas de *retirantes* durante períodos de estiagem, Neves (2000; 2005, p. 123) identifica que a ausência dos retornos prometidos em troca do trabalho eram “foco permanente de insatisfação e conflitos” a partir de atos de contestação e de insurgência ante o atraso de pagamentos. Os levantes dos trabalhadores, por sua vez, eram fortemente reprimidos e “rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato”, como depõe Teóphilo (1922, p. 225).

A insubmissão dos *retirantes* à servidão das pagadorias era tida como um aspecto *flagelado* à medida que conferia uma recusa aos processos civilizatórios atribuídos ao trabalho. Com a recusa ao trabalho em aliança às práticas de banditismo, forja-se o termo *cangaceiro* para designar os aderentes aos “bandos que atacam os potentados locais” em saques e roubos de itens variados que lhes ofereciam condições de sobrevivência, dos quais Albuquerque Jr. (1998, p. 72) destaca “gados” e “água”. O *cangaceiro*, então, é um *retirante* que, apesar do abandono à moralidade que seria conferida aos *flagelados*, é diferenciado por outro desígnio em razão da performance que desenvolvia na cena pública ao se anunciar como um violador das regulações civis.

\*\*\*

Em 1884, o Ceará já possuía mais de 45% das cidades sem escravos em razão das altas políticas de taxaço que recaíam sobre os fazendeiros aderentes ao regime e, ainda naquele ano, foi oficializada a libertação dos escravos na província. Para o historiador Paulo Martins (2012, p. 38), a medida é um demonstrativo importantes do peso político dos movimentos abolicionistas naquele período. Já Gilberto Freyre (2004) considera que o fim “abrupto” estava ligado ao declínio da produção na região, reconhecendo que a seca de 1877 contribuiu para acelerar a abolição.

Ainda que liberados nos termos da lei, o livre trânsito de retirantes à capital não era visto com bons olhos. Nas primeiras sessões da Assembleia Legislativa do Ceará de 1883, antes mesmo da libertação, o presidente do Estado (Estado do Ceará, 1883, p. 14) já colocava em questão que cearenses não cessam de “abusar da liberdade de migrar” abandonando os “productos da diminuta lavoura [...] sendo em pura perda o plantio”. A migração, anunciada pelo Estado como uma catástrofe da seca, é tomada como um processo que se tornou cotidiano desde a *seca de 1877* e constitui parte importante dos argumentos para angariar recursos específicos para lidar com as “*vítimas do flagelo*” como aponta Freyre (2004).

A ampliação de recursos para lidar com o problema da seca no Norte era empregada na ampliação das obras de infraestrutura urbana viabilizadas com a intensifica-

ção da chegada de *retirantes* à Fortaleza em 1888. Com as novas hordas de retirantes, construía-se a sensação para Rodolpho Teóphilo (1901, p. 141) de que a cidade estava “completamente sitiada por uma coluna de famintos maltrapilhos” e, com eles, as sociabilidades que erguiam as demarcações das diferenças e das (des)pertenças. Assim como em 1877, nas experiências seguintes de migrações, aplicava-se o modelo do isolamento desses perfis nas zonas de *abarracamentos* aliado ao trabalho por pagadorias.

Os que não conseguiam postos de trabalhos e se tornavam *flagelados* insistiam pelas ruas em romarias com outros famintos a praticarem atos de mendicância ou eram confinados nos abarracamentos em áreas despovoadas no entorno da capital. Este último cenário não era, necessariamente, uma situação segura, pois “seductores que infestavam a deshoras aos abarracamentos prostituindo até creanças de dez anos” – como denunciara Teóphilo (1922, p. 124) ao ilustrar um dos casos de violência apontados como cotidianos. Os atos de inconformidade com os preceitos morais de uma elite católica, ao se integrarem ao espaço urbano, permitiam a emergência de imagens em que Fortaleza “não parecia uma cidade civilizada e cristã, parecia uma terra de bárbaros” (Teóphilo, 1901, p. 80, grifos meus).

*Flagelados* eram, para a aristocracia cearense, segundo Teóphilo (1901), figuras bárbaras. Deles, retirava-se a condição humana à medida que desfiguravam a moral católica e os costumes orientados pela cultura elitista da corte e dos sujeitos donatários do poder. O objetivo seria, em conjunto, reafirmar os elementos que atribuiriam humanidade a uma pessoa, que agradeceriam o direito de integrar o devir prometido pelo progresso da capital.

Os *flagelados* eram tidos como “ociosos” e “imorais”. Esses prenúncios tanto os distanciavam dos moradores de Fortaleza, quanto do progresso que estes últimos advogavam para si e para o território em face ao futuro que desejavam. Os *retirantes* partilhavam, em alguma medida, com a adesão ao trabalho por conta das promessas por melhores condições de vida.

A ingrata contradição ao expelir das ruas os corpos que a edificam é uma marca importante para pensarmos o encontro entre perfis urbanos e camponeses na urbe e pela qual podemos, retomando os escritos de Neves (2005), conferir a condição (in) desejada da presença desses perfis na cidade. A *Belle Époque*, como experiência social e estética vivida na Europa daquele período, ornava os projetos para aformoseamento de Fortaleza que queria ser uma “Paris tropical” (Neves, 1993).

Figura 3 – Fortaleza no início do século XX



Fonte: Arquivo Nirez

A condição animalesca atribuída aos *flagelados* pelos *civilizados* os impedia de aprender os costumes da capital. Rodolpho Teóphilo (1982, p. 82) expressa a insatisfação ao propor que “exigir destes mestiços – seres inferiores pela raça, pela falta de educação doméstica e cívica, criados na satisfação de sua índole má e péssimos instintos, na prática de atos reprovados – ações nobres é a maior das infabilidades” e que tais perfis já não conseguiriam alçar postos dignos da vida em Fortaleza diante de sua condição bárbara. Isto é, para ele, uma defesa de que as máculas da seca em que os retirantes viravam *flagelados* os impediria de se tornarem cidadãos e os condicionava à *barbárie*.

### Textualidades das palavras

Ao retomar essas textualizações indagando as palavras em face ao contexto em que foram formuladas, destacam-se as relações com a seca e com os corpos migrantes nas ruas de Fortaleza a partir das condições de possibilidade de 1877. A invenção das palavras *retirantes* e *flagelados* para designar migrantes não é um dado por si só, mas uma emergência em que as significações sobre a presença de corpos outros e sobre os estranhamentos da vida cotidiana alçaram o lugar de particularidade que demandaram a criação de outros desígnios. Por um lado, revelam a insuficiência dos termos pré-existentes para descrever o que se vive; por outro, admitem a criatividade com a qual se criam palavras para conceituar o que se vive.

Com essas palavras, nos textos tomados como testemunhos em que exercícios de poderes para nomear as pessoas e os processos sociais tornam-se sensíveis, encontramos pistas para mirar os dissensos em que os planos para aportar um pedaço do além-mar nas paragens litorâneas viam-se contrastados pela presença de migrantes que encarnavam a penúria das terras secas que a modernização do Ceará rejeitava. Tidos como animais, como bestas-feras a quem a seca destituiu a humanidade e a bon-

dade inerente ao homem do campo, a pobreza anunciada pelos *retirantes* desde 1877 e a barbárie dos *flagelados* eram as catástrofes que as elites da capital buscavam evitar ao transpor, em Fortaleza, um pedaço do mundo civilizado.

Assim, ao designar os migrantes sob tais termos, as palavras inventam-se como elaborações imagéticas que aportam tanto as máculas da seca sob os sertanejos, quanto as despertenças dos *retirantes* e dos *flagelados* aos espaços urbanos – admitindo-os apenas como construtores, como sujeitos isolados nos abarracamentos. São palavras que estão intimamente ligadas com a formulação da seca de 1877 como um marco, revelando os corpos dos *sertanejos* no espaço urbano como um elemento estranho, como uma presença que demanda significação para aportar sua despertença. Interessa-me, pois, considerar que são palavras articuladas a construção de uma imagem da região como uma “miserável, sofrida e pedinte” – como aponta Albuquerque Jr. (2011, p. 72) ao discutir a invenção da seca como um artefato de uso político.

Como marco das formulações em tese, Albuquerque Jr. (2011, p. 35) defende que “devemos tomar as relações espaciais como relações políticas”. Com isso, busca desnaturalizar enunciações a fim de analisá-las como processo em disputa de sentidos. Assim, diferente de um dado estável e único, essas palavras nos permitem ver as condições de possibilidades em que se constituem. Com isso, admite-se o caráter movediço das conceituações aos termos em razão do espaço-tempo em que se ancoram.

A palavra, ao alçar o lugar de conceito, “é uma heterogeneidade, é uma multiplicidade de tempos e de imagens, é produto da articulação e da sedimentação de camadas de sentidos, de afetos e de percepções, é uma criação heteróclita quanto aos tempos e aos elementos que o compõem” (Albuquerque Jr., 2017, p. 227). Desse modo, indagá-la a partir das condições que a situam é um gesto para conhecermos as historicidades que as fundamentam.

Diversos sentidos coexistem aos termos *retirante* e *flagelado* em meio ao espaço-tempo em que são enunciados; ao passo em que, com eles, articulam-se repertórios particulares que dizem de suas trajetórias em razão do uso social. Importa, pois, além de considerarmos os significados propostos, questionar essas palavras em razão da textualização e das condições de possibilidade que fundamentam os escritos realizados por Rodolpho Teóphilo e por José do Patrocínio. Para isso, é relevante notarmos dois aspectos: o primeiro é que se tratam de homens letrados e que exercem, com a escrita, exercícios políticos; o segundo é que são homens que, de modos distintos, vocalizam opiniões correspondentes aos circuitos sociais em que transitam.

Ainda que as formulações empregadas por ambos articulem-se de modos semelhantes ao revelarem a despertença dos sertanejos ao espaço urbano, é justo notar que são deveras peculiares. Rodolpho Teóphilo (1982, p. 82), como um filho da aristocracia, narra os estranhamentos com a presença dos flagelados na capital e expressa, com esses termos, a insatisfação ao tomá-los como “mestiços” e como “seres inferiores” para, diante de sua pretensa condição bárbara, negar-lhes postos dignos da vida em Fortaleza. Enquanto José do Patrocínio, como um militante abolicionista, elaborava tais palavras como aportes para, nas figurações monstruosas que propunha, convencer

das penúrias vividas no Norte e tensionar politicamente pela ampliação de recursos para região.

Tratam-se, em ambos os casos, de significações aos corpos em que as relações com a seca e com os migrantes tornam-se visíveis em Teóphilo e Patrocínio. Outras agências admitirão outras significações que, de modo conflitivo, exerceram poderes distintos em meios as tensões para conceituar essas palavras. Tomo as duas percepções, em meio aos contextos históricos em que os textos se produzem, como um gesto em diálogo com Foucault (2007) e com Albuquerque Jr. (2011, p. 43) para pensarmos as palavras como uma “trama” da história que estão sempre incompletas e dispostas ao labor de quem com ela se relaciona.

É pela trama mobilizada por esses agentes, em seus usos particulares, que o emprego de *retirantes e flagelados* se torna sensível como atos classificatórios que buscavam produzir tipos humanos. Sejam nos relatos genéricos de Theóphilo que conferem as rupturas frente à moralidade católica como um ato indiscriminado a qualquer *flagelado*, sejam nas fotografias de Patrocínio e Correa em que corpos genéricos são destituídos de suas biografias para figurarem como histórias que acometem a todos os *retirantes*; o emprego dos termos incorrem em homogeneizações para designar um conjunto social sob perfilamentos que, resguardadas as particularidades já discutidas, ressaltam sua despartença ao projeto moderno.

Constituem, em suas generalizações, um “estereótipo”. Se considerarmos a proposição de Albuquerque Jr. (2011, p. 30) em que o termo designa uma “caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estrangeiro, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo”. De modo especial, por meio das textualidades que emergem ao questionar as palavras, são como “políticas identitárias” que elas se testemunham.

Se, em diálogo com Selligmann-Silva (2022, p. 17), considerarmos as firmas com as quais esses escritores se propuseram a delinear tipos particulares de existência social demarcando comunidades imaginadas em torno de palavras. Parece-me que esses termos, nos textos, constituíram-se em meio às condições de possibilidades da seca de 1877 como exercícios de “design do rosto de uma comunidade”. Para Selligmann-Silva (2022, p. 29), constituem-se como aparelhos de produção de identidades e como instrumentalizações na produção de imagens que engessam povos e nações.

Ao atribuir *sertanejos, retirantes e flagelados* como tipos humanos, observamos nos textos não são os perfis a quem os termos buscam designar, mas as afirmações sobre os *civilizados* em diferença aos outros – e, assim como tenho aqui argumentado, as relações sociais com a seca que permitem tais desígnios. São os sujeitos civilizados, são as ruas da capital inspiradas em Paris que se afirmam em diferença aos perfis tidos como bárbaros a quem o projeto de modernidade não acolhe. Na afirmação de despartença desses perfis ao espaço urbano, são os signos do homem urbano e do sujeito digno à cidade que se revelam. São, pois, afirmações da norma que as outridades nos deixam ver – como pensava Rita Segato (2007) ao questionar os desígnios pátrios.

## Notas inconclusivas dos testemunhos da seca

Pensar a *seca* por meio das palavras estruturadas em relações que com ela são nutridas parece-me uma forma potente de conferi-la em seus aspectos sociais – como nos incita Djacir Menezes (2018) ao desnaturalizar o termo das dimensões naturalistas e deterministas da geografia para, em outras miradas, questionar as relações políticas que a fundamentam. Nesse sentido, Menezes (2018) e Freyre (2004) se encontram: a *seca* já não finda na escassez hídrica e se desnivela nas conexões políticas que a constituem.

Partindo das considerações de Freyre (2004) que admite, nas “consequências morais e sociais” da *seca* de 1877, os fundamentos para elaborar o que veio a se convencionar como Nordeste, importa considerarmos os desígnios aos *retirantes* e aos *flagelados* como elaborações sociais das relações com a *seca* em que as aparentes “consequências” tornam-se visíveis a partir das rupturas ao projeto de civilidade angariado pelo catolicismo e pela modernidade.

A invenção do *Nordeste*, estabelecido com a *seca* de 1877, demanda, então, considerarmos as migrações de *sertanejos* e as proposições sobre *retirantes* e *flagelados*. Com estes últimos, admite-se um vocabulário particular em que tais termos se inserem e se enredam com outras palavras que constituem demarcações referenciais para formulação das particularidades que constituíram a região em símbolos e em imagens. Trata-se de admitirmos, assim como Albuquerque Jr. (1995, p. 111), que “ao se falar em ‘seca do Norte’ ou ‘seca do Nordeste’, não se está falando de qualquer estiagem, mas de um objeto imagético cujas imagens e significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que a toma como objeto de saber”.

Já não basta, pois, reconhecer que o *Nordeste* é “filho das secas, que é produto-imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande *seca* de 1877 veio coloca-la como o problema mais importante desta área” (Albuquerque Jr., 2011, p. 81). Importa – ao reconhecermos que “o uso cotidiano das palavras faz com que as naturalizemos” (Albuquerque Jr., 2017, p. 226) – questioná-las a fim de estranhá-las e, com isso, complexificar as imagens que nos são propostas a partir dos termos que as fundamentam e que as propõem.

Mais do que dizer do *Nordeste* como uma criação fundamentada pela *seca*, mirar as palavras e as condições de possibilidade que as constituem com os textos tem sido a prática que empenho para visualizar outros contornos a partir das historicidades que se engendram quando a elas admite-se materialidade significativa.

Como uma catástrofe cotidiana, questionar as palavras é uma forma de “dar fé” (Leal; Macêdo, 2024) aos repertórios de significados que, com elas, abrigam-se, mobilizam-se por meio dos textos. Trata-se de admitir que as palavras são movediças em suas significações e, com nossos olhares que instabilizam os termos, valorizar o que há de contextual que as elaboram em conjunto com as textualidades que a manejam.

Essa demarcação é, pois, um reconhecimento que o exercício não nos permite definir *retirantes* e *flagelados* como categorias, como tipos humanos. Por outro viés,

convoca a praticar uma “história das práticas e enunciados” (Albuquerque Jr., 2011, p. 37) em que, de modos combinados, as agências e as palavras delas decorrentes conformam determinadas visibilidades por meio das linguagens.

Entre *retirantes e flagelados*, empenhei-me em mirar as palavras admitindo as historicidades que, com elas, enredam-se quando são mobilizadas como atribuições de qualidades a determinados corpos, a perfis específicos sob condições de possibilidades situadas. Existem, pois, outras significações possíveis quando tais palavras surgem em outros textos, em outros tempos. Questioná-las em conjunto as textualidades que as suportam nos permite, aqui, posicionarmos as palavras como objeto de tensão constante em que exercícios de poderes flexionam-se de modos desiguais para designar o mundo que nos envolve.

Não podemos deixar de notar que nomeações aos migrantes produzidas fora dos circuitos aristocráticos, por outras mãos que não as de homem legitimados a esse ofício, tornaram-se inacessíveis no percurso de pesquisa. Observar as textualidades é considerar que, na textualização dessas palavras, abrigam-se disputas de sentidos sobre os migrantes na *seca de 1877*. Teóphilo e Patrocínio eram agentes privilegiados ante às mulheres – que sequer podiam escrever publicamente – e frente aos recém-chegados na capital – que desconheciam a escrita.

Conferir as textualidades e questionar as palavras é, então, um gesto para valorizar as dimensões de significados que as dissociam de sinônimos. Tomar retirantes e flagelados como equivalentes é suplantar a historicidade que se articula com os termos. Se, por vezes, os termos surgem como sinônimos em escritas contemporâneas; é justo notar que, a partir de suas figurações como vocabulários emergentes com a seca, abrigam um conjunto de significações. Por um lado, permitem considerá-las como testemunhas de um espaço-tempo e das relações que, com ele, exercem-se; por outro, conferir as mutabilidades possíveis. Em que pese a transitoriedade dos usos sociais dessas palavras com o tempo, lançar indagações aos termos e localizá-las a partir dos sentidos que se propõem é uma via para reconhecermos que são movediças e questionarmos o que, com elas, é possível em um dado espaço-tempo.

A catástrofe da seca é, nas produções de Patrocínio e de Teóphilo, a presença do corpo *sertanejo* e das práticas que se realizam destituindo e desmontando o ideário moderno atribuído às cidades. É nessa dimensão que retirantes e flagelados são termos elaborados como testemunhas da seca, como termos catastróficos que surgem para atender à demanda dos homens da escrita para nomear aqueles perfis que lhes eram tidos como estranhos, como despertentes na urbe. São, por fim, parte de um vocabulário conflitivo em que as relações com a seca dão-se a ver em suas condições de possibilidade.

## Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 225-251, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/JVJF8gfD7f8SHFHB-vX9twjm/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **Falas de angústia e de astúcia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução**. 1998. 435f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **Nordestino – invenção do falo: uma história do gênero masculino**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

CÂMARA, João. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932**. Fortaleza: Est. Gráfico Urania, 1933.

DIAS, João de Deus Oliveira. **O Problema Social das Secas em Pernambuco**. Recife, 1949.

ESTADO DO CEARÁ. **Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléa Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura**. Fortaleza: Typografia da República, 1883.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREYRE, Gilberto. **O Nordeste**. São Paulo: Global Editora, 2004.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais**. Fortaleza: Ipece, 2010.

IPLANCE – Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará. **Macrocefalia de Fortaleza: suas raízes**. Fortaleza: Iplance, 1982.

LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (Orgs.). **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2018.

LEAL, Bruno; MACÊDO, Daniel. "Dar fé" à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. **E-Compós**, v. 27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2680>. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/2680>. Acesso em: 10 set. 2024.

MACÊDO, Daniel; SANTANNA, Caroline; ALVES, Poliana. Mirando montagens nas encarnações da Secca de 1877/78 em fotografias de corpos flagelados. **Revista Eco-Pós**, v. 27, n. 1, 2024.

MARTINS, Bruno et al. **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MARTINS, Paulo Henrique. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará**: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste pastoril. 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2018.

NEVES, Berenice. **Engenheiro e a província**: Adolfo Herbster e o Ceará na segunda metade do século XIX. Fortaleza: Biblioteca Carlos Studart do Museu do Ceará, 1993.

NEVES, Frederico. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. **Tempo**, Dossiê: Cidania e Pobreza, v. 11, n. 22, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ghZbw-7DKZHPng5VSdL4VTkv/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

NEVES, Frederico. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000a.

NEVES, Frederico. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000b.

NEVES, Frederico. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajetos - Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, 2005.

NEVES, Frederico. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes**, Campina Grande, v. 33, n. 2, p. 67-81, 2013. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.390>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/390>. Acesso em: 20 ago. 2024.

NEVES, Frederico de Castro. **A memória do espaço e o espaço da memória**: a seca na construção imaginária do Nordeste. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

SEGATO, Rita. **La nación y sus otros**: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de la política de identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: EdUnicamp, 2022.

TEÓPHILO, Rodolpho. **A Seca de 1915**. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1982.

TEÓPHILO, Rodolpho. **História das Seccas do Ceará (1877-1880)**. Fortaleza: Imprensa Inglesa, 1922.

TEÓPHILO, Rodolpho. **Seccas do Ceará (século XIX)**. Fortaleza: Minerva, 1901.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879. In: SOUSA, Simone; NEVES, Frederico de Castro; VIEIRA, Tanísio (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Recebido em: 21 set. 2024  
Aprovado em: 14 out. 2024

## DEMANDAS FEMINISTAS EM PORTAIS ONLINE NO PARÁ: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DE TEMAS E FONTES NA COMUNICAÇÃO REGIONAL

### FEMINIST DEMANDS IN ONLINE PORTALS IN PARÁ: AN ANALYSIS OF THE PRESENCE OF THEMES AND SOURCES IN REGIONAL COMMUNICATION

Rayza Sarmento <sup>1</sup>  
Adriany Vanessa S. da Silva de Lima <sup>2</sup>

#### Resumo

Este texto, por meio da literatura de movimentos sociais e comunicação, discute quais são as ativistas feministas e as pautas mais frequentes acerca do feminismo presentes nos dois maiores portais de notícias da capital paraense: *O Liberal.com* e *Diário do Pará Online (DOL)*. A empiria se concentra entre os anos de 2019 a 2022 e se volta a 41 textos, por meio da análise quanti-qualitativa de conteúdo. Os resultados apontam a presença recorrente de fontes ligadas às universidades, como pesquisadoras e professoras, e poucas de movimentos feministas do campo popular, bem como às temáticas de violência e imagem corporal como as mais presentes no corpus.

#### Palavras-chave

feminismo; jornalismo online; fontes; Pará.

#### Abstract

This text, through the literature of social movements and communication, discusses which are the feminist actresses and the most frequent agendas about feminism present in the two largest news portals in the capital of Pará, *O Liberal.com* and *DOL*. The content analysis focuses on the years 2019 to 2022 and focuses on 41 texts, through quantitative-qualitative content analysis. The results point to the recurrent presence of sources linked to universities, such as researchers and professors, and few feminist movements in the popular field, as well as the themes of violence and body image as the most present in the corpus.

#### Keywords

feminism; online journalism; sources; Pará.

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (UFMG), professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenadora do GCODES – Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (CNPq) e pesquisadora associada ao Margem/UFMG – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, rayzasarmento@ufpa.br, <https://orcid.org/0000-0002-9817-7941>, <http://lattes.cnpq.br/2829775863179545>.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), pesquisadora do GCODES – Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (CNPq), limaadrianyvanessa26@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-6817-3985>, <http://lattes.cnpq.br/7896070979762146>.

## Introdução

A literatura sobre movimentos sociais e confronto político, com alguma frequência, têm utilizado a produção midiática como documento importante para compreensão do desenrolar de demandas coletivas no espaço público (Silva; Araújo; Pereira, 2016; Tatagiba; Galvão, 2019). Sem desconsiderar as dinâmicas político-editoriais e os vieses de seleção característicos dos veículos, bem como observando as dinâmicas de poder que atravessam o acesso aos meios de comunicação tradicionais, eles se configuram como uma arena para compreender como demandas públicas *aparecem*, quem são os atores políticos convocados para falar sobre elas e quais temas ganham proeminência, sobretudo em contextos regionais.

A agenda dos *media*, suas fontes e suas formas de enquadrar a realidade são elementos importantes para a compreensão de dinâmicas da ação coletiva (Gamson, 2011). No caso específico de demandas feministas, nos últimos anos, temos observado uma inclusão crescente das pautas e atrizes políticas nos veículos noticiosos, em face de coberturas pejorativas ocorridas em décadas anteriores<sup>3</sup>.

Neste texto, buscamos explorar como ativistas e reivindicações feministas específicas da capital paraense estiveram presentes em dois portais comerciais de notícias do estado. Foram escolhidos os portais *DOL (Diário do Pará Online)* e *O Liberal.com*, ambos sites ligados aos dois maiores jornais impressos paraenses de mesmo nome. Quem são as feministas paraenses segundo tais notícias? Quais organizações ou grupos são mais mobilizados? Quais temas emergem na cobertura? Essas são algumas perguntas que guiam a análise que traçamos no artigo.

A seguir, discutimos a relação entre ativismo e meios de comunicação, junto às reflexões sobre a presença midiática dos feminismos brasileiros. Posteriormente, informamos nossos caminhos metodológicos e análise das notícias coletadas.

## Olhar os ativismos a partir do jornalismo online

A cobertura jornalística sobre movimentos sociais ou especificamente de suas pautas é um veio corrente de preocupação do campo da Comunicação e Política no Brasil, sobretudo voltado para as discussões sobre ativismos (Sarmiento; Massuchin; Mendonça, 2021). As formas públicas de aparecimento da ação coletiva de minorias políticas em espaços midiáticos noticiosos ou de entretenimento são objeto acadêmico e socialmente importante dado o pouco acesso que, historicamente, tais grupos têm aos meios de comunicação tradicionais.

Para além disso, quando conseguem entrar na agenda da mídia, formas de enquadramento<sup>4</sup> desiguais também atravessam essa presença. De acordo com Maia (2008, p. 201), os agentes midiáticos podem atuar promovendo discussões no espaço

<sup>3</sup> Para saber mais, conferir Sarmiento (2017), em que demonstramos em ampla pesquisa histórica sobre o assunto.

<sup>4</sup> Em obra recente, Maia e Sanglard (2022) discutem especificamente a abordagem metodológica de análise de enquadramento para o estudo de processos comunicacionais, a qual não é adotada neste trabalho. Para uma discussão sobre as diferentes operacionalizações do termo, ver Mendonça e Simões (2012) e, mais especificamente, sob uma perspectiva feminista, consultar Sarmiento (2019).

de visibilidade ou “banalizar discussões políticas relevantes, obnubilar ou distorcer informações, excluir ou deslegitimar a voz de certos atores”. Nesse ínterim, também é preciso considerar, segundo a autora, os “recursos organizacionais e comunicativos altamente assimétricos” (Maia, 2008, p. 202) dos atores coletivos.

Jasper (2016, p. 104) sustenta que os meios de comunicação são fundamentais para a transformação de temas considerados privados a determinado grupo como uma “controvérsia pública legítima”. Nesse sentido, podemos citar, em pesquisas anterior a cobertura do feminismo brasileiro, ao longo de um século no jornal *Folha de São Paulo*, alternando entre a consideração da legitimidade de reivindicações e um lugar estereotipado e desviante para as ativistas (Sarmiento, 2017; 2020), de forma próxima com o que se observa também na literatura internacional (Mendes, 2011). Ainda carece de reflexão mais aprofundada o impacto que a abertura sobre tais pautas gera nos contextos regionais de comunicação, para os quais este trabalho pretende somar esforços.

Neste artigo, aproximamos tais debates sobre como os movimentos sociais aparecem na mídia da literatura crescente no Brasil sobre a *contentious politics* e seu investimento histórico em observar os jornais como documentos para a compreensão da ação coletiva.

A teoria do confronto político – que emerge na literatura dos movimentos sociais a partir dos anos de 1970 – baseia-se na explicação das interações realizadas entre atores e grupos por meio da construção de reivindicações que desafiam interesses (McAdam; Tilly; Tarrow; Tilly, 2009), a fim de superar explicações que se focavam apenas na motivação psicológica dos indivíduos. Segundo os autores, com frequência atores institucionais do Estado são parte-alvo dessas reivindicações.

Para os teóricos do confronto, é possível entender a emergência e a constância dos movimentos sociais a partir da ideia de “oportunidades políticas”, que permitem compreender os incentivos que um determinado contexto social e/ou institucional possui para a inserção de demandas públicas (Tarrow, 2009).

Essa linha teórica construiu lentes específicas para a leitura da atuação pública de políticas de confronto, em especial com a ideia de repertórios, como o conjunto histórico de ações realizadas pelos atores sociais ou as formas de apresentação das reivindicações, com um catálogo perene, que permite alguma maleabilidade de execução. “Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 24). No uso de um conjunto limitados de práticas e rotinas que formam os repertórios – como greves, passeatas, boicotes –, os movimentos sociais realizam a tarefa fundamental, segundo Jasper (2016, p. 14), de “criar novos significados”.

Fontes como jornais impressos, particularmente, têm sido objeto de análise recorrente para o entendimento de como esse confronto se expressa e quais os repertórios têm sido mobilizados (Tatagiba; Galvão, 2019). A abordagem de análise de eventos de protestos (AEP) com base na análise midiática, de acordo com Silva, Araújo e Pereira (2016), pode ser útil para o entendimento longitudinal de como o confronto político se tornou visível, a partir de elementos como duração, espaço, atores envolvidos, causas em disputa, entre outros.

Os autores sinalizam que, para além de ocorrências disruptivas, a AEP deve também observar “eventos de expressão pública de reivindicações e demandas coletivas, envolvendo ou não protesto” (Silva; Araújo; Pereira, 2016, p. 317). A partir do mapeamento via jornais, é possível vislumbrar, por exemplo, quem se identifica ou é publicamente identificado como um/a ativista.

Na literatura, essa não é uma definição tão unívoca. Abers (2021, p. 31) define ativismo como “ação orientada para a defesa de causas contenciosas”, de forma coletiva “como uma prática em grupo”. A autora defende que ele sempre envolve instituições. Já Mansbridge e Flaster (2007) acionam a ideia de “ativista cotidiano” para dizer dos atos individuais de sujeitos ordinários que enquadram suas ações sob uma matriz comum a um movimento social, ainda que não participe diretamente dele.

Nesta pesquisa, voltamo-nos para a forma como atrizes, grupos e reivindicações feministas se fizeram presentes no contexto do jornalismo online na capital paraense. A atuação política dos feminismos na Amazônia, em especial no Pará, é marcada por ampla diversidade, conforme sinaliza Álvares (2018). O que visualizamos no maior estado da região Norte se alinha com as dinâmicas observadas em outros contextos do território nacional, que, nos últimos anos, foi cenário da emergência de novos “campos discursivos de ação feministas”, nos termos de Alvarez (2014).

Multiplicados e ultrapassando as organizações formais, os grupos feministas passaram a reivindicar, para além das agendas clássicas desse movimento social, também formas novas de expressão, como aquelas autodenominadas de *coletivos* (Sarmiento, 2023). Essas articulações contemporâneas também se voltam de forma mais incisiva para a necessidade de um olhar interseccional às opressões vivenciadas pelas mulheres em sua multiplicidade. Conforme pontua Collins (2022, p. 77), uma leitura interseccional depende necessariamente da compreensão da constituição mútua entre os chamados marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero, entre outros) e acerca dos contextos ou da “localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder”.

Com esse conjunto de discussões, propomos observar como o confronto político pode ser visualizado no jornalismo regional online quando focamos nas demandas feministas contemporâneas. A seguir, explicitamos as escolhas metodológicas.

## Metodologia

Para a realização desta pesquisa, coletamos todo o conteúdo midiático publicado com os termos “feminismo”, “feminista” ou “movimento de mulheres” nos mecanismos de busca dos portais *DOL* e *O Liberal.com*. Dado que os veículos também republicam notícias nacionais, coletamos os textos cujo evento/ação fizesse referência ao contexto local, em especial situando pessoas ou acontecimentos ocorridos no Pará ou em Belém.

O portal *O Liberal.com*, antes *Portal ORM* (sigla de Organizações Rômulo Maiorana), é parte de um histórico grupo de comunicação do estado, com o mesmo nome,

que possui também o jornal impresso mais longevo do Pará, bem como a afiliada Rede Globo local. Já o *DOL* integra a *Rede Brasil Amazônia de Comunicação*, afiliada *Bandeirantes* no estado, que possui um jornal de circulação diária, o *Diário do Pará*, de propriedade de uma família de políticos ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sob a liderança, até 2022, de Jader Barbalho Filho, atual ministro das Cidades.

O *corpus* da pesquisa é de 41 textos, entre notícias e artigos de opinião, publicados entre 2019 e 2022. É importante ressaltar que se trata do conteúdo dos portais e não dos jornais impressos, cujas lógicas de produção de conteúdo e público-alvo são distintas. Entendemos que, no cenário atual de hiperconexão, o acesso aos portais diretamente ou via seus perfis em mídias digitais é um elemento importante para a compreensão de como aparecem pautas e atrizes feministas.

A coleta voltada aos dois portais comerciais de notícias se justifica pela crescente importância do jornalismo online. Dispondo de espaço menos constrangido para a construção das notícias, como aquele perceptível nas páginas de jornais ou no tempo de televisão, no jornalismo online, os tradicionais critérios de noticiabilidade puderam ser alargados (Aguilar; Barsotti, 2012). Junto a tal característica, somam-se outras diferenças com o jornalismo tradicional, tais como interatividade com o conteúdo noticiado, possibilidade de compartilhamento em outras plataformas, hipertextualidade e utilização de recursos de áudio e vídeo.

Essas inovações também convivem com uma necessidade de se obter métricas de acesso e audiência (Vieira; Christofoletti, 2019), que, por vezes, podem comprometer a função social do jornalismo. Observar a cobertura de atrizes e demandas feministas nos portais online de grande acesso no estado se mostra uma forma de conhecer se e como a multiplicidade do feminismo se expressa no jornalismo web no estado.

A identificação das fontes, enquanto vozes mobilizadas pelo jornalismo nas narrativas construídas na realidade, torna-se importante dado que a relação de quem fala e o espaço midiático envolve processos de negociação e legitimação daquele interlocutor (Pinto, 2000). Esse processo abrange disputas de poder, especialmente pelo espaço historicamente destinado a fontes oficiais e, em menor escala, a movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil (Traquina, 2008). Embora uma série de mudanças esteja ocorrendo nos últimos anos, principalmente na relação do jornalismo com a cobertura sobre o feminismo, perceber quem fala, quem tem acesso e sobre o que se fala no espaço midiático online se torna relevante.

Para a discussão a seguir, os textos foram codificados, com base na análise de conteúdo, em 12 categorias, nas quais destacam-se: a presença ou não de fontes feministas, o tipo de organização da fonte feminista, a heteroclassificação racial das fontes, a relação com o Estado, bem como os temas ligados às demandas feministas presentes nas notícias. Para a análise, trabalhamos com as especificações de Sampaio e Lycarião (2021) sobre análise de conteúdo, a fim de categorizar e quantificar variáveis dispostas nos produtos midiáticos, bem como discutir qualitativamente suas nuances.

## Discussão dos resultados

Um primeiro dado importante a ser mencionado é que, à época da coleta, os referidos mecanismos de buscas dos portais retornaram textos a partir de 2019, assim a análise se concentra em quatro anos. Tal recorte também se insere em um período da história nacional em que as discussões de gênero se tornaram um amálgama de diferentes pautas conservadoras dentro do processo de regressão democrática, após a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, em 2018 (Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Nicolau, 2020).

A distribuição de textos nos dois veículos é bastante similar, sendo 21 notícias no portal *DOL* e 20 em *O Liberal.com*. Nos textos que abordavam temas feministas, foi possível identificar diretamente, seja por meio do texto jornalístico ou em aspas diretas das entrevistas, fontes feministas em 80% das notícias. Dessas fontes, não foi possível realizar a heteroclassificação racial em mais da metade do *corpus* (56,1%), dada a ausência de imagens/fotografias ou descrição. No restante em que havia tal possibilidade, encontramos a presença de 24,3% negras (pretas e pardas) e 20% de mulheres brancas.

Em seguida, focamos nossas discussões em três achados da pesquisa: os tipos de fontes feministas visíveis nos jornais, os temas e sua interação com demandas ao Estado. O resultado encontrado na Tabela 1 evidencia que em mais de 50% dos textos não é possível identificar qual a organização que essa fonte feminista faz parte. Quando há uma organização identificada, conseguimos perceber que quase 20% são oriundas do espaço universitário, nomeadas como professoras e pesquisadoras. Instituições como a Universidade Federal do Pará, a Universidade do Estado do Pará e a Universidade da Amazônia são algumas das organizações a que estão vinculadas essas vozes mobilizadas pelos jornais, conforme exemplifica o trecho abaixo:

A professora da Uepa Geresa Barros Miranda apresentou em sua exposição a luta e o processo para a conquista do voto feminino na luta das mulheres pelas igualdades de direitos, desde antes da formalização do direito ao voto, mas que apenas em 24 de fevereiro de 1932 passou a ser reconhecido no Código Eleitoral, e assegurado o voto feminino na Constituição Federal de 1934. "A luta por esse direito está diretamente ligada ao esforço feminista pela equiparação de direitos entre homens e mulheres e remonta ao século XIX", detalhou a professora, que é doutora em História Social, mestra em história da Amazônia. Ela informou ainda que, antes do Código Eleitoral e a institucionalização na Constituição de 1934, esta luta foi travada desde o século anterior e a partir da década de 1920 as conquistas começaram a aparecer (Mulheres conquistavam..., DOL, 2022).

Após as fontes do âmbito acadêmico/universitário, aparecem mais recorrentemente vozes feministas ligadas ao setor cultural (17%), como o Coletivo Feminista Negro – Baile das Sereionas. Já os movimentos feministas do campo popular, organizados em coletivos e outros formatos mais clássicos, como o sindical, apresentam pouca visibilidade entre as pessoas ouvidas, com a citação direta de apenas dois deles, o Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) e Coletivo Mulheres da Resistência e Luta.

No *corpus* de análise, não foram notados movimentos históricos de atuação em Belém, como o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (Fmap), o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), entre outros. Tal achado se aproxima das reflexões teóricas supramencionadas, acerca de uma pluralização das organizações feministas na contemporaneidade, bem como da necessidade, em face dos novos ou jovens feminismos, de recuperar politicamente as trajetórias históricas das ativistas.

**Tabela 1 - Tipos de organização que a fonte feminista faz parte**

Tipos de organização	Frequência	Porcentagem (%)
Não apresenta organização Organizações digitais (páginas, grupos)	22	53,66
Universidade (professoras e pesquisadoras)	8	19,51
Movimento cultural	7	17,07
Coletivos feministas	2	4,88
Movimentos feministas "clássicos"	1	2,44
Movimento sindical	1	2,44
Total	41	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quando observamos os temas mais presentes nas notícias, conforme disposto na Tabela 2, a violência aparece em mais de 30% do *corpus*. Esse dado se liga com demais discussões do campo feminista, que mostra como o problema público da violência contra a mulher se tornou uma das principais pautas do movimento, com intensa ligação com as políticas públicas. A partir da luta histórica das feministas, desde a década de 1970, o enfrentamento à violência conseguiu adesão da sociedade, com a popularização da Lei Maria da Penha, bem como é um dos poucos temas que conseguem unir bancadas femininas, seja no contexto federal ou nos demais níveis administrativos (Almeida, 2007; Mano, 2021).

É importante notar que, mesmo com a presença forte do tema na cobertura online, são poucas as fontes ouvidas que atuam diretamente no combate à violência, sobretudo por meio de políticas públicas no aparato estatal. Nos textos sobre violência, o foco recai na necessidade de desnaturalização e no enfrentamento das práticas violentas, motivadas por casos de feminicídio.

No trecho a seguir, informa-se sobre a construção coletiva de um ato, em que são citadas as presenças de "movimentos sociais, familiares e amigos de vítimas e até mesmo partidos políticos". Chama atenção a expressão "até mesmo", quando entendemos a importância dos partidos, como instituições políticas, de agendarem debates e

pressionarem as demais instituições. A notícia é das poucas que traz um coletivo feministas não atuante no setor cultural como fonte.

A morte de uma filha, de uma irmã, de uma mãe vítimas de alguém que um dia jurou amor e proteção gera sequelas emocionais e estruturais em famílias que vivem o drama. A quantidade de mulheres mortas por atuais ou ex-companheiros cresce na mesma proporção que requer políticas de combate a este tipo de crime. Em busca de garantir ações do poder público nesta direção, um grupo de cerca de 200 pessoas, formado por movimentos sociais, familiares e amigos de vítimas e até mesmo partidos políticos se reuniu, na manhã desta sexta-feira (3), em Ananindeua. [...] Edivânia Alves, representante do coletivo Mulheres da Resistência e Luta, desabafou durante o manifesto. “O objetivo desse ato é chamar a atenção, mais uma vez, sobre a violência contra a mulher. O nosso slogan ‘Parem de nos Matar!’ está dizendo que as mulheres não são objetos de homens. O nosso corpo, a nossa existência, a nossa vida, nós temos o direito de existir”, disse a professora universitária enfatizando a importância de se por fim à cultura do patriarcado. “Nós precisamos combater, portanto, a cultura do patriarcado, que é muito negativa. A gente precisa desconstruir aquela ideia de que o homem mata por amor. Quem ama não mata. Quem ama cuida” (Mulheres pedem..., DOL, 2021).

Em relação a outros temas apresentados nessas notícias, nota-se a presença forte de textos discutindo questões relacionadas a padrões estéticos sobre corpo e imagem das mulheres e combate à gordofobia (26,8%). Essa discussão tem sido forte nos feminismos contemporâneos.

Nas rodas de conversas do coletivo feminino, elas compartilham experiências, falam sobre aceitação do próprio corpo e de como combater o preconceito. “Somos um grupo feminista e combatemos tudo aquilo que oprime as mulheres, o seu corpo, a sua voz. É o respeito à liberdade de ser o que quiser, sem julgamentos de seus corpos, sem a imposição de estereótipos e pressões estéticas”, define Roberta Brandão, idealizadora do baile (Pinto, 2020).

Matérias específicas sobre representação e participação de mulheres na política e feminismo negro aparecem com o mesmo percentual (9,7%). O dado pode ser problematizado especialmente pela temporalidade estudada abarcar o período eleitoral de 2020. A baixa presença de textos nos portais online sobre demandas feministas de representação ou ocupação de espaços de participação política pode revelar como essa pauta ainda precisa ser fortalecida como questão relevante para o jornalismo.

Tabela 2 - Temas mais comuns que eram discutidos nas notícias

Tema	Frequência	Porcentagem (%)
Violência/assédio	13	31,71
Corpo-imagem	11	26,83
Outros	5	12,20
Representação e participação política	4	9,75
Feminismo Negro	4	9,75
Sexismo-denúncia	2	4,88
Cultura	1	2,44
Vivência Feminina	1	2,44
Total	41	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Outro ponto que buscamos mapear na análise é concernente à forma como se demandam reivindicações ao Estado (em qualquer uma das esferas). No *corpus* analisado, mais de 60% das fontes ouvidas não apresenta, ao menos no texto dos portais, demandas explícitas às instituições estatais. No excerto a seguir, exemplificamos uma demanda que aparece de forma mais incisiva que é a cobrança por justiça, direcionada assim ao Poder Judiciário.

Os crimes contra a mulher têm crescido nos últimos meses e um dos casos mais revoltantes vai ao tribunal do júri. A Justiça julga nesta sexta-feira (8), o réu Boaventura Dias Lima, autor do assassinato da ex-candidata à prefeita de Curalinho, Leila Arruda. O crime ocorreu em novembro do ano passado, em um conjunto residencial no bairro do Tenoné, em Belém. [...] Também está sendo aguardada uma manifestação em frente ao prédio onde será o julgamento. De acordo com familiares, várias mulheres de Curalinho, na região do Marajó estão vindo para a capital paraense para acompanhar o júri, mesmo do lado de fora do prédio. A expectativa é de uma manifestação com familiares, amigos e admiradores de Leila, entre os filhos da vítima. Leila Arruda tinha 49 anos e teve dois filhos com seu assassino. Ela foi fundadora e militante do Movimento de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (Moema), filiou-se ao PT em Curalinho aos 20 anos e era formada em

Pedagogia (Júri popular julga assassino de Leila Arruda nesta sexta, DOL, 07.10.2021).

No *corpus* de texto coletado, não apareceram, por exemplo, demandas sobre creches e jornadas de cuidado, melhorias de postos de trabalho ligadas à atuação dos feminismos na capital. É preciso ressaltar que se trata não de uma abordagem dos portais e não da ausência dessas demandas no seio dos movimentos feministas. Ao recuperarmos a ideia de que o confronto político, de acordo com Tarrow (2009), busca desafiar as instituições e lógicas vigentes, notamos que, no âmbito do conteúdo online dos portais, houve pouco espaço para que essa cobrança mais disruptiva pelos movimentos emergisse.

## Considerações finais

Nesta pesquisa, observamos quais fontes de informação foram mobilizadas quando se aborda direta ou tangencialmente o feminismo nas notícias, junto a suas organizações e aos temas mais frequentes. A importância do jornalismo online no cenário contemporâneo é evidente e, por isso, voltamos-nos aos dois maiores portais sediados em Belém: *DOL* e *O Liberal.com*.

A partir da análise de 41 textos, publicados entre 2019 e 2022, identificamos que a diversidade do movimento feminista paraense não está disposta nessas notícias. Há apenas uma sobre representação de fontes do ambiente universitário e pouca mobilização de feministas do campo popular. Nesse sentido, não estamos, de forma alguma, desconsiderando a importância da reflexão acadêmica para o campo feminista, dadas as relações umbilicais da universidade com o movimento. Trata-se de um questionamento sobre a necessidade de os portais ampliarem o escopo de fontes ouvidas, visto a diversidade de perspectivas presentes em uma capital amazônica.

No tangente aos temas, destaca-se a presença da violência como a pauta mais recorrente a atravessar as publicações. Retomamos, também, o fato de que em poucos textos há demandas claras para as instituições estatais, como a cobrança efetiva do cumprimento de políticas públicas.

Iniciamos nossa discussão apontando como atores do campo da sociedade civil historicamente possuem espaço reduzido nos meios de comunicação tradicionais, o que se projeta para os portais analisados na capital paraense. Como fontes documentais e históricas utilizadas com frequência para a compreensão do confronto político, no caso analisado, há pouca diversidade de fontes ouvidas sobre feminismo no Pará, quando verificamos em quais organizações o conjunto de mulheres se concentra. Pluralizar essa cobertura no âmbito online é, ainda, reconhecer a existência das mídias sociais como espaços de suma importância para ter um entendimento das atrizes e as pautas feministas que possam ser identificadas nesses portais paraenses.

## Referências

ABERS, Rebecca. **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Editora UnB, 2021.

AGUIAR, Leonel; BARSOTTI, Adriana. Mobilizar a audiência: uma experiência contemporânea no jornalismo on-line. **Revista Alceu**, v. 13, n.25, p. 5- 19, jul./ dez. 2012. Disponível em: [http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/artigo1\\_25.pdf](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/artigo1_25.pdf). Acesso em: 8 jul. 2024.

ALMEIDA, Suely (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

ÁLVARES, Maria Luzia. Mulheres & movimentos-ativismo, empoderamento e espaços de poder. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 80-100, jan./ jun. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4111>. Acesso em: 12 out. 2024.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 13-56, jul./ dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em: 8 jul. 2024.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

BECKMAN, Diego. Juri popular julga assassinato de Leila Arruda nesta sexta. **DOL**, Belém, 7 out.2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/676156/juri-popular-julga-assassino-de-leila-arruda-nesta-sexta?d=1#>. Acesso em: 8 jul. 2024.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

GAMSON, William. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; SANGLARD, Fernanda. Análise de enquadramentos. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira (Org.). **Métodos de Pesquisa em Comunicação Política**. Salvador: Edufba, 2022. v. 1. p. 109-128.

MAIA, Rousiley. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 195-219.

MANO, Maíra Kubík. **Atuar como Mulheres**: Um Olhar sobre a Política Institucional. Curitiba: Editora Appris, 2021.

MANSBRIDGE, Jane; FLASTER, Katherine. The cultural politics of everyday discourse: The case of "male chauvinist". **Critical Sociology**, v. 33, n. 4, p. 627-660, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/156916307X210973>. Acesso em: 12 out. 2024.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**: revista de cultura e política, p. 11-48, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MENDES, Kaitlyn. Framing feminism: news coverage of the women's movement in British and American newspapers, 1968-1982. **Social Movement Studies**, v. 10, n. 1, p. 81-98, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14742837.2011.545228>. Acesso em: 12 out. 2024.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MULHERES CONQUISTAVAM o direito ao voto há 90 anos. **DOL**, Belém, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/698593/mulheres-conquistavam-o-direito-ao-voto-ha-90-anos?d=1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

MULHERES PEDEM fim de feminicídios em Ananindeua. **DOL**, Belém, 3 set. 2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/670556/mulheres-pedem-fim-de-feminicidios-em-ananindeua?d=1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PINTO, Ericka. Um tapa na cara da gordofobia em Belém. **O Liberal**, 5 dez. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/um-tapa-na-cara-da-gordofobia-em-bel-em-1.332965>. Acesso em: 8 jul. 2024.

PINTO, Manoel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade** 2, v. 14 (1-2), p. 277-294, 2000. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS\\_vol2\\_mpinto\\_p277-294.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf). Acesso em: 8 jul. 2024.

SAMPAIO, Rafael. LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SARMENTO, Rayza. Análise de enquadramento e epistemologia feminista: discutindo implicações metodológicas. **Teoria e pesquisa**, v. 28, p. 97-117, 2019.

SARMENTO, Rayza; MASSUCHIN, Michele. MENDONÇA, Ricardo F. Comunicação e Política no Brasil: um panorama recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – BIB, v. 95, p. 1-39, 2021.

SARMENTO, Rayza. Expressões político-digitais de coletivos feministas no Instagram. **Alceu**, v. 22, n. 48, p. 86-101, 2023.

SILVA, Marcelo K.; ARAÚJO, Gabrielle O.; PEREIRA, Matheus M. Análise de Eventos de Protesto no Estudo de Repertórios Associativos. In: ROBERTT, Pedro et al. (org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje**, Vol. 2: práticas, abordagens e experiências de investigação. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 311-330.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>. Acesso em 20.jun.2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. v. II**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

VIEIRA, Livia de Souza; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Impacto no jornalismo online: cultura do clique, métricas e relevância social. **Lumina**, v. 13, n. 1, p. 132-148, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.21453. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21453>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Recebido em: 17 jul. 2024  
Aprovado em: 10 set. 2024

## **ETNOMÍDIAS INDÍGENAS: RÁDIO YANDÊ E MÍDIA INDÍGENA - EDUCOMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONTRANARRATIVAS**

### **INDIGENOUS ETHNOMEDIA RÁDIO YANDÊ AND MÍDIA INDÍGENA - EDUCOMMUNICATION AND THE PRODUCTION OF COUNTER-NARRATIVES**

Cláudio Henrique Vieira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Duas constatações motivaram a escrita do presente artigo: o viés educacional e as contranarrativas produzidas pelas *etnomídias indígenas* – mídias idealizadas e conduzidas exclusivamente por comunicadores indígenas, com foco na valorização das tradições, culturas e questões que impactam a vida dos povos indígenas e nos territórios. As *etnomídias indígenas* fogem dos padrões da mídia hegemônica – da seleção das pautas aos recortes e abordagens – e constroem novas narrativas. São abordadas produções verboaudiovisuais que dialogam com a educação intercultural indígena, denotam atenção especial à juventude indígena, buscando despertar o sentimento de pertencimento e envolvimento na produção de conteúdos. Como *corpus*, são escolhidas as *etnomídias Rádio Yandê e Mídia Indígena* por serem referência no assunto, já a metodologia é baseada na netnografia.

#### **Palavras-chave**

indígenas; etnomídia; educação; educocomunicação; decolonização.

#### **Abstract**

Two observations motivated the writing of this article: the educational bias and the counter-narratives produced by indigenous ethnomedia – media conceived and run exclusively by indigenous communicators, focusing on the appreciation of traditions, cultures, and issues that impact the lives of indigenous peoples and their territories. Indigenous ethnomedia diverges from the standards of hegemonic media – from agenda-setting to framing and approaches – and constructs new narratives. The article discusses audiovisual productions that engage with indigenous intercultural education, paying special attention to indigenous youth, aiming to evoke a sense of belonging and involvement in content creation. The ethnomedia *Rádio Yandê* and *Mídia Indígena* are selected as the corpus for being references on the topic, while the methodology is based on netnography.

#### **Keywords**

indigenous; ethnomedia; education; educocommunication; decolonization.

<sup>1</sup> Jornalista, Mestre em Comunicação Social pela UFMG, Especialista em Produção e Crítica Cultural pela PUC Minas, Professor assistente na PUC Minas. claudiohvieira@gmail.com. <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0002-3750-8679>, <http://lattes.cnpq.br/0195182558434081>.

## Introdução

A palavra *etnomídia* nos remete à *etnomidialogia* que, segundo Ferreira (2015), compreende as autorrepresentações midiáticas de grupos socialmente excluídos, minorizados ou “sócio-acêntricos”, conforme o autor descreve por considerar mais abrangente em termos de diversidade. E falar em *etnomidialogia* é tratar de uma comunicação decolonial, é pensar mídias que, lançando mão dos dispositivos sociotécnicos comuns às demais, implementam linguagem e estética próprias na produção e transmissão de conteúdos.

O termo *etnomídia* acompanhado da palavra *indígena* é uma espécie de demarcação ou recorte que tem por objetivo deixar claro origem e vocação, quem produz, as causas que mobilizam as produções, os conteúdos veiculados e parte fundamental da audiência: os indígenas. Mas é evidente que os idealizadores e produtores queiram alcançar também os não indígenas para disseminar conhecimentos ancestrais e/ou sensibilizar para causas, acontecimentos e ações que acabam não tendo o devido espaço e cobertura nas mídias tradicionais. As *etnomídias indígenas* simbolizam mídias decoloniais, produtoras de contranarrativas. Dar a devida atenção às *etnomídias indígenas* é reconhecer os povos originários como sujeitos comunicacionais.

Também não se pode negar a influência, direta ou indireta, que as mídias exercem na audiência. Parte considerável dessa audiência são jovens em idade escolar, o que nos coloca diante do aspecto educacional das *etnomídias indígenas*, justificando a atenção dos comunicadores indígenas à produção de conteúdos que dialoguem com esses jovens e contribuam com a educação intercultural indígena.

Decolonizar a educação e produzir contranarrativas passa por decolonizar o pensamento, compreender uma especificidade, talvez a mais cara aos povos originários: são povos e corpos com episteme própria, o que pede distanciamento de ideias e olhares advindos do senso comum, do *status quo*, dos cânones consolidados nos meios acadêmicos e no inconsciente coletivo. As *etnomídias indígenas* apresentam-se como importantes aliadas no processo disruptivo.

Neste artigo, temos como corpus as *etnomídias Rádio Yandê e Mídia Indígena*. Observamos a perspectiva estratégica da criação, fazer uma panorama das produções e focar a nossa análise em dois conteúdos publicados no canal do *YouTube* das referidas *etnomídias*: Entrevista com Alexandro Kuaray Mirim / Guaraní M'byá; e o videocast *Comunicadores em Ação*: Bitate Uru Eu Au Au, Richard Werá e Salí Guaraní Ñandeva. Buscamos apontar porque tais produções são consideradas contranarrativas e identificar o viés educacional contido.

Elegemos duas temáticas protagonizadas por jovens indígenas de etnias e territórios distintos, cientes que todos os conteúdos têm o mesmo mérito e relevância. Dada a complexidade das questões abordadas, este artigo não dá conta de todas as variáveis, detalhes e discussões que suscitam, motivo pelo qual damos continuidade em novos artigos, pois, trata-se de uma investigação em andamento.

## Metodologia

Por serem conteúdos veiculados em ambiente digital, ou seja, produções audiovisuais veiculadas no canal do *YouTube* das referidas *etnomídias*, empregamos o método da netnografia, que busca compreender os fenômenos culturais e as singularidades que permeiam a interação humana no ambiente virtual. A netnografia é “uma adaptação da pesquisa etnográfica que leva em conta as características dos ambientes digitais e da comunicação mediada por computador” (Corrêa; Rozados, 2017, p. 2).

Em *Netnografia, realizando pesquisa etnográfica online*, Kozinets (2014) afirma:

O uso do termo netnografia, nesse caso, representaria a tentativa do pesquisador de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir em suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes on-line e offline de compreensão cultural (Kozinets, 2014, p. 62).

A netnografia surgiu em função da necessidade de pesquisadores abordarem o mundo on-line em suas pesquisas. A internet permite o estudo de recursos de comunicação multimídia como textos, áudios e vídeos, que enriquecem o material da pesquisa, consomem menos tempo, são menos dispendiosos e menos invasivos, já que podem ser tomados como uma janela para o pesquisador, de onde ele observa sem intervir diretamente no processo por não estar presente fisicamente, conforme aponta Kozinets (2014) – motivo pelo qual adotamos a referida metodologia neste artigo. Mas há que se tomar cuidado para evitar equívocos que levem a interpretações errôneas de determinados fenômenos que os documentos e as interações on-line podem levar.

## Educação intercultural indígena

Uma das grandes conquistas dos movimentos dos povos originários, protegida pela Constituição de 1988, é a educação escolar indígena com proposta “diferenciada, específica, bilíngue e intercultural”, conforme destaca Grupioni (2008, p. 37). Uma proposta que garante às comunidades indígenas a utilização das línguas maternas e valoriza os processos próprios de aprendizagem.

A proposta em questão nasce na década de 1970, conforme aponta Baniwa (2007) no relatório intitulado: “Cenário Contemporâneo da Educação Escolar Indígena no Brasil”.

A proposta de educação escolar indígena intercultural, bilíngüe e diferenciada surgiu como contraponto ao projeto colonizador da escola tradicional imposta aos povos indígenas. Surgiu na década de 1970 entre os povos indígenas do Brasil, incentivados e apoiados por seus aliados. Apenas duas décadas seguintes, o governo, através do Ministério da Educação, incluiu o tema na sua agenda de discussão, forçado pelas críticas e pressões dos índios e da opinião pública nacional e internacional, que acusavam o governo de etnocídio (Baniwa, 2007, p. 5).

Contudo, não basta a Constituição prever a educação intercultural indígena, é preciso considerar a implantação adequada a cada território e a série de ações que envolve a implantação – formação dos profissionais, construção dos espaços adequados, aquisição de equipamentos, material didático apropriado, remuneração dos profissionais, entre outras ações.

Ao mesmo tempo, há que se pensar no que aponta Baniwa (2007) sobre a importância da valorização das escolas nos territórios de origem para as comunidades e o enfrentamento às demandas locais, evitando, assim, o crescente êxodo para os grandes centros urbanos sem intenção de retorno e/ou evasão escolar.

A implantação do ensino médio indígena tem o propósito de possibilitar que as escolas indígenas, com projetos políticos pedagógicos (currículos e regimentos) próprios, assumam efetivamente seu papel para contribuir na solução dos problemas enfrentados pelas comunidades, enquanto centros de construção dos diferentes saberes: acadêmico, popular e tradicional indígena, com formação para atuarem nas comunidades de origem, como sujeitos de sua própria história, bem como com capacidade para enfrentar o mundo da sociedade envolvente, como forma de evitar o êxodo das terras indígenas e a evasão escolar por meio da afirmação e valorização da identidade cultural (Baniwa, 2007, p. 3).

E falar em valorização da identidade cultural é abordar uma educação intercultural indígena bilíngue/multilíngue, uma escola na perspectiva indígena, de fato e de direito. Infelizmente, as tomadas de decisões nessa área ainda são, predominantemente, dos não indígenas. Fruto de muitos esforços, temos acompanhado a ampliação da participação dos indígenas na esfera política, em espaços voltados para a proposição, desenvolvimento e gestão de projetos, vide a criação do Ministério dos Povos Indígenas, em 1º de janeiro de 2023. Embora as questões educacionais, de modo mais específico, não sejam concentradas nesse Ministério – a criação em si é um grande avanço e nos remete à crítica feita pelo educador Eá Borum:

É preciso que o Ministério dos Povos Indígenas articule as bases políticas da educação decolonial independente daquelas erigidas pelo Ministério da Educação – MEC (estão atreladas ao Banco Internacional) e filtrar do neoliberalismo inseridos nas bases curriculares aquilo que não nos enfraquece ou nos torna sociedade para consumo e trabalho compulsório em situação de exploração. Talvez, o maior desafio para a educação dos povos originários reside nesta questão, pois vai de encontro com as angústias da sociedade contemporânea (Eá Borum, 2024, on-line<sup>2</sup>).

Eá Borum reitera a importância e o papel da educação indígena decolonial, da produção de contranarrativas escolares, narrativas que valorizem e potencializem conhecimentos originários em vez de apagá-los, narrativas que fujam ao padrão da educação hegemônica, do ensino pasteurizado.

2 Matéria publicada no site da Rádio Yandê. Disponível em: <https://radioyande.com/desafiando-paradigmas-a-jornada-da-educacao-indigena-no-brasil-contemporaneo/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Ainda que não tenhamos escolas indígenas no modelo vislumbrado por Eá Borum, alinhado ao pensamento de Baniwa, “segundo suas próprias referências pedagógicas, cosmológicas, ontológicas e epistemológicas” (Baniwa, 2019, p. 62), não se pode negar o avanço que a Constituição promoveu em termos de escola indígena intercultural nos territórios e nas cidades.

Reconhecemos que a proposta de escola indígena intercultural está contribuindo para transformar a escola tradicional para índios – totalmente colonial, negadora de culturas, saberes e línguas – em escolas com forte protagonismo indígena e com currículos menos eurocêntricos. Uma escola dinâmica e em movimento, portanto uma escola praticando a cultura do diálogo, da complementariedade e da dialética intercultural. [...] as distintas culturas, os distintos saberes e as distintas cosmovisões presentes, envolvidas e acionadas pela escola estão em constante movimento circular, interativo e de conexões intermundos, sem a arrogância vertical e hegemônica da ciência ocidental colonizadora (Baniwa, 2019, p. 62).

As ideias de Baniwa nos remetem às palavras de Carneiro da Cunha (2009) quando esta diz que a “educação intercultural coloca em diálogo regimes de conhecimento díspares” (Carneiro da Cunha, 2009, p. 11). O não indígena, com o objetivo de apagamento das culturas originárias, hierarquizou os saberes dando a ver o seu conhecimento como superior e civilizatório.

Todavia, regimes de conhecimento nos lembram a definição de “cultura” (com aspas) de que fala Carneiro da Cunha (2009). Segundo a autora, “cultura” traz consigo a ideia de reflexividade, tem um efeito coletivizador: todos a possuem e por definição todos a compartilham” (Carneiro da Cunha, 2009, p. 355). “Cultura” contempla a ideia de agregar, aproximar, trocar, incorporar elementos culturais do outro.

Taukane (2001) lembra que só começou a olhar criticamente para a educação escolar indígena quando estava se preparando para o mestrado, em 1994, e percebeu que ela mesma era fruto de uma educação de negação, de desvalorização das culturas originárias. “Fui me revendo: como fui educada nos moldes de uma educação para que eu me tornasse uma pessoa civilizada” (Taukane, 2001, p. 15).

Desconstruir a educação de negação e o epistemicídio indígena passam por iniciativas construídas nos movimentos indígenas, a apropriação do espaço escolar, o entendimento e o acolhimento desses povos como sujeitos comunicacionais. E reconhecer os indígenas como sujeitos comunicacionais nos remete à etnocomunicação, a projetos e instrumentos comunicacionais aliados de uma educação decolonial e intercultural como são as *etnomídias indígenas*. Vale destacar que a contextualização e a ampla abordagem de questões ligadas aos povos originários não estão desconectados da história econômica, política, social, cultural e comunicacional brasileira e da América Latina sob o rótulo de “ancestralidade”.

## Etnomídia indígena: narrativas contra-hegemônicas

No final da década de 1970, em resposta aos desmandos do Estado ditador, surgiu a União das Nações Indígenas (UNI), que reunia estudantes indígenas de Brasília, Campo Grande, Cuiabá e São Paulo e lideranças das aldeias. Os povos indígenas se apropriam dos meios de comunicação de massa [...] e a UNI edita um jornal impresso, o *Jornal Indígena*.

Em junho de 1985, a *Rádio USP* exibiu a primeira edição do *Programa de Índio*, apresentado por Álvaro Tukano, Ailton Krenak e Biraci Yawanawá, segundo Pappiani (2012). O programa foi criado para divulgar culturas, tradições, histórias e, sobretudo, ser um canal de defesa dos direitos indígenas, bem como diálogo com a sociedade não indígena.

O rádio surge como resposta às necessidades do movimento indígena nesse momento. Por suas características básicas que, de forma empírica, os indígenas já sabiam identificar: o uso da linguagem oral, a possibilidade do uso de outros idiomas na comunicação, o baixo custo e a facilidade na produção, a abrangência de um grande público, a possibilidade de gravar programas em fitas cassete e distribuir às aldeias ampliando o tempo de vida do programa, a possibilidade do uso de outras linguagens na comunicação como as histórias, as narrativas tradicionais, a música, os sons naturais das aldeias (Pappiani, 2012, p. 111).

De lá pra cá, a tecnologia digital e a convergência das mídias facilitaram as condições de produção e transmissão dos conteúdos. As *etnomídias indígenas*<sup>3</sup> atuais, ao mesmo tempo em que bebem nessa fonte, representam a expansão de projetos como o *Jornal Indígena* e a *Rádio USP*, seguem no papel de catalisadoras dos acontecimentos, dentro e fora dos territórios indígenas, aglutinam interesses e mobilizam forças.

A *Rádio Yandê* e a *Mídia Indígena*, bem como as etnomídias citadas anteriormente, são resultado da apropriação e resignificação dos espaços midiáticos, até então, monopolizados pelos donos do capital, por consequência, controladores das narrativas. Os indígenas mudam as mídias por dentro, ou seja, lançando mão de técnicas e dispositivos sociotécnicos, descolonizam a produção dos conteúdos. Mas Gomes (2022) ressalta que as *etnomídias indígenas* não começam na dominação da tecnologia e, sim, nas diversas práticas atravessadas pela tecnologia da oralidade, do corpo e da natureza.

A produção das contranarrativas etnomidiáticas opera no distanciamento aos espelhos, no rompimento com o grupo “superior” e às fronteiras definidas pelo Ocidente, conforme Torrico (2019). A etnocomunicação demarca um lugar muito particular de cada sujeito comunicacional indígena e influencia visões da própria comunidade sobre seu corpo no espaço midiático, os olhares dos não indígenas para as realidades e idiosincrasias dos povos originários.

3 O conceito etnomídia indígena ganha respaldo no Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação da UFBA, a partir do registro junto ao CNPq, em 1997, segundo Tupinambá (2018).

Somos convocados a fazer parte de uma revolta multidimensional na esfera comunicacional que, a partir da perspectiva subalterna, mude os âmbitos de sua epistemologia e ontologia, renove sua teorização e indagação e revitalize sua prática cotidiana com um norte humanizante e emancipador (Torrico, 2015, p. 109, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Nas últimas décadas a expressão “protagonismo indígena” tem sido lida e ouvida com frequência, fruto dos movimentos indígenas, da Constituinte de 1988, da atuação dos povos originários em diversas áreas, do diálogo com a sociedade e projetos como as *etnomídias indígenas*. Sobre a definição de *etnomídia indígena*, Renata Machado Tupinambá afirma:

Etnomídia é comunicar expressando sua identidade étnica para que exista um real empoderamento na apropriação das novas tecnologias pelos povos e culturas que a usam como ferramenta, fugindo da colonização audiovisual ou midiática dos formatos de mídia padronizados pelo pensamento ocidental, apresenta uma natureza contra-hegemônica (Tupinambá, 2018, on-line).

A fala de Renata traduz uma subversão à lógica ocidental e dialoga com Carneiro (2019) quando diz que as sabedorias dos indígenas são pouco discutidas, pouco ou nada tensionadas em sua dimensão comunicacional. A dimensão comunicacional das *etnomídias indígenas* revela, ainda, seu caráter educacional, visto que os conteúdos são pensados para serem compartilhados e repercutidos entre estudantes e educadores indígenas. O aspecto educacional se dá, também, a partir da atenção dos comunicadores indígenas aos conteúdos escolares como potenciais pautas para futuras produções etnomidiáticas. A educação indígena tem caráter libertador, emancipatório, contribui amplamente para o reconhecimento dos sujeitos comunicacionais indígenas, para as mobilizações e a autogestão.

## Rádio Yandê e Mídia Indígena - educação e contranarrativa

No idioma tupi-guarani, a palavra “yandê” significa, ao mesmo tempo, “nós” e “nosso”. Não por acaso, dá nome à primeira webrádio indígena do Brasil. A *Yandê*<sup>5</sup> foi criada, em 2013, por Anápuaka Muniz Tupinambá, Renata Machado Tupinambá e Denilson Baniwa<sup>6</sup>, nasceu com a missão de ser educativa e difundir as culturas indígenas, conforme destaque em seu canal no *YouTube*.

4 “Estamos, pues, convocados a hacernos parte de una revuelta multidimensional en la esfera comunicacional que, desde la perspectiva subalterna, remueva los ámbitos de su epistemología y ontología, renueve su teorización e indagación y revitalice su práctica cotidiana con un norte humanizante y emancipador” (Torrico, 2015, p. 109).

5 Disponível em: <https://radioyande.com/>.

6 Anápuaka é filho de pai indígena e mãe negra. Dos 8 aos 13 anos, viveu o cotidiano na aldeia Tupinambá, no sul da Bahia, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar em “escola de branco”. Desde cedo, percebeu a importância do diálogo com outros povos e a necessidade de se criar espaços de protagonismo para os indígenas. Renata Machado nasceu em Niterói (RJ) e atua, desde 2006, na difusão das culturas indígenas por meio de projetos culturais e etnocomunicação. Renata é documentarista, roteirista, poeta, curadora e artista visual. Denilson Baniwa, natural do Rio Negro (AM), radicado em Niterói (RJ), é designer, ilustrador, curador, um dos artistas visuais mais importantes da atualidade e com uma produção artística vigorosa.

A Rádio Yandê é educativa e cultural. Yandê é a nossa rádio, para "você" e todos 'nós' [...]. Temos como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. Nossa necessidade de incentivar novos "correspondentes indígenas" no Brasil, faz com que possamos construir uma comunicação colaborativa muito mais forte, isso comparado às mídias tradicionais de Rádio e TV. Estamos certos, de que uma convergência de mídias é possível, mesmo nas mais remotas aldeias e comunidades indígenas, e que isso é uma importante forma de valorização e manutenção cultural (*YouTube: @radioyande924*, 2015).

A *Yandê* mantém diálogo com etnias inseridas em contextos diversos, todas com histórico de luta e resistência, atuantes em seus respectivos territórios ou fora deles. A conexão com povos de outros países é fundamental porque a audiência nacional tem a oportunidade de conhecer outras realidades, estabelecer diálogos, aprofundar ou mesmo esclarecer informações veiculadas nas mídias tradicionais que, quase sempre, merecem ressalvas e correções.

Vale o destaque para alguns vídeos publicados no canal da *Yandê* no *YouTube*<sup>7</sup>, contranarrativas de viés educacional: *Etnomídia* é dedicado a explicar a origem, o conceito e papel das *etnomídias indígenas*; *Darlene Taukane Bakairi – Educação Indígena*, entrevista com a primeira indígena, natural do Mato Grosso, mestra em Educação, escritora, pesquisadora e professora; *Os desafios da educação escolar indígena em MS*, entrevista com o professor Arcenio Dias, indígena do Povo Terena, da Aldeia Limão Verde (MS); *Sawê – um canto de união*, curta-metragem sobre os ataques aos povos indígenas que habitam as margens do Rio Juruena; *Entrevista com Alexandro Kuaray Mirim, Guarani M'byá*, um dos produtores do curta-metragem *A Casa de Reza Guarani*.

Na plataforma oficial da *Yandê*<sup>8</sup>, em aprimoramento e expansão, também encontramos matérias que abordam temas diversos: da educação intercultural bilíngue/multilíngue à questão territorial – textos e ilustrações de autoria indígena. Não por acaso, a primeira matéria de 2024, publicada no site da *Yandê*, traz a temática educacional: “Desafiando Paradigmas: A Jornada da Educação Indígena no Brasil Contemporâneo”<sup>9</sup>, de autoria do professor indígena Eá Borum, que tem longa experiência como educador. Borum chama atenção para a construção de uma educação multiétnica, indígena e ancestral e sugere o resgate às matrizes culturais e filosóficas, uma educação efetivamente descolonizada, propósitos que aproximam educação, *etnomídia indígena* e produção de contranarrativas.

Outras publicações da plataforma também dão a ver contranarrativas de viés educacional: 20 de janeiro, Dia Nacional da Consciência Indígena e o Dia da Cultura e Memória Tupinambá; 20 Frases capacitistas que você deve parar de usar agora mesmo sobre os povos indígenas; *Rádio Yandê* e *Rádio Mixtura*: Unindo vozes indígenas das aldeias às periferias; O turismo sustentável e a visita às comunidades indígenas como forma de valorização cultural.

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/@radioyande924>. Acesso em: 20 jan. 2024.

8 Disponível em: <https://radioyande.com/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

9 Disponível em: <https://encurtador.com.br/sJOS7>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Durante o Seminário FIEI – 2020/2021: Culturas digitais e mídias indígenas<sup>10</sup>, na mesa intitulada *Etnomídias indígenas*<sup>11</sup>, Anápuàka Tupinambá chama atenção para as etnomídias como veículos educacionais, a preocupação que se deve ter com a produção de conteúdo voltada para estudantes que pretendem ir para a universidade e a atenção a uma linguagem que dialogue com esses jovens.

Anápuàka ressalta que a *Yandê* está disponível para estudantes interculturais como espaço de ocupação e aponta o desafio de fazer os jovens indígenas se apropriarem das etnomídias como ferramenta de luta. “Não adianta captar grana apenas porque, quando o dinheiro acabar, os jovens vão abandonar o projeto” (Anápuáka, on-line). Ou seja, a continuidade e sustentabilidade vêm do sentimento de identificação e apropriação efetiva das etnomídias.

A comunicação indígena “implica em apreender a educação de uma cultura como premissa etnocomunicacional” (Carneiro; Maldonado; Muniz Tupinambá, 2021, p. 12). Não por acaso, a equipe da *Rádio Yandê* e da *Mídia Indígena* têm por princípio, ao longo do processo de produção dos conteúdos, a escuta atenta aos interlocutores de cada etnia, a valorização das especificidades culturais, das respectivas e mais urgentes demandas para darem melhor direcionamento às pautas e abordagens, de modo que as publicações sejam coerentes com as escutas e realidades nos territórios.

A etnomídia criada por um povo indígena não funciona para outro povo indígena. Isso ocorre porque a linguagem comunicativa de cada povo está conectada à sua história, cultura, costumes e tradições. Embora as culturas sejam flexíveis e mutáveis, a linguagem comunicativa étnica estará sempre em constante mudança e evolução. Somente os próprios povos indígenas podem criar e aplicar a etnomídia indígena em usos práticos, utilizando elementos primários como culturas, memórias, histórias, patrimônios, linguagens e ferramentas de comunicação (Muniz Tupinambá, 2016, p. 30).

Além da *Yandê*, a *Mídia Indígena*, originalmente *Mídia Índia*<sup>12</sup>, também ocupa um grande território midiático, é o maior veículo de comunicação formado por indígenas. A *Mídia Indígena* começou oficialmente em abril de 2017, no Acampamento Terra Livre (ATL), com o objetivo de “falar – em primeira pessoa – das culturas indígenas sem precisar que os brancos falem”, afirma Erisvan Bone Guajajara (2020), um dos fundadores, formado em jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A *Mídia Indígena* consolidou-se com jovens de etnias diversas – uma parte formada em comunicação, 128 capacitados por oficinas e mais de 60 correspondentes de diferentes localidades do Brasil. São seis anos de dedicação, conquistando um lugar importante na difusão das pautas e temas transversais à causa indígena. Bone Guajajara (2020) ressalta que as publicações nas redes sociais digitais representam uma fonte confiável e oficial de consulta para os próprios indígenas, uma ferramenta a mais na cobrança dos direitos.

10 Disponível em: <https://fiei.fae.ufmg.br/seminario-fiei-2020-2/>. Acesso em: 1 fev. 2024

11 Disponível em: <https://fiei.fae.ufmg.br/seminario-fiei-2020-2-atv-2/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

12 A mudança da nomenclatura ocorreu em 19 de abril de 2023, com intuito de evitar aproximação com o jeito depreciativo a que os não indígenas se referem aos indígenas. Plataforma oficial disponível em: <https://www.midiaindigena.org/>.

“Comunicar e (re)existir”, reitera Bone Guajajara (2020) em referência à ocupação dos espaços midiáticos virtuais pelos povos indígenas e à importância do protagonismo na produção comunicacional. É virtual, mas é territorial. O jovem comunicador indígena explica que a *Mídia Indígena* só é possível porque está enraizada nos territórios com os povos indígenas. “A gente se aprimorou nas tecnologias para fazer nosso território digital indígena” (Bone Guajajara, 2020, on-line).

Podemos dizer que “demarcar telas e ocupar as redes” são ações de contrapor por meio da comunicação, são iniciativas potentes e cada vez mais sólidas. Bone Guajajara (2020) reitera a fala e o modus operandi dos fundadores da *Yandê*, ao dizer:

A Mídia Indígena é projeto de uma rede de comunicação descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas inerentes à questão indígena no Brasil, respeitando as especificidades de cada povo, a partir da lógica colaborativa de compartilhamento e de comunicação, conectando e empoderando os jovens indígenas de todo o país. Possibilita a troca de tecnologias, experiências e principalmente a representatividade indígena nos meios de comunicação com a difusão de suas lutas e como mais uma ferramenta de exigência de direitos (Bone Guajajara, 2020, on-line).

O coletivo também oferece formação aos jovens indígenas durante viagens e encontros com outros povos. As aulas abordam como produzir fotos, vídeos e utilizar as redes sociais de maneira responsável. Bone Guajajara (2020) lembra que o coletivo foca também em conteúdos que ajudem a promover a igualdade de gênero e a temática LGBTQIA+ nas aldeias, motivo pelo qual criaram o *Coletivo Tibira*, grupo voltado para o combate à homofobia nas aldeias.

Os conteúdos disponíveis na plataforma da *Mídia Indígena*<sup>13</sup> são referentes ao meio ambiente e ao ATL 2023. As abas na parte superior sinalizam as respectivas temáticas: no Início, lemos a apresentação e acessamos três entrevistas produzidas pelo coletivo com três mulheres indígenas – Célia Xakriabá, Sônia Guajajara e Tsitsina Xavante – sobre direito ao território e respeito ao meio ambiente; *Donos da Terra* é uma websérie em três episódios, apresentada por Eric Terena, co-fundador do Coletivo *Mídia Indígena*, e trata “dos equívocos existentes na tese do Marco Temporal”; *Notícias ATL 2023* traz a cobertura jornalística do movimento; na *Galeria ATL 2023*, encontramos registros fotográficos; as seções *Fala Mídia Índia Podcast* e *Mais* ainda estão sem conteúdos disponíveis.

No canal do coletivo no *YouTube*, intitulado *TV Mídia Indígena*<sup>14</sup>, os conteúdos também chamam atenção para as contranarrativas e o viés educacional. Durante o *ATL 2023*, foi produzida uma série de videocasts, todos conduzidos por Eric Terena. Destacamos: *Comunicadores em Ação: Bitate Uru Eu Au Au*, Richard Werá e Salí Guaraní Nandeva, que aborda a atuação dos comunicadores indígenas nos territórios de origem; *TV: Dandara Queiroz*, em que Eric conversa com a artista sobre trabalhos

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.midiaindigena.org/>.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@tvmidiaindigena>.

recentes e de projeção nacional; já *Fulti-ô e Odoriê* é um bate-papo sobre música indígena contemporânea.

Além dos videocasts, encontramos no canal *TV Mídia Indígena: II National March of Indigenous Women, 2021; Líder na Marcha pelo Clima COP26; Cura da Terra*, o depoimento de cinco mulheres indígenas sobre o tema; *Radar Mídia Índia*, notícias sobre a realidade dentro dos territórios; *Maracá Emergencial*, documentário em seis episódios sobre questões culturais e ambientais; *Trilhas indígenas*, o universo das músicas tradicionais indígenas; *podcast Fala Mídia Índia*, com temas diversos; entre outros.

## Contranarrativas em destaque

### 1. Entrevista com Alexandro Kuaray Mirim, Guarani M'byá

Figura 1 - Entrevista com Alexandro Kuaray Mirim - Guarani M'byá



Fonte: Print do YouTube<sup>15</sup>.

A entrevista acontece no território M'byá, em Paraty (RJ), tem aproximadamente oito minutos, é conduzida de modo informal por Anápuàka Tupinambá, que permanece em *off* todo o tempo. Percebemos, pelo enquadramento e tremidos na imagem, que o registro foi feito com uma câmera na mão. O jovem Alexandro, um dos produtores do curta-metragem *A Casa de Reza Guarani M'byá*<sup>16</sup>, fala das motivações do curta:

Eu me interessei mais por vídeo pra divulgar mais a nossa cultura diante da câmera. [...] Eu mesmo quando eu estudo, a gente só aprende a cultura dos portugueses e outros países e não a nossa cultura que vive aqui no Brasil, né? E por isso eu me interessei em fazer um documentário sobre a Casa de Reza, né? (Kuaray Mirim, 2016, on-line).

A fala de Alexandro deixa evidente a consciência que tem do papel educativo do registro cultural feito por ele e outros jovens da mesma etnia. O indígena

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@radioyande924/videos>

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDGwR7jVXmQ&t=0s>. Acesso em: 5 fev. 2024.

reitera que a Casa de Reza<sup>17</sup> é um lugar sagrado para o seu povo, lugar de prática de rezas e rituais coletivos frequentes, e podem se estender por muitas horas. Alexandro destaca a importância e o cuidado que se deve ter ao fazer o registro verboaudiovisual da cultura originária para posterior compartilhamento:

Eu mesmo falei pro grupo que uma coisa muito importante que a gente tem é o documento pra provar que a gente tem uma cultura forte. Nós sentamos e conversamos que é uma responsabilidade muito grande porque a gente vai expor, né, nas redes pras pessoas verem. Nós falamos com meu avô, né? Aí ele concordou em tá disponibilizando pra gente tá divulgando não só pras pessoas que não conhecem, mas pros jovens que vão vim, futuramente, né? (Kuaray Mirim, 2016, on-line).

Ainda que seja tímido e de poucas palavras, nota-se que o discurso de Alexandro, diante da câmera da *Yandê*, é direcionado aos mais jovens e às futuras gerações, constatação que o projeta a um lugar de referência para educadores e estudantes indígenas, reafirma o viés educacional da entrevista e alinhamento ao discurso de Anápuaka Tupinambá sobre a atenção das etnomídias à audiência jovem e ao diálogo com a educação intercultural indígena na construção de novas narrativas.

O mote da entrevista – o documentário criado pelo grupo de jovens indígenas sobre um símbolo importante da tradição *M'byá* – e a estética da gravação dando agência à Alexandro e à Casa de Reza, cuja reconstrução foi registrada pelos jovens cineastas, evocam e tecem memórias. Quando Alexandro menciona ter entrevistado o avô, Cacique Miguel, notamos, além do respeito à pessoa mais velha da aldeia e à sabedoria ancestral que carrega, a atualização da tradição e da memória pelo relato oral, pelo compartilhamento do registro verboaudiovisual, sobretudo, com os indígenas mais novos e os que virão.

A Memória é um vínculo com o passado sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca em conexão profunda com o que nossos povos chamam Tradição [...]. é quem comanda a resistência, pois nos lembra que não temos o direito de desistir caso contrário não estaremos fazendo jus ao sacrifício de nossos primeiros pais. É a memória que nos lembra de que somos fio na teia da vida. Apenas um fio. [...]. Mas precisa ser atualizada constantemente num movimento cíclico que acompanha o tempo cronológico do qual somos vítimas preferenciais. (Munduruku, 2012, p. 181).

Atualizar passado no presente diz muito do fazer etnomidiático. A entrevista da *Yandê* à Alexandro nos ajuda a compreender esse aspecto: da escuta de um indígena *Tupinambá* a um indígena *M'byá*, passando pela escuta de um jovem *M'byá* à figura

17 Os Mbya (e os Nandeva) constroem e mantêm uma casa para a prática de rezas e rituais coletivos, *opy guaçu*, localizada próxima ou mesmo agregada à casa do tamöi. Orientadas pelo dirigente espiritual as “rezas” – realizadas através de cantos, danças e discursos – também voltam-se às situações e necessidades corriqueiras (colheita, ausência ou excesso de chuva, problemas familiares, acontecimentos importantes, imprevistos etc.). A principal cerimônia realizada na *Opy* é o *Nheemongarai*, quando os cultivos tradicionais são colhidos e “abençoados” e são atribuídos os nomes às crianças nascidas no período. O *nheemongarai* deve coincidir com a época dos ‘tempos novos’ (*ara pyau*), caracterizado pelos fortes temporais que ocorrem no verão. Fonte: Povos Indígenas no Brasil – PIB. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani\\_Mbya#Organiza.C3.A7.C3.A3o\\_social.2C\\_pol.C3.ADTica\\_e\\_religiosa](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya#Organiza.C3.A7.C3.A3o_social.2C_pol.C3.ADTica_e_religiosa). Acesso em: 2 fev. 2024.

mais velha da aldeia, ao registro audiovisual de ambos com os mesmos objetivos: que as tradições e culturas originárias sejam compartilhadas e não se percam, que a sabedoria ancestral seja resguardada, que as gerações futuras entendam a dimensão simbólica dos rituais a partir de espaços sagrados como a Casa de Reza.

Ainda temos o invisível contido no registro da entrevista ao jovem *M'byá*, o contido no extracampo visto que falamos de uma narrativa que evoca o símbolo de uma tradição, a Casa de Reza, e do relato de um indígena, cujo corpo é dotado de epistemologia própria. Falamos de um espaço-tempo que escapa da oralidade e do registro verboaudiovisual feito pela *Yandê*, e do que este provoca na imaginação da audiência. Visualizamos o que emerge da fricção entre o que é narrado, o corpo em cena e o que é captado pela câmera.

Outra abordagem da entrevista chama a nossa atenção: ao final, Anápuàka pede para Alexandro convidar “os ouvintes a assistirem” o documentário e comenta que o vídeo que está sendo gravado é uma “metamídia indígena”<sup>18</sup> nas palavras dele, uma mídia dentro da outra, os conteúdos produzidos para o *YouTube* veiculados também na webrádio.

Alexandro faz o convite em português e no idioma originário, tupi-guarani, o que agrega um elemento importante ao registro etnomidiático: a divulgação da língua nativa com objetivo de valorização cultural, de recuperar e mantê-la viva, reiterando o viés educacional da entrevista bem como do documentário. Lembrando que o idioma traz consigo a história e a memória dos povos.

## 2. Comunicadores em Ação: Bitate Uru Eu Au Au, Richard Werá e Salí Guarani Ñandeva

**Figura 2 - Videocast - Comunicadores em Ação: Bitate Uru Eu Au Au, Richard Werá e Salí Guarani Ñandeva**



Fonte: Print do YouTube<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Tem por objetivo otimizar tempo, recurso e ampliar o alcance dos conteúdos. Anápuàka explica que a prática consiste em extrair os áudios dos vídeos, gravar um off introdutório, criar uma vinheta de apresentação e inseri-los na programação da webrádio ou publicá-los como um novo episódio do podcast da *Yandê*, como foi o caso das Lives sobre arte indígena. Vale ressaltar que a prática também é adotada pelas mídias tradicionais.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@tvmidiaindigena/videos>

A gravação do *videocast*<sup>20</sup> acontece em um estúdio montado temporariamente, durante o ATL 2023, em Brasília. Eric Terena faz a mediação e, logo após a saudação aos entrevistados, pergunta sobre o trabalho de comunicação feito nos territórios onde vivem, além do trabalho nas redes sociais. “eu queria que vocês contassem pra gente um pouco dessas estratégias que vocês trazem junto com a comunidade”, comenta Terena (2023, on-line). Bitate, pertencente ao povo *Uru-Eu-Wau-Wau*, Rondônia, responde:

Lá somos quatro comunicadores né, que tá começando agora. Começamos com dois, agora a gente tá expandido em todo o território assim, vamos dizer, e tá sendo uma experiência muito incrível porque a gente sabe que a gente tem uma arma muito forte que é os nossos celulares, que é a nossa câmera, nossos filmadoras e também nossos drones, né? E isso pra gente nos fortalece muito nessa questão territorial e principalmente para nossa segurança também (Uru-Eu-Wau-Wau, 2023, on-line).

A fala de Bitate: “a gente sabe que a gente tem uma arma muito forte”, chama atenção para a potência do registro instrumentalizado pela tecnologia digital e como os dispositivos sociotécnicos têm papel importante para tais registros, sem esquecer que a tecnologia mais importante é a ancestral. A *etnomídia indígena* começa nas diversas práticas atravessadas pela tecnologia da oralidade, do corpo e da natureza, lembrando o que aponta Gomes (2022).

Ao falar da defesa aos territórios frente à truculência dos invasores, Bitate reitera a produção das contranarrativas, visto que, historicamente, as mídias tradicionais hegemônicas pecam nesse tipo de cobertura ao negligenciar invasões e violências ou quando não tomam o devido cuidado no processo de apuração e escuta aos povos originários, resultando em coberturas rasas, questionáveis e tendenciosas. Lembrando que Rondônia é uma região marcada por muitos conflitos entre invasores e indígenas.

Eric Terena reforça o discurso da importância das *etnomídias indígenas* na cobertura desses conflitos no território dele também, Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul, é uma das regiões assim muito complicadas assim de você se expor, dar a cara, principalmente para poder falar sobre comunicação dentro dos espaços. Nós não temos jornalistas indígenas efetivamente falando sobre apenas nossas pautas nas redações se não for os nossos próprios coletivos, né? (Terena, 2023, on-line).

Terena destaca a falta de representatividade dos povos originários nas redações, fato comprovado em pesquisa de 2021<sup>21</sup>. Reverter esse quadro é tomar as rédeas, ressignificar as mídias e criar narrativas alinhadas às realidades dos povos originários, às pautas indígenas, conforme destaca ele. Voltamos à constatação de que a atuação das *etnomídias indígenas* é decolonial por natureza. “O objetivo de descolonizar os meios não é apenas na forma de usar essas ferramentas ou produzir notícias de temática

20 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oylGQswRVQ4>. Acesso em: 6 fev. 2024.

21 Perfil racial da imprensa brasileira. Disponível em: <http://bitly.ws/FKyS>. Acesso em: 23 nov. 2023.

indígena, mas também mudar pensamentos reproduzidos por anos nelas” (Tupinambá, 2016, on-line).

A participação no *videocast* da indígena Salí, originária do povo Guarani Nhandeva, Mato Grosso do Sul, endossa a fala de Bitatê e Eric Terena no sentido da atuação dos comunicadores indígenas nos territórios de origem.

A comunicação no meio dos povos, principalmente do Guarani, praticamente é uma ameaça para os fazendeiros, ruralistas e também dar cara né, principalmente porque os rezadores mesmo, quando você vai fazer uma, digamos, uma entrevista com eles para contar o que realmente acontece, dá cara para as telas, eles não falam não, ficam com medo por conta desses fazendeiros que ameaçam, que vivem perseguindo. Se não for eles sendo perseguidos a si próprios, perseguem a família, os filhos e toda a família que vive nesse território (Guarani Nhandeva, 2023, on-line).

Ao dizer “a gente vai ocupando esse lugar”, Salí aponta para a lacuna deixada pela mídia hegemônica quando esta dedica-se a uma narrativa senso comum, que privilegia um único ponto de vista: o do colonizador, do não indígena. Nesse sentido, o *videocast* produzido pela *Mídia Indígena* é educacional, didático para o entendimento das contranarrativas, “uma forma de insurgência a essa cascata de imagens negativas coladas aos povos indígenas nesses quinhentos e vinte anos de colonização” (Demarchi, 2022, p. 66). Ao mesmo tempo, a figura de Salí chama atenção para a participação das mulheres nas *etnomídias indígenas*:

eu já trabalhava como comunicadora para os jovens Guarani-kaiowá [...] e chamei mais dois que trabalhava mais tempo comigo dentro da juventude, que é Raji, e a gente vai ocupando esse lugar, mostrando o que é a luta nos território Guarani-Kaiowá, mostrando para o mundo as ameaças, os massacres que estão acontecendo nos territórios, principalmente, nas retomadas (Guarani Nhandeva, 2023, on-line).

O *videocast* tem o mérito de chamar atenção também para os indígenas que residem nos grandes centros urbanos, na pessoa do terceiro entrevistado, Richard Werá, pertencente ao povo Guarani. Eric Terena destaca que, no contexto urbano, São Paulo é a área com a maior população indígena, além de Manaus.

Richard Werá traz duas discussões urgentes para os indígenas que vivem em uma cidade como São Paulo: os conflitos com as grandes construtoras que se apropriam cada vez mais dos territórios indígenas, e o racismo sofrido por eles, respaldado pelo Ministério Público. O MP estadual entende que os indígenas moradores da região metropolitana – por usufruírem das mesmas estruturas e dos espaços que os não indígenas – perdem o direito ao território e às suas identidades. Os comunicadores indígenas do grupo ao qual Werá pertence atuam na promoção da conscientização da sociedade e negociação com as instituições na luta pelos direitos indígenas porque sabem que não têm o apoio ou a devida cobertura da mídia hegemônica para causas como essas.

Sobre o conceito da identidade indígena, Demarchi e Gomes (2022) afirmam:

A identidade é um conceito utilizado para descrever algo que é diferente dos demais, ao mesmo tempo que é idêntico a si próprio, pois além de marcar a diferença, também cria relações de pertencimento, participação, igualdade, bem como de segregação e distanciamento (Demarchi; Gomes, 2022, p. 13).

Bitate ressalta que a produção e a condução das entrevistas feitas pelos próprios indígenas fazem toda diferença diante da resistência dos mais velhos em se abrir com os não indígenas. Um dos traços marcantes das *etnomídias indígenas* é o grau de confiança entre fonte e entrevistado quando ambos são indígenas, a entrega do entrevistado é muito maior. Comentário que também nos remete à entrevista de Alexandro para a *Yandê* e ao documentário produzido por ele.

“As práticas etnomidiáticas indígenas não podem ser reduzidas a caixinhas formatadas por nós, não indígenas, sobre o que são ou não são” (Gomes, Guedes, 2021, p. 444). A produção etnomidiática é algo mais do campo da escuta com o corpo, corpos indígenas em interação. Não por acaso, o resultado extrapola o senso comum e dá sentido às *etnomídias indígenas*.

Ao longo do *videocast*, os participantes abordam, ainda, a atenção dada à produção cinematográfica por entenderem o valor do registro para o resguardo das tradições e culturas, o que nos lembra o trabalho de Alexandro e o grupo de jovens cineastas da sua etnia, conforme destacado na entrevista concedida à *Yandê*.

## Considerações finais

Neste artigo, optamos por fazer um breve panorama da educação intercultural indígena, observar a perspectiva estratégica de criação das *etnomídias Rádio Yandê e Mídia Indígena* e analisar duas produções disponíveis no *YouTube*, buscando apontar o viés educacional nelas contido e os aspectos que justificam a condição de contranarrativas. É inegável o diferencial do resultado das produções *etnomidiáticas* advindo do olhar dos comunicadores indígenas para as próprias causas e culturas.

Pensar as *etnomídias indígenas* pelo viés educacional é pensar na articulação entre saberes, em regimes de conhecimento que se afetam mutuamente sem anular as especificidades de cada cultura. As *etnomídias indígenas*, além de fonte segura de informação para os povos originários, são um material didático a mais nas escolas e demais instituições culturais. Podemos pensar em um processo de retroalimentação entre as *etnomídias indígenas* e a sala de aula, ou seja, produções que fomentam os debates escolares, e aulas que fomentam as produções *etnomidiáticas*, conforme destacam Anápuàka Tupinambá e Erisvan Bone Guajajara. Entendemos que a seleção dos temas, as abordagens, a linguagem e a utilização das tecnologias digitais nas produções contribuem para a identificação e o diálogo com a juventude indígena.

A *Rádio Yandê* e a *Mídia Indígena* correspondem a *etnomídias indígenas* em construção, carentes de colaboradores, de recursos técnicos e financeiros para manutenção das estruturas e desenvolvimento de novas produções, mas já conquistaram uma fatia significativa do território midiático e possuem relevante histórico. O esforço dos respectivos coletivos na produção dos conteúdos decoloniais e compartilhamento nas redes sociais digitais denotam a capacidade de resistência e firmeza no propósito.

A despeito das limitações, observando as produções destacadas neste artigo, cessando estudos sobre o tema produzidos em instituições como UFMG<sup>22</sup>, UFMT<sup>23</sup>, UFT<sup>24</sup>, Unisinos<sup>25</sup>, pesquisas em desenvolvimento pelo autor deste artigo e por outros pesquisadores, as *etnomídias indígenas* têm sido exitosas no desafio das contranarrativas e são importantes aliadas da educação intercultural indígena.

## Referências

BANIWA, Gersem. **Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil**. Relatório apresentado ao Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/releeicebcnerev.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3L00006.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BANIWA, Gersem. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar no Alto Rio Negro**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BONE GUAJAJARA, Erisvan. **Mídia Índia é reconhecida com o Prêmio Joan Alsina de Direitos Humanos da Espanha**. Entrevista concedida ao Portal Amazônia Real, dez. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/midia-india-e-reconhecida-com-o-premio-joan-alsina-de-direitos-humanos-da-espanha/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etno-comunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê**. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

22 Seminário FIEI – 2020/2: Culturas digitais e mídias indígenas. Etnomídias indígenas. Faculdade de Educação – FAE-UFMG. 15 fev. 2021 [Live]. Disponível em: <https://fiei.fae.ufmg.br/seminario-fiei-2020-2/>. Acesso em: 5 jan. 2024. XAKRIABÁ, Zawre. Rádio Xakriabá: um instrumento de luta e de comunicação. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: [https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2023/01/PERCURSO\\_DEUSIVAN\\_VERSAO\\_Deusivan.pdf](https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2023/01/PERCURSO_DEUSIVAN_VERSAO_Deusivan.pdf). Acesso em: 10 jan. 2024.

23 SOUZA, V. G. P. de; Costa, R. C. Etnomídia Indígena como narrativa das resistências. Revista Extraprensa, v. 14, n. 2, p. 438-451, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185427>. Acesso em: 15 de jan. 2024

24 DEMARCHI, A. L. C.; GOMES, D. dos S. (2022). Etnomídia: contranarrativas indígenas nas redes digitais. Revista Extraprensa, 16(1), 5-23. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2022.198385>. Acesso em: 15 jan. 2024.

25 CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

CORRÊA, Marcos; ROZADOS, Vinícius. A netnografia como método de pesquisa em ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 145-175, 2017.

DEMARCHI, André Luis Campanha; GOMES, Debóra dos Santos. Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais. **Extraprensa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5-23, jul./dez. 2022

FERREIRA, Ricardo Alexino. Etnomialogia: diversidade e sua interseção com a difusão científica. **Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade**. Textos Intercom 2015. Disponível em: <https://cocimes.wordpress.com/2015/09/03/textos-intercom-2015-9/>. Acesso em: 13 maio 2023.

GOMES, Débora dos Santos. **Etnomídias indígenas: contra-narrativas indígenas nas redes digitais**. 2022. 76f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantis, Palmas, 2022.

KOZINETS, Robert: **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy; TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, Anápuàka Muniz; CARNEIRO, Raquel Gomes. "VOCÊ OUVIU A RÁDIO YANDÊ, A RÁDIO DE TODOS NÓS": ContraCorrente: **Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.l.], n. 17, p. 8-30, dez. 2021. ISSN 2525-4529. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2535>. Acesso em: 11 out. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do Movimento Indígena (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNIZ TUPINAMBÁ, Anápuáka. **Rádio online Yandê mantém programação para valorizar cultura indígena**. Entrevista concedida ao Portal Rede Mobilizadores, jun. 2016. Disponível em: <https://mobilizadores.org.br/noticias/radio-online-yande-mantem-programacao-para-valorizar-cultura-indigena/>. Acesso em: 20 set. 2022.

PAPPIANI, Angela. Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas. **Novos Olhares**, v. 1, n. 1, p. 107-118, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2012.51452>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça**: sobre dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.

SOUZA, V. G. P. de; COSTA, R. C. Etnomídia Indígena como narrativa das resistências. **Revista Extraprensa**, v. 14, n. 2, p. 438-451, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185427>. Acesso em: 14 abr. 2023

TAUKANE, Darlene. Avanços e impasses na educação escolar indígena: a experiência do Kuirã-Bakairi. In: **Questões de educação escolar indígena**: da formação do professor ao projeto de escola. Brasília: Funai/Dedoc; Campinas: ALB, 2001.

TERENA, Naine. Lentes ativistas e a arte indígena. **Zum**, São Paulo, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://revistazum.com.br/radar/arte-indigena/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

TORRICO, Erick. Decolonizar la comunicación. In: CONGRESO INTERNACIONAL COMUNICACIÓN, DECOLONIZACIÓN Y BUEN VIVIR, 1., 2015, Quito. **Anais** [...]. Quito: Ciespal, 2015.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Yandê, Etnomídia indígena e educação. **Revista Cátedra Digital**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, 2018.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. **Eu quero ligar a TV e ter ali um conteúdo produzido por indígenas**. Entrevista concedida ao Portal Povos Indígenas do Brasil, dezembro de 2018. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CEu\\_quero\\_ligar\\_a\\_TV\\_e\\_ter\\_ali\\_um\\_conte%C3%BAdo\\_produzido\\_por\\_ind%C3%ADgenas%E2%80%9D](https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CEu_quero_ligar_a_TV_e_ter_ali_um_conte%C3%BAdo_produzido_por_ind%C3%ADgenas%E2%80%9D). Acesso em: 7 ago. 2022.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**, ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 4 mar. 2022.

Recebido em: 30 abr. 2024  
Aprovado em: 27 ago. 2024

## A PROPAGAÇÃO DO DISCURSO DO SEXO: O PAPEL DO JORNAL ESTADO DE MINAS NA DIFUSÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1980

### THE SPREAD OF SEXUAL DISCOURSE: THE ROLE OF NEWSPAPER ESTADO DE MINAS IN THE DISSEMINATION OF GENDER STEREOTYPES BETWEEN THE 1930S AND 1980S

Amanda Diniz Ferreira <sup>1</sup>

#### Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a divisão entre os sexos e a disparidade de gênero, enfatizando o papel significativo desempenhado pelas mídias impressas ao longo do século XX como veículos de disseminação de estereótipos e discursos relacionados ao gênero. De maneira mais específica, a pesquisa concentra-se na análise de exemplares do jornal Estado de Minas provenientes das décadas de 1930, 1960 e 1980, a fim de identificar evidências de que o periódico exerceu substancial influência nos processos de construção social relacionados à feminilidade e à masculinidade.

#### Palavras-chave

jornais; discurso; mulher; divisão entre os sexos; estereótipos de gênero.

#### Abstract

This article aims to reflect on the division between the sexes and gender disparity, emphasizing the significant role played by printed media throughout the 20th century as vehicles for disseminating stereotypes and discourses related to gender. More specifically, the research focuses on the analysis of copies of the newspaper Estado de Minas from the 1930s, 1960s and 1980s, with the purpose of identifying evidence that the periodical exerted a substantial influence on social construction processes related to femininity and masculinity.

#### Keywords

newspapers; speech; woman; division between the sexes; gender stereotypes.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG), atualmente trabalha como servidora pública federal na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: amanda\_dinizf@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0298089031414492> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7376-1829>

## Introdução

Os estudos apresentados neste artigo tiveram como proposta compreender os discursos largamente utilizados nos processos de construção social das separações comportamentais entre os sexos, que resultaram na formação da divisão em dois polos muito distintos: feminino/masculino, e em sua manutenção por grande parte do século XX. Enfocando a análise de anúncios e propagandas de um importante jornal da capital mineira, o Estado de Minas, entre as décadas de 1930 e 1980, busca-se compreender como tal mídia impressa atuou significativamente como mecanismo que contribuiu para a perpetuação de estereótipos, signos e padrões sexuais culturais aceitos.

Os meios de comunicação – notadamente a imprensa – desempenham um papel essencial como veículos para a expressão de valores, opiniões e conhecimentos sobre uma variedade de temas. Configurando-se como um eficaz instrumento de disseminação de ideias, a imprensa pode ser encarada, até os dias atuais, como uma ferramenta que favorece a perpetuação de símbolos e padrões, ou seja, comportamentos previamente estabelecidos e socialmente aceitos. Nesse contexto, ela opera como um componente de um amplo mecanismo cíclico, ressaltando discursos socialmente consagrados e, simultaneamente, contribuindo para a gradual instauração de novos discursos.

Nos períodos de análise, notadamente nas décadas de 1930 e 1960, os periódicos impressos destacavam-se como meios de comunicação proeminentes e significativos, refletindo o pensamento difundido pelo senso comum da época. As tradições, a moral cristã, o aparato governamental, a esfera médica e as correntes intelectuais exerciam funções preponderantes na construção e consolidação da concepção dos distintos sexos e estratos sociais. Evidencia-se que os jornais tinham uma função crucial ao legitimar esses discursos.

## Metodologia

Os estudos e discussões aqui delineados fazem parte de uma pesquisa maior, realizada para a elaboração do meu mestrado em Ciências Sociais. O artigo se insere no campo das metodologias qualitativas, e a técnica utilizada é a pesquisa documental em fontes históricas, mais especificadamente no Estado de Minas, um importante jornal da capital mineira.

A pesquisa foi dividida em três períodos de tempo: 1930, 1960 e 1980, nos quais foram analisados 24 exemplares do jornal Estado de Minas. Busquei avaliar a fonte nas diferentes épocas, focando na perspectiva de gênero e na representação do feminino e masculino principalmente nas propagandas veiculadas pela referida mídia impressa.

## A construção do “sexo oposto” – feminino versus masculino

A sociologia de gênero destaca a premissa básica de que, apesar das características físicas distintas nos corpos, tais diferenças materiais não determinam os com-

portamentos associados aos gêneros masculino e feminino. Tais comportamentos são produtos de construções sociais e são assimilados desde a infância por meio de um sistema de poder que perdura nas estruturas sociais contemporâneas. Como sustentado por Scott (1995), a hierarquia social e a estratificação entre as classes também se fundamentam nessas construções generalizantes, intrinsecamente vinculadas às dinâmicas entre o feminino e o masculino.

Ao contrário da suposição aparente, a binarização entre dois sexos (homem versus mulher não é inerente à ordem natural. Esse discurso não foi uma constante nas sociedades e teve seu surgimento após o século XVII, concomitantemente com o advento do materialismo (Nicholson, 2000).

Laqueur (2001), em suas análises, argumenta que, na estrutura social da Grécia antiga, não se observava uma dualidade na percepção dos sexos. Homens e mulheres não eram categorizados como essencialmente distintos em termos de natureza. Os corpos eram interpretados como fundamentalmente iguais, embora apresentassem divergências em sua evolução. A ausência de externalização genital nas mulheres era considerada indicativa de um grau reduzido de perfeição, sendo interpretada como sinal de inferioridade.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, emergiu uma crescente concepção do “eu” como algo “natural” ou “material”. Nesse contexto, a tradição, anteriormente fundamentada em discursos religiosos e noções teológicas para explicar fenômenos, direcionou seu foco à materialidade e passou a considerar o corpo como uma fonte proeminente de conhecimento sobre o “eu”. Esse movimento, conforme indicado por Nicholson (2000), fortaleceu a metafísica materialista, culminando na justificação das distinções entre os sexos com base em características corporais. Desenvolveu-se, assim, um discurso que ressalta as disparidades entre homens e mulheres, polarizando os sexos:

Durante o século XVIII, aconteceu a substituição de uma compreensão da mulher como versão inferior ao homem num eixo de infinitas graduações, por uma na qual a relação entre mulheres e homens era percebida em termos mais binários, e na qual o corpo era pensado como fonte desse binarismo. A consequência é nossa ideia de “Identidade sexual” – um eu masculino ou feminino precisamente diferenciado e profundamente enraizado num corpo diferenciado (Nicholson, 2000, p. 13).

Nesse sentido, a noção bissexuada, presente no materialismo, teria tornado comum a forte distinção masculino/feminino em termos binários. Como também teria gerado a ideia de identidade sexual, que permanece até os dias de hoje.

Laqueur (2001) enfatiza que o pensamento médico do século XIX era tomado como uma verdadeira obsessão em definir as diferenças entre homem e mulher, demarcando claramente os limites entre masculino e feminino. Assim, surgia a concepção natural dos sexos “opostos” e suas bases justificadas e mantidas na biologia. Essa construção, culturalmente enraizada, começaria desde o berço, em um complexo processo, denominado por Rubin (1986), de culturização da sexualidade biológica no meio social.

De acordo com a autora, esse processo, ligado às estruturas de parentesco, envolveria a reprodução de mecanismos para separações comportamentais entre os sexos. Por meio dos ensinamentos passados de geração em geração, a estrutura do parentesco transformaria machos e fêmeas em “meninas e meninos”, com atribuições e papéis sociais totalmente distintos.

Ainda nos dias de hoje, percebe-se, em diversos locais do Globo, como uma criança, antes mesmo de nascer, já começa a ser inserida nessa dinâmica social e cultural pelas delimitações sexuais trazidas desde o ultrassom. Ao revelar que um bebê é “menino” ou “menina”, o ultrassom abriria, através das expectativas dos familiares, o processo de incorporação desse novo ser dentro de uma matriz geradora de valores, normas e regras. Como afirma Alós, com base na discussão de Judith Butler:

uma matriz que só compreende o humano dentro de um esquema binário de gêneros e de sexos. Compreender essa criança que ainda não nasceu como uma pessoa, como um ser humano, demanda sua inscrição no sistema binário de gêneros; fora dele, ela pode ser qualquer coisa: um feto, um embrião, um zigoto, um “organismo biológico”, ou mesmo uma promessa para o futuro (Alós, 2011, p. 433).

Desse modo, tornamo-nos automaticamente seres generificados ao nascer, participantes de uma teia de processos sexualmente definitórios. E, como todo processo de formação de conceitos e símbolos, a formação do sexo, da sexualidade e dos comportamentos definidos como adequados também é culturalmente aprendida. Butler (apud Alós, 2011) vai mais além na discussão sobre o aprendizado do gênero em seus estudos sobre performatividade.

De acordo com a autora (também citada por Alós, 2011), a percepção comum de um indivíduo em ser “homem”, ou “mulher”, seria resultado de um processo de aprendizado decorrente de múltiplas repetições de comportamentos, gestos e fala, definidos por uma matriz sexual regulatória. Assim, a performatividade seria um mecanismo utilizado para a perpetuação dos padrões referentes ao sexo, sendo através das ferramentas de linguagem e de processos de reiteração que tornaríamos possível a materialização dos corpos. Comportamentos moldados seriam aprendidos desde cedo, repetidos e propagados pelas instituições da Família, da Escola, da Igreja e dos meios de comunicação.

A imprensa – enquanto eficiente veículo de disseminação de ideias – erige-se como uma entidade que desempenha um papel significativo na manutenção de padrões comportamentais, muitas vezes, legitimando estereótipos e discursos de natureza opressiva. Ela figuraria como um componente crucial nos processos de construção e reconstrução social, atuando não somente como transmissora de discursos consagrados socialmente, mas também como instigadora na geração de novos enunciados.

A análise de periódicos ao longo de diferentes períodos viabiliza uma compreensão mais acurada desses discursos e de como eles concorreram e concorrem para a perpetuação da disparidade de gênero. A seguinte propaganda do Pó Royal, veiculada no jornal Estado de Minas em 1934, serve como exemplo ilustrativo dessa discussão:

Figura 1 – Propaganda Pó Royal



Fonte: Estado de Minas, 29 dez. 1934, p. 6

Na propaganda acima, a mãe desempenha o papel de mentora ao ensinar à jovem, que recentemente fez a transição de “menina” para “moça”, um dos supostos “segredos que as moças devem saber”. A assertiva de que “todas as moças” deveriam possuir proficiência na elaboração de bolos destaca claramente a intenção de enfatizar a associação estreita do indivíduo mulher com as incumbências domésticas e as responsabilidades familiares.

Assim, a figura materna delineada nesse contexto emerge como preceptora, incumbida de transmitir conhecimentos vinculados às tarefas percebidas como “femininas”. Essa representação visual evidencia toda a performatividade vinculada à construção da “futura mulher”, imbuída nas responsabilidades de esposa e mãe e no cumprimento dos deveres do lar e da família.

Como salienta Teresita de Barbieri (1992, p. 8):

Em nossas sociedades são as figuras da mãe, esposa e dona de casa para as mulheres e as de chefe de família e principal fonte de sustento econômico do lar, pai e esposo, o lugar de onde é possível partir para estudar o núcleo das relações de gênero. As etapas prévias permitem averiguar como se moldam meninos e meninas para aceitar e exercer a desigualdade e as hierarquias em função do gênero: desde o laço de fita azul ou rosa nas clínicas obstétricas contemporâneas, até o costume dos maias de enterrar a placenta perto ou longe da moradia.

Dessa maneira, as disparidades originadas e consolidadas entre homens e mulheres foram interpretadas como inerentes e fundamentadas aos pressupostos “naturais” e biológicos humanos. Essa segregação sexual entre “meninos” e “meninas” permeava diversas práticas e discursos, os quais foram considerados “inquestionáveis verdades”. Um exemplo ilustrativo dessa acepção encontra-se no discurso médico, que se erigia como um preeminente mecanismo científico, comprovador da concepção binária dos sexos.

A noção do “sexo frágil” e a associação de corpos femininos à delicadeza – frequentemente percebidos como incapazes de realizar atividades que demandem força

ou esforço físico significativo – foram amplamente difundidas e ainda persistem na contemporaneidade. A medicina social, por sua vez, abordava como características biológicas femininas a fragilidade, a menor sensibilidade aos estímulos sexuais e a prevalência das faculdades afetivas sobre as intelectuais (Soihet, 1997, p. 4). Conforme salientado por Nascimento (2006, p. 84):

A imagem construída para a mulher, segundo esse discurso, destacava a sua fragilidade física, de onde emanava sua delicadeza e debilidade moral. Sua inferioridade em relação ao homem se manifestava pelo predomínio das faculdades afetivas.

A criação dessa dicotomia gerou dois extremos: os polos masculino e o feminino, cada qual considerado uma metade incompleta que dependia da outra para alcançar plenitude. A metade feminina – caracterizada por delicadeza corporal e uma expressividade emocional exacerbada – era vista como dependente do homem, dotado de força física e racionalidade. Em contrapartida, a metade masculina era tida como necessitada do cuidado e afeto da mulher, reconhecida por sua emotividade e lealdade à família e aos filhos.

Um exemplo desse discurso pode ser observado em uma propaganda veiculada no jornal Estado de Minas, em 18 de outubro de 1934, em que as mulheres eram retratadas em uma posição de notável distanciamento físico e mental em relação à figura masculina:

Figura 2 - Propaganda Regulador Gesteira

**Como as Mulheres Sofrem**

As mulheres sofrem muito mais do que os homens e adoecem muito mais facilmente do que eles.

Isto não é nenhum segredo para os bons Médicos.

O organismo da Mulher é muito mais delicado, muito mais vibrátil e mais sensível do que o dos homens.

A prova é que um Susto ou Medo Repentino tem sempre efeitos mais desastrosos e consequências mais graves para as Mulheres.

Algumas mulheres são tão sensíveis, os seus Nervos são tão delicados, que basta às vezes a Leitura de um Romance comovente, um aborrecimento ou uma notícia inesperada, para que certos Órgãos internos comecem a sofrer.

Mesmo as Senhoras mais calmas, que se julgam mais fortes e resignadas, contra os desgostos da Vida, sofrem as graves consequências de Sustos, Contrariedades ou Comovções Violentas.

Uma simples Raiva, um Sobresalto qualquer, até nas mulheres de maior resignação, de mais coragem, de animo mais firme e que parecem ter esplendida Saúde, causa sempre transtornos e perturbações Orgânicas, que podem ser o começo de certas Doenças Perigosas.

As Senhoras que parecem mais tranquilas e pacientes, contendo e guardando maguas, dissabores e pezares são, no íntimo, tão impressionáveis e sensíveis quanto as outras.

Conter as Lágrimas, não se queixar de nada, sofrer tudo calada, como uma santa, dominar-se nos momentos mais dolorosos, exige sempre uma fortíssima Tensão Nervosa, que equivale a um grande e imenso sofrimento.

Coranto ser este o supremo sofrimento, a dor suprema, a Verdadeira Tortural

Nada abala tanto a Saúde e arrisca tanto a Vida.

Não convem facilitar.

Por isto, aconselhamos a todas as Mulheres, de qualquer idade, sejam velhas ou moças, calmas ou nervosas, que leiam e façam o seguinte:

Muitas Senhoras já há muito tempo que estão sofrendo do Utero e não sabem, nem desconfiam de nada.

Não pode haver Perigo maior!

A Asma Nervosa, Palpitações do Coração, Aperto e Agonia no Coração, Falta de Ar, Sufocações, Sensação de

Aperto na Garganta, Canções, Falta de Sono, Falta de Apetite, incomodos do Estomago, Arrotoes Freqüentes, Azia, Boca Amarga, Ventosidades na Barriga, Enjôos, Latejamento e Quentura na Cabeça, Peso na Cabeça, Pontadas e Dores de Cabeça, Dores no Peito, Dores nas Costas, Dores nas Cadeiras, Pontadas e Dores no Ventre, Tonturas, Tremuras, Excitações Nervosas, Escurecimentos da Vista, Desmaios, Zumbido nos Ouvidos, Vertigens, Ataques Nervosos, Estremecimentos, Formigamentos Subitos, Caimbras e Fraqueza das Pernas, Suores Frios ou Abundantes, Arrepios, Dormências, Sensação de Calor em Diferentes Partes do Corpo, Vontade de Chorar sem ter Motivos, Enfraquecimentos da Memória, Moleza de Corpo, Falta de Animo para Fazer qualquer Trabalho, Frio nos Pés e nas Mãos, Marchas na Pelo, Certas Feridas, Certas Coceiras, Certas Tosses, Ataques de Hemorroidas, etc., etc. Tudo isto pode ser causado pelas Molestias do Utero!

Até o Genio da Mulher pode ficar alterado.

Às vezes a pobre doente pensa que está sofrendo de muitas Molestias, sem saber que tudo isto vem do Utero Doente!

A prova de que tudo vem do Utero Doente é que com o uso do **Regulador Gesteira** todos estes Males desaparecem e a mulher sente-se outra, como que ressuscitada, alegre com a Vida e com o Mundo.

Use **Regulador Gesteira**

O Melhor tratamento é usar **Regulador Gesteira**.

Sinal Siml

**Regulador Gesteira** é o Remedio de Confiança para tratar inflamação do Utero, Catarro do Utero causado pela inflamação, Anemia, Palidez e Amarelidão das Moças, Ataques e Desarranjos Nervosos causados pelas Molestias do Utero, a Asma Nervosa, a Pouca Menstruação, as Dores e Colicas do Utero e Ovarios, as Hemorragias do Utero, as Menstruações Exageradas e Muito Fortes ou Muito Demoradas, a Fraqueza do Utero, as Dores da Menstruação, as ameaças de Aborto e as Hemorroidas causadas pelo Peso do Utero inflamado!

Comece hoje mesmo a usar **Regulador Gesteira**

Fonte: Estado de Minas, 21 out. 1934, p. 2

A propaganda foi concebida intencionalmente com uma aparência de texto científico, buscando apresentar informações respaldadas pela medicina e pelo discurso científico. Ao afirmar que "As mulheres sofrem muito mais do que os homens e adoecem muito mais facilmente do que eles. Isto não é nenhum segredo para os bons médicos", o anúncio visa a ressaltar as discrepâncias entre os corpos feminino e masculino, transformando essa diferenciação em algo tão inquestionável e amplamente reconhecido que sequer demandaria questionamento, especialmente para os considerados "bons médicos".

Com o intuito de evidenciar a eficácia do medicamento, o texto menciona diversos casos de aflições que acometem o chamado "sexo frágil", atribuindo-as a situações

como sustos, aborrecimentos ou até mesmo a leitura de romances. A linguagem empregada na propaganda, ao retratar a perspectiva de uma sociedade fundamentada no discurso de gênero, legitima como “natural” e biológica a diferenciação entre o feminino e o masculino. Em outra propaganda do mesmo medicamento, encontramos a seguinte mensagem:

Quando viajar a cavalo, em vapor, automóvel e estrada de ferro, quando fizer viagens ou longos passeios a pé, quando apanhar sol ou chuva, toda vez que molhar os pés, sempre que tomar banhos demorados de mar ou em rio, todas as vezes que levar grandes sustos ou tiver de repente uma grande contrariedade a senhora deve tomar uma colher de chá de Regulador Gesteira [...] tendo-se de repente grande raiva ou pesar forte, o útero pode sentir algum desarranjo, que poderá ser o princípio de uma moléstia grave. (Estado de Minas, 25 out. 1934, p. 2).

O anúncio do medicamento salientou diversas atividades diárias simples e rotineiras, pontuando-as como ações capazes de representar grandes riscos para as mulheres. Desse modo, ser mulher seria intrinsecamente associado à fragilidade natural, sob a premissa de que as características físicas femininas as tornariam mais propensas a enfermidades e distúrbios.

Nessa perspectiva, as definições de sexo eram concebidas como desvinculadas de construções sociais, sendo atribuídas exclusivamente à materialidade anatômica dos corpos. O simbolismo do útero como órgão determinante para a imagem feminina, associado a inúmeras enfermidades, conduziria os corpos que o abrigam a uma condição de sensibilidade, marcada pela fragilidade definida pela materialidade do sexo.

Para além da fragilidade, a beleza também era considerada um atributo físico inerente ao “sexo frágil”. A mulher que não se encaixasse nos padrões de beleza e delicadeza, segundo essa perspectiva, provavelmente estaria doente ou dissipando suas energias em atividades consideradas inadequadas para a preservação de seu corpo.

A delicadeza do corpo feminino, sob essa ótica, não poderia suportar atividades que resultassem em desgaste. Esse tipo de discurso, apresentado como um conteúdo médico, contribuiu significativamente ao longo de muitos anos para perpetuar a assimetria entre os sexos, restringindo as mulheres de participarem de diversas atividades classificadas exclusivas do universo masculino.

A despeito dos avanços científicos ao longo das décadas, a análise desse paradigma sofreu modificações, embora o estereótipo associado ao “sexo frágil” ainda persista. Observa-se, contemporaneamente, a persistência da propagação de ideias que categorizam a mulher como um ser sensível, supostamente influenciado por elevados níveis hormonais, geradores de instabilidade e desequilíbrio emocional. Entretanto, é notório que tal discurso, uma vez proeminente nas mídias do passado, não desfruta da mesma relevância nas mídias atuais, sendo sua ressonância mais notável nos ensinamentos tradicionais transmitidos pela oralidade.

Retornando aos períodos e aos dados analisados nesta pesquisa, no jornal Estado de Minas de 1960, também pude perceber a forte presença de estereótipos regu-

latórios que estimulavam a divisão sexual binária mencionada anteriormente. Observe um recorte de uma propaganda feita para homenagear o Dia das Crianças:

**Figura 3 - Propaganda do Dia das Crianças**



Fonte: Estado de Minas, 2 out. 1960, p. 11

A propaganda mostra um menino sentado de bermuda e blusa, brincando com um carrinho; enquanto a menina está de pé, com um vestido rodado, segurando uma boneca. Cada um usa vestimentas apropriadas ao gênero que lhes é definido e tem nas mãos o brinquedo apropriado. A imagem diz muito sobre os estereótipos de gênero construídos e impostos pela sociedade, formando desde o berço meninas e meninos com comportamentos padronizados pelo sexo.

Apesar de alguns avanços e conquistas alcançados pelas mulheres no que concerne à mitigação da assimetria de gênero, diversos estereótipos persistiam no contexto dos anos 1960. A simbologia associada ao carrinho e à boneca, por exemplo, perdura até os dias atuais, revestindo-se de significativa importância por ilustrar a construção dessa dicotomia sexual, cuja origem remonta à infância.

Na propaganda, o futuro homem, caracterizado como mais racional, é direcionado a brincar com o carrinho, uma máquina concebida por engenheiros mecânicos para a locomoção, simbolizando, assim, o avanço humano. Tal atividade contribuirá para o desenvolvimento das suas habilidades mecânicas e racionais, atributos tidos como evoluídos no âmbito masculino.

Contrariamente, a menina assume o papel representativo do lar, da família e do cuidado, sendo, portanto, encorajada a brincar com a boneca. O artefato simboliza a figura infantil, representando o futuro bebê que, simbolicamente, emergirá do seu ventre por meio da maternidade. Esse tipo de brinquedo a instruirá nas fases iniciais da infância sobre suas futuras responsabilidades domésticas, proporcionando ensinamentos acerca do zelo materno.

Dessa forma, o intrincado processo de divisão sexual é fomentado tanto pelos progenitores como pela sociedade em geral, delineando padrões específicos relacionados às cores, às vestimentas, às modalidades lúdicas e comportamentais. Comportamentos percebidos como desviantes, conseqüentemente, seriam suscetíveis à repressão:

Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é supressão das similaridades naturais. Ela requer repressão nos homens, da versão local das características "femininas", quaisquer que sejam elas, nas mulheres, da definição local das características masculinas (Rubin, 1986, p. 11).

Assim, a criação da feminilidade e da masculinidade decorre da supressão de comportamentos desviantes por meio de uma imposição psíquica, que gera desconforto tanto nas mulheres quanto nos homens. Esse processo é visto em todos os ambientes, inclusive nos jornais, nas mídias populares e culturalmente aceitas como mecanismos de transmissão de ideias.

Uma propaganda retirada do Estado de Minas de 1960, desta vez do Banco Lavoura de Minas Gerais, também explicita a forma estereotipada como a diferença de gênero era abordada no jornal:

Figura 4 - Propaganda Banco Lavoura



Fonte: Estado de Minas, 11 out. 1960, p. 9.

A propaganda em análise explicita estereótipos de gênero associados aos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres. Na representação visual, um menino lança uma moeda ao alto, enquanto duas meninas observam-no com curiosidade e interesse. A moeda, enquanto símbolo monetário e de sustento, é associada à figura do homem provedor, ao passo que as calças são emblemáticas do orgulho masculino. Ao adquirir suas primeiras calças por meio de economias próprias, o “menino” transcende à condição de homem, evidenciando a aquisição da “responsabilidade financeira”, atributo considerado essencial para a identidade masculina. As meninas, ao contemplarem-no com admiração, figuram a construção da imagem feminina em formação, preludiando seu papel futuro como esposas orgulhosas de um provedor masculino, responsável pelo sustento familiar.

Tais estereótipos estabelecem uma conexão entre o homem, o capital, o trabalho fora do lar e a provisão financeira, além de relegarem a imagem feminina a uma posição passiva e dependente do provimento masculino. Todavia, observa-se que, assim como nas outras propagandas previamente analisadas, as personagens retratadas são predominantemente brancas e pertencentes às camadas sociais médias e/ou altas.

Esse contexto exclui a possibilidade de inclusão de meninos desprovidos de recursos para aquisição de calças compridas, os quais seriam, assim, excluídos da definição de “homens bem-sucedidos”. Similarmente, não é concedido espaço para meninas que não aspiram ao papel de futuras esposas de um “homem provedor”, pressupondo

que se tornarão trabalhadoras de baixa renda, incapazes de cumprir integralmente suas atribuições femininas no âmbito doméstico.

Portanto, constata-se que tais estereótipos transcendem as meras disparidades de gênero, incorporando dimensões de desigualdades de classe e raça, elementos que demonstram a interseccionalidade. Conforme apontado por Scott (1995), as diferenças corporais são frequentemente mobilizadas para testemunhar e legitimar relações sociais que, em muitos casos, carecem de uma vinculação direta com o sexo ou a sexualidade. Nesse sentido, o discurso edificado em torno da dicotomia sexual revela-se como uma faceta integrante de um sistema de legitimação de fenômenos sociais diversos.

Os estereótipos que difundem a narrativa de segregação entre os sexos manifestam-se de maneira reiterada nas décadas de 1934 e 1960, persistindo, ainda que de maneira atenuada, nos jornais de 1989, conforme evidenciado na propaganda abaixo, extraída do Estado de Minas de 1989:

**Figura 5 – Propaganda imóvel Caparaó**

The advertisement is divided into two main sections. The left section shows a tall, modern building with the text "Edifício MONTPARNASSE" and a paragraph of text describing its features. The right section shows a woman in a ruffled dress with the text "DETALHES SÃO FUNDAMENTAIS" and the "Caparaó CONSTRUTORA" logo at the bottom.

Fonte: Estado de Minas, caderno de Imóveis, 12 nov. 1989

A campanha publicitária da construtora Caparaó, amplamente veiculada em diversas edições do periódico, apresenta deficiência de qualidade visual em todos os ar-

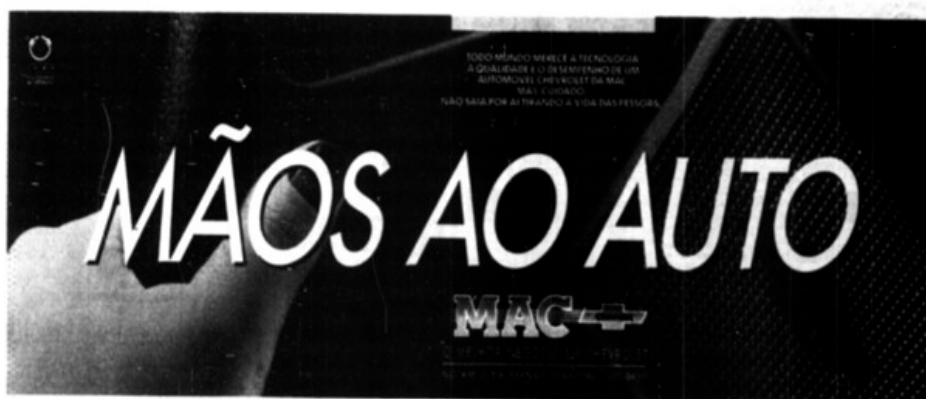
quivos consultados, sendo caracterizada por sua tonalidade bastante escura. Contudo, optou-se por sua utilização, uma vez que constitui um exemplar notável da perpetuação de padrões vinculados à divisão dos gêneros desde a infância. Sob o slogan “Detalhes são fundamentais”, destaca-se a imagem de uma menina, afetuosamente segurando sua boneca no colo. No texto, de leitura desafiadora, a construtora realça as inúmeras qualidades do edifício recém-construído, ressaltando sua amplitude e seu conforto para toda a família.

A vinculação entre a expressão “Detalhes são fundamentais” e a representação de uma figura feminina manuseando uma boneca objetiva associar o cuidado e a atenção dedicados à construção do edifício, evidenciando detalhes minuciosos para o conforto e bem-estar familiar, atributos percebidos como intrinsecamente femininos. O material publicitário revela estereótipos de gênero que não situam a mulher no contexto da engenharia ou do cálculo para a construção do edifício, mas a associam ao zelo com que este foi concebido. Notavelmente, não se vislumbram engenheiras ou operárias atuando na construção retratada, mas, sim, uma jovem, futura mãe, ocupada com o cuidado (e não com a brincadeira) de sua boneca.

É pertinente observar que, embora a propaganda estabeleça a conexão entre esses atributos (zelo e cuidado) e a natureza feminina, a imagem, ainda que de maneira não intencional, sugere que a menina, desde tenra idade, internaliza essas atitudes ao “treinar” tais comportamentos com as bonecas que “cuida”. O episódio fornece um exemplo vívido dos processos de aprendizagem e reiteração previamente abordados neste artigo.

Outra campanha publicitária, extraída do caderno de Veículos do periódico Estado de Minas em 1989, proclama: “Todo mundo merece a tecnologia, a qualidade e o desempenho de um automóvel Chevrolet da Mac. Mas cuidado: Não saia por aí tirando a vida das pessoas”. Perceba a imagem retratada na propaganda:

**Figura 6 - Propaganda Chevrolet**



Fonte: Estado de Minas, caderno de Veículos, 14 dez. 1989

A expressão de impacto “Mãos ao auto” opera como um jogo de palavras, fazendo um trocadilho com “mãos ao alto”, termo frequentemente associado às ameaças

com armas, e tem como propósito sensibilizar para os perigos associados à condução veicular. É relevante ressaltar que, em minha pesquisa nos cadernos de veículos, não foram identificadas imagens femininas, inclusive nas propagandas, que foram direcionadas exclusivamente ao público masculino. Nos anúncios observados, apenas figuras masculinas eram colocadas ao lado dos automóveis. Não obstante, em contraste com o padrão previamente identificado, na ilustração em análise, que visa a promover a marca e conscientizar sobre a precaução ao dirigir, destaca-se a representação de uma mulher assumindo o controle do volante.

A partir das considerações apresentadas, torna-se evidente que a presença de mãos femininas no comando do veículo não é mera coincidência. Percebe-se claramente a associação da imagem feminina à negligência e à suposta falta de habilidade na condução automotiva. Ao retratar mãos femininas e enfatizar a importância da precaução ao dirigir, a propaganda reproduzia de forma clara um estereótipo de gênero extensivamente difundido, o qual sugere que as mulheres possuem, biologicamente, menor aptidão para compreender o espaço geométrico e menor habilidade no manejo de máquinas e veículos do que os homens.

## Conclusão

A pesquisa em questão, inserida neste artigo, embora se restrinja à análise de exemplares do jornal Estado de Minas, revela resultados expressivos no que diz respeito às representações femininas nas décadas investigadas (1930, 1960 e 1980). Ao examinar as propagandas veiculadas nesse periódico, torna-se evidente a presença de diversos estereótipos associados aos corpos e aos comportamentos considerados como “femininos”:

Dessa forma, a pesquisa lança luz sobre o papel desempenhado pelos jornais impressos e sua publicidade nas décadas de 1930, 1960 e 1980, destacando-os como instrumentos eficazes na disseminação de determinadas representações de masculinidade e feminilidade. Tal análise revela que o jornal mais vendido em Minas Gerais ao longo do século XX atuou como uma estrutura que legitimava e difundia relações de desigualdade, consolidando-as como padrões culturalmente aceitos e, conseqüentemente, reforçando e naturalizando tais dinâmicas.

## Referências

ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336, maio/ago. 2011. Disponível em:

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200007>. Acesso em: 20 de maio 2024.

BARBIERI, Teresita. Sobre a Categoria Gênero: Uma introdução teórico-metodológica sobre as diferenças. **Revista Interamericana de Sociologia**. Ano VI, no 2-3 (segundo semestre), maio-dezembro/1992. DOI: <https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.199301.006>

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna**: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932. 2006. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6X6LAR/1/disserta\\_\\_o\\_completa\\_\\_kelly\\_nascimento.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6X6LAR/1/disserta__o_completa__kelly_nascimento.pdf). Acesso em 29 set. 2024

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>. Acesso em 29 set. 2024.

RUBIN, Gayle. El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, 1986. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sites/default/files/EL%20TR%20C%20FICO%20DE%20MUJERES%20-%20Gayle%20Rubin%201975.pdf>. Acesso em 29 set. 2024

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. p. 413.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/257862>. Acesso em 29 set. 2024

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: Saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, v.05n.01 Florianópolis 1997. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X1997000100002&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1997000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 30 set. 2024.

Recebido em: 31 jan. 2024  
Aprovado em: 03 out. 2024

## **CORPOS MIDIÁTICOS: UM BREVE PERCURSO CARTOGRÁFICO SOBRE OS PADRÕES ESTÉTICOS DE JORNALISTAS DA TV ABERTA BRASILEIRA**

### **MEDIA BODIES: A BRIEF CARTOGRAPHIC JOURNEY ON AESTHETIC STANDARDS FROM BRAZILIAN OPEN TV JOURNALISTS**

Karen B. Santarem Rodrigues <sup>1</sup>  
Renata Rezende Ribeiro <sup>2</sup>

#### **Resumo**

O artigo propõe a análise dos padrões estéticos de telejornalistas de sete emissoras de TV aberta do Brasil, por meio de um levantamento realizado com inspiração cartográfica, que buscou observar características como raça, tipo físico, tipo de cabelo, idade e sexo. O objetivo principal é problematizar o território da mídia televisiva brasileira a partir de um panorama crítico dos corpos que “vendem notícias” e analisar a importância da diversidade e da representatividade nos telejornais. Por meio de pesquisa bibliográfica e do mapeamento realizado, os achados indicam que – apesar das mudanças no telejornalismo brasileiro, principalmente na última década – os padrões estéticos e a aparência física dos jornalistas de TV ainda são marcados por características eurocêntricas, além de uma ausência de diferentes tipos físicos, especialmente na apresentação dos telejornais.

#### **Palavras-chave**

telejornalismo; padrão estético; território midiático; corpo midiático.

#### **Abstract**

The article proposes the analysis of the aesthetic standards of television journalists from seven open TV stations in Brazil, based on a survey carried out with cartographic inspiration, which sought to observe characteristics such as race, physical type, hair type, age and sex. The main objective is to problematize the territory of Brazilian television media from a critical overview of the bodies that “sell news” and analyze the importance of diversity and representation in television news. Based on bibliographical research and mapping carried out, the findings indicate that despite changes in Brazilian television journalism, especially in the last decade, the aesthetic standards and physical appearance of TV journalists are still marked by Eurocentric characteristics, in addition to an absence of different physical types, especially in the presentation of television news.

#### **Keywords**

television journalism; aesthetic standard; media territory; media body.

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF), karenbsrodrigues@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0004-3130-6368>, <http://lattes.cnpq.br/1144535844286797>.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora com estágio de pós-doutorado na Université Paris V/ Sorbonne, França, renatarezende@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0002-3380-1600>, <http://lattes.cnpq.br/0869559062728292>.

## Introdução

Na vida cotidiana, o indivíduo está absorvido em informações e imagens de forma constante. Com o surgimento dos *smartphones* e da internet móvel, isso foi intensificado. As pessoas passaram a ver televisão na rua, dentro do ônibus, do carro ou do metrô, em qualquer ambiente por meio da tela do celular, ação que não era imaginada na metade do século XX, em que assistir TV era possível apenas em casa e não estava acessível à maioria da população do País.

Em 2021, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) sobre o módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou que, durante o período da pandemia da Covid-19, 96,3% das residências brasileiras tinham *smartphones* e em 95,5% havia televisão (IBGE, 2023).

Apesar do aumento da quantidade de *smartphones* no Brasil, em relação ao número de aparelhos de TV nas residências, a televisão ainda é um dos meios de comunicação e informação mais importantes da atualidade. Segundo Dias (2022), a última Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal, em 2016, aponta que 63% dos brasileiros preferem a TV para receber as notícias.

É assim que o telejornalismo assume papel significativo na vida dos indivíduos no que diz respeito às informações. Apresentadores, apresentadoras e repórteres “entram” na casa das pessoas todos os dias para lhes comunicar os fatos importantes e, por muitas vezes, são a única fonte de notícias (Dias, 2022, p. 34).

Nesse contexto, os telejornalistas (que incluem âncoras, apresentadores, comentaristas e repórteres de TV) representam diariamente nos programas telejornalísticos, através da própria imagem, um modelo de corpo que pode ser tomado como mídia enquanto espaço comunicativo, à medida que “vendem notícias”.

Em consonância com a transformação tecnológica, a maneira de se fazer televisão se modificou ao longo dos anos (Rezende; Ghetti, 2018), principalmente com a pandemia da Covid-19. Segundo Sousa (2022), deu destaque a um novo telejornalismo, que busca manter a qualidade da informação, mas também o *status* do veículo como significativo meio de informação no Brasil (Sousa, 2022, p. 20). Com isso, a imagem dos telejornalistas tornou-se ainda mais carregada de simbolismos e representações de grupos sociais.

No início da década de 1950, os telejornais eram apresentados por homens brancos, magros, de classe média, com cabelos lisos e, geralmente, com mais de 40 anos de idade. Assim como no mercado de trabalho, no telejornalismo, a participação das mulheres como apresentadoras, âncoras e repórteres passou a ser mais frequente apenas a partir dos anos 1980. Como afirma Naomi Wolf, “ao paternal apresentador reuniu-se uma locutora muito mais jovem com um nível de beleza profissional” (Wolf, 2020, p. 58).

Neste início do século XXI, a diversidade no telejornalismo tornou-se uma necessidade e demanda social, uma vez que é um produto imagético presente na maioria

das residências brasileiras, como apontado pela pesquisa do IBGE. A proposta deste artigo é problematizar os padrões estéticos dos jornalistas das principais emissoras de televisão aberta do Brasil e discutir o corpo como território midiático em um panorama crítico que analisa a importância da diversidade e da representatividade nos telejornais. Por meio de um percurso de pesquisa que abrangeu revisão bibliográfica e um mapeamento inspirado na cartografia de jornalistas da televisão, foram analisados 227 telejornalistas de 19 telejornais de alcance nacional, pertencentes a sete emissoras da TV aberta brasileira. A análise focou no padrão estético, considerando aspectos como raça, tipo físico, tipo de cabelo, idade, gênero e a posição ocupada em cada empresa.

Como detalhamos no decorrer do texto, os resultados indicam que, apesar das mudanças tecnológicas e imagéticas na produção telejornalística, principalmente na última década, os padrões estéticos e a aparência dos jornalistas de TV ainda são marcadas por características eurocêntricas, isto é, um corpo branco, magro, de cabelo liso e jovem, além de haver uma ausência de diferentes tipos físicos nas bancadas dos telejornais.

Nesse cenário, a representação da imagem corporal no telejornalismo torna-se um debate significativamente importante, especialmente em termos de diversidade étnica, de gênero e de corpos considerados fora de padrões tradicionais de beleza. A inclusão de corpos diversos nas telas é uma maneira de refletir a realidade social e promover uma visão mais inclusiva e representativa da própria sociedade, à medida que o corpo midiático é espaço de expressão e comunicação intensiva. Conforme colocado por Denise Siqueira, “é mediador entre o sentir subjetivo e o grupo social. Ele [o corpo] incorpora ou se torna signo em um processo permanente de produção de sentidos” (Siqueira, 2015, p. 25).

## O corpo como território midiático

Na sociedade da informação, o corpo aparece intensamente como fenômeno que implica expressividade, palavra, linguagem. O corpo não é apenas realidade, mas *performance* e meio de comunicação. É um território para a expressão da identidade, na qual o indivíduo comunica aspectos de personalidade, crenças e pertencimento cultural. Diferentes práticas tornam o corpo um veículo de significados que são compartilhados e interpretados socialmente.

Segundo Romais (2001),

padrões estéticos são reverberados pela mídia incansavelmente (nem apresentadores de telejornal escapam ao cerco: já não basta ser competente, é preciso ter boa imagem estética, glamour, charme). E a fetichização do corpo, a partir do qual nascem heróis, ídolos e mitos que catalisam desejos e sonhos, criados e fomentados pela mídia - apêndice dos fluxos de capital. Capital e desejo imbricam-se cada vez mais num corpo-mercadoria. A partir de um jogo de sedução, o corpo - receptáculo de todos os desejos e gozos - é apropriado como mercadoria de troca de valor máximo (Romais, 2001, p. 27).

No contexto das mídias de massa, o corpo é frequentemente usado como espaço para transmitir padrões de beleza e estilos de vida. Celebidades, influenciadores e personagens midiáticos projetam imagens corporais que influenciam a percepção pública do que é considerado “aceitável” ou “desejável”. Além de veículo de aparência, o corpo midiático, atrelado à lógica do capitalismo, tornou-se informação codificada em imagem. Isso porque o ideal do corpo contemporâneo é adquirir o máximo de conexões úteis e, no caso específico do telejornalista, “vender notícias”.

O filósofo francês Gilles Lipovetsky e seu coautor Jean Serroy (2015) afirmam que, na sociedade contemporânea, a cultura do consumo e da imagem levou à obsessão pela aparência física, e a beleza corporal é valorizada como uma das principais formas de capital social, interferindo a maneira como as pessoas percebem o mundo e a si mesmas. Na era do hiperconsumo, estabelece-se uma estetização da vida ordinária, em que o corpo se torna objeto central da estética, sendo profundamente influenciado por padrões sociais e culturais que valorizam a aparência, a juventude e a conformidade a determinados ideais de beleza, em grande parte, excludentes.

A fisionomia de cada corpo é constituída de acordo com os modelos estipulados em cada época. O desenvolvimento das “máquinas de visão”, para utilizar a expressão de Virilio (2002), ou máquinas eletrônicas – o que inclui o dispositivo televisivo – aceleraram a temporalidade cotidiana, intensificando a penetração do capital no domínio das tecnologias audiovisuais. O corpo passou a abrigar o discurso que outorga à imagem o lugar de transmissão cultural, segundo sua valoração em um idealismo estético.

Objeto central de muitas das imagens veiculadas midiaticamente, o corpo humano assume, na contemporaneidade, novas construções sógnicas, ressignificações constantes e suporta outros tipos de apropriações. Na mídia, ele se transforma e se recria adaptando-se aos propósitos comerciais e criativos e, ao mesmo tempo, entregando-se às inovações tecnológicas. Assim, é possível defender a existência de um corpo que perde aspectos de sua humanidade para tornar-se eletrônico (Rosário, 2008, p. 5-6).

O corpo midiático parece intimado a representar uma cultura estética revestida como “certificado de autenticidade”. Não é a diversidade do corpo do Outro que fascina, mas o fato de se estar diante de um corpo representativo que segue um modelo ou um padrão. Quando uma determinada representação se torna instalada, reconhecida, desenvolve-se uma norma que será a “aceitável” pela sociedade capitalista da imagem, cujo interesse primeiro é o próprio controle do corpo. Nesse sentido, a exibição midiaticizada torna-se modelo da espetacularização da sociedade, sendo o corpo um importante espaço de poder e de disputa política.

Sodré (2002, p. 37) aponta que o próprio indivíduo é suscetível de se converter em realidade midiática. A partir de núcleos de tecnointerações no século XXI, o jornalista torna-se imagem e *medium*, segundo o autor, e investe-se, por uma espécie de imersão virtual na esfera significativa de visibilidade pública. Assim, os telejornalistas, ao apresentarem ou reportarem notícias em frente às câmeras, não são apenas profissionais do jornalismo, eles se tornam conhecidos midiaticamente. Alguns são conside-

rados celebridades, com a vida pessoal exposta na mídia. Essa visibilidade aumenta as pressões estéticas e sociais tanto da própria mídia quanto dos telespectadores.

No telejornalismo, o corpo participa de uma espécie de arena estética, na qual as normas de beleza, as vestimentas e o comportamento seguem modelos e/ou orientações editoriais. Apresentadores e repórteres são frequentemente julgados não apenas por sua competência profissional, mas também por sua aparência física, o que resulta em pressões para que jornalistas se adequem a padrões estéticos específicos, intensificando desigualdades baseadas na aparência.

Alguns telejornalistas tornaram-se celebridades, com um nível de fama comparado aos artistas, modelos e influenciadores digitais. Sodré enfatiza que a imagem desse indivíduo, no caso o telejornalista, não é a representação tecnicamente audiovisual de um referente humano, mas um simulacro verossímil ou crível. “É a realidade tecnocultural de uma aparência” (Sodré, 2002, p. 37).

Ser “imagem” (signo icônico) pública significa tornar-se interpretante vivo ou núcleo politópico de uma determinada conjuntura de valores, significa tornar-se “médium”. Mas significa também se realizar como forma acabada e abstrata da relação humana mediada pelo mercado, ou seja, existir como indivíduo “irreal”, mero suporte para signos que se dispõem a representar uma realidade instituída exclusivamente como mercadoria (Sodré, 2002, p. 38).

A imagem desses profissionais passa a ser, então, ainda mais relevante por representarem tanto o “produto telejornal” do qual eles participam, quanto dos grupos sociais que os assistem. Telejornalistas são indivíduos que fazem parte de uma sociedade com diversidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e corpos, mas, também, uma sociedade machista, homofóbica, transfóbica, racista e gordofóbica. Ou seja, a imagem dos âncoras, apresentadores, comentaristas e repórteres diz respeito a quem eles são e se identificam.

Com isso, eles representam parte dos telespectadores, o que colabora para a audiência e fidelização do público do telejornal, além de gerar relação de identificação com milhares de pessoas. Sodré explica que, da mídia para o público, não parte apenas influência normativa, mas também emocional e sensorial, com o pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social, em que as identidades pessoais, os comportamentos e até juízos de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade do gosto (Sodré, 2002, p. 44-45).

Em consonância com Sodré, Siqueira (2015) aponta que, na contemporaneidade, tanto o corpo quanto a emoção são elementos constituintes do processo midiático de construção de representações, reforço de imaginários e produção de sentidos. “Todo esse aparato montado a partir da expressão das emoções se dá em grande parte por meio da exposição da força representativa de corpos, de suas técnicas corporais e de estratégias profissionais” (Siqueira, 2015, p. 16).

Desde o início da história da televisão, o corpo do telejornalista está atrelado ao papel de emissão de notícias, mas também é repleto de significações e representações,

o que inclui o sistema capitalista midiático. Segundo Nísia Rosário, “o corpo audiovisual é um texto virtual – se entender esse termo como aquilo que existe em potência e tende a atualizar-se. É justamente essa virtualidade do corpo que o multiplica, que o reencarna em diferentes papéis e aparências, e o ocupa de sentidos” (Rosário, 2008, p. 6).

A autora aponta que esse corpo é capaz de assumir diversas formas. “É assim, também, que o audiovisual pode usar o corpo como metáfora da sociedade” (Rosário, 2008, p. 6). Daí a importância de pensar esse espaço como território onde se cruzam comunicação, identidade, poder, cultura, economia e cuja força de sua representação parece cada vez mais atravessada por complexos processos midiáticos.

## Panorama dos corpos do telejornalismo

A figura do telejornalista se modificou no conjunto do desenvolvimento dos programas televisivos ao longo de mais de 70 anos de telejornalismo no Brasil, por meio do avanço de tecnologias imagéticas, de pesquisas e a partir das demandas do público. Segundo Fachine (2008, p. 69), do “locutor de notícias”, que apenas lia as informações com distanciamento e em estilo radiofônico, ao “âncora”, que se posiciona enfaticamente sobre as notícias, “podemos observar, grandes transformações não somente nos papéis, mas nas posturas e perfis dos apresentadores de telejornal” (Fachine, 2008, p. 69).

Diante do escopo da pesquisa, realizamos um panorama dos jornalistas da televisão brasileira do século XXI. Por se tratar de um objeto midiático, decidimos fazer um mapeamento dos telejornalistas, por meio de uma proposta cartográfica, especialmente no recorte dos cargos televisivos: âncoras, apresentadores/comentaristas e repórteres das principais emissoras da TV aberta do Brasil.

De forma geral, a cartografia “é uma ciência geográfica que produz e estuda mapas” (Costa, 2014, p. 68), mas, neste estudo, o objetivo foi usá-la como prática de coleta e posterior análise.

foi formulada pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Em uma varredura nos cinco volumes que compõem a edição brasileira de *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, publicado pelos autores em 1980, percebemos o quanto a cartografia – também chamada de esquizoanálise, pragmática e micropolítica – pode se apresentar enquanto uma prática singular de pesquisa e de análise. O conceito, inicialmente retirado da geografia, é transposto para os campos da filosofia, política e subjetividade (Costa, 2014, p. 69).

Desse modo, tomamos a liberdade de utilizar essa metodologia para uma investigação do campo da comunicação, utilizando-a como inspiração para o levantamento dos telejornalistas brasileiros. Segundo Costa (2014), não há uma única forma de se usar a cartografia, porque ela não busca estabelecer regras e procedimentos engessados, mas caminhos possíveis, entendendo o processo, fundamentalmente, como o maior interesse do pesquisador.

Seguindo esse recurso, realizamos o levantamento de 227 telejornalistas de 19 telejornais nacionais de 7 emissoras da TV aberta. As emissoras *TV Globo*, *Rede Re-*

cord, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Rede Bandeirantes, TV Brasil, RedeTV! e TV Cultura foram escolhidas para análise por fazerem parte da TV aberta brasileira e liderarem o ranking das emissoras com as maiores audiências do País, segundo pesquisa da Kantar Ibope Media de 2022, ano em que começamos o estudo.

Na TV Globo, coletamos informações de cinco telejornais com abrangência nacional: *Hora 1*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional* e *Jornal da Globo*. Ao todo, nessa emissora, encontramos 68 telejornalistas, sendo 41 homens e 27 mulheres. No canal da Record, analisamos dois telejornais com âmbito nacional, o *Fala Brasil* e o *Jornal da Record*. No total, foram 27 telejornalistas analisados, sendo 13 homens e 14 mulheres. No SBT, foram dois telejornais com cobertura nacional: o *SBT Brasil* e o *SBT News na TV*. Ao todo, foram 35 telejornalistas analisados, entre eles, 18 homens e 17 mulheres. Na Rede Bandeirantes, observamos quatro telejornais: *Bora Brasil*, *Brasil Urgente com Datena*, *Jornal da Band* e *Jornal da Noite*. Ao todo, foram 51 telejornalistas analisados, sendo 32 homens e 19 mulheres.

Já na RedeTV! foi analisado apenas um telejornal, o único com abrangência nacional na programação do canal aberto, o *RedeTV! News*. Ao todo, foram avaliados 12 telejornalistas, sendo sete homens e cinco mulheres. Na TV Cultura, foram observados dois telejornais com alcance nacional, o *Jornal da Tarde* e o *Jornal da Cultura* e, ao todo, 13 telejornalistas, sendo seis mulheres e sete homens. Por fim, na TV Brasil, observamos três telejornais com cobertura nacional, o *Brasil em Dia*, o *Repórter Brasil Tarde* e o *Repórter Brasil*. No total, foram 21 telejornalistas estudados, sendo seis homens e 15 mulheres (ver sistematização na Tabela 1).

**Tabela 1 - Sistematização das emissoras e telejornais da TV aberta analisados**

<b>Emissora</b>	<b>Telejornais (Analisados)</b>	<b>Telejornalis- tas Homens</b>	<b>Telejornalis- tas Mulheres</b>	<b>Total</b>
TV Globo	Hora 1 Bom Dia Brasil Jornal Hoje Jornal Nacional Jornal da Globo	41	27	68
Record	Fala Brasil Jornal da Record	13	14	27
SBT	SBT Brasil SBT News na TV	18	17	35
TV Band	Bora Brasil Brasil Urgente Jornal da Band Jornal da Noite	32	19	51
Rede TV!	Rede TV News	07	05	12
TV Cultura	Jornal da Tarde Jornal da Cultural	07	06	13
TV Brasil	Brasil em Dia Repórter Brasil Tarde Repórter Brasil	06	15	21

Fonte: Elaboração própria

Os telejornalistas foram mapeados pela raça, pelo tipo físico, pelo tipo de cabelo, pelo sexo e pela idade, além da checagem do cargo que cada profissional ocupa na TV. Conforme situamos, o principal objetivo foi observar os padrões estéticos nos telejornais das emissoras da televisão aberta brasileira e analisar a diversidade e a representatividade de corpos nesses programas telejornalísticos, especialmente à frente das apresentações, em que o tempo de tela é maior do que em outros espaços da produção televisiva.

A análise dos telejornalistas foi realizada durante o mês de julho de 2023, e a escolha do período se deu em função do cronograma da pesquisa. Para o recorte, selecionamos apenas os telejornais que são transmitidos semanalmente, de segunda a sexta-feira e/ou de segunda-feira a sábado, em horários fixos e com alcance nacional. Os telejornais nacionais são classificados, segundo Bittencourt (1993, p. 71), como “de rede”, que alcança o maior número possível de regiões. Por isso, os telejornais locais, “veiculados para uma única região ou Estado” (Bittencourt, 1993, p. 71), não foram priorizados para o mapeamento, devido à grande quantidade de programas telejornalísticos e de regiões brasileiras, o que demandaria um tempo muito maior para a realização desta investigação. Outro critério de seleção dos telejornais foi a nomeação dos programas pelas emissoras, ou seja, só foram analisados produtos cuja denominação confirma se tratar de telejornais.

Como supracitado, os telejornalistas selecionados foram analisados por raça, tipo físico, tipo de cabelo, sexo, idade, além do cargo. Cada atributo foi selecionado de acordo com um objetivo de análise, como verificar quantitativamente os profissionais pelas características selecionadas, se os tipos de cabelo ainda seguem algum manual de estilo e qual a diferença etária entre homens e mulheres jornalistas. Além de tentar compreender o quanto todos esses aspectos podem estar atrelados ao cargo que o profissional ocupa, seja âncora, apresentador, comentarista ou repórter.

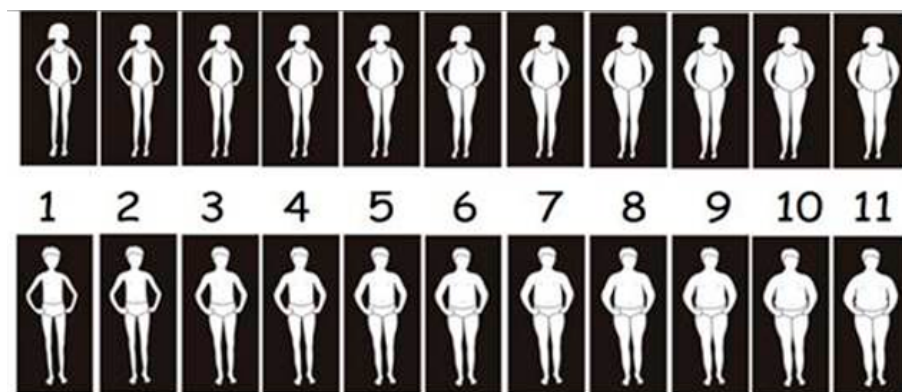
Com o levantamento desses 227 profissionais, observamos que todos telejornalistas são cisgêneros, não havendo transgêneros na apresentação ou na reportagem desses 19 telejornais. Portanto, decidimos analisar os jornalistas de vídeo pelo sexo biológico, masculino e feminino, e não por gênero, características consideradas socio-culturais e comportamentais.

Conforme mostra Beauvoir (2012), os sexos masculino e feminino nunca partilharam de um mundo com igualdade de condições - os homens estiveram em situações mais vantajosas. Para a autora, a mulher foi reconhecida como o Outro, assumindo uma posição secundária na sociedade, enquanto o homem era o Sujeito: ‘ele é o Sujeito, ele é absoluto: ela é o Outro’ (2012; p. 17). Assim, a mulher seria, nessa condição, somente o que o homem decidisse, então seria, para usar os termos de Beauvoir, o inessencial (ela) diante do essencial (ele) (Siqueira, 2020, p. 103).

O tipo físico foi observado com base na aparência, tanto por meio da análise das imagens dos telejornais, quanto da análise de vídeos nas redes sociais digitais, espe-

cificadamente o *Instagram*<sup>3</sup>, utilizado como recurso complementar após a avaliação da imagem televisiva. A observação no tocante à aparência física seguiu critérios baseados na Escala de Silhueta de Kakeshita e colaboradores (2009), sendo corpos dos telejornalistas magros de 1 a 4, medianos de 5 a 8, e gordos de 9 a 11, conforme figura a seguir:

**Figura 1 - Escala de Silhueta**



Versão adaptada e validada no Brasil por Kakeshita et al. (2009)

Fonte: Kakeshita et al. (2009)

A idade de cada profissional foi pesquisada no buscador *Google* e nas redes sociais digitais pessoais. Porém, alguns não constavam online, então, os classificamos como “idade indefinida”, pois decidimos não colocar uma faixa etária que seria subjetiva por ser baseada apenas na aparência. Em relação ao cargo de cada telejornalista, diferenciamos âncoras e apresentadores de acordo com a denominação da emissora ou do próprio profissional através da empresa e/ou das redes sociais pessoais *Instagram* e *LinkedIn*<sup>4</sup>.

Para os tipos de cabelo, escolhemos três características: o corte, o tipo e a cor. Em relação ao corte, consideramos três deles para as mulheres: curto (até a nuca), médio (até o pescoço) e longo (abaixo do pescoço). Observamos, também, cinco tipos de cabelo: cacheado, ondulado, liso, crespo, trançado e careca – neste último, incluímos tanto homens quanto mulheres sem cabelo ou com o cabelo aparado rente ao couro cabeludo. Elegemos, com base nas análises, cinco variações de cor: castanho (incluindo claro, escuro e até com mechas loiras e iluminadas), loiro, ruivo (naturais e pintados), grisalho (algumas partes castanhas e brancas) e branco (totalmente).

As raças dos telejornalistas foram analisadas segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) por cor ou raça. São elas: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Os pardos estão incluídos na classificação do IBGE, no entanto, os profissionais de vídeo não foram analisados como parte desse grupo racial por entendermos que se refere a quem se autodeclara e possui miscigenação, com predomínio de traços negros. Nesse caso, precisaríamos de alguma indicação

<sup>3</sup> *Instagram* é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, lançada em 2010, nos Estados Unidos. Foi escolhido neste trabalho como uma das ferramentas de análise dos corpos dos telejornalistas pelo fácil acesso as fotos e aos vídeos pessoais, por meio dos quais é possível ter uma nova perspectiva sobre a aparência física.

<sup>4</sup> *LinkedIn* é uma plataforma de mídia social com foco em negócios e emprego, lançada em 2003.

ou autodeclaração dos próprios telejornalistas, o que, em virtude do tempo da investigação e do volume de dados, não foi possível. Nesta pesquisa, trabalhamos com dados de visibilidade e não com registro de autodeclaração. Compreendemos a complexidade dessa questão, mas o intuito é evidenciar o racismo estrutural ainda presente na sociedade e, conseqüentemente, no telejornalismo, como vamos destacar nos resultados mais à frente.

Já adiantamos que, apesar das transformações sociais e culturais de diversidade e inclusão que o telejornalismo passou, especialmente nos últimos anos, com pessoas negras, amarelas e gordas presentes em alguns telejornais, constatamos que ainda há muito o que mudar, como apontam os resultados encontrados sobre os corpos dos telejornalistas brasileiros.

### **“Corpos que vendem notícias”: o jornalista da TV aberta brasileira**

Conforme mencionado anteriormente, o corpo dos telejornalistas no século XX seguia um padrão estético “europeu”, isto é, branco, magro, aparentemente jovem, de cabelo liso, o que não condiz com a realidade brasileira miscigenada, com diversas raças, culturas e povos. Esse corpo foi modificado ao longo do tempo para atender às demandas sociais e até para criar uma conexão significativa e representativa com o público, mas ainda está longe de ser pluralmente representativo.

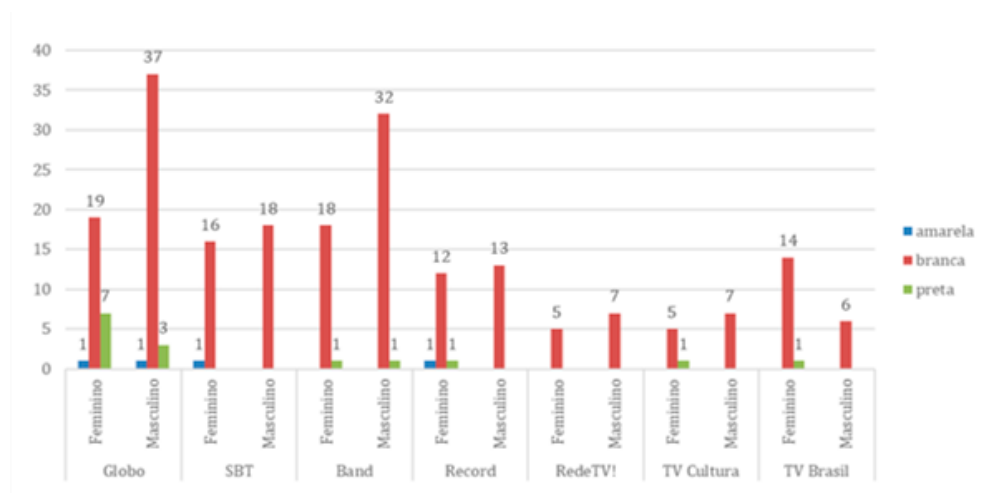
De acordo com nosso mapeamento, há uma diferença quantitativa entre âncoras, apresentadores/comentaristas e repórteres. Os telejornais nacionais analisados têm 13 âncoras, sendo 7 homens e 6 mulheres; 47 apresentadores/comentaristas, sendo 25 homens, e 22 mulheres; e 168 repórteres, dos quais 92 são homens e 76 são mulheres.

Essa grande diferença na quantidade de âncoras, apresentadores/comentaristas e repórteres pode ser explicada pelo fato de cada telejornal contar com um ou dois âncoras ou apresentadores fixos, já que eles devem ser a “identidade” do programa. Os repórteres são escalados por quantidade de pautas. Por isso, foram os profissionais que mais se repetiram no levantamento, pois possuem uma maior rotatividade de telejornal e podem aparecer em frente às câmeras em diferentes programas telejornalísticos da mesma emissora, com horários diferentes, cobrindo uma mesma pauta ou pautas diversas no mesmo dia.

Já a grande quantidade de apresentadores justifica-se pois, nesta pesquisa, consideramos os comentaristas e os repórteres de estúdio como apresentadores, uma vez que eles aparecem nos telejornais em uma posição de apresentação (destaque) ou para comentar alguma notícia. Além disso, os âncoras e apresentadores/comentaristas possuem um tempo de tela maior do que os repórteres, o que também justifica essa diferença quantitativa entre eles. A partir dessa concepção de diferença de tempo em frente às câmeras, problematizamos a seguinte questão: a diversidade de corpos na reportagem e na apresentação teria relação com o tempo de tela que cada jornalista possui no telejornal?

Em nosso estudo, observamos que os repórteres dos telejornais são um pouco mais diversos em questão de raça, tipo físico, cabelo e idade do que os âncoras; e apresentadores, apesar de a maior parte, encaixarem-se nos padrões estéticos (GRÁFICO 1).

**Gráfico 1 - Telejornalistas da televisão aberta separados por sexo, emissora e raça**



Fonte: Elaboração própria

Em relação à raça, de 168 repórteres da TV aberta brasileira, 155 são brancos, sendo 89 homens e 66 mulheres; cinco homens são pretos, três mulheres são pretas, totalizando oito pretos; um homem é amarelo ou descendente de familiares amarelos, e três mulheres são amarelas ou descendente de familiares amarelos, o que totaliza quatro profissionais da raça amarela.

Já sobre o tipo físico: 62 repórteres são considerados magros, sendo 28 homens e 34 mulheres; 105 possuem corpos medianos, entre eles, 63 homens e 42 mulheres; e apenas um homem é gordo; não foram identificadas mulheres repórteres gordas no período da análise.

No tocante ao tipo de cabelo, 143 possuem cabelo liso, sendo 80 homens e 63 mulheres; 11 possuem o cabelo cacheado, dois homens e nove mulheres; sete têm cabelo ondulado, sendo três homens e quatro mulheres.

Em comparação às outras emissoras analisadas no levantamento, a *TV Globo* é a que tem maior diversidade racial em relação aos outros canais da televisão aberta, com 10 jornalistas pretos e dois amarelos. Esses números refletem um dos compromissos firmados pela emissora, alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), de promover a diversidade e a inclusão nas equipes e conteúdos.

Segundo o Relatório ESG 2023 da *TV Globo*, 58% das contratações de estagiários e jovens aprendizes foram de pessoas negras:

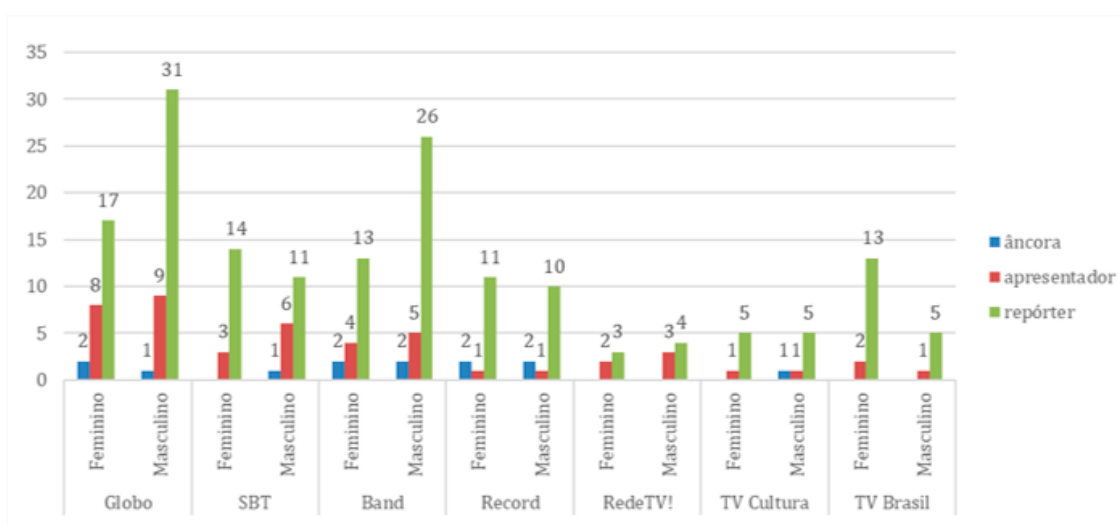
Nossa estratégia de diversidade e inclusão impacta toda a Companhia, a partir de cinco pilares: educação, recrutamento, comunicação, carreira e grupos de afinidade. As ações são endereçadas com foco em quatro grupos prioritários: mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e comunidade LGBTQIA+ (Relatório ESG 2023, 2023, p. 34).

Segundo os gráficos do levantamento, em relação ao cargo de âncora, o número de homens e mulheres é similar, entre um e dois por canal, sendo que, na *TV Globo*, há mais mulheres do que homens âncoras. Na *TV Band* e na *Record*, a quantidade de homens e mulheres âncoras é a mesma. Já no SBT e na *TV Cultura* não há mulheres âncoras; e na *RedeTV!* e na *TV Brasil* não há telejornalistas âncoras.

No cargo de apresentador, há mais homens do que mulheres na *TV Globo*, no SBT, na *TV Band* e na *RedeTV!*. Na *Record*, a quantidade de apresentadores homens e mulheres é igual. Na *TV Cultura*, por sua vez, o número de mulheres apresentando telejornais é maior do que o de homens.

O volume de homens repórteres é maior do que de mulheres na *TV Globo*, na *Band* e na *RedeTV!*; enquanto no SBT, na *Record* e na *TV Brasil* a quantidade de mulheres repórteres é maior. Apenas na *TV Cultura* a quantidade de homens e mulheres repórteres é igual (GRÁFICO 2).

**Gráfico 2 - Telejornalistas da TV aberta separados por sexo, emissora e cargo**



Fonte: Elaboração própria

Com o intuito de pontuar a questão do etarismo contra as mulheres no telejornalismo brasileiro, o Gráfico 3 apresenta a distribuição etária, sem incluir as idades indefinidas<sup>5</sup>, entre os telejornalistas que ocupam o mesmo cargo na TV aberta. Notamos que as faixas etárias vão diminuindo de acordo com a relevância hierárquica dos cargos, sendo os âncoras os que têm mais idade, entre as faixas etárias com mais de 60 anos, entre 51 e 60 anos e entre 41 e 50 anos.

Na *TV Globo*, a partir das idades reveladas pelos telejornalistas, há mais mulheres âncoras entre 51 e 60 anos do que homens; já na *TV Band*, é ao contrário, há mais homens âncoras entre 51 e 60 anos do que mulheres; e, na *Record*, há duas mulheres âncoras na faixa etária entre 51 e 60 anos, um homem entre 41 e 50 anos e outro com mais de 60 anos.

<sup>5</sup> Este quesito está sujeito a alterações numéricas devido à grande quantidade de idades indefinidas, ou seja, idades que não foram descobertas pela pesquisa, uma vez que não foram divulgadas publicamente pelos telejornalistas.

Na TV aberta, há apresentadores de todas as faixas etárias selecionadas para este levantamento: de 20 a 30 anos; 31 a 40; 41 a 50; 51 a 60; e 60 mais. Na apresentação da *TV Globo*, do *SBT*, da *Band* e da *RedeTV!*, há homens apresentadores mais velhos do que mulheres; enquanto na *Record* a idade dos apresentadores é igual, entre 41 e 50 anos. Na *TV Cultura*, apenas uma apresentadora teve a idade divulgada e está na faixa etária entre 41 e 50 anos.

Os repórteres, em média, são os mais jovens. Na *TV Globo*, há mais homens repórteres entre a faixa etária de 31 a 40 anos do que mulheres, sendo a maioria com 41 a 50 anos. No entanto, há também mais homens repórteres com mais de 60 anos do que mulheres. De acordo com as idades divulgadas, no *SBT*, as mulheres repórteres estão na faixa etária de 41 a 50 anos, enquanto há um homem repórter entre 31 e 40 anos e outro entre 41 e 50. Na *Band* e na *Record*, os homens repórteres são mais velhos do que as mulheres. Já a *TV Cultura* e a *TV Brasil* têm repórteres homens de 20 a 30 anos e com mais de 60 anos. Nessa emissora, a idade das mulheres repórteres não foram definidas, assim como na *RedeTV!*, que não há informação etária dos homens e das mulheres repórteres.

A problematização do etarismo na sociedade contemporânea é fundamental, principalmente pela discriminação sistêmica e pela desigualdade social. A mídia televisiva frequentemente exalta a juventude como ideal de beleza e sucesso, relegando pessoas com mais idade a cargos secundários ou invisíveis.

Naomi Wolf (2020) explica que a imagem “do homem mais velho, distinto e com rugas, sentado ao lado de uma companheira jovem e muito maquiada — veio a se tornar o paradigma para o relacionamento entre homens e mulheres no local de trabalho” (Wolf, 2020, p. 58). E essa imagem é disseminada até hoje, no século XXI. No caso específico do telejornalismo, há certo paradoxo à medida que os telejornais, especialmente os de abrangência nacional, utilizam os jornalistas como “marcas/vitrines” do produto midiático, o que poderia ser interessante e mesmo oportuno mantê-los por mais tempo em frente às telas, em virtude da credibilidade e fidelização com o público. No entanto, de forma geral, observamos que há, ainda, uma predominância dos homens permanecerem mais tempo nos telejornais (em termos de carreira/idade) do que as mulheres. Nesse sentido, há uma interseção entre o etarismo e o machismo.

Outra situação no telejornalismo de desigualdade entre gêneros são os manuais de estilo dos telejornais, que determinam certas restrições no vestuário e na aparência dos jornalistas de vídeo, principalmente para as mulheres, e que devem ser seguidos obrigatoriamente. Segundo a matéria do site *iG Gente*, publicada no dia 27 de outubro de 2023, pelo jornalista Gabriel Perline, a *Record TV* atualizou seu manual de estilo e, de acordo com o documento, em termos de figurino, foi imposto que é terminantemente proibido mulheres usarem calça jeans.

É obrigatório usar apenas calças sociais em tons escuros e neutros. Caso queira incrementar o look, são permitidos cintos de couro preto ou marrom, e com fivelas discretas. Quaisquer outros modelos em cores diferentes serão barrados. Da cintura para cima, a lista de restrição

também é detalhada: não pode usar blusas, camisas ou vestidos com rendas, estampas, babados ou tecidos com aplicações. As malhas devem ser lisas e em cores neutras e discretas. Em dias de calor, decotes são permitidos, desde que sejam em corte V e não muito profundos. Golas arredondadas também estão liberadas. Já os cortes mais trabalhados e sobreposições são vetados (Perline, 2023).

A matéria ainda aponta que, conforme o manual de estilo, as mulheres jornalistas devem aparecer na tela do vídeo o mais natural possível. Segundo Perline (2023), em relação à maquiagem, os jornalistas não podem forçar uma coloração artificial e devem usar recursos que apenas façam correções pontuais em seus rostos. “Unhas longas também são vetadas, e devem estar sempre curtas ou médias, com esmaltes discretos e em tons neutros” (Perline, 2023).

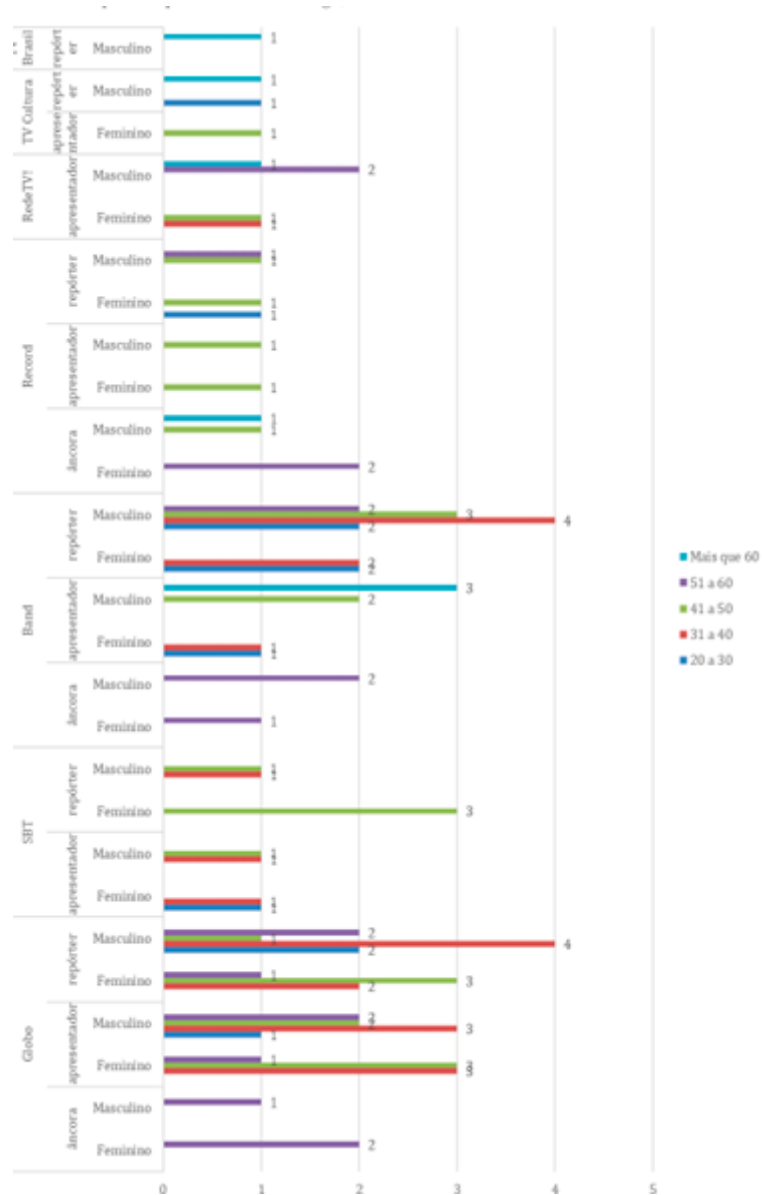
De acordo com o jornalista, é proibido o uso de penteados cacheados ou ondulados no vídeo. “A exceção vale para as profissionais que têm os fios naturalmente desta forma. Mas se uma mulher tem os fios lisos, ela não pode surgir cacheada e tampouco usar recursos que aumentem os volumes dos cabelos e os deixem em aspectos de camadas” (Perline, 2023). Observa-se, então, que há um certo cuidado nesse novo manual de estilo da emissora em relação aos cabelos cacheados e ondulados, que tendem, em sua maioria, serem de mulheres negras. As jornalistas com cabelos lisos, majoritariamente, são brancas e, nesse caso, não podem cachear, ondular ou dar volume, retirando a naturalidade do cabelo. Porém, as que já possuem esses tipos de cabelo podem usá-los por serem naturais.

Essa exceção é parte da transformação que o telejornalismo e a sociedade passaram na última década em relação à diversidade e representatividade, uma vez que cabelos cacheados e ondulados não eram aceitos socialmente. Como esses tipos de cabelos eram considerados pela sociedade e pela mídia como “ruins”, uma parte das mulheres negras se sentiam obrigadas a alisar seus cachos para serem aceitas e fazerem parte do padrão de beleza social, isto é, dos cabelos lisos.

Segundo a autora Djamilia Ribeiro, quando uma qualidade negativa é atribuída ao fenótipo negro, como “cabelo ruim”, isso “diz muito sobre os padrões de beleza racista impostos na sociedade. Como a norma é branca, tudo que difere é visto como o que não é bom” (Ribeiro, 2019, p. 90). Então, nota-se essa diferença no manual de estilo e até preocupação da emissora ao colocar como exceção o uso de cabelos cacheados e ondulados para as mulheres que a princípio os têm naturalmente, já que, em décadas anteriores, os cabelos lisos e escovados eram a regra absoluta e se aplicavam à todas as profissionais de vídeo.

Isso nos parece um pouco complexo pois pode ser visto, também, como uma espécie de preconceito velado, já que o manual de estilo parece aceitar as mulheres que são naturalmente cacheadas, mas se elas quiserem propor um cabelo mais volumoso, possivelmente será proibido. Isso nos leva à reflexão sobre até que ponto o manual de estilo no telejornalismo é usado somente por causa de um fator técnico.

**Gráfico 3 - Distribuição etária (excluindo idade indefinida) entre telejornalistas que ocupam o mesmo cargo, de acordo com a emissora - TV aberta**



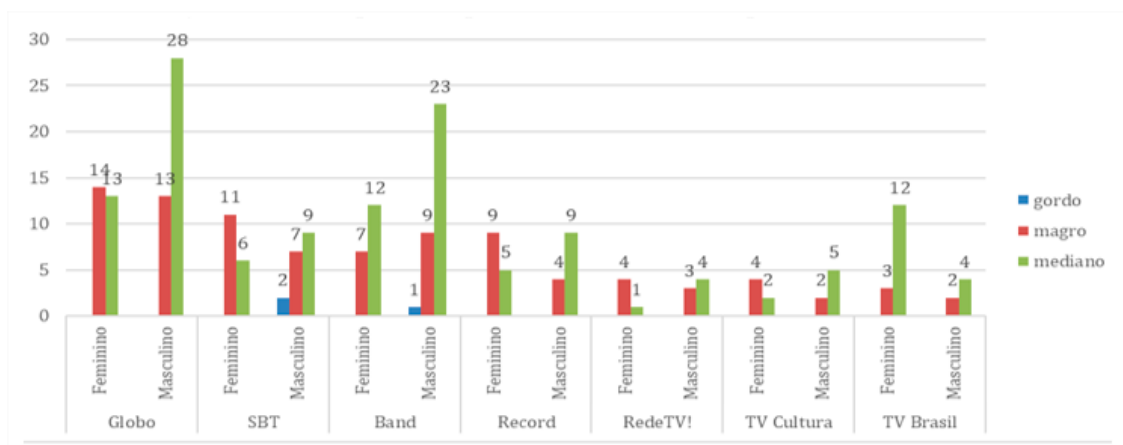
Fonte: Elaboração própria

Em relação ao tipo físico, observa-se que há mais mulheres com corpos magros do que homens; e mais homens com corpos medianos do que mulheres. Há apenas três jornalistas de vídeo gordos na televisão aberta, todos homens, dois na *SBT* e um na *TV Band*. Observa-se, segundo Lipovetsky e Serroy (2015), que, mais do que nunca, a magreza se impõe como ideal estético:

A estética da magreza não é um culto totalmente arbitrário impulsionado apenas pelas imagens publicitárias: razões de fundo, ligadas ao individualismo moderno, à cultura do domínio técnico, à valorização do princípio do controle de si, à ideologia da saúde, sustentam a promoção dessa norma estética (Lipovetsky; Serroy, 2015, p. 351).

Os autores explicam que há uma exaltação da qualidade das sensações, da volúpia de cuidar de si mesmo. Os cuidados estéticos são apresentados como um prazer, e o bem-estar subjetivo como um meio de embelezamento” (Lipovetsky; Serroy, 2015, p. 349). Assim, corroborando com a ideia da magreza e do culto à beleza, especialmente, para as mulheres.

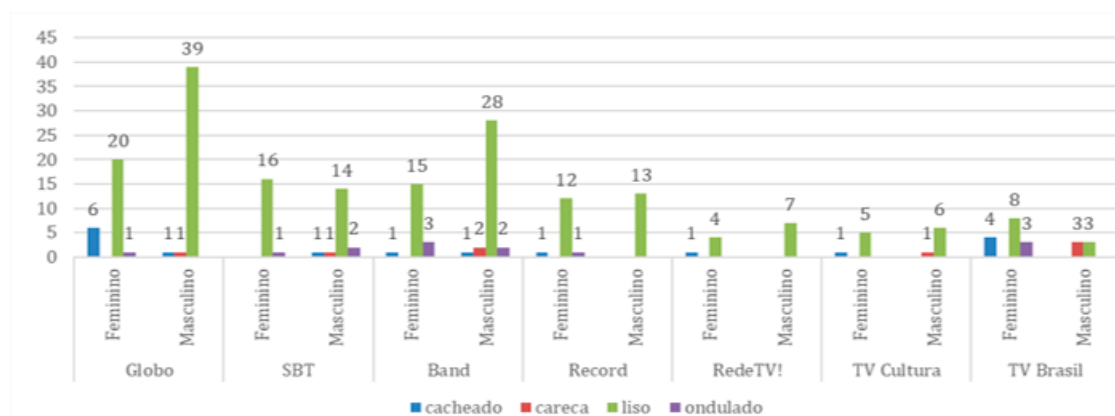
**Gráfico 4 - Telejornalistas separados por emissora, sexo e tipo físico na TV aberta**



Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 5, apresentamos os gráficos dos telejornalistas separados por sexo, emissora e tipo de cabelo. É possível observar que a maioria dos profissionais de vídeo possui cabelo liso. Mas os cabelos cacheados e ondulados também estão presentes em todas as emissoras.

**Gráfico 5 - Telejornalistas separados por sexo, emissora e tipo de cabelo na TV aberta**



Fonte: Elaboração própria

## Considerações Finais

No século XXI, os manuais de estilo das emissoras se transformaram, os padrões estéticos da sociedade brasileira também. As pautas sociais, como racismo e o sexismo, passaram a ser mais discutidas, o que influenciou uma mudança no telejornalismo,

com a inclusão de mais jornalistas negros, de mais mulheres no comando de telejornais, de profissionais homossexuais falando abertamente sobre orientação sexual, etc.

Todavia, é possível observar, segundo nossa investigação, que ainda há uma certa resistência à inclusão de corpos gordos na TV brasileira, por exemplo. Além de ser perceptível que a televisão segue reforçando a norma da magreza no jornalismo audiovisual, ainda se verifica que a mulher sofre mais que o homem com o culto do “corpo magro ideal” e que esse corpo não representa uma parte da sociedade atual. Como indica Lipovetsky e Serroy (2015, p. 360), “em nossas sociedades, a beleza física é associada ao corpo esguio, embora haja cada vez mais gordos”).

O “corpo que vende notícias” na televisão brasileira ainda não é representativo de forma plural. A ausência de pessoas indígenas, transgêneros, PCD’s e as poucas pessoas amarelas e gordas presentes no telejornalismo são evidentes. Segundo nosso levantamento, não houve um aumento expressivo na mudança de perfil dos telejornalistas nos últimos anos, uma vez que mais da metade dos profissionais ainda são brancos, magros, possuem cabelos lisos, e todos são cisgênero, além de ainda manter um padrão estético europeu do jornalista de TV do século XX, que valoriza a branquitude, a magreza e a jovialidade.

Apesar de todas as transformações que o telejornalismo brasileiro atravessou, especialmente neste início de século XXI, em relação à diversidade e representatividade, com a inclusão de mais jornalistas negros, com cabelos cacheados, ondulados e trançados e corpos medianos, ainda assim, a maioria desses profissionais é marcada por características eurocêntricas, conforme situamos na introdução deste texto, o que corrobora com os padrões estéticos e não representa grande parte da população brasileira, além de haver uma ausência de diferentes tipos físicos, raças, gêneros, principalmente na apresentação dos telejornais. Assim, é possível indicar que a ausência de diversidade de corpos no telejornalismo brasileiro ainda não condiz com o retrato social do País.

Compreendemos que este estudo se trata de um recorte realizado em um tempo/espaço específico, mas que, mesmo assim, é um diagnóstico que pode contribuir com políticas para tornar o padrão estético da produção telejornalística mais plural e representativo.

O corpo produz sentidos de forma contínua, inserindo os sujeitos dentro de um espaço social e cultural. “É uma estrutura simbólica. Dessa forma, quando analisamos certas características estéticas, estamos observando-as a partir de um determinado contexto e uma determinada significação social” (Dias, 2022, p. 56).

Segundo Souza *et al.* (2022), o telejornalismo permitiu a união da informação à estética. “Na mídia, tanto mulheres quanto homens são exemplos disso. O corpo funciona como veículo de comunicação e pequenos detalhes produzem sentido e comunicam algo ao receptor” (Souza *et al.*, 2022, p. 5). Nesse contexto, é possível indicar que embora a imagem do corpo do telejornalista tenha se modificado ao longo dos anos, ainda é uma mudança considerada pontual.

Esse corpo que “vende notícias” ainda não “vende” para todos os tipos de corpos. Conforme apontado por Siqueira, “o corpo é central na articulação dos indivíduos

com o mundo e produz sentidos em potência. [...] o corpo representa, aprende, interage e expressa emoções. É resultado da cultura e de seus elementos, ou dos habitus” (Si-queira, 2020, p. 102).

Desse modo, é possível indicar que o corpo do telejornalista brasileiro – que está na apresentação do telejornal ou reportando uma notícia em frente às telas – é carregado de significados, representações sociais e culturais, mas, ainda assim, é um corpo que foi adequado, através do tipo físico, do vestuário, da maquiagem, do cabelo, para ser um objeto comercial de desejo na mídia televisiva, por estar encaixado no padrão estético idealizado comercialmente.

Segundo Rosário e Aguiar (2014, p. 178), “a televisão e outros meios de públicos massivos não são espaços de experimentação”. Ou seja, pessoas gordas, pretas, indígenas, com descendência amarela, transsexuais e PCDs ainda não estão significativamente presentes no telejornalismo quanto pessoas brancas, de corpos magros e aparência jovem.

As autoras explicam que os textos midiáticos destinados a públicos numerosos funcionam dentro de um sistema que busca aplanar as contradições dos códigos, das estruturas, das linguagens, eliminando as contradições que aparecem na sua inevitável dinamicidade. “O motivo principal disso parece ser a manutenção da audiência e, por consequência, do investimento financeiro de anunciantes – sobretudo nas tevês abertas” (Rosário; Aguiar, 2014, p. 177).

Diante desse cenário, é complexo idealizar que esses corpos fora dos padrões considerados esteticamente como ideais serão tão visíveis no telejornalismo quanto os corpos padronizados. No entanto, a inclusão de corpos diversos no jornalismo audiovisual se faz primordial na atualidade, uma vez que é vista como uma maneira de refletir a realidade social e promover uma visão mais inclusiva e representativa da sociedade.

## Referências

BITTENCOURT, Luís Carlos. **Manual de jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **LAV - Revista digital do Laboratório de Artes Visuais**, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, maio/ ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1983734815111>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DIAS, Mariana Argoud. **Corpos televisuais: percepções e exigências sobre a aparência das telejornalistas brasileiras**. 2022. 190 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

FECHINE, Yvana. Performance dos Apresentadores dos telejornais: a construção do éthos. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 69-76, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4417>. Acesso em: 20 jan. 2024.

IBGE. Cor ou Raça. **IBGEeduca**, 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

IBGE. Informações atualizadas sobre tecnologias da informação e comunicação. **IBGEeduca**, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 6 mar. 2024.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KAKESHITA, Idalina Shiraishi et al. Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online], v. 25, n. 2, p. 263-270, abr./ jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200015>. Acesso em: 30 jan. 2024.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Inside Video 2023**. Kantar IBOPE Media, 2023. Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/conteudo/estudo/inside-video-2023/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PERLINE, Gabriel. Record proíbe mulheres de usar jeans, cabelo cacheado e batom vermelho. **iG Gente**, 27 out. 2023. Disponível em: <https://gente.ig.com.br/colunas/gabriel-perline/2023-10-27/record-proibe-mulheres-de-usar-jeans--cabelo-cacheado-e-batom-vermelho.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

REZENDE, Renata. GHETTI, Mariana. A produção telejornalística cotidiana no tempo de redes sociais digitais: os usos dos WhatsApp no RJTV. **Líbero** – Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, ano XXI, n. 42, p. 175-188, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/964>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMAIS, Astomiro. **A estética do corpo na televisão: representações do corpo nos programas de entretenimento, na publicidade e no jornalismo**. 2001. 185 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/2244>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Imagens midiáticas em corpos eletrônicos. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 18, p. 1-13, jan./ maio 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/6723>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ROSÁRIO, Nísia Martins do, AGUIAR, Lisiane. Implosão mediática: corporalidades nas configurações de sentidos da linguagem. Significação: **Revista de Cultura Audiovisual**, v. 41, n. 42, p. 166-185, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2014.82572>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SIQUEIRA, Euler David de. Categorias na fronteira: corpo, emoção e comunicação. In: SIQUEIRA, Denise (Org.). **A construção social das emoções: Corpo e produção de sentidos na Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 37-58.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. "Essa é pras vizinhas ciumentas": a invejosa como estereótipo de gênero. In: SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (Org.). **Corpos, imaginários e afetos nas narrativas do eu**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUSA, Bernardete Coelho de. Da tela ao celular: a captação de imagens no telejornalismo e as mudanças impostas com a pandemia de Covid -19. **Paradoxos**, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 171-191, 2022.

SOUZA, Erica C. P. L. *et al.* **A Beleza é Mesmo Tão Fugaz?** Padrões e Estética de Jornalistas de Emissoras de TV's Tradicionais e da Internet. EnANPAD, 2022.

VIRILIO, Paul. **A máquina de visão: Do fotograma à videografia, holografia e infografia (computação eletrônica): a humanidade na "era da lógica paradoxal"**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Recebido em: 16 ago. 2024  
Aprovado em: 13 set. 2024

## O LOCAL DO JORNALISMO EM FLORIANÓPOLIS (SC): DIRECIONAMENTOS DE UM *SURVEY* PARA ENCONTRAR UM LUGAR PARA O JORNALISMO

### THE LOCAL OF JOURNALISM IN FLORIANÓPOLIS (SC) GUIDELINES FROM A SURVEY TO FIND A PLACE FOR JOURNALISM

Lucas Santos Carmo Cabral <sup>1</sup>  
Gabriela Bregolin Grillo <sup>2</sup>

#### Resumo

Propomos uma discussão sobre o jornalismo local e seus territórios partindo de uma análise parcial dos dados de um *survey* realizado pelo grupo de pesquisa TransformaJor – Transformações Estruturais no Jornalismo, com uma amostra representativa da população de Florianópolis (SC) para compreender a relação entre os habitantes da cidade e o jornalismo que é feito nela e para ela. Trazemos uma análise preliminar sobre as motivações para o consumo de notícias, o interesse das pessoas em diferentes temáticas no jornalismo local e o que elas consideram que deveria receber mais atenção da mídia. O objetivo é compreender qual o lugar de um jornalismo feito nessa cidade, mapeando interesses comuns entre os diversos públicos e identificando questões capazes de gerar engajamento com a cidade e também com o jornalismo.

#### Palavras-chave

jornalismo local; *survey*; lugar; comum.

#### Abstract

We propose a discussion on local journalism and its territories based on a partial analysis of data from a survey conducted by the [name of the research group] research group with a representative sample of the population of Florianópolis (SC). The aim is to understand the relationship between the city's inhabitants and the journalism that is produced in and for the city. We present a preliminary analysis of the motivations for news consumption, people's interest in different topics in local journalism, and what they believe should receive more attention from the media. Our objective is to understand the role of journalism in this city by mapping common interests among diverse audiences and identifying issues that can generate engagement with both the city and journalism.

#### Keywords

local journalism; *survey*; place; common.

1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), lca-bral.98@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-7613-4035>, <http://lattes.cnpq.br/8594189800256142>.

2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), gabibregolin@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8403-881X>, <http://lattes.cnpq.br/8464098824492910>.

## Introdução

Este artigo propõe discutir o jornalismo local e seus territórios. Argumentamos que há potência em um jornalismo feito para o lugar e para o comum, articulando noções da geografia, das ciências sociais e das teorias do jornalismo, para responder ao contexto de crise do jornalismo. Construimos essa discussão em paralelo à análise de parte dos resultados de um *survey* realizado pelo TransformaJor – Transformações Estruturais no Jornalismo, que entrevistou uma amostra representativa da população Florianópolis para compreender a relação entre os habitantes da cidade e o jornalismo que é feito nela e para ela.

Aqui, trazemos uma análise sobre as motivações para o consumo de notícias, o interesse das pessoas em diferentes temáticas no jornalismo local e o que elas consideram que deveria receber mais atenção da mídia. Nossa justificativa sustenta que essas questões podem nos auxiliar a compreender o lugar de um jornalismo feito nessa cidade, com mapeamento de interesses comuns entre os diversos públicos e identificação de pontos capazes de gerar engajamento com a cidade e com o jornalismo.

Trata-se de um recorte analítico realizado pouco tempo após a finalização das entrevistas, que apresenta bases conceituais possíveis para a discussão e a análise de parte dos dados com métodos quantitativos. Os *insights* gerados nessa etapa serão aprofundados com o emprego de outras técnicas de análise e instrumentos metodológicos em trabalhos posteriores, que permitam compreender os significados do lugar para as pessoas e as relações subjetivas que elas constroem com a cidade.

Esperamos colaborar com métodos e abordagens que possibilitem verificar o que pode ser o “local” de um jornalismo local hoje. Para tanto, propomos objetivamente as seguintes questões: 1) há relação entre os motivos para consumir notícias, os temas dos quais as pessoas sentem falta, as temáticas de interesse e o lugar em que as pessoas vivem?; 2) em que medida as questões analisadas nos auxiliam a identificar o lugar que o jornalismo ocupa na vida das pessoas?; 3) quais lugares podem ser o foco do jornalismo local de Florianópolis hoje?

Ou seja, o lugar, aqui, exerce três funções: o lugar em que as pessoas vivem e como este se relaciona com seus interesses e preocupações; o lugar subjetivo ocupado pelo jornalismo no cotidiano da população local; e os lugares de cobertura de um jornalismo feito em relação com seus públicos.

Florianópolis – seguindo as transformações globais nas tecnologias de comunicação e no acesso e na circulação de informação e notícias – viu o seu ecossistema midiático deslocar-se de um modelo predominantemente dependente da mídia tradicional para outro, de multiplicidade de fontes de informação e de predominância de consumo de notícias em ambientes digitais. Resta um dos quatro jornais impressos que circulavam no município em 1996 e, apesar do aumento de emissoras de rádio e televisão, os veículos atingem audiências menores.

Essa mudança altera o funcionamento do ecossistema informativo como um todo. Se, anteriormente, a visibilidade de atores sociais e políticos necessariamente

passava pela mídia tradicional (gerando receita para o jornalismo através de assinaturas e publicidade), hoje, agentes públicos e privados competem pela atenção dos públicos por meio de conteúdos de assessoria que eles próprios veiculam pelas mídias e que podem ter tanto ou mais alcance quanto veículos tradicionais ou independentes de mídia. As equipes de jornalismo são cada vez mais circunscritas. “Não há cobertura sistemática dos poderes e o noticiário sobre vereadores ou prefeitos é pautado por assessorias de imprensa do governo ou da oposição ou por ações da justiça” (Dancosky et al., 2024).

O artigo se organiza da seguinte forma: discutimos as relações entre o jornalismo e o lugar, apontando as premissas que orientam nosso pensamento; apresentamos brevemente a metodologia utilizada para a elaboração do *survey* e também os procedimentos adotados para a análise de dados; descrevemos e realizamos a análise de dados; expomos resultados preliminares e algumas considerações formuladas até esta etapa da pesquisa.

Salientamos que tanto o *survey* que utilizamos como fonte de dados quanto as discussões aqui descritas são parte de um projeto de pesquisa maior realizado pelo TransformaJor que objetiva compreender as expectativas de habitantes de Florianópolis com relação ao jornalismo local e instituir um laboratório de práticas jornalísticas que explore formas de atender a essas expectativas pensando no jornalismo como um serviço público e como uma atividade que requer formas de engajamento e sustentabilidade para ser exercida. Além disso, as discussões teóricas apresentadas são fruto de nossas pesquisas para as teses de doutorado nas quais estamos trabalhando no momento.

## O jornalismo e o lugar

Atualmente, o jornalismo está inserido em um ambiente político e social complexo imerso em uma dinâmica de crise permanente que tem, entre outras características, a descrença em instituições consagradas e a proliferação de epistemologias alternativas (Cesarino, 2022). Soma-se a isso a dificuldade de encontrar formas de financiamento frente à queda de receitas de publicidade resultante do oligopólio de consumo de mídia e publicidade construído pelas plataformas digitais (Anderson; Bell; Shirky, 2013).

O jornalismo local é fortemente impactado nesse cenário, como sugerem pesquisas que observam os problemas específicos desse tipo de jornalismo, mostrando o surgimento de desertos de notícias, o fechamento de jornais, as dificuldades de ganhos com publicidade programática por conta do público limitado, entre outras questões (Ferrucci; Alaimo, 2020; Miller, 2018).

Paradoxalmente, diversas pesquisas têm identificado possíveis saídas para a crise a partir do jornalismo local. A proximidade com a população e a cidade, a capacidade de gerar engajamento e a relação direta com aquilo que, de fato, impacta o cotidiano das pessoas são algumas das características que provocam uma retomada do jornalismo local na atualidade, mesmo em plataformas de alcance global (Ahva; Wiard,

2018; Amiel, 2018; Jerónimo, 2015; Pickard, 2020; Radcliffe; Lawrence; DeVigal, 2023; Wahl-Jorgensen, 2019; Wenzel; Crittenden, 2021).

Há, ainda, outro fator que converge para essa retomada: a emoção é um componente central na constituição das relações entre os diferentes públicos e as mídias digitais. Isso porque a plataformação da rede e a personalização de dispositivos e mídias pelos quais as informações são acessadas operam por meio de relações de apego e engajamento com o público (Beckett; Deuze, 2016).

Contudo, a saturação de conteúdos que intencionalmente ou não provocam engajamento emocional parece estar gerando uma fadiga por parte do público. Nesse contexto, o local suscita a presença de vínculos que podem ser experienciados como uma saída ou um contraponto a esse ambiente desterritorializado e saturado de conteúdos (Edgerly, 2021; Santos-Gonçalves; Napp, 2022).

O diálogo com as emoções é reforçado em pesquisas que buscam explorar a complexidade da relação entre a localidade, o jornalismo local e a audiência local. A noção de proximidade (*closeness*) emerge de dimensões espaciais e temporais, mas principalmente emocionais (Císařová, 2023). Características como a conexão entre o jornalista e seu local de cobertura, além de uma relação afetiva do jornal com o local, impactam diretamente as percepções do público sobre um jornal. O público se importa com o lugar e, muitas vezes, quer ler um tipo de conteúdo que parece se importar, feito por pessoas que também parecem se importar.

Percebendo esse movimento, jornalistas, entidades sociais, pesquisadoras/es e movimentos políticos têm se dedicado a criar ideias e soluções focadas no lugar. São propostas com diferentes abordagens, algumas mais voltadas para a escolha de pautas e a linha editorial, outras voltadas à gestão, todas atravessadas pela preocupação, de um lado, com o engajamento com a população local e, de outro, com a sustentabilidade dos veículos. É possível perceber, em propostas como o jornalismo centrado na comunidade (Wenzel; Crittenden, 2021), o jornalismo de proximidade (Jerónimo, 2015) ou os fundos de apoio ao jornalismo local<sup>3</sup>, uma retomada do reconhecimento da importância do território tanto para os estudos quanto para as práticas em jornalismo (Svith, 2023).

Svith (2023) propõe o território como conceito central para pensar o jornalismo teoricamente. Em seu modelo causal, que envolve mídia, jornalistas, notícias, audiência e o próprio território, o autor parte de noções da geografia para reforçar a identificação entre jornal e audiência a partir de um sentimento de pertença territorial. Esse sentimento está presente nas dimensões do espaço trabalhadas por Lefebvre (1991), que envolvem questões espaciais práticas nas vidas das pessoas, as representações do espaço em mapas e políticas e, por fim, a representação do espaço em trabalhos simbólicos.

O outro modelo utilizado por Svith (2023) é o de Agnew (1987), retomado por Cresswell (2004; 2009), que trata do território em três dimensões: localização, o “onde” do lugar, suas coordenadas; localidade, que se refere à aparência e à materialidade do

3 Entre outros exemplos, há o National Trust for Local News: <https://www.nationaltrustforlocalnews.org/>. Percebe-se, também, a tentativa de valorizar veículos locais em fundos generalistas, como é o caso do fundo da Associação de Jornalismo Digital, divulgado recentemente durante o Festival 3i, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma das primeiras experiências, ainda embrionária, desse tipo de fundo no Brasil.

lugar; e o senso de lugar, que são os significados dados pelas pessoas para determinados lugares, ligado à subjetividade, aos sentimentos e às emoções<sup>4</sup>.

Trabalhar com o local sob essas perspectivas faz com que as fronteiras e os limites geográficos não sejam suficientes para compreender o local do jornalismo. Nossa empreitada teórica busca compreender o jornalismo como um comum e como uma atividade capaz de engajar os habitantes de um lugar em torno de comuns. Dardot e Laval (2017) exploram o Comum como o princípio político que anima um autogoverno político local (Comuna) em torno de “objetos de natureza muito diversa pelos quais a atividade coletiva dos indivíduos se responsabiliza” (comuns) (2017, loc. 8.15).

O comum está articulado com uma ideia de pertencimento, que envolve corresponsabilidade e coobrigação, e, conseqüentemente, proximidade. O jornalismo local, como uma forma social de conhecimento (Genro Filho, 2012), pode ser capaz de mobilizar essas categorias, justamente por sua relação com o lugar, no sentido trabalhado por Santos (2020).

O uso do lugar como conceito central se baseia na tentativa de diferenciar, justamente, as dimensões do território que destacamos anteriormente, em diálogo com Milton Santos (2020). O “lugar” – em oposição a território ou espaço, por exemplo – ocorre na experiência cotidiana dos indivíduos e assume dimensões subjetivas para o autor. Em trabalho anterior (Autor, 2024), introduzimos na discussão as noções de horizontalidade e verticalidade, de Santos, no lugar do jornalismo. Resumidamente, a verticalidade está ligada a interesses de mercado; enquanto a horizontalidade se faz na constituição de noções compartilhadas e no convívio, visando ao interesse coletivo.

Quando percebemos um contexto cada vez mais “verticalizado” (o que passa pela discussão de Cesarino (2022) e pela preponderância das *big techs*), o jornalismo como forma social de conhecimento voltado para o lugar parece ter como potencial intrínseco à construção da horizontalidade. Defendemos que, através da singularidade dos fenômenos (Genro Filho, 2012), o jornalismo propicia uma experiência compartilhada. Essas experiências são capazes de lembrar as pessoas de que elas compartilham o mesmo lugar. E é no lugar que “reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política” (Souza, 2005, p. 253)<sup>5</sup>.

O lugar é, aqui, compreendido como intermédio entre o mundo e o indivíduo (Mlinar, 1990, p. 57 apud Santos, 2020), como ponto que compõe, e onde se dá, o mundial, mas que possui características específicas. É no lugar que o mundo aparece como objeto “comum”. No lugar, dá-se a cooperação, a reciprocidade e a comunicação. A ideia de proximidade cria solidariedade, laços culturais e, conseqüentemente, identidade. No lugar, convivem cooperação e conflito, organização e espontaneidade. É onde ocorre a ordem, mas também onde se foge dela. Aí mora sua potência.

Nossa hipótese de partida, que guia nosso olhar para os dados apresentados no presente trabalho, é de que – ao tratar do lugar, dos comuns, de questões essenciais para as pessoas – o jornalismo pode se tornar também um comum. As questões

4 Traduzimos livremente os conceitos de location, locale e sense of place. A definição de place, ou lugar, para Cresswell (2009), é de uma localização com significado. As três dimensões retomadas por Svith (2023) são de Agnew (1987 apud Cresswell, 2009). Mesmo que Svith se refira a Cresswell como autor das dimensões, ele, na verdade, apenas retoma uma ideia já existente.

5 Essa discussão está presente em Cabral e Nascimento (2024).

analisadas na próxima parte deste texto permitem identificar, de maneira preliminar, temáticas capazes de mobilizar a população da cidade de Florianópolis em sua relação com o lugar e com o jornalismo.

## Metodologia

O *survey* cujos dados analisamos foi realizado pelo TransformaJor, grupo de pesquisa formado em 2022 e composto por dez pesquisadores/as da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre doutores/as e estudantes de doutorado. A etapa do *survey* contou, ainda, com a colaboração de pesquisadores contratados e voluntários na coleta de dados. O TransformaJor busca compreender transformações estruturais do jornalismo local através de pesquisa aplicada, construindo estratégias para a sustentabilidade de iniciativas, que sejam adaptáveis a diferentes contextos. O *survey* foi o primeiro movimento metodológico do grupo e os seus resultados permitem mapear características e motivações de habitantes da cidade e compreender as especificidades do consumo de notícias locais na capital de Santa Catarina.

A equipe entrevistou uma amostra de 604 moradores/as de Florianópolis, entre os dias 30 de abril e 13 de junho de 2024. As entrevistas foram realizadas presencialmente em pontos de grande circulação da cidade, em diversas regiões. A amostra foi composta de modo a representar proporcionalmente características da composição total da população da cidade em termos de distribuição territorial, idade (entre maiores de 18 anos), gênero, escolaridade e faixa de renda, de acordo com os dados do Censo do IBGE de 2022. O nível de confiança é de 95%, com margem de erro máxima de 4%.

Do total de questões do *survey*, são analisadas as três questões transcritas abaixo:

- 1) Em uma escala que vai de 1 a 5, sendo que 1 representa NUNCA SE INTERESSA PELO TEMA, e 5, SEMPRE SE INTERESSA, por favor responda sobre seu interesse em: Política; Economia (mercado, dicas, serviços, economia pessoal); Trabalho e emprego; Cultura e arte; Celebidades e entretenimento; Alimentação; Meio ambiente; Esporte e lazer; Segurança (crime e violência); Educação; Cidadania e prestação de serviços (notícias sobre audiências públicas, previsão do tempo, emissão de documentos, movimentos sociais, serviços públicos etc.); Comunidades (notícias sobre o bairro, associações de moradores, grupos sociais etc.); Saúde e bem-estar; Mobilidade urbana.
- 2) Na sua avaliação, que temas deveriam receber mais atenção da mídia jornalística de Florianópolis?
- 3) Por que você consome/acessa notícias no seu dia a dia?

A escolha das questões acima foi feita com a intenção de compor um recorte de análise que permitisse desenvolver primeiros *insights* em relação ao aspecto subjetivo do consumo local de notícias. Questionamos as motivações que conectam as pessoas

às notícias como um primeiro índice desse aspecto. Os interesses são um segundo índice, que complexifica o entendimento do primeiro, uma vez que responde se as motivações são gerais ou específicas a determinados nichos e, com base no cruzamento de dados obtidos com as variáveis da composição da amostra, se distintos grupos sociais demonstram interesse por diferentes temáticas.

As demais questões do *survey* são dedicadas a obter dados sobre os hábitos de consumo do jornalismo; as características que os públicos valorizam nas notícias e nos veículos jornalísticos; que razões levam as pessoas a desistirem de ler notícias; que compreensão têm sobre sustentabilidade financeira de quem faz jornalismo e de que formas estariam dispostas a contribuir para isso; quais são suas percepções sobre o que influencia o conteúdo jornalístico; quais os hábitos e interesses dos públicos em termos de engajamento e participação.

Utilizamos a ferramenta *Openrefine* para a limpeza e o tratamento dos dados e, para a análise, empregamos a linguagem de programação *Python*, com diversas bibliotecas. Para este momento, ao analisar as questões abertas, excluimos palavras sem significado e de ligação e contamos a frequência dos termos. Também criamos categorias específicas de acordo com palavras-chave que apareciam nas respostas.

Consideramos que a ordem de análise partindo da questão “Por que você acessa notícias no seu dia a dia?”, passando pelo interesse nos temas e chegando ao que as pessoas concebem que falta nas notícias locais nos permite um movimento analítico efetivo. Compreendendo de maneira preliminar as motivações para as pessoas acessarem notícias, podemos produzir insights acerca da relação que elas constroem com os temas de interesse e a falta que elas sentem de conteúdos específicos.

## Resultados

As dez palavras que aparecem com mais frequência nas motivações para acessar notícias no dia a dia são: informada/o (197); ficar (168); saber (140); acontecendo (129); manter (119); atualizada/o (78); sobre (77); cidade (61); coisas (54); dia (47); dentro (46). Abaixo, encontra-se palavras como “bem”, “acontece”, “mundo”, “conhecimento”, “notícias”, “informar”, entre outras. Essas palavras sugerem que as pessoas aparentemente buscam se tornar ou se manter de alguma forma com o consumo de notícias. Tem-se, ainda, categorias próprias de discursos do campo jornalístico, como a ideia de acontecimento, manter-se informado/a, atualizado/a, etc. Tais questões remetem à ideia de que “majoritariamente, o público não alimenta um conceito próprio de jornalismo; nisso, a percepção pública é dependente das narrativas das mídias e dos profissionais” (Pontes; Mick, 2020, p. 189).



Segurança	3.55
Comunidade	3.49
Esporte e lazer	3.44
Política	3.39
Trabalho e emprego	3.05
Celebridades e entretenimento	2.15

Fonte: Elaboração própria (2024)

A resposta 5 (sempre tenho interesse) aparece como a mais frequente em todas as categorias, exceto em *celebridades e entretenimento*, na qual a mais escolhida foi a resposta 1 (nunca me interessa). Olhando para a diferença entre a quantidade de respostas 1 e 5, é possível identificar temas que levam as pessoas para extremos diferentes da escala. Temáticas com baixa diferença entre os valores podem indicar temas controversos.

A categoria *trabalho e emprego* é um exemplo claro disso: a diferença entre a quantidade de respostas 1 ou 5 é de apenas 19. A segunda mais baixa é *política*, com 97 respostas de diferença. Os dados revelam que a maior parte dos respondentes demonstra alto interesse por quase todas as temáticas – o que pode ser resultado de uma inibição em confessar desinteresse em um questionário aplicado por jornalistas –, mas também permite identificar temas que interessam muito ou nada, possivelmente incapazes de gerar um engajamento uniforme na população.

Com a análise inicial em mãos, optamos por segmentar o interesse por faixa etária e gênero, duas das principais variáveis sociodemográficas da pesquisa. Percebemos que há um interesse médio mais baixo em todas as categorias – exceto *celebridades e entretenimento; cultura e arte; e educação* – para a faixa mais jovem (18 a 29 anos). Esse dado aponta para um desinteresse por parte dos jovens em relação a notícias.

A única temática que mantém uma média de interesse acima de quatro para todas as faixas etárias é educação, indicando um tema possível para engajar diversos grupos da população. Quanto à variável de gênero, percebemos que os homens são mais desinteressados que as mulheres. As duas temáticas que mais interessam tanto a homens quanto a mulheres são *educação e cidadania* (os únicos temas com quatro ou mais pontos entre os homens).

Olhando para os assuntos que as pessoas sentem falta na cobertura local, as palavras mais frequentes são: saúde (169); educação (146); segurança (131); mobilidade (115); meio ambiente (57); política (43); saneamento (42); pública (41); cultura (35); rua (32)<sup>6</sup>. Uma categorização preliminar, com base em palavras-chave presentes nas respostas, permitiu a criação de 20 categorias: saúde (168); mobilidade (160); educação (154); segurança (153); infraestrutura (91); meio ambiente (77); política (67); cultura e lazer (64); bairro (42); economia (29); não sei (28); pessoas em situação de rua (24); outros (23); informação de qualidade (17); esporte (12); não existe/não sinto falta (11);

<sup>6</sup> Optamos por omitir a palavra “urbana” por considerar que ela pode atuar como complemento da palavra mobilidade, mas ela possui um total de 71 menções.



rio de desconfiança com relação ao papel da mídia e aos sistemas de peritos como um todo, as pessoas percebem o ato de estarem informadas como um valor importante, um capital pessoal.

Do mesmo modo, a prevalência do interesse pela temática de educação pode indicar uma avaliação moral da formação escolar e acadêmica e da construção de saber como um valor fundamental para as pessoas, considerando-se, aí, as diferentes significações que cada pessoa e grupo social atribuem à educação. O alto índice de interesse pelas temáticas de cidadania, meio-ambiente também pode indicar uma percepção moral de que as questões relevantes são aquelas que concernem à qualidade de vida da comunidade e à vida pública de modo amplo.

Percebemos, também, nas respostas à questão aberta sobre a falta de temas específicos, a presença das categorias mobilidade, infraestrutura, segurança, saneamento e moradia, que estão diretamente ligadas à experiência da cidade. Esses temas podem ser explorados em uma cobertura jornalística voltada para problemáticas que engajam e preocupam os habitantes.

Esta análise parcial dos dados do *survey* indica a necessidade de adotar outros instrumentos de pesquisa para compreender e qualificar as características subjetivas que moldam a relação das pessoas com a cidade – um aspecto a ser explorado, por exemplo, é a qualidade do engajamento e o tipo de expectativa que as pessoas de Florianópolis têm quando denotam interesse por pautas relacionadas à educação. Além de instrumentos de pesquisa que auxiliem a compreensão qualitativa da relação entre a população local e o jornalismo, também é preciso analisar os dados aqui apresentados à luz de outros cruzamentos de dados entre as questões exploradas e as demais questões presentes no *survey*, e entre os diferentes indicadores contemplados pela amostragem – distribuição territorial, idade (entre maiores de 18 anos), gênero, escolaridade e faixa de renda.

Essas questões, além de outras formas de visualização que permitam compreensões aprofundadas e descrições mais detalhadas sobre a coleta e a análise de dados, serão desenvolvidas posteriormente, tanto no relatório geral de dados obtidos pelo *survey*, quanto em outros trabalhos produzidos por nós e demais integrantes do TransformaJor. Todavia, consideramos que este texto faz um trabalho importante de sistematização dos dados e de abordagens possíveis para sua compreensão sob a lente de um jornalismo local preocupado com aquilo que afeta o cotidiano das pessoas.

Por fim, consideramos que o diálogo entre a perspectiva teórica aqui adotada, a metodologia e os dados obtidos permite uma reflexão frutífera acerca dos modos como definimos o local do jornalismo. Este artigo dá conta de apresentar um argumento, mas também demonstra que aplicá-lo e desenvolvê-lo exige complexificar o modo como avaliamos a relação das pessoas com o lugar e o jornalismo. Sugerir a adoção de variáveis subjetivas e afetivas nessa definição é, ainda, uma provocação às nossas pesquisas e às pesquisas de outras pessoas interessadas em reconhecer o jornalismo como um conhecimento socialmente relevante e capaz gerar transformação, avançando em trocas com outras disciplinas e buscando métodos e abordagens criativas para a compreensão de um fenômeno e de um contexto complexos.

## Referências

- AHVA, L.; WIARD, V. Participation in Local Journalism. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 7, n. 2, p. 64-79, 2018. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/359>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- AMIEL, P. Rumo a uma polifonia enunciativa de proximidade? Páginas da comunidade no Facebook, crowdfunding e imprensa local online. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 7, n. 2, p. 80-91, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v7.n2.2018.360>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, v. 5, n. 3, p. 30-89, 2013.
- BECKETT, C.; DEUZE, M. On the Role of Emotion in the Future of Journalism. **Social Media + Society**, v. 2, n. 3, p. 1-6, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305116662395>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CABRAL, L.; NASCIMENTO, G. G. Informação e Conhecimento para Bem Viver. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Viver em plenitude: compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. v. 1. p. 139-155.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CÍSAŘOVÁ, L. W. "I see myself as Batman: I'm doing it in the name of the local community." Addressing the complexity of the relationship between the local, the local audience and local journalists. In: MATTHEWS, R.; HODGSON, G. (Eds.). **Local Journalism: Critical Perspectives on the Provincial Newspaper**. London: Routledge, 2023. p. 151-165.
- CRESSWELL, T. **Place: a short introduction**. Malden: Blackwell Pub, 2004.
- CRESSWELL, T. Place. In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel. **International Encyclopedia of Human Geography**. Amsterdã: Elsevier, 2009. p. 169-177.
- DANCOSKY, Andressa Kikuti *et al.* **O que conecta os públicos ao jornalismo local: hábitos, interesses, sustentabilidade, engajamento e participação em Florianópolis**. Florianópolis: TransformaJor. 2024. No prelo.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. Comum: **Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- EDGERLY, S. The head and heart of news avoidance: How attitudes about the news media relate to levels of news consumption. **Journalism**, v. 23, n. 9, p. 1828-1845, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14648849211012922>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- FERRUCCI, P.; ALAIMO, K. I. Escaping the news desert: Nonprofit news and open-system journalism organizations. **Journalism**, v. 21, n. 4, p. 489-506, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884919886437>. Acesso em: 15 ago. 2024.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

JERÓNIMO, P. **Ciberjornalismo de proximidade:** redações, jornalistas e notícias online. Covilhã: LabCom Books, 2015.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space.** Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

MILLER, J. News deserts: No news is bad news. In: BRATTON, W. et al. **Urban policy 2018.** New York: Manhattan Institute, 2018. p. 59-76. Disponível em: [https://media4.manhattan-institute.org/sites/default/files/MI\\_Urban\\_Policy\\_2018.pdf](https://media4.manhattan-institute.org/sites/default/files/MI_Urban_Policy_2018.pdf). Acesso em: 15 ago. 2024.

PICKARD, V. **Democracy without Journalism?** Confronting the Misinformation Society. [s.l.] Oxford University Press, 2020.

PONTES, F. S.; MICK, J. O conceito de jornalismo para os públicos: um estudo fenomenológico com moradores de Joinville (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 19, n. 33, p. 174-190, 19 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.55738/alaic.v19i33.625>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RADCLIFFE, D.; LAWRENCE, R.; DEVIGAL, A. Redefining News: A Manifesto for Community-Centered Journalism. **SSRN Electronic Journal**, v. 1, n. 3, p. 1-33, set. 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4585889>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUsp, 2020.

SANTOS-GONÇALVES, T.; NAPP, S. Trends in the interest in COVID-19 news of the local media and their readers: The case of Spain. **Journalism**, v. 23, n. 12, p. 2608-2626, ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14648849221114736>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOUZA, M. A. A. de. Apresentação de "O retorno do território", de Milton Santos. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, ano 6, n. 16, p. 251-261, abr. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SVITH, F. Local media and territory in Denmark. In: MATTHEWS, Rachel; HODGSON, Guy (Ed.). **Local Journalism: Critical Perspectives on the Provincial Newspaper.** London: Routledge, 2023. p. 62-77.

WAHL-JORGENSEN, K. The challenge of local news provision. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 163-166, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884918809281>. Acesso em: 15 ago. 2024.

WENZEL, A. D.; CRITTENDEN, L. Reimagining Local Journalism: A Community-centered Intervention. **Journalism Studies**, v. 22, n. 15, p. 2023-2041, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.1942148>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Recebido em: 15 ago. 2024  
Aprovado em: 12 nov. 2024

## RECONFIGURAÇÕES EDITORIAIS NO TELEJORNAL MEIO DIA/PR DA RPC PONTA GROSSA VALORIZAÇÃO DAS PAUTAS POPULARES, VT DESCONSTRUÍDO E PRECARIZAÇÃO DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA<sup>1</sup>

### EDITORIAL RECONFIGURATIONS IN THE MEIO DIA/PR NEWS PROGRAM OF RPC PONTA GROSSA: VALUATION OF POPULAR ISSUES, DECONSTRUCTED VT AND PRECARIOUSNESS OF JOURNALISTIC ACTIVITY

Cintia Xavier <sup>2</sup>  
Manoel Moabis Pereira dos Anjos <sup>3</sup>

#### Resumo

O texto sistematiza alterações editoriais que o telejornal Meio Dia/PR da RPC-TV Ponta Grossa realizou nos últimos cinco anos. A pesquisa foi desenvolvida com base em entrevistas com jornalistas que trabalham ou trabalharam no processo produtivo do informativo, além do acompanhamento sistematizado das edições que foram ao ar. A condução teórica envolve um debate sobre linha e/ou política editorial e telejornalismo regional. Entre os achados da pesquisa, identificamos que o horário de exibição foi ampliado e o telejornal passou a apresentar maior número de pautas locais. Também foi possível perceber diminuição no uso do formato reportagem tradicional, que deixou de ter off, passagem e sonora dando lugar ao uso do que produtores entrevistados chamam de "VT desconstruído". Outras alterações também são destacadas como a retirada da bancada do apresentador, ampliação da presença "ao vivo" dos repórteres nos fatos noticiados.

#### Palavras-chave

rotina produtiva; notícias; telejornal; reportagem.

#### Abstract

The text systematizes editorial changes that the Meio Dia/PR news program of RPC-TV Ponta Grossa has made in the last five years. The research was developed based on interviews with journalists who work or have worked in the production process of the news program, in addition to the systematic monitoring of the editions that were broadcast. The theoretical approach involves a debate on editorial line and/or policy and regional news reporting. Among the findings of the research, we identified that the broadcast time was extended and the news program began to present more local topics. It was also possible to notice a decrease in the use of the traditional reporting format, which no longer has off-screen, transitions and sound, giving way to the use of what the producers interviewed call "deconstructed TV". Other changes are also highlighted, such as the removal of the presenter's desk and the increase in the "live" presence of reporters in the news events.

#### Keywords

productive routine; news; newscast; report.

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Congresso da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação em 2020.

2 Doutora, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), [cintia\\_xavierpg@yahoo.com.br](mailto:cintia_xavierpg@yahoo.com.br), <https://orcid.org/0000-0002-8355-1718>, <http://lattes.cnpq.br/083787310772226>.

3 Doutor, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), [manoelmoabis@gmail.com](mailto:manoelmoabis@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0002-3939-7442>, <http://lattes.cnpq.br/3598431145805860>.

## Introdução

O texto que segue busca demonstrar práticas de telejornalismo regional que indicam uma reconfiguração no modo de produzir e apresentar os telejornais do interior do Paraná. Três eixos serão utilizados para indicar quais são as alterações que estruturam o modo de fazer telejornalismo fora dos grandes centros: apelo às pautas populares com destaque para as ocorrências policiais, apresentação da narrativa denominada VT de forma desconstruída (assunto é abordado ao longo da apresentação do telejornal) além do crescimento dos constrangimentos organizacionais (especialmente pelo aumento no tempo total do telejornal sem investimento, ou até mesmo redução, na equipe de produção do telejornal).

A proposta é oferecer elementos que ajudem a mapear as políticas editoriais do telejornalismo regional, orientada pela Rede Globo de Televisão, a partir de uma emissora afiliada no interior do Paraná. Em específico, a observação empírica considera o telejornal da hora do almoço do grupo RPC-TV na cidade de Ponta Grossa, no Paraná. As mudanças aqui apresentadas consideram as alterações que aconteceram nos últimos cinco anos na emissora. Há o dado concreto que aponta para uma alteração de linha ou política editorial, resultado de facilidades tecnológicas, como o uso de *mochi-links*<sup>4</sup>, que mudam o trabalho dos repórteres em campo e a forma como as pautas são produzidas.

Uma revisão conceitual sobre produção noticiosa na televisão regional e características dos telejornais se apresenta a partir de Coutinho (2008), Pereira Jr. (2005) e Pereira (2013). No que se refere ao debate sobre os valores-notícia, que ajuda a explicar as alterações de ênfase nas pautas com apelo *policialesco*, estão presentes Silva (2014), Guerra (2014) e Silva (2014). Sobre jornalismo regional, temos a contribuição de Aguiar (2017) e Fernandes (2014). Breed (2016) orienta o movimento conceitual para entender o que determina a política editorial, seus papéis constituidores, associado a uma tentativa de diferenciar política editorial e linha editorial (Paixão, 2018).

O trabalho aqui apresentado se assume como um desdobramento das observações realizadas por Xavier (2019) que pesquisou o momento em que o telejornal Meio Dia/PR teve alteração. No trabalho, a autora investiga a relação da troca de nome do telejornal com as modificações no modo de fazer telejornalismo no mesmo objeto empírico considerado neste estudo. Derrubada a hipótese inicial de que a troca de nome dos telejornais é que determinava a mudança editorial, observou-se que, na realidade, o nome muda depois que o telejornal já tinha alterado sua proposta editorial, tanto na perspectiva das pautas (critérios de noticiabilidade), quanto nos formatos de apresentação da notícia, com aumento no número de entradas ao vivo, alterações no estúdio, além da presença do apresentador, que se torna um “comentador” das notícias. Para seguir investigando as modificações do telejornal, o presente texto descreve os redesenhos no formato, na apresentação e nos conteúdos apresentados pelo programa jornalístico.

<sup>4</sup> Equipamento para a transmissão ao vivo via internet.

## Aproximações metodológicas

Dentre os movimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa estão o acompanhamento das edições do telejornal selecionado em períodos aleatórios, realizados nos meses de junho e julho de 2019, 2020 e 2022, além de entrevistas semiestruturadas com jornalistas que ocupam ou ocuparam funções jornalísticas na RPC-TV de Ponta Grossa.

O acompanhamento das edições observou a duração do telejornal, a estrutura do estúdio, o formato das produções (se eram gravadas ou ao vivo), as temáticas das produções e, por fim, se a pauta era local ou estadual. O movimento de coleta dos dados se baseia em aspectos da análise de cobertura jornalística de Silva e Maia (2011), na qual as autoras defendem “a hipótese de que, em se tratando de textos jornalísticos, o processo nem sempre desaparece no produto” (Silva; Maia, 2011, p. 23).

Outro movimento metodológico utilizado foi a realização de entrevistas com jornalistas da RPC. As entrevistas foram realizadas durante o segundo período de acompanhamento (2019) das edições do telejornal. Elas foram feitas de forma presencial, não foram gravadas, para garantir o anonimato dos entrevistados. Ao todo, seis jornalistas que trabalham ou já trabalharam no telejornal ofereceram informações sobre o processo produtivo. Complementarmente, foi realizado o acompanhamento presencial da exibição do telejornal de dentro da sala de controle da emissora (switcher).

É possível adiantar que na compreensão dos jornalistas a alteração do nome tem, sim, um aspecto de mudança editorial. Parte das alterações estão submetidas (discionárias, entendidas) aos aspectos tecnológicos, outra parte está na preocupação com a concorrência com outros programas da hora do almoço. Há também mudanças de formato, reconfigurando o tradicional VT (reportagem gravada e editada, com off, passagem e sonora) ajustado com as entradas ao vivo. Os jornalistas, em geral, estão chamando o novo formato de VT desconstruído, que será descrito no momento do diálogo com as entrevistas.

## As marcas que cercam a noção política ou linha editorial

De partida, é preciso reconhecer que há uma “confusão” conceitual no tratamento dos termos linha e/ou política editorial. A falta de cuidado conceitual na utilização das expressões não invalida a importância da discussão sobre aquilo que se relaciona a uma orientação ideológica (Paixão, 2018) e com os princípios que ditam o modo como as notícias são escolhidas e produzidas (Paixão, 2018).

A confusão conceitual é recorrente, conforme aponta Paixão (2018), e é possível identificar que o termo política editorial está relacionado a uma referência macro sobre as decisões que envolvem as organizações jornalísticas. Já a linha editorial tem uma utilização mais operacional, que envolve o modo como as decisões de caráter mais micro agem sobre o fazer jornalístico (Paixão, 2018). A definição de linha editorial, portanto, estaria relacionada a “um posicionamento político, que parte da direção do

veículo jornalístico, e que interfere na escolha do tipo de informação a ser publicada e no tratamento que a empresa jornalística dará a essa informação” (Paixão, 2018, p.6 e7).

Além da confusão no uso dos termos, Ban (2018) indica que também não há um consenso sobre a demarcação desse conceito. Para o autor, a definição conceitual da política editorial passa pelo modo como uma organização jornalística “percebe o mundo, indicando valores, paradigmas e influenciando decisões dentro da organização” (Ban, 218, p.55). Dessa forma, a política editorial seria uma “determinação elaborada pela direção do veículo jornalístico e que orienta o seu modo de produção” (Ban, 2018, p.55).

Ao tratar de um potencial conceito de linha editorial ou política editorial, temos em mente uma preocupação menor acerca do que o dono do jornal (*publisher*) determina ou não que será publicado, e mais interesse em quais são os valores-notícia (Silva, 2014), a abrangência do telejornal (regional, local), a frequência e horários de fechamentos e, por fim, o público em potencial de determinada emanção informativa (pelas próprias medições de audiência, as empresas têm em mente qual é o perfil econômico do telejornal da hora do almoço e do telejornal da noite).

Assim, há uma preocupação maior com a orientação editorial que delimita o telejornal e menos uma preocupação com uma política editorial nos termos de Breed (2016). Porque, no texto de Breed (2016), há uma forte associação entre política editorial com parcialidade ou a própria extensão da objetividade. Não se trata necessariamente, portanto, de posicionamento político, mas da definição de linhas que vão dizer o que é noticiável ou não. Difícil tentar distinguir uma orientação política com certa parcialidade, uma vez que ela é constantemente reivindicada em Breed (2016). “Muita crítica da imprensa provém da inclinação induzida pela parcialidade da orientação política dada pelo *publisher*” (Breed, 2016, p.216).

Na compreensão de Breed (2016), a política editorial de um jornal não vai variar. A menos que exista um tensionamento sobre o *publisher*, especialmente (Breed, 2016). No momento em que realizamos entrevistas com os jornalistas envolvidos com a produção de telejornais na RPC-TV, foi possível apontar que houve quatro movimentos expressivos que provocaram alteração da linha editorial, são eles: tempo de duração do telejornal; a concorrência com outros programas no mesmo horário (na hora do almoço); condições tecnológicas; e a criação do cargo de editor-executivo, responsável pelo fechamento do telejornal e gerenciamento da equipe. Como observamos alterações também na apresentação do telejornal da hora do almoço, além de outra orientação geográfica, passando de uma abrangência estadual para um alcance local/regional, entendemos que o que chamamos de linha editorial, responsável por definir o que é notícia e qual sua hierarquia no telejornal, pode sofrer alterações.

## Reconfigurações do telejornalismo regional na atualidade

Alterações no modo de produzir notícias estão presentes em todos os suportes jornalísticos na contemporaneidade. No caso do telejornalismo, é possível identificar

muitas mudanças, algumas fortemente influenciadas pelas questões tecnológicas. As alterações no modo de produzir e distribuir notícias estão atravessadas por um contexto de convergência que, de acordo com Salavérria, Aviles e Masip (2010), atinge o jornalismo em quatro dimensões: tecnológica, empresarial, profissional e de conteúdo ou editorial. Esse processo acaba propiciando a integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens que antes operavam de forma desagregada. “Os meios digitais possibilitaram que consumidores de mídias pudessem dispor de recursos tecnológicos para interferir nos produtos de comunicação de forma ativa e, tal fato, alterou determinados padrões de produção, veiculação e consumo” (Viana e Musse, 2018).

Os desafios da convergência jornalística são uma parte do problema quando se trata da produção de notícias em âmbito local, isso porque sempre parece um desafio interpretar o que é noticiável a partir do conceito de valor-notícia proximidade (Silva, 2014), na relação com a abrangência das emissoras que transmitem o telejornal. O local nunca é exatamente fixado em um município em específico e, via de regra, refere-se a regiões de abrangência geográfica (Coutinho, 2008).

O jornal da hora do almoço exibido pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC) vai ao ar de segunda a sábado, no horário das 11h45 até as 13h. Atualmente denominado Meio Dia/PR, o telejornal passou por alteração de nome em setembro de 2018, quando deixou de ser chamado de Paraná/TV. O tempo de exibição do telejornal variou nos últimos anos, passando de 40 minutos para uma hora de duração em abril de 2019 (11h45-12h45). A partir de setembro de 2019, ficou com uma hora e quinze minutos de duração. Essas informações, com as datas de alteração, vieram da própria emissora a partir de entrevistas realizadas com os jornalistas<sup>5</sup> que atuam ou já atuaram na redação.

A edição da hora do almoço do telejornal é exibida a partir de produção própria de oito cidades, denominadas “praças regionais”. As praças que geram os próprios jornais são: Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Noroeste (Campo Mourão e Cianorte) e Ponta Grossa. Neste estudo, considera-se o conteúdo exibido e produzido na cidade de Ponta Grossa, que transmite o telejornal para outras 35 cidades do estado, com média de audiência de 130 mil pessoas por dia, conforme informação de um jornalista entrevistado nesta pesquisa.

Ponta Grossa exhibe o jornal inteiramente produzido pela praça desde outubro de 2017. Nem sempre foi assim. Antes, o telejornal era exibido com uma mistura de conteúdos gerados em Curitiba, para todo o estado, e conteúdo das praças regionais, que ficavam com a responsabilidade de edição de apenas um bloco de 11 minutos do telejornal. O programa jornalístico também passou por mudanças na composição do cenário, sendo a última em março de 2019. Entre as mudanças de cenário está a retirada da bancada de apresentação, uso de telas interativas, e a presença do apresentador em pé, transitando por todo o estúdio.

<sup>5</sup> Foram realizadas seis entrevistas, com jornalistas que trabalham ou trabalharam na emissora. Por questões éticas, para reforçar o anonimato das fontes, optou-se por não designar funções, uma vez que dizer o cargo de quem ofereceu a informação facilitaria a identificação dos entrevistados.

## O apelo às pautas populares

Ao tentar indicar um primeiro aspecto da linha editorial e a área de abrangência do material produzido para o telejornal em questão, os jornalistas entrevistados nesta pesquisa destacaram a preocupação com um caráter “comunitário” do conteúdo noticioso. A referência que aparece nos relatos dos entrevistados não é uma novidade nos telejornais locais. A mesma justificativa pode ser observada na mudança do então nomeado Jornal Estadual para o Paraná/TV, troca que ocorreu em 1999. A mudança da época seguia uma tendência para todos os telejornais da hora do almoço da Rede Globo de televisão naquele período.

Conceitualmente, o que se denominou de jornalismo comunitário pela emissora sediada em São Paulo significava um jornalismo que falava de buraco de rua, problemas da comunidade, dos bairros ou da vida no âmbito local. Porém, segundo um dos entrevistados, no Paraná, tal mudança foi mais comedida, embora a cobertura que valorizava acontecimentos que envolviam a vida local passasse a ser acompanhada mais de perto. O modo de apropriação desse “comunitário” suaviza o confronto político local, ainda sob a perspectiva de um informante deste trabalho.

As reflexões indicam falhas de produção e mesmo de apuração do jornalismo local, especialmente no quesito comunitário, porque, embora existam pautas locais, falta uma identificação efetiva com o local. Por falhas de produção e de apuração estão compreendidas as relações entre a apresentação dos problemas localizados, sem muitas vezes tratar das causas do problema, de questões contextuais. A pauta comunitária poderia ir além do registro pelo telejornal sobre a reclamação da população. Mas, na maioria das vezes, o informativo torna-se espaço para o reclame aqui.

O telejornalismo local assim pode ser conceituado como o espaço para a prática e a experiência televisiva com o que é próximo, para a vivência da cidade e da região na tela de TV. Sua realização dependeria da produção simbólica e do trabalho de jornalistas identificados com aquele espaço físico e social, imersos, visíveis e reconhecidos por moradores e cidadãos com os quais se estabeleceriam vínculos afetivos e de pertencimento, o que se efetiva e constitui reconhecimento (Coutinho, 2019, p. 35).

Um maior investimento na proposta local ou comunitária passa a ser identificado na RPC-TV a partir de 2012, com a instalação de uma emissora concorrente na oferta jornalística na hora do almoço em Ponta Grossa. No decorrer do período em se constituiu como Paraná/TV (1999-2018) e mesmo após a mudança de nome para o Meio Dia/PR, a concorrência com outra emissora local, a TV Guará<sup>6</sup>, empurrou mais fortemente para uma proposta editorial que oferecesse um jornalismo local com características de jornalismo comunitário, a partir dos relatos de todas as entrevistas<sup>7</sup>.

6 A TV Guará é a retransmissora do sinal do SBT em nível nacional e começou a operar com conteúdo local na cidade de Ponta Grossa em agosto de 2012. Antes da sua instalação na cidade, a RPC TV não tinha concorrência na produção jornalística em sinal aberto na cidade. Além da RPC TV, apenas uma TV pública com sinal aberto também possuía conteúdo jornalístico, sem quaisquer condições de rivalizar com a RPC TV (Anjos, 2015, p.14).

7 No presente texto estamos deixando de lado um debate mais avançado do conceito de comunitário, no qual a participação efetiva da comunidade na produção jornalística é trabalhada (Peruzzo, 2009).

Coutinho (2019) relata que a demanda por notícias locais também tem interesses no mercado de publicidade.

Para além das demandas identitárias, também nas emissoras regionais e locais a orientação é aquela percebida como marca da colonização audiovisual brasileira, a orientação comercial: a programação de uma emissora de TV do interior nasce de uma necessidade de atender a um mercado regional (Coutinho (2019, p. 32).

De modo mais específico, no caso da RPC-TV de Ponta Grossa, a noção de comunitário considerado pelo telejornal passa a oferecer maior espaço para assuntos com origem em demandas populares, com destaque às ocorrências policiais. No modelo implementado, há ainda mais espaço para intervenções do apresentador, que pode complementar informações, mesmo que não estejam previamente planejadas no roteiro do telejornal. O movimento de interação, com os comentários feitos pelo apresentador de forma mais improvisada, é uma tentativa para que o telejornal fique mais espontâneo ou “conversado”, dentro de uma proposta de proximidade. Esse entendimento aparece em todos os relatos dos jornalistas que estão atuando na empresa consultados para o estudo.

Embora todos os entrevistados relatem a importância de um jornalismo local, com características comunitárias, também indicam que o telejornal da hora do almoço da RPC-TV tenta, ao mesmo tempo, apresentar uma cobertura estadual dos assuntos tratados localmente. Na prática, significa que a emissora utiliza conteúdos produzidos por outras praças regionais, tendo como justificativa a tentativa de oferecer uma síntese dos assuntos mais relevantes que acontecem no estado. Essa possível contradição, entre uma cobertura estadual e local, não parece ser um problema para os jornalistas que produzem o telejornal. Ao utilizar o material disponibilizado por outras praças, haveria uma preocupação em observar se é possível contextualizar a informação de outro local com algum elemento mais próximo.

## Mudanças na apresentação das notícias - vt desconstruído

Dentro das modificações observadas no processo de elaboração do telejornal da hora do almoço está o que os jornalistas estão chamando de “VT desconstruído”. Significa que o VT não é mais apresentado como uma narrativa estruturada em que o apresentador lê um texto na abertura (chamada), e a reportagem completa é exibida editada (com off-passagem-sonora). Agora o apresentador chama o repórter ao vivo, o repórter apresenta o assunto, e na sequência aparece a entrevista (sonora) gravada, uma nota com imagens gravadas e, em alguns casos, o repórter aparece novamente no vídeo com novas informações e pode trazer um entrevistado. Também há casos em que o assunto apresentado ao vivo pelo repórter volta a ser tratado em vários momentos ao longo do telejornal. Todo esse movimento resulta em uma apresentação temática diluída ao longo do telejornal e não em uma reportagem completa (off-passagem-so-

nora). O formato aumenta a participação ao vivo do repórter com intervenções ao longo do telejornal. O tema é o mesmo, e passa a ser tratado diversas vezes. A ampliação do tempo de entradas ao vivo reafirma o que foi observado no primeiro movimento de pesquisa efetuado para entender as mudanças do telejornal (Xavier, 2019).

Nas observações realizadas para descrever o telejornal, foi possível perceber um número maior de entradas ao vivo, e vários VTs desconstruídos sendo apresentados durante uma única exibição de telejornal. Assim, os repórteres permanecem ao vivo durante o telejornal por períodos maiores, chegando em alguns momentos a entrarem de seis a oito vezes em único programa. O aumento no número de participações ao vivo dos repórteres é facilitado por questões tecnológicas: a redação da RPC-TV conta com quatro links portáteis (dois *mochilinks* e dois *hot-spots*<sup>8</sup>) e um micro-ondas. O equipamento portátil permite o deslocamento do repórter durante a exibição do telejornal para lugares diferentes da cidade, o que oferece maior factualidade, conforme aponta um jornalista entrevistado.

## Constrangimentos organizacionais

Na dimensão organizacional, há algumas contradições sobre a distribuição de funções de quem trabalha no telejornal. O tamanho da equipe que produz o jornal do almoço com uma hora e 15 minutos de duração é praticamente o mesmo da equipe que produzia o bloco de 11 minutos (entre 1999 e 2017) e o jornal de 40 minutos (entre 2017 e 2019). A redação tem, atualmente, um produtor/pauteiro, duas equipes de reportagem (repórter/cinegrafista), entre dois e três editores e o editor-executivo.

De acordo com os relatos das entrevistas, na configuração atual do telejornal, a equipe de produção do jornal perdeu um produtor e ganhou um editor, que está em um cargo mais alto na hierarquia, o cargo de editor-executivo. O produtor foi substituído pelo editor que, na prática, atua como um “preenchedor de tempo” no telejornal. Desta forma, no organograma da redação, tem-se um profissional a menos no processo de apuração e o aumento de um profissional no sistema de edição, que cuida do “cardápio” que o telejornal vai apresentar, conforme aponta um entrevistado. Outro jornalista entrevistado afirma que, ao criar o cargo de editor-executivo, o produtor perdeu a responsabilidade de avaliar esse “cardápio” do telejornal, e quem passou a assumir essa responsabilidade foi o produtor-executivo.

Ainda que os entrevistados tenham relatado que o aumento no tempo do telejornal sem investimento em novas equipes de reportagem não aumentou a quantidade de pautas realizadas por turno, agora, o repórter faz mais entradas ao vivo ao longo do telejornal. Em parte, é por isso que o VT, reportagem completa, desapareceu no telejornal, afinal, não há tempo para edição do material gravado. Isso, em certa medida, parece ser uma contradição, já que o editor-executivo, fica mais preocupado em chefiar a equipe de reportagem do que editar o material produzido. Também cabe ao editor-executivo a busca pelo conteúdo produzido em outras praças para exibir no telejornal local.

8 Hots-spots são pontos de acesso à internet por meio de rede sem fio

## Valorização do instantâneo e queda na qualidade informativa

Olhando para os três eixos que reconfiguram o modo de produzir e apresentar telejornal na cidade de Ponta Grossa a questão que surge é: quais valores editoriais estão por trás das mudanças identificadas nos telejornais estudados? A resposta não parece simples, uma vez que as alterações identificadas passam por um processo de transição, ainda não bem resolvidas. Muitas das alterações estão motivadas por fatores que vão desde a disputa por uma audiência cada vez mais fragmentada, seja pela concorrência com outra emissora em âmbito local ou na disputa pela atenção do público que agora também consome informação via internet, até os interesses organizacionais que buscam racionalizar a produção jornalística a partir de critérios essencialmente econômicos (produzir mais, com menos pessoas).

Neste contexto de crise, o telejornalismo regional passa a dar ênfase à instantaneidade da produção jornalística, algo que evite ou reduza o tempo entre apuração e apresentação das notícias. Vale reconhecer que esse apelo ao instantâneo não se trata de uma novidade e nem mesmo está restrita ao telejornalismo:

A lógica do “tempo real” afeta a prática do jornalismo como um todo, radicalizando a “corrida contra o tempo” que sempre marcou a profissão. Mais ainda: que as exigências do mercado financeiro, e de quem nele atua, passam a ser o relógio do noticiário em geral. A Chave para a defesa de nossa hipótese principal – a velocidade como fetiche – encontra-se nas palavras (...): trabalhar cada vez mais rápido para “alimentar o sistema” (Moretzohn, 2002, p. 130).

Silva e Vizeu (2018) indicam que esse tipo de produção tenta produzir uma sensação de aproximação do tempo (instantâneo) e do local (aconteceu aqui), além da sensação de pertencimento e testemunho do fato. Como efeito, essa ênfase no simultâneo afeta a rotina de produção do jornalismo, que sempre esteve marcada por uma estrutura organizada e com um *deadline* fixo (o horário de apresentação do telejornal).

Agora, essa rotina passa a ser orientada pelo improvisado, escondendo a ideia de um horário de fechamento. Porém, valorizar um *deadline* contínuo ou o desaparecimento deste implica reconhecer que há uma pressão para aproximar o tempo medido pelo relógio (temporalidade coletiva) e a temporalidade do jornalismo (modo de apropriação específica que se referem as lógicas internas do jornalismo) (Silva e Vizeu, 2018). Nestes termos, a temporalidade da produção no telejornalismo fica prejudicada quando se tenta aproximar de forma tão intensa fato e relato, ou dito de outra forma, quando se diminui o tempo estabelecido para que os jornalistas realizem atividades de apuração, edição e hierarquização das informações.

## Considerações finais

O presente texto buscou demonstrar que houve alterações na linha editorial do jornal da hora do almoço produzido em âmbito local no interior do Paraná. Marcadamente as características que demonstram essa alteração estão expressas a partir de

alguns elementos. O primeiro, trata da chegada da concorrência, que pressionou para que o telejornal da RPC transmitido de Ponta Grossa tivesse uma preocupação com a pauta local, com assuntos que estimulam a proximidade.

O segundo elemento diz respeito ao tamanho da equipe, que é praticamente o mesmo e com aumento significativo do tempo de exibição do telejornal. Em Ponta Grossa, deixou de ser um bloco de 11 minutos e passou para 1h15 minutos. A única alteração com relação ao tamanho da equipe foi a criação do cargo de editor-executivo, o que demonstra a preocupação de tirar a responsabilidade na formulação do cardápio do telejornal do produtor e passar para o editor.

Outra característica evidenciada nos relatos dos entrevistados está na relação com a reportagem, o VT (off-passage-sonora), com as entradas ao vivo durante o telejornal. A reportagem perde espaço e entra o VT desconstruído, que é a exibição de um assunto a partir de um link ao vivo, com desdobramentos de entrevistas ao vivo e gravadas. Somada a essa referência aparece também o apresentador, que faz comentários e complementações, sem que estejam no script do jornal.

Ao final os elementos aqui apresentados buscaram identificar características e mudanças da linha editorial dos telejornais regionais da hora do almoço e registrar possíveis alterações nos valores-notícia dos telejornais observados.

## Referências

ANJOS, M. M. P. dos. (2015) **Agendamento e interagendamento temático no processo de produção jornalística no telejornalismo regional**. Ponta Grossa: UEPG. (Dissertação de Mestrado).

BAN, Gustavo. **Os 25 anos do Jornal Laboratório Foca Livre: discontinuidades e permanências na linha editorial**. TCC em Jornalismo – UEPG. Monografia. 216 p, 2018.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. IN: TRAQUINA, N. (ORG.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 213-321, 2016.

COUTINHO, Iluska. Lugares, espaços, telas e reconhecimento: o local do telejornalismo na contemporaneidade. IN: **Telejornalismo Local: teorias, conceitos e reflexões**. Iluska Coutinho, Cárlica Emerim (orgs.) Coleção Jornalismo Audiovisual. V.8. Florianópolis: Insular, 2019.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. IN: VIZEU, Alfredo (org.) **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERNANDES, M. L. A proximidade como critério de noticiabilidade. in: Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 129-156, 2014.

GUERRA, Josenildo. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. in: Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 39-50, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução Susana Alexandria. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

PAIXÃO, Patrícia. Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. IN: Revista ALTERJOR. **Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)**. Ano 8. Vol. 1. Ed. 17. Jan-jun, 2018.

PEREIRA, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

PEREIRA, Renata Venise Vargas. **A queda da bancada e as mudanças na cena de apresentação dos telejornais: em busca da identidade e aproximação com o telespectador – uma análise do MGTV Primeira Edição**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, 2013.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisados e as reelaboraões no setor. in: **ECO-Pós**, v.12, n.2, mai-ago., p.46-61, 2009.

MOREIRA, E. C., Leal, L. L., & Aguiar, S. Jornalismo local e regional no Nordeste brasileiro: estudo comparativo entre o Correio e o Diário do Nordeste. in: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Fortaleza: Intercom**, 2017.

SALAVERRÍA, Ramón. Aviles, José. Masip, Pere. Concepto de Convergencia Periodística in: LÓPEZ GARCÍA, Xosé; PEREIRA FARIÑA, Xosé (eds.): **Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España**, Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2010.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. in: Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 51-70, 2014.

SILVA, G.; MAIA, F. G. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. in: **Rumores**, jul-dez 2011.

SILVA, Marcos Paulo da. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. in: Silva, G. Silva, M. P. da, Fernandes, M. L. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 70-84, 2014.

VIANNA, H.J.A., MUSSE, C.F. Jornalismo “Global”: a perda do monopólio da fala e busca de um lugar na história. in: Finger, C. Coutinho, I (org's). **Estudos Contemporâneos em telejornalismo: Narrativas de jornalismo para telas**. Finger, C. Coutinho, I (org's). Florianópolis: Insular, 2018.

XAVIER, C. Transformações editoriais do telejornalismo regional: o caso Rede Paranaense de Comunicação e os telejornais do almoço. **Anais** 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo promovido pela SBPJor. Goiânia: SBPJor, 2019.

Recebido em: 12 ago. 2024  
Aprovado em: 17 nov. 2024

## HISTÓRIA DO JORNALISMO NO RIO GRANDE DO NORTE: O NATALENSE, O PRIMEIRO JORNAL

### HISTORY OF JOURNALISM IN RIO GRANDE DO NORTE: O NATALENSE, THE FIRST NEWSPAPER

Gustavo Leite Sobral <sup>1</sup>  
Juliana Bulhões Alberto Dantas <sup>2</sup>

#### Resumo

Neste artigo, investigamos sobre o primeiro jornal em circulação no Rio Grande do Norte, *O Natalense* (1832-1837), aliando pesquisa histórica à escrita narrativa, buscando, assim, recuperar a memória, examinar a documentação e contextualizar o momento político potiguar da década de 1830. Foram consultadas as cinco edições remanescentes do jornal na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e foram apresentados os conteúdos, por edição, a fim de verificar o que era pauta do periódico. Identificamos que *O Natalense* é, portanto, uma publicação pioneira difundida no estado e um exemplo do que era fazer jornalismo no século XIX, da tipografia ao conteúdo, das casas tipográficas às questões políticas, sociais e econômicas que marcaram o período.

#### Palavras-chave

jornalismo; história do jornalismo; jornal impresso; jornalismo potiguar; *O Natalense*.

#### Abstract

In this article, we focus on the first newspaper in circulation in Rio Grande do Norte, *O Natalense* (1832-1837), combining historical research with narrative writing, thus seeking to recover memory, examine documentation and contextualize the potiguar political moment of the 1830s. The five remaining editions of the newspaper in the Hemeroteca Digital daof the Biblioteca Nacional were consulted and the contents were presented, by edition, in order to verify what was the newspaper's agenda. We identified that *O Natalense* is, therefore, a pioneering publication published in the state and an example of what journalism was like in the 19th century, from typography to content, from typographic houses to the political, social and economic issues that marked the period.

#### Keywords

journalism; history of Journalism; newspaper; potiguar journalism; *O Natalense*.

1 Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN). E-mail: [gustavo@gustavosobral.com.br](mailto:gustavo@gustavosobral.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4597440453072251>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6130-988X>.  
2 Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (FAC-UnB). Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN). E-mail: [julianabulhoes.ad@gmail.com](mailto:julianabulhoes.ad@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6317449171496875>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6221-2696>.

## Introdução

Os estudos no campo do jornalismo compreendem uma série de pesquisas que abarcam obras de cunho generalista, como histórias gerais do jornalismo; obras de caráter particular, como a história de determinados veículos de comunicação; e textos de cunho biográfico, como relatos de vida de jornalistas.

A história do jornalismo não é apenas um campo de estudo sedimentado, como diverso em abordagens de pesquisa. Morel e Barros (2003) constata que a ela se ampliou para incluir publicações avulsas, livros, formas de circulação e recepção, dimensões políticas, econômicas etc.

Barbosa (2010, p. 12) também considera a importância das histórias regionais para a história do jornalismo: “é preciso que os que se interessam pelo estudo da história da imprensa se voltem para a particularização das regiões, construindo mais histórias localizadas em espaços sociais específicos, do que enfeixando suas análises sob a ideia de totalidade”.

A proposta deste artigo é investigar sobre *O Natalense*, primeiro impresso publicado no Rio Grande do Norte, que circulou entre os anos de 1832 e 1837, recuperando o contexto que permitiu a criação do jornal, os envolvidos, o momento político e as condições econômicas. Sistematizamos e consultamos as cinco edições remanescentes de *O Natalense* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>3</sup> – localizadas entre os anos de 1832, 1833 e 1834 – e apresentamos os conteúdos, por edição, a fim de verificar o que era pauta do noticiário.

A metodologia envolve uma pesquisa histórica (Romancini, 2010) acerca do impresso, que é uma publicação regional, a fim de entender parte da história do jornalismo praticado à época no Rio Grande do Norte, e – concebendo a parte pelo todo, como propõe Barbosa (2010) – assimilar a prática profissional de forma mais abrangente. Aliamos a essa pesquisa histórica uma escrita narrativa, procurando, assim, conforme vaticinam Wainberg e Pereira (1999), recuperar a memória, examinar a documentação e averiguar o contexto político da criação do jornal no Rio Grande do Norte.

Segundo Romancini (2010), os campos de pesquisa da História e do Jornalismo estão profundamente ligados e, na seara metodológica, precisamos refletir sobre como proceder com investigações acerca da história da imprensa e de ter o jornal como fonte nas reconstruções históricas. Para o autor, o pesquisador “tem a obrigação de expor com a máxima clareza suas fontes (de modo a permitir, se possível, que outros consultem-nas)” (Romancini, 2010, p. 40).

Escrever sobre o primeiro jornal do Rio Grande do Norte, no caso *O Natalense*, é explorar mais uma vertente na gama possível e variada de estudos acerca da história do Jornalismo. As fontes exploradas foram as mais diversas: trabalhos sobre o jornal e jornalismo no Rio Grande do Norte, como Fernandes (1908), Cascudo (1940), Melo (1971) e Melquíades (1987); as histórias do Rio Grande do Norte por Lyra (2008), Pombo (2019) e Cascudo (1972); além de trabalhos gerais sobre história do Jornalismo no Brasil em Morel e Barros (2003), Bahia (2009), Barbosa (2010) e Molina (2015).

<sup>3</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 out. 2023.

Valendo-se das premissas de Barbosa (2010) – que implicam questionar que publicação era esta, quem escrevia no jornal, para quem se escrevia – e tomando por método a premissa de Wainberg e Pereira (1999) para recuperar a memória e contextualizar o momento político potiguar, seguimos tais ditames.

## A Natal dos anos 1830

O ano era 1832. O cidadão natalense andava a pé, subindo morros, escorregando no chão de areia. Natal era concebida em dois bairros, Ribeira e Cidade Alta, separados por um caminho de subir apenas e, assim, vinha num atraso que o tempo passava e nada mudava. Vinte anos antes, o viajante inglês Henry Koster havia dito, quando passou pela cidade: se lugares como esse são chamados de cidade, como seriam chamadas as vilas e aldeias?

Natal, naquela década de 1830, era a sede do governo provincial na rua do Aterro ou da Cruz, atual Câmara Cascudo, o colégio Ateneu, a Alfandega na Ribeira, uma comarca e um juiz de Direito (Cascudo, 1940).

As aulas, no Ateneu, resumiam-se a filosofia com padre Antonio Xavier Garcia de Almeida; geometria, com Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque; retórica, por Joaquim José de Souza Serrano; francês, por Elias Antonio Cavalcanti de Albuquerque; e latim, por Francisco Felipe da Fonseca Pinto (Cascudo, 1940).

Instalado no edifício do aquartelamento, o Ateneu ainda dispunha de um bedel. Estava permitido o uso de uma sineta e foram providenciados os estatutos. O presidente da província, o pernambucano Basílio Quaresma Torreão, era o diretor; e o professor de filosofia, o vice. Só faltava à cidade ter um jornal (Cascudo, 1940).

Basílio Quaresma Torreão era pernambucano de Olinda. Nascido em 1787, revolucionário de 1817, foi levado preso para a Bahia, ensinou geografia aos presos, e esquivou de ser executado. Participou de nova revolução, a de 1824, reprimida e, a fim de escapar, rumou para Inglaterra e também andou por outros países da Europa. Passou um tempo e voltou ao Brasil, tornando-se presidente da província do Rio Grande do Norte (1833-1836), depois da Paraíba (1836-1838) e deputado provincial (1838-1841) (Cascudo, 1940).

Basílio Quaresma Torreão casou em Goianinha, Rio Grande do Norte, com dona Ana Catarina e foi o primeiro presidente de província do Rio Grande do Norte a ler a sua fala perante a Assembleia Legislativa Provincial. Foi ele quem fundou não só o Ateneu, mas também reorganizou a Alfândega e combateu a varíola. E, se não bastasse, deixou para a posteridade um trabalho sobre geografia universal. Veio a falecer no Rio de Janeiro em 1867 (Cascudo, 1972).

A imprensa no Rio Grande do Norte e a imprensa no Brasil são resultados imediatos da vinda da família real em 1808 que, entre outras providências, além de fundar a Imprensa Régia, permitiu que se instalassem prelos e se criassem jornais nas províncias (Molina, 2015).

A Impressão Régia no Brasil é um marco. Antes dela, era proibido terminantemente publicar jornais e livros na colônia. Imagine a mudança: representava a fundação

da indústria gráfica no Brasil e da atividade da imprensa com novos profissionais em ação, os diretores dos jornais, os redatores jornalistas, os tipógrafos, os impressores e os leitores, que agora passariam a ter o que ler.

Bahia (1811), Pernambuco (1815, mas que só passou a funcionar em 1817), Paraíba (1817), Maranhão (1820) e Ceará (1824), dada a permissão da coroa para a instalação de tipografias e jornais, providenciaram seus prelos e fizeram publicar jornais que eram semanais (Molina, 2015).

E o Rio Grande do Norte? É certo que, em 1824, o presidente da Confederação do Equador, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, resolveu acudir aos reclamos do Rio Grande do Norte e do Ceará e cuidou de remeter para as cidades do Natal e Fortaleza o material completo de duas tipografias, sendo o prelo de uma delas feitos nas oficinas do Trem Militar, hoje Arsenal de Guerra (Barbosa, 2010).

O impressor Francisco José de Salles seguiu para o Ceará a fim de manter e dirigir os trabalhos da tipografia, a primeira que ali houve e onde se imprimiu o primeiro jornal, *O Diário do Governo do Ceará*, que começou a circular em 1º de abril de 1821, sob a redação do Padre Ignácio Loyola de Albuquerque Mello (Barbosa, 2010).

O Ceará recebeu a sua tipografia, e na província do Rio Grande do Norte não há notícias do que aconteceu. É certo que no estado potiguar não chegou, e jornal só foi mesmo aparecer, o primeiro, em 1832, e seria *O Natalense*.

Naquele tempo, segundo Melquíades (1987), a imprensa no Brasil eram 20 jornais em circulação no Rio de Janeiro e 60 pelas províncias. Houve, conforme Morel e Barros (2003), um aumento considerável nos anos 1831, 1832 e 1833 das turbulências políticas em meio a abdicação de Dom Pedro I e a instauração da regência, que exigiam reclames, opiniões, comentários, e os jornais serviram a isso.

Da mesma forma que o número de jornais em circulação subiu, a liberdade de imprensa (que havia sido garantida pela Constituição de 1824) caiu em razão da repressão de Dom Pedro I, insatisfeito com as críticas e ameaçando os gazeteiros. Respeitando a verdade e o limite da ofensa, a liberdade de imprensa no Brasil já nasceu sujeita, como sempre será, aos arroubos da figura no poder.

Se o primeiro jornal em Natal foi lançado em 1832, não se quer dizer que, na província e na cidade, não se lessem os jornais. Houve sempre a presença de jornais vindos de outras províncias e da corte. É certo que sempre chegaram com atraso, minimizado com o avanço no sistema de transportes, mas era possível se ler os jornais da corte no estado de 30 em 30 dias (Melquíades, 1987).

A província alcançava, anota Lyra (2008), mais de 100.000 almas entre livres e escravizados, municípios haviam sido criados, escolas e juizados instalados, edifícios públicos erguidos e reformados. Embora os números revelem aumento na produção e na arrecadação de impostos, era ainda pouco para se investir no necessário. A província andava por estradas precárias e carroçáveis que dificultavam o esperado desenvolvimento.

Era difícil e provavelmente até impossível andar pelo Rio Grande do Norte. Não havia estradas, não havia pontes, nem rio navegáveis que facilitassem e promovessem

o trânsito e o transporte de mercadorias. A navegação pela costa fazia os portos de Natal e Macau as paradas e a comunicação de uma ponta com a outra, o mais era a cavalo (Lyra, 2008).

Não obstante, o cenário política se mostrou favorável ao surgimento do primeiro jornal, resultado de uma conjunção de fatores. Padre Francisco de Brito Guerra, o fundador do noticiário, com o falecimento do deputado José Paulino de Almeida Albuquerque, de quem era suplente, tornou-se deputado na Assembleia Geral em 1831 (Melquíades, 1987).

Francisco de Brito Guerra nasceu, em 1777, na Fazenda Jatobá, Campo Grande, hoje Augusto Severo. Começou a instruir-se com o padre Luís Pimenta no Açu e, em seguida, passou a ter lições no sertão de Pernambuco com “doutor” Manoel Antônio (Melquíades, 1987).

Brito Guerra ensinou latim em Baturité, Ceará, até que ingressou no Seminário de Olinda. Ordenado, ficou no Recife como professor de Latim; dali, virou pároco em Caicó e vigário na escola de latim na sede de sua paróquia. Na eleição para deputado geral, foi eleito suplente e, com a morte do titular, assumiu a vaga (Melquíades, 1987).

Tornou-se visitador apostólico de Pernambuco e candidato e eleito para a primeira Assembleia Provincial e o primeiro presidente. Pouco depois, deputado-geral e senador vitalício do Império do Brasil. Faleceu de repente, consta como um ataque fulminante, quando visitava o comendador Joaquim Inácio da Costa Miranda, em 1845 (Melquíades, 1987).

Ligado ao regente Feijó, de quem fora colega no Seminário de Olinda, e a Evaristo da Veiga, e aderindo aos moderados – contra o radicalismo polarizante que havia entre os liberais exaltados e os reacionários absolutistas –, Padre Brito Guerra tinha o cenário político ao seu favor (Melquíades, 1987).

O Brasil dividia-se em províncias que deveriam ser governadas por um presidente de província auxiliado pela Assembleia Provincial, que, por sua vez, reunia os deputados provinciais eleitos a cada biênio (Casculo, 1972).

A primeira assembleia que se elegeu no Rio Grande do Norte se reuniu em 2 de fevereiro de 1835. A influência do padre Brito Guerra nesse pleito foi decisiva: 585 eleitores norte-rio-grandenses eram os responsáveis pela eleição de um senador vitalício, 2 deputados gerais e 21 deputados provinciais (Casculo, 1972).

Era preciso uma renda mínima para votar. O voto era obrigatório, e as eleições dividiam-se em dois grupos: os votantes e os eleitores. Podiam ser votantes os homens com idade mínima de 25 anos e que tivessem, pelo menos, 100 mil réis de renda ao ano, o que incluía, entre os votantes, assalariados e pequenos proprietários. Os eleitores, por sua vez, deveriam ter uma renda de, pelo menos, 200 mil réis ao ano. Para ser candidato, também havia uma exigência de renda mínima (Casculo, 1972).

Os mandatos para a assembleia tinham duração de dois anos e cabia reeleição. Os deputados provinciais eram invioláveis pelas opiniões que emitiam no exercício da função e deveriam receber uma pecúnia e ajuda de custos caso não residissem na cidade (Casculo, 1972).

No Rio Grande do Norte, a primeira Assembleia Legislativa Provincial foi eleita em 10 de novembro de 1834. Na Igreja Matriz, em Natal, sede da província, os 70 eleitores habilitados votaram em 121 nomes e escolheram os 20 deputados. Dos eleitos, um magistrado, nove padres e o restante proprietários de terras que, em sua maioria, formavam a Guarda Nacional (Casculo, 1972).

Eram os letrados que possuíam renda suficiente não somente para votar como para serem votados. Além de alfabetizados, sabendo ler e escrever, haviam cursado a Faculdade de Direito em Olinda (transferida para o Recife em 1854) e, quando padres, o Seminário de Olinda (Casculo, 1972). Os padres, por sua vez, eram funcionários não só da Igreja, como também do Estado, pagos pelo Governo Central. Figura popular, próximo ao povo, era padre, professor, árbitro e, na Assembleia, legislador. Não houve legislatura que não se fizessem presente.

Eleita, a primeira Assembleia Provincial foi instalada em 2 de fevereiro de 1835, em Natal, no edifício da Câmara Municipal, andar superior da Cadeia, localizada na atual praça André de Albuquerque, nº 604, esquina com a rua João da Mata. Aquela primeira legislatura, conforme o Ato Adicional, correria até 1837 e, daí por diante, seria bianual. Padre Francisco de Brito Guerra foi escolhido o primeiro presidente por unanimidade e presidiu de 2 de fevereiro a 20 de março de 1835 (Casculo, 1972).

Embora uma nova mudança no cenário nacional tenha se operado com a renúncia de Feijó, o padre Brito Guerra, mesmo perdendo a influência política que tivera, elegeu-se senador vitalício pelo Rio Grande do Norte em 1836.

## O jornal *O Natalense*

Não se sabe quando saiu o primeiro número de *O Natalense*. Impresso em tipografias de outras províncias – Maranhão, Pernambuco e Ceará –, o jornal chegava atrasado aos leitores e, por isso, padre Brito Guerra uniu-se, para resolver a questão, a outros (Casculo, 1940). Junto a Basílio Quaresma Torreão, José Fernandes Carrilho e Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, Padre Brito Guerra fundou uma sociedade anônima, a Sociedade Tipográfica, com capital de 2:000\$, dividido em 40 ações de 50\$, para aquisição de uma tipografia e a contratação de um tipógrafo (Casculo, 1940).

O Código Criminal de 1830 determinava que as tipografias deveriam ser registradas perante as Câmaras das cidades. Os tipos e os prelos eram importados. Tudo era muito recente. Pensar que a máquina de papel foi criada em 1798 e a prensa mecânica em 1812. E que tal tecnologia logo chegou ao Brasil (Morel; Barros, 2003; Molina, 2015).

A tipografia era a oficina onde se imprimiam jornais e livros, como também o termo denomina o processo para a composição do texto utilizando-se a prensa e os tipos móveis. As páginas para impressão são formadas pela junção dos tipos que, quando ordenados, formam uma chapa sobre a qual se aplica a tinta que, pressionada sobre o papel, forma a impressão. O tipógrafo é responsável por compor os textos; e o impressor, por acionar a prensa para fazer a impressão.

O prelo foi adquirido no Recife ao preço de 1.629\$840, com desconto de 39\$840, a custo líquido 1.590\$, mais despesas de 262\$ para transporte e técnico. Provavelmente, um dos dois modelos que circulavam no Brasil: o inglês *Stanphone* ou o norte-americano *Columbian* – bastante difundido nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão (Molina, 2015).

A *Tipografia Natalense* foi oficialmente instalada em 2 de setembro de 1832, na rua do Meio, Cidade Alta e ali permaneceu até 1833, quando se mudou para rua Grande, no mesmo bairro. Em 1835, a oficina estava na rua da Alfandega, bairro da Ribeira, e, após nova mudança, foi para a rua Grande, na Cidade Alta (Cascudo, 1940).

Não era empreendimento simples montar uma tipografia. Uma oficina tipográfica por mais precária que fosse, e eram todas elas precárias, exigia, além do prelo, um diretor, um redator, um tipógrafo e um impressor – profissionais que surgiram junto com a imprensa no Brasil. No entanto, não era prática da época a indicar nas páginas dos jornais nem os responsáveis, nem os profissionais envolvidos. Por isso, nada se sabe sobre os diretores, redatores, impressores de *O Natalense*, que permanecem anônimos, assim como de outros tantos jornais.

Ao que parece Dantas Pinajé chegou a ser diretor nos últimos anos do jornal. João Valentino Dantas Pinajé nasceu em Acari no ano de 1808. Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda (1835), dirigiu *O Natalense* (1836-1837), *O Brado Natalense* (1849) e *O Clarim Natalense* (1851). Foi deputado provincial por diversas legislaturas e presidiu a província como segundo vice-presidente (1838). Juiz em Natal e instalou a comarca de Maioridade, hoje Martins (1850), e foi chefe de polícia (1852-1853) (Cascudo, 1972).

É certo que a aquisição da tipografia apenas seria prudente se houvesse um tipógrafo capaz de manejar os tipos e orientar a impressão. A história do jornalismo ainda precisa registrar a importância e o mérito dos tipógrafos, pois, sem eles, de nada valia ter um prelo. Quanto ao *Natalense*, restou apenas a informação que o seu primeiro tipógrafo foi o alemão Carlos Eduardo Muller.

Acredita-se que provavelmente o tipógrafo contratado para *O Natalense*, o alemão Carlos Eduardo Muller, tenha vindo do Recife, tendo ele mesmo vendido a tipografia em que trabalhava ou que tenha sido contratado no Rio de Janeiro. No entanto, não foi localizada, no período anterior a 1833, nenhuma menção ao tipógrafo ou à tipografia pertencente a Carlos Eduardo Muller no Recife, muito menos de sua atuação no Rio Janeiro.

Carl Eduard Muhlert, Muller, Müller, Muhlert, Mulhert, seu nome aparece grafado em documentos e jornais de diversas formas. A tradução dos nomes dos estrangeiros que chegavam ao Brasil no começo do século XIX ainda é uma incógnita. Não se sabe se era uma providência adotada pelo próprio escrivão ou uma deliberação do próprio estrangeiro.

Natural de Brunswick, Alemanha, ele virou Carlos Eduardo Muller quando chegou ao Brasil, provavelmente ainda uma criança, e, posteriormente, tornou-se brasileiro naturalizado, pois solicitou a naturalização em 1857, quando residia em Pernambuco, e foi atendido<sup>4</sup>.

4 Informação consultada na Hemeroteca Digital, quando digitado o nome do tipógrafo, em jornais do ano de 1857.

Presume-se que tenha entrado no Brasil pelo Rio de Janeiro – conforme o volume 46 das publicações históricas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1822, aproximadamente 237 germânicos aportaram no Porto do Rio – não apenas por haver um registro significativo da entrada de germânicos pelo Porto do Rio de Janeiro, mas também por não constar seu nome nos registros de entrada de outros portos brasileiros.

Tal presunção se baseia, ainda, por não haver seu nome no Registro de Estrangeiros nas Capitanias (1777-1819), publicado em 1963 pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, com base na coleção 371 de seu acervo que reúne em uma lista alfabética, os estrangeiros registrados que chegaram nas capitanias do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e São Pedro do Rio Grande do Sul, um total de 601 nomes.

Carlos Eduardo Muller, ao que parece, aprendeu o ofício da tipografia no Brasil e passou a exercer a atividade por toda vida, com passagens por Natal, Fortaleza, Recife, Aracaju entre outras localidades. Ele seria o primeiro tipógrafo a atuar na província do Rio Grande do Norte. Em 1832, estava em Natal assumindo a função de tipógrafo na Tipografia de O Natalense. Ficou um ano (Casculo, 1940).

Cabia ao tipógrafo montar o texto que seria impresso. Com uma das mãos, o tipógrafo selecionava nas caixas os tipos que colocava no “componedor”, espécie de régua metálica, que segurava com a outra mão, montando o texto. Um tipógrafo no Recife recebia em média 100 réis para compor mil letras. Um jornal de quatro páginas como *O Natalense* poderia demorar 16 horas para ser preparado (Molina, 2015).

O trabalho do tipógrafo era, portanto, um ofício intelectual, pois exigia que se soubesse ler e escrever para lidar com a composição dos tipos; enquanto o exercício de impressor era braçal, manuseando a alavanca mecânica que figurava quase como uma extensão do seu braço.

Barbosa (2010) aponta que os jornais saíam, em média, com quatro páginas, em duas colunas, e publicavam artigos de fundo, relatos de atas, leis e discursos e apresentavam no cabeçalho, primeira página, uma epígrafe ou citação, extraídas, em sua maioria, de pensadores estrangeiros e serviam de indicativo da linha editorial.

*O Natalense* que se autodenominava político, moral, literário e comercial trazia como epígrafe a seguinte citação em latim, atribuída a Erasmo: “*Admonere volumus, non mordere; prodesse, non laedere; consulere moribus hominum, non officere*”, que se pode traduzir por “quisemos admoestar, não afligir; aproveitar, não ofender; vigiar os costumes dos homens, não os prejudicar”.

Os jornais geralmente eram semanais. *O Natalense* circulava aos sábados e assim parece que foi até o último número. A tiragem dos jornais era variável e, em sua maioria, não ultrapassava 100 cópias. *O Jornal do Comércio*, de maior edição impressa em 1832, tirava 3.200 exemplares. Não se sabe qual a tiragem de *O Natalense*.

O preço do exemplar de *O Natalense* era 80 réis; a assinatura quadrimestral saía por 2\$000; a semestral, 3\$200; e a anual, 6\$000. Nem mais caro, nem mais barato que os outros. Era o preço. Molina (2015) escreve que a Gazeta do Rio de Janeiro custava

o exemplar 80 réis e a assinatura semestral 1\$800; e o Aurora Fluminense era 80 réis o exemplar e a assinatura trimestral, 2\$000.

O próprio jornal informava aos leitores os locais da província onde poderia ser adquirido. No primeiro ano, 1832, *O Natalense* era também vendido em Açú, na casa de José Varela Barroca; e em Goianinha, na casa de Ignácio Joaquim Dias. Em 1833, em Goianinha passou a ser vendido na residência de Luiz Gomes Marinho; e, em Açú, na casa do sócio acionista Luiz Fonseca da Silva. Em 1834, em Natal, na Cidade Alta, na rua da Conceição.

O fato de estar à venda em outros municípios pode ser resultado não só das relações políticas do padre Brito Guerra e dos sócios da *Sociedade Tipográfica*. Deve-se levar em consideração que o município de Goianinha acabara de ser criado em 7 de agosto de 1832 e que o presidente da província era casado com uma norte-rio-grandense de Goianinha. Outro polo político importante era Açú, na região Oeste (Casculo, 1872).

Também é preciso atentar que havia muitas barreiras à circulação dos jornais. É sabido, pelas falas anuais dos presidentes de província à assembleia, a necessidade não só de manutenção e melhoria das precárias estradas existentes, como também da demanda de ampliação da malha viária. Não bastava o serviço regular da navegação entre os portos, a comunicação com interior estava prejudicada pela não possibilidade da navegação fluvial perene (Lyra, 2008).

Tudo teria que ser percorrido a cavalo, como bem é a prova da viagem em 1861 da comitiva do presidente da província que mesmo tomando o navio de Natal até Areia Branca, toda a viagem teve que ser feita a cavalo pelo sertão do Rio Grande do Norte (*Jornal O Recreio*, 1961).

É certo que havia o serviço oficial de mala postal, no entanto, não supria a necessidade e eficiência de um sistema mais dinâmico e veloz se estradas houvessem facilitando a frequência e o acesso. Também não custa lembrar que a estrada de ferro somente chegou ao Rio Grande do Norte no último quartel do século XIX (Lyra, 2008).

*O Natalense* deixou de circular em 1837, mas a tipografia continuou a imprimir outros periódicos até ser finalmente fechada em 1842. Era caro imprimir jornais, além do custo inicial para a aquisição do equipamento e manutenção da sede, havia o pagamento dos funcionários e o custo do papel que, além de escasso, era caro e representava 80% das despesas (Casculo, 1940; Molina, 2015).

As receitas vinham da venda dos exemplares avulsos, assinaturas, anúncios e publicações de atos e comunicados governamentais custeados pela tesouraria da província. As casas tipográficas dependiam da vontade do presidente da província para que procedesse com a publicação dos atos oficiais e, até mesmo, para o pagamento do que houvesse mandado imprimir.

Enquanto o sócio acionista Quaresma Torreão era presidente da província, a tipografia teve receita para imprimir *O Natalense*. No entanto, com o novo presidente de província no posto em 1837, o jornal não conseguiu sobreviver, dada a recusa do suces-

sor em pagar a conta de impressões de leis e projetos contratada em 1836 (Casculo, 1940; Fernandes, 1908).

Sem recursos, não havia jornal; sem jornal não havia trabalho; sem trabalho, não havia atividade e ganha-pão para o tipógrafo. Além disso, havia uma escassez de tipógrafos no Brasil, sobretudo, nas províncias mais distantes. Todos esses fatores contribuíram para a volatilidade dos jornais e a instabilidade do ofício.

A escassez de mão de obra especializada no Brasil se tornaria uma constante. A Imprensa Régia teve que divulgar um aviso informando que havia vaga para compositor, impressor, batedor, etc., e seria a principal fornecedora de mão de obras para as oficinas que surgiram depois (Molina, 2015).

E o que publicou *O Natalense* nessa breve existência? Temos algumas pistas. Restaram apenas 5 exemplares, edições dos anos 1832, 1833, 1834, disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:– nº 22, sábado, 15 de dezembro 1832; nº 42, sábado 10 de novembro de 1832; nº 57, sábado, 28 de setembro de 1833; nº 65, sábado, 9 de novembro de 1833; e nº 20, sábado, 24 de maio de 1834. Possivelmente, há, também, exemplares na coleção de periódicos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, infelizmente ainda não catalogados e cujo acervo, desde 2015, encontra-se indisponível para pesquisa.

Pombo (2009), no entanto, tratando de *O Natalense* por “apoucada gazeta”, oferece um resumo da publicação ao dizer que entrava nos casos do dia, discutia ideias e princípios e analisava os atos da autoridade. Também é possível ter uma noção pelo que publicavam os jornais naquele período.

Interessante observar que, segundo Barbosa (2010), naquele período era assunto nos jornais “a defesa da Constituição, a abdicação, o governo regencial, a atuação dos ministros, os debates na Câmara dos Deputados, a criação do Código Criminal e da Guarda Nacional” (Barbosa, 2010, p. 59). E, para além desses, o liberalismo. Temas que não encontramos nas edições remanescentes de *O Natalense*.

Observamos que o jornal se dedicava às questões locais. As edições que restaram servem de mostruário. *O Natalense*, pelo que se percebe, não fugiu ao que comumente se publicava nos veículos das províncias. Consultamos as edições da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>5</sup> e apresentamos os conteúdos, por edição, do que foi publicado. Abaixo reproduzido (QUADRO 1):

<sup>5</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 out. 2023.

**Quadro 1 - Assuntos encontrados nas edições disponíveis de O Natalense**

Ano	Edição	Temáticas
1832	nº 22	Publicação de decreto, correspondências, mandado de captura, fala do comandante do destacamento da artilharia; relação dos cidadãos que obtiveram a maioria de votos para a Câmara; recompilador.
1832	nº 42	Editais; publicação do Diário do Governo; mapa dos presos remetidos pelo governo da Província ao ouvidor da comarca; eleição dos vereadores da Vila de Princesa; correspondência.
1833	nº 57	Continuação do resumo do expediente do Governo e correspondência do interior; edital; documentos da Sociedade Tipográfica; avisos; notícias marítimas.
1833	nº 65	Ofícios e documentos do governo provincial; lista dos jurados do município de Natal e da vila de São Gonçalo; Pensamento do Abade de Saint Pierre; anedotas; anúncio; errata
1834	nº 20	Memória; Sessão do Conselho da Província 19 de maio de 1834; expediente da secretaria do presidente da Província; erratas.

Fonte: os autores

Encontramos, portanto, decretos, editais, ofícios, correspondências, os expedientes do governo provincial, avisos, notícias marítimas, anedotas, pensamentos, anúncios, erratas e o recompilador (republicação de notas e notícias de outros jornais brasileiros e estrangeiros).

Afastados da corte e das discussões acaloradas que permeavam o período, observamos que os jornais provinciais se voltavam para as questões mais práticas que envolviam o expediente e as publicações oficiais dos governos provinciais, alguns avisos, anúncios, resumo de notícias e fatos acontecidos no estrangeiro e um pouco de entretenimento, fazendo publicar anedotas e pensamentos. É esta, portanto, a matéria dos jornais e do que era o jornalismo no Brasil no começo do século XIX.

## Considerações finais

O jornalismo nasceu nas províncias voltado para as temáticas locais, publicado semanalmente, em tiragem reduzida, tentando chegar aos leitores ao ampliar seus pontos de venda e sujeito ao subsídio governamental ao publicar nas suas páginas os atos do governo, pois não era barato produzir jornais e o custo das vendas avulsas e assinaturas costumavam não ser suficientes.

*O Natalense*, como tantas outras gazetas, foi uma das tantas curtas iniciativas de tantos jornais que surgiram na corte e nas províncias sempre continuados pelos profissionais envolvidos, redatores, tipógrafos e impressores, em outras gazetas que nasceram; era difícil as tipografias deixarem de funcionar.

É importante destacar que ele se dedicava a temas locais – pelo que observamos no recorte das edições localizadas –, e não a assuntos mais nacionais como apontados por autores como Barbosa (2010), pautas como liberalismo, defesa da Constituição, entre outras.

*O Natalense* é, portanto, o primeiro jornal publicado no Rio Grande do Norte e um exemplo do que era fazer jornalismo no século XIX, da tipografia ao conteúdo, das casas tipográficas às questões políticas, sociais e econômicas que marcaram o período, afinal, não existe jornalismo desassociado da vida e do tempo presente da publicação. A temática não se esgota por aqui, mas aponta uma necessidade latente de se pesquisar sobre a história do nosso jornalismo, como forma até de entender as práticas atuais.

## Referências

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O primeiro jornal e o primeiro tipógrafo**. Acta Diurna, A República, 30 de maio de 1940.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte: conclusões, pesquisas e documentos**. Natal (RN): Fundação José Augusto, 1972.

FERNANDES, Luiz. A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908, Parte I – Notícia histórica. **Revista IHGRN**, v. VI, n. 1-2, p. 3-136, jan. 1908.

LYRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Edufrn, 2008.

MELO, Manoel Rodrigues de. Grupos literários da Província – Natal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, v. LVI, LVII e LVIII, 1971.

MELQUÍADES, José. **Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do Império**. Natal (RN): Fundação José Augusto, 1987.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil**. Da era colonial à regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

POMBO, Rocha. A imprensa até 1900. In: POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal (RN): Edufrn, 2019, pp. 383 – 406.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 32 - 49.

WAINBERG, Jacques A.; PEREIRA, Manuel Luís Petrik. Estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista Famecos**, Porto Alegre, PUCRS, v. 6, n. 11, p. 27-37, 1999.

Recebido em: 28 ago. 2023  
Aprovado em: 01 nov. 2023

## RESENHA: A IMPRENSA DE PAPEL, ESSE VIVO OBJETO

### THE PAPER PRESS, THIS LIVING OBJECT

Frederico de Mello Brandão Tavares<sup>1</sup>

#### Resumo

A partir de uma leitura da obra *Exposiciones en el tiempo: Revistas latinoamericanas del siglo XX*, organizada por Verónica Delgado e Geraldine Roges (Ed. Katatay, Cidade Autônoma de Buenos Aires, 2021), busca-se apresentar e refletir sobre um programa de pesquisa mais amplo, desenvolvido junto à Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, desde 2013, que tem como questão principal o estudo da literatura e dos contextos de circulação social de textos escritos em publicações periódicas. Estruturam o programa, com base nesse problema central, duas ações: a realização de edições bienais do Colóquio “Publicaciones Periódicas Argentinas” e a publicação de dossiês em periódicos acadêmicos, livros autorais e coletâneas – incluindo a obra da qual parte esta resenha.

#### Palavras-chave

literatura; imprensa periódica; arquivo; exposição; temporalidade.

#### Abstract

From a reading of the book “Exposiciones en el tiempo: Revistas latinoamericanas del siglo XX”, organized by Verónica Delgado and Geraldine Roges (Ed. Katatay, Autonomous City of Buenos Aires, 2021), the aim is to present and reflect on a broader research program, developed at the National University of La Plata, in Argentina, since 2013, whose main issue is the study of literature and the contexts of social circulation of texts written in periodicals. Based on this central problem, the program is structured around two actions: the holding of biennial editions of the Colloquium “Publicaciones Periódicas Argentinas” and the publication of dossiers in academic journals, authored books and collections - including the work of which this review is a part.

#### Keywords

literature; periodical press; archive; exhibition; temporality.

---

<sup>1</sup> Docente e pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde atua no curso de Graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. É líder do GIRO – Grupo de Pesquisa em Mídia e Interações Sociais (UFOP/CNPq). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). E-mail: frederico.tavares@ufop.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6410-4739>, CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1055076200668705>.

## Introdução

O livro *Exposiciones en el tiempo: revistas latinoamericanas del siglo XX* é a última obra de um conjunto de quatro coletâneas editadas a partir de um longo programa de pesquisa desenvolvido junto à Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, desde 2013. Sua fase mais recente, encerrada em 2023, teve início em 2020, estando nomeada como *Publicaciones periódicas y literatura* (PPLit)<sup>2</sup>. Em sua primeira década, o programa reuniu projetos de pesquisa realizados na interface entre a Literatura, o Jornalismo e outras áreas do saber, tendo à frente pesquisadoras e pesquisadores da UNLP, com apoio do "Centro de Teoría y Crítica Literaria", vinculado ao "Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales" (IdIHCS), e do "Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas" (Conicet). Unido ao grupo de La Plata, há investigadoras e investigadores de países latino-americanos como México, Brasil, Chile; e também colegas europeus.

Estruturando esse trajeto mais amplo de investigação, há uma questão central, que diz respeito ao estudo da literatura e dos contextos de circulação social de textos escritos. Nessa visada, indo além do livro como materialidade protagonista, o programa de pesquisa se debruça sobre a literatura em espaços periódicos de publicação, com destaque para revistas, jornais, folhetos, suplementos e semanários. O que leva a um olhar detido para agentes editoriais, para circuitos sociais e midiáticos de produção e consumo de textos, bem como para aspectos não apenas estéticos ou autorais, mas também relativos a uma globalidade distinta de sentidos e formatos. Tal perspectiva, em linha gerais, problematiza a configuração do objeto literário, suas perguntas e seus métodos, seja reconfigurando questões, seja iluminando uma marginalia de empirias que complexificam o lugar de conhecimento e suas interlocuções.

Tendo em vista esse eixo principal, duas ações também estruturam o programa. Naprimeira: de 2013 a 2023, na cidade de La Plata, houve a realização de seis edições bienais do Colóquio "Publicaciones Periódicas Argentinas"; a última intitulada "Sexto Coloquio sobre Publicaciones Periódicas Argentinas en contexto latinoamericano". E uma segunda: junto aos eventos está a publicação de dossiês em periódicos acadêmicos, livros autorais e coletâneas.

As duas primeiras coletâneas, *Tramas impresas: Publicaciones periódicas argentinas (XIX-XX)*, de 2014, e *Tiempos de papel: Publicaciones periódicas argentinas (Siglos XIX-XX)*, de 2016, abrem alas para um foco que perpassa as pesquisas ali aglutinadas e que correspondem a certa "virada paradigmática" no olhar sobre, principalmente, as publicações impressas periódicas.

Como afirmam as organizadoras da primeira coletânea, logo na Introdução, tais produtos editoriais não devem ser vistos como "simples repositórios de imagens e textos", mas também como "formas específicas da cultura impressa da modernidade, cuja complexidade e relevância os torna 'objetos de estudo neles mesmos'"<sup>3</sup> (Delgado; Mailhe; Rogers, 2014, p. 8). Trata-se de uma perspectiva que transcende o lugar "limitado"

<sup>2</sup> Ver: <https://idihcs.fahce.unlp.edu.ar/pplit/>.

<sup>3</sup> Do original: "formas específicas de la cultura impresa de la modernidad, cuya complejidad y relevancia las vuelve objetos de estudio en sí mismas".

de suporte, atrelado ao seu caráter de documento, para afirmar a partir da periodicidade e as condições de produção, a natureza simbólico-social que envolve essas publicações e aquilo que as constitui.

Na Introdução da segunda coletânea, as respectivas organizadoras ressaltam ainda outro aspecto: no diálogo da imprensa com o campo da cultura, modifica-se uma importante questão da história literária. Os livros perdem seu lugar de destaque como suporte “natural” e privilegiado; e os textos literários ganham novas singularidades.

Sai de cena a relação autor-leitor, e ganham destaque, de maneira entrecruzada, aspectos visuais, materiais, institucionais – editoriais como um todo. Ou seja, ocupam o palco novos modos de leitura e autoria, condicionados por contextos históricos e sociais singulares. “Os jornais e as revistas são um espaço impossível de se escapar na releitura da história da cultura e da literatura, bem como na compreensão dos aspectos institucionais ligados a formas de documentação e registro”<sup>4</sup> (Delgado; Rogers, 2016, p. 9-10).

Essas duas primeiras obras reúnem textos que versam, em sua maioria, sobre periódicos impressos argentinos do final do século XIX e da primeira metade do século XX e deixam evidentes a participação da indústria cultural na reorganização e configuração da vida urbana e na circulação de bens simbólicos. Havia, naquele momento do continente, anseios modernistas que transitavam nas principais cidades da América Latina, com destaque para Buenos Aires, no caso argentino, numa espécie de “revolução” cidadina peculiar, com traços coincidentes e, ao mesmo tempo, distintos em cada país.

O apanhado dos textos, um conjunto de ensaios e relatos de estudos, encaminha um viés interdisciplinar, o que movimenta ainda mais a problematização defendida acerca da complexificação das pesquisas sobre os meios de comunicação impressos, sua sociabilidade e dimensão estética. Nesse sentido, além do viés crítico que orienta as reflexões, deve-se acompanhar cuidadosamente os esforços metodológicos que elas encampam. Nos momentos em que tais aspectos investigativos ganham relevo, fica mais evidente o esforço reflexivo encabeçado pelas/os pesquisadoras/es acerca da imprensa como um objeto de natureza “própria”, bem como é possível acompanhar o “lugar de fala” das/dos estudiosas/os, reconhecendo, pois, o caráter das problematizações realizadas.

Na última parte de *Tiempos de papel: Publicaciones periódicas argentinas (Siglos XIX-XX)*, de 2016, por exemplo, há um conjunto de pequenos ensaios (resenhas críticas) que refletem sobre esse caráter metodológico, recuperando discussões realizadas durante o “*II Coloquio sobre Publicaciones Periódicas Argentinas*” (2015). Nas palavras do professor Daniel Badenes, um dos autores desta última seção, que sintetizam, de certa forma, o intuito das reflexões, “a meta [dos textos] seria identificar e ordenar certas dimensões de análise a se ter em conta, como parte do desenho de uma metodologia para o estudo de revistas culturais, suplementos, semanários ilustrados e outras formas de publicação periódica”<sup>5</sup> (Badenes, 2016, p. 344, grifos do autor).

4 Do original: “los diarios y las revistas resultan un espacio insoslayable para releer la historia de nuestra cultura y nuestra literatura, y para explorar los aspectos institucionales ligados con las formas de documentación y registro”.

5 Do original: “La meta sería identificar y ordenar ciertas dimensiones de análisis a tener en cuenta, como parte del trazado de una metodología para el estudio de revistas culturales, suplementos, semanarios ilustrados y otras formas de publicación periódica”.

É essa toada, porém dentro de um novo tema central, que se observa na terceira obra, *Revistas, archivo y exposición: Publicaciones periódicas argentinas del siglo XX*, de 2019. Emerge nesse terceiro volume da série uma preocupação também com o aspecto de arquivo que envolve as publicações impressas. Com o surgimento de repositórios hemerográficos digitais – na Argentina e no mundo –, alguns mais por dedicação exclusiva de pesquisadores/as e menos como prioridade de instituições, é como se estivéssemos diante de uma “nova era do arquivo”, tendo o acesso aberto e gratuito como marco para aproximações mais constantes e plurais a esse rol incrível de objetos de estudo, para distintas áreas.

Tal realidade de pesquisa, ainda incipiente, de certa forma, consolida-se a ideia de que as publicações periódicas, com destaque para as revistas, podem ser compreendidas, segundo as organizadoras do livro, Verónica Delgado e Geraldine Rogers (2019, p. 9), como “uma dimensão crucial da história da cultura, não como um capítulo ou um gênero integrante de outros gêneros culturais”<sup>6</sup>.

A obra está composta por dez capítulos, além de uma Introdução e uma seção final, na qual há textos que relatam e refletem sobre a criação de repositórios hemerográficos e o papel destes na democratização do acesso a publicações periódicas “históricas” e contemporâneas<sup>7</sup>. A atenção dos relatos volta-se para o repositório *AméricaLEE* (Portal de las Revistas Latinoamericanas del Siglo XX) e para o repositório *AhiRa* (Archivo Histórico de Revistas Argentinas). Nos textos, conta-se sobre a trajetória de ambas as iniciativas, seus pontos de contato com instituições e outros coletivos de pesquisa e registro documental, além de expor as problemáticas que os orientam. Encerra essa última parte uma entrevista com duas pesquisadoras argentinas envolvidas nas iniciativas de criação e coordenação dos repositórios: Karina Jannello (*AméricaLEE*) e Soledad Quereilhac (*AhiRa*).

Na conversa com as investigadoras, como afirmam as autoras María de los Ángeles Mascioto e Verónica Stedile Luna, na abertura dessa última parte, ressoa o papel político desses espaços hemerográficos. Tanto pela abertura desses arquivos ao grande público quanto pela consequente abrangência da iniciativa. Além disso, reforça-se o compromisso social e científico das/os autoras/es envolvidas/os na sustentação e elaboração dessas plataformas digitais, reconhecendo-se, com entusiasmo o seu caráter multidisciplinar.

Nesse terceiro livro, a ênfase na ideia da “exposição”, que envolve a natureza das revistas e da imprensa periódica, também ganha fôlego. Trabalhada de maneira conceitual no texto “Las publicaciones periódicas como dispositivos de exposición”, de Geraldine Rogers, primeiro capítulo da obra, a ideia associa-se ao conceito de dispositivo, endereçando um olhar sobre os produtos impressos como “dispositivos de exposição”.

6 Do original: “como una dimensión crucial de la historia de una cultura, no un capítulo o un género añadido a otros géneros culturales”

7 No Brasil, destacam-se nos últimos anos a criação da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) e a disponibilização digital de materiais de coleções de impressos diversos, como se pode encontrar nas páginas virtuais de Arquivos Públicos estaduais e municipais, bibliotecas de instituições de ensino ou pesquisa, e também em sites de alguns grupos ou associações de pesquisa. Nos Estados Unidos e Europa, esse movimento encontra-se mais avançado, com exemplos mais vistosos e mais antigos.

O capítulo busca revelar uma espécie de arquitetura do visível e do legível das publicações em papel, tendo como foco títulos que circularam na América Latina entre o final os séculos XIX e durante o século XX. A relação de tais produtos com seus respectivos contextos de recepção e produção, bem como com as transformações advindas dessa interação, ajudam a pensar uma espécie de adensamento de uma dimensão performativa existente nesses “vivos” arquivos editoriais. Nas palavras da autora:

pensar as publicações periódicas como construções destinadas a mostrar (por em vista, dar a ler) implica, em primeiro lugar, a atender a uma dimensão performativa que pode ou não coincidir com o que nelas está explícito. Abre-se, aí, a pergunta sobre o que e como nelas se expõe, se sub-expõe e se sobre-expõe, e leva-se a observação sobre a criação de revistas como modo de intervir na partilha do visível e do legível na esfera pública e no mercado de bens simbólicos<sup>8</sup> (Rogers, 2019, p. 14, grifos da autora).

O quatro livro *Exposiciones en el tiempo: revistas latinoamericanas del siglo XX*, pode-se dizer adensa, portanto, uma trajetória de reflexões expressa nas publicações do programa. Desde o título, passando pelas quatro partes da obra, há um arcabouço de informações sobre o mundo das revistas e da produção impressa latina, principalmente argentina, que joga luz sobre processos históricos e remete a uma viva sociabilidade envolvendo campos sociais, literários, artísticos e midiáticos de nosso(s) país(es) vizinho(s), bem como os entrelaçamentos desses mesmos campos. Para o público brasileiro, leitoras e leitores de língua portuguesa, trata-se de uma interessante e valiosa obra de aproximação entre universos culturais e científicos.

Na Apresentação do volume, Verónica Delgado e Geraldine Rogers somam à ideia da exposição um olhar sobre temporalidades e afirmam que “afetadas pelas dimensões de uma materialidade e uma temporalidade complexas, as publicações periódicas são exposições impressas abertas ao tempo histórico”<sup>9</sup> (Delgado; Rogers, 2021, p. 9). Nos 11 capítulos do livro, apesar de a Literatura não ser o lugar de origem do olhar de todas/os as/os autoras/es, menos que uma diferença, o que se depreende é um conjunto de sintonias. Há ecos e diálogos das problematizações colocadas, por exemplo, com obras e estudos brasileiros, da própria Comunicação, que tomam a imprensa periódica, com destaque para a revista e suas manifestações no mercado editorial nacional na segunda metade do século XX e começo do século XXI, como objeto.

Nesse contexto, os capítulos – que lidam com a esfera do visual e do consumo, tensionando o lugar da publicidade; que lidam com percursos e identidades editoriais na tensão com questões contextuais; que flagram e analisam posicionamentos e usos políticos de periódicos em redes culturais e de resistência; ou que conceituam sobre semioses temporais e materiais de revistas, suas montagens, emergências e apropriações simbólicas – podem ser aproximados de estudos sobre diversos objetos no Brasil

8 Do original: “Pensar las publicaciones periódicas como construcciones destinadas a mostrar (poner a la vista, dar a leer) implica en primer lugar atender a una dimensión performativa que puede o no coincidir con las declaraciones explícitas. Abre la pregunta acerca de *qué y cómo en ellas se expone*, se subexpone o se sobreexpone, y lleva a considerar la creación de revistas como modo de intervenir en el reparto de lo visible y lo legible en la esfera pública y en el mercado de bienes simbólicos”

9 Do original: “Afectadas por las dimensiones de una materialidad y una temporalidad complejas, las publicaciones periódicas son exposiciones impresas abiertas al tiempo histórico”.

(ou na América Latina), correspondendo não apenas a elementos diversos em comum, mas também a um encontro de tempos e questões que: 1) atravessam os interesses de tais pesquisas; 2) dimensionam a força do fenômeno que se está a estudar; e 3) apontam para o muito que se tem a dizer – ainda – sobre ele.

Da Argentina, passando pelo Brasil, América Latina, outros países e continentes, a presença do impresso como interesse de investigação e como artefato singular na convergência de culturas e contextos coloca em evidência a sua vivacidade. Em um mundo onde ao papel se destina um lugar de coadjuvante, cada vez mais, é a sua natureza complexa e as possibilidades de sua leitura via novos suportes e plataformas que dizem da sua perenidade e força como objeto. Da necessidade de se entender e estudar essa “maneira de ser” editorial. A importância de um programa de pesquisa de fôlego e de longo prazo, tal qual encarnado pelos livros aqui elencados, representa, também pela sequência por eles criada, esse desafio.

## Referências

BADENES, Daniel. Dimensiones y preguntas para el análisis de las revistas culturales. In: DELGADO, Verónica; ROGERS, Geraldine (Orgs.). **Tiempos de papel:** Publicaciones periódicas argentinas (Siglos XIX-XX). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2016. p. 344-349. Disponível em: <http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/78>. Acesso em: 15 out. 2024.

DELGADO, Verónica; ROGERS, Geraldine (Orgs.). **Exposiciones en el tiempo:** Revistas latinoamericanas del siglo XX. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Katatay, 2021. Disponível em: <https://edicioneskatatay.com.ar/items/48>. Acesso em: 15 out. 2024.

DELGADO, Verónica; ROGERS, Geraldine (Orgs.). **Revistas, archivo y exposición:** Publicaciones periódicas argentinas del siglo XX. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2019. Disponível em: <https://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/148>. Acesso em: 15 out. 2024.

DELGADO, Verónica; ROGERS, Geraldine (Orgs.). **Tiempos de papel:** Publicaciones periódicas argentinas (Siglos XIX-XX). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2016. Disponível em: <http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/78>. Acesso em: 15 out. 2024.

DELGADO, Verónica; MAILHE, Alejandra; ROGERS, Geraldine (Orgs.). **Tramas impresas:** Publicaciones periódicas argentinas (XIX-XX). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2014. Disponível em: <http://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/33>. Acesso em: 15 out. 2024.

ROGERS, Geraldine. Las publicaciones periódicas como dispositivos de exposición . In: DELGADO, Verónica; ROGERS, Geraldine (Orgs.). **Revistas, archivo y exposición: Publicaciones periódicas argentinas del siglo XX**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2019. p. 11-27. Disponível em: <https://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/148>. Acesso em: 15 out. 2024.

Recebido em: 18 out. 2024  
Aprovado em: 24 out. 2024

## RESENHA: A FORÇA DO HETEROGÊNEO

### THE FORCE OF THE HETEROGENEOUS

Elton Antunes<sup>1</sup>

#### Resumo

Resenha do livro *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Pesquisadores de história da imprensa e do jornalismo se articulam em um conjunto heterogêneo para apresentar a presença da imprensa oitocentista a partir de seus locais de pesquisa.

#### Palavras-chave

história da imprensa; Brasil; século XIX.

#### Abstract

Review of the book *History of the press in Brazil of the nineteenth century*. Researchers of the history of press and journalism are articulated in a heterogeneous set to present the presence of the nineteenth-century press from their research sites.

#### Keywords

history of the press; Brazil; 19th century.

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA), professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG, eantunes@fafich.ufmg.br, <https://orcid.org/0000-0002-5265-6584>, <http://lattes.cnpq.br/7108736111306204>.

## Livro *História da imprensa do Brasil no século XIX*

Em um quadro societário que torna recorrente e “natural” a ideia de pensar as dinâmicas contemporâneas da vida social sempre tributárias à presença de “novos ambientes tecnológicos”, o livro *História da imprensa no Brasil do século XIX* (editoras ediPUCRS e PUC-Rio) oferece uma boa imunização para não se retornar de forma inadvertida às cronologias simples, aos determinismos e às monocausalidades na interpretação dos processos comunicacionais.

As reflexões – resultado do esforço coletivo em uma rede nacional de pesquisadores da imprensa – apresentam uma síntese histórica para abordar a imprensa periódica no século XIX no País, articulando três ângulos de abordagem: um deslocamento do foco da capital do Império; a atenção ao contexto comunicacional; e a problematização das particularidades da divisão geopolítica que caracterizava o Brasil de então.

Os estudos publicados apontam de forma assertiva como a expansão da publicação de periódicos nesse momento se mostrava, ao mesmo tempo, uma resultante e um agente ativo da formação de redes de comunicação. Mais do que suportes, meios ou tecnologias, a imprensa lida com aspectos que envolvem uma cultura que alimenta e é alimentada por um complexo de práticas comunicacionais.

No seu conjunto, a obra desdobra e desenvolve perspectivas como a do jornalista e historiador Marco Morel e das pesquisadoras Marialva Barbosa e Ana Paulo Goulart Ribeiro, organizadoras do trabalho, enfatizando a complexidade da imprensa como um ator ativo em uma sociedade em transformação.

Há várias “histórias” da imprensa nesse período do século XIX que se cruzam em combinações variadas entre modos de trabalho e de organização da produção gráfica, entre meios de circulação e distribuição dos periódicos, de relacionamentos com as comunidades de leitores e mesmo da construção do formato, linguagens e formas expressivas para as folhas impressas. A síntese histórica proposta então, mais que expressão da imprensa cumprindo fundamentalmente o papel de lugar de partilha de um senso de unidade rumo a construção de uma identidade nacional, mostra-se como mescla de espaços de participação política e embates simbólicos, centros de produção e de encontro social, processos catalizadores de uma rede de relações existentes no território.

A coletânea visa, assim, a apresentar a emergência da imprensa periódica nas províncias do Brasil imperial como arranjos variados de práticas que se institucionalizam, objetos técnicos que são manipulados, suportes materiais que se desenvolvem, códigos sociais, modos de comunicação e formas discursivas que organizam a fala social. Nesse sentido, cada artigo da coletânea dialoga e reavalia as narrativas históricas da imprensa existentes em diferentes campos disciplinares, re-examinando principalmente certas pressuposições ideológicas e certos vieses interpretativos de uma historiografia da imprensa alheia ao comunicacional.

De certa maneira, no livro, história, imprensa e Brasil deixam de ser visados como referentes de fenômenos uniformes e congruentes para serem abordados como processos heterogêneos, no tempo e no espaço. O Brasil das províncias não caminha inexoravelmente para a centralização de um Estado nacional. A unidade imperial – na

imprensa, pela imprensa e para a imprensa – é também signo do conflito e da disputa, como na revolta popular e social da Cabanagem que ocorreu na então Província do Grão-Pará e é vislumbrada em um dos capítulos (“A imprensa em solo amazônico: momentos-chave da configuração dos impressos no Pará do século XIX”).

Do mesmo modo, as diferentes regiões dentro das províncias não são apenas variações ou particularidades político-administrativa, mas indicadoras de disputas políticas, sociais (e jornalísticas!), como em Minas Gerais, tratada no capítulo “Desejos de modernidade entre burburinhos da urbanização: a imprensa oitocentista em Minas Gerais”. Ambicionando projetos modernizadores em meio à manutenção da maior população escravizada do Império, a imprensa nessa província não se constitui ante a opção entre atraso ou modernização. Ela é atraso e modernização.

Assim, fora da centralidade da capital, passando também por estudos de folhas impressas nas províncias que interceptam áreas dos hoje estados do Pará, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás, o livro cumpre o precioso papel de disseminar gestos interpretativos renovados e necessários para a compreensão da historicidade das formas comunicacionais. Necessário não apenas para interpretação do passado da imprensa no Brasil, mas para certos cuidados epistemológicos na compreensão do futuro dos processos comunicacionais.

**Figura 1 - Capa do livro História da imprensa no Brasil do século XIX**



Fonte: EdiPUCRS; PUC-Rio

**Título:** História da imprensa no Brasil do século XIX.

**Organizadores:** Marialva Carlos Barbosa, Ana Paula Goulart Ribeiro e Antonio Hohlfeldt.

**Dimensões:** 14x21cm.

**Número de páginas:** 552.

**Formato:** Impresso e Digital.

**Coedição:** EdiPUCRS; PUC-Rio.

**Coleção:** PUC +.

**Ano de publicação:** 2024.

## Referência

BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HOHLFELDT, Antonio. **História da imprensa no Brasil do século XIX**. Porto Alegre: EdiPUCRS; Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2024. (Coleção PUC+; v. 1).

Recebido em: 8 nov. 2024  
Aprovado em: 11 nov. 2024

## NÃO É SÓ FUTEBOL: OS CASOS RACISTAS ENVOLVENDO O JOGADOR VINI JR.

### IT'S NOT JUST SOCCER: THE RACIST CASES INVOLVING THE PLAYER VINI JR.

Aline da Fonseca Pinna<sup>1</sup>

#### Resumo

Ao longo dos anos, nota-se consecutivos casos de racismo no esporte, especialmente no universo futebolístico. O objeto de estudo deste artigo são os casos raciais sofridos pelo jogador brasileiro Vinícius Jr.<sup>2</sup>, que atua na Europa. Nesse sentido, é exposta a presença do racismo e reflete-se sobre as problemáticas associadas a esse preconceito no futebol; discute-se as formas pelas quais o preconceito racial opera dentro e fora de campo; e observa-se os impactos que os discursos e atitudes racistas estão repercutindo na sociedade e no esporte. Como metodologia, são feitos levantamentos bibliográficos e históricos nas redes e em obras que tratam sobre o tema, tendo como autores Tarcízio Silva (2022) e Liv Sovik (2011). Por fim, acredita-se que questões sociais, midiáticas e políticas estão relacionadas em todo o processo discursivo do meio esportivo, logo, percebe-se a importância de se atentar para as questões de raça e identidade nesse cenário.

#### Palavras-chave

futebol; preconceito racial; racismo; redes sociais; Vini Jr.

#### Abstract

Over the years, we have seen a number of cases of racism in sport, including soccer. In this sense, our object of study is the racial cases suffered by the Brazilian player Vinícius Jr, who plays in Europe. In view of this, we will present the presence of racism and reflect on the problems associated with this prejudice in soccer; discuss the ways in which racial prejudice operates on and off the pitch; and observe the impact that racist discourse and attitudes are having on society and sport. As a methodology, bibliographical and historical surveys were carried out on the networks and in works that deal with the subject, using Tarcízio Silva (2022) and Liv Sovik (2011) as authors. In the end, it is believed that social, media and political issues are related throughout the discursive process of the sporting environment, so it is important to pay attention to issues of race and identity in this scenario.

#### Keywords

soccer; racial prejudice; racism; social media; Vini Jr.

<sup>1</sup> Doutoranda em Mídia e Cotidiano pelo PPGMC/UFF. Mestra em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF. Jornalista pelo UniFOA. E-mail: alinedfpinna@gmail.com.

<sup>2</sup> Nascido na cidade de São Gonçalo (RJ), em 12 de julho de 2000, Vinícius José Paixão de Oliveira Júnior é um jogador de futebol brasileiro que, atualmente, joga pelo Real Madrid (Espanha) e pela Seleção Brasileira de Futebol. O atleta foi revelado pelo Flamengo, onde atuou desde os seus 10 anos, passando pelo juvenil até chegar ao time principal. Aos 16 anos, foi vendido pelo Flamengo ao Real Madrid por 45 milhões de euros, tornando-se a segunda maior venda da história do futebol brasileiro. Por lei, os jogadores só podem sair para atuar no exterior após os 18 anos; então, ao completar a maioridade, Vini Jr. mudou-se para o país espanhol para jogar pelo seu novo clube.

## Introdução

O futebol é considerado um símbolo de união e igualdade entre os indivíduos, porém nos traz profundas reflexões envolvendo questões sociais diversas em sua história, como a violência, incluindo a de gênero e a racial (Huber *et al.* 2006, p. 68). Para este trabalho, enfocamos nesse último tipo de violência. Em muitas dessas páginas históricas, deparamo-nos com relatos ou flagrantes de distinção e superioridade entre raças humanas, como se houvesse uma “raça pura”.

O preconceito racial está explícito nas arquibancadas e dentro das quatro linhas, ou seja, as ofensas vêm de torcedores, jogadores ou por qualquer pessoa que tenha a intenção de atingir agressivamente o outro. O racismo se expande, podendo aparecer nas plataformas digitais por meio de símbolos, imagens, textos, representações gráficas, imagens, etc. Então, é preciso estar atento a todos esses elementos que remetem ao preconceito discursivo e explícito produzidos por atores individuais, utilizando perfis “reais” ou “fakes”.

Nesse contexto, o presente trabalho aborda a questão no esporte mais popular do mundo. Para isso, temos como objetivo refletir sobre as problemáticas associadas ao racismo no futebol, tendo como objeto de estudo o caso do jogador brasileiro Vinícius Júnior, que atua no Real Madrid (Espanha). Ainda vamos apresentar a presença do racismo no mundo esportivo, mais precisamente no futebol; discutir as maneiras pelas quais o preconceito racial opera dentro e fora de campo – discursos de ódio e de cunho racista; e observar os impactos dos discursos e atitudes racistas (crimes) na sociedade e no esporte.

A metodologia é composta por pesquisa bibliográfica, histórica e documental, pois fizemos levantamentos em sites, redes sociais e obras que tratam sobre o tema. À vista disso, entende-se que questões sociais, midiáticas e políticas estão envolvidas em todo o processo discursivo e estrutural do meio esportivo, por exemplo. Logo, percebe-se a importância de se atentar para as questões de raça e identidade nesse cenário.

Por fim, para este artigo, trabalhamos com autores renomados da área, como: Liv Sovik para falar sobre a ideologias de Stuart Hall (Internet); Henri Lefebvre, Peter Berger e Thomas Luckmann para abordagens interacionais na “plataformização”; John Thompson para os assuntos referentes às redes sociais digitais que são relevantes geradores de diálogos e expositores de cotidiano; e Bruno Abrahão e Tarcízio Silva para temas raciais na sociedade e na rede.

## Interação da sociedade no cotidiano e na mídia

O desenvolvimento dos veículos comunicacionais tornou-se papel essencial na formação da sociedade contemporânea. É somente um dos diversos motivos relevantes que modelam a construção dos indivíduos atuais, pois, ao usar esses meios, os sujeitos confeccionam teias de significação para si mesmos.

Por um lado, é importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irredutível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem. É fácil perder de vista essa dimensão simbólica e preocupar-se tão somente com os aspectos técnicos dos meios de comunicação (Thompson, 1998, p. 19).

A questão simbólica é perceptível no cotidiano (físico e digital). Berger e Luckmann (2004) argumentam que as interpretações dos símbolos das interfaces podem ter representações distintas para cada um, com significações das ações e reações como componentes reais na vida diária. Essa realidade é influenciada pela forma como os sujeitos organizam e apresentam os dados e as linguagens, tendo como base as interações e escolhas individuais. Daí o conceito de subjetividade trazido pelos autores, que é a forma de relacionamento (ações, atividades, etc.) de cada pessoa dentro do espaço de convívio social, variando conforme a compreensão de cada sujeito sobre determinada temática.

A partir de tal entendimento, podemos citar Lefebvre (1969) quando aborda o conceito de “plataformização” que é um local de convívio entre os indivíduos, uma ampliação para além do físico. Segundo ele, tal expressão molda os indivíduos de formas profundas e multifacetadas, conectadas com as complexas relações sociais e espaciais. O autor ressalta a alienação como parte intrínseca da vivência do ser humano. As plataformas tornaram-se parte da vida dos sujeitos, em que trazem conexões e interações constantes, conquistando, assim, mais espaço que as interações presenciais. Logo, ao entender a sua essência, consegue-se verificar as mutações em diversos âmbitos que estão ocorrendo e se desenvolvendo, bem como perceber o verdadeiro papel das plataformas digitais na construção da realidade cotidiana.

Berger e Luckmann (2004, p. 37) vão mais a fundo no que se refere à influência das interfaces digitais na percepção e criação da realidade da sociedade (plataformização). Eles afirmam que a inserção e interação nesse espaço pode afetar emocionalmente a singularidade de quem está por trás de determinada rede social digital. Daí em diante, notamos que é relevante analisar os modos de diálogos que os sujeitos fazem e criam entre si, já que “o uso dos meios de comunicação está relacionado à criação de novas formas de ação e interação, novos tipos de relações sociais e novas formas de relacionamento com os outros e consigo mesmo” (Thompson, 2018, p. 19).

Para isso, Thompson (2018) lista três tipos básicos de interação: interação face a face, interação mediada e quase-interação mediada. A interação face a face possui três aspectos específicos: acontece em uma situação de copresença (ambiente espaço-temporal); é dialógico, já que envolve um fluxo bidirecional de comunicação e informação; e apresenta diversos sinais simbólicos (expressões, gestos, sons, palavras, toques, cheiros, etc.).

A interação mediada acontece com a utilização de um meio de comunicação que permite o diálogo (verbal ou não verbal) ser transmitido para pessoas que estão distantes no espaço e/ou tempo. Exemplo: telefone e carta. A comunicação é limitada, ou seja, acontece de um para um.

A quase-interação mediada é aquela que engloba a ampliação das relações sociais no tempo e espaço. O seu fluxo de informação e comunicação ocorre em grande parte de forma unidirecional, bem como para potenciais destinatários. O diálogo atravessa um tipo dissemelhante de interação social com outros indivíduos que estão distantes no espaço e, talvez, no tempo.

Com a evolução tecnológica e da Internet, o autor inseriu mais um tipo de interação: a mediada on-line. Esta compreende ampliação das relações sociais através do tempo e espaço e certo afilamento nas opções de pistas simbólicas. É de caráter dialógico e possui uma multiplicidade de outros destinatários (é de muitos para muitos). Como exemplo, temos as redes sociais, pois nelas os usuários criam ou mantêm relações com outros que estão distantes ou consideravelmente pertos. Além disso, há a possibilidade de se relacionar (conectar) com pessoas que seria difícil de ocorrer de outra maneira, com uma diversidade de outros indivíduos.

Desse modo, as plataformas digitais se encaixam no cotidiano devido às suas possibilidades de interações sociais. Os usuários criam identidades virtuais, projetando versões de si mesmas nas redes e comunidades digitais. No entanto, essa representação, muitas vezes, distancia-se da autenticidade, construindo uma realidade na qual a busca por conexões e engajamento on-line pode superar as interações presenciais (face a face).

Nesse contexto, Thompson (2018, p. 21) salienta que as redes sociais digitais são espaços ideais para a interação mediada, como no *Facebook*, rede *X* (antigo *Twitter*), *Instagram* e em outras plataformas de mídia social. Assim, podemos pontuar que as redes facilitam um modo diferente de interação social, construindo uma mídia em frequente expansão de envolvimento social com trocas de conteúdo simbólico em variadas modalidades e formatos: curtidas, comentários, mensagens, vídeos, imagens, entre outros.

Essas são maneiras contemporâneas de representação de papéis, em que os indivíduos esboçam uma versão de si para, assim, moldar as impressões dos outros (Goffman, 1999). É nesse ambiente que a interação simbólica se expande para o digital (uma ampliação do físico), em que os atores executam seus papéis em um âmbito on-line global, como a construção e a manutenção de relacionamentos.

Contudo, a democratização da divulgação faz com que todos sejam fonte potencial de informação compartilhável e visualizável. A sua mescla com a banalização dos registros faz com que a vida social seja repleta de conteúdo em grande escala e em um ritmo acelerado, sendo difícil de controlá-lo. Logo, as redes sociais digitais tornaram-se um campo de batalha, no qual os usuários além de empregá-las para as facilidades do dia a dia, passaram a usá-las também para disseminar informações falsas, ódio e cometer crimes, confrontando e manchando a reputação do outro, espalhando ameaças, aplicando golpes, etc.

Visto que, neste presente trabalho, o olhar crítico é nas perspectivas raciais, nas próximas seções, abordamos um pouco mais sobre a mídia e, de modo mais profundo, as definições de termos relacionados ao preconceito (raça, racismo, discriminação)

com sua representação, desigualdade e representatividade. E, para isso, desenvolvemos tais conceitos no cotidiano físico e virtual. Porém, vale salientar que ambos os ambientes fazem parte de uma só realidade, o que ocorre é que um “complementa” o outro graças ao avanço tecnológico e suas possibilidades de interação.

## O preconceito racial e suas dimensões

Para Silva (2022), muitas pessoas acreditavam que os espaços digitais iriam dismantlar variáveis vistas como somente identitárias, como gênero, classe, nacionalidade e/ou raça. Isso aconteceu, já que:

os ambientes digitais eram ainda informacionalmente escassos, com poucas modalidades de comunicação, focando sobretudo em textualidade; b) pesquisadores advindos de populações minorizadas nos países de diáspora africana ainda eram poucos e ignorados; c) a pretensão de neutralidade das plataformas e mídias, advindas de um tecnoliberalismo em consolidação, já se fazia vigente (Silva, 2022, p. 18).

A falta de oportunidade e o acesso à tecnologia dificultaram as minorias e a visibilidade de repercussão de certos fatos. Isto é, nem todos (ou todas as organizações) possuem um *smartphone* para transmitir as ações e os eventos para torná-los visíveis a milhares de indivíduos, como os processos sociais. Logo, isso depende do poder e das ferramentas que os sujeitos possuem à sua disposição.

De uma forma profunda e irreversível, podemos abordar que o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno. A obra de Sovik (2011, p. 7) é ancorada nos pensamentos de Stuart Hall, segundo a qual, devemos pensar as relações entre o social e o simbólico, sendo que a definição genética de comportamentos culturais e sociais são constantemente tidas como preconceituosas e estão presentes nos discursos de senso comum da sociedade.

Soares (1998) e Abrahão (2010) argumentam que muitos desses comportamentos são heranças de uma época escravocrata. Consoante, Mamede (2018, p. 31) explica que, após a abolição da escravidão, o Estado e a sociedade não se colocaram ideologicamente e politicamente de modo enfático contra o preconceito racial. Essa suposta neutralidade apenas contribuiu, ainda mais, para elevar o racismo e as desigualdades.

É importante saber diferenciar as questões étnicas raciais e culturais, sendo essas fundamentais para entender os acontecimentos sociais que atingiram a representação do negro. Em resumo, há distinções e várias interpretações entre os termos raça, racismo, preconceito e discriminação.

Silva (2002) salienta que conceito de “raça” é bem amplo, sendo vinculado à biologia. O termo designa um grupo ou uma categoria de indivíduos relacionados a uma origem comum, a características biotipológicas. Para Mamede (2018, p. 31), por sua vez, antes mesmo da biologia, os controladores (brancos) já usavam as distinções para definir as relações de poderio a fim de justificar a hierarquia, desigualdade, se-

gregação, exclusão social, bem como o desequilíbrio socioeconômico (condições de moradia, emprego, saúde, etc.). Assim, percebe-se que a raça se compõe ao redor de poderes sociais, culturais, econômicos e políticos.

Em complemento, Abrahão (2006) diz que raça é compreendida com base nos conceitos sociológicos, históricos e políticos, não sendo espontâneos, nem hereditários e seja justificado ou não por princípios biológicos. Ela "se materializa através da socialização dos membros de determinada sociedade, cuja história remete à colonização dos povos, urdida sob a égide escravocrata" (p. 3). Isto posto, o legado da escravidão trouxe certas práticas sociais que distinguem brancos e negros.

O "racismo" é uma maneira de controle de uma suposta raça perante a outra, podendo ser um controle imposto ou consentido. É um sistema assimétrico e desigual de apropriação das capacidades de outros, sendo obtidos fundamentadas em ideologias discursivas, políticas educacionais, entre outros (Silva, 2002, p. 25). Com isso, os racistas enxergam conforme a hierarquia de raça, divisão de grupos sociais e características relacionadas à religiosidade e à cultura. Eles ainda estabelecem escalas de valores entre as raças e uma relação intrínseca entre os fatores biológicos e qualidades.

Já os conceitos "preconceito" e "discriminação" são entendidos como racialismo (Silva, 2002). É compreendido como as ideologias que buscam expor o desempenho intelectual, esportivo, social, etc., do sujeito, pelos aspectos de que existem raças e que elas são o motivo das distinções. Na maioria das vezes, é proferida de maneira inconsciente. Os sujeitos ratificam ao reproduzir o racismo por meio de frases, comentários, piadas, ironias, ditados populares, apelidos, brincadeiras tradicionais e/ou músicas populares que apresentam marcas fenotípicas reconstruindo, assim, o racismo.

Mamede (2018) acentua que a discriminação e o preconceito racial se originam nos resíduos de teorias raciais; e o imaginário racial é produzido historicamente diante da pigmentação da pele, dos traços na face, dos cabelos crespos e dos costumes. Por fim, ele evidencia que todos esses tipos de manifestações se resumem ao racismo. Veja:

Não precisamos fazer a dicotomia raça x etnia, racismo x diferença cultural. O racismo focado em estereótipos provenientes do fenótipo de um grupo e o preconceito em relação às culturas e religiões diversas das dominantes são [...] faces de um mesmo processo excludente. É tudo racismo (Mamede, 2018, p. 36).

Tais repúdios relacionados à cor da pele são vistos em todos os âmbitos da sociedade, seja de forma notória ou mais sutil, o chamado racismo estrutural. Trata-se de um preconceito racial tido como velado, em que ações e falas acompanham o espaço e o tempo dos sujeitos sem perceberem que determinado termo é desrespeitoso e equivocado.

De acordo com Mamede (2018), o racismo estrutural coloca o negro em uma categoria de inferioridade, sem valor, não-cidadão e com risco de morte. Afinal, para os dominadores (brancos), o tom da pele e os traços físicos parecem ser mais importan-

tes do que a capacidade, o caráter e as qualidades (morais, psicológicas, intelectuais e culturais).

Levando em consideração as perspectivas conceituais, podemos dizer, também, que existe uma discriminação institucional que é definida por uma junção de atos racistas no cenário organizacional e/ou comunitário e, mesmo que não exista um propósito de segregação, possui impacto diferencial e negativo em integrantes de um grupo específico. Assim sendo, Dumas (2022, p. 12) aborda o racismo como um sistema tridimensional. O primeiro é o racismo institucional, aquele baseado por normas e, muitas vezes, legalizado. É entendido pela inatividade e pelo acesso distinto aos recursos e às informações de infraestrutura organizacional por meios políticos, como representação, voto ou na própria mídia.

O segundo recebe o nome de racismo mediado pessoalmente. É o preconceito perante as habilidades, intenções e razões por conta da raça do sujeito; e/ou a discriminação, que é a diferença de tratamento devido à raça do sujeito. Ambos podem ser ou não intencionais, sendo considerado falta de respeito e desumanização. Por último, tem-se o racismo internalizado, que é tido como a descrença em si e em seus iguais por raça, como aceitar limitações em seu valor e nas suas habilidades. Isso demonstra autodesvalorização, desamparo, desesperança e resignificação.

A partir dessas características, podemos encontrar esses tipos de racismo para além do presencial, ou seja, nas interações on-lines também. Este engloba as atividades contemporâneas nas interfaces virtuais como se fosse uma terra sem lei, na qual são disseminados discursos violentos a seus usuários.

Pensar e discutir tecnologias digitais, como plataformas, mídias sociais e algoritmos, exige que se vá além da linguagem textual. Se há décadas as manifestações coordenadas ou espontâneas de racismo explícito na internet são uma constante e permanecem se intensificando de forma virulenta, nos últimos anos a abundância de sistemas algorítmicos que reproduzem e normalizam as agressões apresentam uma nova faceta pervasiva da ordenação de dados e representações racializadas online (Silva, 2022, p. 26).

O racismo proliferado no digital (plataformas e redes sociais) pode ser manifestado em forma de microagressões, termo apresentado por Silva (2022). Tal conceito ajuda a compreender desde o racismo verbal até o racismo algorítmico.

São ofensas verbais, comportamentais e ambientais comuns, sejam intencionais ou não intencionais, que comunicam desrespeito e insultos hostis, depreciativos ou negativos contra minorias vulnerabilizadas, como pessoas racializadas, mulheres, migrantes, entre outros – assim como as interseções dessas variáveis (Silva, 2022, p. 27).

Ressalta-se que o autor utiliza o termo “micro” para se referir à pervasividade e ao ato de que a ofensa recai em um grau individual, local ou em casos privados ou limitados, que possibilita certo nível de anonimato vindo do transgressor.

Contudo, vemos que, em uma sociedade midiaticizada, o racismo está disfarçado em práticas cotidianas como liberdade de expressão, humor, brincadeira, padrões de beleza, entre outros, ou seja, é uma infinidade de microagressões que reduzem, excluem, ofendem, maltratam, subjugam à violência a comunidade negra em amplos espaços. Como exemplo, temos a presença do preconceito racial no universo esportivo que perpassa o tempo e os continentes, seja em gramados, quadras e pistas (Huber *et al.*, 2006, p. 69). Para este estudo, o recorte da temática é no gramado/campo, mais especificamente no mundo futebolístico.

## A migração de futebolistas para a Europa: xenofobia e racismo

O Brasil é reconhecido no mundo como o país do futebol, tendo seus futebolistas o estilo chamado "futebol-arte". Esse domínio no esporte da bola fez com que esses brasileiros fossem valorizados no mercado. Assim, na década de 1930, iniciou-se a migração de jogadores do País para o exterior, mais precisamente para a Europa. Porém, até a década de 1970, jogar no exterior não era bem visto por jornalistas, dirigentes e torcedores brasileiros, fazendo com que as agremiações internacionais não ajudassem na liberação de seus atletas selecionados. Outro obstáculo eram as restrições profissionais e legais aos jogadores estrangeiros (Tonini, 2013).

Apesar da visão negativa nas décadas passadas, foram nos anos 1980 que isso começou a mudar. Nesse período, ocorreu a desvalorização da moeda e a recessão econômica no Brasil. Então, a demanda por futebolistas brasileiros para o continente europeu passou a ter novos olhares. As ofertas de altos salários de clubes estrangeiros dificultaram bastante a concorrência, porque os clubes brasileiros passavam por graves problemas financeiros, tendo como consequência a exportação de craques. Em 1987, a migração desses atletas acelerou e não apenas jogadores de renome se dirigiram para a Europa, como também os promissores.

Em resumo, três pontos importantes devem ser considerados em relação a migração:

- 1) Financeiro: o mercado futebolístico movimenta milhões de dólares mundialmente, o que representa relevante fonte de renda para os clubes do Brasil;
- 2) Mídia: por ser um esporte popular, o futebol recebe grande espaço na mídia (torneios, clubes e jogadores);
- 3) Simbolismo: sonho de ser jogador, ganho de dinheiro, sustento familiar, além de buscar fazer a vida no exterior.

A chegada de milhares de cidadãos à Europa gerou diversas reações nas comunidades daquele continente. Parte da população adotou um discurso nacionalista e, por diversas ocasiões, passou a reagir de forma violenta, seja simbólico ou não, como nos

estádios de futebol. É frequente observar que torcedores locais utilizam esse ambiente para demonstrar suas insatisfações, principalmente com jogadores da África e América do Sul.

Nesse sentido, o futebol, ao invés de ser um espaço exemplar de democracia racial, crença esta compartilhada por pessoas comuns e até mesmo intelectuais brasileiros, coloca-se como um local público singular para a disseminação e a prática do racismo. É recorrente o imaginário social de que o futebol se constitui um espaço (dentro do estádio) – tempo (durante noventa minutos) desassociado das leis de uma sociedade, o que se expressa em falas como “o futebol tem regras próprias” ou “dentro das quatro linhas, isso é permitido”. Além de se mostrar como uma das poucas instituições sociais que dá vazão e visibilidade a essas pulsões de grupos intolerantes na contemporaneidade, as suas entidades pouco fazem para combater e oferecem baixíssima punição aos agressores (Tonini, 2013, p. 9).

Segundo Tonini (2013, p. 9), as atitudes ofensivas estão aumentando conforme o passar do tempo, ocorrendo desde a entrada de jogadores vindos de outros continentes em 1970, mas se intensificaram a partir da década de 1980. O autor ainda faz um importante paralelo: os dirigentes veem uma obra barata desses continentes periféricos, e parte dos torcedores europeus reagem de modo agressivo a essa deliberação do mercado mundial, que usa cada vez mais do racismo e da xenofobia ao reconhecerem modificações na identidade social do clube e da sua nação.

Não obstante, o que vemos na Europa é um retrato do processo histórico em curso. Um campo simbólico de disputas capaz de canalizar tensões e identidades, reproduzir dilemas e valores sociais. Assim, é evidente o preconceito, como racismo e xenofobia, no futebol europeu, mesmo com milhares de imigrantes e atletas que residem e/ou turizam por lá.

## Atos racistas no futebol

O futebol é um esporte que favorece diversas visões de mundo. É tomado como ponto inicial para a construção de representações sociais, visto que ele é, de fato, uma linguagem repleta de relação, emoção, entretenimento, devoção, animação e paixão, por consequência, também traz alienação como qualquer outra atividade que envolva sentimentos e sensações humanas.

Mamede (2018, p. 22) explica que o futebol é um fenômeno sociocultural típico da cultura e da sociedade, podendo ser estudado no meio sociológico, histórico, antropológico, entre outras ideologias. Logo, o espaço futebolístico não pode ser visualizado de modo distante dos indivíduos e de suas formações.

Já Soares (1998, p. 143) revela que o futebol faz parte de um sistema civilizatório, trazendo um equilíbrio à cultura, bem como criar novos rumos para o mestiço e o negro aproveitarem as oportunidades de crescimento social. Porém, se, com o tempo, o futebol passou a ser visto como um espaço progressista no que se refere à inclusão de

pretos, mestiços e brancos, percebe-se que esse mesmo espaço ainda guarda fortes indícios dos preconceitos raciais enraizados em um período escravista (Abrahão, 2010, p. 8). Daí vem o choque da inclusão com a exclusão.

Nos campeonatos sul-americanos, já foram relatados e flagrados atos discriminatórios. No Brasil, por exemplo, temos o caso do ex-goleiro do Santos, o Aranha<sup>3</sup>. O jogador foi xingado de “macaco” na partida contra o Grêmio, em agosto de 2014. Após o jogo, os times e jogadores se solidarizaram com o atleta, e o Ministério Público abriu investigação sobre o fato. O árbitro da partida não fez registro da situação na súmula; porém, depois solicitou ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) para fazer um aditamento.

Ainda no território brasileiro, mais precisamente em agosto de 2017<sup>4</sup>, aconteceu mais um caso racista. Dessa vez, envolvendo a família do jogador Vini Jr. Na época, o atleta atuava pelo Flamengo, e, em uma partida contra o Botafogo, seus parentes sofreram insultos racistas no decorrer do jogo.

Já na Europa, onde há países desenvolvidos e com processos sociais e culturais distintos das colônias, também é incisiva e constante as ações de preconceito racial. Um exemplo ocorreu no campeonato espanhol, contra o jogador do Barcelona, Samuel Eto’o. O camaronês foi vítima de insultos em uma partida do seu time contra o Zaragoza, em fevereiro de 2006. Por conta das atitudes racistas dos torcedores adversários, o craque ameaçou abandonar o campo, mas foi convencido pelos atletas a continuar atuando. Após o ato, o jogador pediu punições mais severas às autoridades.

Parece que o desabafo de Eto’o surtiu efeito. Depois do caso, o governo espanhol esboçou uma lei para ajudar a combater o racismo no esporte. A medida ameaça com multas maiores, subtração de pontos e até rebaixamento para times de futebol em casos graves de manifestação de preconceito (Huber *et al.*, 2006, p. 69).

Outro momento de caso racista ocorreu com o brasileiro Daniel Alves no jogo entre Barcelona e Villarreal, em abril de 2014. Na partida do torneio espanhol, torcedores arremessaram bananas na direção do lateral e, como resposta, o jogador ironizou comendo-a. Outra situação com Alves aconteceu no jogo entre Espanyol e Barcelona, em que, além de arremessos de bananas, foram escutados gritos de “macaco”.

Esses e outros casos foram perceptíveis graças ao desenvolvimento tecnológico, que ajudou nos flagrantes de casos preconceituosos e discriminatórios. E, não é apenas dentro de campo, mas na Internet, mais precisamente nas redes sociais digitais, há divulgações de situações de discriminação racial vindos de todas as partes. Nas exibições de imagens e vídeos, é possível escutar ofensas, denúncias de vítimas ou testemunhas, ver agressões, etc. Entretanto, em muitas ocasiões, o agressor ou não é identificado, ou dificilmente há registros na súmula do jogo, ou não há registro de boletim de ocorrência.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/23/casos-de-preconceito-contra-atletas-cresceram-40percent-nos-estadios-brasileiros-em-2022.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2023.

4 Decker (2017). Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/botafogo/botafogo-condena-racismo-contra-familia-de-vini-cius-jr-do-fla-que-justica-seja-feita-21715881.html>. Acesso em: 9 set. 2023.

As vítimas são diversas: desde jogadores e jogadoras, passando por treinadores, membros da comissão técnica, funcionários dos estádios e torcedores. Igualmente é variada a origem dos algozes. Também são torcedores, jogadores, dirigentes e até integrantes da imprensa.<sup>5</sup>

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, parece que os jogadores entenderam que atitudes racistas não podem ser equiparadas com as cobranças esportivas normais. De acordo com a pesquisa realizada pelo Observatório da Discriminação Racial do Futebol<sup>6</sup>, o Brasil teve uma elevação no número de casos de racismo. Em 2020, foram confirmados 31 casos de racismo no futebol brasileiro; em 2021, houve 64 ocorrências; e, em 2022, foram registrados 90.

Esse aumento aconteceu porque os atletas passaram a ter consciência de que tais ofensas não podem ocorrer de maneira nenhuma por ferir a dignidade humana da maioria da população negra. Com isso, mudanças transcorreram (e ainda estão acontecendo) a fim de buscar punir quem comete tais atos, tornando-se crime em alguns países.

## No campo e nas telas: os casos racistas contra Vini Jr.

De origem periférica, o jogador de futebol brasileiro Vinícius Júnior, de apenas 24 anos, está no auge de sua carreira e, recentemente, tornou-se o símbolo de uma luta mundial: o racismo. O futebolista vem sofrendo diversos ataques dentro e fora de campo por conta da sua raça. Foram, ao menos, 21 casos de racismo e ódio, desde 2021, na Europa. Insultos vindos das arquibancadas dos estádios europeus (“macaco”, “negro de merda” e “morra”) e atitudes ofensivas e criminosas (imitações de macacos e um boneco enforcado simulando o jogador) foram dirigidas ao brasileiro.

Mesmo diante de tais acontecimentos, o que tivemos foi a comunidade futebolística ignorando a responsabilidade necessária do debate, a negligência e cumplicidade, a inexistência de punições e o silenciamento das autoridades. Devido a tais barbaridades e violação da dignidade humana, os últimos fatos no continente europeu tomaram proporções em todo o Mundo, ultrapassando as esferas esportivas e ganhando contornos diplomáticos. Vale ressaltar que esses tipos de ataques a jogadores negros não são novidades ou algum caso isolado, como vimos na seção anterior.

Para ilustrar melhor, elaboramos uma tabela com todos os casos racistas que aconteceram, até então, contra o jogador na Europa:

5 Disponível em: <https://ge.globo.com/rj/futebol/noticia/2022/08/24/casos-de-racismo-no-futebol-brasileiro-em-2022-igualam-numero-de-todo-o-ano-passado.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2023.

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/23/casos-de-preconceito-contra-atletas-cresceram-40percent-nos-estadios-brasileiros-em-2022.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2023.

Quadro 1 – Casos de racismo contra Vinícius Jr. na Europa

Quando?	O que aconteceu?
Barcelona x Real Madrid (24 de outubro de 2021)	Torcedores do time do Barcelona chamam Vinícius Júnior de “macaco” nas arquibancadas.
Mallorca x Real Madrid (14 de março de 2022)	Torcedores imitam sons de macacos para se referir ao jogador.
Atlético de Madrid x Real Madrid (18 de setembro de 2022)	Na semana deste jogo, um empresário de um programa da TV espanhola foi centro de comentários racistas. Na data da partida, torcedores do Atlético de Madrid cantavam: “Eres un mono, Vinícius eres un mono”.
Valladolid x Real Madrid (30 de dezembro de 2022)	Gritos de “negro de merda” foram dirigidos ao brasileiro.
Pré - Real Madrid x Atlético de Madrid (26 de janeiro de 2023)	Torcedores do Atlético de Madrid simulam o enforcamento de um boneco com a camisa de Vini Jr. O boneco foi pendurado em uma ponte próxima ao centro de treinamento do Real Madrid.
Mallorca x Real Madrid (5 de fevereiro de 2023)	Um torcedor gritou das arquibancadas do estádio: “Vinícius, macaco. Você é um puta macaco”.
Osasuna x Real Madrid (18 de fevereiro de 2023)	O jogador escutou insultos racistas e de ódio vindos das arquibancadas.
Betis x Real Madrid (5 de março de 2023)	O brasileiro novamente é chamado de “macaco” nas arquibancadas do estádio.
Barcelona x Real Madrid (19 de março de 2023)	Gritos de “macaco” e “morra, Vinícius” são escutados das arquibancadas do estádio.
Valencia x Real Madrid - fora do estádio (21 de maio de 2023)	Cânticos racistas ocorridos fora do estádio aparecem em vídeos fornecidos pela Promotora.
Valencia x Real Madrid - dentro do estádio (21 de maio de 2023)	O jogador foi hostilizado, xingado e recebeu insultos racistas (“macaco”) vindos dos torcedores do Valencia.
Mallorca x Real Madrid (25 de maio de 2023)	Exibição de faixa racista contra Vinícius Jr. nas proximidades do estádio em Palma de Mallorca.
Sevilla x Real Madrid (21 de outubro de 2023)	Denúncia feita pela LaLiga ao Promotor de Sevilla. Além da identificação do torcedor, o time o expulsou como sócio.
Barcelona x Real Madrid (30 de outubro de 2023)	Atos racistas são dirigidos ao jogador brasileiro.

Post racista (12 de janeiro de 2024)	Um usuário da rede social X publicou na rede uma imagem do atleta Vini Jr. simulando um enforcamento, com a boca entreaberta, os olhos ensanguentados e o dizer "Ódio eterno, maldita Madrid". Na legenda, estava escrito "Sem piedade".
Atlético de Madrid x Real Madrid (18 de janeiro de 2024)	Insultos racistas são direcionados ao jogador brasileiro nas proximidades do estádio Civitas Metropolitano antes da partida.
Post de cunho racista (24 de janeiro de 2024)	Usuário da rede social X fez uma postagem com um vídeo de um macaco vestindo o uniforme do Real Madrid e a seguinte legenda: "Ancelotti tem que levar Vinícius para o vestiário, o cara perdeu completamente o controle e está fora de si".
Getafe x Real Madrid (6 de fevereiro de 2024)	Insultos racistas são feitos ao atleta na chegada do ônibus do Real Madrid ao estádio Coliseum Alfonso Pérez.
Rayo Vallecano x Real Madrid (18 de fevereiro de 2024)	Insultos e gestos realizados por um torcedor foram registrados por câmeras de TV.
Valencia x Real Madrid (2 de março de 2024)	Gritos racistas de um menor de idade são direcionados a Vini Jr.
Atlético de Madrid x Inter de Milão (13 de março de 2024)	Cânticos racistas contra o jogador são proferidos nas proximidades do Estádio Civitas Metropolitano. O caso ocorreu durante a preparação para a partida da Champions.

Fonte: Elaboração própria com base nos sites UOL<sup>7</sup> e GE<sup>8</sup>

A partir da lista acima, vemos diversos momentos em que as manifestações criminosas não cessaram e o jogador continua sendo desrespeitado. Segundo Silva e Paula (2020, p. 3), "o racismo no futebol vem sendo naturalizado, justamente pela falta de políticas eficientes contra o preconceito racial dentro do esporte". Logo, notamos que ainda há a ideia de que no futebol se pode tudo e que a hostilidade e o preconceito racial "fazem parte da partida", avistando o racismo como algo aceitável.

Em conformidade com tal hábito racista dentro das quatro linhas, Abrahão (2006, p. 7) relata que, nas partidas esportivas, há uma condensação de sentimentos, pensamentos e emoções que seriam censurados pelo receio de represálias legais e sociais. Essas subjetividades são explanadas com maior naturalidade, são dialogadas com menor constrangimento e a sua justificativa recai sobre o "calor do momento" ou estratégias para desestabilizar emocionalmente determinado atleta e, assim, tirar proveito da situação.

7 Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/05/22/vini-junior-foi-vitima-de-dez-casos-de-racismo-e-odio-desde-2021.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

8 Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2024/06/10/laliga-atualiza-situacao-de-21-casos-de-racismo-contra-vini-jr-veja-outros.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2024.

No quadro anterior, também podemos perceber que, em setembro de 2022, aconteceu um comentário maldoso no mundo esportivo que causou indignação. No programa *El Chiringuito*, o mais assistido da Espanha, o presidente da Associação Espanhola de Empresários de Jogadores, Pedro Bravo, falou que o atacante Vini Jr. deveria parar de “fazer macaquice” e ir ao “sambódromo do Brasil”, caso queira “dançar”. A declaração se referia às comemorações que o atleta fazia após os gols que marcava pelo Real Madrid.

A declaração de Bravo começou a circular na rede X no fim da noite do dia 15 de setembro de 2022 (quinta-feira). Já nas primeiras horas da manhã de sexta-feira (16), a hashtag #BailaViniJr passou a liderar os *trending topics* da rede social, ocupando o primeiro lugar entre 7 horas e 11 horas, e voltando ao topo entre 15 horas e 19 horas. No sábado (17), foi líder em impacto na plataforma entre 4 horas e 11 horas. A soma de publicações e compartilhamentos da # ultrapassou a marca de 467 mil às 11 horas.

A hashtag #BailaViniJr foi impulsionada em massa por celebridades e pessoas anônimas em forma de apoio. Jogadores, ex-jogadores, personalidades, entidades e perfis nas redes sociais prestaram amparo diante de tal barbárie. O pico de postagem em solidariedade ao atleta ocorreu por volta das 19 horas (de Brasília) no dia seguinte ao acontecimento, quando Vini Jr. publicou um vídeo se pronunciando sobre o fato.

**Figura 1 – Solidariedade de Pelé**



Fonte: Perfil pessoal do ex-jogador na rede X

Figura 2 - Apoio de Neymar



Fonte: Perfil pessoal do jogador na rede X

Figura 3 - Galvão Bueno apoia o brasileiro



Fonte: Perfil pessoal do narrador na rede X

Figura 4 - CBF (Confederação Brasileira de Futebol) se pronuncia



Fonte: Perfil da organização na rede X

Ao todo, foram mais de quatro milhões de interações sobre o assunto nas redes sociais entre os três primeiros dias após o ocorrido, tendo grande destaque para #BailaViniJr. “A marca considera interações no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*. Os números são da Vox Radar, *software* especializado na análise das redes sociais, encomendados pela startup de comunicação corporativa o Pauteiro”<sup>9</sup>.

Horas depois da disseminação do trecho, Pedro Bravo postou na sua rede X um pedido de desculpas e disse que a sua intenção não era ofender o atacante brasileiro. Veja a seguir:

**Figura 5 - Postagem de desculpas de Pedro Bravo**



Fonte: Perfil pessoal do presidente da associação na rede X

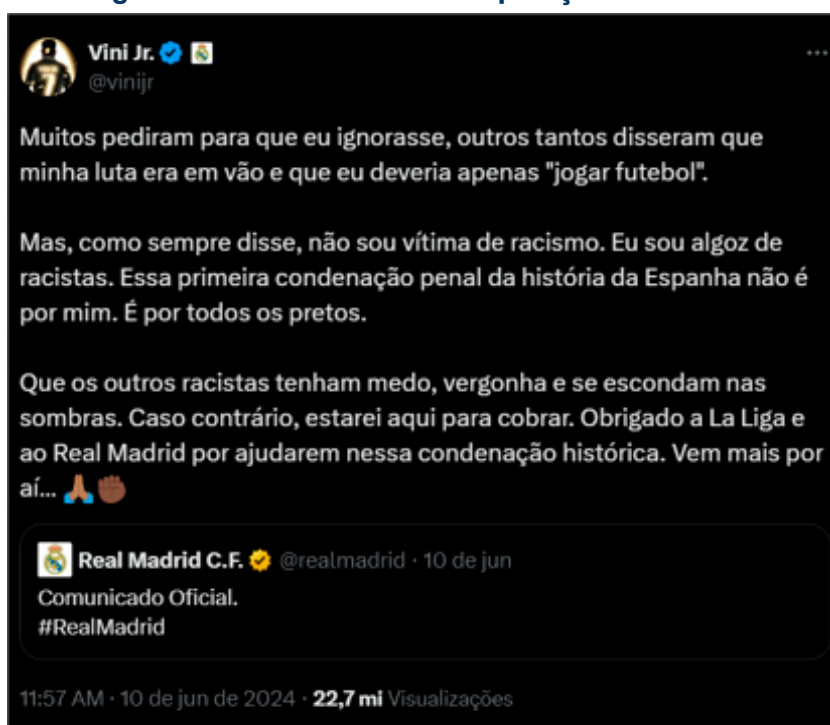
Assim, observamos que, após as repercussões negativas, muitos tentam minimizar as expressões e atitudes dizendo que é apenas brincadeira ou que o intuito não era de agredir. Todavia, quando alguém é chamado de “macaco”, o agressor está buscando diminuí-lo à categoria de animalidade. Com isso, percebe-se que o preconceito racial que acontece dentro das quatro linhas reverbera, de modo simultâneo, nas plataformas, como a rede X, e na mídia.

Após os frequentes posicionamentos e insatisfações do craque Vinícius Jr., seja nos estádios, nos meios e/ou nas autoridades competentes, pela primeira vez na história do futebol espanhol, houve punição diante de casos racistas. No dia 10 de junho de 2024, a LaLiga (Campeonato Nacional de Liga de Primera División), entidade que organiza o campeonato espanhol de futebol, condenou a oito meses de prisão três torcedores do time do Valencia por ataques preconceituosos dirigidos ao jogador – fatos esses ocorridos em maio de 2023 (mais detalhes do acontecimento no quadro anterior). Eles ainda tiveram que pagar multas e estão proibidos de entrar em qualquer estádio futebolístico durante dois anos.

Os torcedores foram condenados por crime contra a integridade moral com agravante de discriminação por motivos racistas e, durante a audiência, tiveram que ler uma carta em que pedem perdão ao craque. O atleta brasileiro celebrou as punições e deixou um recado em sua rede social digital (rede X). Confira a seguir:

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/times/real-madrid/bailavinijr-onda-de-apoio-a-vinicius-junior-toma-conta-das-redes-sociais/>. Acesso em: 7 set. 2023.

Figura 6 - Vini Jr. comemora a punição de racistas



Fonte: Perfil pessoal do atleta na rede X

Haja vista, percebemos que, até a construção deste artigo, os outros atos racistas sofridos pelo atleta ainda estão em aberto e não há garantias e nem a história é predeterminada. Porém, acredita-se que, diante da primeira sentença desse tipo ser emitida pela Justiça da Espanha, há chances de os criminosos serem punidos e que casos como esses sejam minimizados ou não aconteçam mais. Por fim, essa decisão das autoridades passa uma mensagem séria no combate ao racismo no país e para quem vai aos estádios para destilar ódio e insultos, pois, agora, pode acarretar em consequências criminais.

## Conclusão

O cotidiano atual engloba as interações presenciais e digitais, sendo um conjunto complexo que vai muito além do imediato e do empírico. Ele é ancorado por razões práticas e simbólicas, sendo transitórias, históricas e culturalmente instauradas. Além do físico, a Internet e suas redes sociais também se tornaram terra de pessoas alienadas, visto que indivíduos disseminam ódio diariamente até mesmo no âmbito dos meios de comunicação. É o caso, por exemplo, do racismo que está impregnado na sociedade.

O cidadão negro enfrenta, ao longo das décadas, dificuldades para garantir igualdade, direitos, implantação e afirmação de suas subjetividades sem uma conotação pejorativa. Existem diversos pontos que acarretam tais obstáculos, sendo eles relacionados à construção histórica da sociedade em que os aspectos ideológicos e culturais “rebaixam” o negro. Essa dificuldade se compõe num sistema de reações es-

tereotipadas que, de certa forma, está integrado e que são inseridos de variadas maneiras na vida. Assim, não é necessário ter contato com o afrodescendente, basta a absorção das opiniões existentes sobre ele.

À vista disso, nem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, nem o combate a atos racistas foram suficientes para impedirem ações e atitudes preconceituosas entre os sujeitos. As práticas racistas se prolongam em diversos âmbitos da sociedade e, ainda, presenciamos casos hostis nos quatro cantos do mundo em variadas facetas, que podem ter muitas consequências sobre a vida do indivíduo.

Para buscar superar o racismo e qualquer outro tipo de preconceito racial, não é uma tarefa simples. São muitos fatores que devem levar em consideração, como a educação e a mídia, de modo geral. No futebol, assistimos frequentemente apenas questões normativas que barram esse tipo de agressão ou percebemos alguns agressores sendo direcionados à delegacia, mas, em poucas horas ou dias, são postos em liberdade. Logo, há falta de investigação e punição rígida para quem tem esse tipo de conduta preconceituosa. Por isso, raramente as pessoas são condenadas por atitudes racistas.

Todavia, ao que parece, diante da primeira penalização criminal, na Espanha, contra três torcedores do Valencia, acredita-se que esse é o primeiro aviso de que mudanças estão ocorrendo e que a identificação, a denúncia e a punição poderão acontecer nos próximos ataques racistas contra a população negra.

Diante disso, é necessário que todos da instituição estejam aptos a debater sobre o preconceito racial. Também é fundamental haver um plano de intervenção mais exigente dentro da organização futebolística para o combate do racismo. Para isso, as autoridades devem refletir nos códigos de conduta; nos princípios, nas missões e nos valores da corporação; e no posicionamento da instituição de forma interna e externa.

Nesse contexto, o que mais encontramos são notas de repúdio e/ou punições vindas dos clubes e aos clubes. Agora, o que falta são as instituições máximas, as que coordenam o futebol mundial e os direitos humanos, posicionarem-se rigorosamente diante de tais crimes, pois medidas devem ser inseridas para evitar novos acontecimentos que reduzem determinada raça (negra).

## Referências

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. **O preconceito de marca e a ambiguidade do racismo à brasileira no futebol**. 2010. 399f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2010.

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. **Uma leitura do “racismo à brasileira” a partir do futebol**. 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2006.

#BAILAVINIJR.: onda de apoio a Vinícius Júnior toma conta das redes sociais. **Gazeta Esportiva**, 18 set. 2022. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/times/real-madrid/bailavinijr-onda-de-apoio-a-vinicius-junior-toma-conta-das-redes-sociais/>. Acesso em: 7 set. 2023.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASOS de preconceito contra atletas cresceram 40% nos estádios brasileiros em 2022. **Bom Dia Brasil**, 23 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/23/casos-de-preconceito-contr-atletas-cresceram-40percent-nos-estadios-brasileiros-em-2022.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2023.

DECKER, Augusto. Botafogo condena racismo contra família de Vinícius Jr., do Fla: 'que a justiça seja feita' **Extra**, Globo, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/botafogo/botafogo-condena-racismo-contr-familia-de-vinius-jr-do-fla-que-justica-seja-feita-21715881.html>. Acesso em: 9 set. 2023.

DUMAS, Maria Teresa Barbosa. **Racismo e futebol: o preconceito com negros na modalidade masculina e as medidas de combate**. 2022. 34f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2022.

FERNANDEZ, Martín; ZARKO, Raphael; LINCOLN JR., Ronald. Casos de racismo no futebol brasileiro em 2022 igualam número de todo o ano passado. **GE**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/rj/futebol/noticia/2022/08/24/casos-de-racismo-no-futebol-brasileiro-em-2022-igualam-numero-de-todo-o-ano-passado.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2023.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HUBER, Frederico; ALENCAR, Ricardo; COUTINHO, Thales; FAUSTINI, Vinícius. Racismo no futebol. **Eclética**. 2006. p. 68-70.

LALIGA atualiza situação de 21 casos de racismo contra Vini Jr.; veja outros. **GE**, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2024/06/10/laliga-atualiza-situacao-de-21-casos-de-racismo-contr-vini-jr-veja-outras.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MAMEDE, Rodrigo Neres da Silva. **Negro no campo, branco no comando: técnicos negros de futebol e questões raciais**. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. **Futebol, linguagem e mídia: entrada, ascensão e consolidação dos negros e mestiços no futebol brasileiro**. 2002. 129f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Fábio Henrique Alves da; PAULA, Paula Ângela de Figueiredo e. Os impactos do racismo na subjetividade do jogador de futebol negro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, (n.spe), e230122, p. 1-12, 2020.

SILVA, Tarcízio. Discursos racistas na web e nas mídias sociais. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Racismo algoritmo: inteligência artificial e discriminação nas redes sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022. (Democracia Digital).

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. **Futebol, Raça e Nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial**. 1998. 336f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

SOVIK, Liv. Pensando com Stuart Hall. In: GOMES, Itania Maria; JANOTTI JUNIOR, Jelder (Orgs.). **Comunicação e Estudos Culturais**. Salvador: Edufba, 2011. p. 49-62.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TONINI, Marcel Diego. “Ahhh, no estrangeiro, você é sempre estrangeiro”: reflexões sobre a e/imigração de futebolistas brasileiros e o racismo no futebol europeu a partir de uma entrevista com o ex-atleta Paulo Sérgio. **Esporte e Sociedade**, ano 8, n. 21, 2013.

VINÍCIUS Junior foi vítima de 10 casos de racismo e ódio desde 2021. **UOL**, 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/05/22/vinicius-junior-foi-vitima-de-dez-casos-de-racismo-e-odio-desde-2021.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Recebido em: 26 abr. 2024  
Aprovado em: 24 jun. 2024

## ENTRE MEDALHAS E INVISIBILIDADE: A DISCRETA COBERTURA DO JUDÔ FEITA PELO SITE DO GLOBO ESPORTE

### BETWEEN MEDALS AND INVISIBILITY: THE DISCREET JUDO COVERAGE BY GLOBO ESPORTE'S WEBSITE

Eduardo Ritter <sup>1</sup>

#### Resumo

Desde que foi ao ar pela primeira vez em 1978, o programa Globo Esporte se tornou um dos mais populares do Brasil. O sucesso na TV levou à criação do site do programa esportivo, em 2005, com o intuito de realizar a cobertura do cenário esportivo brasileiro para além da limitação temporal da televisão. Todavia, o que se percebe é uma sobre-representação do futebol em detrimento de outras modalidades. Uma delas é o judô, esporte que mais conquistou medalhas olímpicas para o Brasil na história. Neste artigo, valendo-se da Análise de Conteúdo, foram analisadas as escassas matérias publicadas sobre o esporte no mês de março de 2024, mesmo ano em que ocorre as Olimpíadas de Paris. Foram identificados apenas nove textos publicados no site sobre judô, sendo que a maioria são coberturas de conquistas de medalhas brasileiras em competições internacionais, sem um acompanhamento sistemático do esporte.

#### Palavras-chave

jornalismo esportivo; judô; *Globo Esporte*; outros esportes; análise de conteúdo.

#### Abstract

Since it first aired in 1978, the program Globo Esporte has become one of the most popular in Brazil. Its success on TV led to the creation of the sports program's website in 2005 with the aim of covering the Brazilian sports scene beyond the time constraints of television. However, what is noticeable is an over-representation of football at the expense of other sports. One such sport is judo, which has won more Olympic medals for Brazil than any other in history. In this article, using Content Analysis, the few articles published about the sport in March 2024, the same year the Paris Olympics are held, were analyzed. Only nine texts published on the website about judo were identified, most of which are coverage of Brazilian achievements in international competitions, without systematic follow-up of the sport.

#### Keywords

sports journalism; judo; *Globo Esporte*; other sports; content analysis.

<sup>1</sup> Professor do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio doutoral na New York University (NYU). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0135-561X> Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/9598143708104571>.

## Introdução

Conforme dados do site oficial do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), até as Olimpíadas de Tóquio, disputadas em 2021, o Brasil conquistou 150 medalhas, sendo 37 de ouro, 42 de prata e 71 de bronze. A modalidade esportiva que mais trouxe medalhas para o País foi o judô, com 24, seguido por: vela (19), atletismo (19), natação (15), vôlei de praia (13) e vôlei de quadra (11). No mundo ocidental, o reconhecimento da popularidade do esporte criado em 1860 pelo educador japonês Jigoro Kano (1860-1938) acontece inicialmente nas Olimpíadas de Tóquio de 1964, quando o judô é incluído como um esporte demonstrativo e, posteriormente, nos Jogos de Munique de 1972, quando medalhas olímpicas da modalidade passam a ser disputadas.

No Brasil, de acordo com a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), são aproximadamente 3.700 instituições de ensino que ofertam a prática do esporte, além de 1.952 clubes federalizados. Ainda segundo a entidade, o número de atletas federados, aptos a disputar competições, fica em torno de 85 mil, além dos praticantes eventuais, que elevam o número para 2,5 milhões de brasileiros.

Diante do histórico e dos números apresentados, surge a questão: como é feita a cobertura do esporte pelos veículos de jornalismo esportivo brasileiros? Esta é uma pergunta ampla, portanto, para encontrar pistas para tal resposta, definiu-se como objeto de pesquisa para este artigo a cobertura feita pelo site do programa de televisão esportivo mais conhecido do Brasil e que pertence ao maior conglomerado midiático do País: o *Globo Esporte*, da *Rede Globo de Televisão*. Para tanto, foram selecionadas postagens que contêm textos e vídeos publicados pelo site no mês de março de 2024 que abordam o tema judô.

Assim, o presente artigo tem como objetivo entender como um esporte com tamanha penetração na sociedade brasileira é representado e discutido pela mídia, além de analisar como é feita a cobertura do judô a partir dos preceitos destacados por autores que trabalham com jornalismo esportivo e jornalismo de maneira geral. A pesquisa se justifica porque o judô não é apenas uma prática esportiva popular no Brasil, mas, também, uma atividade com profundo impacto social, promovendo valores como respeito e superação, especialmente quando praticado pelo público infantojuvenil. Investigar como o judô é abordado pelos principais meios de comunicação esportivos, como o site do *Globo Esporte*, permite uma análise crítica sobre a visibilidade (ou falta dela) desse esporte. Além disso, compreender como o judô é retratado pela mídia pode oferecer olhares valiosos sobre o papel da imprensa na cobertura esportiva para além do futebol.

Para cumprir o objetivo estabelecido, inicialmente, é feita uma contextualização do jornalismo esportivo no Brasil. Posteriormente, são apresentados a metodologia e o objeto de estudo, além das categorias selecionadas com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Por fim, é traçada a análise com as inferências e interpretações dos resultados obtidos. Acredita-se que a pesquisa possa contribuir para os estudos sobre o jornalismo esportivo e a formação de uma imprensa esportiva mais democrática.

## Jornalismo esportivo no Brasil: crítica sobre um olhar unidirecional

Historicamente, no Brasil, o jornalismo esportivo quase sempre esteve relacionado ao futebol. Coelho (2009) comenta que, na década de 1910, o esporte já era abordado pelo jornal *Fanfulha*, de São Paulo. “A *Fanfulha* é até hoje a grande fonte de consulta dos arquivos do Palmeiras sobre as primeiras décadas do futebol brasileiro” (Coelho, 2009, p. 8). No entanto, nos jornais do Rio de Janeiro do início do século XX, o futebol perdia espaço para outros esportes, tais como remo e hipismo. Em um primeiro momento, tanto o público quanto os profissionais da imprensa olharam com desconfiança para o esporte importado da Inglaterra.

“No início do século XX, o principal tema esportivo discutido em jornais e revistas não eram os jogos pelos campos das principais cidades, mas os benefícios ou prejuízos que esse esporte poderia trazer” (Ribeiro, 2007, p. 27). Com o tempo, porém, a situação se inverteu. O futebol passou a dominar o espaço dedicado aos esportes, primeiro nos jornais e revistas, mais tarde no rádio e na TV e, contemporaneamente, nos veículos que trabalham com jornalismo esportivo na internet. Até mesmo os autores que abordam a temática em artigos e livros dedicam poucas páginas para o que geralmente é chamado de *outros esportes*.

Todavia, vale lembrar que conceitualmente o jornalismo esportivo “é uma área dentro do jornalismo especializado que, através das técnicas e métodos de produção jornalística, dão conta do universo do esporte” (Ritter, 2021, p. 281). Assim, as práticas de jornalismo esportivo seguem as prerrogativas técnicas, profissionais e éticas inerentes ao jornalismo enquanto campo profissional.

Dentro do universo da cobertura esportiva, porém, há as suas próprias divisões. “Nas editorias de esporte, geralmente fica bem separada a equipe que se dedica a futebol da que faz outras modalidades” (Coelho, 2009, p. 36). Tal constatação demonstra como os veículos priorizam a cobertura acerca do esporte mais popular do País em detrimento dos demais. O que se questiona neste artigo, entretanto, não é que os outros esportes tenham espaço exatamente igual ao do futebol ou de que os veículos façam uma cobertura que desagrade ao seu público, mas, sim, que a cobertura feita, especialmente na internet, em que há amplo espaço para um acompanhamento mais democrático, a abordagem seja mais intensa e multidirecional.

O que acontece na prática é que, quando um jornalista se especializa em um esporte para além do futebol, ele torna-se destacado para a cobertura poliesportiva de maneira geral. “Com as redações, em geral subdivididas em futebol e área poliesportiva, o jornalista que faz basquete, por exemplo, acaba também fazendo vôlei, atletismo ou boxe, mesmo que goste ou se dedique mais a um desses esportes” (Unzelte, 2009, p. 97).

E como se chegou a essa situação de termos uma sobrerrepresentação do futebol no jornalismo esportivo brasileiro em detrimento das demais modalidades? Ora, como revelam autores como Coelho (2009) e Unzelte (2009), assim como a popularização do futebol fez com que a imprensa olhasse cada vez mais para o esporte no

século passado, a cobertura midiática ajudou a ampliar o interesse dos brasileiros pelo esporte. Pode-se observar esse fenômeno ao lembrarmos os textos de Nelson Rodrigues, que mencionam em suas crônicas das décadas de 1950, 1960 e 1970, reunidas no livro *À sombra das chuteiras imortais* (Rodrigues, 1998), a baixa autoestima da torcida em relação à sua seleção.

Entretanto, o cronista era um defensor do time brasileiro, autodeclarando-se uma exceção por seu otimismo. Para além das crônicas de Nelson Rodrigues, os textos de seu irmão, Mário Filho, também ajudam a mudar a imagem que o brasileiro tinha do seu próprio futebol. “As crônicas de Nelson Rodrigues e Mário Filho tinham vida própria, nem bem podiam ser chamadas de jornalismo” (Coelho, 2009, p. 21).

Os anos se passaram, a imagem que o brasileiro tinha dele mesmo mudou, e veio o tricampeonato mundial em 1970, na Copa do Mundo do México, em meio à ditadura militar e quando o rádio já era um veículo de comunicação consolidado e a televisão começava a se popularizar. Desde então, a imagem do brasileiro mudou, deixando de se autoproclamar o povo mais triste para se considerar o mais feliz do mundo, em parte graças ao sucesso e à popularização do futebol, tudo com a animada cobertura dos jornais e revistas, do rádio e da televisão.

Pois é no País tricampeão do mundo, que tem Pelé e os jogadores mais badalados do Planeta, que, em agosto de 1978, surge o programa *Globo Esporte* (GE), produzido e veiculado pela *Rede Globo*. Rapidamente, o noticiário esportivo se tornou o mais popular do Brasil sobre a temática, ganhando a sua página na internet a partir de 2005. Ao longo de todos esses anos, a seleção brasileira de futebol chegou ao pentacampeonato mundial e importou boa parte de seus craques para o endinheirado futebol europeu.

Contudo, durante esse período, outros esportes também se desenvolveram e cresceram, tanto no número de praticantes, quanto de torcida. O judô, por exemplo, passou a se tornar esporte olímpico e o Brasil logo se tornou uma potência nessa modalidade. Muitos esportes também tiveram um crescimento significativo no País, como o basquete, o vôlei, o atletismo, a canoagem, entre outros; porém, as coberturas de tais segmentos nunca conquistaram minimamente o mesmo espaço dado ao futebol. A exceção, talvez, sejam os anos em que são disputados os jogos olímpicos de verão.

Entrementes, atualmente, o site do *GE* define o programa como:

O ‘Globo Esporte’ tem a proposta de trazer para perto do telespectador o espetáculo e a emoção do esporte, além de acompanhar o cotidiano e o trabalho de atletas, destacar exemplos de esportistas e treinadores que superam as dificuldades do dia a dia e mostrar projetos que utilizam o esporte como ferramenta de inclusão social. Dentre as diversas matérias do ‘Globo Esporte’, destacam-se as que mostraram os saltos de ginastas brasileiros, a vitória dos pilotos na Fórmula 1; os títulos das seleções de vôlei; os gols e a festa das torcidas nos campeonatos nacionais e estaduais de futebol<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/globo-esporte/noticia/evolucao.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2024.

Ou seja, não há nenhuma explicitação na proposta apresentada pelo programa de priorizar o futebol. Todavia, é o que acontece tanto no programa que vai ao ar na TV aberta pela *Rede Globo*, quanto na cobertura feita pelo site do programa online. De maneira geral, como é abordado adiante, geralmente, os judocas brasileiros ganham destaque na cobertura do *GE* apenas após conquistarem medalhas internacionais.

Além dos motivos já apontados para essa sobrerrepresentação futebolística, a própria formação dos jornalistas esportivos – que, muitas vezes, chegam sedentos para trabalhar com futebol nas redações – pode levar a esse olhar indiferente acerca de outras modalidades. “Mas acho que o mais importante na reportagem é o olho de quem conta a história” (Linhares, 2006, p. 56), comenta o jornalista esportivo André Bicudo Plihal. O problema, contudo, é quando o repórter esportivo passa a ter olhos apenas para um esporte: o futebol.

## Procedimentos metodológicos

Para a realização do artigo, optou-se pela Análise de Conteúdo, de Bardin (2011). Entrementes, vale ressaltar que entendemos os procedimentos metodológicos como um guia aberto para a realização da pesquisa, ou seja, considera-se que “a técnica (a metodologia) é uma forma de desencobrimento. Faz o encoberto vir à tona. Mas o faz conforme o seu padrão” (Silva, 2011, p. 19-20). Não se busca nesta pesquisa, portanto, nenhum tipo de submissão a algum método fechado, pois “quando o pesquisador se submete à metodologia, perde o caminho do descobrimento” (Silva, 2011, p. 20).

Feita essa observação, destaca-se que a Análise de Conteúdo é “um conjunto de instrumentos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2011, p. 15). Herscovitz, por sua vez, compara o trabalho do pesquisador ao de detetives que busca pistas “que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos, e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (Herscovitz, 2008, p. 123).

Bardin (2011) apresenta as três etapas da Análise de Conteúdo, utilizadas nesta pesquisa: a primeira fase, é a pré-análise, que remete a um estágio de organização. Nesse passo, o pesquisador escolhe o material a ser submetido à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, além da elaboração dos indicadores para a interpretação final. A segunda fase é a de exploração do material. “Se as diferentes operações da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 2011, p. 131). Por fim, a terceira prevê o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nessa etapa, os resultados brutos são tratados para serem significados e validados. Para tanto, outro elemento importante é a inferência. Para a autora, o interesse dos resultados está, sim, “no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’” (Bardin, 2011, p. 44). A inferência consiste no processamento de derivação feita a partir dos dados e tidos como verdadeiros.

Assim, primeiro foi escolhido como objeto de análise a página do programa de televisão esportivo *Globo Esporte* na internet. Conforme mencionado, o *GE* é o principal programa de televisão esportivo da TV aberta brasileira e também se tornou uma referência nas produções online. Com as amplas possibilidades oferecidas pela internet, o site apresenta em sua página inicial os principais destaques do dia, geralmente dando ênfase ao futebol. Na opção *menu*, porém, o público pode encontrar outras 28 editorias, que vão desde vôlei, surfe e fórmula 1 até poker e esports (games). O judô, contudo, não tem uma editoria específica.

Para o usuário encontrar o esporte criado por Jigoro Kano como uma maneira de desenvolver o atleta fisicamente, moralmente e espiritualmente (Kano, 2009), ele deve clicar na opção *outros esportes*, que é apenas uma das 28 editorias que aparecem em menu. Entende-se, aqui, que “as editorias se responsabilizam cada uma por determinado assunto, permanente ou transitório [...]. Para cada seção do jornal há uma Editoria, com um responsável por ela e a quem cabe orientar as matérias referentes a determinado assunto” (Erbolado, 1991, p. 227). Em outras palavras, o judô não aparece nem na capa do site, nem nas 28 editorias apresentadas pelo site do *GE*, mas, sim, como uma subeditoria, ou uma subcategoria da opção *outros esportes*.

Encontrando o item *judô* dentro da editoria *outros esportes*, definiu-se o recorte temporal do mês de março de 2024 para a presente análise. A escolha se deu por dois motivos principais, a saber: 1) por ser o mês mais recente no momento em que a análise foi feita; e, 2) o mês de março é marcado pela intensificação das competições esportivas e, no caso do judô, ele se enquadra como esporte olímpico, e, em 2024, são disputadas as Olimpíadas de Paris.

Delimitado o objeto e feito o recorte temporal, partiu-se para a pré-análise, na qual foram identificadas três categorias principais. A definição das categorias foi feita baseada, principalmente, em perspectivas práticas e teóricas do jornalismo e do jornalismo esportivo. Assim, a primeira é a *cobertura de evento*, que é quando a pauta abordada na matéria se relacionada com alguma competição de judô, afinal, uma das características do jornalismo esportivo, inclusive do *online*, é a cobertura das disputas. “Todos os portais, no geral, trabalham dessa maneira, pois de certo modo são reféns do calendário e não há como fugir do mecanismo” (Frangé, 2016, p. 77).

A segunda categoria é chamada de *personagem*, que é quando o texto aborda a trajetória de vida de algum(a) judoca, que, geralmente, visa a aprofundar uma história de superação. “Ao ter uma ação empática com a pessoa entrevistada, jornalistas terão condições de lidar com as diferenças e ter assim mais possibilidades de produzir narrativas menos reducionistas” (Maia, 2021, p. 129). Por fim, a última categoria foi nomeada de *inesperado*, que se trata de “aquilo que irrompe e que surpreende a expectativa da comunidade jornalística” (Traquina, 2005, p. 84).

Ainda sobre os procedimentos metodológicos, vale ressaltar que esta pesquisa se caracteriza por ser do tipo exploratória, pois pretende “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Minayo, 1994, p. 44). Além disso, para

a análise, foram utilizados recursos da pesquisa qualitativa, que “lida com o universo da subjetividade, das motivações e elementos pessoais de alguém” (Martino, 2018, p. 99), além da pesquisa quantitativa, pois também são numeradas e calculadas as repetições das categorias, “quantificando algum aspecto do comportamento humano” (Martino, 2018, p. 103). Feitas essas considerações, na sequência é feita a análise dos textos jornalísticos publicados sobre a temática *judô* no mês de março de 2024 pelo site do *GE*.

### **A tímida (e precária) cobertura do judô pelo site do GE**

Antes de apresentar e interpretar os textos publicados pelo site do *GE* em março de 2024, é importante mencionar que durante a realização da pré-análise já foi possível perceber a falta de importância atribuída pelo veículo em relação à prática do judô. Primeiro, é visível a sobrerrepresentação do futebol que em todos os dias do mês analisado ocupou integralmente o destaque da página de abertura do *GE*. Segundo, o judô não é apresentado como uma editoria única dentro do menu. Terceiro, a modalidade acaba aparecendo como uma sub-editoria dentro de outros esportes; enquanto até mesmo *NFL* (campeonato de futebol americano dos Estados Unidos) e esportes (torneios de vídeo *game*) têm editorias próprias. Por fim, observando rapidamente os conteúdos publicados sobre judô, já chama a atenção o grande intervalo temporal entre a data de publicação de um texto para outro, o que, no caso do mês de março, resultou na postagem de apenas nove matérias no intervalo de 31 dias.

Na tabela a seguir, é possível observar tais elementos. Para facilitar a compreensão da análise, é exposta a categoria de cada texto conforme a categorização mencionada anteriormente. Também foi incluído o item *vídeo*, que se refere à fonte do audiovisual postado com a matéria no site do *GE*. Mesmo se tratando de um portal de um programa de televisão, não foi identificada a publicação de nenhuma matéria produzida para o telejornal esportivo da TV aberta junto ao texto do site quando o assunto é judô.

Tabela 1 - Textos publicadas pelo site do GE sobre judô em março de 2024

Nº	Título da matéria	Data	Categoria	Vídeo
1	Willian Lima fatura bronze para o Brasil no <i>Grand Slam</i> de Tashkent	01/03	Cobertura de evento	Transmissão Sportv
2	Promessa do judô aos 16 anos recorre a rifas e bingo para custear preparação visando o Mundial	01/03	Personagem	Arquivo pessoal
3	Larissa Pimenta conquista o ouro no <i>Grand Prix</i> da Áustria de judô	08/03	Cobertura de evento	<i>Jornal Hora 1</i>
4	Leonardo Gonçalves e Beatriz Souza conquistam o ouro no <i>Grand Prix</i> da Áustria de judô	10/03	Cobertura de evento	Transmissão Sportv
5	Rafaela Silva e William Lima são bronze no <i>Grand Slam</i> de judô	22/03	Cobertura de evento	Transmissão Sportv
6	Georgiana conquista o ouro e é pedida em casamento no <i>Grand Slam</i> de Tbilisi	22/03	Inesperado	Transmissão Sportv
7	Guerreira! Atleta de judô luta contra doença autoimune e conquista vaga em competição regional	27/03	Personagem	Sem vídeo
8	Jéssica Lima é prata na etapa de Antalya do <i>Grand Slam</i> de judô	29/03	Cobertura de evento	Transmissão Sportv
9	Guilherme Schimidt conquista o bronze no <i>Grand Slam</i> da Turquia	30/03	Cobertura de evento	Transmissão Sportv

Fonte: Elaboração própria

Quantitativamente, a categoria que mais aparece é a cobertura de evento. No total, são seis textos com coberturas factuais sobre a conquista de medalhas por brasileiros em quatro competições internacionais: *Grand Slam* de Tashkent (Uzbequistão), *Grand Prix* da Áustria, *Grand Slam* de Tbilisi (Georgia) e *Grand Slam* de Antalya (Tur-

quia). Todos esses torneios fazem parte do processo classificatório para as Olimpíadas de Paris, pois, as vagas para a competição foram distribuídas a conforme a classificação dos atletas no *ranking* mundial, que considera os pontos conquistados entre junho de 2022 e junho de 2024. Assim, no cenário nacional, não houve competição na categoria *sênior* (acima de 21 anos). Entretanto, não foi encontrada nenhuma referência às etapas regionais do campeonato brasileiro que teve início no dia primeiro de abril de 2024.

Essa ausência demonstra que não há uma cobertura sistemática do site sobre o esporte em território nacional, com o acompanhamento sendo feito apenas quando há atletas brasileiros conquistando medalhas internacionais. Aliás, todas as seis matérias sobre judô publicadas pelo *GE* em março na categoria *cobertura de eventos* abordaram a com

Ou seja, as publicações ocorreram após o término das competições, não sendo feita a exposição da preparação e do treino dos atletas, muito menos foi anunciado o início do certame para informar ao público, por exemplo, quais atletas iriam competir e aonde assistir as lutas. Mesmo tendo as diversas possibilidades oferecidas pelo universo *online*, o site do *GE* não deu conta de cobrir o esporte que mais deu medalhas olímpicas ao Brasil até as Olimpíadas de 2024. “A demanda de conteúdo nos sites especializados em esportes é enorme, e todo o veículo de comunicação expressivo procura ao menos registrar tudo o que acontece no meio” (Frange, 2016, p. 75).

Ainda em relação à cobertura de eventos, chama a atenção que todas as matérias tiveram a assinatura de *Por redação GE*, sendo nenhuma assinada pelo repórter que a escreveu. Já nos vídeos que acompanham o texto, em todos os casos dessa categoria, foram postadas as transmissões da luta em questão feita pelo canal de TV por assinatura *Sportv*, integrante da Rede Globo. Na primeira matéria, intitulada “Willian Lima fatura bronze para o Brasil no *Grand Slam* de Tashkent”, é descrita a trajetória da conquista do atleta Willian Lima na competição, bem como as participações de Natasha Ferreira e Rafaela Silva: “Campeã olímpica e bi mundial, Rafaela Silva caiu na estreia da categoria até 57kg no Uzbequistão”, informa já no lide do texto.

No mesmo formato, o site do *GE* publicou uma semana depois a conquista da medalha de ouro pela atleta Larissa Pimenta, na publicação da notícia “Larissa Pimenta conquista o ouro no *Grand Prix* da Áustria de judô”. Com uma linguagem informativa, típica do texto noticioso, a matéria menciona o confronto entre duas atletas brasileiras que ocorreu antes da final: “Depois, a judoca enfrentou a também brasileira Jéssica Pereira e foi para a final contra a suíça Binta Ndiaye, número 28 do *ranking*”.

Nesse aspecto, o texto do *GE* cumpre o que se propõe a fazer: informar. “O jornalismo é uma conversa por escrito, simples e atual, entre um veículo de comunicação de massa e seus leitores” (Erbolato, 1991, p. 105). Em outras palavras, nas poucas matérias publicadas, a informação é passada de forma correta e transparente, com a publicação do vídeo da luta. Contudo, outras matérias e grandes reportagens sobre pautas para além da cobertura factual poderiam ser feitas, bem como a publicação de textos antes do início das competições e o acompanhamento da preparação dos judocas.

O que se destaca na postagem sobre Larissa Pimenta é que essa é a única, dentre as nove publicadas em março, que incluiu uma matéria em vídeo editada e produ-

zida por jornalistas, publicada pelo noticiário *streaming* do *Globoplay, Jornal Hora Um*. Nos demais casos, houve a publicação de apenas um recorte da transmissão das lutas editado a partir da transmissão do canal *Sportv*, ou seja, não são notícias ou reportagens televisivas, com a gravação de passagens e declarações das fontes.

Os textos “Leonardo Gonçalves e Beatriz Souza conquistam o ouro no Grand Prix da Áustria de judô”, “Rafaela Silva e William Lima são bronze no *Grand Slam* de judô”, “Jéssica Lima é prata na etapa de Antalya do *Grand Slam* de judô” e “Guilherme Schimidt conquista o bronze no *Grand Slam* da Turquia” seguem com o mesmo estilo informativo, sempre fazendo menção à conquista de medalha por algum(a) atleta brasileiro.

No texto da matéria, nas seis publicações da categoria, inicialmente, é apresentado o *lide* contendo as informações básicas sobre o fato noticioso, para depois ser brevemente narrada a trajetória dos brasileiros dentro do certame, com uma breve descrição da luta que resultou na medalha, como ocorre, por exemplo, no seguinte trecho da notícia que trata da conquista do bronze por William Lima: “Com menos de 30 segundos de luta, ele garantiu a vitória e conquistou a medalha de bronze na categoria até 66kg masculina. Foi sua segunda medalha consecutiva em *Grand Slams*”. Não há, no entanto, nenhuma referência a qual foi o golpe aplicado pelo judoca ou qualquer outra informação técnica do esporte. O público que apenas lê o texto não fica sabendo se a vitória foi obtida por uma projeção, que, conforme Kano (2009), é quando um atleta derruba o outro no tatame com o uso do seu próprio corpo, ou se foi resultado de uma imobilização no solo.

A ausência de detalhes e descrições demonstra a timidez da cobertura do *GE* em relação ao judô, principalmente na comparação com o futebol, afinal, ignora-se uma das principais características do jornalismo esportivo, que é o apelo à emoção. “A emoção está nos gramados, nas pistas, nas piscinas, nos ringues, nas quadras e em todas as praças esportivas” (Schinner, 2004, p. 81). Ou seja, nos textos do *GE* que cobrem competições de judô os jornalistas abriam mão de um dos principais recursos utilizados pelo jornalismo esportivo.

Todas as características elencadas anteriormente para a cobertura de eventos também aparecem na publicação da única matéria que se enquadra na categoria *inesperado*. O texto “Georgiana conquista o ouro e é pedida em casamento no *Grand Slam* de Tbilisi” conta com apenas três parágrafos e também leva a assinatura *Por redação GE*. O tema principal é resumido no primeiro parágrafo: “Teve pedido de casamento no primeiro dia de lutas do *Grand Slam* de Tbilisi. Competindo em casa, Eteri Liparteliani conquistou a medalha de ouro na categoria até 57kg e em seguida recebeu o pedido de casamento do seu companheiro Temur Nozadze”. Após o primeiro parágrafo, é colocado o vídeo com o momento do pedido que foi transmitido ao vivo pelo *Sportv*. Nesse caso, o judô se tornou notícia muito mais pelo caráter inusitado do acontecimento do que pela prática esportiva.

Notícia é, na técnica de jornalismo, a informação sobre uma pessoa ou um acontecimento, fato novo, inédito ou inusitado, capaz de provocar

impacto, interesse ou despertar a curiosidade das pessoas. Será mais notícia ou provocará mais impacto se interessar a um número maior de pessoas (Cotta, 2005, p. 76).

Ou seja, o *GE* se valeu dos chamados critérios de noticiabilidade ou valores-notícia para selecionar este acontecimento para ser noticiado, entre tantas outras pautas relacionadas ao judô. O que é passível de questionamento, porém, é a ausência de abordagens que refletissem uma cobertura sistemática das competições e do esporte.

Por fim, chega-se à última categoria elencada para a presente análise: *personagem*. No total, foram identificados dois textos que se enquadram nessa categoria e que podem ser chamados de reportagens, entendendo reportagem como “o relato mais elaborado, com texto minucioso e envolvente, que aprofunda o conhecimento sobre determinado assunto” (Boff, 2021, p. 115). Ou seja, são textos que exploram a história de um personagem contando uma jornada de superação. O primeiro, publicado no dia 1º de março, está intitulado como: “Promessa do judô aos 16 anos recorre a rifas e bingo para custear preparação visando o Mundial”.

Assinada pela jornalista Raylane Martins (2024) são narradas as dificuldades financeiras enfrentadas pela judoca paranaense Nycolly Carneiro para conseguir participar do campeonato mundial de judô agendado para agosto de 2024 no Turquemenistão, país localizado na Ásia Central. O vídeo que acompanha a matéria foi retirado do acervo pessoal da atleta e apresenta um treino dela com som ambiente. Com um estilo mais pessoal do que na notícia informativa, a jornalista se preocupa em humanizar a personagem:

Kimono, treinamento, preparação física, aulas complementares, passagens, hospedagem, alimentação... Tudo isso faz parte da rotina de Nycolly no judô – e não sai barato. Ela recebe ajuda de programas federal (Bolsa Atleta), estadual (Geração Olímpica) e municipal, mas ainda assim a família precisa se empenhar no financiamento do sonho da faixa preta (Martins, 2024).

No texto principal, é contada a história da atleta no dojo – espaço onde ocorrem os treinamentos de judô (Kano, 2009) – o que também caracteriza o texto como um perfil escrito acerca de um personagem. “O perfil jornalístico é um texto biográfico curto (também chamado *short-term biography*) publicado em veículo impresso ou eletrônico, que narra episódios e circunstâncias marcantes na vida de um indivíduo, famoso ou não” (Vilas Boas, 2002, p. 93). No título da reportagem, ainda chama a atenção a síntese do drama da atleta, que é líder do *ranking* brasileiro sub-21: a necessidade de vender rifas e organizar bingo para poder levantar recursos para disputar uma competição internacional.

Tal informação pode despertar uma leitura crítica acerca da divisão de recursos para o esporte no Brasil, pois, seria inimaginável o mesmo acontecer com qualquer categoria de base da seleção brasileira de futebol. Além de contar a trajetória da atleta, o texto traz declarações dela, de familiares e da comissão técnica. “Foram muitas doa-

ções, rifas e bingo para chegar até aqui, porque sozinhos já não éramos mais capazes de arcar com os custos”, revela a mãe, por exemplo.

O texto também conta com um intertítulo, algo que não foi identificado nas coberturas de evento: “Turquemenistão é logo ali”. Nesse trecho, a jornalista utiliza mais declarações das fontes e passa informações sobre o evento, como data e local, além de outras competições que a jovem atleta vai disputar até lá.

O último texto a ser analisado é “Guerreira! Atleta de judô luta contra doença autoimune e conquista vaga em competição regional”, que conta uma história de superação de uma judoca. Nele, destaca-se o uso de um adjetivo com ponto de exclamação logo no título: “Guerreira!”. Assim como no caso anterior, o repórter Almeida (2024) explora a emoção para dar ênfase ao perfil apresentado, no caso Julia Kamily, judoca de 15 anos de idade, diagnosticada com Artrite Reumatoide. Nessa postagem, não é incluído nenhum vídeo, e, sim, cinco fotografias com medalhas e com a mãe, no hospital.

Nesse caso, ao contrário do texto anterior, a história de vida vai além do esporte, incluindo uma breve narrativa sobre a infância e o tratamento médico à qual a atleta foi submetida. “Ela é uma guerreira! Muita gente me dizia que a Júlia iria ficar em uma cadeira de rodas, mas ela está aí, já venceu diversos campeonatos e o esporte salvou a vida da minha filha”, declarou a mãe da judoca.

Esses dois textos da categoria *personagem* demonstram que há muito a ser explorado pelo jornalismo esportivo, especialmente quando o assunto são outros esportes, que não o futebol. A jornalista Denise Mirás faz essa reflexão ao comentar a cobertura que fez acerca da disputa olímpica do atletismo.

Um jornalista interessa-se pelas pessoas, suas vidas, seu mundo. É, necessariamente, curioso. Um jornalista de esportes que acompanhe atletismo pode entrar em desespero trabalhando em uma competição. Ali, em cada raia, em cada prova, também correm e saltam dezenas de histórias. Cada uma é diferente, nem melhor, nem pior. Todas podem ser percebidas e bem contadas, a ponto de chamar a atenção do leitor, do ouvinte, do telespectador, levá-lo a também se interessar por elas (Mirás, 2005, p. 80).

O mesmo princípio vale para o judô e para os outros esportes que ficam sempre escondidos, quase apagados por trás do brilho midiático que quase cega de tanto enaltecer o futebol no Brasil.

Para concluir a análise, podemos inferir que há poucos aspectos positivos e muitos negativos no tratamento dado pelo site do *GE* ao judô – ao menos é o que indica a mostra obtida a partir do recorte temporal realizado. Como positivo, pode-se destacar as duas reportagens-perfis feitas sobre duas jovens judocas que superaram dificuldades para poder seguir competindo.

Todavia, mesmo nesses casos, não houve nenhum questionamento pela falta de apoio às categorias de base do judô em um paralelo que poderia ser feito, por exemplo, em relação aos clubes de futebol. Obviamente, os times de futebol contam com mais recursos, mas tais valores são oriundos, principalmente, de patrocinadores e mensali-

dades de sócios-torcedores. Poderia surgir, portanto, a questão: e por que as empresas privadas e públicas não se interessam em patrocinar clubes e atletas de judô? Será que a pouca visibilidade dada por veículos que cobrem esportes de maneira geral não influenciam nessa realidade? Esse é um questionamento que pode ser feito para nortear outras pesquisas.

Ainda ao que se refere à cobertura feita pelo *GE* sobre o judô, negativamente vale apontar a inexistência de uma cobertura sistemática do esporte. As notícias são publicadas apenas após atletas brasileiros ganharem medalhas internacionais, ou seja, caso nenhum atleta conquiste medalha o site do *GE* não publica nenhuma informação sobre as competições que estão em andamento. Além disso, não foram publicados textos antes das competições, informando regulamento dos certames, pontuação para a classificação olímpica, origem e trajetória dos atletas, horários e onde assistir as lutas (mesmo com o *Sportv* fazendo a transmissão ao vivo desses campeonatos internacionais).

Também não foi publicado nada sobre os preparativos e o calendário das etapas regionais do campeonato brasileiro de judô que começou no dia primeiro de abril. Ou seja, percebe-se não apenas uma timidez na cobertura, mas até mesmo uma precariedade, quase um amadorismo, na atenção dada pelo site do *GE* sobre o esporte que mais trouxe medalhas olímpicas para o Brasil até as Olimpíadas de Paris de 2024.

## Considerações finais

Após a realização desta pesquisa, no que concerne ao espaço do site do *GE* dedicado ao judô, uma crítica contundente se faz necessária diante da flagrante negligência em cobrir um dos esportes mais vitoriosos da história olímpica do Brasil. Mesmo inserido em um conglomerado de comunicação de grande porte, a cobertura oferecida está longe de ser abrangente ou informativa o suficiente para atender às expectativas dos fãs e entusiastas do judô.

Isso foi visto, por exemplo, quando observado que sequer há uma editoria específica para esse esporte no *menu* da página inicial do site. Além disso, a ausência de acompanhamento da preparação dos atletas e a falta de análise durante as competições revelam uma desconexão alarmante com a riqueza e a relevância desse esporte em solo nacional. Mesmo tendo diversas possibilidades oferecidas pelo universo *online*, o site esportivo que tem maior representatividade entre os fãs de esporte do País fica muito a desejar quando o assunto é judô.

Dito isso, vale ressaltar que o presente artigo cumpriu com o seu objetivo principal, que era entender como o judô é representado pela mídia – no caso, o *GE* – analisando a cobertura feita sobre o judô a partir dos preceitos trabalhados por autores do jornalismo esportivo e do jornalismo em geral. Conforme observado, em alguns casos específicos, como nas duas reportagens-perfis publicadas sobre jovens atletas que superaram dificuldades para seguir no esporte, realizou-se uma cobertura mais detalhada.

Porém, nas demais categorias, foram feitas apenas cobertura factuais e que, mesmo assim, não deram conta minimamente de informar o público sobre o que está acontecendo no judô brasileiro. Um exemplo disso é a ausência de notícias sobre a preparação dos atletas ou de competições que estão para começar. Em todos os textos postados, a matéria foi publicada apenas depois do término da competição, destacando somente atletas que conquistaram medalha.

Enquanto isso, o judô brasileiro continua sendo praticado em todo o território nacional e internacional, disputando medalhas e títulos que mereceriam maior destaque e reconhecimento por parte da mídia esportiva, que divulga enfaticamente as conquistas do futebol não apenas internacionalmente, mas também nacional e regionalmente. No judô, inclusive, a história recente está repleta de feitos notáveis, como as medalhas de ouro conquistadas por atletas como Rafaela Silva e Sarah Menezes nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, além das conquistas de Mayra Aguiar, Rafael Silva e tantos outros que não contam nem com os mesmos recursos monetários, nem com a mesma visibilidade dos jogadores de futebol.

Destarte, encerra-se este artigo ressaltando que faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a temática, esperando que ele possa contribuir para as reflexões teóricas e práticas sobre o jornalismo esportivo brasileiro. Também se espera que tal pesquisa possa incentivar outros trabalhos que analisem criticamente a cobertura jornalística feita (ou mal feita?) acerca dos chamados “outros esportes”, que ficam sempre à sombra do badalado, milionário e ultramidiático futebol.

## Referências

ALMEIDA, Patryck. Guerreira! Atleta de judô luta contra doença autoimune e conquista vaga em competição regional. Rio de Janeiro: **Globo Esporte**, 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/ap/noticia/2024/03/27/guerreira-atleta-de-judo-luta-contradoenca-autoimune-e-conquista-vaga-no-campeonato-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 7 de abr. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOFF, Felipe. Reportagem. In: ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges. **Tópicos em jornalismo** – redação e reportagem. Florianópolis: Insular, 2021. p. 115-120.

COELHO, Paulo Vinícius. **Jornalismo esportivo**. São Paulo: Contexto, 2009.

COTTA, Pery. **Jornalismo** – teoria e prática. Rio de Janeiro: Rubio, 2005.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 1991.

FRANGE, Marcelo Bechara Souza Nassar. **A produção do jornalismo esportivo na internet**. São Paulo: Appris, 2016.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia.; BENETTI, Márcia. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142.

KANO, Jigoro. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2009.

LINHARES, Marcos. **Nos bastidores do jornalismo esportivo**. São Paulo: Celebris, 2006.

MAIA, Marta. Perfil. In: ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges. **Tópicos em jornalismo** – redação e reportagem. Florianópolis: Insular, 2021. p. 127-132.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação** – projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARTINS, Raylane. Promessa do judô aos 16 anos recorre a rifas e bingo para custear preparação visando o Mundial. Rio de Janeiro: **Globo Esporte**, 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/pr/noticia/2024/03/01/promessa-do-judo-aos-16-anos-recorre-a-rifas-e-bingo-para-custear-preparacao-visando-o-mundial.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.), **Pesquisa social** – teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRÁS, Denise. Personagens e personas – As diversidades do atletismo e do vôlei espelham disparidades originais. In: VILAS BOAS, Sérgio. **Formação & informação esportiva**. São Paulo: Summus, 2005. p. 77-94.

RIBEIRO, André. **Os donos do espetáculo**. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

RITTER, Eduardo. Esporte. In: ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges. **Tópicos em jornalismo** – redação e reportagem. Florianópolis: Insular, 2021. p. 181-186.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHINNER, Carlos Fernando. **Manual dos locutores esportivos**. São Paulo: Panda Books, 2004.

SILVA, Machado da. **O que pesquisar quer dizer** – como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes. Porto Alegre: Sulina, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo** – Volume II. Florianópolis: Insular, 2005.

UNZETTE, Celso. **Jornalismo esportivo** – relatos de uma paixão. São Paulo: Saraiva, 2009.

VILAS BOAS, Sérgio. **Biografias & biógrafos** – jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002.

Recebido em: 01 mai. 2024  
Aprovado em: 20 mai. 2024

## DA ADESÃO À REJEIÇÃO: INTERAÇÕES NO INSTAGRAM A PARTIR DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS TRANSMÍDIA

### FROM ADHERENCE TO REJECTION: INTERACTIONS ON INSTAGRAM BASED ON TRANSMEDIA JOURNALISTIC CONTENT

Marcos Carvalho Macedo <sup>1</sup>

#### Resumo

Este trabalho pretende compreender como os produtores de jornalismo vêm estimulando interações a partir de conteúdos jornalísticos transmídia em plataformas digitais. Com base nos regimes interacionais (Landowski, 2014), busca-se identificar as respostas dos usuários do Instagram às estratégias transmídia promovidas pelo Programa Fantástico (Rede Globo de Televisão) a partir de reportagens audiovisuais que se desdobram em podcasts. Valendo-se de ferramentas digitais para coleta e organização dos dados, foram realizadas análises dos aspectos temáticos e figurativos dos comentários das publicações de maior repercussão. O estudo aponta para modos de interação baseados na adesão e na rejeição à discussão da temática abordada e, nesse último caso, inclusive subvertendo o sentido proposto originalmente, reforçando a necessidade de o jornalismo promover práticas de participação ancoradas no diálogo.

#### Palavras-chave

jornalismo; transmídia; participação; regimes interacionais.

#### Abstract

This work aims to understand how journalism producers have been stimulating interactions based on transmedia journalistic content on digital platforms. Based on regimes of interaction (Landowski, 2015), we sought to identify the responses of Instagram users to the transmedia strategies promoted through the profile of the Programa Fantástico (Rede Globo de Televisão) based on audiovisual reporting that unfolded into podcasts. Using digital tools to collect and organize the data, analyses were made of the thematic and figurative aspects of the comments on the publications with the greatest repercussions. The study points to modes of interaction based on adherence to and rejection of the discussion of the topic addressed and, in the latter case, even subverting the meaning originally proposed, reinforcing the need for journalism to promote participatory practices anchored in dialogue.

#### Keywords

journalism; transmédia; participation; regimes of interaction.

<sup>1</sup> Jornalista, mestre e doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e-mail: marcoscarvalho@outlook.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2648-4283>, Lattes <http://lattes.cnpq.br/0344019329122820>

## Introdução

A alteração dos hábitos de consumo de mídias fez das plataformas digitais uma das principais vias de distribuição de conteúdos jornalísticos. O processo de digitalização, que impulsionou a convergência dos meios, também instaurou um cenário de cultura participativa, no qual os veículos de jornalismo têm procurado se inserir, sob pena de perda de receita, poder e mercado. Porém, a migração das audiências para as plataformas digitais exige do jornalismo adaptações e inovações tanto tecnológicas quanto comunicativas, sobretudo do ponto de vista da interatividade.

O modelo de produção transmídia surge no bojo da busca por estimular a participação ativa dos consumidores por meio de práticas como articulação, compartilhamento, recomendação, criação, produção e publicação de conteúdos em plataformas digitais. No jornalismo, tais possibilidades sempre tiveram em discussão, considerando que a natureza dessa atividade requer maior grau de atenção ao contrato de veridicção<sup>2</sup> instaurado entre produtores e consumidores da informação. No contexto atual de avanço da desinformação, essas questões se intensificam ainda mais, obrigando empresas e profissionais de jornalismo a repensarem os modos de participação dos destinatários-consumidores.

Diante disso, e considerando que esses ambientes estimulam a participação dos usuários com os conteúdos midiáticos, pretendemos compreender como acontecem as interações em plataformas digitais a partir de conteúdos jornalísticos transmídia e que efeitos de sentido esses tipos de “participação” conferem a tais conteúdos. Para responder minimamente às questões, retomamos os conceitos de práticas transmídia (Fechine, 2018) e interatividade (Landowski, 2014), associando-os à cultura participativa.

Realizamos, também, um estudo de caso de uma produção já caracterizada em trabalho anterior como transmídia (Macedo, 2022) e que se utiliza de plataformas digitais para incentivar o consumo dos conteúdos, observando como as funcionalidades disponíveis têm sido operadas para prolongar a discussão das temáticas abordadas pelos jornalistas.

Entre as plataformas digitais utilizadas para propagação de conteúdos jornalísticos transmídia, escolhemos o *Instagram*, rede social que mantém um potencial crescimento de usuários nos últimos anos. Assim, retomamos o mesmo objeto de estudo, os conteúdos transmídia produzidos semanalmente para plataformas de *streaming* de áudio a partir da temática desenvolvida em uma reportagem televisiva do Programa *Fantástico (Rede Globo de Televisão)*, mas, agora, investigando de modo mais específico as interações dos usuários do Instagram com publicações no perfil do referido programa (@showdauida) em torno do podcast.

2 Segundo Greimas (1978, p. 216), o contrato de veridicção é um entendimento tácito entre enunciador e enunciatário, “um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura de comunicação”. Quando aborda essa questão no romance, Fiorin (2008) enfatiza como o apagamento das marcas da enunciação no enunciado, no discurso em terceira pessoa, por exemplo, promove efeitos de sentido de realidade. Essa é uma das características do discurso jornalístico que reforçam o contrato de veridicção firmado entre jornalistas e leitores/telespectadores.

A observação centrou-se nos primeiros 18 meses de utilização da estratégia transmídia (2019 a 2021), recorte temporal que consideramos suficiente para averiguar a recorrência das interações propostas pelos destinadores-produtores e as possíveis adaptações, bem como as respostas dos destinatários-consumidores a esses programas de engajamento. Para identificar como os regimes interacionais (Landowski, 2014) moldam e dão sentido às práticas transmídia, utilizamos o software *PhantomBuster* para coleta de dados e a ferramenta digital *Netlytic* para subsidiar uma análise textual discursiva dos comentários recolhidos nas publicações.

## Cultura participativa, plataformas e transmidiação

O processo de digitalização tecnológica que possibilitou a convergência de meios e as diversas plataformas de mídias que utilizamos hoje veio carregado da promessa de uma cultura participativa. Nela, os consumidores de mídias assumiram um papel mais ativo no método de criação e circulação de conteúdos (Jenkins, 2009a), de maneira a borrar as fronteiras entre produtor e receptor de mídia.

O neologismo *prosumer* (*producer and consumer*), cunhado por Alvin Toffler na década de 1980, já tinha no horizonte esse ideal de interatividade. A cultura participativa, no entanto, foi além e – mesmo que não tenha horizontalizado por completo essas relações, – tem repercutido em outras esferas, como pessoais, econômicas, políticas e sociais.

O crescimento de algumas plataformas que oferecem serviços de comunicação e informação revelou, ainda, outra face dessa participação, até então oculta: os algoritmos – cujos parâmetros, até hoje, são pouco conhecidos –; e a coleta de dados e rastros digitais deixados pelos usuários; muitos deles utilizados de maneira abusiva por essas empresas de mídia.

Os Estudos de Plataformas têm procurado incorporar dimensões técnicas, políticas e econômicas à discussão das redes sociais online, propondo-se a acessar a “caixa-preta” que oculta suas lógicas sociotécnicas, fugindo de uma visão muito naturalizada do seu funcionamento (D’Andréa, 2020).

Poel, Nieborg e Van Dijck (2020) defendem que uma compreensão de plataforma e dos processos interativos gerados por ela deve considerar – para além da variedade dos atores envolvidos – as três dimensões que a constituem: infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais. Vistas sob essa ótica, praticamente todas as interações humanas nas plataformas representam dados, que, por sua vez, tornam-se atraentes aos empresários e anunciantes e, portanto, capazes de orientar relações econômicas, assim como o próprio desenvolvimento da plataforma. Em suma, os procedimentos de interação entre os usuários estruturam o modelo da plataforma, suas funcionalidades e métricas de engajamento.

Do ponto de vista da recepção, as autoras Winques e Longhi (2020) também ressaltam as dimensões política e econômica e defendem ser necessária uma investigação do modo como os conteúdos informativos são consumidos em um cotidiano

atravessado por práticas sociais originadas por outras mediações do sujeito, para além dos 'rastros' de comentários e curtidas das plataformas:

a recepção não se dá apenas durante o ato de acessar os conteúdos na internet, usar o Facebook ou fazer uma busca no Google. Ela começa antes e termina depois, "fundindo-se com as práticas cotidianas dos receptores, ação na qual ganha sentido e significado, ou não, através, da negociação com os significados propostos pela família, escola, religião, partido político, empresa, etc." (Jacks, 1999, p. 57). A produção de sentido se dá por meio da combinação das diversas mediações que intervêm no processo de recepção (Winques; Longhi, 2020, p. 17).

O modelo de produção transmídia, forjado no contexto da cultura de convergência, incorporou a participação como um dos seus pilares. De acordo com Scolari (2013), além do desdobramento da história em múltiplos meios e plataformas, a narrativa transmídia ideal se caracteriza, ainda, pelo papel ativo dos consumidores no processo de expansão dos conteúdos.

Para compreensão de um jornalismo transmídia, destacam-se as contribuições de Kelvin Moloney (2011), que procuram associar os princípios e características apontadas por Jenkins (2009b; 2009c) às práticas recorrentes do jornalismo, sobretudo para pautas que estimulam a conversação e atraíam as audiências para que se sintam parte do processo. Um exemplo é o caso do jornalismo público (também chamado "jornalismo participativo" ou "colaborativo").

Ao discorrer sobre uma "narrativa conectada" em torno dos jogos olímpicos como uma possibilidade para o telejornalismo transmídia, Alzamora e Tárzia (2013) ressaltam a necessidade dos conteúdos transbordarem a tela da televisão para explorar, de forma complementar e orquestrada, a narrativas para outras mídias, incentivando uma ampla participação e engajamento dos chamados *prosumers*.

Do mesmo modo, Canavilhas (2013) reforça a necessidade da interação possibilitada pelas mídias digitais, materializadas nos comentários e na distribuição através das redes sociais, como um dos diferenciais da narrativa transmídia jornalística. Para o autor, as contribuições dos usuários dessas redes poderiam ser utilizadas tanto para desenvolver novas abordagens como para complementar notícias já veiculadas.

Segundo Fachine (2018), no modelo de produção transmídia, uma das funções dos produtores (destinadores) é propor programas de engajamento (estratégias transmídia) que explorem competências dos consumidores (destinatários) para buscar e articular novos conteúdos em outras mídias e plataformas pelo estímulo às respostas ou performances. Essas estratégias utilizam-se, quase sempre, das plataformas digitais para propagação de conteúdos que estimulem o consumo ou algum tipo de manifestação dos usuários.

A autora (2018, p. 45) argumenta que tais manifestações são produto do contexto da cultura participativa, entendida como "o cenário e o conjunto mais variado de possibilidades abertas aos consumidores de maior acesso, produção e colocação em circulação de conteúdos midiáticos, a partir da digitalização e convergência dos meios".

Nesse ambiente cultural tecnológico, os processos interacionais se dão de diferentes formas e níveis e, portanto, suscitam diferentes efeitos de sentido.

## Regimes interacionais no *Instagram*

As plataformas digitais têm disponibilizado um conjunto de dados que permitem mensurar a interação entre seus usuários, por exemplo, através da visualização, das reações, comentários, compartilhamentos, etc. Tratam-se de métricas, pois costumam ser atribuídos a cada uma dessas “tarefas” um certo “valor de participação”.

Considerando que nosso objetivo é compreender as interações nas plataformas digitais a partir de conteúdos jornalísticos transmídia, buscamos nos regimes de interação e sentido – propostos por Eric Landowski (2014) – referência para compreender os modos de participação dos usuários no *Instagram*. O modelo desenvolvido pelo sociosemiótico francês descreve as maneiras pelas quais os sujeitos se relacionam com o mundo, com os outros e consigo mesmo. Ele tem sido utilizado por Fachine (2019, p. 22) para o “estudo das práticas midiáticas observadas na cultura participativa, sobretudo aquelas ensejadas pelas tecnologias digitais interativas e apoiadas em alguma atuação do destinatário já prevista pelo destinador da comunicação na estrutura mais geral da enunciação”.

Os princípios que orientam os quatro regimes interacionais se estruturam conforme o nível de risco das relações que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos ou objetos: pela programação, manipulação, ajustamento ou acidente. Descrevemos brevemente cada um desses regimes, procurando associá-los às funcionalidades que a plataforma Instagram dispõe atualmente.

Segundo Landowski (2014), o regime da programação caracteriza-se pela regularidade no comportamento dos atores, devido a casualidade física ou por condicionamentos socioculturais. Na programação, prevalece a obediência às leis e às regras predeterminadas a partir das quais os actantes executam ações segundo papéis temáticos, “que não apenas delimitam semanticamente esferas de ação particulares, mas que, em certos contextos, permitirão antecipar até nos mínimos detalhes os comportamentos dos atores (humanos ou não) que deles são investidos” (Landowski, 2014, p. 22-23). Trata-se, portanto, de uma *interação previsível, marcada pelo automatismo*.

Se considerarmos a relação entre plataforma e usuário do *Instagram*, a interação é essencialmente programada, pois configura-se em código fechado e apresenta um *layout* preestabelecido, com botões e áreas sensíveis que respondem automaticamente ao comando previamente determinado pelos desenvolvedores. A visualização no *feed* pode ser entendida como uma forma de interação programada, pois é condição sine qua non para que o usuário faça parte da rede (ainda que o usuário não possua seguidores ou não siga outros usuários, poderá visualizar no seu *feed* as atualizações com base nas buscas que realizou na plataforma; ainda que não esboce nenhuma reação como curtir, comentar, compartilhar, etc., existe a regularidade da visualização). A impossibilidade de utilização de *hiperlinks* nas legendas ou comentários é outro pon-

to que reforça o caráter de programação da plataforma. Isso impede, por exemplo, o acesso direto a endereços de páginas da web ou de outras plataformas, salvo através dos stories, recurso que possui limite temporal para visualização. Ainda assim, essas funcionalidades “programadas” operam de maneira a permitir distintos modos de interação entre os usuários na plataforma (e, aqui, podemos pensar entre produtores e consumidores de jornalismo) – como vemos mais adiante.

No regime da manipulação, a lógica subjacente é a *intencionalidade*, ou seja, a intervenção de um sujeito sobre o outro, influenciando-o de maneira persuasiva a *querer* ou *dever fazer* alguma coisa. O manipulador ocupa-se em *fazer fazer*, isto é, fazer o outro cumprir um determinado programa através de procedimentos como a tentação, a ameaça, a sedução e a provocação. Segundo Landowski (2014), a diferença em relação à programação é que o manipulador reconhece no seu interlocutor competências de sujeito idênticas à sua, que representam a possibilidade de não aceitar a manipulação proposta.

No *Instagram*, as principais funcionalidades de criação (postagens, *story*, *live*, *IGTV* e *reels*) estabelecem uma relação de manipulação entre a plataforma e o usuário à medida que estimula a produção de conteúdo e alimenta o sentido da mesma, de mostrar e ser mostrado.

Para criar um *story*, por exemplo, o usuário dispõe de uma diversidade de ferramentas, como inserir localização e *stickers* (figurinhas animadas), fazer menção a outros usuários de modo que sejam notificados, utilizar *hashtags* (termo que permite associar assuntos e é antecedido pelo sinal #) e *emojis* (ideogramas utilizados para transmitir ideias, e sentimentos) na escrita, aplicar filtros e efeito *boomerang* (de vai e volta) às imagens e vídeos e promover enquetes e perguntas. São todos recursos cujo principal objetivo é seduzir o usuário a cumprir o programa da plataforma, que é a interação com os demais usuários. As outras formas de manipulação também são acionadas: à medida que o usuário publica ou interage terá mais repercussão na rede, ganhará mais curtidas e seguidores (tentação) e, se não o fizer, não será notado e nem terá tantas interações (intimidação).

Entre os usuários, a interação estimulada pela plataforma é basicamente pela manipulação. As funcionalidades de reação (curtir, comentar e compartilhar) são um exemplo disso. Curtir é uma resposta a uma publicação do feed que espera ser visualizada e receber reações, portanto, a adesão ao manipulador (quem publica). Compartilhar representa um grau mais avançado de interação em relação ao curtir, pois expressa a vontade de que o conteúdo não fique apenas sob o poder daquele usuário, mas seja repassado a outros; trata-se, normalmente, de uma interação por manipulação, que revela a forte influência do manipulador. Quanto ao comentário, por se tratar de uma interação aberta, também desenvolve interações por manipulação, quando o fazer persuasivo do usuário-manipulador, autor da publicação, é aceito e validado por outro usuário<sup>3</sup>.

3 O compartilhamento também pode permitir fazer um comentário que pode tanto reforçar o sentido da publicação como, ao contrário, subvertê-lo, provendo uma interação que estaria mais próxima do regime do acidente. O Direct, funcionalidade mais reservada para conversação, pode ser compreendido tanto como reação como criação. No primeiro caso, para compartilhar e responder às publicações no feed e story; no segundo, para iniciar uma conversa sem partir necessariamente de algum conteúdo já criado.

O regime de interação por ajustamento tem como princípio a *sensibilidade*, a reciprocidade entre os actantes e a capacidade de *sentir com*. Requer respeito às pluralidades e, ao contrário da manipulação, não há controle de um sobre o outro. “Estamos lidando agora com uma relação entre iguais, nas qual as partes coordenam suas dinâmicas por meio de um fazer *conjunto*” (Landowski, 2014, p. 50, grifos do autor). Por fim, o autor apresenta o regime do acidente, que se baseia na *aleatoriedade*, no imprevisível, naquilo que não é esperado, opondo-se à programação (*regularidade*). O acidente associa-se mais à ruptura, à incerteza e ao desvio, caracterizando interações que provocam descontinuidades.

Entendemos que o ajustamento e o acidente (regimes baseados no risco) não são relações de interação que se estabelecem entre o usuário e a plataforma, que busca dar segurança em todos os espaços. Não é possível, por exemplo, alterar o código fonte da rede para criar novas funcionalidades, nem conhecer os parâmetros dos algoritmos, responsáveis pela oferta de conteúdos com base nas interações dos usuários. O acidente, por sua vez, poderia ser ligado a ocasiões em que a plataforma apresenta instabilidades ou mensagens de erros que impedem o usuário de manter interações.

Entre os usuários, no entanto, algumas funcionalidades da plataforma permitem interações por ajustamento ou por acidente, como a *live* e o comentário. Apesar de também possibilitar a manipulação, a natureza aberta da *live*, conteúdo que se realiza no momento mesmo em que é publicado, num “ao vivo”, oferece oportunidades para interações por ajustamento e por acidente.

Da mesma forma, a funcionalidade de comentar, bem como de resposta aos comentários, permitem tanto interações por ajustamento – quando há reciprocidade entre os interagentes, respeito aos pontos de vista do outro, sem procurar convencê-los de maneira intencional –; como também por acidente, quando provocam descontinuidades naquilo que era regularmente esperado.

Partindo dos regimes interacionais propostos por Landowski (2014), pretendemos compreender as possibilidades de participação em conteúdos jornalísticos no Instagram. Não se trata de validar mensurações de métricas para engajamento, baseadas em especulações sobre o algoritmo da plataforma, em constante atualização, assim como o surgimento de novos recursos. Centramo-nos na análise dos comentários pela possibilidade de recuperação dos dados e por se tratar de um recurso que, tendo por base a conversação pública, permite identificar interações mais diversificadas que podem estar associadas aos regimes interacionais já referenciados, destacadamente de manipulação, ajustamento ou até mesmo do acidente, assumindo contornos fundados na aventura, que permitem a recriação e a invenção (Fechine, 2019).

Portanto, busca-se, neste trabalho, evidenciar esse processo a partir das interações no perfil do *Programa Fantástico* no *Instagram* (@showdavid) em torno dos conteúdos de propagação que promoviam a reportagem televisiva e o podcast *Isso é Fantástico*, a ela associado (Macedo, 2022).

## Interações a partir de conteúdos jornalísticos transmídia no Instagram

A fim de compreender mais profundamente fenômenos específicos como os modos de interação do *Instagram*, a análise de pequenas amostras de dados pode fornecer *insights* valiosos que não seriam obtidos a partir de *Big Date* (Leaestadius, 2017). Foi esse o caminho tomado por este trabalho, associado à análise de conteúdo de viés discursivo.

Para evidenciar os modos de participação propostos pelos destinadores-produtores aos destinatários-consumidores, investigamos os 'rastros' deixados pelos usuários na plataforma *Instagram*, mais especificamente em conteúdo que servem para propagar as reportagens especiais do Programa *Fantástico* e os seus desdobramentos, os episódios do *podcast Isso é Fantástico*. Os conteúdos sonoros, disponíveis em plataformas de *streaming* de áudio e no próprio site do programa televisivo, costumam dar continuidade à discussão do tema tratado na reportagem, acrescentando aspectos ou complementando algumas informações por meio da ampliação de vozes pelas fontes, do testemunho do repórter que realizou a reportagem ou mesmo com orientações de ordem prática ligados ao assunto (Macedo, 2022).

A indicação do *QR Code* ou as plataformas de *streaming* de áudio ao final das reportagens televisivas para acessar o *podcast* nas plataformas de *streaming* de áudio pode ser considerada uma prática transmídia de articulação, conforme propõe Fecine (2018). Neste artigo, no entanto, nossa observação vai se centrar nas interações entre a dois usuários da plataforma *Instagram*, que são a instância que publica os conteúdos, a Rede Globo, e os usuários que esboçam reações e comentários conforme tais conteúdos. Esse objeto de análise se diferencia por ser um *podcast* que parte de uma outra produção jornalística, no caso, uma reportagem especial televisiva, ao contrário de outras iniciativas da emissora no campo da produção sonora que tem como referência um jornalista, um programa ou uma temática/editoria específica, como política, economia ou generalidades, que repercute diferentes questões.

Considerando as principais funcionalidades da plataforma mencionadas anteriormente, coletamos através do módulo *Instagram Post Extractor* do *software free-premium PhantomBuster*, que raspa dados de diferentes plataformas sociais, as publicações do perfil *@showdavid* (*Programa Fantástico*), incluindo os URLs (*Uniform Resource Locator*), as imagens ou os vídeos, os textos das legendas, a data e a hora da publicação, além do número de curtidas e comentários. Importamos o conjunto de dados obtido para o *Google Sheets* (GS), organizando a planilha para permitir uma melhor visualização das informações. Com as ferramentas de filtro, identificamos as publicações no feed que faziam menção ao *podcast Isso é Fantástico*, agrupando-as em uma outra planilha e classificando-as segundo a ordem de curtidas e comentários.

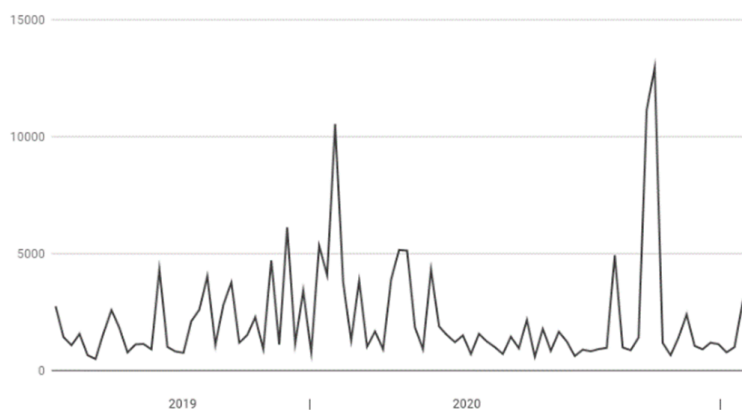
Os dados coletados contemplavam um recorte temporal de um ano e meio do *podcast*, no qual foram identificadas 88 publicações no *feed* com a menção ao conteúdo (desde o episódio nº 3, veiculado em 09/09/2019, até o episódio nº 82, datado de 15/03/2021). Consideramos tratar-se de um período razoável para observação das

interações com base nas inovações levadas adiante pela emissora com a produção de podcats para ampliar a audiência. A partir do corpus, acreditamos ser possível verificar tanto a recorrência das estratégias transmídia propostas pelo destinatários-produtores como as possíveis mudanças (ou não) a partir das respostas dos destinatários-consumidores a esses programas de engajamento<sup>4</sup>.

No Gráfico 1 e Gráfico 2, é possível vislumbrar o nível de envolvimento dos usuários em curtidas e comentários, respectivamente, no conjunto dessas publicações. As legendas das publicações utilizam-se da escrita websemântica da plataforma como hashtags, menções a outros perfis, sobretudo aos repórteres e produtores do *podcast* ou da reportagem televisiva, *emojis* como “fone de ouvido” (🎧) e “seta para a direita” (➡), usadas para alertar e estimular os seguidores a escutarem o conteúdo auditivo no endereço virtual indicado, pois não existe a possibilidade de fornecer o *hiperlink* no feed da plataforma.

A alteração dos hábitos de consumo de mídias fez das plataformas digitais uma das principais vias de distribuição de conteúdos jornalísticos. O processo de digitalização, que impulsionou a convergência dos meios, também instaurou um cenário de cultura participativa, no qual os veículos de jornalismo têm procurado se inserir sob pena de perda de receita, poder e mercado. Mas a migração das audiências para as plataformas digitais exige do jornalismo adaptações e inovações tanto tecnológicas quanto comunicativas, sobretudo do ponto de vista da interatividade.

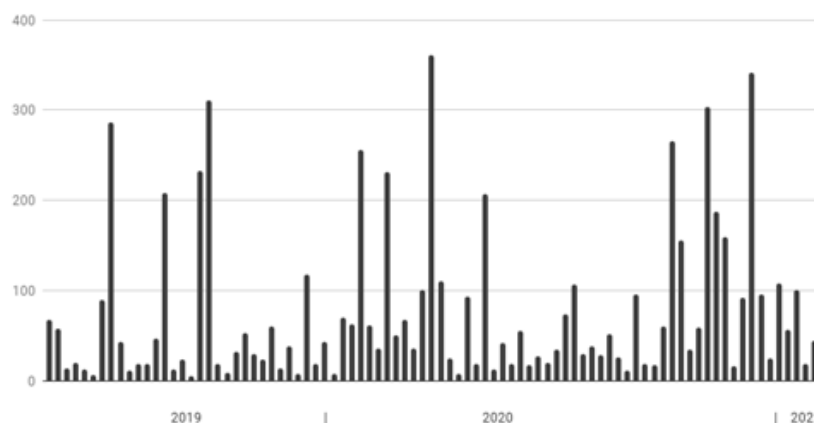
**Gráfico 1 - Engajamento dos usuários do Instagram através de curtidas nas publicações relacionadas ao *podcast* *Isso é Fantástico***



Fonte: Elaboração própria

4 Ainda que o Programa Fantástico continue a produzir semanalmente um podcast a partir de uma das reportagens televisivas exibidas, a propagação desses conteúdos nas redes sociais tem seguido padrão semelhante de utilização dos recursos da plataforma no recorte temporal desta pesquisa, estimulando a participação dos usuários sobretudo segundo os comentários.

**Gráfico 2 - Engajamento dos usuários do Instagram através de comentários nas publicações relacionadas ao podcast *Isso é Fantástico***



Fonte: Elaboração própria

Para analisarmos com maior profundidade as interações de e entre usuários nessas publicações, optamos por observar detalhadamente aquelas que possuíam mais comentários, considerando ser esta uma das funcionalidades de reação da plataforma que permite maior diversidade de regimes interacionais (manipulação, ajustamento e acidente). Do conjunto de dados extraídos inicialmente, identificamos um maior número de comentários relacionados a duas reportagens/podcast específicos: o primeiro sobre as chamadas *Sugar Babies*, mulheres que buscam relacionamentos em troca de presentes e vida de luxo; e o segundo sobre a entrevista concedida por Xuxa Meneghel, na qual divulgava um livro infantil com temática LGBTQUIA+ que estava lançando. Para estimular o consumo da produção sonora, foram publicados no feed do Instagram dois conteúdos referente a cada tema, em imagem ou vídeo e com legendas, que renderam, juntos, o maior número de comentários na plataforma entre aqueles relacionados ao podcasts no período analisado.

Com os URLs dessas publicações, utilizamos novamente o *software Phantom-Buster* para, através do módulo Instagram Post Commenters, extrair os comentários das quatro publicações do feed, importando e organizando no GS a partir de data, comentário e usuário. De posse desses dados, buscamos verificar em que medida os comentários aproximavam-se ou distanciavam-se da temática da reportagem/podcast, a partir dos percursos discursivo temáticos e figurativos que acionavam. Para este trabalho, analisamos, primeiramente, a recorrência de palavras dos comentários e, a partir delas, cada uma das mensagens, conforme apresentamos a seguir.

## **O desvio e a manipulação na interação dos conteúdos sobre as *Sugar Babies***

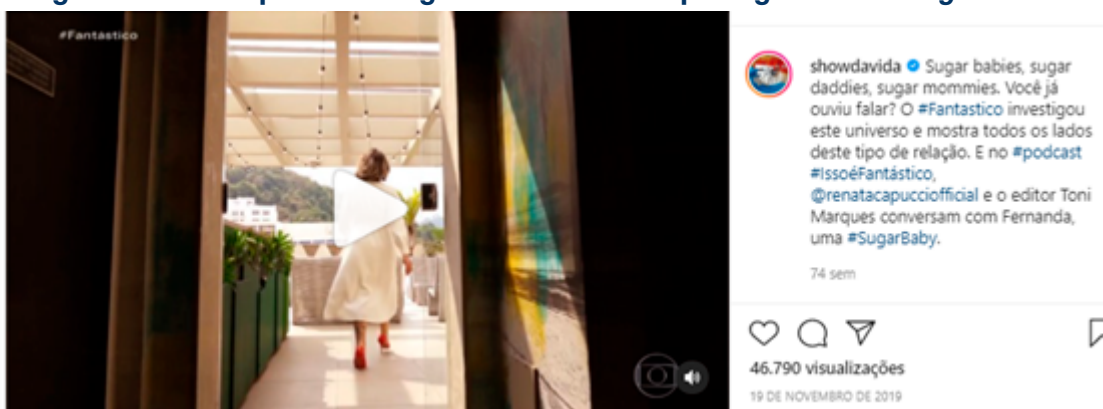
Na noite do domingo, 17 de novembro de 2019, o Programa Fantástico exibiu uma reportagem de sete minutos sobre pessoas que se relacionam com parceiros mais velhos em troca de dinheiro ou de presentes, as chamadas *Sugar Babies*<sup>5</sup>. O tema foi

5 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8094625/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

tratado de maneira a evidenciar aspectos favoráveis e contrários a esse tipo de relação, inclusive questionando a associação da prática à prostituição. A repórter Renata Capucci e o produtor Toni Marques continuaram a discussão no podcast *Isso é Fantástico*, com uma entrevista com Fernanda Rizzi, uma das Sugar Babies que apareceram na reportagem.

Nos dias seguintes, o perfil do *Fantástico* no *Instagram* publicou, respectivamente, uma imagem e um teaser de 30 segundos com um trecho da entrevista (FIGURA 1). As legendas incluíam perguntas como “Contas pagas em troca de sexo: é prostituição ou um acordo entre adultos?”, estimulando a discussão na plataforma e o consumo do podcast. Somadas, essas publicações alcançaram 376 comentários.

**Figura 1 - Teaser para o Instagram referente à reportagem sobre *Sugar Babies***



Fonte: Captura de tela do perfil do Fantástico @showdavidia

Estruturamos os comentários em uma planilha, que inserimos no *software Netlytic*, na qual a análise textual recuperou os termos mais recorrentes (GRÁFICO 3). Com essas informações, realizamos a análise discursiva dos comentários relativos a cada termo, procurando identificar os percursos temáticos e figurativos presentes na narrativa para evidenciar em que medida se aproximavam ou se afastavam da temática abordada na reportagem e no podcast.

**Gráfico 3 - Nuvem e frequência de palavras nos comentários das publicações da reportagem/podcast sobre *Sugar Babies***



Fonte: Elaboração própria, gerado através do software Netlytic

O termo mais frequente nos comentários foi a *hashtag* #respeitemosbariatricos, impulsionada por alguns usuários da plataforma. Se considerarmos que a publicação era sobre a reportagem das *Sugar Babies*, trata-se de uma digressão temática promovida pelos seguidores do @showdavidia no *Instagram*. A *hashtag* era, na verdade, uma resposta à abordagem dada pela emissora a outra reportagem – sobre cirurgias reparadoras para pacientes que haviam feito procedimento bariátrico, exibida no mesmo programa televisivo.

A reportagem sobre cirurgias reparadoras centrava-se no caso de uma advogada suspeita de fraudar laudos em processos judiciais contra os planos de saúde. Como não houve uma publicação específica sobre o assunto no *Instagram*, os seguidores do perfil se manifestaram contra a abordagem dada pelos produtores na publicação do dia 19/11/2019, que tratava da reportagem/podcast sobre as *Sugar Babies*. Termos também recorrentes como “direito” e *emojis* de aplausos (👏👏👏👏) estavam associados à mesma *hashtag* nos comentários. Os aplausos eram respostas aos comentários de seguidores que haviam citado algo em apoio aos bariátricos ou simplesmente à utilização da *hashtag* já mencionada.

Esse conjunto de comentários representa um claro regime de acidente, um desvio tanto à temática quanto à estratégia de interação proposta pelos produtores. Também reforça a perspectiva apontada por Winques e Longhi (2020) de que as interações e a produção de sentido no ambiente digital são fruto da combinação de mediações mantidas pelos usuários, inclusive em suas práticas cotidianas.

Apesar disso, a estratégia de estimular a discussão a partir de uma pergunta que gerava controvérsias não foi de todo frustrada. Nos comentários às publicações do feed, também se destacaram palavras como “prostituição”, “prostituta” e “puta”, numa clara desaprovação da prática, inclusive com tratamento ofensivo às mulheres que manifestaram apoio à abordagem da reportagem. Os usuários aceitaram a manipulação proposta na publicação, evidenciada na pergunta se consideravam “prostituição” ou “acordo entre adultos”. Os comentários mais agressivos denotavam, no entanto, que algumas respostas fugiam ao nível de discussão proposto pelos produtores e representavam certa descontinuidade.

Poucos comentários apresentavam visões mais ponderadas de que as pessoas poderiam fazer da “vida” o que desejassem; enquanto outros, em tom jocoso, consideravam a possibilidade de adotar a prática objeto de discussão. Um outro grupo de comentários tratavam mais diretamente da “reportagem”, apresentando críticas aos produtores acerca da abordagem, tanto daquela sobre as *Sugar Babies* como da que discutia as cirurgias reparadoras. Apresentamos alguns dos comentários no Quadro 1 para evidenciar tais percursos discursivos.



## A manipulação a partir da Entrevista com Xuxa Meneghel

Uma entrevista exclusiva com a apresentadora Xuxa Meneghel foi ao ar no Programa Fantástico da noite de domingo, 1º de novembro de 2020<sup>6</sup>. Ao final da exibição, a entrevistadora Renata Ceribelli e o repórter Murilo Salviano, apresentador do podcast *Isso é Fantástico*, convidavam os telespectadores para acessarem o QR Code e ouvirem a entrevista completa (FIGURA 2) para saber mais “sobre a polêmica do filme *Amor, Estranho Amor* e sobre os ataques que vem sofrendo” (Murilo Salviano), bem como “sobre a maturidade aos 57 anos, sobre a prática do veganismo, a vida sexual e também da sua relação com Deus” (Renata Ceribelli).

Figura 2 - Captura de tela do final da entrevista com Xuxa Meneghel



Fonte: Captura de tela da plataforma GloboPlay

No dia seguinte à exibição da entrevista pela televisão, foram publicadas no Instagram duas postagens: a primeira, um teaser de 10 segundos da entrevista, com mais de 105 mil visualizações; e a segunda, uma galeria com cinco fotos de Xuxa durante a entrevista, que recebeu quase 13 mil curtidas. Ambas as publicações (FIGURA 3) somaram 452 comentários, que analisamos a seguir:

Figura 3 - Publicações referentes à entrevista com Xuxa Meneghel no Instagram



Fonte: Capturas de tela do perfil do Programa Fantástico

A partir das URLs, coletamos os comentários dessas publicações que, organizados em planilhas, foram inseridos no software *Netlytic* para análise textual, que resultaram na identificação dos termos mais frequentes. As representações geradas pelo próprio software (GRÁFICO 4) antecipam a teia narrativa subjacente no nível discursivo dos comentários.

6 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8987795>. Acesso em: 20 ago. 2023.

**Gráfico 4 – Nuvem e frequência de palavras nos comentários das publicações da entrevista/podcast com Xuxa Meneghel**



Fonte: Elaboração própria, gerado através do software Netlytic.

Uma observação preliminar dos termos destaca alguns dos percursos discursivos dos comentários das publicações. O primeiro deles é a própria personagem, “Xuxa”, termo de maior recorrência e que representa forte apelo midiático pelo seu histórico artístico no cenário nacional. Na análise dos comentários, no entanto, percebe-se duas grandes forças que se opõem: dos fãs e dos críticos da apresentadora.

Os primeiros, em maior número, reafirmam qualificativos positivos de Xuxa como “rainha”, “linda”, “maravilhosa” e “sempre”, referindo-se à perenidade de suas habilidades artísticas e humanas. Os fãs e admiradores da apresentadora aceitam a manipulação proposta pelos destinadores-produtores do Fantástico com a publicação no Instagram e reforçam o discurso presente nos trechos e na legenda. Verbos como “amei”, “adorei” revelam tal aceitação, chamando, inclusive, a artista para a conversação através de menções ao perfil da artista “@xuxamenegheloficial”.

De outro lado, encontramos, ainda que em menor número, os usuários dissonantes ao coro dos fãs, que fazem críticas a “Xuxa” e ao “livro” para “crianças” lançado por ela e que conta a história de uma anjinha que escolhe ter duas mães para ajudá-la a cumprir sua missão na Terra. Os contrários destacam aspectos morais da “vida” da apresentadora que a desautorizaria a escrever um livro infantil. Um dos principais argumentos utilizados para sustentar essa ideia é a participação de Xuxa no “filme” erótico *Amor, estranho amor* no início de sua carreira.

Esses comentários refutam a abordagem da “entrevista”, mas não se desviam do tema, atendendo, de alguma forma, ao programa proposto pelos destinadores que é comentar e repercutir. As respostas aos comentários, sejam de reprovação ou aprovação à trajetória de vida e aos pontos de vista pessoais da apresentadora, provocam uma espécie de conversação, mesmo que não contenham a continuidade da mediação dos produtores.

Por fim, palavras como “globo” e “entrevista” aparecem em comentários que aprovam ou desaprovam às práticas da emissora e a abordagem do Programa Fantástico no tratamento do tema, ora elogiando, ora questionando o posicionamento “cumplice” da artista. Aqui, notamos alguns usuários que se apropriam mais efetivamente do

modo de fazer do discurso jornalístico, inclusive opinando sobre o que deveria ou não ser perguntado.

Trata-se, a nosso ver, de uma tentativa de ajustamento – ainda que frustrada, pois, os produtores não estabelecem o mesmo tipo de relação –, já que os usuários pleiteiam uma possível igualdade no processo de produção noticiosa ao apontar acertos e falhas na condução da entrevista. No Quadro 2, apresentamos alguns exemplos dessas manifestações como forma de ilustrar o conjunto dos comentários.

**Quadro 2 - Exemplos de comentários em publicações sobre a entrevista com Xuxa Meneghel**

<p>Comentários que aderem à discussão proposta pelos destinadores, seja positiva ou negativamente (Manipulação)</p>	<p>@xuxamenegheloficial vc continua linda.                  A idade chega para todos. Esta é a lei da vida.                  Não tem que pedir desculpas pra ninguém. Li o povo reclamando sobre não ter Paquitas negras. Perguntem pra Marlene Matos que era a produtora/empresaria e não é loira. Xuxa Meneguel era o produto e pronto. Cumprira ordens.                  Ninguém enxerga q qdo ela conseguiu fazer algo sozinha, trouxe o "you can dance" Adriana Bombom...entre outros. Deixem a mulher em Paz.                  Vão cuidar das suas vidas. O coronavirus está ai. Não acabou ainda não.                  Vc já higienizou a sua casa hj?                  Já fez algo de bom para o próximo?                  Já cuidou da sua alma e da sua mente?                  Já agradeceram por estar vivos?                  Parem de ser chatos. Já temos tantos problemas e tantas injustiças... vamos nos olhar no espelho e ver o quão racistas e preconceituosos somos com outras questões além da cor da pele.</p> <p>Amamos xuxa planeta xuxa ooooo xuxa 🥰🥰👏👏👏👏👏👏👏👏</p> <p>Xuxa sendo Xuxa , isso é inegável, a meu ver continua chatérrima e achando que o mundo gira em torno do umbigo dela . Enrolou e não respondeu se nos tempos atuais as paquitas selecionadas seriam Todas LOIRAS DE OLHOS CLAROS , transferiu a responsabilidade, se isentou de qualquer responsabilidade, preguiça viu... Me arrependi de perder meu tempo assistindo</p> <p>Infelizmente, contra fatos comprovados não há argumentos. Na época, a acessória dela (@redeglobo ). Conseguiu tirar o filme do mercado, para poder lançar a Xuxa como rainha dos baixinhos, para não descobrirem quem de fato ela era. Ale disso, a @redeglobo , por na época "mandar" no mercado , fez com que não aceitassem o ator em nenhum trabalho, que na época era uma criança, para não relacionarem o filme à nova rainha dos baixinhos. Ou seja, o ator ficou sem receber dinheiro pelo trabalho, ficou sem poder trabalhar , ela não fala nada disso. Se fosse um ator homem com uma menina criança, seria diferente. Ela é astuta a Xuxa.</p>
---	---

Comentários que se apropriam do discurso jornalístico (tentativa de Ajustamento)	Parabéns, pela entrevista! Vocês foram sensacionais. Só faltou a pergunta que o Brasil quer fazer: Xuxa, você será contratada pela Rede Globo em 2021? 😊😄😂
	Ridícula a entrevista, ah Renata obrigada por essa pergunta!!! Ata hipocrisia!!! Como se ela não soubesse o que iaser perguntado.....deve até ter pago para fazer essa entrevista com ela....e conseguiu lançar seu livro.

Fonte: Perfil do Fantástico no Instagram (@showdavidada)

Por fim, na análise de uma interação transmídia, cabe uma última observação: o *podcast Isto é Fantástico* foi citado nos comentários às publicações analisadas apenas duas vezes, enquanto os termos “reportagem” e “entrevista” se faziam mais frequentes, seja com apreço ou elogios, seja com críticas, mas sempre revelando detalhes dos aspectos temáticos abordados na produção audiovisual. Esse dado nos faz supor que os usuários que comentaram as publicações no *Instagram* possivelmente tinham assistido à reportagem, mas provavelmente poucos teriam escutado *podcast*.

A estratégia de propagação transmídia utilizada pelos produtores na plataforma digital analisada tinha como objetivo estimular a escuta do conteúdo sonoro, posto que o conteúdo audiovisual já havia sido exibido na televisão. Considerando, ainda, a usabilidade necessária para articulação de conteúdos transmídia e a economia da atenção, cremos que nossa suspeita ganha força, pois seria difícil propor aos destinatário-consumidores que, somente após escutarem o *podcast* retornassem ao *Instagram* para fazerem seu comentário. O mais exequível seria comentar na própria plataforma de áudio, funcionalidade que só mais recentemente vem sendo incorporada a algumas delas, e que ainda assim não tem a mesma repercussão que a rede social digital.

No caso analisado, os comentários representam práticas transmídia mobilizadas a partir de estratégias de propagação, mas que, em última instância, cumprem mais uma função de conversação acerca da temática e poderia contribuir para despertar a curiosidade dos usuários acerca de outros aspectos tratados no *podcast*. Essa possibilidade se tornaria mais efetiva com a mediação dos produtores, respondendo ou estimulando o consumo do conteúdo nos comentários, em outras palavras, tomando parte na conversação, estimulando interações por ajustamento.

## Conclusão

Partindo do pressuposto de que todos os comentários a uma publicação no *Instagram* representam, de modo geral, a aceitação da manipulação do destinador-produtor, procuramos analisar mais a fundo os procedimentos e modos de participação a partir do envolvimento dos destinatários-consumidores com a temática.

Na amostra estudada, as estratégias transmídia de propagação em torno de reportagens audiovisuais que se desdobravam em podcasts promoveram um tipo de participação que ora atendem aos apelos dos produtores para manifestar sua opinião

sobre o assunto, segundo o regime interacional da manipulação; ora se desviam da temática e rejeitam a proposta dos destinadores-produtores ao subverterem tanto o sentido da publicação como da abordagem da emissora, provocando certa ruptura, lógica que se aproximaria mais ao regime interacional do acidente. Há, ainda, comentários que se apropriam do próprio discurso jornalístico, inclusive indicando perguntas que deveriam ser feitas ou abordagens consideradas pouco éticas, que poderiam representar uma tentativa de interação por ajustamento, que parte dos usuários, mas são frustradas pelos produtores.

Ainda que o recorte de nossa amostragem não possibilite uma afirmação de cunho geral, ele permite constatar que as maiores interações através da conversação (comentários) são estimuladas por temáticas polêmicas ou controversias, que dividem opiniões e instigam os usuários a se manifestarem. No jornalismo, o conflito e a controvérsia são valores notícias que partem da ambiguidade dos fatos e da tensão dos pontos de vista, mas não têm como objetivo apenas caçar cliques ou incentivar a polarização ou o discurso de ódio.

As produções transmídia no jornalismo podem oferecer, assim, oportunidade para explorar o debate público e a discussão de temas relevantes, ampliando a representação de vozes e, conseqüentemente, de recortes da realidade. Para isso, no entanto, os destinadores-produtores precisam abandonar formas unidirecionais de comunicação em espaços onde as interações ostentam possibilidades multidirecionais; precisam assumir o papel de mediadores do debate, inclusive contribuindo para aprimorar recursos tecnológicos das plataformas capazes de gerenciar esse diálogo.

## Referências

ALZAMORA, G.; TÁRCIA, L. Olimpíadas 2012, convergência e transmídia: telas múltiplas na cobertura jornalística da BBC. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2013. p. 1-17. Online. Disponível em: [http://compós.org.br/data/biblioteca\\_2075.pdf](http://compós.org.br/data/biblioteca_2075.pdf). Acesso em: 20 out. 2018.

CANAVILHAS, J. Jornalismo Transmídia: um desafio ao velho ecossistema midiático. In: RENÓ, D.; CAMPALANS, C.; RUIZ, S.; GOSCIOLA, V. **Periodismo Transmedia: miradas múltiples**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2013. p. 53-68.

D'ANDRÉA, C. F. de B. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32043>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FECHINE, Y. **Cultura participativa e interação: uma abordagem sociossemiótica da propagação em redes sociais digitais**. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2019.

FECHINE, Y. Transmídiação como modelo de produção: uma abordagem a partir de estudos da televisão e de linguagem. In: SANTAELLA, L.; NESTERIUK, S.; MASSAROLO, J. **Desafios da transmídia: processos e poéticas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018. p. 42-65.

FIORIN, J. L. A crise da representação e o contrato de veridicção no romance. **Revista do Gel**, n. 1, v. 5, p. 197-218, 2008. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/142>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GREIMÁS, A. J. O contrato de veridicção. **Acta Semiotica et Linguistica**, n. 1, v. 2, p. 211-221, 1978.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009a.

JENKINS, H. **The Revenge of the Origami Unicorn: Seven Principles of Transmedia Storytelling**, 2009b. Disponível em: [http://henryjenkins.org/2009/12/the\\_revenge\\_of\\_the\\_origami\\_uni.html](http://henryjenkins.org/2009/12/the_revenge_of_the_origami_uni.html). Acesso em: 25 abr. 2018.

JENKINS, H. **Revenge of the Origami Unicorn: The Remaining Four Principles of Transmedia Storytelling**, 2009c. Disponível em: [http://henryjenkins.org/2009/12/revenge\\_of\\_the\\_origami\\_unicorn.html](http://henryjenkins.org/2009/12/revenge_of_the_origami_unicorn.html). Acesso em: 25 abr. 2018.

LANDOWSKI, E. **Interações arriscadas**. Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores; Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014.

LEAESTADIUS, L. Instagram. In: SLOAN, L.; QUAN-HAASE, A. **Social Media Research Methods**. Sage, 2017.

MACEDO, M. C. **Isso é Fantástico: a expansão transmídia da reportagem televisiva ao podcast**. *Dispositiva*, v. 11, n. 19, p. 21-36, 13 jul. 2022.

MOLONEY, Kelvin. T. **Porting Transmedia Storytelling to Journalism**. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Faculty of Social Sciences, University of Denver, 2011.

POEL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SCOLARI, C. A. **Narrativas transmedia: Cuando todos los medios cuentan**. Barcelona: Duesto, 2013.

WINQUES, K.; LONGHI, R. R. Mediação, recepção e consumo frente à explosão dos algoritmos. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/mediacao-recepcao-e-consumo-frente-a-explosao-dos-algoritmos?lang=pt-br>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Recebido em: 19 jun. 2024  
Aprovado em: 22 ago. 2024

## IMAGENS DE PAGU: AUTOBIOGRAFIA E RETRATO, NARRATIVAS E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO SOBRE A JORNALISTA

### IMAGES OF PAGU: AUTOBIOGRAPHY AND PORTRAIT, NARRATIVES AND MEMORY IN THE CONSTRUCTION OF THE JOURNALIST

Márcia Rodrigues da Costa <sup>1</sup>  
Ana Paula Dessupoio Chaves <sup>2</sup>

#### Resumo

Muitas foram as narrativas e memórias construídas nas mais diversas mídias por e sobre Patrícia Galvão, que a transformaram no mito Pagu. Com base no livro *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (Galvão, 2005), originário de uma carta escrita por ela ao companheiro Geraldo Ferraz na década de 1940, reveladora da maternidade, das relações amorosas, da militância política e cultural de Patrícia Galvão, pretendemos verificar os entrelaçamentos e as discordâncias entre a memória construída por ela (texto autoral) e as memórias criadas sobre ela (fotografias). Na construção de memórias e seus trânsitos pelas mídias se hibridizam o gênero carta, livro, imagem e palavra, dado o esgarçamento das fronteiras na sociedade contemporânea. Empregamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para o texto de Pagu; e, para as imagens, recorreremos à metodologia de Ana Maria Mauad (2008).

#### Palavras-chave

memória; mídias; narrativas de história de vida; retratos; Patrícia Galvão.

#### Abstract

Many were the narratives and memories constructed in the most diverse media by and about Patrícia Galvão, which transformed her into the Pagu myth. Based on the book *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (Pagu Passion: an early autobiography by Patrícia Galvão) (2005), which originates from a letter she wrote to her partner Geraldo Ferraz in the 1940s, revealing Patrícia Galvão's motherhood, love relationships, political and cultural activism, we intend to verify the intertwining and disagreements between the memory constructed by her (authorial text) and the memories created about her (photographs). In the construction of memories and their transits through the media, the genres letter, book, image and word are hybridized, given the blurring of boundaries in contemporary society. We used Content Analysis (Bardin, 2011) for Pagu's text and, for the images, we used Ana Maria Mauad's methodology (2008).

#### Keywords

memory; media; life story narratives; portraits; Patrícia Galvão.

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação na Universidade Metodista de São Paulo, professora de Artes da Prefeitura de Juiz de Fora, marciarcosta13@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/0805621194124173>.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, professora adjunta na Faculdade de Comunicação (UFJF), ana.dessupoio@ufjf.br, <https://orcid.org/0000-0001-6419-659X>, <http://lattes.cnpq.br/0516582760531230>.

## Introdução

Buscamos, neste artigo, realizar uma discussão sobre diferentes modos de construção da figura de Pagu. Em um século em que as narrativas e memórias são amplamente moldadas pelas mídias e pela presença constante da imagem e questões sobre o feminismo ocupam o debate no mundo, tomamos a figura de uma mulher emblemática para o século XX, que tem trazido contribuições para o entendimento dos papéis da mulher e da intelectual moderna.

Debruçamo-nos sobre as revelações, confissões pessoais e narrativas que Patrícia Galvão, a Pagu, deixou em forma de uma carta (transformada em livro) e comparamos com uma narrativa mitológica criada sobre ela, replicada nos retratos amplamente difundidos em diversas mídias, filmes e, principalmente, livros acerca de sua história. A proposta é entender o potencial de criação de narrativas autorais e por terceiros, potencializadas pela ação das mídias na difusão e construção de significados, imagens que formam memórias.

A última edição da Flip – 21ª Festa Literária Internacional de Paraty (2023) teve como proposta desconstruir o “mito Pagu”, ir muito além da história contada por homens que a denominaram “musa” do modernismo, para conhecer as diversas faces de Patrícia Galvão, por meio de um mergulho mais profundo em sua obra.

O livro é uma mídia que engloba tanto a palavra quanto a imagem, e juntas conformam narrativas que ora se harmonizam, ora se contradizem. A obra *Paixão Pagu* (Galvão, 2005), ao trazer o seu texto autoral, é uma forma de ouvir a própria voz de Patrícia Galvão. Daí a escolha por usar esse livro como referência neste artigo. Internamente, ele é ilustrado com fotografias sobre ela e sobre pessoas de seu círculo.

Logo, tanto o texto verbal quanto o não verbal produzem imagens mentais e representações sobre ela, que tanto apontam para a sua juventude, beleza e ousadia, assim como para a sua força como intelectual, mãe, mulher, ser político, entre tantas outras facetas. Em contrapartida, a foto de capa é uma imagem que em muito ajudou a mitificar a figura de Pagu, dotada de uma narrativa focada na sua sensualidade, juventude e força.

Figura 1 - Capa do livro *Paixão Pagu*

Fonte: Arquivo pessoal

Alguns pesquisadores se debruçaram sobre a produção cultural, intelectual e jornalística de Patrícia, mas a maioria desses estudos formula um discurso de um autor sobre ela e quase nunca parte especificamente da fala dela. Poucos trabalhos também se dedicam a fotografias construídas sobre Patrícia Galvão. É preciso ampliar a investigação sobre a representação criada por ela e confrontar com as narrativas construídas a seu respeito por meio de imagens verbais e não verbais, difundidas nas mídias e que conformam as memórias.

Trazemos, aqui, uma análise de capas de livros recentes publicados sobre Pagu, na perspectiva de apontar como as narrativas imagéticas sobre ela têm se modificado, com o advento dos estudos de gênero. Nesse caso, optamos por analisar apenas as imagens e não os textos das capas dos livros, pois nosso enfoque é entender como a mitificação acerca de Pagu foi criada em cima da midiatização de sua imagem fotográfica, já que essa possui um arrebatamento instantâneo do olhar. Essa escolha se dá também porque nos interessa, com relação ao texto, analisar o que ela escreveu, e não o que escreveram sobre ela, em um confronto entre a imagem (fotografia) que difundiram dela e o que ela própria diz sobre si mesma.

### **Narrativas e memórias construídas**

As memórias construídas são difundidas pelos suportes midiáticos e atravessadas por narrativas de natureza emocional e política. Os processos de construção de imagens e de mitos passam necessariamente por processos midiáticos e suas imbricações sociais. A cultura midiatizada “se estranha e se espalha nas estruturas sociais”, afirma Laan Mendes de Barros (2011, p. 17).

Foram muitas as narrativas e suportes midiáticos que criaram uma memória sobre Pagu. Heloísa Pontes (2006) lembra algumas:

Figura emblemática do feminismo que se organizava na época, símbolo da mulher emancipada e libertária, escritora concretista “avant la lettre”, Patrícia Galvão virou uma espécie de ícone capaz de atender e preencher demandas e conteúdos diversos. Sua fama, amplificada pelos meios de comunicação, pela televisão que a transformou em heroína de mini-série, pelos filmes de Norma Benguell e de Joaquim Pedro de Andrade, chegou a lugares inesperados. Pagu “se multiplicou – sublinha o filho, Geraldo Galvão Ferraz – em balés, espetáculos teatrais. Emprestou o nome a centros culturais, livrarias e até butiques” (Pontes, 2006, p. 433).

O livro *Paixão Pagu*, junto a outros estudos<sup>3</sup>, trouxe um novo olhar sobre o mito construído em torno de Pagu. A longa carta escrita nos fins de 1940 e endereçada a Geraldo Ferraz, seu companheiro, foi mantida muitos anos por ele, até que, temendo a chegada da morte, ele a doou ao filho, Geraldo Galvão. Antes dessa obra, outras avançaram para desmitificar essa personagem histórica.

O poeta concretista Augusto de Campos, com o livro *Pagu: vida e obra* (1982) foi um dos pioneiros no tratamento de Pagu como uma mulher mais complexa, para além do mito. Ele revelou a Patrícia Galvão da cena cultural e política, e todas as suas facetas. O livro de Juliana Neves – *Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão: a experiência literária do Suplemento Literário do Diário de S. Paulo* (2005) – apresentou o trabalho jornalístico e de militância cultural do casal em São Paulo. *De Pagu a Patrícia, o último Ato* (Costa, 2012) também aprofundou os estudos para além da figura mitológica de Pagu, apresentando a jornalista, intelectual, militante da cultura, para além da figura da mulher arrebatadora e da heroína política e abordando suas últimas ações em vida.

Conforme citamos anteriormente, escolhemos destacar, aqui, as obras mais recentes, que, junto ao pioneirismo de Augusto Campos (que se debruçou sobre a vida-obra de Pagu), trouxeram uma visão mais contemporânea sobre essa mulher múltipla, complexa, para além do mito. Durante a Flip que homenageou Patrícia Galvão, outros livros lançados propuseram ampliar a visão sobre essa personagem histórica e, por isso, integram esta nossa análise.

A obra *Até onde chega a sonda* trouxe um texto homônimo escrito durante o seu encarceramento, em 1939, o último (conhecido) que a autora assina como Pagu. O mesmo ocorre no livro lançado pela Edusp, *Palavras em rebeldia: uma antologia do jornalismo de Patrícia Galvão* (2023), organizado por Kenneth David Jackson, professor de Literatura Luso-Brasileira na Yale University, que apresentou toda a contribuição jornalística de Patrícia Galvão em décadas no Brasil.

3 Além da grande contribuição de Augusto de Campos (*Pagu vida-obra*) sobre o trabalho intelectual de Pagu, outros autores contribuíram para desvendar o pensamento de Patrícia Galvão, entre os quais citamos o estudo de Juliana Neves (*Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão: a experiência literária do Suplemento Literário do Diário de S. Paulo, nos anos 40*), de Márcia Costa (*De Pagu a Patrícia: o último ato*), de David Jackson (*Uma evolução subterrânea: o jornalismo de Patrícia Galvão*), além dos artigos de Everard Rocha e Lana Lúcia (*Imagens de Pagu: trajetória midiática e construção de um mito*) e de Karine Rocha (*Paixão Pagu: A desconstrução do mito da Femme Fatale*), somados às reflexões de Heloísa Pontes (*Vida e obra de uma menina nada comportada: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo*).

Geraldo Galvão Ferraz afirma, no prefácio do livro *Palavras em rebeldia*, que a mãe passou a odiar ser chamada pelo pseudônimo depois de ser expulsa e se desiludir com o Partido Comunista. No longo depoimento de Patrícia no livro *Paixão Pagu*, ela se desenha sob novos enfoques, mais complexa, revelando seu esforço demasiado para exercer seu papel no plano familiar, amoroso, político e profissional. Em contrapartida, a fotografia de capa do livro fortalece o aspecto mais passional, mitológico da sua figura, da Pagu sedutora, misteriosa, ousada, o que não acontece ao longo do livro, pontuado por outras imagens sobre a sua vida-obra.

De Pagu a Patrícia Galvão, muitas vezes se ergueram para falar dessa mulher múltipla, militante do ideal. Falta compreender como se deu a construção da sua imagem mitificada e os embates das narrativas sobre essa mulher por meio das mídias, na relação imagem e palavra.

## Representação midiática e autorrepresentação

A obra *Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005) traz confissões emocionantes de um período duro da sua vida, da militância política e o desencanto com o comunismo soviético, da vida amorosa, do casamento com Oswald de Andrade, das relações com os pais e irmãos, do seu papel de mãe. Conta sobre os encontros que teve com Luís Carlos Prestes, Jorge Luis Borges, Eduardo Mallea, Guilherme de Almeida, Raul Bopp e outros. Também narra seu desencanto com os círculos de escritores modernistas e seus egos. O livro traz textos de K. David Jackson, Rudá de Andrade e Geraldo Galvão Ferraz, cronologia e fotos.

Além de obras bibliográficas, muitas outras publicações e produções (documentário, série de TV e filme<sup>4</sup>) ressaltam a figura mitológica de Pagu. São construções imagéticas sobre ela, que não dão grande espaço para a modulação da sua subjetividade, tal qual ela faz em sua autobiografia. Segundo o jornalista Alberto Dines, “o que autentica uma biografia é a faísca que dará vida ao ser humano. A biografia não é uma coleção de documentos arranjados sob forma literária, é um coro de vozes para fazer falar a outra voz, a do biografado” (Dines, 2003).

Optamos neste artigo pela obra *Paixão Pagu*, lançada pela Editora Agir, em 2005. Esse livro, inclusive, conta com uma edição mais recente, da Companhia das Letras, que traz na capa apenas o desenho de um olho de Pagu, e não mais o seu rosto e seu olhar arrebatador. A proposta aqui foi justamente falar de uma obra cuja imagem de capa circulou amplamente ao longo dos últimos 20 anos na mídia, pontuando a força e a sensualidade de Pagu, o que ajuda a reforçar a construção do mito. Uma rápida pesquisa no *Google* com o nome Pagu ou Patrícia Galvão também apontou primeiramente para imagens sobre a jovem, lutadora e militante e, principalmente, para a mulher sensual, conforme analisamos ao longo do artigo.

4 Em 1988, é lançado o filme *Eternamente Pagu* (1987), dirigido por Norma Benguell. Ela também foi tema de dois documentários. O primeiro baseado na obra de Lúcia Maria Teixeira Furlani *Patrícia Galvão – livre na imaginação no espaço e no tempo* (Unisanta, 1988), sob direção de Oswald de Andrade, Rudá de Andrade e Marcelo Tassara. O outro documentário, do cineasta Ivo Branco, tem o título *Eh, Pagu!* Ela também é personagem do filme *O Homem do Pau Brasil*. Na TV, foi personagem na minissérie *Um Só Coração* (2004), interpretada por Miriam Freeland.

“A construção do mito Pagu teve início com a afirmação e o reconhecimento de sua beleza e, paralelamente, com a criação e a fama de seu nome” (Rocha; Lana, 2018, p. 7). Segundo os autores, “Patrícia Galvão surgiu como modelo de beleza feminina moderna, expressiva e corajosa. Liberada sexualmente, ela almejava uma carreira artística e realizou, no breve período, uma trajetória como desenhista e declamadora (*Ibidem*, p. 13).

Recentemente, com a ampliação das narrativas de gênero, uma visão sobre Pagu foi se modificando, gerando vários estudos realizados a partir do seu papel também como intelectual, mostrando-a para além da beleza e da força mitificada.

Essa fase como jornalista fez com que Pagu deixasse de ser noticiada – por sua “beleza”, por sua “arte” ou por seus “crimes” – para se tornar produtora de suas próprias histórias. Na última fase de sua vida pública, Pagu parece ter deixado de ser objeto do discurso da mídia para se tornar sujeito de fala: ela registrou sua visão sobre o mundo, as artes, a literatura, a política, o feminismo, a cidade, a televisão, entre outros. Assim, as últimas imagens de Patrícia Galvão parecem ser de uma mulher que fala, ou que ao menos é capaz de buscar com regularidade, coerência e dedicação um lugar de discurso, um espaço relevante para a compreensão das transformações dos papéis das mulheres na modernidade (Kehl, 2016 *apud* Rocha; Lana, 2018, p. 23).

As imagens (fotografias) podem ser representações ou interpretações externas, mas a escrita autobiográfica nos coloca em contato com a forma como o próprio sujeito escolhe narrar e entender sua vida, aproximando-nos de forma única do universo do sujeito, uma dimensão que outras narrativas não conseguem atingir com a mesma profundidade.

Portanto, para contrapor o discurso de Pagu sobre si mesma com os “retratos” que fizeram dela ao longo de sua vida, observamos as imagens produzidas sobre ela, que midiaticizaram sua figura. Pagu foi uma mulher muito fotografada em seus diversos momentos – viagens, encontros com intelectuais ou autoridades, artistas, políticos, com a família –, mas as imagens que mais circularam sobre ela e que recebem maior destaque parecem se repetir e reforçar o mito da mulher sensual, arrebatadora, heroína, a despeito da própria forma como Patrícia se enxergava.

## Das narrativas e construções de memória

Ao buscar entender a formação da memória sobre Patrícia Galvão por meio das narrativas, precisamos questionar: o que escolhemos e o que escolhem falar de nós? A memória é, por natureza, sempre seletiva, carregada de subjetividade, e necessita ser contextualizada historicamente. Escrito sem a pretensão de publicá-lo em livro, o manuscrito de Pagu conta uma parte importante da história de vida. A narração de experiências do sujeito permite emergir verdades subjetivas, conforme salientam Barbara Heller e Priscila Ferreira Perazzo, recorrendo a Beatriz Sarlo (*apud* Heller; Perazzo, 2016, p. 3).

Ao falar de si mesma, a verdade de Pagu apresenta fragmentos de si, de uma verdade plural, complexa. No caso do testemunho, Beatriz Sarlo (2007) enfatiza a necessidade de uma visão racionalizadora que não deixe de lado a subjetividade, mas que a veja com olhos reflexivos, confrontando os estatutos da verdade.

Eclea Bosi lembra que sempre estaremos “ausentes do fato que está sendo narrado”. Cabe a nós confiarmos na narrativa de quem escreve suas memórias: “Não temos, pois, o direito de refutar o fato contado pelo memorialista como se ele estivesse no banco dos réus, e dele exigir que nos diga a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, vai nos contar a sua verdade” (Bosi, 2012, p. 198).

Ao escrever sobre sua história, Patrícia Galvão contribui para que conheçamos as micro-histórias da sua vida (dos seus amores e dores, como mãe e mulher), e as experiências intelectuais ao lado dos modernistas e militantes políticos, que têm transitado pelo espaço acadêmico e midiático nas últimas décadas – este último, de forte influência na criação do mito e na interpretação de realidades.

Ecléa Bosi destaca que na escrita de si o indivíduo é uno, múltiplo e fragmentado. É nessa fragmentação que encontramos a verdade, a subjetividade desse narrador. “Importante destacar que a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproximam da verdade” (Bosi, 2012, p. 2). Em suma, é na pluralidade das vozes e nas fissuras do discurso que se revela a essência multifacetada da experiência humana.

## Análise das faces de Patrícia Galvão

Conhecer Patrícia Galvão (1910-1962) implica acessar suas múltiplas facetas, fragmentos e complexidades de sua vida-obra. Teve 14 pseudônimos. Foi escritora, jornalista, poeta, tradutora, diretora de teatro, produtora cultural, militante política e a primeira mulher brasileira presa política no século XX. Nasceu em São João da Boa Vista (SP) e, com 15 anos, já colaborava com o *Brás Jornal*, em São Paulo.

O imaginário sobre ela, o mito da mulher polêmica, irreverente, emancipada, provavelmente surgiu quando ela foi apelidada de Pagu, aos 18 anos, pelo poeta Raul Bopp, tornando-a conhecida nos anos de 1920. Logo ela se tornaria a mascote do modernismo e do casal Tarsila e Oswald de Andrade, com quem integrou o Movimento Antropófago.

Em 1930, casou-se com Oswald de Andrade, pai do seu filho Rudá de Andrade. Em Buenos Aires, conheceu Luís Carlos Prestes e as ideias marxistas, aderindo ao Partido Comunista Brasileiro, junto com Oswald, em 1931.

Escreveu o primeiro romance proletário brasileiro, *Parque industrial*. Proibida de trabalhar no País, por conta de sua atuação como militante comunista, viajou pelo mundo em 1934 como repórter e morou em Paris, onde foi presa como militante comunista estrangeira. Repatriada, voltou ao Brasil e foi presa novamente (ao todo, foram 28 prisões seguidas de tortura).

Libertada em julho de 1940, fragilizada, ao sair da prisão, Patrícia tentou suicídio. Casou-se com Geraldo Ferraz (1905-1979), com quem viveu até o fim da sua vida e com

quem teve seu segundo filho, Geraldo Galvão, também jornalista. Depois de romper com o Partido Comunista, aderiu ao socialismo e atuou no jornal *A Vanguarda Socialista* ao lado de Ferraz. Na década de 1940, colaborou com diversos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre eles, *A Manhã*, *O Jornal*, *A Noite* e o *Diário de São Paulo*, quase sempre ao lado do companheiro.

Sob o pseudônimo de King Shelter, escreveu contos de suspense para a revista *Detetive*, de Nelson Rodrigues. Em *A Tribuna*, de Santos (SP), Ferraz atuou como editor geral, e ela como responsável por uma coluna de literatura, teatro e televisão, além de um espaço de crônicas e da tradução de inúmeros textos de escritores internacionais.

Na década de 1950, quando o casal se mudou para a cidade de Santos, Patrícia se dedicou ao jornalismo cultural e abriu as portas de *A Tribuna* para a arte, junto com Geraldo Ferraz. Escreveu sobre a arte local e nacional, difundiu grandes autores internacionais no Brasil. Nesse período, ela também se candidatou a uma vaga para deputada estadual, mas não obteve êxito.

Em 1952, frequentando a Escola de Arte Dramática de São Paulo, levou um espetáculo de grupos amadores de teatro para Santos e liderou a campanha para a construção do Teatro Municipal. Fundou a Associação dos Jornalistas Profissionais e criou a União do Teatro Amador de Santos. Em 1962, foi a Paris para tratar de um câncer, mas não se curou e tentou novamente o suicídio. Publicou no jornal *A Tribuna* o poema *Nothing* e faleceu em Santos no dia 12 de dezembro de 1962.

No livro *De Pagu a Patrícia – o último ato*, há diversas falas de Patrícia já madura (colhidas do jornal *A Tribuna*) sobre seu pensamento a respeito da arte, da vida, da política e do mundo. Já o livro *Paixão Pagu* revela essencialmente a jovem Patrícia e nos conduz diretamente ao seu pensamento e emoções, apresentando uma visão diferente da que vem sendo construída sobre ela desde os anos de 1980. A longa carta mostra “uma entrega amorosa que extrapola a palavra impressa”.

O livro dá pistas de como as formas narrativas contribuem ou contradizem as construções míticas que proliferaram sobre a construção da memória e do imaginário sobre Patrícia. Ela passou da “menina levada” à “mulher liberada”, à intelectual, e as muitas mulheres que ela representou ou que a conformaram – seja como “heroína das suas histórias e como protagonista” (Pontes, 2006, p. 433) – e que precisam ser compreendidas.

Aos 30 anos, Patrícia escreveu a autobiografia no momento do auge do sofrimento provocado pelos quatro anos passados na prisão durante o regime ditatorial do Estado Novo. Pontes explica que:

Redigida com furor e paixão, a carta é um acerto de contas com o passado, a família, o casamento com Oswald de Andrade, a opção pela militância política nos quadros do Partido Comunista, tida naquela altura por ela como completamente equivocada. Mas é também promessa de futuro, de uma vida que se queria partilhada por inteiro e sem resquícios das convenções que rondavam os casamentos na época, com o homem que escolhera para ser o seu segundo marido (Pontes, 2006).

Empregamos, aqui, a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que permite descrever e interpretar o conteúdo de um texto ou discurso. Por isso, usamos a perspectiva dessa metodologia para compreender o significado do conteúdo, identificar padrões, temas e, assim, tentar fazer uma relação entre o conteúdo e o contexto social, cultural ou histórico.

Na carta, ela narra para Geraldo Ferraz as frustrações amorosas em seus primeiros romances, a entrega do corpo, o primeiro aborto aos 14 anos do filho do primeiro namorado, e desconstrói alguns mitos, principalmente sobre a alusão à sua figura como mulher sensual, arrebatadora, demonstrando como o assédio masculino a incomodava, a invadia, e revela a sua postura diante dessa realidade:

Eu sempre fui vista como um sexo. E me habituei a ser vista assim. Repelindo por absoluta incapacidade, quase justificava as insinuações que me acompanhavam. Por toda parte. Apenas lastimava a falta de liberdade decorrente disso, o incômodo nas horas em que queria estar só. Houve momentos em que maldisse minha situação de fêmea para os farejadores. Se fosse homem talvez pudesse andar mais tranqüila (Galvão, 2005, p. 139).

A imagem de mulher fatal é frequente nas narrativas sobre Pagu. Um artigo de Karine Rocha (2016) ressalta trechos da carta que apontam para a desconstrução de uma personalidade de femme fatale, articulando teorias sobre a escrita autobiográfica com questões de gênero. “Minha primeira paixão. Minhas primeiras lágrimas. As primeiras humilhações. Porque com o amor veio o gosto amargo da repulsa pelo sexo. A aversão pela cópula. Mas havia a satisfação da dádiva. Aos 14 anos, estava grávida” (Galvão, 2005, p. 54).

O texto de Patrícia mostra que ela estava atenta aos rótulos e mitificações que foram criados sobre ela:

A confissão de Pagu sobre o momento que perde a virgindade é o início da desconstrução do mito de que era uma mulher entregue ao erotismo. Uma possível conclusão que o leitor pode dar a esta passagem é de a autora se deixar arrastar pela imagem que os outros dela construíram. Quando sua carta já está bem avançada, Pagu afirma que sempre a enxergaram assim e ela deixou que assim fosse. Ela era alguém bom, mas sempre rotulada pelos outros de perversa e libidinosa. Ao longo de todo o seu relato, ouvimos a queixa de que enxergavam em seu corpo uma sensualidade que não lhe correspondia (Rocha, 2016, p. 109-110).

Patrícia narra a sua difícil relação amorosa com Oswald de Andrade, a quem nunca teria amado, marcada por “sentimentos contraditórios de admiração, repulsa e atração”. Diante das inúmeras e declaradas relações extraconjugais do companheiro (que ocorreram inclusive durante a gestação dela do filho Rudá), afirma que o relacionamento teria sido mantida pelo interesse intelectual, as trocas literárias, os diálogos, a franqueza, a militância política no Partido Comunista. Ela deixa claro que a relação com Oswald de Andrade foi de dor e decepção:

uma decepção. A maior talvez que Oswald me fez sofrer. [...] Oswald procurou meu corpo. Era a primeira vez depois do nascimento de Rudá. O meu filhinho já tinha mais de dois meses... Então, comecei a compreender que se podia conseguir mais do ato sexual, que para mim nunca passara de uma dádiva carinhosa de meu corpo ausente. Mas quando todos os meus nervos, que só conheciam a oferta, começaram a procurar, quando toda a extensão começou a se fazer [...] surgiu a chicotada brutal [...] "Você quer gozar com o empregadinho que traz o café?" [...] senti o ato sexual repousado numa repugnância eterna. (Galvão, 2005, p. 67-68).

Ela também desmitifica narrativas sobre o modernismo e revela sua própria relação com escritores modernistas, deixando claro que não via neles os seus semelhantes:

Aquelas assembleias literárias, como eram enfadonhas. O ambiente idêntico ao que conhecia cercado os intelectuais modernistas do Brasil. As mesmas polemicazinhas chocas, a mesma imposição da Inteligência, as mesmas comédias sexuais, o mesmo prefácio exibicionista para tudo (2005, p. 72).

Seus escritos apontam uma grande entrega a uma causa, com o ingresso no partido comunista, e as decepções vividas em seguida. Conta que sempre precisou provar para os stalinistas sua sinceridade na luta operária e que foi humilhada e assediada sexualmente por dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ou seja, percebe-se que escritora foi transformada historicamente em objeto sexual do modernismo e do PCB. Expulsa do partido em 1938, ela desabafou sobre o que considerava um fracasso da ação política. "Então a Revolução se fez para isso? Pra que continuem a humilhação e a miséria das crianças?" (2005, p. 150).

Patrícia entregou-se às lutas de classes e política, à obediência às diretrizes do Partido, "conformando uma vivência de gênero no registro da sujeição e do apagamento de si". Curvou-se "aos ditames dos dirigentes do Partido Comunista, a chantagens o uso da sedução feminina, ou seja, do seu corpo, como arma na luta política". A carta a Ferraz foi uma "instância de autopurgação e expiação", analisa Pontes (2006). "E à medida que o relato sofrido e apaixonado vai tomando corpo, mais e mais evidentes parecem ser as ligações entre a sexualidade 'seqüestrada' (por ela mesma), a maternidade partida e a militância como exercício de transcendência baseada no auto-sacrifício".

Em outra afirmação, mostra seu desejo de doação completa, o que, no seu testemunho, revela não ter atingido:

Toda a vida eu quis dar. Dar até a anulação. Só da dissolução poderia surgir a verdadeira personalidade. Sem determinação de sacrifício. Essa noção desaparecia na voluptuosidade da dádiva integral. Ser possuída ao máximo. Sempre quis isto. Ninguém alcançou a imensidade de minha oferta. E eu nunca pude atingir o máximo do êxtase-aniquilamento: o silêncio das zonas sensitivas (Pontes, 2006, p. 52).

Segundo Pontes, percebe-se em sua narrativa a vida atribulada, uma busca intensa e deliberada de Pagu por uma transcendência de si e na entrega baseada no sacrifício. A famosa Pagu, símbolo da irreverência e da emancipação no domínio sexual e dos costumes, estava longe das convenções então dominantes no plano da experiência amorosa e da maternidade. “Nessa estrutura de sentimentos edificantes, que por tantos séculos pautou a vida de santos e das mulheres reclusas em conventos, encontra-se o núcleo denso que amarra as pontas partidas da experiência amorosa, da maternidade e da militância de Pagu”, escreve Pontes (2006, p. 435).

Mary Del Priore (1997) argumenta que a maternidade não é apenas uma experiência biológica, mas uma construção social que varia ao longo do tempo e entre diferentes culturas. No contexto de Pagu, sua experiência de maternidade pode ser vista como um reflexo das expectativas sociais da época, que, muitas vezes, idealizavam a figura da mãe como um símbolo de sacrifício e dedicação à família. Pagu, no entanto, desafiou essas normas ao buscar uma vida que equilibrasse sua maternidade com sua carreira e militância, o que a colocava em desacordo com os padrões tradicionais.

Del Priore (1997) sugere que a maternidade pode influenciar a identidade feminina de maneiras complexas. Para Pagu, a maternidade foi uma parte importante de sua vida, mas não a definiu completamente. Ela navegou entre os papéis de mãe, artista e militante, o que pode ser analisado como uma tentativa de redefinir o que significava ser mulher e mãe em sua época. Existe em sua trajetória a dualidade entre a maternidade e a busca por realização pessoal e profissional.

A carta autobiográfica é, portanto, um contraponto ao mito criado pelas narrativas sobre Patrícia.

Dessa figuração sobressai uma mulher tumultuada, a deixar na sombra a Pagu lânguida dos anos de 1920, de olhos enevoados e tão misteriosos quanto os de Capitu, de cabelos fartos e boca bem delineada pelo batom vermelho, que marcou a iconografia do modernismo paulista e o imaginário social em torno dela (Pontes, 2006, p. 436).

Tanto que, aos 40 anos, ela não mais gostava de ser chamada de Pagu – queria ser reconhecida, talvez, mais como intelectual e militante da cultura do que como a mulher sensual e irreverente.

A Patrícia Galvão que se tornou Pagu foi de uma certa maneira “inventada” nas últimas décadas para driblar as ciladas do gênero e seus constrangimentos sociais. Algo não muito distinto do que aconteceu com Leila Diniz ou com a criação de uma genealogia intelectual e artística entre o concretismo, o tropicalismo e a antropofagia de Oswald de Andrade (Pontes, 2006, p. 436).

Desde os anos 1980, diversas narrativas sobre Patrícia Galvão circularam pelas mídias, criando memórias sobre Pagu. A transformação da carta-biografia de Pagu em livro representa um processo de trânsito entre as mídias, em que “as mesmas informações vêm transitando de uma mídia para outra e distribuem-se em aparições diferen-

ciadas: rádio, televisão, jornais, revistas, documentários, etc." A cultura midiática (ou cultura das mídias), processo que se intensifica desde meados dos anos 1990, torna os trânsitos fluídos e aceleram "o tráfego entre suas múltiplas formas, níveis, setores, tempos e espaços" (Santaella, 2003, p. 53).

Lucia Santaella e Winfried Nöth (2001) também nos ajudam na reflexão sobre como os relatos e as narrativas, sejam verbais ou não-verbais, despertam imagens mentais nos seus interlocutores. Tanto as imagens como representações visuais (desenhos, pinturas, gravuras, imagens cinematográficas, etc.), além das imagens imateriais (as imagens da nossa mente) se influenciam. Logo, "não há imagens como representações visuais que não tenham surgido na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais" (Santaella; Nöth, 2001, p. 15).

Para se tornarem conhecidos, os textos de memória dependem da sua circulação por um tipo de mídia, seja um livro ou um jornal, ou via várias mídias. As narrativas e a linguagem promovem a memória, livrando o sujeito do esquecimento, e estão ligadas a um contexto cultural e social.

Temos, assim, três diferentes mídias: a primeira, a carta escrita na prisão; a midiáticação propriamente dita, quando as memórias de Pagu transformam-se em livro; e a última, as imagens construídas sobre ela. Nesse processo de midiáticação, é importante discernir quais os enlaces e desenlaces entre a autobiografia de Pagu e a biografia (em imagens) construídas por outros através da produção de retratos e perceber como Pagu se narra e se deixa narrar nas imagens. Afinal, a fotografia não é uma atitude passiva, mas também ativa, envolvendo o fotografado.

A análise sobre a construção das memórias passa pelas narrativas a respeito de Patrícia Galvão, que transitam por diferentes mídias, em diferentes suportes e linguagens. Quais novas imagens, que nova memória podemos revelar de Patrícia Galvão conforme sua própria fala? Quais posturas ela, reconhecida como uma mulher à frente do seu tempo e defensora da vanguarda, assumiu em um período histórico de tantas convenções sociais? O que ela revela sobre sua trajetória, seus papéis sociais? O que de fato se construiu sobre essa mulher que é mito? Qual a força da sua narrativa autoral e das memórias e imagens construídas sobre ela? Eis algumas das questões que ainda não foram respondidas pelos diversos estudos realizados sobre a vida-obra de Patrícia Galvão.

Nos anos 1940, saiu de cena, então, a Pagu da militância político-partidária e surgiu a Pagu pela militância cultural, artística, jornalística, a militância pelo ideal, em uma luta contra a pobreza e o analfabetismo, em defesa de uma inteligência nacional. Em todos os jornais que escreveu, abriu as portas para o pensamento, a reflexão, a arte, a política. Em Santos, onde viveu seus últimos anos, além de escrever sobre arte diariamente no jornal *A Tribuna*, também realizou inúmeros eventos em defesa do teatro e da arte, reuniu artistas e dialogou com a arte regional e internacional, divulgando no Brasil os grandes nomes da literatura e do teatro.

## As versões imagéticas de Pagu

A perspectiva de Ana Maria Mauad (2008) é utilizada para a análise das imagens de Patrícia Galvão, que carregam pistas, significados e memórias sobre ela. Segundo Mauad (2008), as fotografias revelam vestígios de um tempo. Por meio dos signos presentes nas imagens, é possível tratar a fotografia não apenas como um retrato que comprova um fato, mas como uma fonte para a análise social da História. A visualidade é definida como uma construção que envolve o circuito social da imagem, abrangendo as condições de criação, produção, circulação e uso da imagem. Mais importante, sublinha-se os processos de produção de sentido.

A fase da juventude de Pagu, mais conturbada e demarcada por prisões, militância política, participação no movimento modernista e por uma beleza e uma postura rebelde que chamavam a atenção, é a mais presente nas representações sobre ela. Aos 20 anos, conheceu Luiz Carlos Prestes e ingressou no Partido Comunista. Em 1931, foi presa pela primeira vez em Santos, por sua ação em uma greve dos estivadores.

Porém, desde seus primeiros anos, atuou como jornalista e escritora, além da militância. Escreveu o livro *Parque Industrial*, resultado de um trabalho quase jornalístico de vivência entre os trabalhadores das fábricas do Brás. No jornal *O Homem do Povo*, que fundou com Oswald de Andrade, na coluna *A Mulher do Povo*, abordou temas tabus, como o aborto e o direito da mulher ao erotismo, e denunciava o que considerava “falsas feministas” e as hipocrisias sociais das mulheres católicas. A menina travessa que pintava a boca de vermelho, usava roupas chamativas, pulava muros e se vestia de forma moderna chamava a atenção dos estudantes e professores da Escola Normal.

Essa imagem do mito do modernismo e da militância ofusca a natureza complexa de Patrícia Galvão, numa busca para transformá-la em ícone feminino. Uma imagem fabricada por anos de história contada por homens que a denominaram “musa” do modernismo só pode ser superada com base no conhecimento da extensa obra de Patrícia Galvão e da divulgação de novas imagens referentes ao período em que deixa de ser Pagu e passa a ser Patrícia. Em sua última fase, morre o mito, nasce a escritora, militante cultural e jornalista e intelectual.

Depois de sair da Escola Normal da capital paulista, Patrícia se envolveu com os modernistas Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade – com quem se casou em 1930. Foi nesse período que o poeta modernista Raul Bopp a apelidou de Pagu, imaginando que seu nome fosse Patrícia Goulart. Desde quando estreou como escritora em 1929, aos 19 anos de idade, nas páginas da *Revista da Antropofagia*, não parou de escrever mesmo durante a prisão e as longas viagens que realizou, de Buenos Aires a Paris.

Após uma busca no *Google* pelos nomes Pagu e Patrícia Galvão, as primeiras imagens que surgem de imediato fazem menção a ela em sua fase jovem de militância política e integrante do modernismo – e que propagam o mito, a mulher sensual. Ao observar as imagens das capas de muitos livros sobre a personagem, percebemos outras menções das imagens que remetem à Patrícia Galvão jornalista, militante cultural, poeta, diretora e tradutora de teatro, escritora, crítica cultural.

No primeiro retrato em preto e branco, bastante difundido na internet, vemos Pagu com um olhar contemplativo, vestida com um casaco de pele.

**Figura 2 - Retrato de Pagu vestindo uma peça com pele**



Fonte: Paixão Pagu – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão  
Arquivo pessoal de Geraldo Galvão e Rudá Andrade

O rosto da mulher é iluminado de maneira suave, o que destaca suas feições, especialmente os olhos e os lábios. A maquiagem, com destaque para os lábios escuros, também remete aos padrões de beleza da época, sugerindo que ela tinha um senso de moda apurado – o casaco de pele também indica que ela possivelmente pertencia a uma classe social mais alta ou tinha acesso às vestimentas de moda da época. A expressão de Pagu é séria e pensativa, o que adiciona um toque de mistério e elegância ao retrato. O fundo desfocado e a qualidade da imagem apontam que foi feita com técnicas fotográficas tradicionais da época.

Na imagem seguinte, ela está de perfil, com a cabeça ligeiramente inclinada e o olhar distante. Sua expressão é introspectiva e um pouco melancólica, criando uma sensação de profundidade emocional. A pose e o estilo fotográfico conferem à imagem um ar de mistério e sofisticação, além de um certo glamour, típico das musas do cinema.

**Figura 3 - Retrato de Pagu com pose inclinada**

Fonte: Paixão Pagu – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão  
Arquivo pessoal de Geraldo Galvão e Rudá Andrade

O cabelo dela está solto, com cachos suaves, um estilo bastante popular nas décadas de 1920 e 1930. Ela está vestindo um casaco ou xale com detalhes de pele na gola, similar ao primeiro retrato, o que reforça a elegância e o estilo da época, além de um certo status de classe ou senso estético apurado. Pagu aparece com um visual característico das flappers, mulheres que desafiavam as normas sociais da época com seu estilo ousado e moderno.

A iluminação da fotografia é suave e difusa, com uma tonalidade amarelada que dá à imagem um aspecto antigo e nostálgico. A luz destaca o rosto e os cabelos de Pagu, enquanto o fundo permanece desfocado e indistinto, concentrando a atenção no seu perfil e expressão.

No último retrato selecionado, Pagu está olhando diretamente para a câmera, com uma expressão intensa e séria. A boca pintada com um tom muito forte denota sensualidade. A expressão intensa e o olhar fixo transmitem força e uma presença poderosa, sugerindo confiança e assertividade. Seus olhos são destacados, criando um forte contato visual com o observador, transmitindo um senso de determinação e, talvez, desafiando o espectador. A atitude do corpo colabora para transmitir a força do mito – a pose e o contato visual com o observador criam uma sensação de confronto ou desafio, indicando uma figura que não teme ser notada e ouvida.

Figura 4 - Pagu de frente para a câmera



Fonte: Paixão Pagu – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão  
Arquivo pessoal de Geraldo Galvão e Rudá Andrade

A roupa listrada de branco e preto também acrescentam atratividade à imagem, ao invés das usuais cores pastéis e motivos mais discretos usados por mulheres mais tradicionais. Ela está usando uma blusa listrada, que dá um toque moderno e gráfico à imagem. O contraste dos olhos e da boca pintados com a pele clara e o cabelo muito negro também acrescentam força à imagem. A maquiagem é marcante, com lábios escuros e olhos delineados, realçando suas feições e acrescentando dramaticidade à foto. O estilo da roupa e da maquiagem sugere uma abordagem mais moderna e ousada, alinhada com a personalidade *avant-garde* que Pagu representava.

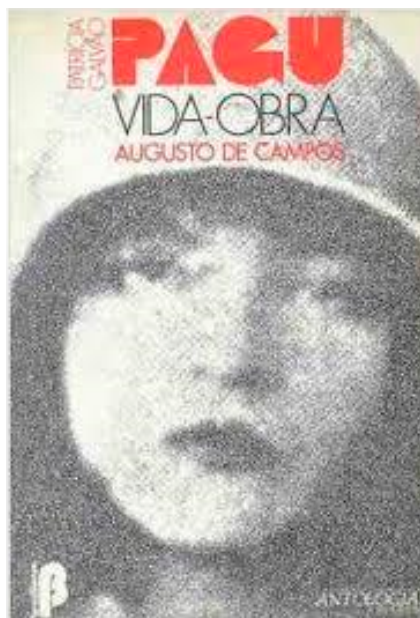
A iluminação é direta, destacando seu rosto e criando sombras suaves que dão profundidade à imagem. O fundo é escuro e simples, mantendo o foco inteiramente na figura de Pagu. A simplicidade da composição, com o fundo escuro e o foco no rosto, confere à imagem uma qualidade quase icônica, destacando a figura de Pagu como uma personalidade forte e determinada. A fotografia consegue capturar não apenas a aparência, mas também um aspecto significativo da personalidade de Pagu, sugerindo sua natureza rebelde e inovadora. A fotografia ilustra a capa do livro *Paixão Pagu*, uma imagem que contrasta com a fala de Patrícia sobre si mesma, mais complexa.

Na obra assinada por Augusto de Campos – com foco na complexidade da vida de Pagu – traz uma imagem que utiliza a técnica de pontilhismo, criando um retrato de Pagu que é, ao mesmo tempo, definido e difuso. Essa escolha estilística pode ser interpretada como uma metáfora para a complexidade e a multifacetada natureza da sua identidade. O pontilhismo também sugere uma imagem construída de muitos pequenos pontos, assim como a vida de Pagu foi construída de muitas experiências e contribuições.

O retrato mostra um rosto que, apesar de ser reconhecível, está parcialmente escondido pela técnica utilizada. Isso pode simbolizar a luta de Pagu contra a invisí-

bilidade das mulheres na sociedade e sua busca por ser reconhecida por suas capacidades e contribuições, além de sua aparência física. A imagem traz a Pagu jovem, como numa tentativa de mostrar o início de sua rica trajetória, marcada pela entrada no movimento Modernista.

**Figura 5 - Capa *Pagu Vida-Obra***



Fonte: Arquivo pessoal

A imagem de Pagu com um chapéu e uma expressão séria ou contemplativa transmite uma sensação de determinação e foco. A proposta está alinhada com sua personalidade como uma mulher forte e engajada em causas sociais e políticas. A capa de *De Pagu a Patrícia - o último ato* prioriza o aspecto da militância cultural de Pagu, jornalista e intelectual em reunião com Plínio Marcos e outros atores do teatro para a organização do Festival de Teatro, o Festa, que até hoje é realizado em Santos (SP), última cidade onde ela viveu.

O título de *Pagu a Patrícia* ocupa lugar de imagem, ressaltando a mudança de denominação que a autora tanto solicitou. A xilografia foi usada com a mesma fonte da letra usada nas máquinas de escrever de jornais como *A Tribuna*, onde ela desenvolveu seu papel como crítica e difusora das artes.

A cor vermelha do título do livro, vibrante, enfoca uma vida-obra apaixonada de Pagu, enquanto a imagem do grupo de pessoas reunidas remete à sua capacidade de articular a cultura e a arte, envolvendo pessoas das mais variadas idades e localidades.

Figura 6 - Capa De *Pagu a Patrícia - o último ato*



Fonte: Arquivo pessoal

Analizamos, agora, as capas dos livros lançados recentemente para perceber que colaboram mais para mostrar uma mulher e uma profissional para além do mito Pagu. *Palavras em rebeldia: uma antologia do jornalismo de Patrícia Galvão*, foi lançado na Flip, organizado por Kenneth David Jackson (2023), professor de Literatura Luso-Brasileira na Yale University, que aponta um outro lado de Patrícia, longe do mito, valorizando sua ampla participação na imprensa brasileira, até seus últimos anos de vida.

Figura 7 - Capa do livro *Palavras em rebeldia: uma antologia do jornalismo de Patrícia Galvão*



Fonte: Edusp, 2023

A obra ajuda a reforçar o aspecto da artista e escritora. Na capa do livro, observa-se que os desenhos não exploram o rosto de Pagu, e mostram a presença mais forte do batom vermelho apenas na imagem maior, enquanto as demais enfatizam a presença do livro nas mãos da intelectual jornalista, ou seja, explora a complexidade de Patrícia Galvão, mostrando suas várias facetas.

As ilustrações, a maioria baseadas em fotografias sobre ela, não promovem o impacto e o apelo que uma imagem fotográfica apresenta, que se aproximam mais dos traços “reais” da fotografada. Duas delas mostram Pagu em um ambiente informal, possivelmente uma sala de aula ou um espaço de discussão. A personagem, com traços simples e expressivos, está envolvida em uma atividade que remete à escrita ou à leitura. A ausência de rostos individualizados pode simbolizar a coletividade e a união em torno de ideias comuns, além de destacar a força do pensamento crítico e da troca de ideias.

A paleta de cores utilizada na capa tem destaque para tons de azul, verde, amarelo e rosa. Essas cores transmitem uma sensação de energia, otimismo e vitalidade, características que podem ser associadas à personalidade de Pagu e ao movimento modernista brasileiro. Porém, o tom pastel dá às imagens uma sensação de mais calma, em detrimento dos tons fortes da maquiagem da Pagu, presentes em fotografias que mostram seu lado de musa.

A capa do livro *Até onde chega a sonda – escritos prisionais* mostra um autorretrato de Patrícia, mais madura, segurando uma câmera, sugerindo um senso de autorrepresentação e autonomia. Essa escolha de imagem pode ser interpretada como uma afirmação da identidade dela, destacando seu papel não apenas como sujeito, mas como participante ativa de sua narrativa.

**Figura 8 - Capa *Até onde chega a sonda – escritos prisionais***



Fonte: Fósforo Editora, 2023

A câmera em suas mãos indica seu envolvimento com o jornalismo e a literatura. Reflete sua identidade profissional e suas buscas intelectuais, desafiando os papéis de gênero tradicionais e destacando suas contribuições para as esferas cultural e política. Assim como já mencionamos, Patrícia foi uma figura proeminente no movimento modernista brasileiro e uma revolucionária em muitos aspectos, incluindo sua luta pelos direitos das mulheres. O uso de sua imagem na capa conecta-se à sua importância histórica e cultural como um ícone feminista, uma mulher à frente do seu tempo, quando a fotografia ainda era uma prática mais comum entre os homens. A foto representa, sobretudo, as buscas intelectuais e artísticas de Pagu, que, depois de se envolver com o teatro, o desenho, a poesia, o cinema, encantou-se com a fotografia.

Outro livro lançado durante a Flip traz novas versões sobre Patrícia Galvão. O livro *Os Cadernos de Pagu* (Teixeira, 2023), com organização e notas da escritora Lúcia Teixeira, biógrafa de Pagu, apresenta cinco cadernos manuscritos inéditos dos anos 1920 a 1960 (até sua morte). Revela aspectos desconhecidos, desde a incursão de Pagu no Modernismo Antropofágico, a produção de texto na fase de adesão político partidária, seus primeiros passos como dramaturga, em inéditas peças teatrais, a partir de 1931, além de escritos sobre literatura e outros escritores e algumas cartas para Oswald de Andrade e Geraldo Ferraz, entre outros.

**Figura 9 - Capa *Os Cadernos de Pagu***



Fonte: *Os Cadernos de Pagu* (Teixeira, 2023).

A imagem de Pagu na praia, com o cabelo solto e sem qualquer pose formal, sugere uma faceta mais íntima e pessoal dela, distante da imagem pública e icônica que muitas vezes é associada à sua figura. O cenário natural, com a areia e as montanhas ao fundo, combinado com a expressão corporal relaxada de Pagu, evoca uma sensação de liberdade. Esta pode ser uma alusão ao seu espírito livre e contestador, que sempre desafiou as normas sociais e culturais de sua época.

Por fim, temos o livro *Patrícia Galvão: Pagu, militante e irreductível* (Rezende, 2023), em que a imagem de Pagu na capa é uma ilustração simplificada e estilizada, que usa traços grossos e cores planas. Ao contrário da foto em sépia da capa anterior, que traz uma sensação de nostalgia, essa ilustração é moderna e gráfica, o que pode simbolizar a atemporalidade e a relevância contínua de Pagu na cultura brasileira.

**Figura 10 - Capa do livro Patrícia Galvão: Pagu, militante e irreductível**



Fonte: Patrícia Galvão: Pagu, militante e irreductível (Rezende, 2024).

Pagu é representada com uma postura altiva e uma expressão séria. O cabelo solto e o chapéu remetem a uma imagem de alguém que é, ao mesmo tempo, despojada e firme, reforçando sua imagem como uma mulher à frente de seu tempo. A ausência de detalhes faciais complexos, com destaque para o contorno dos lábios e olhos, dá à imagem um ar de ícone, como se Pagu fosse uma figura mitológica ou lendária.

Observamos que outras obras que utilizam sua imagem mais jovial, da Pagu rebelde e sensual, fazem um apelo ao aspecto emocional, marcante do rosto de Pagu, que evoca sua sensualidade, sua força política, um olhar profundo e arrebatador de Pagu em um retrato e a forma como ele nos toca, enquanto outros elementos servem como descrições culturais e históricas da imagem e da trajetória complexa de Patrícia Galvão.

## Considerações finais

Assim, entre cultura, história e memória, busca-se compreender as narrativas sobre Patrícia Galvão para capturar seu(s) autorretrato(s) mais fiel(is). As capas dos livros frequentemente apresentam imagens construídas de forma racional, destacando Pagu como uma intelectual e jornalista. Por outro lado, imagens mais estereotipadas do mito Pagu enfatizam traços como a boca e os olhos chamativos, a juventude vibrante e um olhar desafiador e, ao mesmo tempo, melancólico, refletindo seus anos de luta e militância.

Enquanto algumas representações visuais evocam emoções intensas, outras se aproximam melhor da complexidade de Patrícia Galvão, oferecendo uma descrição mais fiel de sua realidade multifacetada. A imagem de musa apenas pode ser superada pelo conhecimento profundo da extensa obra de Patrícia Galvão ao longo de mais de 30 anos. É por meio da ampla divulgação de novas imagens e narrativas, que retratam o período em que ela transcende o mito de Pagu para afirmar-se como Patrícia – a escritora, militante cultural, jornalista e intelectual –, que se pode verdadeiramente apreciar a profundidade de sua contribuição.

Ao ouvir a própria voz de Patrícia Galvão no livro *Paixão Pagu*, percebemos a contribuição da Patrícia jovem para a construção do mito, como ela afirma na longa carta escrita para o companheiro quando esteve na prisão. Enquanto a imagem (fotografia) pode trazer uma percepção mais imediatista e arrebatadora da figura, escritas autobiográficas, como a de Pagu, abrem para os leitores uma janela íntima para a experiência vivida pelo sujeito, possibilitando uma conexão mais direta com o pensamento e as emoções da autora.

Reconhecer a complexidade da relação entre o real e o ficcional em narrativas autobiográficas também implica não reduzir a escrita subjetiva a uma mera ficção, desprovida de autenticidade ou proximidade com o universo do sujeito. Ainda que as narrativas de Pagu sobre si sejam permeadas por elementos de ficção ou interpretação pessoal, elas são construções valiosas que revelam como o sujeito enxerga e processa sua própria vida.

A autobiografia, por ser uma escrita de si, está intimamente ligada à memória e à identidade, e essa autorrepresentação tem um papel significativo na construção do eu. A narrativa autobiográfica não é uma “verdade absoluta”, mas carrega um tipo de verdade subjetiva que é fundamental para compreender a pessoa por trás da escrita. A própria mistura entre o real e o imaginado faz parte da natureza da memória e da autoexpressão.

A Pagu mais presente nas primeiras capas de livros e nas buscas do *Google* sobre sua vida mostram a jovem, lutadora e militante, mulher sensual; já as últimas publicações sobre ela buscam mostrar a complexidade dessa mulher, intelectual e militante da cultura. Ao ampliarmos nossas lentes sobre sua vida-obra, conseguimos ler melhor a grandiosidade de Patrícia Galvão.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Laan Mendes de (Org). **Discursos midiáticos: representações e apropriações culturais**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

BOSI, Eclea. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. Entrevista a Mozahir Salomão Bruck. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, PUC-MG, v. 1, n. 2, p. 196-199, ago./dez. 2012. Disponível em: [periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/download/4301/4454](http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/download/4301/4454). Acesso em: 10 mar. 2024.

CAMPOS, Augusto. **Pagu Vida e Obra**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Márcia. **De Pagu a Patrícia: o último ato**. Santos: Dobra Editorial, 2012.

COSTA, Márcia. Jornalismo cultural: a produção de Patrícia Galvão no jornal A Tribuna (Santos). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2011. p. 1-15.

DINES, Alberto. Em busca do outro. **Observatório da Imprensa**, 2003. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/biografias-e-historia-de-vida/>. Acesso em: 20 maio 2024.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu** – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. São Paulo: Agir, 2005.

HELLER, Barbara; PERAZZO, Priscila. **Deslizamentos das mídias: textos de memória, livro de história e narrativa de história de vida em Ingrid, uma história de exílios**. In: Encontro Anual da Compós, 25., Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2016.

JACKSON, Kenneth David (Org.). **Palavras em Rebelia**. Uma Antologia do Jornalismo de Patrícia Galvão (Pagu). São Paulo: Editora Edusp, 2023.

JACKSON, Kenneth David. Uma evolução subterrânea: o jornalismo de Patrícia Galvão. **Revista IEB** – do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, n. 53, p. 31-52, mar./set. 2011.

JEHA, Silvana (Org.). **Patrícia Galvão (Pagu): Até onde chega a sonda, escritos prisionais**. São Paulo: Fósforo, 2023.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

NEVES, Juliana. **Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão: a experiência do suplemento literário do Diário de S. Paulo nos anos 40**. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2005.

PONTES, Heloísa. Vida e obra de uma menina nada comportada: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 431-441, jan./jun. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100017). Acesso em: 20 ago. 2024.

REZENDE, Maria Valéria de. **Patrícia Galvão: Pagu, militante irreduzível**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

ROCHA, Everardo; LANA, Lígia. Imagens de Pagu: trajetória midiática e construção de um mito. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 54, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/cjfBxB4njlTZHKKzBxsS8C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2022.

ROCHA, Karine. Paixão Pagu: A desconstrução do mito da Femme Fatale. **Revista Fórum Identidades**, ano 10, v. 21, p. 105-117, maio/ago. 2016. Itabaiana: Gepiadde, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/5875/4881>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem** - Cognição, Semiótica, Mídia. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TEIXEIRA, Lúcia (Org.). **Os Cadernos de Pagu**: manuscritos de Patrícia Galvão. São Paulo: Nocelli; Unisanta, 2023.

Recebido em: 15 ago. 2024  
Aprovado em: 15 out. 2024

## A PAISAGEM DO PORNÔ MAINSTREAM ONLINE: NARRATIVAS E IDENTIDADES

### THE LANDSCAPE OF MAINSTREAM ONLINE PORN: NARRATIVES AND IDENTITIES

Gabriela Bercht <sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar, com base nos referenciais dos estudos culturais e feministas, as narrativas, as identidades e os operadores perceptivos que são colocados em jogo e se tornam hegemônicos nas representações pornográficas disponíveis on-line. Foram revisadas catorze pesquisas de análise de conteúdos de materiais pornográficos e se chegou à conclusão da existência de um sistema de representação intitulado *voluptas-violentiam*, marcado pela construção de identidades generificadas que se distinguem pela capacidade ou incapacidade de agredir e gozar.

#### Palavras-chave

pornografia; estudos culturais; estudos feministas; análise de conteúdo.

#### Abstract

This article aims to analyze, based on cultural and feminist studies frameworks, the narratives, identities, and perceptive operators that are put into play and become hegemonic in online pornographic representations. Fourteen content analysis studies of pornographic material were analyzed, and the conclusion was reached that there is a system of representation entitled *voluptas-violentiam*, marked by the construction of gendered identities that are distinguished by the ability or inability to aggress and to enjoy.

#### Keywords

pornography; cultural studies; feminist studies; content analysis.

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UFRGS), bolsista de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial B- CNPQ, gabrielabercht@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-3616-9265>, <http://lattes.cnpq.br/3704389684964656>.

## Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla a qual teve como objetivo central averiguar se e como a pornografia e as representações sexualmente explícitas acessadas via internet operam, junto aos jovens, como um mecanismo de pedagogia da sexualidade, do gênero e dos corpos. Partindo de referenciais teóricos dos estudos culturais – em suas vertentes anglo-saxãs e latino-americanas – e, em especial, das teorizações de Jesús Martín-Barbero, definiu-se um mapa de investigação que pretendeu acompanhar o circuito comunicacional colocado em movimento com as representações sexualmente explícitas/pornográficas nas culturas juvenis.

O presente artigo apresenta uma parte dos achados desta pesquisa, centrando-se na análise das narrativas, das identidades e dos operadores perceptivos que são colocados em jogo e se tornam hegemônicos quando o discurso pornográfico entra nas redes e torna-se parte importante da experiência de navegação pela Web 2.0. Nesse momento, a apresentação dos resultados é realizada essencialmente a partir do marcador de gênero, Este destaca-se como fundamental para o entendimento de como as narrativas pornográficas operam.

Ao se levar em conta o grande número de mídias pornográficas disponíveis na web, percebe-se que a tarefa de delinear os principais traços da paisagem pornográfica presente conta com uma série de desafios e que realizar uma análise que seja representativa do universo das representações pornográficas disponíveis na internet são tarefas complexas.

Para atingir o objetivo acima citado, adotei algumas estratégias metodológicas. Primeiramente, optei por me apoiar amplamente em pesquisas já existentes sobre análises de conteúdo de mídias pornográficas on-line. A realização de uma investigação acerca do estado da arte das pesquisas sobre o tema permitiu delinear os principais elementos da paisagem pornográfica presente na internet.

A seleção do *corpus* de pesquisas que integraram o estudo do estado da arte sobre a temática foi realizada por meio da consulta a três bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; portal de periódicos Capes/MEC; e Scielo. Os termos utilizados para a busca foram: análise, conteúdo, pornografia, internet. Visando atualidade, selecionei apenas trabalhos que haviam sido publicados a partir do ano 2010.

O portal de periódicos da Capes/MEC indexou 107 trabalhos para os termos em inglês e nenhum trabalho para as expressões em português. A BDTD indexou três trabalhos para as palavras em inglês e nove trabalhos para os vocábulos em português. Já a base de dados do Scielo não indexou nenhum trabalho com os termos, em português ou em inglês.

Também realizei buscas nas três bases acima citadas pelos termos: roteiros, sexuais, pornografia. Foram realizadas buscas para os termos em inglês e português, por trabalhos publicados a partir do ano 2010. O portal de periódicos da Capes/Mec indexou dez trabalhos para os termos em português e 254 trabalhos em inglês. A BDTD

indexou um trabalho para os itens em português e nenhum trabalho para as palavras em inglês. A base de dados do Scielo indexou dois trabalhos para os termos em português e nenhum trabalho para inglês.

Para serem selecionados a integrar o *corpus* de análise, os trabalhos precisam atender a três critérios: as análises deveriam ser quantitativas; a internet ser o meio de acesso aos vídeos/imagens; e as análises versarem sobre ao menos um dos seguintes temas/categorias: objetificação, agência, agressão, violência, comportamentos sexuais. Tais grandes temas e categorias já são frequentes em pesquisas que se dedicam a realizar análises de conteúdos de representações pornográficas e possibilitam que haja uma comparabilidade entre os trabalhos selecionados.

É a relação de tais categorias com as mediações das narrativas e das identidades que garantiu o estabelecimento das principais características da paisagem pornográfica on-line. Após a leitura dos títulos e resumos de todos os trabalhos encontrados, defini o *corpus* de análise em treze pesquisas. Além disso, a leitura de um trabalho (Elise Carotte; Angela Davis; Megan Lim, 2020) de revisão sistemática e narrativa sintética de estudos publicados entre 1986 e 2017 que versavam sobre análise de conteúdos de vídeos pornográficos propiciou, ainda, a seleção de mais um trabalho para integrar o *corpus* de análise. De maneira que a revisão foi fechada em catorze trabalhos.

Nesse sentido, é preciso apontar, desde já, que a paisagem on-line que aqui descrevo possui a constituição de sua realidade mediada pelas lentes das pesquisas analisadas e pelas categorias temáticas previamente definidas. Tais categorias, mesmo no caso de classes amplas, como é o caso da categoria de comportamentos sexuais, também devem ser encaradas como operadores perceptivos limitadores da análise que aqui proponho.

Importante destacar que a escolha de realizar este trabalho conforme a revisão de pesquisas sobre a análise de conteúdos pornográfico constitui-se uma tentativa de iniciar um diálogo com um campo já bem estabelecido em países de fala inglesa, mas que ainda se encontra em um estágio de desenvolvimento inicial para o caso brasileiro. Optei, dessa maneira, por introduzir o termo paisagem no título do trabalho, justamente para indicar que a análise transcorre no contexto da visualidade e do que é imediatamente percebido.

Acredito que certos elementos apresentados no artigo compõem parte importante do campo visual da pornografia *mainstream* disponível on-line. No entanto, assim como o observar de outras paisagens, os elementos destacados dependem daquela que olha, sendo, obviamente possível descrever a paisagem da pornografia on-line com outras cores e nuances.

Dado o objetivo de desenvolver uma compreensão mais apurada de quais são as narrativas e identidades mobilizadas por tais discursos, selecionei tanto trabalhos que realizam análises mais amplas de pornografia *mainstream*, quanto estudos que analisam de forma comparada os conteúdos da pornografia *mainstream* com outros gêneros de representações pornográficas, como pornografia feminista e pornografia para mulheres. Também estão incluídos no *corpus* de trabalhos analisados pesquisas que

se dedicam a averiguar representações pornográficas disponíveis on-line com base em diferentes marcadores sociais como raça/etnia, geração, gênero e orientação sexual.

Foram priorizados trabalhos que se dedicam a analisar os conteúdos de representações pornográficas disponibilizadas de forma "gratuita" via internet. No tocante à definição de indústria de materiais adultos e de *mainstream*, assumo, para o primeiro termo o conceito elaborado por Matthew Zook (2007), geógrafo que se dedicou a mapear a localização geográfica de tal indústria: "[defino] a indústria adulta da internet como sites voltados para adultos, acessíveis a toda a comunidade da internet e que oferecem imagens, áudio, vídeo, texto e bate-papo para visitantes. A maioria desses sites é direcionado comercialmente" (Zook, 2007, p. 103-104). Tal definição está intimamente relacionada à de pornografia *mainstream* que, aqui, considero: "A pornografia *mainstream* é um conteúdo sexualmente explícito criado para consumo em massa, facilmente acessível de forma gratuita e frequentemente considerado 'para homens'" (Niki Fritz; Bryant Paul, 2017, p. 640).

Ao se considerar a tabela 1, é perceptível que todas as pesquisas realizam suas análises com base na seleção de sites pornográficas populares, e a popularidade destes pode ser atestada via consulta a plataformas de ranqueamento digital. Os discursos e as representações que aqui considero como hegemônicos são aqueles que se apresentam como dominantes em tais sites. Isso não quer dizer que tais representações sejam totalizantes, mas, sim, que possuem um acesso privilegiado aos meios de significação da sexualidade em tal contexto.

É preciso apontar que uma das limitações da presente pesquisa se centra no caráter essencialmente heterossexual e cisonormativo das representações pornográficas analisadas. Por fim, ressalto que não localizei nenhum trabalho quantitativo brasileiro que se dedicasse à análise de conteúdos de vídeos pornográficos.

De maneira ampla, as pesquisas analisadas se desdobram a olhar para: objetivação e agência, desigualdade de gênero, cenas de degradação e violência, marcadores raciais/étnicos, marcadores geracionais e comportamentos sexuais. A tabela, a seguir, busca sistematizar os principais elementos dos estudos incorporados ao *corpus* de análise.

Tabela 1 - Revisão de estudos dedicados à análise de conteúdo de pornografia on-line (2010-2021) <sup>2</sup>

Nº	Ano de publicação	Autora(s)	Gênero	Amostragem	Unidade de análise	Comportamentos/categorias analisados
1	2010	<b>Gorman</b> , Stacy; <b>Monk-Turner</b> ; Elizabeth <b>Fish</b> ; Jennifer N.	Vídeos populares gratuitos (amadores e profissionais)	Procurou-se no Google.com por sites pornográficos gratuitos, amostrando aleatoriamente o quinto vídeo dos cinco primeiros sites encontrados a partir da busca pelos termos: "sexo", "pornô", "xxx".	Vídeos (nº = 45)	Beijos, felação, cunilíngua, sexo vaginal, sexo anal, sexo grupal, ejaculação, uso de preservativo, xingamento, domínio.
2	2014	<b>Peters</b> , Eryn M. et al.	Adolescentes (teens) populares	Identificou-se três sites pornográficos populares através do Google.com e do Alexa.com. Randomicamente, selecionou-se 50 vídeos da seção teen de cada site. Excluiu-se vídeos amadores, animações e vídeos que não eram em inglês.	Vídeos (nº = 150)	Beijos, felação, cunilíngua, sexo vaginal, sexo anal, sexo oral anal, <i>spanking</i> , <i>bondage</i> , estupro.
3	2014	<b>Downing</b> , Martin J. et al.	Gay masculino (amador e profissionais) de websites muito frequentados	Selecionou-se o vídeo mais recentemente assistido ou carregado da seção gay masculina de cinco sites propositalmente escolhidos, em diversos momentos.	Vídeos (nº = 302)	Beijos, felação, sexo anal, sexo oral anal, sexo grupal, ejaculação, masturbação, estimulação digital do ânus, uso de preservativo, <i>spanking</i> , <i>bondage</i> .
4	2014	<b>Vannier</b> , Sarah A.; <b>Currie</b> , Anna B.; <b>O'Sullivan</b> , Lucia F.	Adolescentes ( <i>teen</i> ) comparada com mães que eu gostaria de foder ( <i>Milf</i> )	Usando o Google.com, identificou-se sites pornográficos populares. Foram excluídos sites que exigiam pagamento, eram interativos ou não possuíam as categorias <i>teen</i> e <i>Milf</i> . Foram selecionados randomicamente cinco vídeos de cada categoria de dez sites durante o período de dois meses.	Vídeos (nº total = 100; <i>Milf</i> = 50; <i>teen</i> = 50)	Comportamentos sexuais (beijos, felação, cunilíngua, sexo vaginal, sexo anal, sexo oral anal, ejaculação, uso de preservativos, <i>spanking</i> , carinhos), características descritivas (idade, raça, nudez, pelos pubianos) e poder (experiência, <i>status</i> profissional, início da atividade sexual, controle, persuasão física e verbal, exploração).

2 A apresentação dos artigos e as categorias utilizadas na tabela em questão foram inspiradas no estudo de revisão de Carrotte; Davis; Lim (2020). Os seguintes trabalhos também constam na revisão realizadas pelas autoras citadas: Gorman; Monk-Turner; Fish, 2010; Peters et al., 2014; Downing et al., 2014; Vannier; Currie; O'Sullivan, 2014; Klassen; Peter, 2014; Zhou; Paul, 2016; Fritz; Paul, 2017; Séguin; Rodrigue; Lavigne, 2016.

5	2014	<b>Klassen,</b> Marleen J. E.; <b>Peter,</b> Jochen.	Popular e <i>mainstream</i> heterossexual	Selecionou-se os 100 vídeos mais assistidos de quatro sites pornográficos populares e se codificou a primeira cena de cada vídeo. Excluiu-se desenhos e vídeos não sexuais.	A primeira cena de sexo (nº = 400)	Felação, cunilíngua, orgasmos, <i>spanking</i> , tapas, puxão de cabelo, sufocamento, <i>gagging</i> , bondage, socos, chutes, tortura, estupro, morte, dominância, submissão, objetificação, poder, violência.
6	2015	<b>Shim,</b> Jae Woong; <b>Kwon,</b> Ma-nhnwoo; <b>Cheng,</b> Hong-In	Sites de revistas pornográficas voltadas para homens e sites de revistas pornográficas voltadas para mulheres	Selecionou-se randomicamente dois sites de revistas pornográficas voltadas para homens e dois sites de revistas pornográficas voltadas a mulheres. Foram identificadas randomicamente 50 imagens de cada site.	Imagens (nº total = 200, 100 de sites para homens e 100 de sites para mulheres)	Desigualdade sexual e objetificação.
7	2016	<b>Zhou,</b> Yanyan; <b>Paul,</b> Bryant	Categoria "mulheres asiáticas" comparada com outras categorias populares ( <i>teen, Milf, loiras, seios grandes</i> )	Identificou-se vídeos das dez primeiras categorias do xvideo.com (incluindo a categoria "mulheres asiáticas"). Utilizou-se método de amostragem sistemática e estratificada.	Cenas (nº = 3132, incluindo 172 cenas de "mulheres asiáticas")	Beijos, feelação, cunilíngua, sexo oral anal, sexo vaginal, sexo anal, ATM ( <i>ass to mouth</i> ), iniciação do ato sexual, agressão física.
8	2017	<b>Fritz,</b> Niki; <b>Paul,</b> Bryant	Feminista, para mulheres e <i>mainstream</i>	Selecionou-se randomicamente vídeos do <i>Lust Cinema</i> , site nominado para a premiação de pornô feminista. Também se selecionou conteúdo do <i>CrashPad Series</i> , um site pornô feminista queer. Randomicamente, identificou-se vídeos da categoria para mulheres do pornhub.com. Ainda encontrou-se randomicamente vídeos das cinco maiores categorias do pornhub, para formar a amostra de vídeos mainstream.	Cenas (nº total = 300, 100 feministas, 100 "para mulheres", 100 "mainstream")	Sexo vaginal, ejaculação, orgasmo, <i>bondage</i> , domínio, sadomasoquismo (BDSM) e dominação, agência e objetificação.
9	2017	<b>Séguin,</b> Léa J.; <b>Rodrigue,</b> Carl; <b>Lavigne,</b> Julie.	Popular	Selecionou-se os 50 vídeos mais assistidos de todos os tempos de todas as categorias do <i>pornhub.com</i> .	Vídeos (nº = 50)	Orgasmo.

10	2018	<b>Shor, Eran; Seida, Kimberly</b>	Vídeos <i>mainstream</i>	Identificou-se os vídeos mais assistidos de categorias predefinidas do pornhub.com: "Todos"; "Interracial"; "Ebony"; "Asiático/japonês"; "Latina"; "Gay"; "Aleatório".	Vídeos (nº total = 269; "Todos" = 70; "Interracial" = 25; "Ebony" = 52; "Asiático/japonês" = 35; "Latina" = 19; "Gay" = 25; "Aleatório" = 80).	Agressão (mordidas, beliscões, chutes, puxões de cabelo, batidas no rosto, batidas no corpo, estrangulamento, <i>gagging</i> forçado, <i>spanking</i> , sadomasoquismo, manuseio violento, penetração forçada.), agressão não consensual, agressão verbal, exibição de prazer feminino.
11	2019	<b>Shor, Eran</b>	Vídeos <i>mainstream</i>	Selecionou-se os vídeos mais assistidos do pornhub.com de categorias predefinidas: "Todos", "Interracial", "Ebony", "Asiático/japonês", "Latina", "Gay", "Aleatório" e se codificou tal amostra em duas categorias: "adolescentes" ( <i>teenagers</i> ) e "Milf".	Vídeos (nº total = 172 vídeos; "Adultos" = 117, "adolescentes" = 55)	Agressão (mordidas, beliscões, chutes, puxões de cabelo, batidas no rosto, batidas no corpo, estrangulamento, <i>gagging</i> forçado, <i>spanking</i> , sadomasoquismo, manuseio violento, penetração forçada.), agressão não consensual, agressão verbal, ejaculação no rosto ou boca, atos de afeição (beijos, carinhos, conversas carinhosas), exibição de prazer feminino
12	2019	<b>Zhou, Yanyan et al.</b>	Vídeos <i>mainstream</i>	Selecionou-se as dez categorias com maior quantidade de conteúdo do <i>Xvideos.com</i> ("boquete", "adolescentes", "morenas", "loiras", "gozada", "peitos grandes", "anal", "bunda", "mulheres asiáticas" e "Milf") e se codificou comportamentos sexuais em vídeos proporcionalmente selecionados a partir dessas categorias. Os dados de codificação foram, então, submetidos à análise de rede social ( <i>social network analysis</i> - SNA) para explorar padrões de co-ocorrência dos comportamentos sexuais exibidos.	Cenas (n total = 3132 cenas, codificadas de 3053 vídeos)	Comportamentos sexuais foram divididos em seis subcategorias ("homem-mulher", "mulher-mulher", "homem-homem", "mulher-mulher", "auto-homem", "auto-mulher"). Foram codificados um total de 28 comportamentos sexuais, entre eles: Sexo oral, sexo oral anal, sexo vaginal, estímulo genital com os dedos, beijo profundo, beijo suave, sexo anal, <i>face fuck</i> , <i>tit fuck</i> , <i>ass to mouth</i> , cuspidas, estimulação vaginal com apetrechos.

13	2021	<b>Fritz, Niki</b> et al.	Vídeos <i>mainstream</i>	Selecionou-se proporcionalmente e randomicamente vídeos das categoriais mais populosas do <i>PornHub</i> e do <i>Xvideos</i> . A amostra foi afunilada para incluir apenas vídeos que continham dois indivíduos, de gêneros diferentes e que fossem negros ou brancos. A análise foi feita a partir das diferentes combinações raciais dos participantes dos vídeos.	Cenas (n total = 1741; casais negros = 61, casais brancos = 1428, mulher negra e homem branco = 57, mulher branca e homem negro = 195)	Objetificação (ejaculação facial e <i>stripping</i> ), agressão física (qualquer ação que pareça causar ou que possa causar dano a uma pessoa. Exemplos: <i>spanking</i> , sufocamento, puxões de cabelo, mutilação) e comportamentos sexuais (beijos, felação, cunilíngua, sexo vaginal e sexo anal).
14	2021	<b>Shor, Eran;</b> <b>Seida,</b> Kimberly	Vídeos <i>mainstream</i>	Selecionou-se vídeos mais assistidos de três categorias do <i>pornhub</i> : "mais assistidos de todos os tempos" (heterossexual), "gay" e "lésbica". A análise foi realizada a partir da comparação entre as três categorias.	Vídeos (n total = 210; "mais assistidos de todos os tempos" = 70; "gay" = 70; "lésbica" = 70)	Agressão (mordidas, beliscões, chutes, puxões de cabelo, batidas no rosto, batidas no corpo, estrangulamento, <i>gagging</i> forçado, <i>spanking</i> , sadomasoquismo, manuseio violento, penetração forçada.), agressão não consensual, agressão verbal, ejaculação no rosto ou boca, atos de afeição (beijos, carinhos, conversas carinhosas), exibição de prazer.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Os dados obtidos com base na revisão de trabalhos dedicados à análise de conteúdo de materiais pornográficos disponíveis on-line permitem desenhar alguns traços da paisagem pornográfica contemporânea. O objetivo aqui é apresentar tais traços de maneira ampliada e propor uma discussão entre os dados obtidos e os referenciais teóricos que moveram a pesquisa de uma maneira mais ampla. Nesse sentido, é preciso lembrar que Narrativas e Identidades são duas mediações básicas apontadas por Omar Rincón e Jesús Martín-Barbero (2019) no seu (novo) mapa das mediações.

Conectando os polos das temporalidades com o das sensorialidades, a mediação das identidades diz respeito a identidades que vêm de tempos "duros e densos", como as identidades de homem e mulher e figuras de identidades mais efêmeras e fragmentadas como as de "Milf", "novinhas", "lésbicas". Tais exemplos não estão na obra de Martín-Barbero e são parte do exercício de pensar os dados obtidos frente aos referenciais teóricos da pesquisa.

Como mostro adiante, a mobilização e a criação de certas identidades e figuras de identidades integram o *modus operandi* das representações pornográficas na atualidade. Por sua vez, conectando os polos das tecnicidades com o das temporalidades,

a mediação das narrativas surge nesse mapa barberiano para dar conta de alguns aspectos do processo de comunicação contemporâneo que, parece-me, estão bastantes presentes na relação entre pornografia on-line e jovens. Sobre o conceito de narrativas alguns apontamentos devem ser feitos antes de iniciar o processo de articulação entre os referenciais teóricos e os dados obtidos.

A mediação das narrativas está intimamente ligada, no pensamento de Barbero, à noção de rituais. Rituais, nesse caso, não guarda um sentido sagrado, mas está embebido em cotidianidade. De acordo com Rincón e Martín-Barbero (2019), vemos na atualidade a expansão de rituais, como assistir séries e conversar pelas redes. Tais rituais são geradores de narrativas. As narrativas, por sua vez, devem ser compreendidas, também, em sua dimensão cotidiana, são geradoras de histórias e conversações. A arte de narrar está relacionada à necessidade de compartilharmos experiências e darmos sentido ao cotidiano. Aqui, é importante já indicar a necessidade de pensarmos a relação entre pornografia e culturas juvenis com base nas noções de uso e experiência.

Ao analisar, então, o tipo de mensagem ao qual os jovens podem estar cotidianamente expostos ao acessarem materiais pornográficos via internet, realizo um exercício similar àquele efetuado por Guillermo Orozco Gómez (1993), quando se dedicou à análise axiológica da programação televisiva em que as crianças mexicanas estariam expostas no seu uso cotidiano da televisão.

Gómez (1993) aponta que é preciso reconhecermos que diversos fatores como a polissemia das mensagens, a existência de mediações múltiplas, a capacidade receptiva e a competência comunicativa impedem que possamos pensar as mensagens dos meios massivos como tendo um efeito direto, homogêneo e único, de forma que devemos relativizar o efeito “monolítico” dos meios sobre as audiências.

Ainda assim, o autor aponta que: “se faz necessário reconhecer a importância da oferta axiológica televisiva, a qual se assume como o ‘referente’ a partir do qual se produzem diferentes interpretações e, finalmente, se produz a comunicação” (Gómez, 1993, p. 11). O que busco aqui, portanto, é este “referente” pornográfico.

É preciso enfatizar que tomo as narrativas pornográficas analisadas como referenciais que podem adentrar o mundo da experiência e ser consideradas práticas ou “modos de fazer”. Entendo o termo narrativas, aqui, como expressando um espaço de ficção em que se expressam procedimentos e táticas que, para além de descrever algo, fazem algo (Lourdes Silva; Maria Baseio, 2019). A escolha, então, por articular a pesquisa conforme o mapa barberiano e as mediações ali presentes, indicam a fundamentalidade dos Estudos Culturais, em especial na sua vertente latino-americana, na constituição da pesquisa.

## Narrativas pornográficas

A relação entre narrativa e pornografia se tornou mais explícita ao longo dos anos 1970, quando a progressiva incorporação de histórias narrativas nos filmes pornográficos contribuiu para que, segundo Linda Williams (1989; 2004), a pornografia

se tornasse mais um gênero entre os demais. A partir desse período, a pornografia contaria com determinados traços que – da mesma maneira conforme outros gêneros fílmicos (como o terror, o suspense, a comédia romântica) – permitiriam a constituição e identificação do pornô enquanto gênero. Willians (1989) nota que, para o processo de a pornografia se tornar um entretenimento *mainstream*, foi importante a definição da legalidade do gênero e a mudança na metragem dos filmes, que passaram, naquela época, a ser longa metragens produzidos por estúdios maiores.

O processo de constituição do gênero pornô foi marcado pela constituição também de uma nova iconografia visual. A incorporação de histórias narrativas e a definição de tal iconografia foram responsáveis pela constituição do que Shirra Tarrant (2016) classifica como a Era de Ouro (1960-1980) da pornografia, na qual as histórias pornográficas passaram assumir características muito próximas as histórias contadas por outros gêneros fílmicos. Os filmes pornôs passaram a ser constituídos, dessa maneira, por uma série de narrativas e números sexuais que repetidos à exaustão se tornaram o gênero pornográfico por excelência.

Sintomático de tal período é o guia desenvolvido por *Stephen Ziplow Film Maker's Guide to Pornography* (1977). No guia consta, segundo Williams (1989), uma lista de vários atos sexuais que deveriam estar incluídos nos filmes pornôs para a garantia de sucesso da obra: masturbação (entendida enquanto uma cena em que uma mulher se masturba); sexo hétero (entendido como a penetração do pênis na vagina em diversas posições); lesbianismo<sup>3</sup> (apontado diretamente como sendo voltado para a audiência heterossexual); sexo oral (cunilíngua e felação, porém, o autor faz a ressalva de que filmar do ato de cunilíngua apresenta dificuldades técnicas que a felação não possui; a felação ainda teria a vantagem de facilitar a filmagem da “Money shot”<sup>4</sup>); sexo a três (a configuração subentendida é de duas mulheres e um homem); orgias; sexo anal (sendo este recebido por uma mulher e realizado por um homem).

A tal lista, Williams acrescenta, ainda, com base em análises de filmes da época, a presença de cenas de “sodomazo”, que retratam relações sadomasoquistas como chicotadas, palmadas ou bondage. Tais atos e as narrativas que os acompanhavam, bem como a maneira como eram filmados e fotografados, constituíram a iconografia visual padrão da pornografia na época citada. Eram estas as imagens que um consumidor de pornografia esperava ver quando entrava em contato com algum filme pornográfico.

Segundo a revisão das análises dos conteúdos pornográficos que surgem com mais frequência nos sites que abrigam os maiores arquivos do gênero (*Xvideos, Pornhub, Xtube, Redtube* etc.), é possível propor uma versão atualizada da lista elaborada por Ziplow (1977). Da mesma maneira que o consumidor de pornografia dos anos 1970 possuía algumas expectativas quanto ao tipo de cenas e de narrativas com as quais se depararia ao assistir um filme pornográfico; na atualidade, ainda parece ser possível estabelecer um conjunto de atos que, ao estarem reiteradamente presentes nas mídias pornográficas acessadas pela internet, passam a constituir o gênero pornográfico em si.

3 O termo utilizado no original é “Lesbianism”. No entanto, é necessário indicar que, atualmente, há o indicativo, em português, pela utilização do termo lesbianidade dado que este exclui uma interpretação no campo do patológico.

4 Momento em que as câmeras registram a ejaculação do ator, normalmente nos seios, rosto ou boca das atrizes.

Com isso, não se deve pensar que a lista que proponho a seguir esgota as possibilidades do gênero pornográfico disponível na internet. Zabet Patterson (2004) aponta que uma característica própria da internet e, por consequência, da pornografia disponibilizada on-line é a instabilidade, a mudança constante e volatilidade, de maneira que qualquer tentativa de historicizar ou mapear os conteúdos pornográficos disponíveis on-line seria apenas um *snapshot* de um dado lugar em determinado tempo. Tendo tal questão em mente, proponho a seguinte lista como representativa do roteiro básico de um vídeo pornográfico heterossexual encontrado em um site do estilo *tube* na internet:

- um homem<sup>5</sup> recebendo sexo oral de uma mulher;
- um homem penetrando vaginalmente uma mulher;
- um homem ejaculando na boca, no rosto ou no peito de uma mulher;
- um homem ou uma mulher recebendo estimulação genital.

Todas as cenas descritas acima registraram uma ocorrência superior a 50% em mais de uma das pesquisas revisadas. Com base, ainda, em tais pesquisas, outros eventos, ou números sexuais, para utilizar a definição de Linda Williams, que possuíam grande probabilidade de ser vistos, incluem:

- uma mulher sendo agredida fisicamente de maneira visível por um homem;
- um homem dando palmadas em uma mulher;
- uma mulher se despindo diante da câmera;
- um homem penetrando a garganta de uma mulher com o pênis até a ocorrência do reflexo de vômito;
- um homem penetrando o ânus de uma mulher;
- uma mulher recebendo sexo oral;
- um homem e uma mulher se beijando.

Todos os números descritos acima registraram uma ocorrência superior a 20% em mais de uma das pesquisas revisadas. Acredito que temos aí, ainda que de maneira genérica, a versão mais contemporânea do roteiro (ou de *checklist*) dos atos que usualmente constam na pornografia *mainstream* heterossexual disponível on-line.

Quando consideramos a paisagem pornográfica descrita acima face aos debates feministas sobre a pornografia, alguns pontos, acredito, merecem destaque. Primeiramente, é necessário reconhecer o caráter primordialmente heterossexual das representações analisadas, tal fato não se deve exclusivamente as opções metodológicas e teóricas das pesquisas analisadas, mas a também a forma como se dá o acesso aos vídeos nos sites pesquisados. Muitas das pesquisas tomaram como ponto de partida para a formação dos seus *corpus* de análise as categorias “mais assistidos” ou “aleatórios” dos sites em questão.

A forma como, nos grandes portais de acesso a pornografia, os conteúdos são apresentados já aponta que o conteúdo primário ofertado em tais sites é de pornografia heterossexual e deixa explícita a existência de um direcionamento a um público específico: homens heterossexuais. É a eles que o conteúdo “universal” dos sites é ofertado.

<sup>5</sup> Assume-se, aqui, que as pessoas envolvidas nos vídeos analisados são cisgêneras, nenhuma das pesquisas analisadas afirmou realizar análises de vídeo que envolvessem pessoas transgêneras.

Nos três sites de conteúdo pornográfico mais acessados no Brasil<sup>6</sup> (xnxx.com, xvideos.com e pornhub.com), conteúdo não heterossexual é apresentado mediante a seleção de filtros. Além dos filtros que permitem o acesso a conteúdo não heterossexual, há, no caso do pornhub.com, um filtro que permite acesso a vídeos “para mulheres”, que presumidamente atenderiam aos desejos representacionais de mulheres heterossexuais.

Boa parte das discussões feministas sobre pornografia esteve centrada, ao longo das décadas de 1970 e 1980, nos materiais pornográficos heterossexuais e suas possíveis contribuições para a exploração e submissão das mulheres. Nesse sentido, é justamente em relação à constituição da heterossexualidade como um regime político e econômico, e não apenas como uma forma de relacionamento sexuado entre homens e mulheres, que as narrativas pornográficas analisadas ainda parecem ter o que falar.

As cenas/vídeos/ imagens que formaram o corpus de revisão desta pesquisa parecem atestar que o discurso hegemônico apresentado pela pornografia *mainstream* disponível on-line apresenta, ao contrário do que poderíamos esperar, uma baixa variabilidade de números sexuais; afirma o prazer do homem em detrimento do prazer da mulher; objetifica tanto homens como mulheres; porém, constitui apenas estas como alvos possíveis de agressões e comportamentos violentos.

Ao analisar-se o *checklist* elaborado com base nas pesquisas revisadas, torna-se nítido que há, no discurso pornográfico, uma falta de reciprocidade explícita na forma como a relação heterossexual típica é retratada. Nesse sentido, não se trata de afirmar de maneira moralista ou higienista que determinados atos, que podem ser considerados degradantes ou violentos, não deveriam existir no discurso pornográfico, mas, sim, de constatar que tais atos existem apenas em cenários em que as posições de sujeito são fixas de acordo com o gênero das pessoas participantes envolvidas.

Nesse sentido, as representações de gênero ali encontradas operam dentro e a partir de uma política do desejo que constituiu a heterossexualidade como um regime político (Monique Wittig, 1992) e como uma forma de governo (Paul Preciado, 2017; 2018; 2019) que age sobre todos os corpos, sejam eles consumidores ou não de pornografia, pois as representações contribuem para manutenção de um sistema sexo-gênero que escapa à individualidade.

O modo como as narrativas pornográficas apresentadas constituem-se como hegemônicas reside precisamente no fato de elas se imporem não segundo uma lei, mas, sim, de uma afirmação do desejo que se pretende natural, irruptivo e universal. As narrativas *mainstream* pornográficas acabam contribuindo, assim, para que se estabeleça “na prática da sexualidade uma partição entre o que se pode e o que não se pode fazer” (Preciado, 2019, p. 327).

A essência das narrativas pornográficas encontradas reside na afirmação de um ser-sujeito codificado a partir dos signos de masculinidade como homem que atua (penetrando, ejaculando, agredindo) sobre um outro ser-objeto ou ser-coisa codificado conforme os signos da feminilidade. Este ser-objeto mulher além de ser o receptáculo de certos atos específicos, também atua (chupa, despe-se), no entanto, está atuação parece estar quase que integralmente voltada para a satisfação de um desejo que não

<sup>6</sup> Com base em consulta ao ranking da categoria adulta. Disponível em: <https://www.similarweb.com/top-websites/brazil/adult/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

é necessariamente o seu. A articulação das narrativas pornográfica ocorre, portanto, a partir da afirmação de duas identidades básicas, de homem e mulher, que, talvez surpreendentemente, exercem uma variação diminuta de atos não intercambiáveis.

Ao atentar, então, para os atos que muitas das pesquisas codificaram como degradantes e/ou como comportamentos sexuais não normativos também se atesta a característica generificada de tais números sexuais. Nesse sentido, é necessário apontar que, com algum consenso, certos atos são tomados como tipificando processos de objetificação, violência e degradação.

Ao se tornarem parte dos *scripts* da pornografia *mainstream*, devem ser lidos como representando algo mais do que simples atos sexuais. A noção de reciprocidade torna-se fundamental para entendermos o sentido que a inclusão de determinados atos ganha ao adentrar o rol de comportamentos sexuais presentes na pornografia. De maneira que:

o fato de que comportamentos agressivos, como palmadas (spanking) e engasgos (gagging), tornaram-se rotina apenas como atos contra mulheres e não contra homens, sugerem que esses atos não são “apenas parte do sexo”, mas parte de uma normalização do roteiro sexual de dominação e objetificação de mulheres. (Fritz; Paul, 2017, p. 648).

Isso não quer dizer que homens não são objetificados na pornografia *mainstream*. No entanto, como bem apontam Fritz e Paul (2017), existe uma série de atos, como dupla penetração, *gaping*, ejaculações em partes externas do corpo, entre outros, que são utilizados na pornografia para representar a objetificação das mulheres e que não possuem uma contraparte masculina. Atos como *gaping*<sup>7</sup> e *gagging*<sup>8</sup> parecem ter como objetivo primário indicar a possibilidade de causar dano e de ir além dos limites dos corpos das mulheres, seja pela dilatação extrema da vagina ou do ânus, seja pela presença do reflexo de vômito.

As pesquisas revisadas indicam que tais atos mostram-se tão frequentes<sup>9</sup> quanto a ocorrência de cenas beijos, por exemplo. De maneira que, é possível presumir uma probabilidade alta da/o usuária/o recorrente de vídeos pornôs em se deparar com tais números sexuais, sem que este ou esta tenha necessariamente procurado ativamente por tais atos.

Parece ainda haver correção, portanto, na análise que Adrienne Rich (2010) realizou sobre a função que as representações pornográficas possuem no processo de naturalização e instituição de determinada versão sobre a pulsão masculina e sobre a forma como o consentimento ocorre nas relações heterossexuais.

A pornografia não cria simplesmente uma atmosfera na qual sexo e violência seriam intercambiáveis. Ela amplia o conjunto de comportamentos considerados aceitáveis para os homens em seus intercursos heterossexuais – comportamento que retira das mulheres reiteradamente

7 Faz-se referência, aqui, ao alongamento excessivo do reto ou da vagina com as mãos, outros objetos ou devido à penetração recente exibida para a câmera.

8 Refere-se à inserção do pênis na garganta em profundidade de maneira a produzir reflexo de vômito.

9 Os maiores índices encontrados para a ocorrência de *gaping* e *gagging* foram, respectivamente, 26% (Fritz; Paul, 2017) e 25,64% (Shor; Seida, 2019).

de sua autonomia, de sua dignidade e de seu potencial sexual, inclusive o potencial de amar e ser amada por mulheres com mutualidade e integridade (Rich, 2010, p. 27).

As descrições pornográficas, segundo Rich (2010), exemplificam um conjunto de características do que a autora classifica como poder masculino, ou poder dos homens. Tem tais descrições, também, um duplo agir, negam a sexualidade das mulheres ao mesmo tempo que impõem a sexualidade masculina. A pornografia faz parte, portanto, enquanto método, das estratégias de manutenção do poder masculino. Através de suas representações, o sadismo heterossexual é normalizado, à medida que a sexualidade das mulheres é apagada.

A função pedagógica da pornografia para as mulheres é ensiná-las a pensar em si próprias enquanto presas sexuais. A pornografia tem um papel ativo em fazer transmitir como um dogma as mensagens que naturalizam, ao mesmo tempo em que instituem, certas características da pulsão sexual masculina. Tal pulsão, por obrigatória e natural, não pode ser responsabilizada por muitos dos seus atos.

Mais uma vez, é necessário lembrar que não se trata de negar a possibilidade de que sujeitos possam desejar a submissão ou possam legitimamente excitar-se com atos que o cidadão médio – para ficarmos com a terminologia jurídica que pautou as discussões sobre obscenidade nos EUA nas décadas de 1960-1980 – considere violentos e/ou degradantes. Trata-se de notar que as representações analisadas constituem uma narrativa hegemônica sobre o sexo em que a possibilidade de reciprocidade e a equivalência dos corpos são negadas. As narrativas pornográficas analisadas são, portanto, exemplares atualizados da estética de um já antigo regime heterodominante.

É possível, dentro da ficção teatral da sexualidade, desejar limpar sapatos com a língua, ser penetrado por todos os orifícios ou caçar o amado num bosque como se fosse uma presa sexual. Contudo, dois elementos diferenciais marcam a distância entre a estética queer da sexualidade e a estética heterodominante do antigo regime: o consenso e a não naturalização das posições sexuais. A equivalência dos corpos e a redistribuição do poder (Preciado, 2020, p. 328-329).

A falta de equivalência entre os corpos é notada tanto quando observados quem são aqueles capazes de agredir quando observamos quem são os capazes de gozar, fato que impossibilita analisar de maneira isolada as representações de prazer dos atos de violência/agressão/degradação. Parece, portanto, instaurado na paisagem pornográfica atual um sistema de representação que proponho denominar de *voluptas-violentiam*.

É necessário notar que o binômio com o qual decidi operar não é o de prazer/dor, pois a dor não parece estar presente nas representações analisadas. O que surge da leitura dos dados apresentados é, no entanto, uma correlação importante entre capacidade de agredir e possibilidade de sentir prazer. Retomando, cenas de agressão física são comuns na pornografia *mainstream* (Klassen; Peter, 2014; Zhou; Paul, 2016;

Fritz; Paul, 2017; Shor; Seida, 2018; 2021; Shor, 2019; Fritz et al., 2021), estando presentes em ao menos um terço das amostras analisadas. Há, no entanto, variações relevantes, quando consideramos marcadores de gênero no que diz respeito à dinâmica de tais atos.

A construção do sujeito codificado como feminino, do sujeito mulher, como um ser-objeto no universo da pornografia ainda se dá pela reiteração da afirmação de que esses corpos são aqueles que podem ser agredidos. A objetificação se dá, todavia, tanto pelo fato de os corpos das mulheres se constituírem como os receptáculos quase que únicos dos atos de agressão, quanto pela impossibilidade de tais corpos agirem também como agressores.

Mais uma vez, é preciso observar a falta de reciprocidade e equivalência entre os sujeitos e suas identidades. Da mesma forma que certos atos/números sexuais, a agressão física é um ato generificado na paisagem pornográfica *mainstream*. De maneira que, não se trata de afirmar que a pornografia é violenta, pois tal afirmação mascara ou não explicita que as cenas de agressão não estão disseminadas de maneira universal, elas se constituem a partir de uma dinâmica de gênero própria e relativamente fechada. Nesse sentido, as representações pornográficas surgem como um produto e, ao mesmo tempo, como produtoras de masculinidades e feminilidades extremamente conservadoras e tradicionais.

Conforme a interpretação de Rita Segato (2016), entendo que a produção da masculinidade segue processos diferentes da produção da feminilidade e é necessário que entendamos o papel da violência de gênero, seja ela sexual ou não, em tal estrutura. A masculinidade se constituiu por um processo de cobrança de tributos em que um outro é percebido como o provedor dos gestos que alimentam a virilidade.

Os corpos feminilizados, ao mesmo tempo, que “entregam”, seja via persuasão ou imposição, o tributo instaurador do *status* masculino, “excluem-se da casta que consagram”. Entende-se, dessa forma, com maior clareza o porquê da rigidez e fixação dos atos presentes na pornografia *mainstream*. A não intercambialidade de determinados atos não surge, portanto, como simples falta de criatividade ou de uma estrutura narrativa pobre, mas, sim, obedece a um sistema de representação já ancestral que posiciona as mulheres e seus corpos como garantidoras da masculinidade dos sujeitos-homens.

Há, portanto, uma correção na análise de autoras como Catharine MacKinnon (1993) quando ela afirma que o que é sexualizado na pornografia é uma hierarquia de gênero da qual a capacidade para agressão é uma expressão. É preciso destacar a função ultimamente expressiva que as representações pornográficas possuem no sistema de comunicação instaurado pela violência. Este pode ser entendido como um ponto de encontro importante, entre linhas teóricas distintas que buscam articular a relação entre pornografia e constituição de sistemas mais amplos de governo dos corpos. Segundo Paul Preciado:

Poderíamos dizer, lendo Max Weber com Judith Butler, que a masculinidade é para a sociedade aquilo que o Estado é para a nação: detentor e usuário legítimo da violência. Essa violência pode se expressar socialmente como domínio, economicamente como privilégio, sexualmente

como agressão e estupro. A soberania feminina, ao contrário, só é reconhecida na capacidade das mulheres para gerar. Em termos sexuais e sociais, as mulheres são súditas. Só as mães são soberanas (Preciado, 2020, p. 326-327).

No caso específico da pornografia, as análises de conteúdo revisadas apontam, ainda, para um outro importante elemento constitutivo das noções de masculinidade e feminilidade, que se vincula diretamente e se soma à detenção e ao uso legítimo da violência para definir quem são os homens e quem são as mulheres. O termo legítimo aqui deve ser lido como indicando aqueles que, dentro do sistema, estão autorizados “naturalmente” a agredir.

Com isso, não digo que mulheres não podem surgir como agressoras em tipos específicos de pornografia, mas a possibilidade de agressão por parte das mulheres deve ser ativamente buscada pelo usuário de pornografia, ela não será apresentada – como as revisões indicam – pelos algoritmos que regem os grandes sites pornográficos. Denomino de *voluptas-violentiam* o sistema de representações colocado em jogo pelas mídias pornográficas, pois há aí uma vinculação direta entre capacidade de agressão e possibilidade de gozo. Da mesma forma que as agressões físicas, o gozo não parece estar igualmente disseminado nas representações pornográficas.

De fato, as pesquisas revisadas (Klassen; Peter, 2014; Fritz; Paul, 2017; Séguin; Rodrigue; Lavigne, 2017; Shor; Seida, 2018; 2021; Shor, 2019) mostram uma incidência baixa de representação de orgasmos feminino. Em todos os estudos citados, orgasmos femininos ocorreram em menos de 20% das cenas/vídeos analisados. Já a representação de orgasmos masculinos surge como normativa, estando presente em mais de 60% de todas as cenas/vídeos observados pelas pesquisas (Klassen; Peter, 2014; Fritz; Paul, 2017; Séguin; Rodrigue; Lavigne, 2017) que se dedicaram quantificar tal índice.

Através das análises de conteúdo, podemos aferir, portanto, que a/o usuária/o padrão de pornografia *mainstream* tem maiores chances de se deparar com a representação de uma mulher sendo visivelmente agredida do que de uma mulher atingindo o clímax. A pesquisa de Shor e Seida (2018), por exemplo, que verificou ambos os índices, constatou que agressões visíveis estiveram presentes em 39,8% do total da amostra, ao passo que orgasmos femininos ocorreram em 13,4% do total da amostra.

Para além dos atos/números sexuais específicos que cabem a cada gênero performar, uma característica distintiva da masculinidade de acordo com as narrativas pornográficas analisadas parece residir, portanto, na capacidade de agredir e gozar. A feminilidade se define, por sua vez, pela capacidade de ser agredida e não sentir ou não demonstrar dor.

Segundo as pesquisas (Klassen; Peter, 2014; Shor, 2019), raramente<sup>10</sup> as atrizes respondem aos atos de agressão/violência/degradação de maneira negativa. Na paisagem pornográfica que analiso as mulheres parecem surgir, portanto, como incapazes de demonstrar duas das emoções humanas mais básicas e que já foram utilizadas para

<sup>10</sup> Segundo Klassen e Peter (2014), as respostas das atrizes aos atos de violência física foram majoritariamente neutras, em 57,4% das cenas, ou positivas, 38% das cenas, sendo raramente negativas (2,8%) ou mistas (1,9%). De acordo com Shor e Seida (2018), a reação das atrizes para todos os atos analisados pela pesquisa (agressão física visível, spanking, penetração vaginal forçada, penetração anal forçada e gagging forçado) foi, em mais de 80% das vezes, indicando prazer em resposta aos atos.

erigir sistemas filosóficos inteiros: prazer e dor. É preciso entender, dessa forma, que o processo de desumanização e objetificação, ao menos no nível da representação, dá-se nas narrativas pornográficas atuais pela construção imagética do ser-objeto mulher como incapaz. Tal incapacidade é correlacional e só faz sentido quando percebida em relação à capacidade total que o ser-homem possui: de agredir e gozar.

## Conclusão

A ideia de acompanhar um processo comunicativo em que tanto os canais emissores, quanto os conteúdos vinculados se multiplicaram de forma viral, nas duas últimas décadas, mostrava-se um desafio desde o início. Optei, dessa forma, por realizar a investigação com base em ampla pesquisa bibliográfica. O processo de pesquisa – que buscou estabelecer quais seriam as narrativas hegemônicas e as identidades mobilizadas nos discursos pornográficos *mainstream* – ocorreu por meio da revisão de quatorze trabalhos que realizaram análises de conteúdos de imagens e vídeos pornográficos disponibilizados nos principais portais de acesso a pornografia gratuita na atualidade. Compuseram a amostra de tal revisão cerca de 7.071 cenas/vídeos/imagens.

Foi possível, então, elaborar os principais traços da paisagem pornográfica disponível on-line. A partir da análise das pesquisas revisadas, propus uma lista que seria representativa do roteiro básico de um vídeo pornográfico heterossexual encontrado em um site do estilo tube na internet. Em relação a tal roteiro, apontei que as narrativas pornográficas analisadas constituem exemplares atualizados da estética de um já antigo regime heterodominante. Propus denominar o sistema de representação que se instaura conforme essa paisagem de *voluptas-violentiam*.

Partindo da observação de quais são os corpos capazes de agredir e gozar, tornou-se nítida a construção binária e generificada de duas formas de existência nessa paisagem pornográfica. A construção do sujeito codificado como feminino, do sujeito mulher, como um ser-objeto no universo da pornografia ainda se dá pela reiteração da afirmação de que estes são os corpos que podem ser agredidos.

Seguindo a interpretação de Rita Segato (2016), de que produção da masculinidade se constituiu através de um processo de cobrança de tributos em que um outro é percebido como o provedor dos gestos que alimentam a virilidade, apontei que a rigidez e fixação dos atos presentes na pornografia *mainstream* não devem ser encarados como simples falta de criatividade ou de uma estrutura narrativa pobre, mas, sim, como obedecendo a um sistema de representação que posiciona as mulheres e seus corpos como garantidoras da masculinidade dos sujeitos-homens. A baixa incidência da representação de orgasmos femininos faz, também, com que a feminilidade, no campo da pornografia *mainstream*, defina-se tanto pela capacidade de ser agredida e não sentir ou não demonstrar dor, como pela inabilidade de sentir prazer.

## Referências

CARROTTE, Elise R.; DAVIS, Angela C.; LIM, Megan Sc. Sexual Behaviors and Violence in Pornography: Systematic Review and Narrative Synthesis of Video Content Analyses. **J Med Internet Res.**, v. 22, n. 5, e16702, 14 maio 2020. DOI: 10.2196/16702.

DOWNING, Martin J. Jr.; SCHRIMSHAW, Eric W.; ANTEBI, Nadav; SIEGEL, Karolynn. Sexually explicit media on the internet: a content analysis of sexual behaviors, risk, and media characteristics in gay male adult videos. **Arch Sex Behav.**, v. 43, n. 4, p. 811-821, maio 2014. DOI: 10.1007/s10508-013-0199-1.

FRITZ, Niki; PAUL, Bryant. From Orgasms to Spanking: A Content Analysis of the Agentic and Objectifying Sexual Scripts in Feminist, for Women, and Mainstream Pornography. **Sex Roles**, v. 77, p. 639-652, 2017. DOI: 10.1007/s11199-017-0837-6.

FRITZ, Niki; MALIC, Vinny; BRYANT, Malic; ZHOU, Yanyan. Worse Than Objects: The Depiction of Black Women and Men and Their Sexual Relationship in Pornography. **Gender Issues**, v. 38, p. 100-120, 2021. DOI: 10.1007/s12147-020-09262-8.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **El mensaje de la televisión mexicana de los noventas.** Un análisis axiológico de La programación de los canales 2, 5, 9, 11 y 13. México: Universidad Iberoamericana, 1993.

GORMAN, Stacy; MONK-TURNER, Marleen; FISH, Jennifer N. Free Adult Internet Web Sites: How Prevalent Are Degrading Acts? **Gender Issues**, v. 27, p. 131-145, 2010. DOI: 10.1007/s12147-010-9095-7.

KLASSEN, Marleen J. E.; PETER, Jochen. Gender (In)equality in Internet Pornography: A Content Analysis of Popular Pornographic Internet Videos. **The Journal of Sex Research**, Epub 2014. DOI: 10.1080/00224499.2014.978255.

MACKINNON, Catharine. **Only words.** Cambridge: Harvard University Press, 1993.

PATTERSON, Zabet. Goin On-line: Consuming Pornography in the Digital Era. In: WILLIAMS, Linda. **Porn Studies.** Durham; London: Duke University Press, 2004. p. 104-127.

PETERS, Eryn M.; MORRISON, Todd G.; BISHOP, Cj.; KISS, Mark J.; MCDERMOTT, Darragh T. Age is in the Eye of the Beholder: Examining the Cues Employed to Construct the Illusion of Youth in Teen Pornography. **Sexuality & Culture**, v. 18, n. 3, p. 527-546, 2014. DOI: 10.1007/s12119-013-9216-9.

PRECIADO, Paul B. Museu, lixo urbano e pornografia. **Periódicus** – Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades [online], Salvador, v. 1, n. 8, p. 20-31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23686>. Acesso em: 21 set. 2021.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia An Essay on Playboy's Architecture and Biopolitics.** New York: Zone Books, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições: 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**. Rio de Janeiro: Zahar: 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, p. 17-44, nov. 2010.

RINCÓN, Omar; MARTÍN-BARBERO, Jesús. Mapa Insomne 2017: Ensayos sobre el sensorium contemporâneo. Un mapa para investigar la mutación cultural. In: JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. **Un nuevo mapa paara investigar la mutación cultural**: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín Barbero. Ecuador: Ciespal, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de sueños, 2016.

SÉGUIN, Léa J.; RODRIGUE, Carl; LAVIGNE, Julie. Consuming Ecstasy: Representations of Male and Female Orgasm in Mainstream Pornography. **The Journal of Sex Research**, v. 55, n. 3, p. 348-356, 2017. DOI: 10.1080/00224499.2016.1168350.

SHIM, Jae Woong; KWON, Mahnwoo; CHENG, Hong-In. Analysis of representation of sexuality on women's and men's pornographic websites. **Social Behavior and Personality**: An international journal, v. 43, n. 1, p. 53-62, fev. 2015. DOI: 10.2224/sbp.11082.

SILVA, Lourdes Ana Pereira; BASEIO, Maria Auxiliadora Fontana. Narrativa(s) como estratégia(s) de comunicabilidade. In: RINCÓN, Omar (Ed.) et al. **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**. Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. Quito: Ciespal, 2019. p 161-187.

SHOR, Eran; SEIDA, Kimberly. "Harder and Harder"? Is Mainstream Pornography Becoming Increasingly Violent and Do Viewers Prefer Violent Content? **The Journal of Sex Research**, n. 00, p. 1-13, 2018. DOI: 10.1080/00224499.2017.1393651.

SHOR, Eran. Age, Aggression, and Pleasure in Popular Online Pornographic Videos. **Violence Against Women**. v. 25, n. 8, p. 1018-1036, jun. 2019. DOI: 10.1177/1077801218797458.

SHOR, Eran; SEIDA, Kimberly. **Aggression in Pornography Myths and Realities**. Nova York: Routledge, 2021.

TARRANT, Shira. **The Pornography Industry**: What everyone needs to know. Oxford University Press, 2016.

VANNIER, Sarah A.; CURRIE, Anna B.; O'SULLIVAN, Lucia F. Schoolgirls and Soccer Moms: A Content Analysis of Free 'Teen' and 'MILF' Online Pornography. **The Journal of Sex Research**, v. 51, n. 3, p. 253-264, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.829795>. Acesso em: 21 set. 2021.

WILLIAMS, Linda. **Hard Core**: power, pleasure, ad the frenzy of the visible. Los Angeles: University of California Press, 1989.

WILLIAMS, Linda. **Porn Studies**. Durham; London: Duke University Press, 2004.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Others Essays**. Boston: Beacon Press, 1992.

ZHOU, Yanyan; PAUL, Bryant. Lotus Blossom or Dragon Lady: A Content Analysis of "Asian Women" Online Pornography. **Sexuality & Culture**, v. 20, n. 4, p. 1083-1100, 2016. DOI: 10.1007/s12119-016-9364-0.

ZHOU, Yanyan; PAUL, Bryant; MALIC, Vincent; YU, Jingyuan. Sexual behavior patterns in online sexually explicit materials: a network analysis. **Qual Quant**, v. 53, p. 2253-2271, 2019. DOI: 10.1007/s11135-019-00869-7.

ZIPLOW, Steve. **The Film Maker's Guide to Pornography**. Nova York: Drake Pub, 1977.

ZOOK, Matthew. Report on the Location of the Internet Adult Industry. In: JACOBS, Katrien; JANSSEN, Marije; PASQUINELLI, Matteo (Orgs.). **C'lick me: A netporn studies reader**. Netherlands: Institute of Network Cultures, 2007.

Recebido em: 13 ago. 2024  
Aprovado em: 19 set. 2024